ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 60 Brasília - DF, terça-feira, 30 de março de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Poder Executivo 7
Presidência da República 14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 16
Ministério da Cidadania 21
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 21
Ministério das Comunicações 22
Ministério da Defesa 56
Ministério do Desenvolvimento Regional 69
Ministério da Economia 69
Ministério da Educação 152
Ministério da Infraestrutura 152
Ministério da Justiça e Segurança Pública 184
Ministério do Meio Ambiente 187
Ministério de Minas e Energia 187
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 191
Ministério da Saúde 193
Ministério do Turismo 198
Conselho Nacional do Ministério Público 201
Ministério Público da União 201
Tribunal de Contas da União 203
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 265

..... Esta edição completa do DOU é composta de 274 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 66 **(1)**

ORIGEM	: 66 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL - CNCOM
ADV.(A/S)	: GUSTAVO BINENBOJM (58607/DF, 083152/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - HOSPITAIS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS - CNS
ADV.(A/S)	: MARCOS VINICIUS BARROS OTTONI (16785/DF)

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Luiz Fux, que julgavam procedente o pedido formulado na ação, declarando a constitucionalidade do art. 129 da Lei nº 11.196/2005; e dos votos dos Ministros Marco Aurélio e Rosa Weber, que julgavam improcedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Falou, pela requerente, o Dr. Gustavo Binenbojm. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 19.6.2020 a 26.6.2020.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação para declarar a constitucionalidade do art. 129 da Lei n 11.196/2005, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Rosa Weber. Não votou o Ministro Nunes Marques por suceder o Ministro Celso de Mello, que já havia proferido voto em assentada anterior. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020.

EMENTA*: AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. REGIME JURÍDICO FISCAL E PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL A PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS INTELECTUAIS, INCLUINDO OS DE NATUREZA CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL. COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL. LIVRE INICIATIVA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO. LIBERDADE ECONÔMICA NA DEFINIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.*

***1.** A comprovação da existência de controvérsia judicial prevista no art. 14 da Lei n. 9.868/1999 demanda o cotejo de decisões judiciais antagônicas sobre a validade constitucional na norma legal. Precedentes.*

***2.** É constitucional a norma inscrita no art. 129 da Lei n. 11.196/2005.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.219 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 30003 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: CLAUDIA PAIVA CARVALHO (129382/MG)
INTDO.(A/S)	: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO (1190/SE)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicada a ação quanto ao art. 3º da Resolução nº 11, de 31/01/2006, do Conselho Nacional de Justiça, em razão de perda superveniente de objeto. Por maioria, julgou improcedente o pedido remanescente formulado na ação direta, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, que julgavam procedente o pedido na parte conhecida, para declarar a inconstitucionalidade, com efeitos *ex nunc*, do art. 2º, *caput* e parágrafos, por arrastamento, da Resolução nº 40/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, e os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente o pedido quanto ao artigo 2º da Resolução CNMP nº 40/2009. Falou, pelo *amicus curiae*, o Dr. Paulo Francisco Soares Freire. Plenário, Sessão Virtual de 26.6.2020 a 4.8.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA FORENSE. 129, §3º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ATIVIDADE JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE SABERES PRÁTICOS E TEÓRICOS. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO TRIÊNIO CONSTITUCIONAL COM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE IMPROCEDENTE.

1. O sintagma "atividade jurídica", constante do art. 129, §3º, da Constituição da República, não estabelece hierarquia entre as formas prática e teórica de aquisição de conhecimento, exigindo apenas atividade que suceda o curso de direito e o pressuponha como condição de possibilidade.

2. Em sua função regulamentadora, o Conselho Nacional do Ministério Público está autorizado a densificar o comando constitucional de exigência de atividade jurídica com cursos de pós-graduação.

3. Ação julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.025 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 5025 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 20, § 1º, 23, *caput* e §§ 1º a 3º, e 24 da Lei nº 2.406/2002 do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator). Plenário, Sessão Virtual de 18.12.2020 a 5.2.2021.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002, do Estado de Mato Grosso do Sul. Isenção de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Definição dos critérios de outorga dos direitos de uso desses recursos. Usurpação da competência privativa da União. Lei Federal nº 9.433/1997. Contrariedade. Violação dos arts. 21, inciso XIX; e 22, inciso IV, da Constituição de 1988. Precedentes. Inconstitucionalidade formal. Procedência da ação.

1. O art. 22, inciso IV, da Constituição de 1988, que fixa a competência privativa da União para dispor sobre águas, deve ser interpretado à luz do art. 21, inciso XIX, que reserva ao campo de atribuições do ente federal a instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e a definição dos critérios de outorga dos direitos de uso desses recursos.

2 A Lei nº 2.406/02 do Estado de Mato Grosso do Sul, além de tratar de matéria da competência privativa da União - definição dos critérios de outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos - contraria o disposto na Lei federal nº 9.433/97 - a qual instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - ao isentar de cobrança o uso da água em atividades agropecuárias, agroindustriais e rurais, sob as condições que define.

3. Ação direta julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.435 **(4)**

ORIGEM	: 6435 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MARANHÃO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
ADV.(A/S)	: FLAVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO (24564/DF, 164762/MG, 15759/A/MT, 94605/RJ, 256441/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DAS FACULDADES ISOLADAS E INTEGRADAS - ABRAFI
ADV.(A/S)	: DANIEL CAVALCANTE SILVA (18375/DF, 10821/PB, 133072/RJ, 240450/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS - ANACEU
ADV.(A/S)	: RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN (46662/GO, 144009/MG, 01046/PE, 42369/PR, 185847/RJ, 11328/SC, 226799/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR - ABMES
ADV.(A/S)	: BRUNO CAETANO AMANCIO COIMBRA (28584/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO ESTADO DO MARANHÃO - ASPA/MA
ADV.(A/S)	: MARLON JACINTO REIS (52226/DF, 4285/MA)
ADV.(A/S)	: RAFAEL MARTINS ESTORILIO (47624/DF, 21041-A/MA, 10.111-A/TO)
ADV.(A/S)	: ANA LETICIA NEPOMUCENO LEDA (11377/MA)
ADV.(A/S)	: HIDALGO JOSE NEPOMUCENO LEDA (12802/MA)
ADV.(A/S)	: FREDERICO NEPOMUCENO LEDA (17693/MA)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES - ANUP
ADV.(A/S)	: DYOGO CESAR BATISTA VIANA PATRIOTA (19397/DF, 87553A/RS, 241286/SP)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES LIVRES - FNEL
ADV.(A/S)	: IAGO SANTANA DE JESUS (173937/RJ, 384553/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DAS FACULDADES ISOLADAS E INTEGRADAS (ABRAFI)
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO COVAC (93102/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS - ANACEU
ADV.(A/S)	: RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN (46662/GO, 144009/MG, 01046/PE, 42369/PR, 185847/RJ, 11328/SC, 226799/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR (ABMES)
ADV.(A/S)	: BRUNO CAETANO AMANCIO COIMBRA (28584/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: MÁRLON JACINTO REIS (4285/MA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES - ANUP
ADV.(A/S)	: DYOGO CÉSAR BATISTA VIÂNA PATRIOTA (19397/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES LIVRES - FNEL
ADV.(A/S)	: IAGO SANTANA DE JESUS (173937/RJ)

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta, declarando a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.259/2020, com a redação dada pela Lei nº

11.299/2020 do Estado do Maranhão, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pela requerente, o Dr. Wallace de Almeida Corbo; e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP, o Dr. Dyogo Cesar Batista Viana Patriota. Plenário, Sessão Virtual de 13.11.2020 a 20.11.2020.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei 11.259/2020, com a redação dada pela Lei 11.299/2020 do Estado do Maranhão, nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Marco Aurélio e, parcialmente, os Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 11.259/2020, ALTERADA PELA LEI 11.299/2020, AMBAS DO ESTADO DO MARANHÃO. REDUÇÃO OBRIGATÓRIA E PROPORCIONAL DAS MENSALIDADES NA REDE PRIVADA DE ENSINO DURANTE O PLANO DE CONTINGÊNCIA DA COVID-19. COMPETÊNCIA DA UNIÃO EM MATÉRIA DE DIREITO CIVIL (ART. 22, I, DA CF). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL RECONHECIDA. PROCEDÊNCIA.

1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse.

2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, *a priori*, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e nos Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I).

3. A Lei 11.259/2020, na redação dada pela Lei 11.299/2020 do Estado do Maranhão, ao determinar a redução obrigatória e proporcional das mensalidades na rede privada de ensino durante o Plano de Contingência da COVID-19, viola a competência da União para legislar sobre Direito Civil (art. 22, I, CF), por se tratar de norma abstrata sobre direito civil, afastando-se da competência concorrente dos Estados para editar normas sobre responsabilidade por danos aos consumidores (art. 24, V, CF).

4. Efeitos jurídicos da Pandemia da COVID-19 sobre os negócios jurídicos privados, inclusive decorrentes de relações de consumo, foram tratados pela Lei 14.010/2020, que estabeleceu o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19), reduzindo o espaço de competência complementar dos Estados, ausente previsão geral de modificação dos contratos de prestação de serviços educacionais.

5. Ação direta julgada procedente.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.631 **(5)**

ORIGEM : 6631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO SENADO FEDERAL
AGDO.(A/S) : SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCESSÃO DE GERAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PRORROGAÇÃO DE CONTRATO COM POSTERIOR DESESTATIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA. DESLOCAMENTO TEMPORAL DAS OBRIGAÇÕES. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO DE CONTROLE EM SEDE DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Lei 12.783/2013 regulamentou as concessões vigentes de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fixando distintas soluções de continuidade para os contratos em vigor que viessem a sofrer a desestatização da concessionária.

2. Os contornos do processo de desestatização da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, concretizado pelos atos infralegais impugnados, não se fundam em confronto direto com o texto constitucional.

3. A ação direita de inconstitucionalidade não é meio processual idôneo para afirmar a validade constitucional de determinado ato normativo quando, para chegar a essa conclusão, é necessário avaliar, preliminarmente, se ele é compatível com o ordenamento legal aplicável.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.219 **(6)**

ORIGEM : ADI - 30003 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : CLAUDIA PAIVA CARVALHO (129382/MG)
EMBDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO (1190/SE)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e rejeitou-os, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE PRÁTICA FORENSE. ART. 129, §3º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ATIVIDADE JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE SABERES PRÁTICOS E TEÓRICOS. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO TRIÊNIO CONSTITUCIONAL COM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição ou obscuridade, o que não ocorre no presente caso. Mero inconformismo não caracteriza omissão ou contradição para fins de oposição de embargos de declaratórios.

2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir a matéria, com objetivo único de obtenção de excepcional efeito infringente para fazer prevalecer tese debatida e que, no entanto, restou vencida no Plenário.

3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.053 **(7)**

ORIGEM : 6053 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.2.2021 a 26.2.2021.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O Acórdão embargado não apresenta os vícios de omissão alegados pelo embargante, pois enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia veiculada na inicial.

2. Nos termos da jurisprudência desta SUPREMA CORTE, os Embargos de Declaração não se prestam a promover o rejulgamento da demanda, de modo que não se admite a inovação de fundamentos nessa fase processual.

3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente. Possibilidade de recebimento de verba de honorários de sucumbência por advogados públicos cumulada com subsídio. Necessidade de absoluto respeito ao teto constitucional do funcionalismo público Nada obstante compatível com o regime de subsídio, sobretudo quando estruturado como um modelo de remuneração por performance, com vistas à eficiência do serviço público, **a possibilidade de advogados públicos perceberem verbas honorárias sucumbenciais não afasta a incidência do teto remuneratório estabelecido pelo art. 37, XI, da Constituição Federal**.

4. Embargos de Declaração rejeitados.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 690 **(8)**

ORIGEM : 690 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S) : LEVI BORGES DE OLIVEIRA VERISSIMO (46534/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO PARANÁ - SIMEPAR
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
AM. CURIAE. : MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH
ADV.(A/S) : CARLOS NICODEMOS OLIVEIRA SILVA (075208/RJ)
AM. CURIAE. : OPEN KNOWLEDGE BRASIL - OKBR
ADV.(A/S) : FLAVIO PEREIRA LIMA (55937/BA, 22656/DF, 21566-A/MS, 89156/PR, 134270/RJ, 109247A/RS, 120111/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, para determinar que: (a) o Ministério da Saúde mantenha, em sua integralidade, a divulgação diária dos dados epidemiológicos relativos à pandemia (COVID-19), inclusive no sítio do Ministério da Saúde e com os números acumulados de ocorrências, exatamente conforme realizado até o dia 4 de junho de 2020; (b) o Governo do Distrito Federal se abstenha de utilizar nova metodologia de contabilidade dos casos e óbitos decorrentes da pandemia de COVID-19, mantendo a divulgação dos dados na forma como veiculada até o dia 18 de agosto de 2020, nos termos do voto do Relator. Falaram: pela requerente Rede Sustentabilidade, a Dra. Kamila Rodrigues Rosenda; e, pelo amicus curiae Open Knowledge Brasil - OKBR, a Dra. Bianca dos Santos Waks. Plenário, Sessão Virtual de 5.3.2021 a 12.3.2021.

Secretaria Judiciária
MARCELO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR
Secretário Substituto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Atos do Poder Legislativo

REPUBLICAÇÃO

LEI Nº 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 (*)

Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.

'Art. 11. Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (**barter**), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto.

.....' (NR)"

(*) Republicação do 'Art. 11 da Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020, por ter saído com incorreção do original no DOU de 26-3-2021, Edição Extra nº 58-D, Seção 1, página 2.

LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Parágrafo único. Na aplicação desta Lei deverá ser observado o disposto nas Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), 13.460, de 26 de junho de 2017, 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Lei aplica-se:

I - aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União;

II - às entidades da administração pública indireta federal, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestem serviço público, autarquias e fundações públicas; e

III - às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do **caput** deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios.

§ 1º Esta Lei não se aplica a empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público.

§ 2º As referências feitas nesta Lei, direta ou indiretamente, a Estados, Municípios e ao Distrito Federal são cabíveis somente na hipótese de ter sido cumprido o requisito previsto no inciso III do **caput** deste artigo.

Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

II - a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;

III - a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

IV - a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

V - o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

VI - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;

VII - o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

VIII - o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

IX - a atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e, quando couber, com a transferência de sigilo, nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

X - a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

XI - a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII - a imposição imediata e de uma única vez ao interessado das exigências necessárias à prestação dos serviços públicos, justificada exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente;

XIII - a vedação de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento ou de informação válida;

XIV - a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

XV - a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos;

XVI - a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;

XVII - a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

XVIII - o cumprimento de compromissos e de padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário;

XIX - a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XX - o estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;

XXI - o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública;

XXII - o estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre órgãos públicos e entre estes e os cidadãos;

XXIII - a implantação do governo como plataforma e a promoção do uso de dados, preferencialmente anonimizados, por pessoas físicas e jurídicas de diferentes setores da sociedade, resguardado o disposto nos arts. 7º e 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com vistas, especialmente, à formulação de políticas públicas, de pesquisas científicas, de geração de negócios e de controle social;

XXIV - o tratamento adequado a idosos, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

XXV - a adoção preferencial, no uso da internet e de suas aplicações, de tecnologias, de padrões e de formatos abertos e livres, conforme disposto no inciso V do **caput** do art. 24 e no art. 25 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e

XXVI - a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - autosserviço: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana;

III - base nacional de serviços públicos: base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços;

IV - dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;

V - dado acessível ao público: qualquer dado gerado ou acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

VI - formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

VII - governo como plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população;

VIII - laboratório de inovação: espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública;

IX - plataformas de governo digital: ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas;

X - registros de referência: informação íntegra e precisa oriunda de uma ou mais fontes de dados, centralizadas ou descentralizadas, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas; e

XI - transparência ativa: disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações.

Parágrafo único. Aplicam-se a esta Lei os conceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CAPÍTULO II
DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - GOVERNO DIGITA

Seção I
Da Digitalização

Art. 5º A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

Parágrafo único. Entes públicos que emitem atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão fazê-lo em meio digital, assinados eletronicamente na forma do art. 7º desta Lei e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 6º Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

Parágrafo único. No caso das exceções previstas no **caput** deste artigo, os atos processuais poderão ser praticados conforme as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado.

Art. 7º Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

§ 1º Regulamento poderá dispor sobre o uso de assinatura avançada para os fins de que tratam os seguintes dispositivos:

I - art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012;

II - art. 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III - art. 2º da Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018;

IV - art. 282-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

V - (VETADO);

VI - art. 8º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012;

VII - art. 38 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses legais de anonimato.

Art. 8º Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou da entidade, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, no horário de Brasília.

§ 2º A regulamentação deverá dispor sobre os casos e as condições de prorrogação de prazos em virtude da indisponibilidade de sistemas informatizados.

Art. 9º O acesso à íntegra do processo para vista pessoal do interessado poderá ocorrer por intermédio da disponibilização de sistema informatizado de gestão ou por acesso à cópia do documento, preferencialmente em meio eletrônico.

Art. 10. A classificação da informação quanto ao grau de sigilo e a possibilidade de limitação do acesso aos servidores autorizados e aos interessados no processo observarão os termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e das demais normas vigentes.

Art. 11. Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma do art. 7º desta Lei são considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 12. O formato e o armazenamento dos documentos digitais deverão garantir o acesso e a preservação das informações, nos termos da legislação arquivística nacional.

Art. 13. A guarda dos documentos digitais e dos processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.

Seção II
Do Governo Digital

Art. 14. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço.

Art. 15. A administração pública participará, de maneira integrada e cooperativa, da consolidação da Estratégia Nacional de Governo Digital, editada pelo Poder Executivo federal, que observará os princípios e as diretrizes de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 16. A administração pública de cada ente federado poderá editar estratégia de governo digital, no âmbito de sua competência, buscando a sua compatibilização com a estratégia federal e a de outros entes.

Seção III
Das Redes de Conhecimento

Art. 17. O Poder Executivo federal poderá criar redes de conhecimento, com o objetivo de:

I - gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências;

II - formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;

III - discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto ao Governo Digital e à eficiência pública;

IV - prospectar novas tecnologias para facilitar a prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais.

§ 1º Poderão participar das redes de conhecimento todos os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, inclusive dos entes federados.

§ 2º Serão assegurados às instituições científicas, tecnológicas e de inovação o acesso às redes de conhecimento e o estabelecimento de canal de comunicação permanente com o órgão federal a quem couber a coordenação das atividades previstas neste artigo.

Seção IV
Dos Componentes do Governo Digital

Subseção I
Da Definição

Art. 18. São componentes essenciais para a prestação digital dos serviços públicos na administração pública:

I - a Base Nacional de Serviços Públicos;

II - as Cartas de Serviços ao Usuário, de que trata a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; e

III - as Plataformas de Governo Digital.

Subseção II
Da Base Nacional de Serviços Públicos

Art. 19. Poderá o Poder Executivo federal estabelecer Base Nacional de Serviços Públicos, que reunirá informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos em cada ente federado.

Parágrafo único. Cada ente federado poderá disponibilizar as informações sobre a prestação de serviços públicos, conforme disposto nas suas Cartas de Serviços ao Usuário, na Base Nacional de Serviços Públicos, em formato aberto e interoperável e em padrão comum a todos os entes.

Subseção III
Das Plataformas de Governo Digital

Art. 20. As Plataformas de Governo Digital, instrumentos necessários para a oferta e a prestação digital dos serviços públicos de cada ente federativo, deverão ter pelo menos as seguintes funcionalidades:

I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos; e

II - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades de que trata o **caput** deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 21. A ferramenta digital de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos de que trata o inciso I do **caput** do art. 20 desta Lei deve apresentar, no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

I - identificação do serviço público e de suas principais etapas;

II - solicitação digital do serviço;

III - agendamento digital, quando couber;

IV - acompanhamento das solicitações por etapas;

V - avaliação continuada da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados;

VI - identificação, quando necessária, e gestão do perfil pelo usuário;

VII - notificação do usuário;

VIII - possibilidade de pagamento digital de serviços públicos e de outras cobranças, quando necessário;

IX - nível de segurança compatível com o grau de exigência, a natureza e a criticidade dos serviços públicos e dos dados utilizados;

X - funcionalidade para solicitar acesso a informações acerca do tratamento de dados pessoais, nos termos das Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e

XI - implementação de sistema de ouvidoria, nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 22. O painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos de que trata o inciso II do **caput** do art. 20 desta Lei deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, para cada serviço público ofertado:

I - quantidade de solicitações em andamento e concluídas anualmente;

II - tempo médio de atendimento; e

III - grau de satisfação dos usuários.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada interoperabilidade e padronização mínima do painel a que se refere o **caput** deste artigo, de modo a permitir a comparação entre as avaliações e os desempenhos dos serviços públicos prestados pelos diversos entes.

Art. 23. Poderá o Poder Executivo federal:

I - estabelecer padrões nacionais para as soluções previstas nesta Seção;

II - disponibilizar soluções para outros entes que atendam ao disposto nesta Seção.

Seção V
Da Prestação Digital dos Serviços Públicos

Art. 24. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas competências:

I - manter atualizadas:

a) as Cartas de Serviços ao Usuário, a Base Nacional de Serviços Públicos e as Plataformas de Governo Digital;

b) as informações institucionais e as comunicações de interesse público;

II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V - eliminar a replicação de registros de dados, exceto por razões de desempenho ou de segurança;

VI - tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;

VII - realizar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital; e

VIII - realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.

Art. 25. As Plataformas de Governo Digital devem dispor de ferramentas de transparência e de controle do tratamento de dados pessoais que sejam claras e facilmente acessíveis e que permitam ao cidadão o exercício dos direitos previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 1º As ferramentas previstas no **caput** deste artigo devem:

I - disponibilizar, entre outras, as fontes dos dados pessoais, a finalidade específica do seu tratamento pelo respectivo órgão ou ente e a indicação de outros órgãos ou entes com os quais é realizado o uso compartilhado de dados pessoais, incluído o histórico de acesso ou uso compartilhado, ressalvados os casos previstos no inciso III do **caput** do art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

II - permitir que o cidadão efetue requisições ao órgão ou à entidade controladora dos seus dados, especialmente aquelas previstas no art. 18 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 2º A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) poderá editar normas complementares para regulamentar o disposto neste artigo.

Art. 26. Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.

Seção VI
Dos Direitos dos Usuários da Prestação Digital de Serviços Públicos

Art. 27. São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis nºs 13.460, de 26 de junho de 2017, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II - atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;

III - padronização de procedimentos referentes aì utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e

V - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

CAPÍTULO III
DO NÚMERO SUFICIENTE PARA IDENTIFICAÇÃO

Art. 28. Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

§ 1º O número de inscrição no CPF deverá constar dos cadastros e dos documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais, dos documentos de identificação de conselhos profissionais e, especialmente, dos seguintes cadastros e documentos:

I - certidão de nascimento;

II - certidão de casamento;

III - certidão de óbito;

IV - Documento Nacional de Identificação (DNI);

V - Número de Identificação do Trabalhador (NIT);

VI - registro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

VII - Cartão Nacional de Saúde;

VIII - título de eleitor;

IX - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

X - Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir;

XI - certificado militar;

XII - carteira profissional expedida pelos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada;

XIII - passaporte;

XIV - carteiras de identidade de que trata a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983; e

XV - outros certificados de registro e números de inscrição existentes em bases de dados públicas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 2º A inclusão do número de inscrição no CPF nos cadastros e nos documentos de que trata o § 1º deste artigo ocorrerá sempre que a instituição responsável pelos cadastros e pelos documentos tiver acesso a documento comprobatório ou à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 3º A incorporação do número de inscrição no CPF à carteira de identidade será precedida de consulta à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e de validação de acordo com essa base de dados.

§ 4º Na hipótese de o requerente da carteira de identidade não estar inscrito no CPF, o órgão de identificação realizará a sua inscrição, caso tenha integração com a base de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério Economia.

§ 5º (VETADO).

CAPÍTULO IV
DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

Seção I
Da Abertura dos Dados

Art. 29. Os dados disponibilizados pelos prestadores de serviços públicos, bem como qualquer informação de transparência ativa, são de livre utilização pela sociedade, observados os princípios dispostos no art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 1º Na promoção da transparência ativa de dados, o poder público deverá observar os seguintes requisitos:

I - observância da publicidade das bases de dados não pessoais como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - garantia de acesso irrestrito aos dados, os quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, respeitadas as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

III - descrição das bases de dados com informação suficiente sobre estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua integridade;

IV - permissão irrestrita de uso de bases de dados publicadas em formato aberto;

V - completude de bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;

VI - atualização periódica, mantido o histórico, de forma a garantir a perenidade de dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e a atender às necessidades de seus usuários;

VII - (VETADO);

VIII - respeito à privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

IX - intercâmbio de dados entre órgãos e entidades dos diferentes Poderes e esferas da Federação, respeitado o disposto no art. 26 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e

X - fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos.

§ 2º Sem prejuízo da legislação em vigor, os órgãos e as entidades previstos no art. 2º desta Lei deverão divulgar na internet:

I - o orçamento anual de despesas e receitas públicas do Poder ou órgão independente;

II - a execução das despesas e receitas públicas, nos termos dos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - os repasses de recursos federais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal;

IV - os convênios e as operações de descentralização de recursos orçamentários em favor de pessoas naturais e de organizações não governamentais de qualquer natureza;

V - as licitações e as contratações realizadas pelo Poder ou órgão independente;

VI - as notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas;

VII - as informações sobre os servidores e os empregados públicos federais, bem como sobre os militares da União, incluídos nome e detalhamento dos vínculos profissionais e de remuneração;

VIII - as viagens a serviço custeadas pelo Poder ou órgão independente;

IX - as sanções administrativas aplicadas a pessoas, a empresas, a organizações não governamentais e a servidores públicos;

X - os currículos dos ocupantes de cargos de chefia e direção;

XI - o inventário de bases de dados produzidos ou geridos no âmbito do órgão ou instituição, bem como catálogo de dados abertos disponíveis;

XII - as concessões de recursos financeiros ou as renúncias de receitas para pessoas físicas ou jurídicas, com vistas ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural, incluída a divulgação dos valores recebidos, da contrapartida e dos objetivos a serem alcançados por meio da utilização desses recursos e, no caso das renúncias individualizadas, dos dados dos beneficiários.

§ 3º (VETADO).

Art. 30. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de abertura de bases de dados da administração pública, que deverá conter os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida.

§ 1º O requerente poderá solicitar a preservação de sua identidade quando entender que sua identificação prejudicará o princípio da impessoalidade, caso em que o canal responsável deverá resguardar os dados sem repassá-los ao setor, ao órgão ou à entidade responsável pela resposta.

§ 2º Os procedimentos e os prazos previstos para o processamento de pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), aplicam-se às solicitações de abertura de bases de dados da administração pública.

§ 3º Para a abertura de base de dados de interesse público, as informações para identificação do requerente não podem conter exigências que inviabilizem o exercício de seu direito.

§ 4º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de abertura de base de dados públicos.

§ 5º Os pedidos de abertura de base de dados públicos, bem como as respectivas respostas, deverão compor base de dados aberta de livre consulta.

§ 6º Consideram-se automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei.

Art. 31. Compete a cada ente federado monitorar a aplicação, o cumprimento dos prazos e os procedimentos para abertura dos dados sob seu controle.

Art. 32. (VETADO).

Parágrafo único. Eventuais inconsistências existentes na base de dados aberta deverão ser informadas e, se possível, detalhadas no arquivo gerado com os dados.

Art. 33. A solicitação de abertura da base de dados será considerada atendida a partir da notificação ao requerente sobre a disponibilização e a catalogação da base de dados para acesso público no site oficial do órgão ou da entidade na internet.

Art. 34. É direito do requerente obter o inteiro teor da decisão negativa de abertura de base de dados.

Parágrafo único. Eventual decisão negativa à solicitação de abertura de base de dados ou decisão de prorrogação de prazo, em razão de custos desproporcionais ou não previstos pelo órgão ou pela entidade da administração pública, deverá ser acompanhada da devida análise técnica que conclua pela inviabilidade orçamentária da solicitação.

Art. 35. (VETADO).

Art. 36. Os órgãos gestores de dados poderão disponibilizar em transparência ativa dados de pessoas físicas e jurídicas para fins de pesquisa acadêmica e de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, desde que anonimizados antes de sua disponibilização os dados protegidos por sigilo ou com restrição de acesso prevista, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 37. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

Seção II
Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos

Art. 38. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), deverão gerir suas ferramentas digitais, considerando:

I - a interoperabilidade de informações e de dados sob gestão dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei, respeitados as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e das comunicações, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II - a otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;

III - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 39. Será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

I - aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III - viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo;

V - realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. Aplicam-se aos dados pessoais tratados por meio de mecanismos de interoperabilidade as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 40. Os órgãos abrangidos por esta Lei serão responsáveis pela publicidade de seus registros de referência e pelos mecanismos de interoperabilidade de que trata esta Seção.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão verificar a exatidão, a correção e a completude de qualquer um dos seus dados contidos nos registros de referência, bem como monitorar o acesso a esses dados.

§ 2º Nova base de dados somente poderá ser criada quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos registros de referência existentes.

Art. 41. É de responsabilidade dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei os custos de adaptação de seus sistemas e de suas bases de dados para a implementação da interoperabilidade.

CAPÍTULO V
DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO

Art. 42. Os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, mediante opção do usuário, poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não gera direito subjetivo à opção pelo administrado caso os meios não estejam disponíveis.

§ 2º O administrado poderá, a qualquer momento e independentemente de fundamentação, optar pelo fim das comunicações, das notificações e das intimações por meio eletrônico.

§ 3º O ente público poderá realizar as comunicações, as notificações e as intimações por meio de ferramenta mantida por outro ente público.

Art. 43. As ferramentas usadas para os atos de que trata o art. 42 desta Lei:

I - disporão de meios que permitam comprovar a autoria das comunicações, das notificações e das intimações;

II - terão meios de comprovação de emissão e de recebimento, ainda que não de leitura, das comunicações, das notificações e das intimações;

III - poderão ser utilizadas mesmo que legislação especial preveja apenas as comunicações, as notificações e as intimações pessoais ou por via postal;

IV - serão passíveis de auditoria;

V - conservarão os dados de envio e de recebimento por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VI
DOS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Art. 44. Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

Art. 45. Os laboratórios de inovação terão como diretrizes:

I - colaboração interinstitucional e com a sociedade;

II - promoção e experimentação de tecnologias abertas e livres;

III - uso de práticas de desenvolvimento e prototipação de softwares e de métodos ágeis para formulação e implementação de políticas públicas;

IV - foco na sociedade e no cidadão;

V - fomento à participação social e à transparência pública;

VI - incentivo à inovação;

VII - apoio ao empreendedorismo inovador e fomento a ecossistema de inovação tecnológica direcionado ao setor público;

VIII - apoio a políticas públicas orientadas por dados e com base em evidências, a fim de subsidiar a tomada de decisão e de melhorar a gestão pública;

IX - estímulo à participação de servidores, de estagiários e de colaboradores em suas atividades;

X - difusão de conhecimento no âmbito da administração pública.

Art. 46. (VETADO).

CAPÍTULO VII
DA GOVERNANÇA, DA GESTÃO DE RISCOS, DO CONTROLE E DA AUDITORIA

Art. 47. Caberá à autoridade competente dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança, em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança referidos no **caput** deste artigo incluirão, no mínimo:

I - formas de acompanhamento de resultados;

II - soluções para a melhoria do desempenho das organizações;

III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Art. 48. Os órgãos e as entidades a que se refere o art. 2º desta Lei deverão estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar a consecução dos objetivos da organização no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários, observados os seguintes princípios:

I - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;

II - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de modo a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;

III - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle;

IV - proteção às liberdades civis e aos direitos fundamentais.

Art. 49. A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle, por meio da:

I - realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, conforme os padrões de auditoria e de ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II - adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria;

III - promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo governo, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos da lei.

Art. 51. O art. 3º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....
.....

g) assinatura do dirigente do órgão expedidor;

h) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 1º A inclusão do número de inscrição no CPF na Carteira de Identidade, conforme disposto na alínea "h" do **caput** deste artigo, ocorrerá sempre que o órgão de identificação tiver acesso a documento comprobatório ou à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 2º A incorporação do número de inscrição no CPF à Carteira de Identidade será precedida de consulta e de validação com a base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Na hipótese de o requerente da Carteira de Identidade não estar inscrito no CPF, o órgão de identificação realizará a sua inscrição, caso tenha autorização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil." (NR)

Art. 52. O art. 12 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.

§ 1º O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

§ 2º Estará isento de ressarcir os custos previstos no § 1º deste artigo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983." (NR)

Art. 53. O **caput** do art. 3º da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de assinatura eletrônica.

....." (NR)

Art. 54. A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

.....

§ 6º Compete a cada ente federado disponibilizar as informações dos serviços prestados, conforme disposto nas suas Cartas de Serviços ao Usuário, na Base Nacional de Serviços Públicos, mantida pelo Poder Executivo federal, em formato aberto e interoperável, nos termos do regulamento do Poder Executivo federal." (NR)

"Art. 10-A. Para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de direitos e obrigações ou de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades federais, estaduais, distritais e municipais ou os serviços públicos delegados, a apresentação de documento de identificação com fé pública em que conste o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento.

§ 1º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório para cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que será suficiente para sua identificação, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro número para esse fim.

§ 2º O número de inscrição no CPF poderá ser declarado pelo usuário do serviço público, desde que acompanhado de documento de identificação com fé pública, nos termos da lei.

§ 3º Ato de cada ente federativo ou Poder poderá dispor sobre casos excepcionais ao previsto no **caput** deste artigo."

Art. 55. Esta Lei entra em vigor após decorridos:

I - 90 (noventa) dias de sua publicação oficial, para a União;

II - 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial, para os Estados e o Distrito Federal;

III - 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, para os Municípios.

Brasília, 29 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
André Luiz de Almeida Mendonça
Paulo Guedes
Marcos César Pontes
Wagner de Campos Rosário
Onyx Lorenzoni

LEI Nº 14.130, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

Art. 2º A ementa da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências." (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16-A .....

.....

§ 5º (VETADO)." (NR)

"Art. 20-A. São instituídos os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), a serem constituídos sob a forma de condomínio de natureza especial destinado à aplicação, isolada ou conjuntamente, em:

I - imóveis rurais;

II - participação em sociedades que explorem atividades integrantes da cadeia produtiva agroindustrial;

III - ativos financeiros, títulos de crédito ou valores mobiliários emitidos por pessoas físicas e jurídicas que integrem a cadeia produtiva agroindustrial, na forma de regulamento;

IV - direitos creditórios do agronegócio e títulos de securitização emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio, inclusive certificados de recebíveis do agronegócio e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos referidos direitos creditórios;

V - direitos creditórios imobiliários relativos a imóveis rurais e títulos de securitização emitidos com lastro nesses direitos creditórios, inclusive certificados de recebíveis do agronegócio e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos referidos direitos creditórios;

VI - cotas de fundos de investimento que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos ativos referidos nos incisos I, II, III, IV e V deste **caput**.

§ 1º Os Fiagro poderão arrendar ou alienar os imóveis rurais que venham a adquirir.

§ 2º No arrendamento de imóvel rural pelos Fiagro, prevalecerão as condições livremente pactuadas no respectivo contrato, ressalvado que, na falta de pagamento dos valores devidos pelo arrendatário, eventual determinação judicial de desocupação coincidirá com o término da safra que esteja plantada na época do inadimplemento, quando aplicável, respeitado o prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 1 (um) ano.

§ 3º Incluem-se no rol de ativos constantes do inciso III do **caput** deste artigo os tiìtulos de creìdito e os valores mobiliaìrios previstos na:

I - Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994;

II - Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e

III - Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020."

"Art. 20-B. Os Fiagro serão constituídos com prazo de duração determinado ou indeterminado, sob a forma de:

I - condomínio aberto; ou

II - condomínio fechado.

Parágrafo único. Poderão ser criadas categorias de Fiagro, com estabelecimento de requisitos de funcionamento específicos, de acordo com:

I - o público que poderá subscrever as cotas de sua emissão; e

II - a natureza dos investimentos a serem realizados pelos fundos."

"Art. 20-C. Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos e distribuídos, quando distribuídos pelos Fiagro, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento)."

"Art. 20-D. Os ganhos de capital e os rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos Fiagro sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de 20% (vinte por cento):

I - na fonte, no caso de resgate;

II - às mesmas normas aplicáveis aos ganhos de capital ou aos ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável, nos demais casos."

"Art. 20-E. As cotas dos Fiagro podem ser integralizadas em bens e direitos, inclusive imóveis.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Os imóveis rurais destinados à integralização de cotas dos Fiagro deverão ser previamente avaliados por profissional ou por empresa especializada, nos termos de regulamento."

"Art. 20-F. Aplicam-se aos Fiagro o disposto nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do **caput** do art. 10, e nos arts. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 16-A, 19 e 20 desta Lei."

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos - Sira, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

CAPÍTULO II
DA FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS

Art. 2º A Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º A Redesim será administrada por um Comitê Gestor presidido pelo Ministério da Economia, conforme regulamento.

§ 2º A composição, a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e autorizações de funcionamento." (NR)

"Art. 4º Os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas e licenciamento e autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou inscrição.

....." (NR)

"Art. 5º-A Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º.

§ 1º Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará ao Comitê Gestor da Redesim.

§ 2º Os atos públicos de liberação relativos à operação de estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada, exceto quando houver risco, o que será fundamentado em ato da autoridade competente." (NR)

"Art. 6º Sem prejuízo do disposto no inciso I do **caput** do art. 3º da Lei nº 13.874, de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do Comitê Gestor da Redesim.

§ 1º O alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.

§ 2º No termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial.

§ 3º O Comitê Gestor da Redesim comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, hipótese na qual o sistema aplicará a classificação respectiva em vez da estabelecida pelo Comitê Gestor da Redesim na forma prevista no **caput** do art. 5º-A.

§ 4º A emissão automática de que trata o **caput** não obsta a fiscalização dos órgãos ou das entidades estaduais, distritais ou municipais competentes." (NR)

"Art. 11-A. Não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários e pessoas jurídicas realizado pela Redesim:

I - dados ou informações que constem da base de dados do Governo federal; e

II - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá bastar para a realização do registro e das inscrições, inclusive no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A inscrição fiscal federal no CNPJ dispensa a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e a Fazenda Pública da União permutará as informações cadastrais fiscais com os entes federativos respectivos." (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

X - instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais;

....." (NR)

"Art. 35. .....

.....

III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;

V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente;

.....

§ 1º O registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia e os órgãos públicos deverão ser informados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim a respeito dos registros sobre os quais manifestarem interesse.

§ 2º Eventuais casos de colidência entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

"Art. 35-A. O empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei." (NR)

"Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57." (NR)

"Art. 57. Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Antes da eliminação, será concedido o prazo de trinta dias para os acionistas, diretores e procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo." (NR)

"Art. 63. Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

....." (NR)

"Art. 64. A certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou o aumento do capital." (NR)

Art. 4º Os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de sessenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 2007, de que trata o art. 2º.

§ 1º Compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 2007, no prazo de cinco dias úteis, contado da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º Será assegurado aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 2007.

§ 3º Será assegurado aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

CAPÍTULO III
DA PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Art. 5º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 122. .....
.....

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e

X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre:

a) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e

b) a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria." (NR)

"Art. 124. .....

§ 1º .....
.....

II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 30 (trinta) dias e o da segunda convocação será de 8 (oito) dias.

.....

§ 5º .....

I - declarar quais documentos e informações relevantes para a deliberação da assembleia geral não foram tempestivamente disponibilizados aos acionistas e determinar o adiamento da assembleia por até 30 (trinta) dias, contado da data de disponibilização dos referidos documentos e informações aos acionistas; e

....." (NR)

"Art. 138. .....
.....

§ 3º É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.

§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá excepcionar a vedação de que trata o § 3º para as companhias com menor faturamento, nos termos de sua regulamentação." (NR)

"Art. 140. .....
.....

§ 1º O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam.

§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários." (NR)

Art. 6º A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer regras de transição para as obrigações decorrentes do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO IV
DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Seção I
Das licenças, autorizações ou exigências administrativas para importações ou exportações

Art. 7º Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta estabelecer limites aos valores de mercadorias ou de serviços correlatos praticados nas importações ou nas exportações ou deixar de autorizar ou de licenciar operações de importação ou de exportação em razão dos valores nelas praticados.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos regulamentos ou aos procedimentos de natureza tributária ou aduaneira de competência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Art. 8º Será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet.

§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidas por meio da solução referida no **caput**, notificará o demandante do resultado por meio do próprio guichê único eletrônico nos prazos previstos na legislação.

§ 2º A solução de que trata o **caput** deverá:

I - permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta para a concretização de operações de importação ou de exportação; e

II - atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

§ 3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público relacionado a operações de comércio exterior ocorrerá preferencialmente por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o **caput**.

§ 4º Compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o **caput**.

Art. 9º Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, dados ou informações para a realização de importações ou exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica:

I - quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único a que se refere o art. 8º; e

II - aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, produtos ou processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a este.

§ 2º As exigências vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Art. 10. Fica vedada aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta a imposição de exigência de licença ou de autorização sobre importação ou exportação em razão de características das mercadorias, quando não estiverem previstas em ato normativo.

Parágrafo único. As exigências de que trata o **caput** vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Seção II
Do comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados

Art. 11. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 25. Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

§ 1º O compartilhamento de que trata o **caput**:

I - será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal;

II - observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei;

III - poderá abranger dados e informações obtidos:

a) no cumprimento de obrigações tributárias acessórias;

b) na realização de operações no mercado de câmbio; e

c) em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; e

IV - observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o compartilhamento de que trata o **caput**." (NR)

"Art. 26. Os dados e as informações de que trata o art. 25 serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal." (NR)

"Art. 27. Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos art. 24 ao art. 26." (NR)

Seção III
Da origem não preferencial

Art. 12. A Lei nº 12.546, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29. As investigações de defesa comercial sob a competência da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto.

....." (NR)

"Art. 31. .....

§ 1º .....

I - .....

.....

h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho;

i) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas "a" a "i";

.....

§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto no art. 28 ao art. 45:

I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária (primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º; ou

II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder cinquenta por cento do valor **Free on Board - FOB** do produto, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32.

§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor **FOB**." (NR)

"Art. 34. .....

.....

V - ao índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto.

§ 1º A apresentação das informações a que se refere o **caput** não exclui a possibilidade de realização de diligência ou fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador.

.....

§ 3º Na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negar acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecer tempestivamente ou criar obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial." (NR)

"Art. 36. Compete à Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia realizar a verificação de origem não preferencial, por meio da apresentação de denúncia ou de ofício, quando houver indícios da não observância ao disposto nos art. 31, art. 32 e art. 34.

§ 1º Iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34.

§ 2º A origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor.

§ 3º A Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º por meio da apresentação, por parte do interessado, das informações referidas no art. 34, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os art. 31 e art. 32." (NR)

"Art. 40. .....

§ 1º O importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos a que se refere o **caput**.

§ 2º Na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota." (NR)

CAPÍTULO V
DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sira, constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a:

I - facilitar a identificação e a localização de bens e devedores; e

II - a constrição e a alienação de ativos.

Art. 14. São objetivos do Sira:

I - promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos por meio do aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de créditos;

II - conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de todas as naturezas, em âmbito nacional;

III - reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados;

IV - fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e

V - garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

Art. 15. São princípios do Sira:

I - máxima efetividade e eficiência na identificação e na recuperação de ativos e na proteção do crédito e do credor;

II - promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados;

III - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicações de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento;

IV - respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e

V - ampla interoperabilidade e integração com os sistemas utilizados pelo Poder Judiciário, de forma a subsidiar a tomada de decisão e racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos.

Art. 16. Ato do Presidente da República disporá sobre:

I - as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações;

II - a relação nominal das bases mínimas que comporão o Sira;

III - a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas;

IV - o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e entidades, públicos e privados, e o prazo para atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, convênios e ajustes de qualquer natureza, quando necessário;

V - a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e

VI - as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.

CAPÍTULO VI
DAS COBRANÇAS REALIZADAS POR CONSELHOS PROFISSIONAIS

Art. 17. A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

Parágrafo único. O disposto no **caput** não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa." (NR)

CAPÍTULO VII
DA PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO

Art. 18. São requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público:

I - ter capacidade civil;

II - ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento;

III - ser brasileiro nato ou naturalizado;

IV - ser aprovado em concurso para aferição de aptidão;

V - não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea "e" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Art. 19. O tradutor e intérprete público poderá se habilitar e se registrar para um ou mais idiomas estrangeiros.

Art. 20. O cumprimento do disposto no art. 18 habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Art. 21. O concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do **caput** do art. 18:

I - será válido por prazo indefinido;

II - incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas;

III - será organizado nacionalmente pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e

IV - será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 22. São atividades privativas dos tradutores e intérpretes públicos:

I - traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos;

II - realizar traduções oficiais, quando exigido por lei;

III - interpretar e verter verbalmente, perante ente público, a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se exigido por lei específica;

IV - transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e

V - realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não impede:

I - a designação, pela autoridade competente, de tradutor e intérprete público **ad hoc** no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e

II - a realização da atividade por agente público:

a) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou

b) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

Art. 23. Presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas pelos tradutores e intérpretes públicos.

§ 1º Nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções:

I - feitas por corretores de navios, em sua área de atuação;

II - dos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro;

III - realizadas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e

IV - que se enquadrem nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º A presunção de que trata o **caput** não afasta:

I - a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e

II - a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

Art. 24. Os tradutores e intérpretes públicos que realizarem traduções incompletas, imprecisas, erradas ou fraudulentas estarão sujeitos às seguintes sanções, além de eventual responsabilização civil e criminal:

I - advertência;

II - suspensão do registro por até um ano; e

III - cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a quinze anos.

Parágrafo único. A dosimetria da pena considerará:

I - as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos dez anos;

II - a existência ou não de má-fé; e

III - a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

Art. 25. O processo administrativo contra os tradutores e intérpretes públicos seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 26. O processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito.

Parágrafo único. Caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, que decidirá em última instância.

Art. 27. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Medida Provisória, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos do disposto neste Capítulo.

Art. 28. O tradutor e intérprete público poderá optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal.

Art. 29. Os tradutores e intérpretes públicos poderão realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Art. 30. O Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO VIII
DA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

Art. 31. Na execução de obras de extensão de redes aéreas de distribuição de responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a licença ou autorização para realização de obras em vias públicas, quando for exigida e não houver prazo estabelecido pelo Poder Público local, será emitida pelo órgão público competente no prazo de cinco dias úteis, contado da data de apresentação do requerimento.

§ 1º Na hipótese de não haver decisão do órgão competente após o encerramento do prazo estabelecido no **caput** ou na legislação local, a concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica ficará autorizada a realizar a obra em conformidade com as condições estabelecidas no requerimento apresentado, observada a legislação aplicável.

§ 2º Na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas no requerimento ou na legislação aplicável, o órgão público poderá cassar, a qualquer tempo, a licença ou autorização a que se refere o § 1º, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à concessionária ou permissionária.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente às solicitações de conexão em área urbana, com potência contratada de até 140 **kVA** (cento e quarenta **quilovolt-ampere**), cuja distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, cento e cinquenta metros e onde não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, reforço ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente.

CAPÍTULO IX
DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Art. 32. A Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão." (NR)

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 13.609, de 1943;

II - o Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945;

III - a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953;

IV - o art. 1º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955;

V - o art. 1º da Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955;

VI - a Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956;

VII - a Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956;

VIII - o art. 1º da Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956;

IX - a Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957;

X - a Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957;

XI - a Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964;

XII - os art. 14 e art. 15 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;

XIII - o art. 15 do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969;

XIV - o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;

XV - a parte do art. 1º do Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 1969;

XVI - o art. 2º da Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974;

XVII - o Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975;

XVIII - o Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975;

XIX - o parágrafo único do art. 140 da Lei nº 6.404, de 1976;

XX - o Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979;

XXI - a Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985;

XXII - a Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988;

XXIII - o art. 5º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

XXIV - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.934, de 1994:

a) o inciso IV do **caput** e o parágrafo único do art. 35;

b) o inciso III do **caput** do art. 37;

c) o art. 58; e

d) o art. 60;

XXV - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.598, de 2007:

a) o parágrafo único do art. 2º; e

b) os § 1º ao § 4º do art. 4º;

XXVI - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.546, de 2011:

a) os § 3º ao § 6º do art. 25;

b) os § 1º ao § 4º do art. 26;

c) o art. 37; e

d) o parágrafo único do art. 40.

Art. 34. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - trezentos e sessenta dias, contado da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da Lei nº 6.404, de 1976;

II - no primeiro dia útil do primeiro mês após a data de sua publicação, quanto aos art. 8º ao art. 12 e incisos III ao XV, XVII, XXII e XXVI do **caput** do art. 33;

III - noventa dias, contado da data de sua publicação, quanto ao art. 7º; e

IV - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 29 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
André Luiz de Almeida Mendonça
Paulo Guedes
Bento Albuquerque
Onyx Lorenzoni
José Levi Mello do Amaral Júnior

DECRETO Nº 10.662, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Altera o Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e remaneja, transforma e substitui cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 101.5;

b) dois DAS 101.4;

c) sete DAS 101.3;

d) dois DAS 102.4;

e) um DAS 102.1; e

f) duas FCPE 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) um DAS 101.2;

b) dois DAS 101.1;

c) um DAS 103.3;

d) duas FCPE 101.4;

e) nove FCPE 101.3;

f) duas FCPE 101.2;

g) três FCPE 101.1; e

h) uma FCPE 102.2.

Art. 2º Ficam transformados, na forma do Anexo II, nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, um DAS-5 e dois DAS-4 em três DAS-3, três DAS-2 e dois DAS-1.

Art. 3º Ficam substituídos, na forma do Anexo III, nos termos do disposto na Lei nº 13.346, de 2016, dois DAS-4, nove DAS-3, dois DAS-2 e um DAS-1 por duas FCPE-4, nove FCPE-3, duas FCPE-2 e uma FCPE-1.

Parágrafo único. Ficam extintos quatorze cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo III.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por força deste Decreto, ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º O Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....
.....

II - .....
.....

h) .....
.....

2. Diretoria de Desenvolvimento Florestal; e

3. Diretoria de Regularização Ambiental;
....." (NR)

"Art. 48. .....
.....

XXV - integrar e harmonizar, no âmbito da plataforma do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, os dados e as informações referentes às propriedades e posses rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural e nos demais cadastros e bancos de dados relacionados com o planejamento territorial, ambiental, e econômico dos imóveis rurais;

XXVI - apoiar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas de que trata o Decreto nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014; e

XXVII - coordenar a elaboração do Programa de Regularização Ambiental, a ser instituído pela União, conforme previsto na Lei nº 12.651, de 2012." (NR)

"Art. 49. .....
.....

VII - supervisionar os procedimentos de repasse de recursos previstos nos art. 39 e art. 40 da Lei nº 11.284, de 2006, e em seus regulamentos;

VIII - notificar aos órgãos e às autoridades competentes a ocorrência de ilícitos em áreas de florestas públicas sob gestão ou de interesse do Serviço Florestal Brasileiro;

IX - identificar áreas de florestas públicas não destinadas que sejam de interesse do Serviço Florestal Brasileiro; e

X - manter o Cadastro Nacional de Florestas Públicas." (NR)

"Art. 50. À Diretoria de Desenvolvimento Florestal compete:
.....

IV - promover o desenvolvimento de pesquisas em produtos florestais madeireiros e não madeireiros, por meio do Laboratório de Produtos Florestais do Centro Especializado do Serviço Florestal Brasileiro;

V - apoiar a elaboração de pesquisas e estudos em parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, e redes de pesquisa e informações florestais nacionais e internacionais;

VI - fomentar as atividades de base florestal sustentável;

VII - promover o uso sustentável das florestas; e

VIII - monitorar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, instituído pela Lei nº 11.284, de 2006." (NR)

"Art. 51. À Diretoria de Regularização Ambiental compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de implementação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural, especialmente em relação aos atos decorrentes da sua implementação;

II - apoiar os entes federativos e monitorar a implementação do Cadastro Ambiental Rural e dos Programas de Regularização Ambiental, previstos na Lei nº 12.651, de 2012, no âmbito das competências do Serviço Florestal Brasileiro; e

III - monitorar o funcionamento e a integração, em âmbito nacional, dos dados do Cadastro Ambiental Rural, da Cota de Reserva Ambiental e do Programa de Regularização Ambiental." (NR)

Art. 6º O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II ao Decreto nº 10.253, de 2020, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 7º O Anexo II ao Decreto nº 10.253, de 2020, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo IV a este Decreto.

Art. 8º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 2020:

I - o item 4 da alínea "h" do inciso II do **caput** do art. 2º;

II - os incisos IV ao VII do **caput** do art. 51; e

III - o art. 52.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor em 12 de abril de 2021.

Brasília, 29 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

a) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MAPA PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	1	5,04
DAS 101.4	3,84	2	7,68
DAS 101.3	2,10	7	14,70
DAS 102.4	3,84	2	7,68
DAS 102.1	1,00	1	1,00
SUBTOTAL 1		13	36,10
FCPE 102.1	0,60	2	1,20
SUBTOTAL 2		2	1,20
TOTAL		15	37,30

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA O MAPA	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.2	1,27	1	1,27
DAS 101.1	1,00	2	2,00
DAS 103.3	2,10	1	2,10
SUBTOTAL 1		4	5,37
FCPE 101.4	2,30	2	4,60
FCPE 101.3	1,26	9	11,34
FCPE 101.2	0,76	2	1,52
FCPE 101.1	0,60	3	1,80
FCPE 102.2	0,76	1	0,76
SUBTOTAL 2		17	20,02
TOTAL		21	25,39

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c) (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-5	5,04	1	5,04	-	-	-1	-5,04
DAS-4	3,84	2	7,68	-	-	-2	-7,68
DAS-3	2,10	-	-	3	6,30	3	6,30
DAS-2	1,27	-	-	3	3,81	3	3,81
DAS-1	1,00	-	-	2	2,00	2	2,00
TOTAL		3	12,72	8	12,11	5	-0,61

ANEXO III

SUBSTITUIÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FCPE SUBSTITUÍDAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
FCPE-4	2,30	2	4,60
FCPE-3	1,26	9	11,34
FCPE-2	0,76	2	1,52
FCPE-1	0,60	1	0,60
TOTAL		14	18,06

b) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	2	7,68
DAS-3	2,10	9	18,90
DAS-2	1,27	2	2,54
DAS-1	1,00	1	1,00
TOTAL		14	30,12

ANEXO IV

(Anexo II ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020)

"a) .....

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
.....			
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	1	Diretor-Geral	DAS 101.6
	1	Diretor-Geral Adjunto	DAS 101.5
	1	Coordenador de Projetos	DAS 103.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete do Diretor-Geral	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Unidades Regionais	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Administração e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE CONCESSÃO FLORESTAL E MONITORAMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Concessão Florestal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Monitoramento e Auditoria Florestal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	1	Diretor	DAS 101.5
Laboratório de Produtos Florestais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Inventário e Informação Florestal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Fomento e Inclusão Florestal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Apoio aos Estados	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão do CAR	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão do SICAR	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82	2	12,82
DAS 101.6	6,27	8	50,16	8	50,16
DAS 101.5	5,04	49	246,96	48	241,92
DAS 101.4	3,84	121	464,64	119	456,96
DAS 101.3	2,10	151	317,10	144	302,40
DAS 101.2	1,27	178	226,06	179	227,33
DAS 101.1	1,00	163	163,00	165	165,00
		-		-	
DAS 102.5	5,04	9	45,36	9	45,36
DAS 102.4	3,84	20	76,80	18	69,12
DAS 102.3	2,10	21	44,10	21	44,10
DAS 102.2	1,27	54	68,58	54	68,58
DAS 102.1	1,00	63	63,00	62	62,00
DAS 103.5	5,04	2	10,08	2	10,08
DAS 103.3	2,10	-	-	1	2,10
SUBTOTAL 1		841	1.788,66	832	1.757,93
FCPE 101.4	2,30	34	78,20	36	82,80
FCPE 101.3	1,26	108	136,08	117	147,42
FCPE 101.2	0,76	175	133,00	177	134,52
FCPE 101.1	0,60	207	124,20	210	126,00
FCPE 102.4	2,30	4	9,20	4	9,20
FCPE 102.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	12	9,12	13	9,88
FCPE 102.1	0,60	6	3,60	4	2,40
SUBTOTAL 2		547	494,66	562	513,48
FG-1	0,20	543	108,60	543	108,60
FG-2	0,15	194	29,10	194	29,10
FG-3	0,12	163	19,56	163	19,56
SUBTOTAL 3		900	157,26	900	157,26
TOTAL		2.288	2.440,58	2.294	2.428,67

" (NR)

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 109, de 29 de março de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021.

Nº 110, de 29 de março de 2021.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/17 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017".

Ouvidos, o Ministério da Economia e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso I do art. 4º

"I - assinatura eletrônica: modalidade de assinatura que se utiliza de técnicas de processamento digital de dados capaz de evidenciar a autenticidade, a autoria e a integridade do documento em formato digital em que foi aposta;"

Razões do veto

"A propositura legislativa introduz a definição de assinatura eletrônica como a modalidade de assinatura que se utiliza de técnicas de processamento digital de dados capaz de evidenciar a autenticidade, a autoria e a integridade do documento em formato digital em que foi aposta.

Não obstante, o dispositivo contraria o interesse público por gerar insegurança jurídica, ao tratar de matéria análoga à recente aprovada Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a qual define de modo diverso a assinatura eletrônica."

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Controladoria-Geral da União, opinaram pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir.

Inciso V do § 1º do art. 7º

"V - art. 195 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);"

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece que regulamento poderá dispor sobre o uso de assinatura avançada para os fins do dispositivo.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, incorre em inconstitucionalidade tendo em vista a necessidade de tratamento em lei e não via regulamento, em violação ao princípio da reserva legal"

Ouvidos, o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo.

§ 5º do art. 28

"§ 5º O estabelecimento do CPF ou do CNPJ como número suficiente de identificação fica sujeito a diretrizes a serem elaboradas pela ANPD, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece o CPF ou CNPJ como números suficientes de identificação, sujeitos a diretrizes a serem elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, haja vista que, apesar de o caput prever que o CPF e o CNPJ são números suficientes para identificação do cidadão e da pessoa jurídica, o §5º sujeita a aplicação do artigo a uma diretriz da ANPD. Essa condição, além de desarrazoada, fere o interesse público, pois subordina a uma manifestação da ANPD o usufruto, pelos cidadãos, de serviços públicos digitais; impõe a retirada imediata de todos os serviços digitais já disponíveis na plataforma gov.br e documentos hoje existentes e que sustentam os serviços públicos digitais.

Ademais, o veto desse dispositivo não impede a ANPD de exercer a sua missão institucional de zelar pela proteção dos dados pessoais e editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018."

O Ministério da Economia opinou pelo veto aos dispositivos transcritos a seguir.

Art. 32

"Art. 32. A existência de inconsistências na base de dados não poderá obstar o atendimento da solicitação de abertura.

Parágrafo único. Eventuais inconsistências existentes na base de dados aberta deverão ser informadas e, se possível, detalhadas no arquivo gerado com os dados."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece o CPF ou CNPJ como números suficientes de identificação, sujeitos a diretrizes a serem elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, haja vista que, apesar de o caput prever que o CPF e o CNPJ são números suficientes para identificação do cidadão e da pessoa jurídica, o §5º sujeita a aplicação do artigo a uma diretriz da ANPD. Essa condição, além de desarrazoada, fere o interesse público, pois subordina a uma manifestação da ANPD o usufruto, pelos cidadãos, de serviços públicos digitais; impõe a retirada imediata de todos os serviços digitais já disponíveis na plataforma gov.br e documentos hoje existentes e que sustentam os serviços públicos digitais.

Ademais, o veto desse dispositivo não impede a ANPD de exercer a sua missão institucional de zelar pela proteção dos dados pessoais e editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018."

Art. 46

"Art. 46. Os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas.

Todavia, o uso da expressão 'domínio público' no contexto do dispositivo coloca em questão o direito de propriedade dos experimentos, das ideias, das ferramentas, dos softwares, dos resultados e dos métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação com tendência a desestimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

No mesmo sentido, a referência ao software livre suspende os direitos de os laboratórios de inovação livremente disporem sobre o uso dos softwares por eles criados, obrigando-os a destinarem suas criações a livre fruição e ao livre uso, incluindo os códigos fonte. O que acarretaria num efeito similar à introdução da ideia de 'domínio público', no sentido de desencorajar a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Deste modo, a sanção do dispositivo poderia impossibilitar que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos pelos laboratórios de inovação dos institutos e universidades públicas possam ser usados como forma de captação de recursos e impediria o estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e contratos entre essas instituições públicas e a iniciativa privada, relacionados ao desenvolvimento e à inovação tecnológica"

Ouvidos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo.

§ 3º do art. 29

"§ 3º É facultada aos prestadores de serviços e aos órgãos e entidades públicos que tenham por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e o processamento de dados, em relação a dados abertos já disponibilizados ao público e devidamente catalogados de acordo com o inciso XI do § 2º deste artigo, a cobrança de valor de utilização, no caso de acesso tipicamente corporativo ou institucional, contínuo e com excessiva quantidade de usuários e de requisições simultâneas, com grande volume de dados e com processamento em larga escala."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece que é facultada aos prestadores de serviços e aos órgãos e entidades públicos que tenham por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e o processamento de dados, em relação a dados abertos já disponibilizados ao público e devidamente catalogados de acordo com o inciso XI do § 2º deste artigo, a cobrança de valor de utilização, no caso de acesso tipicamente corporativo ou institucional, contínuo e com excessiva quantidade de usuários e de requisições simultâneas, com grande volume de dados e com processamento em larga escala.

Entretanto, embora se reconheça a boa intenção do legislador, a propositura contraria o interesse público por dispor em termos abstratos sem maiores detalhamentos sobre a possibilidade de cobrança de valor de utilização da base, com chance de soluções dispares a depender do órgão ou poder que o aplicar, além de criar o risco de privar determinados segmentos do uso de base, por ausência de condições financeiras"

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações opinou pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir:

Inciso VII do § 1º do art. 29

"VII - designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados;"

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece como requisito de observância obrigatória pelo Poder Público para a promoção da transparência ativa de dados a designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados.

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, pois gera, para o Poder Público, a obrigação de prestar 'assistência quanto ao uso de dados'. Nesse sentido, pode haver um desvio de finalidade, já que, pela redação dada, agentes públicos podem ser obrigados a prestar uma espécie de 'consultoria' a particulares quanto ao uso de dados. Por outro lado, o inciso III do mesmo parágrafo, já prevê a obrigação de disponibilizar 'estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua integridade', restando claro que o uso e a interpretação dos dados competem ao solicitante que requisitou acesso às bases de dados governamentais.

Tais razões impõem o veto ao inciso VII do § 1º do art. 29, em função do interesse público."

O Controladoria-Geral da União opinou pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir.

Art. 35

"Art. 35. No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado de sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece a possibilidade de o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias que, em caso de indeferimento de abertura de base de dados, e que o recurso deve ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se em 5 dias.

Todavia, apesar da meritória a intenção do legislador, o dispositivo contraria o interesse público, pois tal comando jaì existe no § 2º do art. 30 do mesmo PL e se trata de uma redação idêntica aì do art. 15 da Lei de Acesso à Informação."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 111, de 29 de março de 2021.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, que "Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto ao seguintes dispositivos:

§ 5º do art. 16-A e § 1º e § 2º do art. 20-E da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, alterados pelo art. 3º e art. 4º do projeto de lei

"§ 5º Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte prevista no **caput** deste artigo as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), de que trata o art. 20-A desta Lei, nos ativos relacionados nos incisos IV e V do **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004."

"§ 1º O pagamento do imposto sobre a renda decorrente do ganho de capital sobre as cotas integralizadas com imóvel rural por pessoa física ou jurídica poderá ser diferido para a data definida para o momento da venda dessas cotas, ou por ocasião do seu resgate, no caso de liquidação dos fundos.

§ 2º Na alienação ou no resgate das cotas referidas no § 1º deste artigo, o imposto sobre a renda diferido será pago em proporção à quantidade de cotas vendidas."

"Art. 4º O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 3º .....

.....

III - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

.....

Parágrafo único. .....

I - será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 50 (cinquenta) cotistas;

II - não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.' (NR)"

Razões dos vetos

"A propositura legislativa dispõe acerca da concessão de benefícios tributários sobre o imposto de renda na fonte aos rendimentos auferidos pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) em instrumentos financeiros relacionados com o mercado do agronegócio.

Todavia, apesar de meritória a intenção do legislador, a medida encontra óbice jurídico por acarretar renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que viola o art. 113 do ADCT, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 125 da Lei nº 14.116, de 2020 (LDO/2021).

Ademais, a medida incorre na inobservância do art. 137, da Lei nº 14.116, de 2020 (LDO/2021), que estabelece que o prazo de vigência do benefício fiscal deve conter cláusula de, no máximo, cinco anos."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA SA/SG/PR Nº 122, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, de Normas Administrativas.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e VII do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação da:

I - Norma Administrativa nº I-401, de outubro de 2014; e

II - Norma Administrativa nº VIII-102, de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de maio de 2021.

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO

PORTARIA SA/SG/PR Nº 123, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Estabelece critérios para a utilização das instalações do Setor de Preparação Física da Presidência da República.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios para a utilização das instalações do Setor de Preparação Física da Presidência da República.

Art. 2º A utilização das instalações do Setor de Preparação Física da Presidência da República será destinada, preferencialmente, à preparação física do Corpo de Segurança da Presidência da República.

Parágrafo único. Os colaboradores em exercício na Presidência da República poderão utilizar as instalações do Setor de Preparação Física e participar das atividades nelas desenvolvidas.

Art. 3º Caberá à Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração coordenar a execução das atividades desenvolvidas no Setor de Preparação Física.

Art. 4º As práticas de educação física e desportiva, bem como as atividades de ginástica laboral, realizadas no Setor de Preparação Física, devem ser realizadas sob a orientação e a assistência de profissionais de educação física.

Art. 5º As disposições estabelecidas nesta Portaria aplicam-se, no que couber, supletivamente, à Vice-Presidência da República.

Art. 6º A Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração poderá expedir instruções complementares sobre os procedimentos necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 7º Os casos omissos em relação ao disposto nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Especial de Administração, com assessoramento técnico da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 8º Fica revogada a Norma Administrativa IV-301, de fevereiro de 2016.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 3 de maio de 2021.

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Institui o Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro com a finalidade de identificar demandas dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal por serviços espaciais e realizar estudos sobre o equacionamento do orçamento da União para atendimentos a essas necessidades.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **COORDENADOR DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO,** no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87 da Constituição, pelos artigos 6º e 7º do Decreto nº 9.839, de 14 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 11 da Resolução nº 9/CDPEB, de 7 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro com a finalidade de identificar demandas dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal por serviços espaciais e realizar estudos sobre o equacionamento do orçamento da União para atendimentos a essas necessidades, visando reinvestimento para aperfeiçoamento dos sistemas que integram o Programa Espacial Brasileiro.

Art. 2º O Grupo Técnico será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério da Economia;

IV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; que o coordenará; e

V - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 3º São convidados para participar das reuniões deste Grupo Técnico, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - Ministério da Infraestrutura;

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - Ministério da Educação;

V - Ministério da Cidadania;

VI - Ministério da Saúde;

VII - Ministério de Minas e Energia;

VIII - Ministério do Meio Ambiente;

IX - Ministério do Desenvolvimento Regional;

X - Comando da Aeronáutica;

XI - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; e

XII - Agência Espacial Brasileira.

Art. 4º Os órgãos que integram o Grupo Técnico, bem como os convidados enumerados no art. 3º, indicarão um representante titular e um suplente, que serão designados em ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 5º Os trabalhos do Grupo Técnico serão concluídos no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos, o Grupo apresentará ao Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro relatório técnico contendo o resultado dos trabalhos realizados.

Art. 6º A participação no Grupo Técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de abril de 2021.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE Nº 518, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de efetuar levantamento relativo à implementação de política pública de assistência técnica e extensão rural para o aprimoramento dessas atividades junto aos assentados da reforma agrária no Estado de Rondônia.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 1º, incisos IX e XIV, e 8º, inciso VI, todos do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 2020; e Lei nº 12.897, de 2013 - lei autorizativa da Anater, e o que consta do Processo SEI n° 21000.059506/2020-57, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho de Estudos Técnicos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, com o objetivo de efetuar levantamento relativo à implementação de política pública de assistência técnica e extensão rural para atender demandas de assentamentos rurais da reforma agrária efetivados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado de Rondônia.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho de Estudos Técnicos:

I - realizar estudos técnicos que demonstrem a viabilidade de atender aos assentamentos rurais efetivados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado de Rondônia por meio da implementação de política pública de assistência técnica e extensão rural;

II - elaborar relatório conclusivo quanto à viabilidade da implementação de política pública mencionada no inciso I deste artigo, indicando os aspectos quantitativos e qualitativos envolvidos, bem como os recursos orçamentários necessários; e

III - apresentar à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural relação de medidas que o Grupo de Trabalho entende ser pertinentes para o aprimoramento de atividades de assistência técnica e extensão rural no Estado de Rondônia e quem poderá executá-las.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF;

II - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia - SFA/RO;

III - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

IV - Superintendência Regional do INCRA no Estado de Rondônia - SR-17/RO;

V - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER; e

VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

§ 1º O representante indicado pela SAF será o Coordenador do Grupo de Trabalho e será substituído em seus impedimentos legais, eventuais ou temporários por seu suplente.

§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados por ato do Secretário-Executivo do MAPA após indicação dos dirigentes máximos dos órgãos e das entidades vinculadas mencionados no caput.

§ 3º Caberá ao MAPA prestar apoio administrativo ao Grupo de Trabalho.

§ 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, representantes de entidades privadas e especialistas, cujos conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 4º O Grupo de Trabalho se reunirá quinzenalmente e, extraordinariamente, mediante convocação do coordenador ou mediante solicitação dos seus membros.

§ 1º As reuniões do Grupo de Trabalho serão instaladas mediante a presença da maioria dos seus membros e realizadas obrigatoriamente por vídeo conferência, salvo demonstração da sua inviabilidade ou inconveniência.

§ 2º As deliberações do Grupo de Trabalho serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 3º Além do voto ordinário, o coordenador do Grupo de Trabalho terá voto de qualidade em caso de empate.

§ 4º As reuniões do Grupo de Trabalho terão apoio administrativo do MAPA.

§ 5º O Grupo de Trabalho poderá diligenciar por escrito aos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pedidos de informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades e competências, sendo suficiente a subscrição por seu coordenador.

Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 6º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do ato de designação de seus membros, de que trata o art. 3º, § 2º, para o pleno e eficaz cumprimento das finalidades e competências estabelecidas nos arts. 1º e 2º, admitida a prorrogação por igual período mediante justificativa do Coordenador.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 28, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o n° 63/2021 o(a) Médico(a) Veterinário(a) JOSÉ VALMIR TENÓRIO FERREIRA JÚNIOR, registrado(a) junto ao CRMV-ES sob o n° 3081, para colheita de material e envio de amostras para diagnóstico do Mormo, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 29, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e considerando as informações constantes do processo SFA - ES nº 21018.001315/2021-98, resolve:

Art. 1º - Credenciar sob o número 29/2021/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) Ricardo José Petri Marques, inscrito(a) no CRMV-ES nº 1770, para emissão de Certificados de Inspeção Sanitária - CIS-E para subproduto de origem animal, no município de Montanha, no Estado do Espírito Santo para as propriedades relacionadas no processo em referência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 63, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e com base no que determina o Art. 75 do Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e no Art. 3º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16/01/2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21042.011053/2020-91, resolve:

HABILITAR no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os nomes e respectivos números de registro no CRMV, para execução das atividades pertinentes ao Controle e Erradicação do Mormo, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

MÉDICOS VETERINÁRIOS APROVADOS EM CAPACITAÇÃO EAD PARA HABILITAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUÍDEA

NOME	CRMV PRIMÁRIO	UF
ALINE BOEIRA SIQUEIRA	17740	RS
GERMANO PEREIRA SODRÉ	16406	RS
JOÃO BOSCO GRECA MESQUITA	2782	RS
PABLO ÁVILA MACHADO ALVES	12951	RS

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 33, DE 9 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Revogar a Portaria 198 de 17/11/2020, do(a) médico(a) veterinário(a) Leonardo Nunes Gobbi, inscrito(a) no CRMV/SC 3954, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21000.074516/2020-12, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 34, DE 10 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Thais Helena Dreyer, inscrito(a) no CRMV/SC 10239, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21000.017893/2021-35, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 16 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 39 - Revogar a Portaria 4296 de 21/08/2019, do(a) médico(a) veterinário(a) Luana Miotto, inscrito(a) no CRMV/SC 7307, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.007029/2019-15, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 40 - Revogar a Portaria 297 de 03/08/2018, do(a) médico(a) veterinário(a) Mariana Karvat, inscrito(a) no CRMV/SC 7441, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.004623/2018-73, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 22 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 41 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Bruno Bueno Dias, inscrito(a) no CRMV/SC 10342, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21000.020885/2021-76, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 42 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Thais Caroline Ferronatto, inscrito(a) no CRMV/SC 8203, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21000.020899/2021-90, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Revogar a Portaria 115 de 17/06/2020, do(a) médico(a) veterinário(a) Guilherme Beber Marin, inscrito(a) no CRMV/SC 4431, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002679/2017-11, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 22 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020 publicada na Edição 46, Seção 1, Página 3, de 10 de março de 2021 do Diário Oficial da União:

Onde se lê: "PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020", leia-se: "PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021".

Nas portarias de nº 29, 30 e 31 DE 1º DE MARÇO DE 2020 publicadas na Edição 46, Seção 1, Página 3, de 10 de março de 2021 do Diário Oficial da União

Onde se lê: "PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2020", leia-se: "PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2021".

Na portaria nº 32 DE 2 DE MARÇO DE 2020 publicada na Edição 46, Seção 1, Página 3, de 10 de março de 2021 do Diário Oficial da União:

Onde se lê: "PORTARIA Nº 32, DE 2º DE MARÇO DE 2020", leia-se: "PORTARIA Nº 32, DE 2º DE MARÇO DE 2021".

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 99, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Credenciar a pessoa jurídica de nome empresarial BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA. como organismo certificador para executar a verificação de conformidade em embarcações pesqueiras

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 do Anexo I ao Decreto Nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e tendo em vista as disposições da Instrução Normativa MAPA Nº 56, de 31 de outubro de 2019, e o que consta do Processo SEI Nº 21052.003133/2021-35, resolve:

Art. 1º Credenciar a Pessoa Jurídica de nome empresarial BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA., CNPJ nº 72.368.012/0002-65, como organismo certificador, para executar a verificação de conformidade em embarcações pesqueiras, de acordo com o art. 37 da Instrução Normativa MAPA Nº 57, de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 100, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Desconstitui o Terminal Pesqueiro Público de Camocim - CE.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29, inciso XIII do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e o Art. 2º do Decreto nº 5.231, de 6 de outubro de 2004, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 50000.059456/2019-72, resolve:

Art. 1º Fica desconstituído o Terminal Pesqueiro Público de Camocim, localizado no Município de Camocim no Estado do Ceará.

§ 1º O disposto no caput permite que a Companhia Docas do Ceará, proprietária do imóvel denominado Cais do Porto de Camocim, explore o empreendimento, na forma direta ou indireta, com a finalidade de ofertar à comunidade pesqueira os serviços de descarga, congelamento, armazenagem, pesagem, beneficiamento e comercialização do pescado, de abastecimento de gelo, água e combustível e outros serviços de interesse do setor produtivo.

§ 2º A desconstituição do Terminal Pesqueiro Público de Camocim preservará a infraestrutura implantada, de modo que os investimentos realizados pela União e incorporados ao bem público sejam aproveitados em sua integralidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 40, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Chrysanthemum L.	Zanmupera	21806.000048/2016
Chrysanthemum L.	Zanmubahia	21806.000049/2016
Glycine max (L.) Merr.	8173IPRO	21806.000238/2017
Limonium sinuatum (L.) Mill.	Sinzii Blueish	21806.000293/2018
Limonium sinuatum (L.) Mill.	Sinzii Lavenderish	21806.000294/2018
Coffea canephora Pierre ex A. Froehner	BRS 1216	21806.000256/2019
Glycine max (L.) Merr.	ANrr86 017	21806.000259/2019
Coffea canephora Pierre ex A. Froehner	BRS 3220	21806.000009/2020
Coffea canephora Pierre ex A. Froehner	BRS 3213	21806.000012/2020
Coffea canephora Pierre ex A. Froehner	BRS 2314	21806.000013/2020
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	DLFABB12	21806.000097/2020
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	DLFCOCO2	21806.000098/2020
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	DLFVAREO6	21806.000100/2020

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 16, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

1.Motivo da solicitação: Registro (02/02/2021)
Requerente: Bioma Indústria Comércio e Distribuição - EIRELLI
Marca comercial: LAPHY PROTECTION
Nome comum: *Spodoptera frugiperda multiple nucleopolyhedrovirus*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: para controle de *Spodoptera frugiperda* (lagarta do cartucho do milho)
Processo nº: 21000.008228/2021-51

1.Motivo da solicitação: Registro (19/02/2021)
Requerente: CropChem Ltda
Marca comercial: CIPROCONAZOLE 80 + PICOXYSTROBIN 200 SC CROPCHEM
Nome comum: Picoxistrobina; Ciproconazol
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: methyl(E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate; (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-o
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.012703/2021-93

3.Motivo da solicitação: Registro (22/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: DIU-GAR 800
Nome comum: Diurom
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1, 1-dimethylurea
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abacaxi, alfafa, algodão, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, seringueira e videira.
Processo nº: 21000.012870/2021-34

4.Motivo da solicitação: Registro (22/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: DIURON 800 NX
Nome comum: Diurom
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: 3,4-dichlorophenyl)-1, 1-dimethylurea
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de culturas de abacaxi, alfafa, algodão, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, seringueira e videira.
Processo nº: 21000.012865/2021-21

5.Motivo da solicitação: Registro (22/02/2021)
Requerente: IHARABRAS S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS
Marca comercial: ACTOR
Nome comum: Amicarbazona
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide
Indicação de uso pretendido: Na cultura de cana-de-açúcar.
Processo nº: 21000.013059/2021-71

6.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: NORTOX S/A
Marca comercial: DIQUAT NORTOX SL
Nome comum: Dibrometo de diquate
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de amendoim, algodão, batata, café, canola, citros, ervilha, feijão, feijões, gergelim, girassol, grão-de-bico, lentilha, linhaça, mamona, milheto, milho, soja e sorgo.
Processo nº: 21016.001227/2021-14

7.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: Ouro Fino Química S.A.
Marca comercial: ARBUST
Nome comum: Triclopir-butotílico
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de arroz irrigado, eucalipto. milho, pastagem, soja e trigo.
Processo nº: 21000.013211/2021-15

8.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: Bayer S.A.
Marca comercial: MURALLA MAX
Nome comum: Beta-Ciflutrina; Imidacloprido
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: reaction mixture of 2 enantiomeric pairs: pair I (S)- α-cyano-4-fluoro-3- phenoxybenzyl(1R)-cis-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and the corresponding (R) (1S)-cis- isomer; pair II (S) (1R)-trans- and (R) (1S)-transisomers, in the ratio; 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de Milho, milheto, sorgo e soja.
Processo nº: 21016.001248/2021-21

9.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: ASAFAT SG 5
Nome comum: Acefato
Classe de Uso: Inseticida e acaricida
Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, amendoim, batata, citros, feijão, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.013355/2021-71

10.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: RELEVANTE
Nome comum: Dinotefuram; Piriproxifem
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine; 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether
Indicação de uso pretendido: Na cultura de pastagem
Processo nº: 21000.013239/2021-52

11.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: AHEAD
Nome comum: Dinotefuram; Piriproxifem
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine; 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether
Indicação de uso pretendido: Na cultura de pastagem
Processo nº: 21000.013235/2021-74

12.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: DANTAI
Nome comum: Bentiavalicarbe Isopropílico
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: Isopropyl [(S)-1-{[(R)-1-(6-fluoro-1,3-benzothiazol-2- yl)ethyl]carbamoyl}-2-methylpropyl] carbamate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de
Processo nº: 21000.013234/2021-20

13.Motivo da solicitação: Registro (23/02/2021)
Requerente: SIMBIOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLÓGICOS LTDA
Marca comercial: VirControl H.a
Nome comum: *Helicoverpa armigera multiple nucleopolyhedrovirus*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: para o controle de *Helicoverpa armigera*.
Processo nº: 21016.001242/2021-54

14.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: ASAFAT SG 6
Nome comum: Acefato
Classe de Uso: Inseticida e acaricida
Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, amendoim, batata, citros, feijão, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.013673/2021-32

15.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: ASAFAT SG 7
Nome comum: Acefato
Classe de Uso: Inseticida e acaricida
Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, amendoim, batata, citros, feijão, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.013676/2021-76

16.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: ASAFAT SG 8
Nome comum: Acefato
Classe de Uso: Inseticida e acaricida
Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, amendoim, batata, citros, feijão, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.013677/2021-11

17.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: Ouro Fino Química S.A.
Marca comercial: IDEALIS
Nome comum: Fipronil
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagem, soja e trigo.
Processo nº: 21000.013692/2021-69

18.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: BASF S.A
Marca comercial: TIMULON
Nome comum: Fluxapiroxade; Mefentrifluconazole
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: 3-(difluoromethyl)-1-methyl-N-(3',4',5'-trifluorobiphenyl-2-yl)pyrazole-4 carboxamide ; (2RS)-2-[4-(4-chlorophenoxy)-2-(trifluoromethy)phenyl]-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)propan-2-ol
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abacate, alface, abóbora, abobrinha, acelga, agrião, alho, almeirão, anonácea, banana, batata, berinjela, brócolis, cacau, cebola, chalota, chicória, chuchu, couve, couve-chinesa, couve-de-bruxelas, couve-flor, cupuaçu, espinafre, estévia, guaraná, jiló, kiwi, maçã, mamão, manga, maracujá, maxixe, melancia, melão, morango, mostarda, pepino, pimentão, pimenta, quiabo, repolho, romã, rúcula e tomate
Processo nº: 21000.013776/2021-01

19.Motivo da solicitação: Registro (24/02/2021)
Requerente: Vital Brasil Chemical Ind. e Com. Prod. Químicos Ltda
Marca comercial: ECOBACI T
Nome comum: *Bacillus thuringiensis var. kurstaki*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: indicado para o controle das pragas *Alabama argillacea* (Curuquerê; Curuquerê-do-algodoeiro), *Spodoptera frugiperda* (Lagarta-militar; lagarta-do-cartucho), *Anticarsia gemmtalis* (Lagarta-da-soja) e *Chrysodeixis includens* (Lagarta-falsa-medideira).
Processo nº: 21016.001266/2021-11

20.Motivo da solicitação: Registro (25/02/2021)
Requerente: NORTOX S/A
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE NORTOX
Nome comum: Clorantraniliprole
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole5-carboxanilide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de bóbora, abobrinha, algodão, amendoim, arroz, batata, beringela, brócolis, café, chuchu, couve, couve-chinesa, couve-de-bruxelas, couve-flor, duboisia, ervilha, feijão, feijões, grãode-bico, jiló, lentilha, maxixe, maçã, melancia, melão, milheto, milho, pêssego, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, sorgo, soja e tomate
Processo nº: 21016.001294/2021-21

21.Motivo da solicitação: Registro (25/02/2021)
Requerente: Vital Brasil Chemical IND. E COM. PROD. QUIM. Ltda ME
Marca comercial: ECOCORDY
Nome comum: *Isaria fumosorosea*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: para o controle de Mosca-branca (*Bemisia tabaci raça B*).
Processo nº: 21016.001306/2021-17

22.Motivo da solicitação: Registro (25/02/2021)
Requerente: PROMIP Manejo Integrado de Pragas Ltda.
Marca comercial: TELEMIP
Nome comum: *Telenomus podisi*
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: para o controle de *Euschistus heros* (percevejo marron da soja).
Processo nº: 21000.014189/2021-21

23.Motivo da solicitação: Registro (26/02/2021)
Requerente: RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA
Marca comercial: TORBAN
Nome comum: Picloram
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: 4-amino-3,5, 6-trichloropyridine-2-carboxilic
Indicação de uso pretendido: Na cultura de pastagens
Processo nº: 21016.001336/2021-23

24.Motivo da solicitação: Registro (26/02/2021)
Requerente: NORTOX S/A
Marca comercial: FLUROXIPIR + TRICLOPIR NORTOX
Nome comum: Fluroxipir-meptílico; Triclopir-butotílico
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: 1-metilheptilester (4-amino-3,5-dicloro-6-fluor-2-piridiloxi) acetato; Butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de eucalipto e pastagens.
Processo nº: 21016.001326/2021-98

25.Motivo da solicitação: Registro (26/02/2021)
Requerente: ADAMA BRASIL S/A
Marca comercial: LANCET
Nome comum: Dibrometo de Diquate; Diquate
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide; 9,10-dihydro-8a,10a-diazoniaphenanthrene ou 6,7-dihydrodipyrido[1,2-a:2',1'- c]pyrazine-5,8-di-ium ou 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de batata, feijão e soja.
Processo nº: 21000.014745/2021-69

26.Motivo da solicitação: Registro (26/02/2021)
Requerente: Ouro Fino Química S.A.
Marca comercial: OFFICIAL
Nome comum: Fipronil
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de e algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagem, soja e trigo.
Processo nº: 21000.014505/2021-64

27.Motivo da solicitação: Registro (01/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: GLIFOPARTNER
Nome comum: Cletodim
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-cloroaliloxiimino]propil]-5-[2-(etiltio)propil]-3-hidroxiciclohex-2-enona
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz irrigado, batata, batata-doce, batata yacon, berinjela, café, cana-de-açúcar, canola, cará, cebola, cenoura, citros, feijão, fumo, gengibre, girassol, inhame, jiló, maçã, mandioca, mandioquinha-salsa, melancia, milho, pimenta, pimentão, quiabo, soja, tomate, trigo e uva
Processo nº: 21000.015232/2021-75

28.Motivo da solicitação: Registro (01/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: CLEANDIM
Nome comum: Cletodim
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-cloroaliloxiimino]propil]-5-[2-(etiltio)propil]-3-hidroxiciclohex-2-enona
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz irrigado, batata, batata-doce, batata yacon, berinjela, café, cana-de-açúcar, canola, cará, cebola, cenoura, citros, feijão, fumo, gengibre, girassol, inhame, jiló, maçã, mandioca, mandioquinha-salsa, melancia, milho, pimenta, pimentão, quiabo, soja, tomate, trigo e uva.
Processo nº: 21000.015248/2021-88

29.Motivo da solicitação: Registro (01/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: CLETOSAIL
Nome comum: Cletodim
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-cloroaliloxiimino]propil]-5-[2-(etiltio)propil]-3-hidroxiciclohex-2-enona
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz irrigado, batata, batata-doce, batata yacon, berinjela, café, cana-de-açúcar, canola, cará, cebola, cenoura, citros, feijão, fumo, gengibre, girassol, inhame, jiló, maçã, mandioca, mandioquinha-salsa, melancia, milho, pimenta, pimentão, quiabo, soja, tomate, trigo e uva.
Processo nº: 21000.015241/2021-66

30.Motivo da solicitação: Registro (01/03/2021)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda
Marca comercial: AZOXISTROBINA+CIPROCONAZOL+OXICLORETO DE COBRE SC ALBAUGH 01
Nome comum: Azoxistrobina; Ciproconazol; Oxicloreto de Cobre
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: Metil (E)-2-{2-[6-(2-cianofenoxi) pirimidin-4-iloxi]fenil}-3-metoxiacrilato; (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-clorofenil)-3-ciclopropil-1-(1H-1,2,4-triazol-1-il)butan-2-ol; Trihidróxido de cloreto de dicobre
Indicação de uso pretendido: Na cultura da soja.
Processo nº: 21000.015251/2021-00

31.Motivo da solicitação: Registro (01/03/2021)
Requerente: Alamos do Brasil Ltda.
Marca comercial: FLUMIOXAZIN 480 SC ALAMOS
Nome comum: Flumioxazina
Classe de Uso: herbicida

Nome Químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl) cyclohex-1-ene-1,2- dicarboxamide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, batata, café, cana-de-açúcar, cebola, citros, eucalipto, pinus, feijão, maçã, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015098/2021-11

32.Motivo da solicitação: Registro (02/03/2021)
Requerente: ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
Marca comercial: AVANTA
Nome comum: Piriofenone
Classe de Uso: fungicida
Nome Químico: (5-cloro-2-metoxi-4-metil-3-piridil)(2,3,4-trimetoxi-o-tolil)metanona (CAS name)
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de feijão, soja e trigo
Processo nº: 21000.015511/2021-39

33.Motivo da solicitação: Registro (02/03/2021)
Requerente: Vital Brasil Chemical IND. E COM. PROD. QUIM. Ltda ME.
Marca comercial: ISA 3
Nome comum: *Isaria fumosorosea*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: para o controle de Mosca-branca (*Bemisia tabaci* raça B).
Processo nº: 21016.001378/2021-64

34.Motivo da solicitação: Registro (02/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: FENCER DUO
Nome comum: Imidacloprido; Lambda-cialotrina
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: 1-(6-chloro- 3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-=ylideneamine; Reaction product comprising equal quantities of (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de batata, feijão, soja e tomate.
Processo nº: 21000.015785/2021-28

35.Motivo da solicitação: Registro (02/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: JARAN DUO
Nome comum: Flutriafol; Tiametoxam
Classe de Uso: Inseticida e fungicida
Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-a-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl) benzhydryl alcohol; 3-(2-cloro-1,3-tiazol-5-ilmetil)-5-metil-1,3,5-oxadiazinan-4-ilidene(nitro)amina
Indicação de uso pretendido: Na cultura de café
Processo nº: 21000.015765/2021-57

36.Motivo da solicitação: Registro (02/03/2021)
Requerente: UPL do Brasil Industria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: UPL 1040 FP
Nome comum: Clorantraniliprole; Clorfenapir
Classe de Uso: Inseticida e acaricida
Nome Químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide; 4-bromo-2-(4-chlorophenyl)-1-ethoxymethyl-5-(trifluoromethyl)pyrrole-3-carbonitrile
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de e algodão, amendoim, arroz irrigado, arroz sequeiro, batata, ervilha, feijão, feijão-caupi, feijão-fava, feijão-guandu, feijãomungo, feijão-vagem, grão-de-bico, lentilha, milheto, milho, plantas ornamentais, rosa, soja, sorgo e tomate.
Processo nº: 21016.001389/2021-44

37.Motivo da solicitação: Registro (03/03/2021)
Requerente: Vital Brasil Chemical Ind. e Com. Prod. Químicos Ltda
Marca comercial: ECOBALS
Nome comum: *Beauveria bassiana*
Classe de Uso: Inseticida microbiológico
Indicação de uso pretendido: para o controle da *Bemisia tabaci, Cosmopolites sordidus, Tetranychus urticae, Dalbulus maidis e Sphenophorus Levis.*
Processo nº: 21016.001419/2021-12

38.Motivo da solicitação: Registro (04/03/2021)
Requerente: NORTOX S/A
Marca comercial: FLUROXIPIR + PICLORAM NORTOX
Nome comum: Fluroxipir-meptílico; Picloram
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: 1-metilheptilester (4-amino-3,5-dicloro-6-fluor-2-piridiloxi) acetato; Ácido 4-amino-3,5,6-tricloropiridine-2-carboxílico
Indicação de uso pretendido: Na cultura de pastagem
Processo nº: 21016.001436/2021-50

39.Motivo da solicitação: Registro (05/03/2021)
Requerente: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
Marca comercial: DANTOP
Nome comum: Clotianidina
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: (E)-1-(2-cloro-1,3-tiazol-5-ilmetil)-3-metil-2-nitroguanidina
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, milho e soja.
Processo nº: 21000.016596/2021-72

40.Motivo da solicitação: Registro (05/03/2021)
Requerente: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
Marca comercial: DANTOTSU
Nome comum: Clotianidina
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: (E)-1-(2-cloro-1,3-tiazol-5-ilmetil)-3-metil-2-nitroguanidina
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, milho e soja
Processo nº: 21000.016598/2021-61

41.Motivo da solicitação: Registro (05/03/2021)
Requerente: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda
Marca comercial: LUMISURE
Nome comum: Clotianidina
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: (E)-1-(2-cloro-1,3-tiazol-5-ilmetil)-3-metil-2-nitroguanidina
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, milho e soja.
Processo nº: 21000.016599/2021-14

42.Motivo da solicitação: Registro (08/03/2021)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda
Marca comercial: TRIPLIX

No42.me comum: Trinexapaque-etílico
Classe de Uso: Regulador Crescimento
Nome Químico: ethyl 4-cyclopropyl(hydroxy)methylene-3,5-dioxocyclohexanecarboxylate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de cana-de-acúçar, cevada e trigo.
Processo nº: 21000.017150/2021-65

43.Motivo da solicitação: Registro (08/03/2021)
Requerente: Biota Innovations Indústria e Comércio de Bioprodutos Ltda
Marca comercial: VELEZ
Nome comum: *Bacillus amyloliquefaciens*
Classe de Uso: fungicida
Indicação de uso pretendido: para o controle de *Colletotrichum tindemuthianum e Colletotrichum gloeosporioides.*
Processo nº: 21016.001497/2021-17

44.Motivo da solicitação: Registro (08/03/2021)
Requerente: Provivi do Brasil Serviços Agrícolas Ltda
Marca comercial: Pherogen Dispenser SPOFR
Nome comum: (Z)-9-tetradecenyl acetate; (Z)-11-hexadecenyl acetate
Classe de Uso: Feromônio
Indicação de uso pretendido: para o controle de Lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*)
Processo nº: 21016.001499/2021-14

45.Motivo da solicitação: Registro (08/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda
Marca comercial: FLUTRIAFOL 500 + TIAMETOXAM 300 WG CROPCHEM
Nome comum: Flutriafol; Tiametoxam
Classe de Uso: Inseticida e fungicida
Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-a-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl) benzhydryl alcohol; 3-(2-cloro-1,3-tiazol-5-ilmetil)-5-metil-1,3,5-oxadiazinan-4-ilidene(nitro)amina
Indicação de uso pretendido: Na cultura de café.
Processo nº: 21000.017166/2021-78

46.Motivo da solicitação: Registro (08/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda
Marca comercial: IMIDACLOPRIDO 75 + LAMBDA-CIALOTRINA 12 ZC CROPCHEM
Nome comum: Imidacloprido; Lambda-cialotrina
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 1-(6-chloro- 3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine ; Reaction product comprising equal quantities of (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de batata, feijão, soja e tomate.
Processo nº: 21000.017161/2021-45

47.Motivo da solicitação: Registro (09/03/2021)
Requerente: Perterra Insumos Agropecuários S.A
Marca comercial: CLETHODIM R 240 EC PERTERRA
Nome comum: Cletodim
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3- chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-enone
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, alho, batata, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, feijão, fumo, mandioca, melancia, milho, soja, tomate e trigo.
Processo nº: 21016.001517/2021-50

48.Motivo da solicitação: Registro (09/03/2021)
Requerente: Perterra Insumos Agropecuários S.A
Marca comercial: FLUAZINAM 800 WG PERTERRA
Nome comum: Fluazinam
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl2-pyridyl)-µ,µ,µtrifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de batata, cana-de-açúcar, feijão, soja e tomate.
Processo nº: 21016.001518/2021-02

49.Motivo da solicitação: Registro (10/03/2021)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: IMPETRIL
Nome comum: Clorotalonil, Trifloxistrobina, Ciproconazol
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: tetrachloroisophthalonitrile ; methyl(E)-methoxyimino-{(E)-α-[1-(α,α,α-trifluoro-m-tolyl)ethylideneaminooxy]-otolyl}acetate ; ((2RS; 3RS; 2RS; 3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclo propyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de arroz, café, soja e trigo.
Processo nº: 21000.017705/2021-79

50.Motivo da solicitação: Registro (11/03/2021)
Requerente: Adama Brasil S/A
Marca comercial: CELERIS
Nome comum: Saflufenacil
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: N-{2-chloro-4-fluoro-5-[1,2,3,6-tetrahydro-3-methyl-2,6-dioxo-4-(trifluoromethyl)pyrimidin-1- yl]benzoyl}-N-isopropyl-N-methylsulfamide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo
Processo nº: 21016.001591/2021-76

51.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: TORBAN PLUS
Nome comum: 2,4-D; Picloram
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de Pastagens.
Processo nº: 21016.001612/2021-53

52.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: CLORANKILL 200 SC
Nome comum: Clorantraniliprole
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 3-bromo-4'-cloro-1-(3-cloro-2-piridil)-2'-metil-6'-(metilcarbamoil)pirazol-5-carboxanilida
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abóbora, abobrinha, algodão, amendoim, batata, berinjela, brócolis, chuchu, couve, couve-flor, couve-de-bruxelas, couve chinesa, duboisia, ervilha, feijão, feijões, grão de bico, jiló, lentilha, maxixe, melancia, melão, milheto, milho, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, soja, sorgo e tomate.
Processo nº: 21000.018463/2021-31

53.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: TRACKING 720 WG
Nome comum: Glifosato
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pastagens, pera, pêssego, pinus, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.018273/2021-13

54.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: BIOPAK 720 WG
Nome comum: Glifosato
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pastagens, pera, pêssego, pinus, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.018271/2021-24

55.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: LIPROKILL
Nome comum: Clorantraniliprole
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 3-bromo-4'-cloro-1-(3-cloro-2-piridil)-2'-metil-6'-(metilcarbamoil)pirazol-5-carboxanilida
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abóbora, abobrinha, algodão, amendoim, batata, berinjela, brócolis, chuchu, couve, couve-flor, couve-de-bruxelas, couve-chinesa, duboisia, ervilha, feijão, feijões, grão de bico, jiló, lentilha, maxixe, melancia, melão, milheto, milho, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, soja, sorgo e tomate.
Processo nº: 21000.018468/2021-63

56.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: CLORANKILL SC
Nome comum: Clorantraniliprole
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 3-bromo-4'-cloro-1-(3-cloro-2-piridil)-2'-metil-6'-(metilcarbamoil)pirazol-5-carboxanilida
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abóbora, abobrinha, algodão, amendoim, batata, berinjela, brócolis, chuchu, couve, couve-flor, couve-de-bruxelas, couve-chinesa, duboisia, ervilha, feijão, feijões, grão de bico, jiló, lentilha, maxixe, melancia, melão, milheto, milho, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, soja, sorgo e tomate.
Processo nº: 21000.018466/2021-74

57.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: LIPROKILL 200 SC
Nome comum: Clorantraniliprole
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 3-bromo-4'-cloro-1-(3-cloro-2-piridil)-2'-metil-6'-(metilcarbamoil)pirazol-5-carboxanilida
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abóbora, abobrinha, algodão, amendoim, batata, berinjela, brócolis, chuchu, couve, couve-flor, couve-de-bruxelas, couve-chinesa, duboisia, ervilha, feijão, feijões, grão de bico, jiló, lentilha, maxixe, melancia, melão, milheto, milho, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, soja, sorgo e tomate.
Processo nº: 21000.018470/2021-32

58.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: Adama Brasil S/A
Marca comercial: FANTASTIC SUPRA
Nome comum: Bifentrina; Sulfoxaflor
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl (Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate ; [1-[6-(trifluoromethyl)pyridin-3-yl]ethyl]methyl(oxido)-λ4- sulfanylidenecyanamide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, citros, feijão, melão, milho, soja, tomate e trigo.
Processo nº: 21016.001621/2021-44

59.Motivo da solicitação: Registro (12/03/2021)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: PRO-PIC 720 WG
Nome comum: GLIFOSATO
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pastagens, pera, pêssego, pinus, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.018269/2021-55

60.Motivo da solicitação: Registro (15/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda
Marca comercial: DIMETOMORFE 500 SC CROPCHEM
Nome comum: Dimetomorfe
Classe de Uso: Fungicida
Nome Químico: (EZ)-4-[3-(4-chlorophenyl)-3-(3,4-dimethoxyphenyl)acryloyl]morpholine
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de abóbora, abobrinha, alho, batata, cebola, chuchu, pepino, tomate e uva.
Processo nº: 21016.001667/2021-63

61.Motivo da solicitação: Registro (15/03/2021)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: TEMBOTRIONA 420 SC CROPCHEM
Nome comum: Tembotriona
Classe de Uso: herbicida
Nome Químico: 2-{2-chloro-4-mesyl-3-[(2,2,2-trifluoroethoxy)methyl]benzoyl}cyclohexane-1,3-dione
Indicação de uso pretendido: Na cultura de milho.
Processo nº: 21016.001670/2021-87

62.Motivo da solicitação: Registro (16/03/2021)
Requerente: Perterra Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: 2,4-D 806 SL PERTERRA
Nome comum: 2,4D
Classe de Uso: Herbicida
Nome Químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, milho, pastagens, soja e trigo.
Processo nº: 21016.001692/2021-47

63.Motivo da solicitação: Registro (17/03/2021)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: ALECTO
Nome comum: Broflanilide
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: -6'-bromo-α,α,α,2-tetrafluoro-3-(N-methylbenzamido)-4'-[1,2,2,2-tetrafluoro-1-(trifluoromethyl) ethyl]benz-o-toluidide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, café, cana-de-açúcar, feijão, milho, repolho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.019664/2021-55

64.Motivo da solicitação: Registro (17/03/2021)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: OLYMPO
Nome comum: Broflanilide; Dinotefuram; Lambda-cialotrina
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico: 6'-bromo-α,α,α,,2-tetrafluoro-3-(N-methylbenzamido)-4'-[1,2,2,2-tetrafluoro-1-(trifluoromethyl) ethyl]benz-o-toluidide ; (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine ; Reaction product comprising equal quantities of (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2- chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-α- cyano-3- phenoxybenzyl(1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de cana-de-açúcar, milho e soja.
Processo nº: 21000.019668/2021-33

65.Motivo da solicitação: Registro (17/03/2021)
Requerente: BASF S.A
Marca comercial: DAVANTOR
Nome comum: Broflanilida
Classe de Uso: inseticida
Nome Químico:N-[2-bromo-4-(perfluoropropan-2-yl)-6-(trifluoromethyl)phenyl]-2-fluoro-3-(N-methylbenzamido)benzamide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, alho, amendoim, aveia, batata, brócolis, café, cebola, centeio, cevada, couve, couve-chinesa, couve-de-bruxelas, couve-flor, ervilha, eucalipto, feijão, milheto, milho, pinus, repolho, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.
Processo nº: 21000.019440/2021-43

66.Motivo da solicitação: Registro (18/03/2021)
Requerente: Agro-Lead Brasil Assessoria em Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: METOXIFENOZIDA 240 SC AGROLEAD
Nome comum: Metoxifenozida
Classe de Uso: Inseticida
Nome Químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, feijão, maçã, milho, soja, tomate e trigo. Processo nº: 21016.001747/2021-19

67.Motivo da solicitação: Registro (18/03/2021)
Requerente: Koppert do Brasil Holding Ltda
Marca comercial: Spical K
Nome comum: *Neoseiulus californicus*
Classe de Uso: Acaricida biológico
Indicação de uso pretendido: para controle de *Tetranychus urticae* (ácaro rajado)
Processo nº: 21000.020022/2021-07

68.Motivo da solicitação: Registro (18/03/2021)
Requerente: Adama Brasil S/A
Marca comercial: ADA INS 201 B
Nome comum: Clorantraniliprole; Novalurom
Classe de Uso: nseticida
Nome Químico: 3-bromo-4-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2-methyl-6 (methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide ; (RS)-1-[3-chloro-4-(1,1,2-trifluoro-2-trifluoromethoxyethoxy)phenyl]-3-(2,6-difluoro benzoyl)urea
Indicação de uso pretendido: Nas culturas de algodão, amendoim, arroz irrigado, batata, café, cana-de-açúcar, ervilha, feijão, feijão-caupi, grão-de-bico, lentilha, milheto, milho, soja, sorgo e tomate.
Processo n°: 21016.001757/2021-54
Obs.: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH
Coordenador Geral - CGAA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 399, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com os incisos I, VI e XII, do Art. 110 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria n° 531, de 23 de março de 2020, e

Considerando o que consta do processo administrativo 54000.019809/2021-77, que trata de proposta de Pauta de Valores de Terra Nua para fins de titulação de assentamentos e regularização fundiária, elaborada para o exercício de 2021;

Considerando a necessidade de atualização do referido instrumento para dar continuidade aos procedimentos de titulação em áreas de projetos de assentamento e de regularização fundiária;

Considerando o disposto na Lei n° 13.465, de 11 de julho 2017, nos Decretos n° 10.592, de 24 de dezembro de 2020 e Decreto n° 9.311, de 15 de março de 2018;

Considerando o disposto na Instrução Normativa INCRA/P/N° 90, de 03 de abril de 2018, na Nota Técnica nº 01/DTO/DT/2017, de 14 de fevereiro de 2017, e no Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais (2021), de março de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho Diretor do Incra, a Pauta de Valores de Terra Nua para fins de titulação de assentamentos e regularização fundiária, para vigorar no período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RESOLUÇÃO Nº 704, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 22 de março de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.001053/2008-45, Interessado: IVONETE RAMOS DA SILVA CPF: 007.609.181-39, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF016400000074 parcela nº 42 do Projeto de Assentamento Estrela da Manhã localizado no Município de Flores de Goiás - GO, em favor dos beneficiários IVONETE RAMOS DA SILVA, CPF Nº 007.609.181-39 e VANILDO BARROS DE SOUZA, CPF Nº 803.149.371-53.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do Comitê

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MC Nº 58, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Autorização para operacionalizar Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) para o Convenente no Portal dos Convênios (Plataforma +Brasil) em Termo de Convênio firmados pela União, por intermédio do Ministério da Cidadania.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 2º do art. 5º da Portaria nº 305 de 10 de março de 2020, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o parceiro mencionado abaixo a operacionalizar a função OBTV para o Convenente no Portal dos Convênios (Plataforma +Brasil) no instrumento de ajuste firmado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania, com base em prévia análise técnica sobre a necessidade da medida e o montante financeiro envolvido.

Convenente	Nº Plataforma +Brasil	Processo	Valor Obtv ao Convenente
Consórcio Público Portal do Sertão/BA	794638	71000.024414/2013-03	R$ 26.610,10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO GALVÃO DA SILVA GORDO FILHO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.546, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a habilitação ao regime de crédito financeiro de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES e DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e no art. 8º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, resolvem:

Art. 1º O pleito para habilitação ao benefício de crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e o art. 3º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, será formulado em sistema eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações pela pessoa jurídica interessada.

§ 1º O sistema eletrônico de que trata o caput destina-se ao fornecimento dos dados pela pessoa jurídica, conforme instruções previstas no próprio sistema, quanto ao atendimento dos requisitos para habilitação ao regime de crédito financeiro previstos na legislação.

§ 2º A pessoa jurídica, uma vez habilitada, deverá comprovar o cumprimento do processo produtivo básico e o investimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no setor de tecnologias da informação e comunicação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, e da Lei nº 13.969, de 2019, para fazer jus ao crédito financeiro.

§ 3º A pessoa jurídica interessada poderá cancelar o pleito em qualquer fase do processo de habilitação.

Art. 2º O formulário eletrônico de requerimento de habilitação conterá:

I - a identificação da pessoa jurídica interessada e endereço para recebimento de intimações e comunicações em geral;

II - a declaração de que os produtos ou bens a serem fabricados se enquadram no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, e estão classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) definidos no Anexo II do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020;

III - indicação de enquadramento, principal ou secundário, da pessoa jurídica na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), aplicáveis aos produtos do inciso II do caput; e

IV - a declaração de compromisso de que serão atendidos, nos termos da legislação aplicável:

a) os processos produtivos básicos (PPB) de cada produto que integre o requerimento;

b) os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) previstos no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991; e

c) a obrigação de implantação de sistema da qualidade e de programa de participação dos trabalhadores nos Lucros ou resultados, na forma do art. 53 do Decreto nº 10.356, de 2020, e do art. 5º.

§ 1º A pessoa jurídica, para os fins do disposto no inciso I do caput, poderá identificar o estabelecimento matriz ou o estabelecimento filial onde se localiza a unidade produtiva ou fabril, cabendo a cada qual a respectiva prestação de contas relativa aos investimentos em P&DI.

§ 2º A pessoa jurídica, para fins do disposto no inciso II do caput, deverá cadastrar, junto à Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por meio de sistema eletrônico, os produtos ou os bens de que trata o art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, e respectivos modelos, produzidos de acordo com o PPB, devendo ser apresentada, no mínimo:

I - a identificação do produto;

II - as características técnicas que demonstrem o enquadramento ao art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991;

III - a classificação dos produtos ou bens a serem fabricados nos códigos da NCM definidos no Anexo II do Decreto nº 10.356, de 2020;

IV - indicação do regulamento relativo ao processo produtivo básico que será cumprido;

V - indicação, quando for o caso, de que os produtos ou bens atendem ao reconhecimento de bem com tecnologia desenvolvida no País; e

VI - identificação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e localização da unidade fabril.

§ 3º O requerimento de habilitação também deve ser instruído com os seguintes documentos a serem anexados no sistema:

I - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), ou Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND);

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF); e

III - comprovante de situação regular da empresa no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

§ 4º O requerimento de reconhecimento de bem com tecnologia desenvolvida no País poderá ser submetido em conjunto com o pleito para habilitação do produto ou modelo, conforme sistema eletrônico disponível no sítio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, de acordo com o que dispõe a:

I - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006;

II - Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013;

III - Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018; e

IV - Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.

Art. 3º Comprovado o atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Portaria, a habilitação para usufruir o benefício de crédito financeiro será deferida em ato do Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a ser publicado no Diário Oficial da União, sem prejuízo da publicação na internet.

§1º O pleito de habilitação elaborado sem a observância desta Portaria ou das instruções do próprio sistema eletrônico será indeferido.

§ 2º Quaisquer adequações ou informações complementares ao pleito, quando solicitadas, deverão ser providenciadas o prazo de trinta dias, contado da data da notificação do interessado.

§ 3º O não atendimento tempestivo do disposto no § 2º resultará no indeferimento do pleito.

§ 4º A pessoa jurídica, no caso de indeferimento do pleito, será comunicada do resultado pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 5º Caso o pleito seja indeferido por divergências na classificação fiscal ou no enquadramento da NCM, de que trata o inciso II do caput e § 2º do art. 2º, a sua reapresentação deverá ser instruída acompanhada de solução de consulta quanto ao correto enquadramento fiscal do produto ou bem, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Art. 4º É da responsabilidade da pessoa jurídica habilitada assegurar que os produtos ou bens fabricados continuem atendendo aos requisitos do art. 2º após a habilitação, e que está utilizando a classificação fiscal dos produtos ou bens, correspondente ao devido enquadramento na NCM.

Parágrafo único. A fiscalização dos requisitos dos incisos II, III e IV do caput do art. 2º será exercida pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia e pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, na forma do art. 52, incisos I e II, e do art. 53 do Decreto nº 10.356, de 2020.

Art. 5º A pessoa jurídica habilitada deve implantar, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, no prazo de vinte e quatro meses, contado da data de sua primeira habilitação:

I - Sistema de Qualidade; e

II - Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados (PPLR), nos termos do art. 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

§ 1º Para o atendimento ao inciso I do caput, a pessoa jurídica, cujo faturamento bruto anual, nos termos do § 1º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, seja:

I - superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) nos dois últimos anos-calendário, deverá ter implantado o Sistema da Qualidade em conformidade com as Normas ISO da Série 9.000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou ter atendido a sistemas de certificação compulsória, destinados à utilização em segmentos regulados, comprovado por meio de certificação junto ao órgão ou agência pública competente; ou

II - inferior ou igual a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no último ano-calendário, deverá, pelo menos, ter realizado testes, ensaios e inspeções, formalizados segundo procedimentos, manuais ou registros internos.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput, a falta de arquivamento do instrumento do acordo no sindicato não impede a produção de seus efeitos.

§ 3º A pessoa jurídica, enquanto vigorar a habilitação, habilitada ficará obrigada a manter o Sistema de Qualidade e o PPLR.

§ 4º Não haverá verificação das contrapartidas previstas no caput nos procedimentos de habilitação ou de inclusão de novos produtos e bens.

§ 5º A verificação da implantação de sistema de qualidade e de PPLR será exercida na forma do art. 4º após o decurso do prazo estabelecido no caput.

Art. 6º A pessoa jurídica habilitada deverá, conforme o disposto no art. 29 do Decreto nº 10.356, de 2020, registrar em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem as receitas, os custos, as despesas e os resultados do período de apuração referentes ao faturamento bruto e aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação utilizados para cálculo do crédito financeiro gerado, mantendo-os segregados das demais atividades, para fins de fornecimento aos órgãos do governo, quando solicitada.

Parágrafo único. O registro contábil deverá conter as informações individuais relativas aos produtos ou bens cadastrados nos termos do § 2º do art. 2º.

Art. 7º A pessoa jurídica habilitada poderá solicitar o cancelamento, a qualquer tempo, da habilitação, permanecendo válidos os créditos gerados e ainda não utilizados até a data do seu vencimento.

§ 1º No caso de créditos gerados ou utilizados indevidamente, ainda que cancelada a habilitação, aplicar-se-ão as sanções previstas na legislação pertinente.

§ 2º O cancelamento da habilitação será publicado em ato do Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 8 º As pessoas jurídicas habilitadas, ainda que provisoriamente, até 31 de março de 2019, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991 e do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, continuam habilitadas ao benefício de crédito financeiro, instituído pela Lei nº 13.969, de 2019, desde que declarem no sistema eletrônico de que trata o caput do art. 1º, a ciência que esse benefício constituirá, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º -A, 1º -D, 1º -E, 1º -F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei nº 8.248, de 1991, a partir de 1º de abril de 2020.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 4.899, de 20 de setembro de 2018, dos extintos Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC Nº 4.585, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria nº 3.095/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, que disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia - INT.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no exercício da competência delegada pelo art. 5º da Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Portaria nº 2.858, de 8 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de abril de 2021, a realização da Fase 2 do cronograma de retorno às atividades presenciais dos servidores, empregados públicos e estagiários do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, a que se refere o art. 4º, §1º da Portaria nº 3095/2020/SEI-MCTI, de 26 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 27 seguinte, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º.....

§ 1º A Fase 1 terá início no dia 05 de maio de 2021 e cada fase posterior terá a duração de 30 (trinta) dias corridos.

.....

§3º Até o começo da Fase 1, será mantido o trabalho remoto para todos os servidores, empregados públicos e estagiários, nos moldes da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, salvo para aqueles que desenvolvem atividades essenciais.(NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.400/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 22ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 29/03/2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI Nº: 01245.005041/2021-15

Requerente: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda.

CQB: 470/19

Assunto: Solicitação de Parecer para Liberação Comercial da vacina contra a COVID-19 VAC31518 (Ad26.COV2.S)

Extrato Prévio: 7566/2020, publicado no Diário Oficial da União em 19/03/2021

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para Liberação Comercial da vacina contra a COVID-19 VAC31518 (Ad26.COV2.S), concluiu pelo deferimento nos termos deste Parecer Técnico. Os Responsáveis da Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., Sra. Lizis K. Lopes e Sr. Fabio Lorea Lawson, solicitam parecer técnico da CTNBio para liberação comercial da vacina contra a COVID-19 VAC31518 (Ad26.COV2.S) desenvolvida pela Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio informa que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 32/2021/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndice Confidencial" do referido processo.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.973, DE 18 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 1526/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53000.000124/2013-84, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela RÁDIO ENTRE RIOS LTDA, Fistel nº 05008011260, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, por meio da frequência de 1170 KHz, na localidade de Santo Antônio do Sudoeste, estado do Paraná, bem como revogar, a pedido da interessada, a conversão da sanção de suspensão em multa realizada através da Portaria nº 864/2018/SEI-MCTIC, de 13 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de março de 2018, ficando mantida a aplicação da penalidade de suspensão consignada na referida Portaria.

Art. 2º Informar que o dia e o horário para o cumprimento da sanção de suspensão serão previamente comunicados à entidade pelo Órgão competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHO DE 18 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.060712/2012	RÁDIO PIRATININGA DE JAÚ LTDA	OM	Jaú	SP	Conhece e nega	40
53000.060726/2012	AMG PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	Nioaque	MS	Conhece e nega	41

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS OUTORGA

PORTARIA Nº 2.176 - SEI-MCOM, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.002370/2020-11, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 2949/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela SM Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Belém, estado do Pará, mediante a utilização do canal 40 (quarenta), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão A Crítica Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Manaus, estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 2.184 - SEI-MCOM, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.004331/2021-21, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 2992/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Luno Tecnologia de Informação Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, no município de Castanhal, estado do Pará, mediante a utilização dos canais 50 (cinquenta), analógico, e 50 (cinquenta), digital, ambos em caráter primário, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação Século Vinte e Um, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 2.093, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à CONSORCIO SETA E ARAXA, CPF/CNPJ nº 35.693.154/0001-90, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO

Gerente Regional

ATO Nº 2.009, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à Marlon Rodrigo Vieira Lima, CPF/CNPJ nº 905.946.303-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO

Gerente Regional

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 22 DE MARÇO DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território à(ao):

Nº 1.902 - Processo nº 53528.000442/2021-14, ROBERTO NIECKELE, CPF nº ***.481.950-**.

Nº 1.914 - Processo nº 53528.000421/2021-91, RODRIGO PEREIRA GARCIA DE GARCIA, CPF nº ***.775.900-**.

STEVAN GRUBISIC

Gerente Regional no Estado do Rio Grande do Sul

ATO Nº 1.950, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53528.000261/2021-80. Outorga autorização para uso das radiofrequências à CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A, CNPJ nº 32.161.500/0001-00, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

STEVAN GRUBISIC

Gerente Regional no Estado do Rio Grande do Sul

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.085, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53520.000386/2021-80. Expede autorização à TARUMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA , CNPJ nº 82.905.464/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente Regional

ATO Nº 2.086, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53520.000439/2021-62. Expede autorização à Leonor Jose Pilonetto , CPF nº ***.592.739-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 22 DE MARÇO DE 2021

Nº 1.887 Expedir autorização à Cobb-Vantress Brasil Ltda, CNPJ nº 00.466.591/0012-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.923 Expedir autorização à Hybro Genetics Brasil Ltda., CNPJ nº 07.368.993/0002-89, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.928 Outorga autorização para uso de radiofrequências à Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A., CNPJ nº 08.689.024/0002-92, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

ANDRÉIA CRISTINA COSTA

Gerente Regional

Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 1.908, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RÁDIO EMISSORA DE ALAGOINHAS LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 13.514.591/0001-67, na localidade de Alagoinhas/BA, até 01/05/2024, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO

Gerente

ATO Nº 1.958, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RADIO FM DA ILHA LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 01.760.989/0001-02, na localidade de Barra dos Coqueiros/SE, até 07/08/2030, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 25 DE MARÇO DE 2021

Nº 2.031 - Processo nº 53542.000326/2021-17. Expede autorização a ETIVALDO GOMES FILHO, CPF nº ***.286.168-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.042 - Processo nº 53542.000368/2021-40. Expede autorização a JILSON ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº ***.680.175-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.056 - Processo nº 53542.000378/2021-85. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ENERGETICA SÃO SIMÃO S/A, CNPJ nº 02.348.861/0001-90, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito e declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Privado, bem como do direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 2.088, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização a Max Alexandre Lira dos Santos, CPF: XXX.750.094-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA

Gerente da Gerência

ATO Nº 2.064, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização a Felipe Correia da Silva, CPF/CNPJ nº ***.792.954-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA

Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 1.892, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Processo n° 53500.017336/2021-70. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à WANIER CORREA PINHEIRO 31849716862, CNPJ nº 38.283.657/0001-86, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR

Gerente

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 5330000223/1

BALANÇO PATRIMONIAL TELEBRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2020
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1
Companhia Aberta

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2020 foi um ano desafiante para as pessoas e para as organizações. Reinventar e adaptar passaram a ser os verbos mais conjugados. O acesso aos recursos tecnológicos, especialmente os de conectividade, ganharam mais relevância. O isolamento social agravou a desigualdade digital no País, acentuando a necessidade de acesso à internet por parte da população mais vulnerável.

Nesse contexto, coube à Telebras, no cumprimento de sua missão institucional, ampliar e intensificar o atendimento às comunidades locais por meio do programa WiFi Brasil, executado em parceria com o Ministério das Comunicações, levando internet gratuita e ilimitada para regiões remotas do País, onde não há nenhuma ou pouca conexão. Dispor de um *backbone* nacional de 28.880 km de fibras ópticas, cruzando todas as regiões do País, e de um Satélite Geoestacionário (SGDC) com cobertura nacional, com o elevado profissionalismo dos nossos colaboradores, foi imprescindível para esse atendimento.

Na execução do Programa Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão - GESAC, a Telebras chegou ao final de 2020 com mais de 13 mil pontos, instalados e operacionalizados, nos 26 estados e no Distrito Federal. Desses, mais de 9.600 em escolas públicas, quase 500 em comunidades indígenas e cerca de 400 em unidades de saúde.

No preparo para enfrentar os desafios que estão por vir, revisamos e atualizamos o Plano Estratégico Institucional para o período de 2020 a 2024, reforçando o papel da Telebras como instrumento do Estado na execução de políticas públicas de telecomunicações. Em continuidade ao processo de estruturação da Governança Corporativa, concluímos a implantação da Gestão de Processos e do Escritório de Gestão do Portfólio.

Mesmo em ambiente desafiador, a Companhia alcançou expressivos resultados financeiros, ratificados pela evolução da receita operacional bruta, que atingiu 329 milhões de reais, com crescimento de 24% em relação ao ano anterior, melhoria significativa na geração de caixa decorrente de sua operação de redução do endividamento.

A atenção dispensada à saúde física e mental dos colaboradores, bem como os esforços por estes dispendidos para a necessária adaptação ao trabalho remoto foram cruciais para o alcance dos resultados mencionados.

Estamos preparados para enfrentar desafios ainda maiores em 2021, evoluir de maneira sustentável, gerar valor aos nossos clientes, colaboradores, acionistas, parceiros e, principalmente, consolidar e reforçar nosso compromisso com a sociedade brasileira.

A ADMINISTRAÇÃO

2 PERFIL DE ATUAÇÃO

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, sediada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, quadra 04, lotes 075, 083, 125 e 175, bloco A, salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center, CEP 70610-440, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, listada na Bolsa de Valores B3, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1 de julho de 1972, autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011. Rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em 2020, em conformidade com a Lei nº 13.978/2020, Lei Orçamentária Anual, a Telebras foi incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), passando a ser classificada como empresa estatal dependente. A alteração do enquadramento orçamentário não impactou o seu perfil de atuação e a Telebras continuou executando as políticas públicas de inclusão digital do Estado e atendendo as demandas de soluções em serviços de conexão para a Administração Pública. Além do seu papel social, a Telebras atua também estimulando o desenvolvimento do mercado de telecomunicações ao fornecer infraestrutura para internet banda larga aos provedores regionais.

Neste contexto, em 2020, a Telebras revisou e iniciou a implementação do seu Plano Estratégico Institucional - PEI 2020-2024, cujas diretrizes direcionam esforços essenciais para a execução de políticas públicas de telecomunicações, com resultados capazes de atender as expectativas da sociedade, dos clientes e dos acionistas, majoritários e minoritários. A estratégia traçada foi no sentido de dotar a Companhia de mecanismos e instâncias de governança integrados e de métodos de gestão e controle que possibilitassem o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

3 FINANÇAS

3.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL DA COMPANHIA – PRINCIPAIS RUBRICAS

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2018 a 2020 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

Tabela 1 - Principais rubricas patrimoniais

Exercícios findos em: R$ mil

	2020				2019			2018	
Rubricas	Valor	AV%	AH% - 2019	AH% - 2018	Valor	AV%	AH% - 2018	Valor	AV%
Ativo Circulante	1.316.529	31,0%	11,7%	**278,5%**	1.179.149	27,4%	**239,0%**	347.786	**9,7%**
Ativo Não Circulante	2.927.484	69,0%	-6,1%	**-9,6%**	3.118.837	72,6%	**-3,7%**	3.237.483	**90,3%**
Realizável a Longo Prazo	218.236	5,1%	-22,2%	**-35,2%**	280.475	6,5%	**-16,7%**	336.906	**9,4%**
Investimentos	90.084	2,1%	11,4%	**21,6%**	80.841	1,9%	**9,1%**	74.086	**2,1%**
Imobilizado	2.591.282	61,1%	-5,3%	**-7,7%**	2.737.349	63,7%	**-2,5%**	2.806.288	**78,3%**
Intangível	27.882	0,7%	38,2%	**38,0%**	20.172	0,5%	**-0,2%**	20.203	**0,6%**
Ativo Total	**4.244.013**	**100,0%**	**-1,3%**	**18,4%**	**4.297.986**	**100,0%**	**19,9%**	**3.585.269**	**100,0%**
Passivo Circulante	300.964	7,1%	28,7%	**57,0%**	233.786	5,4%	**22,0%**	191.679	**5,3%**
Passivo Não Circulante	2.389.810	56,3%	-1,1%	**-20,9%**	2.417.467	56,2%	**-20,0%**	3.023.156	**84,3%**
Passivo Exigível	**2.690.774**	**63,4%**	**1,5%**	**-16,3%**	**2.651.253**	**61,7%**	**-17,5%**	**3.214.835**	**89,7%**
Patrimônio Líquido	1.553.239	36,6%	-5,7%	**319,3%**	1.646.733	38,3%	**344,5%**	370.434	**10,3%**
Passivo Total	**4.244.013**	**100,0%**	**-1,3%**	**18,4%**	**4.297.986**	**100,0%**	**19,9%**	**3.585.269**	**100,0%**

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Tabela 2 - Indicadores financeiros

Indicadores Financeiros	Medida	2020	2019	2018
Liquidez Corrente	Índice	6,3519	7,7046	1,8144
Liquidez Geral	Índice	2,29	2,25	0,84
Composição do Endividamento	%	30,9%	23,7%	23,6%
Grau de Endividamento	%	15,6%	14,9%	22,6%
Participação de Capital de Terceiros	%	18,5%	17,6%	29,3%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de despesas antecipadas, receitas diferidas e adiantamento para futuro aumento de capital foram reclassificadas para o patrimônio líquido.

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2020 apresentou crescimento de 11,7% e 278,5% em relação aos anos de 2019 e 2018, respectivamente. O aumento em relação a 2019 é explicado pelo aumento dos valores a receber do Superavit de Previdência Privada, devido à atualização monetária, e das transferências do Não Circulante. Já a evolução em relação ao ano de 2018 é justificada basicamente pelo aumento da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, devido aos aportes financeiros realizados pelo acionista controlador, a União, durante o exercício de 2019, no valor de R$ 1,0 bilhão, e pelo reconhecimento do superávit de previdência privada no valor de R$ 202,5 milhões. O valor do Ativo Circulante reconhecido sobre esse valor foi de R$ 74,1 milhões (R$ 67,5 milhões em 2019). As demais rubricas não apresentaram variações relevantes.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 6,1% na comparação com o ano de 2019 e de 9,6% em relação a 2018. Esse comportamento é reflexo das transferências realizadas para o Circulante de valores relativos ao Superavit de Previdência Privada, Despesas Antecipadas e pelo aumento do valor da Depreciação e Amortização em função da transferência de bens da condição de "em andamento" para "em serviço". O valor dessas transferências em 2020 foi de R$ 617,3 milhões.

Passivo Circulante – O comportamento desta rubrica na comparação entre o ano de 2020 e os exercícios de 2019 e 2018, demonstrou uma variação positiva de 28,7% e 57,0%, respectivamente, que é justificada, principalmente, pelo reconhecimento de obrigações que vencerão nos próximos 12 meses, tais como: i) Empréstimos e Financiamentos; ii) Receitas Diferidas relativas à prestação de serviços ao Ministério de Defesa (Banda X) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI),vinculados ao programa GESAC.

Passivo Não Circulante – O Passivo não Circulante apresentou redução de 1,1% e 20,9% na comparação com os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelas transferências para o Circulante em função dos vencimentos que ocorrerão no decorrer dos próximos 12 meses, principalmente das rubricas de Empréstimos e Financiamentos e de Receitas Diferidas.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2020, quando comparado ao de 2019, demonstra uma queda de 5,7%, explicada basicamente pelo prejuízo apurado no exercício no montante de R$ 106,2 milhões. Quando confrontado com o ano de 2018, o Patrimônio Líquido apresenta crescimento de 319,3%, justificado pelo aumento de capital realizado em 2020 com recursos recebidos da União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R$ 1,5 bilhões.

3.2 ESTRUTURA ECONÔMICA DA COMPANHIA – PRINCIPAIS RUBRICAS

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2020 comparado com os exercícios de 2019 e 2018 está apresentado a seguir com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

Tabela 3 - Resultado da Telebras

R$ mil	2020	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**328.961**	**264.543**	**260.002**
Serviços de Comunicação Multimídia	274.871	217.136	169.442
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.545	78.240
Aluguéis e Locações	16.640	10.862	12.320
Compartilhamento de Receita	970	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(62.138)**	**(60.290)**	**(60.350)**
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(61.934)	(59.489)	(59.743)
Descontos Incondicionais	(204)	(801)	(607)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**266.823**	**204.253**	**199.652**
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	**(123.747)**	**(135.884)**	**(262.459)**
Meios de Conexão e Transmissão	(103.529)	(78.449)	(77.709)
Pessoal (Exclui PISP)	(95.880)	(80.914)	(76.075)
Serviços de Terceiros	(93.021)	(86.271)	(67.351)
Aluguéis, Locações e Seguros	(28.633)	(11.036)	(10.419)
Compartilhamento de Instalações	(13.004)	(45.357)	(42.983)
Tributos	(3.753)	(3.152)	(2.386)
Equivalência Patrimonial	(3.621)	(1.034)	(1.716)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(708)	(2.137)	(220)
Material	(151)	(2.400)	(865)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.053	(9.024)	(3.048)
Outras Despesas Operacionais	(9.120)	(21.008)	(13.498)
Outras Receitas Operacionais	226.620	204.898	33.811
EBITDA	**143.076**	**68.369**	**(62.807)**
Margem EBITDA	**53,62%**	**33,47%**	**-31,46%**
Depreciação e Amortização	(214.811)	(191.266)	(126.688)
EBIT	**(71.735)**	**(122.897)**	**(189.495)**
Resultado Financeiro	(34.491)	(114.629)	(35.356)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(106.226)**	**(237.526)**	**(224.851)**
Prejuízo por Ação (R$)	***(1,7195%)***	***(3,8449%)***	***(3,6397%)***

3.2.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 4 - Receita Operacional Líquida

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Serviços de Comunicação Multimídia	274.871	217.136	169.442	26,6%	62,2%
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.545	78.240	-0,2%	-53,4%
Aluguéis e Locações - Outras	16.640	10.862	12.320	53,2%	35,1%
Compartilhamento de Receita	970	-	-	100,0%	100,0%
Receita Operacional Bruta	**328.961**	**264.543**	**260.002**	**24,4%**	**26,5%**
Deduções da Receita	(62.138)	(60.290)	(60.350)	3,1%	3,0%
Receita Operacional Líquida	**266.823**	**204.253**	**199.652**	**30,6%**	**33,6%**

Em 2020, a receita líquida atingiu 266,8 milhões (R$ 204,3 milhões em 2019 e R$ 199,7 em 2018), um crescimento de 30,6% e 33,6% em relação aos anos de 2019 e 2018, respectivamente. O crescimento é explicado: i) pela expansão da banda ativada e faturada em 2020, que alcançou uma média de 496.496Mbps (362.567Mbps em 2019 e 305.638Mbps em 2018); e ii) o aumento e expansão dos circuitos vinculados à geração de receita – 15.695 em dezembro de 2020 contra 12.578 em dezembro 2019 e 12.781 em dezembro de 2018.

O comportamento da receita bruta por produto nos 12M20 em relação aos 12M19 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): Apresentou aumento de 26,6%, devido ao maior volume de receitas geradas pelo segmento satelital com a utilização do satélite SGDC. A principal receita desse segmento é a do programa GESAC. Nos 12M20, a Telebras tinha um total de 12.688 pontos/circuitos do programa vinculados à geração de receita da Companhia (9.763 nos 12M19). O montante da receita gerada por esses circuitos no período foi de R$ 103,9 milhões (R$ 45,5 milhões nos 12M19).

Locação de Capacidade Satelital: este produto permaneceu estável em relação ao exercício de 2019, com receita de R$ 36,5 milhões em 2020. Na comparação com o ano de 2018, houve uma redução de 53,4%, que é explicada pelo reconhecimento no exercício de 2019 do adiantamento realizado pelo MCTI para reserva de banda no valor de R$ 60,0 milhões para atendimento do programa GESAC.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). No exercício de 2020, a receita reconhecida dessa rubrica totalizou R$ 16,6 milhões (R$ 10,9 milhões em 201 e R$ 12,3 milhões em 2018), crescimento de 53,2% e 35,1% em relação a 2019 e 2018 respectivamente. O aumento é explicado basicamente pelo reconhecimento da receita de aluguel de infraestrutura da parceria com a Viasat (R$ 2,5 milhões em 2020).

Compartilhamento de Receita: Em 2020, a Telebras reconheceu o montante de R$ 1,0 milhão relativo ao compartilhamento de receita com a parceria que tem com a Viasat na exploração dos serviços do satélite SGDC.

3.2.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

Tabela 5 - Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Meios de Conexão e Transmissão	(103.529)	(109.553)	(108.479)	-5,5%	-4,6%
Pessoal (exclui PISP)	(95.880)	(80.914)	(76.075)	18,5%	26,0%
Serviços de Terceiros	(93.021)	(86.271)	(67.351)	7,8%	38,1%
Aluguéis, Locações e Seguros	(28.633)	(11.036)	(10.419)	159,5%	174,8%
Compartilhamento de Instalações	(13.004)	(14.253)	(12.213)	-8,8%	6,5%
Tributos	(3.753)	(3.152)	(2.386)	19,1%	57,3%
PISP[1]	(708)	(2.137)	(220)	-66,9%	221,8%
Materiais	(151)	(2.400)	(865)	-93,7%	-82,5%
PECLD[2]	1.053	(9.024)	(3.048)	-111,7%	-134,5%
Total	**(337.626)**	**(318.740)**	**(281.056)**	**5,9%**	**20,1%**

[1] Programa de Indenização por Serviços Prestados
[2] Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram no exercício de 2020 R$ 337,6 milhões, crescimento de 5,9% em relação ao ano de 2019 e 20,1% na comparação com o ano de 2018.

As principais ocorrências entre os períodos referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Meios de Conexão e Transmissão: Em 2020, houve uma redução de 5,5% em relação ao ano de 2019 e de 4,6% em comparação com o ano de 2018. A diminuição é justificada principalmente pela redução dos custos com contratação de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD). Em 2020, os custos com EILD totalizaram R$ 56,8 milhões (R$ 63,25 milhões em 2019 e R$ 66,4 em 2018). Essa redução é efeito das ações da Companhia para redução desses custos (renegociação de contratos e utilização do SGDC).

Pessoal: No ano de 2020, os custos e despesas com pessoal tiveram aumento de 18,5% e 26,0% na comparação com os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente. O crescimento é explicado pelos seguintes eventos: i) concessão do reajuste salarial ocorrido no mês de julho de 2020, devido ao dissídio julgado favorável aos empregados da Companhia relativo aos acordos coletivos dos anos 2018/2019 e 2019/2020. Com a decisão, foram concebidos reajustes de 3,5% e 1,02% do INPC acumulado nos períodos, respectivamente. O reajuste do acordo coletivo de 2018/2019 foi pago de forma retroativa, e o de 2019/2020 não foi pago com efeitos retroativos; ii) reclassificação dos valores registrados no ativo a receber relativo ao pessoal cedido a outros Órgãos para o resultado do exercício no montante de R$ 13,4 milhões, tendo em vista a condição da Telebras de empresa dependente; e iii) concessão de promoções por merecimento e antiguidade no quarto trimestre de 2020.

Serviços de Terceiros: Apresentou crescimento de 7,8% na comparação entre 2020 e 2019. Em relação ao ano de 2018, houve um aumento de 38,1%. O aumento é justificado basicamente pelos seguintes eventos: i)elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão de rede e reajustes contratuais; e ii) pelo reconhecimento dos custos vinculados ao contrato de parceria firmado entre a Telebras e a Viasat para exploração do satélite SGDC.

Compartilhamento de Instalações: Em 2020, o custo de Compartilhamento de Instalação totalizou R$ 13,0 milhões (R$ 14,3 milhões em 2019 e R$ 12,2 milhões em 2018), redução de 8,8% e crescimento de 6,5%, respectivamente.

Aluguéis, Locações e Seguros: A rubrica apresentou crescimento de 159,5%, na comparação entre os 2020 e 2019, e de 174,8% em relação a 2018. Esse comportamento é explicado pelos seguintes eventos: i) reconhecimento dos custos com o seguro do satélite SGDC, que teve sua contratação de apólice renovada para o período de agosto de 2020 a agosto de 2021. O valor da nova apólice foi de R$ 19,0 milhões (a apólice anterior foi de R$ 5,2 milhões) e o custo mensal apropriado no resultado da Telebras é de R$ 1,6 milhão. Em 2020, o valor reconhecido no resultado da Telebras relativo ao seguro e à garantia foi de R$ 19,0 milhões (R$ 5,8 milhões em 2019 e R$ 2,4 milhões em 2018); e ii) reconhecimento dos custos com locação de equipamentos para operacionalização do satélite, conforme contrato firmando entre a Telebras e a Viasat (R$ 7,0 milhões nos 12M20 – R$ 2,7 milhões nos 12M19).

Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa: Em 2020, o valor da PECLD foi positivo no montante de R$ 1,0 milhão, explicado pela reversão de provisão ocorrida no ano de 2020 no valor de R$ 10,1 milhões ante uma constituição de provisão de R$ 9,1 milhões. Na comparação com 2019, houve uma queda de 111,7%, devido ao reflexo da mudança de critério na apuração do montante da PECLD.

3.2.3 DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Tabela 6 - Depreciação e Amortização

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Depreciação e Amortização	(214.811)	(191.266)	(126.688)	12,3%	69,6%

O crescimento de 12,3% e de 69,6% na comparação entre o ano de 2020 e os anos de 2019 e 2018, respectivamente, é explicado pelas transferências de bens e instalações em andamento para bens e instalações em serviço realizadas durante o ano de 2020. O montante dessa transferência foi de R$ 617,3 milhões, sendo o maior volume vinculado ao segmento satelital em virtude das conclusões das obras dos Centros de Operações Espaciais, relativos à parte terrestre do projeto SGDC.

3.2.4 RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Tabela 7 - Resultado de Equivalência Patrimonial

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.621)	(1.034)	(1.716)	250,2%	111,0%

Os resultados negativos de Equivalência Patrimonial apurados nos anos de 2020 e 2019 refletem a participação da Telebras (49%) nos resultados negativos gerados nesses anos pela coligada Visiona. Em 2020, a coligada apresentou um prejuízo líquido de R$ 7,4 milhões (R$ 2,1 milhões em 2019).

Com relação ao exercício de 2018, a perda com Equivalência Patrimonial aumentou em 111,0%. No final do exercício de 2018, a Telebras alienou as participações societárias que detinha nas empresas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A. A participação que a Telebras detinha no capital social dessas empresas era de 35% e a alienação fazia parte da estratégia da Companhia de permutar essas participações pela aquisição do Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

3.2.5 OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

Tabela 8 - Outras Receitas / Despesas Operacionais

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Recebidas	216.657	-	-	100,0%	100,0%
Superávit - Previdência Privada	-	202.549	-	-100,0%	n.d
Ganhos sobre o Passivo	3	8.850	16.352	-100,0%	-100,0%
Receita de Alienação de Ativos	-	-	9.547	-100,0%	-100,0%
Reversão. Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	226	6.523	6.350	-96,5%	-96,4%
Recuperação de Tributos	3.395	5.391	2.485	-37,0%	36,6%
Outras Receitas Operacionais	6.382	1.099	601	480,7%	961,9%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(43)	(19.531)	(1.524)	-99,8%	-97,2%
Total	**226.620**	**204.881**	**33.811**	**10,6%**	**570,3%**
Outras Despesas Operacionais					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(2.844)	(2.408)	(4.879)	18,1%	-41,7%
Tributos	(116)	(1.813)	(4.259)	-93,6%	-97,3%
Multas sobre Passivos	(441)	(1.084)	(3.514)	-59,3%	-87,5%
Baixas de Ativos por Perdas	(4.386)	(14.055)	(194)	-68,8%	2160,8%
Outras Despesas Operacionais	(1.333)	(1.565)	(652)	-14,8%	104,4%
Total	**(9.120)**	**(20.925)**	**(13.498)**	**-56,4%**	**-32,4%**
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	**217.500**	**183.956**	**20.313**	**18,2%**	**970,7%**

Em 2020, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R$ 217,5 milhões (R$ 184,0 milhões em 2018 e R$ 20,3 milhões em 2018).

Em 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos estão sendo reconhecidos com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. No acumulado dos 12M20, a Telebras reconheceu o montante de R$ 216,7 milhões, sendo que, desse total, R$ 117,0 milhões foram destinados a gastos com pessoal e R$ 99,7 milhões para outros custeios. As demais rubricas não apresentaram variações relevantes entre os períodos comparados. Esse evento foi o principal responsável pela obtenção do resultado positivo.

Em 2019, a Companhia reconheceu o superávit dos planos de previdência privada, PBS-A e PBS Telebras, que foram vertidos para a Telebras após autorização do Órgão regulador, a PREVIC. O valor destinado à Telebras foi de R$ 202,5 milhões e está sendo liquidado em 36 parcelas mensais, sendo o saldo remanescente atualizado mensalmente pelos índices de rentabilidade dos planos. No final do exercício de 2020, o valor a receber desse superavit é de 147,8 milhões.

Ainda no exercício de 2019, a Companhia realizou a baixa de créditos tributários no montante de R$ 13,6 milhões. A baixa foi realizada em função da impossibilidade de recuperação desses créditos perante os fiscos estaduais e federais, uma vez que houve a prescrição do direito de se creditar e, também, devido a incorreções na escrituração. Do montante baixado, R$ 11.951 refere-se a créditos de ICMS de bens do imobilizados (CIAP) escriturados entre janeiro de 2014 e agosto de 2019 e R$ 1.665 a tributos federais.

3.2.6 RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 9 - Resultado Financeiro

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Receitas Financeiras					
Juros sobre Superavit Previdência Privada	22.298	-	-	100,0%	100,0%
Juros sobre Aplicação Financeira	33.284	15.016	4.967	121,7%	570,1%
Juros sobre Tributos	4.078	1.863	4.186	118,9%	-2,6%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.583	2.323	2.511	11,2%	2,9%
Outras Receitas	594	478	528	24,3%	12,5%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.208)	(776)	(577)	184,5%	282,7%
Total	**60.629**	**18.904**	**11.615**	**220,7%**	**422,0%**
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento/ Cauções e Retenções	(40.620)	(111.131)	(52.964)	-63,4%	-23,3%
Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(21.397)	-	-	100,0%	100,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(19.383)	(20.871)	(16.124)	-7,1%	20,2%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.857)	(5.091)	(5.924)	15,0%	-1,1%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(7.081)	(8.402)	(3.840)	-15,7%	84,4%
Reversão de Encargos Financeiros	-	13.847	32.733	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas	(782)	(1.885)	(852)	-58,5%	-8,2%
Total	**(95.120)**	**(133.533)**	**(46.971)**	**-28,8%**	**102,5%**
Resultado Financeiro	**(34.491)**	**(114.629)**	**(35.356)**	**-69,9%**	**-2,4%**

No exercício de 2020, o resultado financeiro foi negativo no valor de R$ 34,5 milhões (R$ 114,6 milhões em 2019 e R$ 35,4 milhões em 2018), uma redução do resultado negativo de R$ 80,1 milhões entre 2020 e 2019. A redução é explicada pelos seguintes eventos: i) crescimento das receitas de aplicações financeiras em função do maior volume de recursos financeiros disponíveis para aplicação devido aos aportes de AFAC realizados pela União em dezembro de 2019, no montante de R$ 822,3 milhões (esses recursos estão impossibilitados para uso como investimento, conforme Fato Relevante publicado em 06 de maio de 2020); ii) redução dos juros de AFAC, em decorrência do processo de aumento de capital social, em que houve a transferência do valor de R$ 1.512,7 milhões do Passivo Exigível (Não Circulante) para o Patrimônio Líquido, deixando de incidir juros com base na variação da taxa SELIC sobre esse valor, e também devido à redução da taxa Selic entre os períodos comparados; e iii) redução dos encargos sobre Credores por Acordo Judiciais (PREVI e FUNCEF) em função das amortizações das parcelas de principal no período.

Esses pontos positivos foram parcialmente impactados pelo reconhecimento dos encargos de compensação financeira do financiamento vinculado à Finep e que consta no segundo aditamento contratual. O valor contabilizado dessa compensação foi de R$ 21,4 milhões e ocorreu em junho de 2020.

3.2.7 PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO

Tabela 10 - Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Prejuízo Líquido do Exercício	**(106.226)**	**(237.526)**	**(224.851)**	**5,60%**	**-17,00%**
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivo	-	(8.850)	(15.949)	-100,0%	-100,0%
(-) Superávit de Previdência Privada	-	(202.549)	-	-100,0%	n.d
(+) Tributos sobre Superávit	-	18.736	-	-100,0%	n.d
(-) Reversão de Encargos Financeiros	-	(13.847)	(32.733)	-100,0%	-100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	4.386	14.055	194	-68,8%	2160,8%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	-	-	(9.547)	n.d	-100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(101.840)	(429.981)	(282.886)	-76,3%	-64,0%
Margem Líquida	-38,20%	-210,50%	-141,70%	-81,9%	-73,0%
Prejuízo por Ação (R$)	-1,5006	-6,9602	-4,5791	-78,4%	-67,2%

Em 2020, o Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado foi de R$ 101,8 milhões (R$ 429,9 milhões em 2019 e R$ 282,9 milhões em 2018), redução de 76,3% em relação a 2019 e 64,0% na comparação com 2018. A redução do Prejuízo entre os exercícios comparados é explicada pelas seguintes ocorrências: i) aumento da Receita Operacional Líquida (R$ 62,6 milhões na comparação com o ano de 2019 e R$ 67,2 milhões em relação ao ano de 2018); ii) crescimento dos Custos e Despesas Operacionais em menor volume em relação ao aumento das Receitas (R$ 18,9 milhões e R$ 56,6 milhões em relação aos anos de 2019 e 2018, respectivamente); iii) recebimento de Subvenções Orçamentárias no valor de R$ 216,7 milhões; e iv) melhora no resultado financeiro líquido, principalmente pelo aumento das receitas de aplicações financeiras, bem como pela redução dos encargos financeiros de AFAC e da dívida com Credores por Perdas Judiciais.

3.2.8 EBITDA/LAJIDA

Tabela 11 - EBITDA/LAJIDA

R$ mil	2020	2019	2018	Δ 2020 X 2019	Δ 2020 X 2018
Prejuízo Líquido do Exercício	**(106.226)**	**(237.526)**	**(224.851)**	**-55,3%**	**-52,8%**
(+/-) Resultado Financeiro	34.491	114.629	35.356	-69,9%	-2,4%
(+) Depreciação e Amortização	214.811	191.266	126.688	12,3%	69,6%
EBITDA	**143.076**	**68.369**	**(62.807)**	**109,3%**	**327,8%**
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(3)	(8.850)	(15.949)	-100,0%	-100,0%
(-) Superávit de Previdência Privada	-	(202.549)	-	-100,0%	n.d
(+) Tributos sobre Superávit	-	18.736	-	-100,0%	n.d
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.263)	(5.569)	-	-5,5%	100,0%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(497)	(822)	-	-39,5%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	-	-	(9.547)	n.d	-100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	4.386	14.055	194	-68,8%	2160,8%
(+/-) Equivalência Patrimonial	3.621	1.034	1.716	250,2%	111,0%
EBITDA Ajustado	**145.320**	**(115.596)**	**(86.393)**	**225,7%**	**268,2%**
Margem EBITDA	**53,6%**	**33,5%**	**-31,5%**	**60,0%**	**270,2%**
Margem EBITDA Ajustado	**54,5%**	**-56,6%**	**-43,3%**	**196,3%**	**225,9%**

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No exercício de 2020, o EBITDA Ajustado da Telebras foi positivo no valor de R$ 145,3 milhões (R$ 115,6 milhões negativo em 2019 e R$ 86,4 milhões negativo em 2018). O crescimento de 225,7% e 268,2%, respectivamente, entre os anos comparados é justificado pelo aumento da Receita Operacional Líquida (30,6% e 33,6% em relação aos anos de 2019 e 2018, respectivamente), pelo recebimento/reconhecimento de Subvenções do Orçamento Federal para pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios, bem como pelo aumento dos Custos e Despesas Operacionais em 5,9% e 20,1%, em relação aos anos de 2019 e 2018, com percentuais inferiores ao crescimento da receita no ano de 2020.

A Margem EBITDA Ajustada em 2020 foi de 54,5% (-56,6% em 2019 e -43,3% em 2018), aumento de 196,3% em relação ao ano de 2019 e de 225,9% na comparação com o ano de 2018.

Desconsiderando o efeito da Subvenções Orçamentárias Recebidas no ano de 2020 (R$ 216,7 milhões) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo de R$ 71,3 milhões, e uma Margem EBITIDA Ajustada de -26,7%.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS

Consoante com a Constituição Federal de 1988, art. 173:

> *Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

E com o Decreto nº 9.612, de dezembro de 2018:

> *Art. 12. As políticas públicas de telecomunicações de que trata este Decreto substituem, para todos os fins legais, o Programa Nacional de Banda Larga e o Programa Brasil Inteligente, mantidas as seguintes atribuições da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras:*
>
> *I - implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;*
>
> *II - prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público;*
>
> *III - provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e*
>
> *IV - prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais*

No exercício de suas atribuições, em 2020, a Telebras atuou na implementação e operacionalização das principais políticas públicas de telecomunicações, tais como o projeto de inclusão digital - Programa de Inovação Educação Conectada, do Ministério da Educação, e Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão - GESAC, do então MCTIC, atual Ministério das Comunicações (MCom), disponibilizando o seu serviço de internet banda larga, via satélite, para cerca de 2,5 milhões de alunos, distribuídos em 11,6 mil pontos, dos quais cerca de 80% em área rural e 79% nas regiões Norte e Nordeste.

Foram iniciadas operações do Programa Wi-Fi Brasil, coordenado pelo Ministério das Comunicações, oferecendo conexão gratuita à internet em banda larga por satélite ou via terrestre, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro.

Em apoio à Frente Parlamentar de Desenvolvimento do Semiárido, a Telebras apresentou projetos para a melhoria da conectividade da região por meio da ampliação de seu *backbone* e da utilização de soluções satelitais do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

Suportou, mediante contratos celebrados com mais de 40 clientes do Governo Federal, serviços essenciais para a sociedade brasileira, provendo redes privativas de comunicação e serviços de telecomunicação para atendimento dos serviços previdenciários, preservação e conservação da biodiversidade, promoção do trabalho, soberania e defesa nacional, proteção da Amazônia, serviço de apoio à micro e pequenas empresas, entre outros.

Forneceu aos Prestadores de Pequeno Porte - PPP - o serviço IP Telebras, viabilizando o acesso à banda larga aos consumidores finais em localidades onde inexiste a oferta adequada de internet. Incentivou, assim, o desenvolvimento dessas empresas e ampliou o atendimento das políticas públicas de telecomunicações.

A partir da identificação da necessidade de soluções de telecomunicações que a Telebras pudesse ser prontamente utilizada em situações de emergência, como no caso da tragédia de Brumadinho ou da Operação Acolhida, a Telebras desenvolveu e disponibilizou para órgãos de segurança e defesa, entre outros, solução transportável de acesso à internet de alta velocidade, o que permite rápida mobilização e atuação em todo o território nacional.

Durante a pandemia, a Telebras se colocou à disposição para auxiliar na prestação de serviços para Unidades Básicas de Saúde, bem como em apoio à atuação de todos os órgãos do Governo Federal.

5 GOVERNANÇA CORPORATIVA, RELAÇÕES COM INVESTIDORES E MERCADO

5.1 INTEGRIDADE, RISCOS E CONFORMIDADE

Em 2020, a Alta Administração da Empresa determinou a implementação de mecanismos, ações e atividades, em atendimento às imposições legais ou em caráter voluntário, com o intuito de estabelecer melhores práticas de governança corporativa alinhadas à estratégia da Companhia, de modo a contribuir para o seu fortalecimento perene e duradouro.

Em setembro do referido ano, foi avaliada a implementação na Telebras das práticas recomendadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, conforme Instrução CVM nº 586/2017. Constatou-se que a Telebras adota a maioria dos princípios e práticas recomendadas pelo Código. Com o intuito de aperfeiçoar as práticas, em 2020, houve melhorias em cinco práticas:

Assembleia Geral (1.3.1);
Avaliação do Conselho e dos Conselheiros (2.4.1);
Integração dos Novos Conselheiros (2.6.1); e
Avaliação do Diretor-Presidente e da Diretoria (3.3.1 e 3.3.2).

Portanto, ao longo do ano, a Telebras deu prosseguimento às ações para manter um ambiente de controle efetivo e implementou melhorias nos controles em diversas áreas organizacionais.

A Política de Integridade, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta os princípios e diretrizes que orientam a promoção dos valores éticos e de transparência na condução dos nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O Programa de Integridade traz um conjunto de diretrizes para assegurar a entrega dos resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, gestão de riscos e controles e de procedimentos de integridade.

Para a efetivação da Política e do Programa de Integridade, a Telebras implementou o Plano de Integridade, para o biênio 2019-2020, que reúne, de maneira sistêmica, as diversas iniciativas para prevenir, detectar e mitigar as possibilidades de ocorrências de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios éticos e de conduta. Para a execução do seu Plano de Integridade, a Empresa seguiu as etapas sugeridas no Guia de Integridade, publicado pela Controladoria-Geral da União, ressaltando as diretrizes, os objetivos e os fundamentos do Programa de Integridade da Telebras em seus cinco eixos de atuação: comprometimento e apoio da alta administração; instâncias responsáveis; análise de perfil e riscos; políticas e procedimentos; e capacitação, comunicação e monitoramento. O Plano Integra + encerrou o ano com 34 iniciativas de integridade concluídas e mais 28 ações iniciadas, reforçando o compromisso da Telebras com a integridade.

A Telebras segue os princípios da Transparência Ativa, conforme a Lei de Acesso à Informação. Divulga, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Nesse contexto, temos o compromisso de manter um diálogo transparente, respeitoso e proativo com todos os públicos de interesse, com estreita atenção às orientações legais em vigor.

Em 2020, a Telebras foi reavaliada pela Controladoria-Geral da União – CGU – e Tribunal de Contas da União – TCU – em relação ao cumprimento de requisitos de Transparência Ativa. O primeiro órgão avaliou 49 pontos, enquanto o segundo avaliou 211 pontos considerando itens e subitens. Segundo o resultado da avaliação promovida pela CGU, a Companhia apresentou uma evolução de 22,45% em relação aos requisitos integralmente cumpridos. Até o momento de elaboração deste Relatório, não havíamos recebido posicionamento em relação à avaliação do TCU.

A Companhia foi listada no primeiro quadrante na avaliação dos Indicadores de Governança – IG-SEST – estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia. O IG-SEST é um instrumento aplicado para avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016, e das diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que busca implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa nas Empresas Estatais Federais.

No 4° ciclo de avaliação, ocorrido em 2019, a Telebras atingiu a nota 8,76, sua maior nota histórica, superior à média geral de 8,48 das 61 estatais e um incremento de aproximadamente 21% comparado com 2018. Essa situação garantiu o alcance do Nível 1 no indicador. O resultado representa um avanço de aproximadamente 264% na gestão empresarial desde a realização do 1º ciclo, em 2017. Em 2020, o indicador não foi mensurado, portanto, a última nota permanece sendo do 4º ciclo.

Devido a pandemia mundial, a Telebras implementou um plano de contingência aplicado ao Coronavírus. O Plano contém: a contextualização da situação no mundo, no Brasil, em Brasília e na Telebras; a estrutura de crise com responsabilidades definidas; processos, funções e contratos críticos da organização; análise de cenários e níveis de respostas recomendados.

A Telebras identificou os possíveis impactos da crise na Companhia, em termos de riscos e oportunidades relacionados ao contexto. Os riscos identificados e escalonados em níveis de impacto, os indicadores selecionados para a efetiva medição dos impactos e o estabelecimento de *red flags* foram aprovados pelo Comitê de Crise. Ao longo do ano, a Telebras monitorou diariamente a situação do COVID-19 nos pontos de interesse da Companhia, expondo as informações em boletins periódicos para subsidiar as decisões do Comitê de Gestão de Crise e da Diretoria Executiva.

Além disso, o ano de 2020 ensejou a revisão integral do Estatuto Social. As mudanças propostas foram motivadas, principalmente, pela necessidade de alinhamento com as diretrizes da OCDE e as melhores práticas de governança, conforme modelo estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (SEST). Ainda nesse período, houve a atualização do Regimento Interno da Telebras.

No decorrer do ano, a equipe de conformidade conduziu o processo de publicação de 38 normas internas (instrumentos novos ou atualizações de versão). Isso representou um aumento de 77,27% no quantitativo de normas publicadas na Telebras, frente às 22 normas publicadas em 2019.

A Companhia continua aperfeiçoando seus processos de Governança. Demonstra, assim, a conscientização de toda a Empresa sobre a importância da integridade, da conformidade, da transparência ativa, da efetividade na gestão de riscos e no controle interno e, também, o comprometimento da alta administração e dos colaboradores com o aperfeiçoamento da estrutura de governança.

5.2 RELAÇÕES COM INVESTIDORES E MERCADO

Atualmente, a União detém mais de 90,7% das ações da Companhia, enquanto a Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP – e outros acionistas minoritários detém 9,3%. Ao todo, são 4.431 acionistas. A maior parte – 82,16% – é composta de pessoas físicas que representam 2,5% do as ações da Companhia. As tabelas abaixo apresentam a relação dos principais investidores e informações sobre ações e acionistas.

Tabela 12 - Principais Investidores

Principais investidores

Acionista	ON		PN		Total	
	Ações	% Ações	Ações	% Ações	Ações	% Ações
UNIÃO FEDERAL	45.296.509	91,58716%	16.239.800	88,2239%	61.536.309	90,6749%
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	3.231.600	6,53413%	-	0,0000%	3.231.600	4,7618%
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	592.598	1,19820%	542.630	2,9479%	1.135.228	1,6728%
BANCO DO BRASIL S/A	97.670	0,19748%	7	0,0000%	97.677	0,1439%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	46.482	0,09398%	102	0,0006%	46.584	0,0686%
OUTROS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	192.219	0,38866%	1.624.952	8,8277%	1.817.171	2,6776%
AÇÕES EM TESOURARIA	193	0,00039%	-	0,0000%	193	0,0003%
TOTAL:	**49.457.271**	**100,00000%**	**18.407.491**	**100,0000%**	**67.864.762**	**100,0000%**

Fonte: Relatório parametrizado da base de investidores (Bradesco) - posição de 31.12.2020 - 4T2020

Tabela 13 - Ações e Acionistas

Informações sobre ações e acionistas

Tipo Pessoa	ON				PN				Total			
	Acionistas	Ações	%Acionistas	% Ações	Acionistas	Ações	%Acionistas	% Ações	Acionistas	Ações	%Acionistas	% Ações
F[1]	3.069	168.940	69,26%	0,34%	4.914	1.543.580	85,98%	8,39%	7.543	1.712.520	82,16%	2,52%
J[2]	1.285	4.634.809	29,00%	9,37%	727	603.170	12,72%	3,28%	1.532	5.237.979	16,69%	7,72%
I[3]	66	44.653.393	1,49%	90,29%	47	16.240.259	0,82%	88,23%	75	60.893.652	0,82%	89,73%
N[4]	1	10	0,02%	0,00%	1	7	0,02%	0,00%	1	17	0,01%	0,00%
R[5]	10	119	0,23%	0,00%	26	20.475	0,45%	0,11%	30	20.594	0,33%	0,03%
TOTAL:	**4.431**	**49.457.271**	**100,00%**	**100,00%**	**5.715**	**18.407.491**	**100,00%**	**100,00%**	**9.181**	**67.864.762**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: Relatório parametrizado da base de investidores (Bradesco) - posição de 31/12/2020

Legenda: F - Pessoa Física, J -Pessoa Jurídica, I -Investidores Institucionais, N - Não Identificado, R - Residentes no Exterior

As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras são escrituradas pelo Banco Bradesco e vêm sendo negociadas regularmente na B3 – a Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos TELB3 e TELB4. Ao longo do ano, as ações ordinárias tiveram oscilação de preço entre R$50,00 e R$209,99 e as ações preferenciais tiveram variação entre R$12,00 e R$ 38,98.

Tabela 14 - Ações

Papel	Preço Mínimo	Preço Máximo
TELB3	R$ 50,00	R$ 209,99
TELB4	R$ 12,00	R$ 38,98

Em 2020, as ações da Companhia movimentaram mais de R$370 milhões na B3. A Tabela abaixo apresenta os quantitativos de negociações e o volume de recursos movimentados ao longo do ano.

Tabela 15 - Quantitativos de negociações e recursos movimentados

Mercado de Ações	Negociações	Volume (R$)
Lote-Padrão	46.249	353.100.714,00
Mercado a Termo	54	390.371,91
Mercado Fracionário	29.352	20.812.776,26
Total Geral	**75.655**	**374.303.862,17**
Participação Empresa/Setor	0,36%	0,29%
Participação Setor/BOVESPA	2,34%	1,74%

Em julho de 2020, a Assembleia Geral da Companhia homologou o processo de aumento de capital iniciado em 2019. Foram emitidas 10.184.492 (dez milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e duas) ações ordinárias ao preço unitário de R$117,59 (cento e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) e 8.074.780 (oito milhões, setenta e quatro mil e setecentos e oitenta) ações preferenciais ao preço unitário de R$39,02, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal.

Ainda há um montante superior a R$1,5 bilhão de reais classificados como Recursos Capitalizáveis. A publicação de Decreto Presidencial autorizativo é necessária para realizar a nova operação de aumento de capital. Em setembro de 2020, o processo foi iniciado e os documentos encontram-se sob análise do Ministério das Comunicações e do Ministério da Economia.

Os acionistas e investidores que desejarem mais informações podem entrar em contato com a Assessoria de Relações com Investidores pelo e-mail investidores@telebras.com.br ou pelo telefone (61) 2027-1210.

5.3 GESTÃO EMPRESARIAL

5.3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

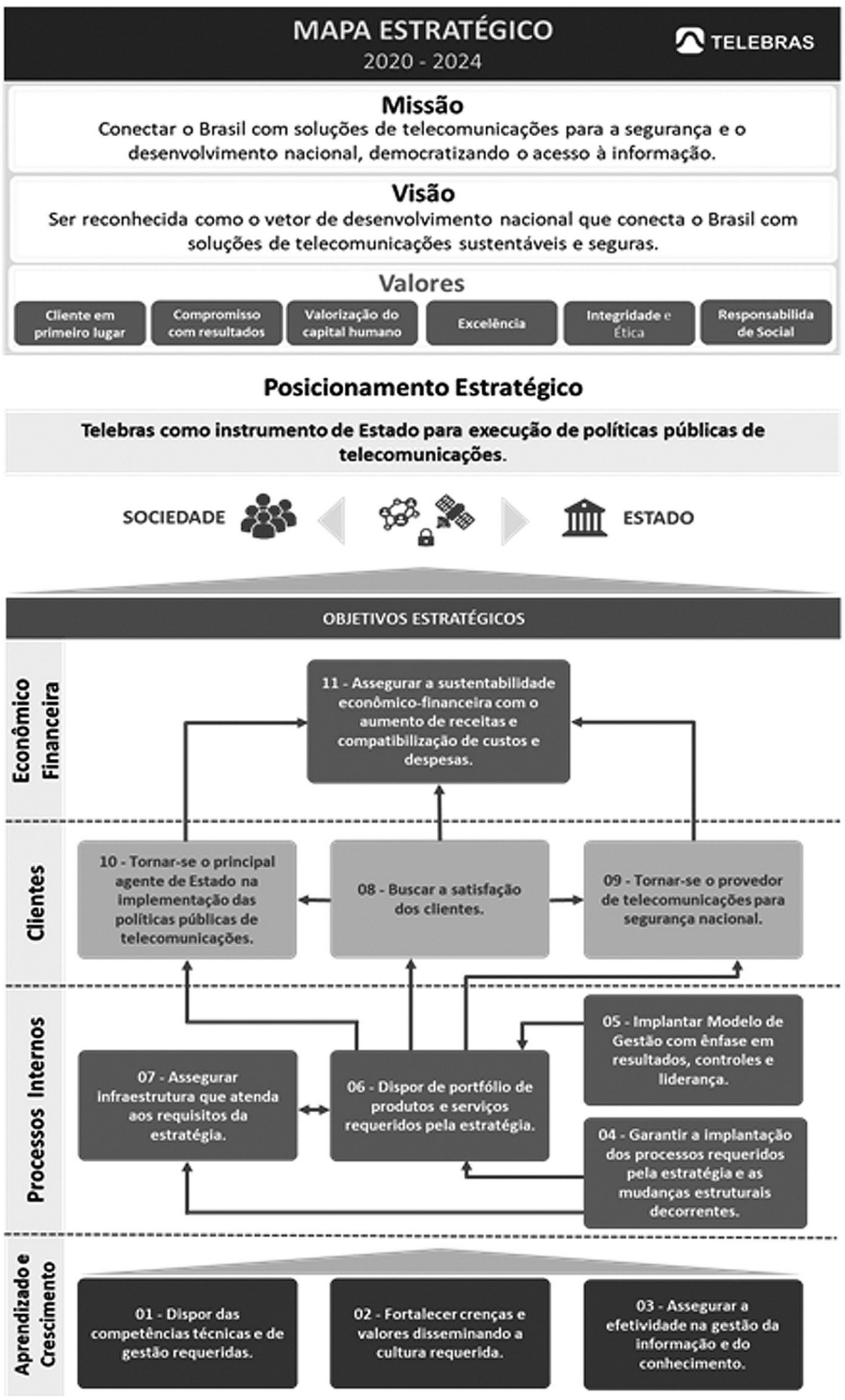
Em face das mudanças ocorridas no ambiente político e econômico no ano de 2019 resultantes da troca do Governo Federal, a Companhia revisou seu Plano Estratégico para o período de 2020 a 2024.

O processo de revisão definiu que como posicionamento estratégico da Companhia "*atuar como instrumento de Estado para a Execução de políticas públicas de telecomunicações*", que é sustentado pelos imperativos legais.

Destaca-se, ainda,o aperfeiçoamento das declarações de Missão, Visão e do Mapa Estratégico e o consequente ajuste dos objetivos, metas e indicadores.

O Mapa Estratégico foi estruturado em quatro perspectivas, representando o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios da Telebras.

Figura 1 - Mapa Estratégico 2020-2024



Para mensurar o desempenho da Companhia em direção aos Objetivos Estratégicos, foram definidos os indicadores relacionados na tabela 16.

Tabela 16 - Objetivos Estratégicos x Indicadores

PERSPECTIVA	ID.O	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ID.I	INDICADOR
Aprendizado e Crescimento	OE.1	DISPOR DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DE GESTÃO REQUERIDAS	1.1.1	MONITORAR A EVOLUÇÃO DO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
	OE.2	FORTALECER CRENÇAS E VALORES DISSEMINANDO A CULTURA REQUERIDA	1.2.2	INTERNALIZAÇÃO DAS CRENÇAS E VALORES NA CULTURA ORGANIZACIONAL
	OE.3	ASSEGURAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	1.3.3	EXECUÇÃO DO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Processos Internos	OE.4	GARANTIR A IMPLANTAÇÃO DOS PROCESSOS REQUERIDOS PELA ESTRATÉGIA E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DECORRENTES	2.4.4	PROCESSOS DE NEGÓCIOS REQUERIDOS INSTITUCIONALIZADOS
			2.4.5	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA AOS PROCESSOS DE NEGÓCIO REQUERIDOS PELA ESTRATÉGIA
	OE.5	IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO COM ÊNFASE EM RESULTADOS, CONTROLES E LIDERANÇA	2.5.6	DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA
	OE.6	DISPOR DE PORTFÓLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS REQUERIDOS PELA ESTRATÉGIA	2.6.7	DISPONIBILIDADE NO PORTFÓLIO, DOS PRODUTOS E SERVIÇOS REQUERIDOS PELA ESTRATÉGIA
	OE.7	ASSEGURAR INFRAESTRUTURA QUE ATENDA AOS REQUISITOS DA ESTRATÉGIA	2.7.8	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AO PORTFÓLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
Clientes	OE.8	BUSCAR A SATISFAÇÃO DOS CLIENTE	3.8.9	NET PROMOTER SCORE - NPS
	OE.9	TORNAR-SE O PRINCIPAL PROVEDOR DE TELECOMUNICAÇÕES PARA SEGURANÇA NACIONAL	3.9.10	EXECUÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE NEGÓCIO PARA PROVIMENTO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A SEGURANÇA NACIONAL.
	OE.10	TORNAR-SE O PRINCIPAL AGENTE DE ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES	3.10.11	EXECUÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DA TELEBRAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES.
Econômico-Financeira	OE.11	ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA COM O AUMENTO DE RECEITA E COMPATIBILIZAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS	4.11.12	MARGEM EBITDA AJUSTADO
			4.11.13	CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS
			4.11.14	FCT (FLUXO DE CAIXA TOTAL)

Os objetivos estratégicos foram desdobrados em iniciativas e agrupadas por área de negócio, nos seguintes Planos Diretores:

- Plano Diretor de Governança – **PDG**;
- Plano Diretor de Econômico-Financeiro – **PDEF**;
- Plano Diretor de Comercial – **PDC**;
- Plano Diretor de Administrativo – **PDA**;
- Plano Diretor de Técnico Operacional – **PDTO**; e
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – **PDTI**.

Cada Plano Diretor conta com um conjunto de ações orientadas para o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no PEI 2020-2024.

Foram implementadas ações estruturantes votadas para a eficiência da gestão da estratégia e consequente execução da estratégia empresarial estabelecida.

As projeções do Plano Financeiro da Companhia, materializadas no seu Plano de Negócios, foram ajustadas, sendo os resultados monitorados e reportados mensalmente pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

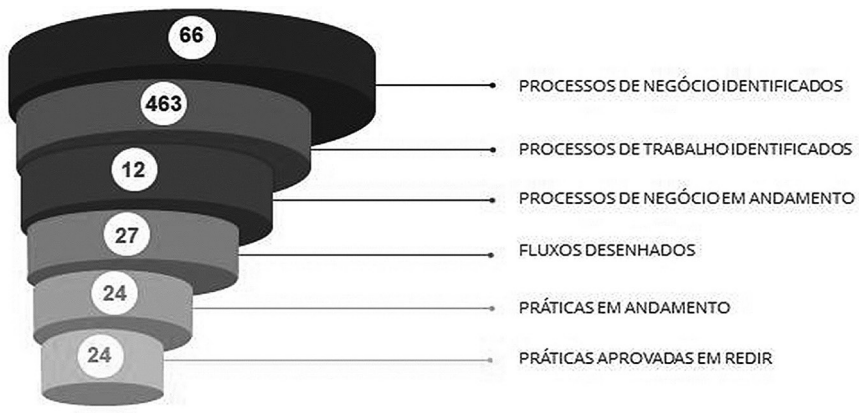
5.3.2 GESTÃO DE PROCESSOS

Em 2020, os esforços foram concentrados na implantação da gestão de processos, incluindo a estruturação do Escritório de Processos. Para tanto foram executadas as seguintes atividades:

- Reformulação da cadeia de valor sintética e analítica;
- Definição de metodologia;
- Normatização;
- Identificação dos processos de negócio e processos de trabalho;
- Capacitação de equipes; e
- Início do mapeamento "*As Is*".

A figura 2 apresenta as entregas realizadas no decorrer de 2020:

Figura 2 - Entregas do Projeto de Gestão de Processos



5.3.3 GESTÃO DE PROJETOS

A Companhia encerrou o ano de 2020 com a Gestão Organizacional de Projetos – GOP – implantada. A GOP é a estrutura de execução da estratégia empresarial que utiliza o gerenciamento do portfólio de programas e projetos, bem como outras práticas organizacionais facilitadoras para realizar a estratégia organizacional de maneira consistente e previsível, melhorando o desempenho e levando a resultados e vantagens competitivas sustentáveis. Para tanto, foi definida a metodologia de gestão de portfólio e seus componentes (programas e projetos), compreendendo:

a. A estrutura e os processos de gestão;
b. Os indicadores dos componentes;
c. Normativo de Governança e Gerenciamento do Portfólio, Programas e Projetos, cujo objetivo é institucionalizar o modelo de governança, as competências e a metodologia para o gerenciamento do portfólio, programas e projetos da Telebras, visando o ordenamento e integração das partes e o alinhamento ao planejamento estratégico da empresa;
d. Regimento Interno do Comitê Consultivo do Portfólio, cuja finalidade é assessorar a Diretoria Executiva nos processos decisórios relacionados à gestão de portfólio;
e. Capacitação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos; e
f. Operação do Escritório de Gestão do Portfólio: o Plano de Transição dos Projetos e o Plano de Comunicação do EGP e Estratégia, ambos foram implantados e estão em execução e continuarão com suas ações no ano de 2021.

6 OS NEGÓCIOS DA TELEBRAS

6.1 CONJUNTURA ECONÔMICA SETORIAL

Durante o atípico ano de 2020, houve algumas movimentações que geraram impactos significativos na conjuntura do setor de Telecomunicações.

Com a aprovação do Projeto de Lei Orçamento 2020, a Telebras passou a ser classificada como estatal dependente, integrando o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), não mais o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, numa condição singularna administração pública. A inclusão no OFSS implicou em mudanças decorrentes das necessárias adaptações das atividades da Companhia.

Em junho de 2020, a pasta do Ministério das Comunicações foi recriada, a partir do desmembramento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com o intuito de fortalecer as áreas de política nacional de telecomunicações, política nacional de radiodifusão e serviços postais.

No âmbito da iniciativa privada registrou-se por parte das operadoras do setor, movimentos de especialização segmentada, com desmembramentos ou criação de novas empresas a partir de unidades (*spin-off*) para atuação independente em infraestrutura, telefonia móvel, telefonia fixa e serviços de dados.

Em um processo de recuperação judicial iniciado ainda em 2016, a empresa Oi leiloou ativos de data center, torres e rede móvel, o que mudou a configuração de participantes dos respectivos mercados do setor de telecomunicações.

O mercado de banda larga foi marcado pela manutenção do crescimento da participação provedores regionais, registrada desde 2019, ano em que o conjunto dos Provedores de Serviços de internet - ISPs- de pequeno e médio porte alcançou a liderança, provocando o fortalecimento econômico e o desenvolvimento institucional dos principais atores deste segmento com fusões e investimentos de fundos estrangeiros.

Como consequência desses movimentos, pode-se antever um cenário com uma atuação mais intensa e direta do Governo Federal nas políticas públicas de telecomunicações, bem como um ambiente mais competitivo na oferta de infraestrutura de rede, com as empresas derivadas das grandes operadoras atuando independentemente com possibilidade de servir provedores concorrentes.

6.2 VENDAS

Em um ano impactado pela pandemia, com restrições de circulação de pessoas e diversos estabelecimentos comerciais fechados durante grande parte do período, a Telebras avançou na ampliação de pontos do Programa Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão – GESAC, alcançando mais de 13.200 pontos vendidos, conectando mais de 2,6 milhões de alunos.

Além de atingir a expressiva marca de 2.989 links terrestres e mais 13.300 links satelitais, ainda foram celebrados contratos com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM – e com o Comando Militar da Amazônia – CMA – para fornecimento de um total de 62 unidades de conexão à internet satélite transportável (T3SAT), auxiliando nas missões institucionais e de inteligência do Censipam e na comunicação de frações da tropa, do CMA, empregadas em ambientes remotos de selva sem sinal de internet.

Demonstrando a capacidade da Telebras de prestar serviços terrestres de comunicação de dados de alta qualidade, com preços competitivos e a confiança dos clientes nos serviços prestados, foi assinado contrato, no valor total de mais de R$ 25 milhões, com o Ministério da Economia, para prestação de serviços de telecomunicações. Por meio de uma rede IP multisserviços, utilizando o protocolo MPLS (MultiProtocolLabelSwitching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades daquele Ministério, em todo território nacional. Esse contrato substituiu os contratos com o Ministério do Trabalho, com o Ministério do Planejamento e com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Apoiando as iniciativas do INSS e da Dataprev na melhoria dos serviços ao cidadão, foi realizada a ampliação de velocidade (upgrade) em 1.000 circuitos. Com a Presidência da República, foi firmado contrato para prover rede corporativa e de acesso à internet no valor total de R$ 1.7 milhões.

Na área de parcerias, estabeleceu-se o Termo de Cooperação Técnica para integração de redes com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Termo de Autorização de uso de infraestruturas do Projeto Xingu Conectado, possibilitando início de vendas nos respectivos trechos. Ainda se avançou nas negociações para renovação dos contratos de cessão de fibras ópticas com as empresas do Sistema Eletrobras e Furnas e foram celebrados os primeiros contratos de Venda com Equipagem, com os clientes MOB Telecom, SEA Telecom e WSP.

Reforçando o foco no cliente e melhoria contínua dos serviços, a Telebras realizou pesquisa piloto de satisfação do cliente, modernizou o *Call Center* com novos *scripts* e suporte ao atendimento remoto, automatizou processos na busca por agilidade e menor tempo de resposta e implantou plano de tratamento de riscos operacionais em busca da continuidade da operação de atendimento ao cliente.

6.3 ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Os Escritórios Regionais atuam no atendimento comercial aos provedores regionais, oferecendo produtos de transporte e de conectividade à internet de alta velocidade.

Em 2020, foram encerradas as atividades do Escritório Regional do Rio de Janeiro sendo as mesmas absorvidas pelo Escritório Regional de São Paulo, sem aumento do efetivo daquele escritório, que teve sua sede alterada para novo local, proporcionando significativa redução de despesas, adequado acesso para clientes e colaboradores e melhor representatividade para a empresa.

Em ação de massificação da divulgação de informações da Telebras, as 1.668 prefeituras municipais da região Sudeste e 1.270 da região Sul foram contempladas com uma correspondência apresentando a Companhia com suas ofertas de solução satelital para acesso à internet nas áreas remotas ou desprovidas de infraestrutura.

O Escritório Regional de Belém ampliou a participação da rede satélite da Telebras na região Norte por meio do contrato com a PRODEPA, que prevê a instalação de 50 pontos em cerca de 20 municípios do Pará, com previsão anual de R$ 1.345.838,00.

6.4 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Para cumprir o previsto no Estatuto Social da Telebras com maior efetividade, foi definido, no Plano Diretor Técnico-Operacional da Telebras para o quinquênio de 2020 a 2024, a implantação de uma Gerência de Inovação (GI), ligada à Diretoria Técnico Operacional – DTO, como de fundamental importância para garantir a existência de um ambiente de inovação aberto na empresa bem como para sistematizar o desenvolvimento tecnológico inovador em pesquisa aplicada.

Na 460ª Reunião do Conselho de Administração, em 30 de julho de 2020, foi aprovado o novo Regimento Interno da Telebras, com criação da Gerência de Inovação -GI, que assumiu os compromissos relacionados a inovação até então conduzidos pela Gerência de Planejamento Controle e Inovação - GPCI. Entre outras ações complementares, foi elaborada a minuta de Política de Inovação Telebras que, uma vez aprovada, alçará a Telebras ao patamar de Instituição Científica e Tecnológica - ICT pública, ampliando o leque de oportunidades de negócios e de otimização da rede de telecomunicações da empresa.

A GI é responsável pela condução das atividades normativas e operativas para consolidar a Telebras como Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) pública, relacionadas aos seguintes temas de interesse: o desenvolvimento de soluções inovadoras para o portfólio de produtos e serviços, alinhado ao negócio e em conjunto com as áreas técnicas; à gestão do ambiente de inovação aberta, da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico; à promoção da disseminação interna do conhecimento; e ao uso de novas tecnologias oriundas de universidades e institutos de pesquisa.

Um exemplo do trabalho da GI é o desenvolvimento, pela equipe de engenheiros da área de Inovação da Telebras, em parceria com uma empresa privada, do equipamento denominado T3SAT – Terminal Transportável Telebras SAT –, que garante maior elasticidade ao atendimento de serviços satelitais. Essa solução visa à oferta de produtos e serviços de telecomunicações em banda larga a clientes Telebras, em modo nômade, em qualquer ponto do território nacional, por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, na banda Ka. O produto entrou recentemente em escala de produção industrial, oportunidade em que já foram comercializadas.

Estão em andamento Provas de Conceito (PoC) com parceiros e fornecedores de tecnologias para o desenvolvimento de soluções de conectividade, utilizando o satélite SGDG da Telebras, com objetivo de atender às políticas públicas de conectividade do Governo e, também, para o mercado privado.

Para viabilizar o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços para a rede terrestre e satelital da Telebras, bem como avaliar novas soluções de segurança da informação, estão sendo desenvolvidas parcerias com o CPQD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações) e o LARC (Laboratório de Arquitetura de Redes de Computadores) da USP (Universidade de São Paulo).

Foi desenvolvido projeto técnico e arquitetônico para montagem do laboratório de Inovação. O laboratório será utilizado como infraestrutura para a realização de PoC, bem como de testes de soluções inovadoras e de novos produtos adquiridos para as redes, terrestre e satelital.

Além disso, a Telebras possui um representante da Gerência de Inovação no Comitê Consultivo de Fotônica – CCFOTO, instituído pelo Decreto Presidencial no 10.137, de 28 de novembro de 2019. Há, também, um representante da Gerência de Inovação na Câmara do AGRO 4.0, que é uma Instância de articulação entre o governo federal e o setor produtivo. Do Conselho Superior dessa Câmara, participam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. A função da Câmara do AGRO 4.0 é formular diretrizes para promover a inovação e o desenvolvimento produtivo no agronegócio.

7 EVOLUÇÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

7.1 REDE TERRESTRE

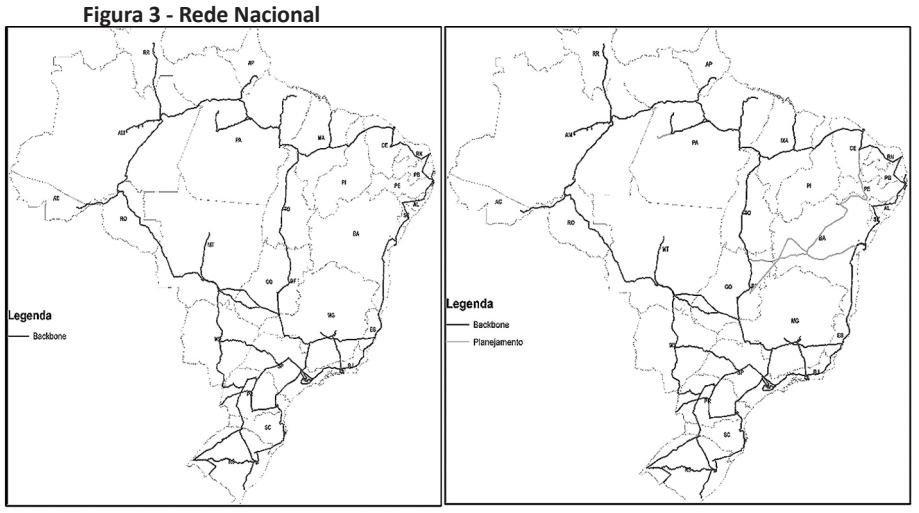
A Telebras possui atualmente um *backbone* nacional de 28.880 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do País para a prestação de seus serviços de conectividade. Essas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia, mas, também, em gasodutos e rodovias estaduais e federais, sendo, aproximadamente:

- 2.433,5 km de fibras próprias;
- 17.623,7 km do sistema Eletronorte;
- 2.229,5 km da Petrobras; e
- 6.593,5 km de outras parcerias ou de swap.

Além disso, um total de 3.611 km de novos trechos de fibra óptica está sendo projetado ou implantado, com a perspectiva de utilização de linhas do sistema Eletrobras. Esses totais não incluem os trechos de última milha contratados de fornecedores diversos nos pontos atendidos pela Telebras em que não dispõe de rede metropolitana.

O mapa a seguir ilustra em preto a rede nacional em operação e em cinza o planejamento para ampliação da rede nos anos de 2019 a 2022.

Figura 3 - Rede Nacional



No ano de 2020, a Telebras atuou no replanejamento de suas redes ópticas metropolitanas, visando substituir a contratação de circuitos Exploração Industrial de Linhas Dedicadas – EILDs – por atendimento através de redes próprias. Foram emitidas as Notas Técnicas de Planejamento – NTP – para as regiões Norte e Nordeste, e iniciada a NTP da região Centro-Oeste, além das NTPs das redes para Maceió e Fortaleza.

Foram elaboradas as NTPs para atendimento às Emendas Parlamentares para implantação de rede GPON – Gigabit Passive Optical Network – nas localidades de Soledade (RS), Palmeira dos Índios (AL), Paulo de Frontin (RJ), Guapimirim (RJ), Campo Alegre (SC) e Sapucaia do Sul (RS).

Além disso, foi iniciada a implantação do Projeto 100Gbps que consiste na implantação de dois canais de 100 Gbps em diversos trechos da rede DWDM ao longo do *backbone*. Este Projeto foi viabilizado através de uma parceria com aorganização RNP. Já foram finalizados os trechos entre Manaus-Macapá e Macapá-Belém, e iniciada a implantação do trecho Belém-Brasília.

O processo de licitação foi realizado para aquisição dos novos roteadores de EDGE que irão substituir os atualmente em operação e que estão em fim de vida útil, sem suporte técnico do fornecedor.

Dessa forma, a rede Telebras obteve aumento de sua cobertura em 2020, passou a ter potencial de 511 municípios atendidos diretamente e 1.454 municípios atendidos indiretamente por meio de seus clientes provedores de acesso à internet.

7.2 SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS

O único meio de atender a integralidade do território nacional com serviços de telecomunicações de alta qualidade é por meio de serviços de comunicação via satélite. Em 2012, a Telebras iniciou as atividades para construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. Lançado em maio de 2017, o SGDC é o único satélite de alta capacidade com cobertura em todo território nacional. Sua tecnologia avançada permite à Telebras massificar o acesso à internet em banda larga via satélite em todo o Brasil.

O satélite é utilizado com finalidades civil e militar. No uso civil, realizamos o atendimento de comunidades digitalmente isoladas como, por exemplo, escolas, centros de saúde, postos de fronteira, aldeias indígenas e outros pontos de interesse coletivo. O uso militar é exclusivo do Ministério da Defesa.

O sistema de comunicação via satélite também inclui os Centros de Operações Espaciais, as Estações de Acesso, as Estações de Monitoramento e Controle e os Terminais de Usuário.

Os Centros de Operações Espaciais (COPE-P, principal em Brasília, e COPE-S, secundário no Rio de Janeiro) coordenam, de maneira única, utilizando informações de posicionamento de outros satélites em órbita e de lixo espacial, o posicionamento correto visando a segurança do SGDC no espaço.

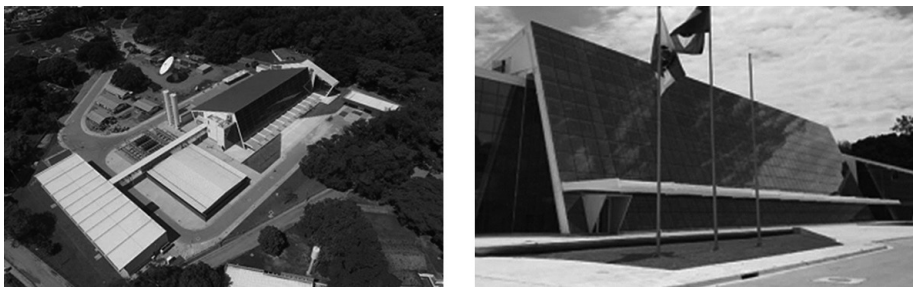
Figura 4 - Centro de Operações Espaciais – Brasília



O Centro Principal, localizado em Brasília (COPE-P), possui o mais alto nível de disponibilidade e confiabilidade para a infraestrutura de uma instalação de missão crítica. Por isso ele é classificado como tolerante a falhas conforme a norma norte-americana ANSI/TIA.

Isto posiciona o centro no mais alto nível de resiliência a qualquer paralisação de infraestrutura. Quaisquer componentes ou sistemas podem ser retirados de serviço – seja por defeito, manutenção, reparo ou substituição – sem que haja impacto aos processos de tecnologia da informação dos ambientes críticos.

Figura 5 - Centro de Operações Espaciais – Rio de Janeiro



As Estações de Acesso (EA) permitem a comunicação entre os elementos da rede em terra e o satélite. Elas têm a função de monitorar, analisar e orientar as estações terrenas dentro dos padrões adequados para a transmissão de dados, bem como controlar as configurações do satélite, a fim de otimizar os recursos em função das demandas dos usuários.

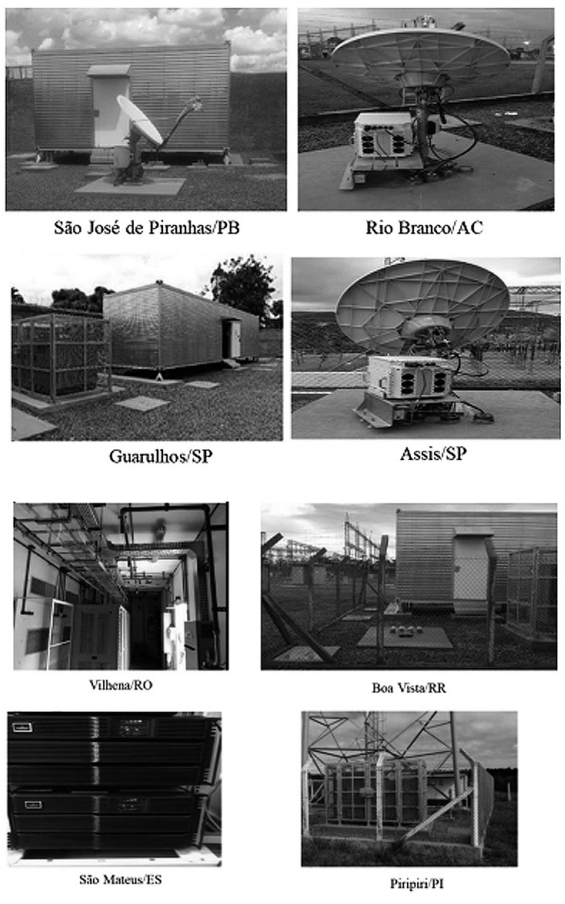
Essas estações estão localizadas nas cidades de Campo Grande (MS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). O COPE-P, em Brasília, e o COPE-S, no Rio de Janeiro, também atuam como estações de acesso. As estações de acesso são geograficamente distribuídas porque buscam melhor utilização das frequências de comunicação.

Figura 6 - Estação de Acesso – Salvador/BA, Florianópolis/SC e Salvador/BA



As Estações de Monitoramento e Controle são responsáveis por auxiliar no monitoramento dos parâmetros do satélite para que eles sejam integrados com as informações do COPE-P e do COPES para prover o controle e a telemetria de todo o sistema. As Estações de Monitoramento e Controle estão presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

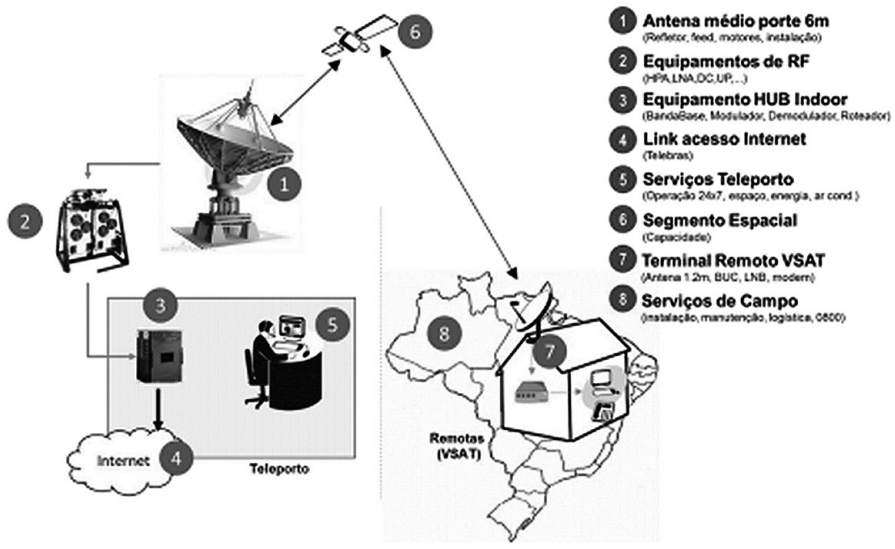
Figura 7 - Estação de Monitoramento



Os Terminais de Usuário – também conhecidos como VSAT – são as estações de pequeno porte que, instalados nas localidades remotas, acessam o satélite. Os Terminais de Usuário enviam e recebem dados do SGDC, que retransmite as informações às Estações de Acesso. O restante da comunicação é completado por meio da Rede Nacional de Banda Larga da Telebras.

A figura 8 apresenta cada um dos componentes do sistema de comunicações via satélite da Telebras.

Figura 8 - Componentes do sistema de comunicação via satélite

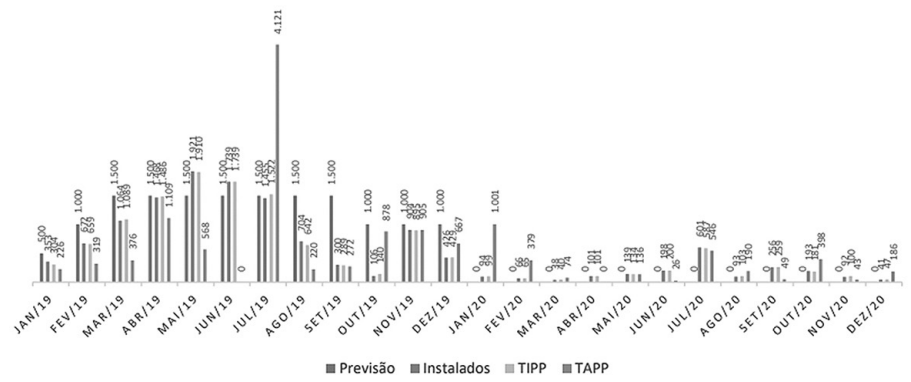


7.3 CIRCUITOS GESAC

Em relação ao GESAC, o contrato com o MCom é de 15.000 pontos. Até o final de dezembro de 2020, foram autorizados 13.211 pontos para instalação. Desses, 98,58% já foram instalados. Dos 187 restantes, 139 estão em backlog (1,05%). Isso se deve, principalmente, à suspensão temporária de instalações em terras indígenas. Além disso, para a maioria das instalações pendentes, existe um alto grau de dificuldade de acesso, necessitando, em muitos casos, de locação de veículos especiais tais como: viaturas com tração 4x4, barcos, voadeiras e até aviões. Isso demanda tempo para o planejamento e a elaboração dos orçamentos por parte da instaladora.

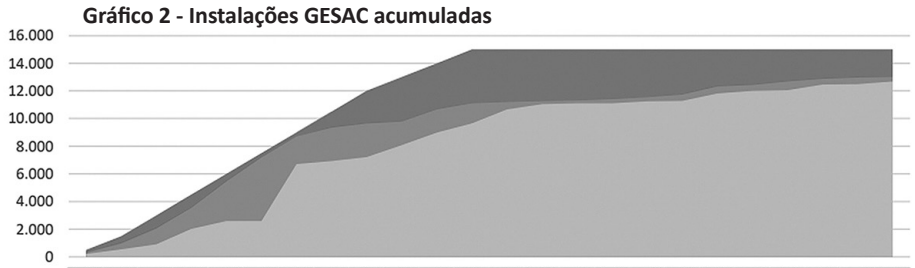
A próxima figura apresenta as previsões mensais de instalação de pontos satelitais, no âmbito do GESAC, acordadas com o MCom. Foram instalados, até o final de dezembro, 13.024 pontos GESAC. Desse total, foram recebidos, pela Telebras, 13.020 Termos de Instalação de Ponto de Presença (TIPP), o que corresponde a 99,97% dos instalados. Do total de TIPP enviados para aprovação do MC, 12.689 foram aceitos até o final de dezembro de 2020.

Gráfico 1 - Ativações GESAC



O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento do projeto GESAC acumulado no tempo, com base na previsão inicial.

Gráfico 2 - Instalações GESAC acumuladas

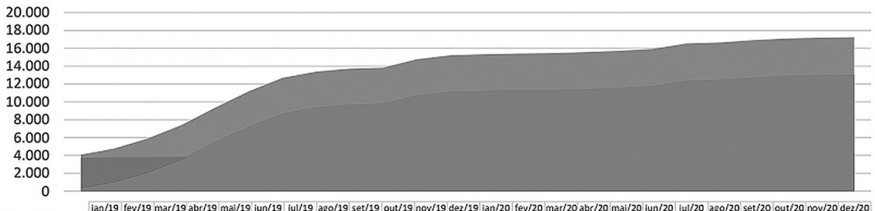


	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Previsão	500	1.500	3.000	4.500	6.000	7.500	9.000	10.500	12.000	13.000	14.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
Instalados	353	1.025	2.089	3.557	5.478	7.217	8.672	9.376	9.676	9.782	10.686	11.112	11.206	11.272	11.310	11.411	11.550	11.748	12.349	12.442	12.698	12.891	12.983	13.024
TIPP	304	963	2.052	3.538	5.448	7.187	8.709	9.351	9.640	9.780	10.675	11.104	11.203	11.268	11.308	11.409	11.543	11.743	12.330	12.433	12.692	12.873	12.973	13.020
TAPP	226	545	921	2.030	2.598	2.598	6.719	6.939	7.211	8.089	8.994	9.661	10.662	11.041	11.115	11.115	11.251	11.277	11.823	12.013	12.062	12.460	12.503	12.689

Constata-se que, da previsão inicial de 15.000 pontos, foram demandados 13.211, dos quais 13.024 já foram instalados, o que corresponde a 98,58% da demanda.

O gráfico abaixo apresenta as instalações acumuladas até dezembro de 2020. Pode-se notar a importância do programa GESAC, a partir de 2019, no total de instalações realizadas pela Telebras.

Gráfico 3 - Instalações acumuladas

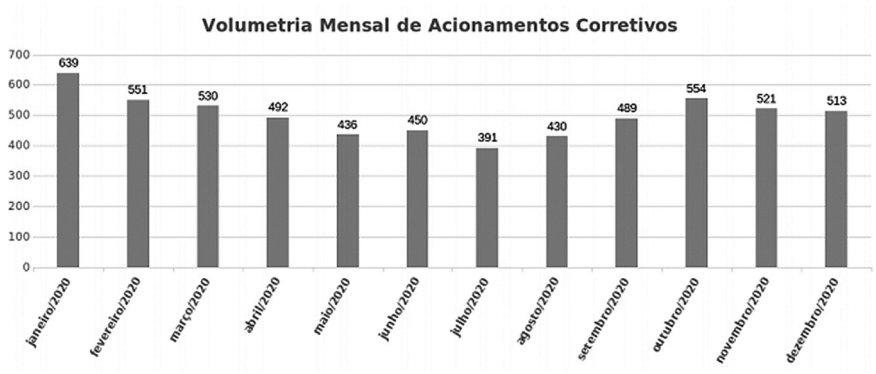


	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Acumulado	4.088	4.795	5.899	7.408	9.371	11.181	12.685	13.405	13.719	13.840	14.768	15.222	15.341	15.417	15.466	15.575	15.723	15.926	16.550	16.651	16.910	17.108	17.200	17.248
Terrestre	3.735	3.770	3.810	3.851	3.893	3.964	4.013	4.029	4.043	4.058	4.082	4.110	4.135	4.145	4.156	4.164	4.173	4.178	4.201	4.209	4.212	4.217	4.217	4.224
Satélite (GESAC)	353	1.025	2.089	3.557	5.478	7.217	8.672	9.376	9.676	9.782	10.686	11.112	11.206	11.272	11.310	11.411	11.550	11.748	12.349	12.442	12.698	12.891	12.983	13.024

7.4 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

A operação e manutenção da Rede Nacional de Telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e a operação centralizada no Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília. O CIGR/NOC é responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

GRÁFICO 4- VOLUMETRIA MENSAL DE ACIONAMENTOS CORRETIVOS



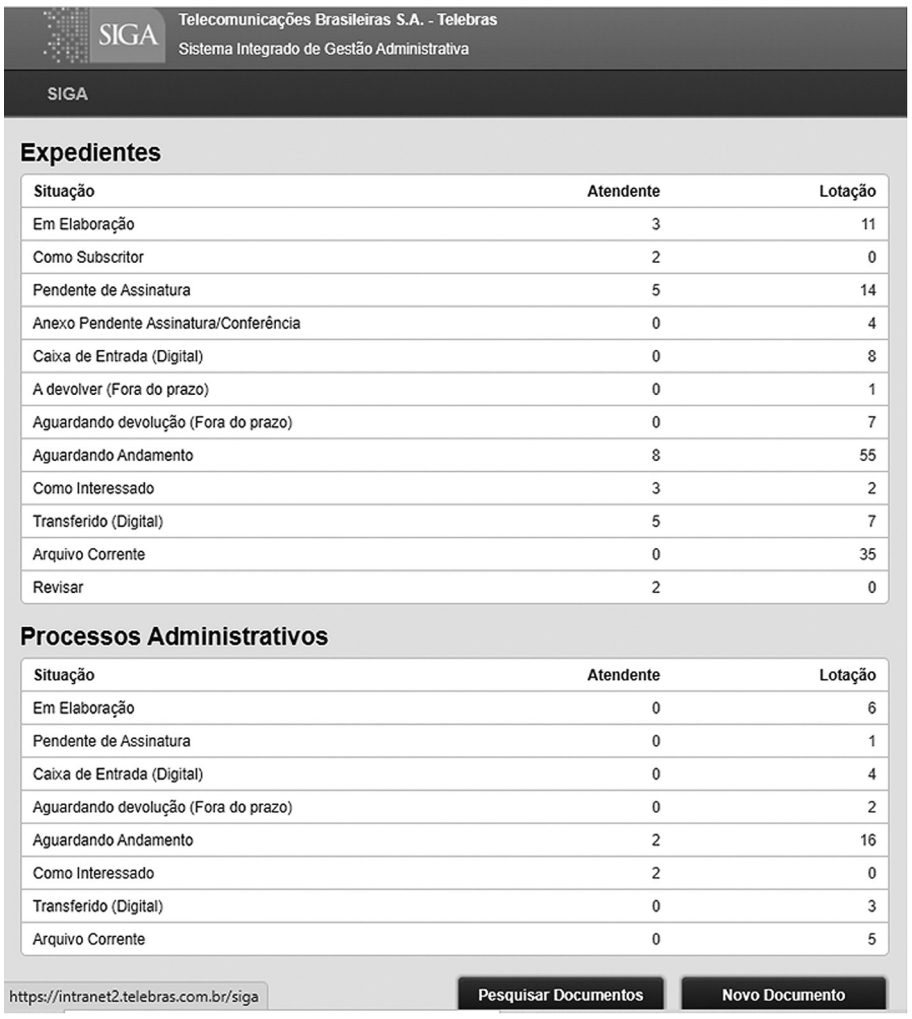
No final de 2020, a quantidade de equipamentos gerenciados na Rede Nacional da Telebras era de 4.683 elementos, ficando praticamente estável em relação ao ano de 2019, com um decréscimo de 1,33%.

Durante 2020, foi possível identificar o efeito da pandemia do COVID-19 na volumetria mensal de acionamentos corretivos. Durante 2019, houve uma média mensal de 615 acionamentos. Em função do fechamento de locais, da limitação dos deslocamentos e da diminuição da atividade econômica em geral, a quantidade média mensal em 2020 caiu para cerca de 500 acionamentos, redução de 18,70%. Houve significativa redução dos acionamentos a partir de março/abril e um aumento no final do ano, com a retomada das atividades nos diversos setores.

7.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2020, a Telebras passou por mudanças significativas em seus processos e forma de trabalho, iniciando o ano com o projeto de gestão documental, com implantação do sistema SIGA-DOC, imagem abaixo, em que a tramitação de processos e documentos ocorre de forma digital. Em números, foram produzidos mais de 150.000 processos e documentos.

Figura 9 - Sigadoc



No início do ano, ocorreu a ativação do novo Datacenter da Telebras, instalação com certificação TIER IV, localizada nas instalações do COPE-P. Na ativação, foi realizada a migração de mais de 190 ativos em operação, mais de 1.000 conexões físicas, mais de 300 ambientes virtuais e mais de 100 sistemas e serviços. A atividade, que teve duração superior a 60 horas ininterruptas e contou com a participação de mais de 50 pessoas, foi considerada um sucesso, registrando zero intercorrências pós migração.

Ademais, devido à mudança do regime jurídico da Telebras para empresa estatal dependente da União, foram necessários ajustes na solução de Gestão Empresarial, bem como execução de atividades de integração com ferramentas governamentais e ajuste em processos internos.

Na solução de relacionamento com clientes - CRM (*Customer Relationship Management*), durante o ano, foram disponibilizadas melhorias no âmbito: das parcerias, das cotações e de novos serviços. Em números, foram mais de 10.000 oportunidades, 2.500 contratos/circuitos registrados e quase 50.000 Ordens de Serviços emitidas em 2020.

Durante o ano, também foram disponibilizadas novas funcionalidades nos sistemas: FIORI, BO/BW, Portal de Clientes e no Site Institucional, que trouxeram melhorias para execução das atividades institucionais da empresa.

7.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Em 2020, a Telebras intensificou a monitoração de sua rede e realizou a atualização do regimento do Comitê de Segurança da Informação além de criar o Comitê Permanente de Governança de Dados Pessoais para atendimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

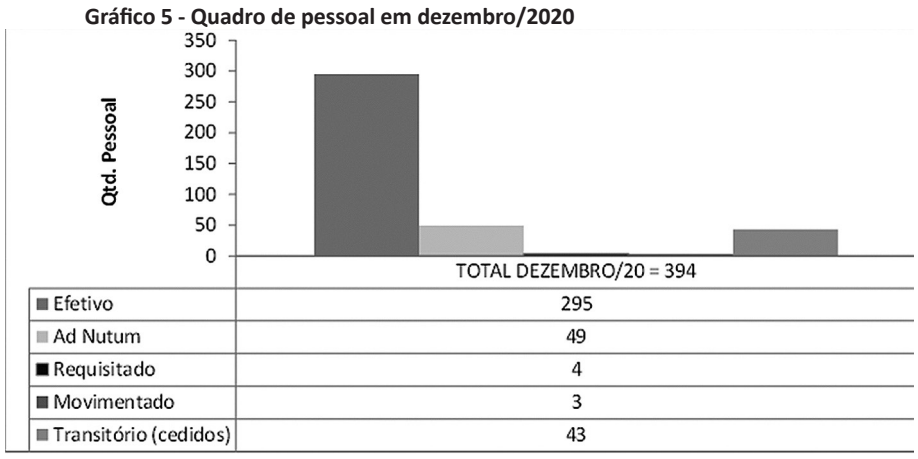
8 GESTÃO DE PESSOAS

Nesta seção são apresentadas as informações sobre o quadro de pessoal da Telebras, remuneração dos dirigentes, acordo coletivo de trabalho, concurso público, avaliação de desempenho e capacitação dos empregados da Companhia.

8.1 QUADRO DE PESSOAL E REMUNERAÇÃO

A Telebras encerrou o exercício de 2020 com um quadro de pessoal composto por 348 (trezentos e quarenta e oito) empregados, entre efetivos, *Ad Nutuns* e requisitados, 3 (três) empregados movimentados para compor a força de trabalho em outros órgãos da Administração Pública e 43 (quarenta e três) empregados do quadro transitório (cedidos), totalizando 394 empregados.

Gráfico 5 - Quadro de pessoal em dezembro/2020



Comparando-se os dados do quadro de pessoal entre os meses de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, observou-se:

- decréscimo de 0,7% no número de empregados efetivos;
- acréscimo de 2,1% no número de empregados *ad nutuns*; e
- manutenção do número de empregados requisitados.

Gráfico 6 - Comparativo do quadro de empregados em efetivo exercício – 2019/2020

Quadro de Pessoal

Quadro de pessoal	dez/20	nov/20	Δ %	dez/19	Δ %
Efetivo	295	303	-2,6%	297	-0,7%
Ad Nutum	49	49	0,0%	48	2,1%
Requisitado	4	4	0,0%	4	0,0%
Total		**356**		**349**	

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Até 31 de dezembro de 2020, as admissões e desligamentos ocorreram conforme segue:

Tabela 17 - Admissões em 2020

Admissões em 2020	Quantidade
Efetivos	19
Conselheiros	2
Executivos (Diretores e Presidente)	2
Ad Nutum	8
Total	**31**

Tabela 18 - Desligamentos em 2020

Desligamentos em 2020	Quantidade
Cedidos (quadro transitório)	9
Efetivos	18
Ad Nutum	7
Conselheiros	3
Executivos (Diretores/Presidente)	3
Total	**40**

8.2 REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES

Em 31 de dezembro de 2020, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês, foram de R$ 26.657,37 e R$ 3.404,40, respectivamente (R$ 27.547,42 e R$ 2.391,46 reais em dezembro de 2019, respectivamente). O salário médio foi de R$ 11.908,37 reais (R$ 10.923,89 em dezembro de 2019).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2020, foi de R$ 38.748,78 reais (R$ 38.748,78 reais em dezembro de 2019), a menor foi de R$ 35.226,16 (R$ 35.226,16 em dezembro de 2019) e a média foi de R$ 36.106,82 (R$ 35.930,68 em dezembro de 2019).

8.3 ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Os Acordos Coletivos de Trabalho – ACT 2018/2019 e ACT 2019/2020, com vigências de 1/11/2018 a 31/10/2019 e de 1/11/2019 a 31/10/2020, respectivamente, tiveram sentenças normativas resultantes de dissídios coletivos julgadas e publicadas em agosto e setembro de 2020, estando assim encerrados.

A negociação para o fechamento do ACT 2020/2021 foi exitosa, sendo assinado pela Telebras e pelo Sinttel/DF, em 27 de outubro de 2020, com vigência para o período de 1/11/2020 a 31/10/2021.

8.4 CONCURSO PÚBLICO

O segundo concurso público, realizado pela Telebras em 2013, teve vigência até 6 de maio de 2017 com 75 (setenta e cinco) vagas declaradas para provimento, sendo 27 (vinte e sete) para Especialistas em Gestão de Telecomunicações -EGT, para admissão em Brasília, 44 (quarenta e quatro) vagas para os Escritórios Regionais, além de 4 (quatro) vagas para Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, para Brasília-DF.

Desse concurso, foram admitidos 190 (cento e noventa) candidatos classificados, sendo que, até o final do exercício de 2020, desligaram-se 73 (setenta e três) empregados concursados admitidos.

O terceiro concurso público, realizado pela Telebras em 2015, teve vigência até 16 de fevereiro de 2020 com 41 (quarenta e uma) vagas declaradas para provimento, sendo 37 (trinta e sete) vagas para Especialistas em Gestão de Telecomunicações -EG e 4 (quatro) vagas

para Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, sendo todas as vagas destinadas para Brasília-DF.

No período de 2015 até o final de 2020 foram admitidos 175 (cento e setenta e cinco) candidatos classificados, dos quais 20 (vinte) eram cotistas negros e 3 (três) eram candidatos na condição de pessoa com deficiência. Desse concurso, do total de 175 (cento e setenta e cinco) admitidos, 38 (trinta e oito) se desligaram da empresa até o final de 2020.

Nos dois concursos, 2013 e 2015, foram admitidos 365 (trezentos e sessenta e cinco) empregados concursados, até dezembro de 2020, dos quais se desligaram 111 (cento e onze), cerca de 30,41% do total. Os concursados que estão na empresa representavam, na data de 31 de dezembro de 2020, 72,98% do quadro de efetivos.

8.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Processo de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados realizado em 2020 teve como objetivo diagnosticar o desempenho dos empregados no período de 13 de maio de 2020 a 30 de setembro de 2020 e promover o seu desenvolvimento na carreira.

No exercício de 2020, foram concedidas Promoções Horizontais por Antiguidade e por Mérito. Participaram do processo de avaliação 348 (trezentos e quarenta e oito) empregados, sendo 293 (duzentos e noventa e três) elegíveis. Ao final, 22 (vinte e dois) empregados foram contemplados com Promoção Horizontal por Antiguidade e 83 (oitenta e três) por Mérito.

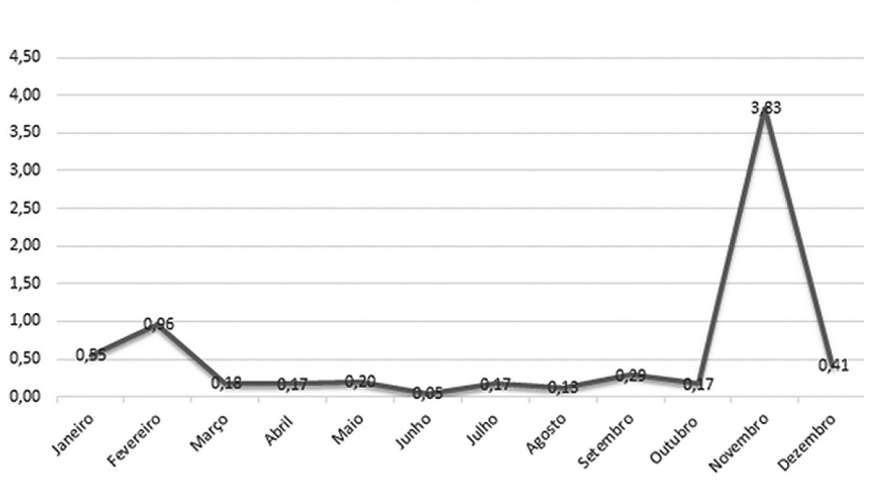
Dentre os empregados eleitos à Promoção Horizontal por Mérito, 12 (doze) foram contemplados com um nível salarial; 33 (trinta e três) com dois níveis; e 38 (trinta e oito) com três níveis salariais.

8.6 CAPACITAÇÃO

No ano de 2020, a Telebras investiu 3.252 horas em capacitação para os empregados, apresentando uma média anual de 0,59 horas de capacitação por empregado.

O gráfico abaixo apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2020:

Gráfico 7 - Média de horas de capacitação por mês



9. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2020, ocorreram contratações para aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R$ 117 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 19 - Contratos de aquisição e serviços por modalidade

Contratos de Aquisição e Serviços por Modalidade	R$ Mil	%
Pregão Eletrônico SRP	R$ 80.006.132,69	68%
Pregão Eletrônico	R$ 25.903.519,93	22%
Inexigibilidade	R$ 8.951.443,11	8%
Dispensa Inc. IV, Art. 112, RELIC	R$ 1.949.830,00	2%
Dispensa Inc. II Art. 112, RELIC e Inc. II Art. 29, Lei 13.303/2016	R$ 66.348,54	0%
Dispensada	R$ 702.102,00	1%
Total	**R$ 117.579.376,27**	**100%**

Os casos de inexigibilidade explicam-se pelas contratações por notória especialização, tais como capacitações e outros serviços especializados; e por inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica. Os casos de contratação por dispensa explicam-se pelo pequeno valor da aquisição, conforme Inc. II Art. 112, RELIC e Inc. II Art. 29, Lei nº 13.303/2016 ou pela ocorrência do previsto no Inc. IV, Art. 112, RELIC, cuja instrução autoriza dispensa de licitação "quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes".

10 AUDITORIA EXTERNA

Em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, em 15.08.2019, contratou pelo período de três anos a empresa Consult – Auditores Independentes, para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado. O valor total dos honorários contratados não excede a quantia de 5% da remuneração global pelos serviços de auditoria externa.

Na contratação dos serviços de auditoria independente, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Consult – Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

11 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(I) baseados em seus conhecimentos, no relatório apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Consult – Auditores Independentes, emitido em 24 de fevereiro de 2021, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(II) que revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, da Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras e, baseados nas discussões subsequentes, concordam que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	143.883	852.137
Contas a Receber de Clientes	5	94.672	92.575
Tributos a Compensar/Recuperar	6	137.598	122.452
Depósitos Judiciais	7	7.769	7.413
Dividendos a Receber	10	-	5.456
Aplicações Financeiras	11	822.352	
Superávit - Previdência Privada	8	74.112	67.516
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	9.1	1.945	4.804
Outros Ativos Realizáveis	9.2	34.198	26.796
Total do Circulante		**1.316.529**	**1.179.149**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	11	64.608	63.237
Tributos a Compensar/Recuperar	6	3.911	6.651
Depósitos Judiciais	7	35.066	32.925
Dividendos a Receber	10	5.456	-
Superavit - Previdência Privada	8	73.666	129.407
Outros Ativos Realizáveis	9.2	35.529	48.255
		218.236	**280.475**
Investimentos	12	90.084	80.841
Imobilizado	13	2.591.282	2.737.349
Intangível	14	27.882	20.172
Total do Não Circulante		**2.927.484**	**3.118.837**
Total do Ativo		**4.244.013**	**4.297.986**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15	12.271	11.366
Fornecedores	18	81.905	47.214
Receitas Diferidas	24	96.604	82.172
Tributos Indiretos	19	18.047	16.836
Empréstimos e Financiamentos	23.1	51.507	28.273
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	23.2	4.697	6.179
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	20	12.787	11.442
Credores por Perdas Judiciais	21	16.496	16.578
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	3.295	3.825
Outras Obrigações	25	3.355	9.901
Total do Circulante		**300.964**	**233.786**
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	23.1	199.257	235.419
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	23.2	15.025	4.592
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	20	41.398	34.582
Credores por Perdas Judiciais	21	160.650	168.431
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	26.661	31.591
Grupamento de Ações	17	13.766	13.766
Receitas Diferidas	24	419.527	456.230
Recursos Capitalizáveis	22	1.513.526	1.472.856
Total do Não Circulante		**2.389.810**	**2.417.467**
Patrimônio Líquido	26		
Capital Social		3.107.339	1.594.667
Prejuízos Acumulados		(1.583.029)	(1.476.803)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		29.040	16.258
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Recursos Capitalizáveis		-	1.512.722
Total do Patrimônio Líquido		**1.553.239**	**1.646.733**
Total do Passivo		**4.244.013**	**4.297.986**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**27**	**266.823**	**204.253**
Custos dos Serviços Prestados	28	(458.507)	(417.905)
Lucro Bruto		**(191.684)**	**(213.652)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**119.949**	**90.755**
Comercialização dos Serviços	28	(19.965)	(30.574)
Despesas Gerais e Administrativas	28	(73.965)	(61.527)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(3.621)	(1.034)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	29	217.500	183.890
Outras Receitas Operacionais		226.620	204.898
Outras Despesas Operacionais		(9.120)	(21.008)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(71.735)**	**(122.897)**
Resultado Financeiro	30	**(34.491)**	**(114.629)**
Receitas Financeiras		60.629	18.904
Despesas Financeiras		(95.120)	(133.533)
Prejuízo do Exercício		**(106.226)**	**(237.526)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	26.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(1,7195)	(3,8449)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(1,7195)	(3,8449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Prejuízo do Exercício	**(106.226)**	**(237.526)**
Outros Resultados Abrangentes	**12.782**	**2.092**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**12.864**	**1.698**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	12.864	1.698
Variação Cambial sobre Investimentos Financeiros – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	**(82)**	**394**
Ganho com Instrumentos Financeiros – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(82)	394
Resultado Abrangente Total	**(93.444)**	**(235.434)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Recursos Capitalizáveis	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.594.667**	**(1.238.288)**	**14.166**	**(111)**	**-**	**370.434**
Ajustes de Exercícios Anteriores - Adoção Inicial IFRS16/CPC6 R(2)		(989)				(989)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**1.594.667**	**(1.239.277)**	**14.166**	**(111)**	**-**	**369.445**
Transações de Capital com Acionistas:					**1.512.722**	**1.512.722**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC					1.512.722	1.512.722
Resultados Abrangentes Total:	**-**	**(237.526)**	**2.092**	**-**	**-**	**(235.434)**
Prejuízo do Exercício	-	(237.526)	-	-	-	(237.526)
Outros Resultados Abrangentes:	**-**	**-**	**2.092**	**-**	**-**	**2.092**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.698	-	-	1.698
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	394	-	-	394
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.594.667**	**(1.476.803)**	**16.258**	**(111)**	**1.512.722**	**1.646.733**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.594.667**	**(1.476.803)**	**16.258**	**(111)**	**1.512.722**	**1.646.733**
Transações de Capital com Acionistas:	**1.512.672**	**-**	**-**	**-**	**(1.512.722)**	**(50)**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC	1.512.672	-	-	-	(1.512.672)	-
Transferência para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Passivo Exigível					(50)	(50)
Resultados Abrangentes Total:	**-**	**(106.226)**	**12.782**	**-**	**-**	**(93.444)**
Prejuízo do Exercício	-	(106.226)	-	-	-	(106.226)
Outros Resultados Abrangentes:	**-**	**-**	**12.782**	**-**	**-**	**12.782**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	12.864	-	-	12.864
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(82)	-	-	(82)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.107.339**	**(1.583.029)**	**29.040**	**(111)**	**-**	**1.553.239**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(106.226)**	**(237.526)**
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	214.811	191.266
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.618	(4.115)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.857	5.091
Receita Diferida	(82.115)	(36.480)
Equivalência Patrimonial	3.621	1.034
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	40.620	110.547
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	853	2.660
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	19.383	20.871
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.583)	(2.323)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	497	822
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	7.081	8.402
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.053)	9.024
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(122)	(137)
Compensação Financeira - Financiamento FINEP	21.397	-
Ganho na Baixa de Passivo	-	(8.850)
Perda na Baixa de Ativo - Tributos a Recuperar	-	13.616
Superávit de Previdência Privada	-	(202.549)
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros	-	(13.847)
	230.865	**95.032**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(1.044)	(44.285)
Tributos a Recuperar	(12.407)	13.201
Depósitos Judiciais	86	3.389
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	905	(1.134)
Fornecedores	9.052	(37.303)
Outras Contas Ativas e Passivas	(19.106)	(4.640)
	(22.514)	**(70.772)**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	122	137
Recebimento de Receitas Diferidas	59.844	45.913
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(6.312)	(14.675)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(497)	(822)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(7.690)	(647)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(4.375)	-
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(314)	(845)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(15.898)	(14.326)
	24.880	**14.735**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**127.005**	**(198.531)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(38.029)	(106.041)
Recebimento de Receita de Alienação de Investimento - Empresas de Cabos	-	9.547
Aplicações Financeiras	(822.351)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(860.380)**	**(96.494)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	1.000.580
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(5.632)	(5.659)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(11.349)	(9.272)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(29.341)	-
Recebimento Parcela - Superavit Previdência Privada	71.443	5.626
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	-	(232)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**25.121**	**991.043**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(708.254)**	**696.018**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	143.883	852.137
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	852.137	156.119
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(708.254)**	**696.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas	**515.408**	**441.969**
Prestação de Serviços	274.667	216.335
Subvenções Orçamentárias Recebidas	216.657	-
Superavit de Previdência Privada	-	202.549
Outras Receitas	6.489	16.358
Construção de Ativo Próprio	16.542	15.751
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.053	(9.024)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(202.390)**	**(171.376)**
Custos dos Serviços Vendidos	(186.139)	(154.746)
Materiais	(150)	(343)
Serviços de Terceiros	(6.770)	(7.654)
Serviços Técnicos Administrativos	(3.680)	(4.712)
Perdas	(2.130)	(439)
Outras Despesas	(3.521)	(3.482)
Valor Adicionado Bruto	**313.018**	**270.593**
Retenções	**(214.811)**	**(191.266)**
Depreciação	(212.574)	(189.786)
Amortização	(2.237)	(1.480)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**98.207**	**79.327**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**109.349**	**64.321**
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(3.621)	(1.034)
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre AAP	-	-
Receitas Financeiras	58.758	17.811
Aluguéis	54.090	47.407
Dividendos	122	137
Valor Adicionado Total a Distribuir	**207.556**	**143.648**
Distribuição do Valor Adicionado	**207.556**	**143.648**
Empregados	**99.350**	**86.809**
Remuneração Direta	60.565	51.899
FGTS	5.727	4.688
Benefícios Sociais	12.479	11.644
Outros Encargos Sociais	18.807	14.833
Programa de Indenização por Serviços Prestados	854	2.660
MãodeObra Temporária - Serviços Prestados - PF	918	1.085
Impostos, Taxas e Contribuições	**77.962**	**105.481**
Federais	28.451	46.241
Estaduais	49.341	58.968
Municipais	170	272
Remuneração de Capitais de Terceiros	**136.470**	**188.884**
Remuneração do Capital de Terceiros	94.834	132.470
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	22.621	50.572
Seguros	19.015	5.842
Remuneração de Capitais Próprios	**(106.226)**	**(237.526)**
Prejuízos do Exercício	(106.226)	(237.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Risco de surtos de doenças e epidemias de saúde: Covid-19

Em 2 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto da doença causada por uma nova forma de coronavírus, chamada Covid-19, uma "pandemia" (doença disseminada em todo o mundo, com impacto na sociedade), com casos confirmados em vários países.

A Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas ou demandadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva.

A Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura, bem como à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia.

1.2.1 Impacto nos negócios e medidas adotadas pela Companhia

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Até o fechamento do quarto trimestre de 2020, não houve impacto significativo nas operações da Companhia. Entretanto, persistindo as restrições impostas ao comércio e à circulação de pessoas, é possível que as operações sejam impactadas, na medida em que tais limitações dificultem o acesso dos técnicos e o transporte de sobressalentes e insumos necessários às ativações programadas e à manutenção da infraestrutura, em locais dispersos em todo território nacional.

Em complemento, a Companhia vem avaliando seus processos organizacionais e suas funções críticas, como também trabalhando no plano de contingência para a Covid-19, com a finalidade de garantir a conectividade via internet para órgãos de governo e privados. Essas iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério das Comunicações (MCOM) e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos associados a esse cenário.

A Companhia estima um possível aumento na inadimplência de clientes privados e governamentais, estes no caso de imposição de restrições orçamentárias, o que poderá impactar o fluxo de caixa da Companhia.

Com relação ao seu quadro de pessoal, a Companhia adotou em 2020 e manterá, por enquanto, em 2021, de forma unilateral e temporária, a alteração do regime de trabalho presencial para o sistema de teletrabalho (*home office*), salvo para aqueles trabalhadores essenciais às atividades da Telebras e que não podem exercer suas funções de forma remota. A realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares foi restabelecida.

Por oportuno, a Telebras informa que vem monitorando o quadro mundial decorrente da pandemia de Covid-19 e adotando medidas para proteção de seus colaboradores (próprios e terceirizados), bem como na prevenção à disseminação nas regiões onde atua, com a intensificação do trabalho remoto em atividades administrativas e o monitoramento de casos suspeitos, dentre outras ações preventivas.

1.3 Remanejamento de recursos orçamentários

Em 23 de julho de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 17.404, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que estabeleceu o remanejamento de recursos orçamentários da Companhia. A referida Portaria destinou créditos orçamentários para utilização em Ações e Regiões mediante a anulação de dotações orçamentárias de outras Ações e Regiões. As operações permaneceram ao longo do exercício no mesmo valor global, sem acréscimo de novos recursos orçamentários. Esse remanejamento permitiu melhor distribuição dos recursos alocados, com o objetivo de atender às atividades da Empresa com maior eficiência, sendo considerada uma operação comum, quando se trata de orçamento público.

1.4 Projeto SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

O satélite SGDC, lançado em maio de 2017, está totalmente operacional, tanto na banda X quanto na banda Ka, desde abril de 2018. Os equipamentos de banda base, na banda Ka, estão instalados nas 5 (cinco) estações de acesso (*gateways*). Ao final do quarto trimestre de 2020, a Telebras já tinha mais de 12.000 VSAT instaladas em escolas públicas, postos de fronteira do Exército Brasileiro e unidades de saúde em todo o território brasileiro.

As obras de infraestrutura da Estação de Controle Secundário (COPE-S), localizada no Rio de Janeiro, foram finalizadas e a estação está totalmente operacional. As obras de infraestrutura da Estação de Controle Principal (COPE-P), localizada em Brasília, também foram concluídas, bem como a migração dos equipamentos de missão das instalações provisórias para o prédio definitivo. Desde o dia 22 de março de 2020, o SGDC está operado normalmente, utilizando todos os recursos do COPE-P e do COPE-S.

A Telebras possui uma equipe de especialistas qualificados realizando a operação do SGDC, de forma a protegê-lo dos riscos de colisão com lixos espaciais e manter a sua segurança operacional, sem prejudicar a estimativa de vida útil.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia finalizou o processo de renovação do contrato de seguro do satélite. A vigência da apólice é de um ano com cobertura para o período de 03 de agosto de 2020 a 03 de agosto de 2021, sendo pago o valor de prêmio, incluído o IOF, o montante de R$ 18.990.

1.5 Contrato de parceria entre a Telebras e a Viasat - Decisão favorável à Telebras em Processo Judicial

Em 23 de outubro de 2020, a Companhia obteve decisão favorável relativa ao processo movido pelas empresas amazonenses Via Direta Telecomunicações Via Satélite e Internet Ltda – EPP e Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda, que visava à suspensão do acordo de parceria entre a Telebras e a Viasat (Processo nº 1001079-05.2018.4.01.3200). A sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, em 21 de outubro de 2020, concluiu pela legalidade do contrato associativo celebrado pela Telebras e julgou improcedentes todos os pedidos formulados pelos autores, inclusive no que tange aos pleitos de anular a parceria com a Viasat e utilizar o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, para fornecimento de seus serviços. Ainda cabe recurso da decisão.

Conforme divulgado no fato relevante publicado em 22 de maio de 2019, o Tribunal de Contas da União já havia julgado o contrato lícito e que a Companhia havia cumprido todas as determinações constantes do Acórdão 2.488/2018-TCU-Plenário e, por isso, a Corte de Contas determinará o arquivamento do Processo TC nº 022.981/2018-7.

Ao longo do tempo, a Companhia tem reafirmado a regularidade e a legalidade do contrato firmado com a Viasat e tem obtido decisões judiciais favoráveis, o que agora, mais uma vez, é confirmado pelo Poder Judiciário. A Telebras tomará todas as medidas cabíveis para salvaguardar seus interesses, de seus acionistas e do Estado na consecução das Políticas Públicas de Telecomunicações.

1.6 Homologação do aumento de capital social

Em 27 de julho de 2020, a 106ª Assembleia Geral Extraordinária rerratificou a homologação do aumento de capital social da Telebras, que havia sido homologado *ad referendum* em 14 de abril de 2020, na reunião do Conselho de Administração. A operação de aumento de capital foi aprovada pela 105ª Assembleia Geral Extraordinária, conforme Proposta da Administração, de 12 março de 2020.

Durante a operação, o total de 10.184.492 (dez milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e duas) ações ordinárias nominativas foram subscritas ao preço de R$117,59 (cento e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) e 8.074.780 (oito milhões, setenta e quatro mil, setecentos e oitenta) ações preferenciais nominativas foram subscritas ao preço de R$39,02 (trinta e nove reais e dois centavos), resultando no montante total da operação de aumento de capital de R$1.512.672.329,88 (um bilhão, quinhentos e doze milhões, seiscentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

Desse modo, o número total de ações da Companhia foi alterado de 49.605.490 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e noventa), sendo 39.272.779 (trinta e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e nove) ações ordinárias e 10.332.711 (dez milhões, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e onze) ações preferenciais, todas nominativas, para 67.864.762 (sessenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e duas) ações, sendo 49.457.271 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e uma) ações ordinárias e 18.407.491 (dezoito milhões, quatrocentos e sete mil, quatrocentos e noventa e uma) ações preferenciais, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal.

O Capital Social totalmente integralizado da Companhia foi alterado de R$1.594.666.570,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta reais) para R$3.107.338.899,88 (três bilhões, cento e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

1.7 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente para exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia (ME) informando que a Telebras seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União, a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deveu-se à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ("SIOP"), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Telebras, em 15 de agosto de 2019, apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem informada. A Telebras foi admitida como *amicus curie*, entretanto, até o momento, não houve resposta daquela Corte de Contas.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou carta ao Secretário Executivo da SEST, chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTI um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da Companhia como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a empresa dependente, considerando, ainda, que estudos estão sendo realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI).

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTI ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do Art. 4º da Lei nº 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que no caso da formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela própria Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea 'b' do § 1° do Art. 30 da Lei nº 6.404/76).

Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderá ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberá formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado.

Em 17 de janeiro de 2020 foi sancionada a Lei nº 13.978 (Lei Orçamentaria Anual para o Exercício Financeiro de 2020), a qual incluiu a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Segundo a Lei Complementa nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8 Inclusão da Telebras no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Em 29 de agosto de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 27, de 21 de agosto de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. A Resolução formaliza a decisão do Conselho no Programa de Parcerias de Investimentos, ocorrida em sua 10ª reunião, de opinar pela qualificação da Telebras para estudos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Resolução submete ao Presidente da República a deliberação pela qualificação da Telebras no âmbito do PPI.

A qualificação da Telebras tem a finalidade de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como propor ganhos de eficiência e resultado para a Companhia, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira. É prevista a constituição de um Comitê Interministerial para a conclusão dos trabalhos, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da contratação dos estudos de que trata a resolução de qualificação da Companhia pelo Conselho do PPI.

1.9 Acordo de parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP)

Em 07 de outubro de 2020, a Telebras assinou um Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de iniciar a integração entre as redes da Companhia e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

A Cooperação Técnica visa integrar as redes das 02 (duas) entidades e ampliar a abrangência das redes de ambas as organizações, com maior eficiência, racionalização e otimização dos recursos públicos para a consecução das Políticas Públicas de Telecomunicações.

A RNP, associação civil qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.077/2002 e pioneira no acesso à Internet no Brasil, é responsável por serviços de comunicação e colaboração para as universidades, os centros de pesquisa, as faculdades, os institutos superiores, os hospitais de ensino e os centros de educação tecnológica. Esses órgãos possuem necessidades peculiares que requerem infraestrutura de alto desempenho e arquiteturas abertas para desenvolvimento e experimentação de novos protocolos e tecnologias.

Essas atividades de inclusão digital e de atendimento a pontos de interesse público, promovidas pela RNP, vão ao encontro dos objetivos da Companhia estabelecidos no Decreto 9.612/2018. Assim, a interligação das redes possibilitará o atendimento a programas e objetivos de Estado com maior eficiência, abrangência, segurança e resiliência.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2019.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2021.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado**,** cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 4 e 11)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e aluguéis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Na avaliação do valor a ser constituído de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado. (Nota Explicativa 5)

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 12)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia. Os custos de empréstimos e financiamentos, quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 13)

2.2.8 Ativo de direito de uso

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país e locação de equipamentos de informática. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (Nota Explicativa 23.2), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

(i) É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.

(ii) A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.

(iii) Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.

(iv) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.

(v) O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do produto e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 14).

2.2.10 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

(i) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

(ii) Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado.

Custos e despesas operacionais: os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.11 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na Companhia o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos), conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.12 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 11), Superavit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a receber (Nota Explicativa 10), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 23.2) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

2.2.12.1 Ativos financeiros

2.2.12.1.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.12.1.2 Categorias

2.2.12.1.2.1 Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Superavit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 10) e Aplicações Financeiras - Garantia e Renda Fixa (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.12.1.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais,em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

2.2.12.1.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nesta categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.12.2 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12.3 Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros, os quaissão reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23.1), Operações de arrendamento mercantil (Nota Explicativa 23.2),Fornecedores (Nota Explicativa 18) e Outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 18).

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 23.1)

2.2.16 Operação de arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. (Nota Explicativa 23.2)

2.2.17 Provisões

2.2.17.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 20)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 30)

2.2.17.2 Benefícios a empregados

2.2.17.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.17.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições variáveis, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de Contribuição Variável: Modalidade de plano em que o valor do Benefício Programado é calculado atuarialmente com base no montante acumulado na conta individual do Participante durante o período contributivo, apurado pelas contribuições vertidas pelo Participante e pela Patrocinadora, conforme disposto no regulamento do Plano, além da rentabilidade no período de capitalização.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e as perdas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo, quando reconhecido no balanço, corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.17.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 16).

O programa, ainda em vigor, contempla benefícios aos colaboradores a serem concedidos, quando se desligarem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

i) indenização pecuniária: 12 (doze) vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de 1% (um por cento) por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;

ii) indenização a alimentação: 12 (doze) vezes o valor mensal do auxílio alimentação;

iii) indenização de assistência médica: 12 (doze) vezes o valor mensal de um plano de saúde; e

iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de 12 (doze) meses.

2.2.18 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.19.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.19.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebrás.

2.2.19.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.20 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quandoo valor puder ser mensurado de maneira confiável, desse modo é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação serão mensurados, os riscos e benefícios serão substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estas são prestadas. As receitas de aluguéis e as locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados, como também aluguéis, locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.21 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.22 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 29)

2.2.23 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Corrente e Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. É considerada, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O Imposto Corrente e o Imposto Diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes.

O Imposto Corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto Diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos, passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O Imposto Diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, pois se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que a Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6)

2.2.24 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 26.6)

2.2.25 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.26 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 por meio do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais, (ii) atividades de investimento e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, como também pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 13 e 14, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 20.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 31)

2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os mencionados abaixo.

2.4.1 Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

2.4.1.1 IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Vigência a partir de 01/01/2020.

2.4.1.2 IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência a partir de 01/01/20.

2.4.1.3 IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis. Vigência a partir de 01/01/20.

2.4.1.4 IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. Vigência a partir de 01/01/20.

2.4.2 Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

2.4.2.1 IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência a partir de 01/01/21.

2.4.2.2 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão de obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01/01/22.

2.4.2.3 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01/01/22.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 Fatores de risco

A administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os níveis de capital de giro líquido.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1 Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança, política de negociação de débitos, interrupção dos serviços e negativação do cliente, inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e cobrança Judicial.

31.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é gerido pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentindo, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Possíveis reduções são detectadas com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas visando mitigar o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	81.905	81.905	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	250.764	51.507	101.660	97.597	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	19.722	4.697	7.822	7.194	9
Acordo Judicial FUNCEF	60.923	4.874	9.748	14.622	31.679
Acordo Judicial PREVI	116.223	11.622	23.244	34.866	46.491
Total	**529.537**	**154.605**	**142.474**	**154.279**	**78.179**

3.1.4 Risco de mercado

3.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas prefixadas.

As principais rubricas das informações contábeis intermediárias sujeitas a risco de taxa de juros são: caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros: devido às limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.284/2005, para aplicação de recursos disponíveis para investimentos, tornando a exposição da Companhia para este tipo de risco baixo. Os investimentos financeiros são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional, para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, além de

buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*backbone*), com vistas a aumentar sua área de atuação, bem como a carteira de clientes corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento satelital com a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual potencializará a geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Todas essas ações aliadas às de marketing têm por objetivo proporcionar à Telebrás o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da Companhia.

3.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois, quanto aos demais, entende-se que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, conforme exposto nos itens acima.

Dessa forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Administração estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, o INPC será de 4,35%, conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil com data-base de 2 de janeiro de 2021. Foi realizada análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

			Cenários Projetados – 31/12/2021		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Risco - Elevação da Inflação	**Indexador**	**Valor Contábil**	**4,35%**	**5,44%**	**6,53%**
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	116.223	121.279	122.543	123.807
FUNCEF	INPC	60.923	63.573	64.236	64.898
Passivo Exposto		**177.146**	**184.852**	**186.779**	**188.705**
Efeito da Variação do INPC			**(7.706)**	**(9.633)**	**(11.559)**

3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.1 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *("non-performance risk")*, incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber), ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia.

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura os equivalentes de caixa (Aplicações financeiras de liquidez imediata) pelo valor justo. Esses equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembrode 2020 e 31 de dezembro de 2019:

		Hierarquia do Valor justo	31/12/2020		31/12/2019	
Instrumentos Financeiros:	**Avaliação**		**Valor Justo**	**Valor Justo**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	8.257	8.257	808.700	808.700
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	135.626	135.626	43.437	43.437
Custo Amortizado						
Contas a Receber	Custo Amortizado		94.672	94.672	92.575	92.575
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Superavit – Previdência Privada	Custo Amortizado		147.778	147.778	196.923	196.923
Aplicações Financeiras – Garantia e outros	Custo Amortizado		884.663	884.663	60.858	60.858
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	2.297	2.297	2.379	2.379
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores	Custo Amortizado		81.905	81.905	47.214	47.214
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	Custo Amortizado		250.764	250.764	263.692	263.692
Financiamento - Arrendamento Mercantil Financeiro (iii)	Custo Amortizado		19.722	19.722	10.771	10.771
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		177.146	177.146	185.009	185.009

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.
(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
(iii) Valor líquido dos Juros a Incorrer no valor de R$ 2.453.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Banco Conta Movimento	59	43.437
Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos	135.567	-
Aplicações Financeiras	8.257	808.700
Total	**143.883**	**852.137**

4.1 Limite de saque com vinculação de pagamentos

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira (COFIN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para atender às despesas com vinculações de pagamentos, sendo então divididas nas seguintes categorias: Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais; Categoria de Gasto com Custeio/Investimento e Categoria de Gasto com Investimentos (Obras).

A função da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento é registrar o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos que foram processadas e liquidadas, conforme processamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A utilização desta conta pela Telebras surgiu devido à condição de a Companhia ter se tornado uma Empresa Estatal Dependente, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.7.

4.2 Aplicações financeiras

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF Extra Comum.

Os fundos possuem prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da Companhia,eas remuneraçõessão atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 3,81% a.a.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia / Aluguéis e Locações	103.771	102.733
Total a Receber Bruto	**126.208**	**125.170**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(31.536)	(32.595)
Total a Receber Líquido	**94.672**	**92.575**

i) Trata-se de contas a receber,referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações, nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor desteContas a Receber na estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento do valor.

5.1 Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada, conforme quadro a seguir:

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
A vencer (Faturados e Não Faturados)	**73.948**	**63.750**
Vencidos	**52.260**	**61.420**
Até 30 dias	9.575	12.616
31 a 60 dias	3.930	13.785
61 a 90 dias	2.349	123
91 a 120 dias	919	168
121 a 150 dias	1.050	1.089
151 a 180 dias	643	521
Acima de 180 dias	33.794	33.118
Contas a Receber – Bruto	**126.208**	**125.170**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(31.536)**	**(32.595)**
Contas a Receber – Líquido	**94.672**	**92.575**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía valores a receber de Entidades do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o critério de constituição, é apresentada a seguir:

Faixas de Vencimentos	Valor a Receber sem Exclusões	Exclusões da Base de Cálculo		Valor a Receber após Exclusões	% Inadimplência por Faixa	Valor da PECLD
		Parceiros (i)	Glosa MCom (*)			
Não Faturado	71.451	(354)	-	71.097	3,25%	2.311
A Vencer	2.497	-	-	2.497	3,25%	81
Até 30 dias	9.575	(1.759)	-	7.816	3,25%	254
De 31 a 60 dias	3.930	(1.297)	-	2.633	11,10%	292
De 61 a 90 dias	2.349	(1.212)	-	1.137	18,17%	207
De 91 a 120 dias	919	(443)	-	476	24,94%	119
De 121 a 150 dias	1.050	(383)	-	667	43,80%	292
De 151 a 180 dias	643	(42)	-	601	60,66%	365
+ de 180 dias (2)	33.794	(4.192)	(22.437)	7.165	72,27%	5.178
Totais	**126.208**	**(9.682)**	**(22.437)**	**94.089**		**9.099**
Acréscimo PECLD - Glosa Ministério da Comunicações Copa 2014						**22.437**
Total PECLD a Constituir						**31.536**

(*) Ministério das Comunicações
(i) Valor excluído da base de cálculo está relacionado a operações de permutas não monetárias realizadas entre a Telebras e seus parceiros.
(ii) Valor relativo ao contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações (Nota Explicativa 5(i)).

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no exercício de 2020, é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**32.595**
Constituição de PECLD no Período	9.068
Reversões de Perdas no Período	(10.121)
Baixa de contas a receber pelo critério de perdas efetivas	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**31.536**

6 TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar	30.087	11.303
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.099	25.153
Programa de Integração Social - PIS	5.282	5.460
Contribuição Social sobre Lucro Líquido(i)	4.320	1.691
Instituto Nacional de Previdência Social - INSS	28	34
Tributos Federais:	**63.816**	**43.641**
ICMS a Recuperar	77.693	85.462
Tributos Estaduais:	**77.693**	**85.462**
Total	**141.509**	**129.103**
Circulante	**137.598**	**122.452**
Não Circulante	**3.911**	**6.651**

6.1 Movimento do período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no exercício de 2020.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Ocorrências no Período							Saldo em 31 de dezembro de 2020
		Ingressos							
		Adições / Retenções	Transfe-rências	Restituições de Créditos	Compensação de Pagamentos	Pagtos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	Baixa para Resultado	
Pagamento a maior ou Indevido	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Retenções de Órgãos Públicos	7.986	12.625	(8.278)	-	-	-	-	-	12.333
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.314	6.075	(2.560)	-	-	-	-	-	6.829
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	2	-	10.839	(868)	-	-	952	-	10.925
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	**11.303**	**18.700**	**-**	**(868)**	**-**	**-**	**952**	**-**	**30.087**
Retenções de Órgãos Públicos	1.663	2.569	(1.664)	-	-	-	-	-	2.568
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	28	-	1.664	-	-	-	60	-	1.752
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**1.691**	**2.569**	**-**	**-**	**-**	**-**	**60**	**-**	**4.320**
Pagamento a maior ou Indevido	100	104	-	(167)	-	-	-	-	37
Retenções de Órgãos Públicos	5.360	(593)	-	-	-	-	406	-	5.173
Retenções sobre Serviços	-	334	-	-	(262)	-	-	-	72
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	211	-	-	(211)	-	-	-	-
Subtotal - PIS	**5.460**	**56**	**-**	**(167)**	**(473)**	**-**	**406**	**-**	**5.282**
Pagamento a maior ou Indevido	460	495	757	(36)	(2.202)	-	534	-	8
Retenções de Órgãos Públicos	24.693	(942)	(757)	-	(1.333)	-	2.126	-	23.787
Retenções sobre Serviços	-	1.513	-	-	(1.209)	-	-	-	304
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	969	-	-	(969)	-	-	-	-
Subtotal - COFINS	**25.153**	**2.035**	**-**	**(36)**	**(5.713)**	**-**	**2.660**	**-**	**24.099**
Pagamento a maior ou Indevido	34	18	-	-	(24)	-	-	-	28
Subtotal - INSS	**34**	**18**	**-**	**-**	**(24)**	**-**	**-**	**-**	**28**
Pagamento a maior ou Indevido	10.975	-	-	-	-	522	-	-	11.497
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	10.810	34.516	-	-	(32.333)	-	-	-	12.993
Sobre Aquisições do Imobilizado	63.579	683	250	-	(9.146)	-	-	(2.261)	53.105
Outras - Operações	98	-	-	-	-	-	-	-	98
Subtotal - ICMS	**85.462**	**35.199**	**250**	**-**	**(41.479)**	**522**	**-**	**(2.261)**	**77.693**
TOTAL	**129.103**	**58.577**	**250**	**(1.071)**	**(47.689)**	**522**	**4.078**	**(2.261)**	**141.509**

6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 mil para o Imposto de Renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2020		31/12/2019	
Composição:	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	**(106.226)**	**(106.226)**	**(237.644)**	**(237.644)**
Adições/(Exclusões) Permanentes:	**(3.642)**	**(3.642)**	**(18.481)**	**(18.481)**
Adições permanentes	**3.725**	**3.725**	**1.258**	**1.258**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	3.621	3.621	1.034	1.034
Outras Adições	104	104	224	224
Exclusões permanentes	**(7.367)**	**(7.367)**	**(19.739)**	**(19.739)**
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(313)	(313)	(19.602)	(19.602)
Dividendos Recebidos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(122)	(122)	(137)	(137)
Recuperações de Baixas de Contas a Receber	(6)	(6)	-	-
Baixa de Provisão para PISP por Pagamento	(6.312)	(6.312)	-	-
Outras Exclusões	(614)	(614)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	**23.100**	**23.100**	**12.196**	**12.196**
Adições temporárias:	**33.447**	**33.447**	**19.367**	**19.367**
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	8.701	8.701	7.499	7.499
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	708	708	2.137	2.137
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	9.068	9.068	9.671	9.671
Provisões – Custeio	14.970	14.970	60	60
Exclusões temporárias:	**(10.347)**	**(10.347)**	**(7.171)**	**(7.171)**
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(226)	(226)	(6.523)	(6.523)
Reversão de Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.121)	(10.121)	(648)	(648)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	**(86.768)**	**(86.768)**	**(243.929)**	**(243.929)**

6.3 Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido,até que passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir, são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
Composição:	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	13.546	11.506	4.877	4.142
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	7.884	8.149	2.838	2.934
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados -PISP	7.489	8.854	2.696	3.365
Provisões - Custeio	7.908	4.166	2.847	1.500
Prejuízo fiscal/base negativa	533.571	511.879	190.064	182.255
Total	**570.398**	**544.554**	**203.322**	**194.196**

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e àbase de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o LucroLíquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

6.4 EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

A Telebras, acompanhando as discussões em torno da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins, discutida no Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, RE 574.706, ajuizou ação de rito comum ordinário, em face da Fazenda Nacional, para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica obrigacional tributária da empresa de recolher PIS e Cofins sobre os valores de ICMS, desobrigando-se ao recolhimento das referidas contribuições sobre o imposto estadual. Pleiteou, ainda, a restituição e a compensação dos pagamentos efetuados indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, devidamente atualizados/corrigidos pela taxa SELIC.

O processo foi distribuído para 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob nº 1010276-63.2018.4.01.3400.

Foi proferida sentença favorável à Telebras, na qual foram julgados procedentes os pedidos para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que autorize a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, assim como para condenar a Fazenda Nacional a restituir, via compensação ou repetição, os valores indevidamente recolhidos a esse título nos 05 (cinco) anos que antecedem o ajuizamento da ação. Salienta-se que os juros de mora e a correção monetária tomarão como índice exclusivo a taxa SELIC, que deve incidir a partir da data de cada pagamento indevido.

A Fazenda Nacional apelou e o processo foi remetido para o TRF da 1ª Região, no qual foi distribuído para a 8ª Turma, Relator Desembargador Federal Novély Vilanova. O processo está aguardando julgamento do órgão colegiado.

Ressalta-se que Telebras ingressou com a ação em referência para salvaguardar seus direitos creditórios.

Entretanto, a Telebras permanece considerando o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, uma vez queos Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional, no acórdão proferido no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, no STF, ainda não foi julgado.

A Telebras tomou essa decisão levando em consideração que no julgamento dos Embargos deverá ser definida a forma pela qual deverá ser efetuado o cálculo do ICMS, isto é, se será considerado o imposto destacado na nota fiscal de saída ou o valor efetivamente recolhido após a apuração do imposto; sendo que o resultado do julgamento poderá vir a repercutir no valor dos créditos fiscais.

Destaca-se que o processo ajuizado ainda está em trâmite, ou seja, sem trânsito em julgado, e a Telebras continua a acompanhar os desdobramentos da ação.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

	31/12/2020			31/12/2019		
Natureza:	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	2.883	38.468	41.351	2.812	36.075	38.887
Trabalhista	1.138	221	1.359	952	381	1.333
Tributária	46	79	125	43	75	118
Total	**4.067**	**38.768**	**42.835**	**3.807**	**36.531**	**40.338**
Circulante	**3.160**	**4.609**	**7.769**	**3.043**	**4.370**	**7.413**
Não Circulante	**907**	**34.159**	**35.066**	**764**	**32.161**	**32.925**

7.1 Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.807**
Adições	212
Baixas por Decisão Desfavorável à Telebras	(104)
Reclassificação	66
Atualização Monetária	86
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.067**
Circulante	**3.160**
Não Circulante	**907**

7.2 Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**36.531**
Adições	66
Baixas por Decisão Desfavorável à Telebras	(228)
Baixa para resultado	(36)
Reclassificação	(66)
Atualização Monetária	2.501
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**38.768**
Circulante	**4.609**
Não Circulante	**34.159**

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total de R$ 38.768 em 31 de dezembro de 2020, R$ 33.636 (R$ 21.005 era o valor original, quando do acordo parcial com a PREVI) refere-se a depósito realizado em litígio com a PREVI, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao valor total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, na época, que o valor cobrado pela PREVI era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial no valor corresponde à diferença apurada (R$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.

8 SUPERAVIT DOS PLANO PBS-A E PBS TELEBRAS

Em dezembro de 2019, a PREVIC aprovou a distribuição do superavit dos planos de Benefícios PBS-A e PBS Telebras, que são patrocinados pela Telebras e outras Companhias que foram criadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. A parte do superavit destinada à Telebras foi de R$ 202.549 e está sendo repassada pela administradora dos planos (SISTEL) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais. As parcelas vincendas serão corrigidas com base na rentabilidade dos planos.

A movimentação dos recursos a receber relativos aos superavit dos planosno exercício de 2020 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**196.923**
Atualização Monetária	22.298
Recebimentos no Período	(71.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**147.778**
Circulante	**74.112**
Não Circulante	**73.666**

9 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

9.1 Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Órgãos/Entidades:	31/12/2020	31/12/2019
Órgãos Governamentais	1.945	3.714
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	-	1.090
Total	**1.945**	**4.804**
Circulante	**1.945**	**4.804**

9.2 Outros ativos realizáveis

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção [(i)]	41.552	47.257
Despesas Pagas Antecipadamente	18.751	18.325
Tributos Retidos e Recolhidos a Recuperar de Clientes	4.912	4.166
Glosas sobre Serviços a Recuperar de Clientes	1.621	1.588
Adiantamento a Empregados	1.481	563
Cauções e Retenções	1.372	3.152
Outros	38	-
Total	**69.727**	**75.051**
Circulante	**34.198**	**26.796**
Não Circulante	**35.529**	**48.255**

[(i)] Inclui o valor de R$ 40.476 (R$ 46.666em 31 de dezembro de 2019) correspondente ao valor adiantado à empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.), cujoobjetivo foi o de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga,conforme acordo contratual firmado entre a Telebras e a Viasat.

10 DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 dedezembro de 2020, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R$ 5.456 (R$ 5.456 em de dezembro de 2019).

11 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Fundo Caixa Extramercado Comum IRFM-1 [(iv)]	412.234	-
BB Extramercado FAE2 FI [(iv)]	410.118	-
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil [(i)]	32.811	32.233
Fundo BB Extramercado FAE FI RF [(ii)]	29.500	28.625
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) [(iii)]	2.297	2.379
Total	**886.960**	**63.237**
Circulante	**822.352**	**-**
Não Circulante	**64.608**	**63.237**

[(i)] A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil(PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. (Nota Explicativa 21)
[(ii)] Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF,de acordo com a Resoluçãonº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminadoe estávinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B. (Nota Explicativa 23.1)
[(iii)] Representa investimentos em títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações enoFundo de Investimento na Amazônia (FINAM) eque são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
[(iv)] Em dezembro de 2019, a União destinou à Companhia o montante de R$822.352, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme a Lei Orçamentária então vigente.Em função da data de transferência dos recursos, a Companhia não realizou investimentos até 31 de dezembro de 2020, ficando os recursos disponíveis em "caixa e equivalentes de caixa" para utilização nos períodos subsequentes.

Com a vigência da LOA 2020, não há previsão legal ou regulamentar para realização de investimentos desses recursos. Dessa forma, a Companhia realizou a transferência do montante recebido de caixa e equivalentes de caixa para investimentos temporários (aplicações financeiras) no ativo circulante, uma vez que não há expectativa de utilização no curto prazo, até que haja decisão, bem como respaldo legal e normativo para sua destinação.

12 INVESTIMENTOS

12.1 Informações das investidas

A Companhia detém participação societária nacoligada Visiona, cujas informações são apresentadas a seguir:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detém 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da coligada é de R$ 75.000 (setenta e cinco mil reais em 31 de dezembro de 2019), com um total de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 (trinta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil) ações.

12.2 Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

						Valor Contábil	
Investida:	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	31/12/2020	31/12/2019
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	183.846	49,00	49,00	36.750.000	90.084	80.841
Total						**90.084**	**80.841**

12.3 Informações econômicas e financeiras resumidas

	31/12/2020			31/12/2019		
Investida:	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Ativo	Passivo	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	203.188	19.342	15.286	187.699	22.717	15.643

12.4 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/2020		31/12/2019	
Investida:	Prejuízo Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(7.322)	(3.621)	(2.110)	(1.034)

No primeiro trimestre de 2020 houve um ajuste no cálculo de Equivalência Patrimonial em função de diferença entre o resultado reportado em 2019 pela coligada e o efetivo cálculo da Equivalência Patrimonial. A diferença refletida no cálculo da equivalência no exercício de 2020 foi de R$ 32.000 (trinta e dois mil).

12.5 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Composição:	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**80.841**
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(3.621)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	12.864
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**90.084**

12.6 Informações contábeis das coligadas

12.6.1 Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante	**80.041**	**59.538**
Não Circulante	**123.147**	**125.890**
Realizável a Longo Prazo	922	18.598
Investimento	118.971	90.462
Imobilizado	2.868	2.827
Intangível	386	14.003
Total	**203.188**	**185.428**
Passivo		
Circulante	18.867	19.934
Não Circulante	475	577
Patrimônio Líquido	183.846	164.917
Total	**203.188**	**185.428**

Demonstração do Resultado do Período	31/12/2020	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	**15.286**	**15.643**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(14.070)	(11.909)
Lucro Bruto	**1.216**	**3.734**
Despesas Operacionais	(9.019)	(9.919)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	10.304	(1.354)
Equivalência Patrimonial	2.255	1.664
Resultado antes do Resultado Financeiro	**4.756**	**(5.875)**
Resultado Financeiro	968	3.139
Resultado antes dos Tributos	**5.724**	**(2.736)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.046)	626
Prejuízo Líquido do Exercício	**(7.322)**	**(2.110)**

13 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que consideram a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens estiverem superioresaos valores de recuperação.O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 2.591.282 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e oitenta e dois) (R$ 2.737.349– dois milhões,setecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e nove, em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos vinculados ao segmento satelital não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (*Impairment*), uma vez que esses ativos apresentavam valor contábil inferior ao valor em uso, conforme o plano de negócio do segmento satelital. Os especialistas (engenheiros) estabeleceram, através de laudo, que a vida útil econômica do satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC) será de 17 (dezessete) anos.

Com relação ao segmento da rede terrestre, a Telebras está realizando o inventário físico dos ativos, cuja expectativa de conclusão ocorra no primeiro semestre de 2021. A previsão inicial para o término desse inventário era no final do exercício de 2020, mas, devido a problemas operacionais e pela situação de pandemia do Coronavírus, não foi possível a conclusão tempestiva. Neste processo também está inclusa a revisão da vida útil econômica dos ativos, o que poderá resultar em alteração das taxas de depreciação atualmente utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP. O valor de liquidação dos bens dados em garantia é de R$ 64.246 (sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil), conforme laudo de avaliação.

A Companhia não possui bens dados em garantia, relativos à penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13.1 Movimentação do imobilizado no exercício - Total

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço									
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**65.219**	**4.418**	**88.944**	**3.118**	**16.106**	**2.420.430**	**1.850**	**28.061**	**668.760**	**3.296.906**
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	14.895	-	14.895
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-				61.909	61.909
Transferências Internas no Imobilizado	263.302	39	120.056	469	804	222.638	-	-	(607.308)	-
Transferência para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.947)	(9.947)
Baixas	-	-	-	-	-	(52)	-	(453)	-	(505)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**328.521**	**4.457**	**209.000**	**3.587**	**16.910**	**2.643.016**	**1.850**	**42.503**	**113.414**	**3.363.258**
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(54.607)**	**(3.334)**	**(42.654)**	**(1.768)**	**(10.159)**	**(426.975)**	**(1.850)**	**(18.210)**	**-**	**(559.557)**
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(5.106)	-	(5.106)
Depreciação e Amortização	(10.451)	(377)	(12.491)	(663)	(1.704)	(181.627)	-	-	-	(207.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(65.058)**	**(3.711)**	**(55.145)**	**(2.431)**	**(11.863)**	**(608.602)**	**(1.850)**	**(23.316)**	**-**	**(771.976)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	**263.463**	**746**	**153.855**	**1.156**	**5.047**	**2.034.414**	**-**	**19.187**	**113.414**	**2.591.282**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	**10.612**	**1.084**	**46.290**	**1.350**	**5.947**	**1.993.455**	**-**	**9.851**	**668.760**	**2.737.349**
Taxa Anual de Depreciação	**16,60%**	**10,00%**	**De 5,0% a 20,0%**	**20,00%**	**20,00%**	**De 5,0% a 20,0%**	**20,00%**	**De 6,6% a 20,0%**		

13.1.1 Movimentação do imobilizado – segmento de rede terrestre

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço									
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**65.219**	**4.418**	**88.944**	**3.118**	**16.106**	**354.151**	**1.850**	**28.061**	**152.656**	**714.523**
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	14.895	-	14.895
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	28.642	28.642
Transferências Internas no Imobilizado	4.622	39	26.009	469	804	107.551	-	-	(139.495)	(1)
Transferência para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.947)	(9.947)
Baixas	-	-	-	-	-	(52)	-	(453)	-	(505)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**69.841**	**4.457**	**114.953**	**3.587**	**16.910**	**461.650**	**1.850**	**42.503**	**31.856**	**747.607**
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(54.607)**	**(3.334)**	**(42.654)**	**(1.768)**	**(10.159)**	**(218.231)**	**(1.850)**	**(18.210)**	**-**	**(350.813)**
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	**(5.106)**	-	**(5.106)**
Depreciação e Amortização	(3.264)	(377)	(8.574)	(663)	(1.704)	(31.983)	-	-	-	**(46.565)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(57.871)**	**(3.711)**	**(51.228)**	**(2.431)**	**(11.863)**	**(250.214)**	**(1.850)**	**(23.316)**	**-**	**(402.484)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	**11.970**	**746**	**63.725**	**1.156**	**5.047**	**211.436**	**-**	**19.187**	**31.856**	**345.123**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	**10.612**	**1.084**	**46.290**	**1.350**	**5.947**	**135.920**	**-**	**9.851**	**152.656**	**363.710**
Taxa Anual de Depreciação	**16,60%**	**10,00%**	**De 5,0% a 20,0%**	**20,00%**	**20,00%**	**De 10,0% a 20,0%**	**20,00%**	**De 6,6% a 20,0%**		

13.1.2 MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – SEGMENTO SATELITAL

Composição:	Imobilizado				
	Bens e Instalações em Serviço				
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Infraestrutura	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Imobilizado em Andamento	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**2.066.279**	**516.104**	**2.582.383**
Aquisições/Adições	-	-	-	33.266	33.266
Transferências Internas no Imobilizado	258.680	94.047	115.087	(467.812)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**258.680**	**94.047**	**2.181.366**	**81.558**	**2.615.651**
Depreciação Acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**(208.744)**	**-**	**(208.744)**
Depreciação e Amortização	(7.186)	(3.917)	(149.645)	-	**(160.748)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(7.186)**	**(3.917)**	**(358.389)**	**-**	**(369.492)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	**251.494**	**90.130**	**1.822.977**	**81.558**	**2.246.159**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**1.857.535**	**516.104**	**2.373.639**
Taxa Anual de Depreciação	**15,00%**	**De 5,0% a 20,0%**	**De 5,0% a 20,0%**		

13.2 Bens totalmente depreciados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu no imobilizado o valor de R$ 136.409 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e nove mil), (R$ 133.778 em 31 de dezembro de 2019) referente a bens totalmente depreciados. Estes estão registrados nos seguintes grupos:

Ativos:	31/12/2020	31/12/2019
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	85.705	84.965
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	39.814	39.814
Equipamentos de Tecnologia da Informação	7.027	7.149
Mobiliários	1.988	-
Ferramentas e Instrumentos	1.850	1.850
Bastidor	25	-
Total	**136.409**	**133.778**

13.3 Seguros

A Telebras possui contratos de seguro e de garantia estendida para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, e com os equipamentos localizados em solo. As características desses contratos são apresentadas a seguir:

Entidades	Natureza	Valor Contratado	Valor do Prêmio	Valor Indenizável	Vigência
Mapfre Seguros	Seguro		18.990	1.790.843	03/08/2020 a 03/08/2021
Visiona Internacional BV	Garantia Estendida	15.934			23/01/2020 a 22/01/2022

14 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 27.882 (vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil), (R$ 20.172 em 31 de dezembro de 2019), conforme quadro abaixo.

	Intangível				
Composição:	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Direitos de Uso	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**23.407**	**3.946**	**6.878**	**1.449**	**35.680**
Aquisições	234	-	-	-	234
Transferências	9.947	-	-	-	9.947
Baixa	(234)	-	-	-	**(234)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**33.354**	**3.946**	**6.878**	**1.449**	**45.627**
Amortização Acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(14.951)**	**(493)**	**-**	**(64)**	**(15.508)**
Amortização	(1.548)	(329)	-	(360)	**(2.237)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(16.499)**	**(822)**	**-**	**(424)**	**(17.745)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	**16.855**	**3.124**	**6.878**	**1.025**	**27.882**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	**8.456**	**3.453**	**6.878**	**1.385**	**20.172**
Taxa de Amortização	**20,00%**			**20,00%**	

Em 31 de dezembro de 2020, esses ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (*Impairment*).

Na rubrica "Direitos sobre Autorizações" está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. O prazo de amortização é de 15 (quinze) anos.

Em 31 de dezembrode 2020, a Companhia reconheceu no intangível o valor de R$ 12.797 (doze milhões, setecentos e noventa e sete mil),(R$ 12.575 em 31 de dezembro de 2019), referente à licença de uso de *software* totalmente amortizada.

15 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 25).

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Encargos Sociais a Pagar	12.260	10.947
Benefícios Sociais a Pagar	9	386
Salários e Honorários a Pagar	2	27
Mão de Obra Temporária	-	6
Total	**12.271**	**11.366**
Circulante	**12.271**	**11.366**

16 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a Telebras tem reconhecido no seu passivo exigível provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP). Esta provisão foi constituída para fazer frente à indenização dos colaboradores que são elegíveis para o seu recebimento quando do desligamento da Companhia. Os colaboradores elegíveis ao recebimento são aqueles que não tiveram seus vínculos empregatícios rescindidos após o processo de cisão da Telebras e que fizeram adesão ao plano conforme prazo estabelecido à época. Em 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado é de R$ 29.956 (vinte e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil),(R$ 35.416 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação do PISP no exercício de 2020 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**35.416**
Atualização da Provisão no Período	3.506
Reversão de Provisão	(2.654)
Pagamento Complementar - Reajuste de Acordo Coletivo	(6.312)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**29.956**
Circulante	**3.295**
Não circulante	**26.661**

17 GRUPAMENTO DE AÇÕES (LEILÃO DE FRAÇÕES)

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o grupamento delas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$ 13.766 (treze milhões, setecentos e sessenta e seis mil), (R$ 13.766 em 31 de dezembro de 2019) é composto pelos seguintes valores:

Eventos:	Valores
Valor Arrecadado e Pendente de Pagamento – Grupamento de Ações Realizado no Ano de 2011 [i]	13.097
Valor Arrecadado e Pendente de Pagamento – Grupamento de Ações Realizado no Ano de 2016 [ii]	906
Valor Repassado ao Banco Bradesco (Custodiante) para Pagamento aos Acionistas no Ano de 2018	(5)
Valor Repassado ao Banco Bradesco (Custodiante) para Pagamento aos Acionistas no 1º Trimestre de 2019	(232)
Total	**13.766**

[i] Valor arrecadado referente ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item "d" divulgado em 3 de dezembro de 2010).

[ii] Valor arrecadado narealizaçãodo leilão das sobras (frações) de ações referentes ao grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 2 de março de 2016. O valor arrecadado será creditado aos acionistas detentores dos direitos sobre estas sobras.

18 FORNECEDORES

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de Operação	51.890	25.958
Fornecedores de Expansão	30.015	21.256
Total	**81.905**	**47.214**
Circulante	**81.905**	**47.214**

19 TRIBUTOS INDIRETOS

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	188	201
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTELL	94	100
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	409
Programa de Integração Social - PIS	-	84
Tributos Federais	**282**	**794**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	17.708	15.997
Tributos Estaduais	**17.708**	**15.997**
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	57	45
Tributos Municipais	**57**	**45**
Total	**18.047**	**16.836**
Circulante	**18.047**	**16.836**

20 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue.

21.1 Provisão para riscos prováveis

21.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

	31/12/2020			31/12/2019		
Natureza	Valor Provisionado (A)	Depósitos Judiciais Vinculados (B)	Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)	Valor Provisionado (A)	Depósitos Judiciais Vinculados (B)	Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)
Cível	40.559	2.883	37.676	35.919	2.812	33.107
Trabalhista	13.576	1.138	12.438	10.055	952	9.103
Tributária	50	46	4	50	43	7
Total	**54.185**	**4.067**	**50.118**	**46.024**	**3.807**	**42.217**
Circulante	**12.787**	**3.160**	**9.627**	**11.442**	**3.043**	**8.399**
Não Circulante	**41.398**	**907**	**40.491**	**34.582**	**764**	**33.818**

20.1.2 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para esses processos:

	31/12/2020			31/12/2019
Natureza/Objeto das Ações	Provisões (A)	Depósitos Judiciais (B)	Provisões Líquidas (A-B)	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais (Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.707	1.732	1.975	1.591
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	25.284	-	25.284	12.466
Diferença de Ações (inclusive Conversão de Debêntures)	3.437	150	3.287	318
Outros Processos	8.131	1.001	7.130	18.732
Total	**40.559**	**2.883**	**37.676**	**33.107**
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	3.211	34	3.177	2.958
Responsabilidade Subsidiária	1.729	428	1.301	975
Outros Processos	8.636	676	7.960	5.170
Total	**13.576**	**1.138**	**12.438**	**9.103**
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (RFB)	50	46	4	7
Total	**50**	**46**	**4**	**7**
TOTAL GERAL	**54.185**	**4.067**	**50.118**	**42.217**
Circulante	**12.787**	**3.160**	**9.627**	**8.399**
Não Circulante	**41.398**	**907**	**40.491**	**33.818**

20.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.024
Constituição de Provisão	2.843
Reversão de Provisões	(226)
Juros Incorridos	4.171
Atualização Monetária	1.686
Baixas	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**54.185**
Circulante	**12.787**
Não Circulante	**41.398**

A administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários dessas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a posição financeira.

20.2 Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembrode 2020, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	31/12/2020	31/12/2019
Cível	81.364	73.523
Trabalhista	6.414	5.851
Tributária	22.818	22.735
Total	**110.596**	**102.109**

20.2.1 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis		
VPA´S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	9.980	8.847
Ilegalidade na Venda de Ações	4.434	4.166
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	24.805	21.297
Outros Processos (ii)	42.145	39.213
Total	**81.364**	**73.523**
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	206	273
Progressão Salarial	65	110
Anistia	4.854	4.343
Outros Processos	1.289	1.125
Total	**6.414**	**5.851**
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	21.667	21.556
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	48	79
Diversas Origens	1.103	1.100
Total	**22.818**	**22.735**
Total Geral	**110.596**	**102.109**

20.2.2 Situação dos principais processos:

(i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos da Telebras foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Telebras obteve decisão favorável em duas instâncias sobre processos que tratam deste litígio, incluindo sentenças de primeiro grau (ainda sem trânsito em julgado) proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019. Ainda no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. Entretanto, há recurso especial da Telebras pendente de admissibilidade naquele Tribunal, que pode dar ensejo à aplicação da tese de prescrição (matéria de ordem pública) ou, ainda, ao restabelecimento da sentença de primeiro grau, caso o Superior Tribunal de Justiça acolha tese da Telebras e entenda pela inexistência de nulidade da sentença por vício processual. A Telebras defende em juízo a tese de prescrição ou de inexigibilidade da obrigação por meio de supressio (perda do direito em razão do não exercício de uma pretensão gerando a expectativa na outra parte de que não será exigida). Além do mais, a Companhia alega também a inexecução da obrigação a cargo da Telesp (atual Telefônica) no prazo de 90 dias da desestatização, que era de substituir as garantias prestadas pela Telebras à época da cisão.

(ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária da Telebras, de27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

(iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e à Fundação CPqD de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que o CPqD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPqD, bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da *holding* Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção. No recurso pendente de julgamento no CARF, informa-se que havia autorização legislativa para a transferência desses bens, o que afasta a autuação fiscal imposta.

21. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia possui passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Credores:	31/12/2020	31/12/2019
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	116.223	124.136
Acordo Judicial FUNCEF	60.923	60.873
Total	**177.146**	**185.009**
Circulante	**16.496**	**16.578**
Não Circulante	**160.650**	**168.431**

21.1 Movimentação da dívida no período

Saldo em 31 de dezembro de 2019	185.009
Juros e Variação Monetária	19.383
Amortização de Principal	(11.349)
Pagamento de Juros	(15.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**177.146**

21.2 Cronograma de pagamento da dívida de longo prazo (Não Circulante)

Anos:	PREVI	FUNCEF	Total
2022	11.622	4.874	16.496
2023	11.622	4.874	16.496
2024	11.622	4.874	16.496
2025	11.622	4.874	16.496
2026 em diante	58.113	36.553	94.666
Total	**104.601**	**56.049**	**160.650**

21.3 Descrição resumida dos termos acordados

21.3.1 Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo do principal reconhecido em novembro de 2013, no montante de R$ 141.416 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil), com carência de 24 (vinte e quatro) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais, seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

21.3.2 Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a Telebras finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a Telebras e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a Telebras a incorporar a correção monetária ao capital socialantes de realizar a distribuição dos dividendos, devidos à Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R$ 72.688 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil), atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R$ 66.080 (sessenta e seis milhões e oitenta) de principal e R$ 6.608 (seis mil e seiscentos e oito) de honorários sucumbenciais,que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% (dez por cento) em 90 dias após o protocolo da petição, sendo que o saldo remanescente será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC, mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que, em caso de atraso das parcelas semestrais, incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die* incorridos no período, e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescidos dos 10% (dez por cento) previstos no art. 523 do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

22 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R$ 1.513.526 (um bilhão, quinhentos e treze milhões, quinhentos e vinte e seis mil) em 31 de dezembro de 2020(R$ 1.472.856(um bilhão, quatrocentos e setenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil) em 31 de dezembro de 2019), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

O quadro a seguir apresenta a composição/movimentação do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no exercício de 2020, de acordo com a sua destinação:

Eventos:	Satélite - Projeto SGDC	Programa Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**501.621**	**971.148**	**23**	**64**	**1.472.856**
Transferência do Patrimônio Líquido – Principal	50	-	-	-	**50**
Variação Monetária	13.464	27.154	-	2	40.620
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**515.135**	**998.302**	**23**	**66**	**1.513.526**

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

23.1 Empréstimos e financiamentos– FINEP

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Principal	239.629	267.249
Atualização Monetária	10.459	10.459
Juros	676	12.853
Total – Bruto	**250.764**	**290.561**
Custo de Transação	-	(26.869)
Total - Líquido do Custo de Transação	**250.764**	**263.692**
Circulante	**51.507**	**28.273**
Não Circulante	**199.257**	**235.419**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, líquido dos custos, no exercício de 2020 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**263.692**
Compensação Financeira Reconhecida	21.397
Juros Incorridos no Período	7.081
Juros Pagos	(7.690)
Amortização de Principal	(29.341)
Amortização da Compensação Financeira	(4.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**250.764**

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo (Não Circulante) em 31 de dezembro de 2020 é apresentado a seguir:

Vencimentos:	
2022	50.830
2023	50.830
2024	50.830
2025	46.767
Total	**199.257**

23.1.1 Contrato original

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP,no total de R$ 240.380 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e oitenta mil), com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R$ 103.363 (cento e três milhões, trezentos e sessenta e três), e as outras, conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão nº 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incide Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

23.1.2 Aditivos contratuais

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP, no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias.As modificações estão assim definidas:

(i) Suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018.

(ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos.

(iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados.

(iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R$ 5.471 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e um mil) a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato.

(v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 (setenta e três) parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

(i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020.

(ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019.

(iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos.

(iv) Prorrogação do vencimento docontrato em 12 (doze) meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025.

(v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R$21.397, a título de compensação financeira, pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

23.1.3 Reconhecimento da compensação financeira do terceiro aditivo contratual

Em junho de 2020, a Companhia reconheceu no resultado do período (despesas financeiras) o valor relativo à compensação financeira constante no terceiro aditamento contratual no montante de R$ 21.397 (vinte e um milhões, trezentos e noventa e sete mil). O valor dessa compensação financeira será amortizado em 67 (sessenta e sete) parcelas mensais de acordo com as condições do item “v” acima.

23.1.4 Covenants

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

23.1.5 Garantias

A Telebras estabeleceu, como garantia do financiamento, bens do ativo imobilizado, cujo valor de liquidação totaliza R$ 64.246 (sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil), conforme laudo de avaliação e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

23.2 Arrendamento mercantil financeiro

A Telebras mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos à locação de imóveis (sede da Companhia), terrenos onde estão instalados equipamentos para prestação de serviços (Estações) e equipamentos de informática. Os prazos desses contratos variam entre 5 (cinco) e 15 (quinze) anos e têm vencimentos entre os anos de 2020 a 2027. A taxa de desconto utilizada para esses contratos foi de 6% (seis por cento) a.a.

Os valores do imobilizado registrados na rubrica de Direito de Uso de Ativo, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses ativos estão abaixo demonstrados:

23.2.1 Direito de uso de ativo (valor contábil)

Bens/Direitos:	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	15.724	5.054
Terrenos (Estações)	3.365	4.371
Equipamentos de Informática	98	426
Total	**19.187**	**9.851**

23.2.2 Financiamentos (valor presente)

Bens/Direitos:	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis [(i)]	15.878	5.575
Terrenos (Estações)	3.733	4.761
Equipamentos de Informática	111	435
Total	**19.722**	**10.771**
Circulante	**4.697**	**6.179**
Não Circulante	**15.025**	**4.592**

[(i)] Em dezembro de 2020, a Companhia renovou contratos de aluguéis de imóveis, no qual está incluso o aluguel da sede da Telebras.

Os desembolsos futuros (contraprestações) de longo prazo, assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

Vencimentos:	principal	Juros a Incorrer	Total
2022	4.976	(763)	4.213
2023	4.157	(535)	3.622
2024	3.942	(325)	3.617
2025	3.504	(111)	3.393
2026 em diante	186	(6)	180
Totais	**16.765**	**(1.740)**	**15.025**

A movimentação dos financiamentos (arrendamento mercantil financeiro) no exercício de 2020 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.771**
Ingressos - Novos/Renovação de contratos	14.894
Pagamento de Principal	(5.632)
Baixa por Revisão de Contrato	(311)
Apropriação de Juros no Período	497
Pagamento de Juros	(497)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**19.722**

24 RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 dedezembro de 2020, a Companhia tinha registrado o montante de R$ 516.131(quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e um mil), (R$ 538.402 em 31 de dezembro de 2019), composto pelos valores adiantados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) para atender ao Programa GESAC.

A partir do 3º (terceiro) trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada, referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a

ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R$ 3.040 (três milhões e quarenta mil).

Em 31 de dezembro de 2020, o MCTI realizou adiantamento no valor de R$ 59.844 para atendimento ao programa GESAC, esse valor será reconhecido no resultado da Telebras durante o ano de 2021.

A movimentação/composição das receitas diferidas no exercício de 2020 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCTI	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**492.489**	**45.913**	**538.402**
Adiantamento por Serviços a Prestar – GESAC	-	**59.844**	**59.844**
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(36.480)	-	**(36.480)**
Baixa de Receita por Serviços Prestados – GESAC	-	(45.635)	**(45.635)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**456.009**	**60.122**	**516.131**
Circulante	**36.482**	**60.122**	**96.604**
Não Circulante	**419.527**	**-**	**419.527**

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Retenções Passivas Tributárias	3.016	9.149
Retenções Passivas não Tributárias	72	524
Outras Obrigações	267	228
Total	**3.355**	**9.901**
Circulante	**3.355**	**9.901**

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 3.107.339 (três bilhões, cento e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil), (R$ 1.594.667 em 31 de dezembro de 2019), representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

26.1.1 Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	45.296.509	91,59%	União Federal	16.239.800	88,22%	União Federal	61.536.309	90,67%
FINEP	3.231.600	6,53%	FINEP	-	-	FINEP	3.231.600	4,76%
Outros Acionistas	928.969	1,88%	Outros Acionistas	2.167.691	11,78%	Outros	3.096.660	4,56%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	**49.457.271**	**100,00%**	**Total**	**18.407.491**	**100,00%**	**Total**	**67.864.762**	**100,00%**

26.1.2 Valor patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2020	31/12/2019
Capital total em ações		
Ordinárias	49.457.271	39.272.779
Preferenciais	18.407.491	10.332.711
Total (A)	**67.864.762**	**49.605.490**
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	**193**	**193**
Ações em circulação		
Ordinárias	49.457.078	39.272.586
Preferenciais	18.407.491	10.332.711
Total (A-B)	**67.864.569**	**49.605.297**
Patrimônio Líquido (R$ mil)	**1.553.239**	**1.646.733**
Valor Patrimonial por ação em circulação (R$ 1,00)	**22,8873**	**33,1967**

26.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88, §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e da existência de prejuízos acumulados, não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, bem como por variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registrada na coligada Visiona,na qual a participação societária da Telebras é de 49%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial no exercício de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação:	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**225**	**16.033**	**16.258**
Ganhos com Instrumentos Patrimoniais Mensurados a VJORA	(82)	-	(82)
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa	-	12.864	12.864
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**143**	**28.897**	**29.040**

26.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 – cento e noventa e três, ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5 Homologação do aumento de capital

Em 27 de julho de 2020, a 106ª Assembleia Geral Extraordinária rerratificou a homologaçãodo aumento de capital social da Telebras, que havia sido aprovado *ad referendum* na 105ª Assembleia Geral Extraordinária,em 14 de abril de 2020, conforme Proposta da Administração, de 12 março de 2020.

O aumento do capital social foi de R$ 1.512.672 (um bilhão, quinhentos e doze milhões, seiscentos e setenta e dois mil), o que corresponde à emissão de 10.184.492 (dez milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e 8.074.780 (oito milhões, setenta e quatro mil, setecentos e oitenta) ações preferenciais nominativas. Com o aumento o capital social passa a ser de R$ R$3.107.339. (Nota Explicativa 1.6)

26.6 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2019, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações em virtude do aumento de capital homologado em 14 de abril de 2020, para fins de comparabilidade.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Itens:	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentação
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	**(106.226)**	**(237.526)**
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação:		
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(79.204)	(177.103)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(27.022)	(60.423)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	46.062	46.062
Ações preferenciais – básicas e diluídas	15.715	15.715
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,7195)	(3,8449)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,7195)	(3,8449)

27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Serviço de Comunicação e Multimídia[i]	274.871	217.136
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.545
Aluguéis e Locações [ii]	16.640	10.862
Compartilhamento de Receita	970	-
Receita Operacional Bruta	**328.961**	**264.543**
Tributos sobre Receita	(61.934)	(59.489)
Descontos Concedidos	(98)	(801)
Cancelamentos	(106)	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(62.138)**	**(60.290)**
Receita Operacional Líquida	**266.823**	**204.253**

(i) O crescimento da receita de Serviço de Comunicação e Multimídia (SCM) é explicado pelo maior volume de receitagerada pelo segmento satelital com a utilização do satélite SGDC. A principal receita desse segmento é a do programa GESAC. No final do exercício de 2020, a Telebras tinha um total de 12.688 (doze mil, seiscentos e oitenta e oito) pontos/circuitos vinculados à geração de receita dentro do programa GESAC(9.763 – nove mil, setecentos e sessenta e três,pontos/circuitosem 2019). O montante da receita do programa reconhecida no exercício de 2020 foi de R$ 103.947 (cento e três milhões, novecentos e quarenta e sete mil), (R$ 45.502em de 2020).
(ii) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e equipamentos da rede satelital.O crescimento verificado no exercício de 2020 em relação ao exercício de 2019 é explicado pelo reconhecimento de locação de equipamentos satelital à Viasat, conforme previsão contratual e também pelo estorno do não faturado (estimativa de faturamento) de dezembro de 2018, que foi maior que os valores efetivamente em faturados janeiro de 2019.

Em 31 de dezembrode 2020 e 2019, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% (dez por cento) da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

28 CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e despesas operacionais por natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados a seguir:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação e Amortização	(207.943)	(184.781)
Meios de Conexão e Transmissão	(103.529)	(109.553)
Serviços de Terceiros	(82.608)	(74.235)
Aluguéis, Locações e Seguros	(28.315)	(10.864)
Pessoal	(19.479)	(19.287)
Compartilhamento de Instalações	(13.004)	(14.253)
Tributos	(3.627)	(2.870)
Material	(2)	(2.062)
Total	**(458.507)**	**(417.905)**

Despesas Comerciais	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(18.682)	(19.415)
Serviços de Terceiros	(1.805)	(1.894)
Depreciação e Amortização	(489)	(226)
Material	(28)	(20)
Aluguéis, Locações e Seguros	(14)	6
Tributos	-	(1)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.053	(9.024)
Total	**(19.965)**	**(30.574)**

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(58.427)	(44.349)
Serviços de Terceiros	(8.608)	(10.142)
Depreciação e Amortização	(6.379)	(6.259)
Aluguéis, Locações e Seguros	(304)	(179)
Tributos	(126)	(281)
Material	(121)	(317)
Total	**(73.965)**	**(61.527)**

Aglutinado	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação e Amortização [i]	(214.811)	(191.266)
Meios de Conexão e Transmissão [ii]	(103.529)	(109.553)
Pessoal [iii]	(96.588)	(83.051)
Serviços de Terceiros [iv]	(93.021)	(86.271)
Aluguéis, Locações e Seguros [v]	(28.633)	(11.037)
Compartilhamento de Instalações	(13.004)	(14.253)
Tributos	(3.753)	(3.152)
Material	(151)	(2.399)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa [vi]	1.053	(9.024)
Total	**(552.437)**	**(510.006)**

[i] Depreciação e Amortização: o crescimento de 12,3% é explicado pelas transferências de bens e instalações em andamento para bens e instalações em serviços realizadas durante o exercício de 2020. O montante dessas transferências foi de R$ 617.255, sendo o maior volume vinculado ao segmento satelital em virtude das conclusões da parte terrestre do projeto SGDC.

[ii] Meios de Conexão e Transmissão: A redução de 5,5%, entre osexercícios de 2020 e 2019, é justificada principalmentepela redução de 10,1%dos custos com contração de EILD no ano de 2020 devido ao efeito de ações da Companhia para redução desses custos (renegociação de contratos e utilização do SGDC).

[iii] O aumento de 16,3% na comparação entre 2020 e 2019 é explicado pelos seguintes eventos: i) concessão do reajuste salarial ocorrido no mês de julho de 2020, devido ao dissídio julgado favorável aos empregados da Companhia relativo aos acordos coletivos dos anos 2018/2019 e 2019/2020. Com a decisão, foram concebidos reajustes de 3,5%e 1,02% do INPC acumulado nos períodos, respectivamente. O reajuste do acordo coletivo de 2018/2019 foi pago de forma retroativa, e o de 2019/2020 não foi pago com efeitos retroativos; ii) reclassificação dos valores registrados no ativo a receber de pessoal cedido a outros Órgãos para o resultado do exercício no montante de R$13,4milhões, tendo em vista a condição da Telebras de empresa dependente; e iii) concessão de promoções por merecimento e antiguidade no 4º (quarto) trimestre de 2020.

O impacto desse aumento foi parcialmente amortizado pela redução do quadro de pessoal, devido principalmente à adesão ao PISP no 4º (quarto) trimestre de 2019 pelo pessoal que fazia jus a esta indenização e pela redução salarial para os colaboradores que ganham acima do teto constitucional, em função de a Telebras ter sido classificada como uma Empresa Estatal Dependente a partir de 1º de janeiro de 2020.

[iv] Serviços de Terceiros: apresentaram crescimento de 7,8%. O aumento é justificado pelos seguintes eventos: i) elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão de rede e reajustes contratuais; e ii) pelo reconhecimento dos custos vinculados ao contrato com a Viasat.

[v] Aluguéis, Locações e Seguros: o crescimento é explicado pelo reconhecimento dos custos com seguros e a garantia estendida dos equipamentos terrestres do satélite SGDC. Esses custos noano de 2020 totalizaram R$ 19.015 (dezenove milhões e quinze mil), (R$ 5.842em 2019). Outro evento que contribuiu para o aumento da rubrica foi o reconhecimento dos custos com locação de equipamentos para operacionalização do satélite, conforme contrato firmando entre a Telebras e a Viasat (R$ 7.065, sete milhões e sessenta e cinco mil, em 2020 - R$ 2.687, dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, em 2019).

[vi] Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa: a redução é explicada pela reversão de provisão ocorrida no ano de 2020 no valor de R$ 10.121(dez milhões, cento e vinte e um mil) ante uma constituição de provisão de R$ 9.068 (nove milhões, sessenta e oito mil).

29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Outras Receitas Operacionais		
Subvenções Orçamentárias Recebidas [i]	216.657	-
Recuperação de Tributos	3.395	5.391
Recuperação de Despesas (Reembolso de Seguro)	3.222	-
Multas sobre Contas a Receber	2.319	17
Recuperação de Baixa de Ativos (Contas a Receber)	613	-
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	226	6.523
Dividendos Recebidos	122	-
Outras Receitas Operacionais	106	132
Ganho sobre Passivo	3	8.851
Superavit - Planos de Previdência - PBS-A e PBS-TELEBRAS	-	202.549
Recuperação de Depósitos Judiciais	-	966
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(43)	(19.531)
Total	**226.620**	**204.898**
Outras Despesas Operacionais		
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.844)	(2.408)
Tributos	(2.373)	(1.813)
Perda na Baixa de Cauções	(1.986)	-
Pessoal	(944)	(491)
Multas sobre Contas a Receber – Contratos	(391)	-
Multas sobre Passivos	(297)	(1.089)
Baixa de Ativo por Perda - Depósitos Judiciais	(144)	-
Multas sobre Tributos	(144)	(1.084)
Composição:	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Baixas de Ativo por Perda – Tributos [ii]	-	(13.616)
Patrocínios	-	(50)
Outras Despesas Operacionais	3	(457)
Total	**(9.120)**	**(21.008)**
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	**217.500**	**183.890**

[i] A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos estão sendo reconhecidos com base no CPC 07 – Subvenções e assistência Governamentais. Em 2020, a Telebras reconheceu o montante de R$ 216.657(duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil), sendo que desse total R$ 116.986 (cento e dezesseis milhões, novecentos e oitenta e seis mil) foram destinados a gastos com pessoal e R$ 99.671 (noventa e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil) para outros custeios.

[ii] Durante o exercício de 2019, a Companhia realizou a baixa de créditos tributários no montante de R$ 13.616 (treze milhões, seiscentos e dezesseis mil). A baixa foi realizada em função da impossibilidade de recuperação desses créditos perante os fiscos estaduais e federais, uma vez que houve a prescrição do direito de se creditar e também devido a incorreções na escrituração. Do montante baixado, R$ 11.951 (onze milhões, novecentos e cinquenta e um mil) refere-se a créditos de ICMS de bens do imobilizados (CIAP) escriturados entre janeiro de 2014 e agosto de 2019 e R$ 1.665 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil) a tributos federais

30 RESULTADO FINANCEIRO

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Juros sobre Disponibilidades [i]	31.510	11.504
Juros sobre Superavit de Previdência Privada	22.298	-
Juros/Variação Monetária sobre Tributos	4.078	1.863
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.583	2.323
Juros sobre Aplicações Financeiras - Garantias	1.774	3.512
Juros sobre Contas a Receber	401	452
Juros sobre Capital Próprio	-	6
Outras Receitas Financeiras	193	20
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.208)	(776)
Subtotal	**60.629**	**18.904**
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções [ii]	(40.620)	(111.131)
Compensação Financeira - Financiamento FINEP [iii]	(21.397)	-
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(19.383)	(20.871)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(7.081)	(8.402)
Juros s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.171)	(4.015)
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.686)	(1.076)
Juros sobre Operações de Arrendamento Mercantil	(497)	(822)
Juros sobre Tributos	(284)	(1.052)
Reversão de Encargos Financeiros - Dívida VTUM Produções e Empreendimentos Ltda	-	13.847
Outras Despesas Financeiras	(1)	(11)
Subtotal	**(95.120)**	**(133.533)**
Resultado Financeiro Líquido	**(34.491)**	**(114.629)**

[i] O aumento é explicado pelo maior volume de recursos financeiros disponíveis para aplicação durante o exercício de 2020.

[ii] A redução é justificada pela diminuição do saldo de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), devido à transferência de valores para o patrimônio líquido, em função do aumento de capital (Nota Explicativa 1.6) e pela queda da taxa SELIC, que é o indexador utilizado para atualizar o saldo de AFAC.

[iii] Em junho de 2020, a Companhia reconheceu o valor relativo à compensação financeira constante do terceiroaditamento contratual do acordo de financiamento firmado junto à FINEP, no montante de R$ 21.397 (vinte e um milhões, trezentos e noventa e sete mil). O valor dessa compensação financeira será amortizado em 67 (sessenta e sete) parcelas mensais e será atualizado mensalmente nas mesmas bases do contrato original.

31 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em **"Plano PBS-A"** e **"Planos de Patrocinadoras"**. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

31.2 Premissas, hipóteses atuariais e financeiras

O método atuarial, premissas, hipóteses financeiras e atuariais utilizadas na presente avaliação são apropriadas e adequadas aos planos de benefícios oferecidos aos empregados da Telebras, sendo as seguintes:

31.2.1 Hipóteses gerais

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do Plano de Saúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33 do IBRACON Instituto Brasileiro de Contadores e normatizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A partir de 2013, segundo a Deliberação CVM 695/2012, não é mais permitido que os ganhos e perdas atuariais sejam diferidos e, portanto, devem ser reconhecidos imediatamente em ORA – Outros Resultados Abrangentes, observadas as limitações quando se tratar de ganhos atuariais.

31.2.2 Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na avaliação foram as mesmas adotadas em 2019, adequadas ao plano de previdência da Telebras, sendo estas citadas a seguir.

31.2.2.1 Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%;
- Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina; e
- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

31.2.2.2 Taxa de desconto

Para a definição da hipótese da taxa de juros, tomamos como base a taxa de juros de longo prazo. Utilizamos a taxa para o produto PAMA de 17,4% correspondente às taxas de juros, inflação de longo prazo e médica. Já para os demais produtos foi utilizada a taxa de 8,54% referente à combinação das taxas de juros e inflação de longo prazo.

31.2.2.3 Taxa inflação médica

Para a definição da hipótese da taxa de inflação médica, tomamos como base a taxa de longo prazo. Utilizamos a taxa de 8,14%, correspondente ao arquivo FIPE Saúde.

31.2.2.4 Taxa de juros

Para a definição da hipótese da taxa de juros, tomamos como base a taxa de juros de longo prazo. Utilizamos a taxa de 4,0161% correspondente a Tesouro IPCA+ com juros semestrais e vencimento em 15/08/2050. (AMBIMA NTNB-2050).

31.2.2.5 Taxa de inflação de longo prazo

Avaliamos junto ao mercado de empresas e consultorias que estão realizando avaliação para atendimento à Deliberação CVM 695/12 e as projeções de inflação de longo prazo como sendo 4,35%, sendo que esta veio da pesquisa semanal Focus do Banco Central e esta é adequada para o prazo projetado no estudo em questão.

31.3 Planos patrocinados pela Telebras

31.3.1 Plano PBS - A

O plano de Benefícios PBS-A (CNPB nº 19.910.010-29) é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado, dentre outras empresas, pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento (Regulamento do PBS-A), estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;

(ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;

(iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;

(iv) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;

(v) Dotações das patrocinadoras; e

(vi) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS-A na SISTEL contava, em 31 de dezembro de 2020, com 15.544 assistidos, a parte referente a Telebras, possui apenas 445 beneficiários:

Dados:	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade	445	449
Idade média (anos)	73,5	76,0
Benefício médio (R$)	9.996,62	8.782,76

31.3.1.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano

Valor Justo dos Ativos	31/12/2020	31/12/2019
Valor dos Ativos a Mercado [i]	4.745.358	1.066.042
Exigível Operacional[ii]	(30.917)	(1.677)
Exigível Contingencial [ii]	(677.321)	(51.782)
Fundos [ii]	(3.121.546)	(202.492)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**915.574**	**810.091**

[i] Valor informado pela Sistel
[ii] Valores extraídos dos balancetes da Sistel

A movimentação no valor justo dos ativos do plano vinculados à Telebras é a seguinte:

Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**810.091**	**789.954**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	58.705	69.888
Benefícios Pagos pelo Fundo	(47.032)	(57.804)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	93.810	8.053
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**915.574**	**810.091**

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2020	31/12/2019
Renda Fixa	78,69%	96,20%
Investimentos em Imóveis	0,00%	3,19%
Empréstimos a Participantes	0,00%	0,59%
Renda Variável	14,76%	0,02%
Investimentos Estruturados	6,55%	0,00%

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**775.335**	**696.736**
Custo dos Juros	**71.420**	**61.640**
Custo do Serviço Corrente	**213**	
Benefícios Pagos pelo Fundo	(47.032)	(57.804)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	(66.391)	74.763
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**733.545**	**775.335**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	66.391	(74.763)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos dos Plano	93.810	8.053
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**160.201**	**(66.710)**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos Juros	71.420	(61.640)
Custo do Serviço Corrente	213	-
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(58.705)	69.888
Resultado	**12.928**	**8.248**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2020	31/12/2019
Valor Justo dos Ativos do Plano	915.574	810.091
Valor Presente da Obrigação	(733.545)	(775.335)
Superavit	**182.029**	**34.756**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

Movimentação:	31/12/2020
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	34.756
Despesas do ano	(12.928)
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	160.201
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**182.029**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

Receita/Despesas Estimadas	31/12/2020
Juros sobre Obrigações Atuariais	(67.570)
Custo do Serviço Corrente	(201)
Rendimento esperado dos Ativos	78.197
Resultado	**10.426**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 733.545 e ativo líquido de R$ 915.574, tendo como resultado o excedente atuarial de R$ 182.029, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebras e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1) e o ICPC 20, somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.3.2 Plano PBS - Telebras

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da Telebras e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da Telebras.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-Telebras, contemplando a distribuição do superavit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-Telebras passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superavit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da Telebras, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, é realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-TELEBRAS oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria de idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;

(ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;

(iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;

(iv) Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de deficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;

(v) Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;

(vi) Dotação da patrocinadora; e

(vii) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebras contava, em 31 de dezembro de 2020 com 11 participantes ativos e 94 assistidos, conforme apresentado abaixo.

	Participantes			
	31/12/2020		31/12/2019	
Dados:	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	11	94	13	92
Idade média (anos)	64,7	70,5	63,2	69,7
Tempo de serviço médio (anos)	24,9	-	25,1	-
Salário médio (R$)	9.463,18	-	9.524,39	-
Benefício médio (R$)	-	9.958,82	-	9.502,62

31.3.2.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2020	31/12/2019
Valor dos Ativos a Mercado	479.228	542.034
Exigível Operacional[(i)]	(175)	(170)
Exigível Contingencial [(i)]	(8.895)	(12.034)
Fundos [(i)]	(212.826)	(238.359)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**257.332**	**291.471**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2020	31/12/2019
Renda Fixa	97,78%	98,40%
Investimentos Estruturados	2,01%	1,43%
Empréstimos a Participantes	0,21%	0,17%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

Movimentação:	31/12/2020	31/12/2019
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**291.471**	**225.238**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	21.122	20.748
Benefícios Pagos pelo Fundo	(5.139)	(15.445)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	(50.122)	60.930
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**257.332**	**291.471**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

Movimentação:	31/12/2020	31/12/2019
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**233.092**	**198.614**
Custo dos Juros	9.264	16.659
Custo dos Serviços	1	3
Benefícios Pagos pelo Fundo	(5.139)	(15.445)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(7.909)	33.261
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**229.309**	**233.092**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos Juros	(9.264)	(16.659)
Custo do Serviço Corrente	(1)	(3)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	21.122	20.747
Resultado	**11.857**	**4.085**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	7.909	(33.261)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	(50.122)	60.930
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**(42.213)**	**27.669**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2020	31/12/2019
Valor Presente da Obrigação	(229.309)	(233.092)
Valor Justo dos Ativos do Plano	257.332	291.471
Superavit	**28.023**	**58.379**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2020
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	58.379
Despesas do ano	11.857
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(42.213)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**28.023**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2020
Juros sobre Obrigações Atuariais	(69.354)
Custo do Serviço Corrente	(1)
Rendimento esperado dos Ativos	21.978
Resultado	**(47.377)**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 229,309 e ativo líquido de R$ 257.332, tendo como resultado o excedente atuarial de R$ 28.024, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1) e o ICPC 20, somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.3.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

O plano tem caráter apenas financeiro, posto que ficam limitadas às contribuições vertidas, desvinculadas em relação aos benefícios descritos e, neste sentido, não seria objeto de avaliação atuarial nos moldes da Deliberação CVM 695/2012.

As taxas utilizadas como premissas na avaliação do plano foram as seguintes: i) a taxa de desconto utilizada de 13,3%, que correspondente a taxa de juros, inflação de longo prazo e médica; e ii) a taxa de inflação médica tomou-se como base a taxa de longo prazo de 5,71%, que corresponde ao arquivo FIPE Saúde.

Composição:	31/12/2020	Projeção 2021
Valor das Obrigações no Início do Exercício	(4.895.798)	(3.351.092)
Custo do Serviço Corrente Bruto	(171.730)	(117.546)
Juros sobre a Obrigação Atuarial	(171.353)	(117.288)
(Perda)/Ganho Atuarial	**1.887.789**	**(37.945)**
(Perda)/Ganho Atuarial Devido a Fatores Financeiros	1.544.706	(37.945)
(Perda)/Ganho Atuarial Devido a Fatores Financeiros	343.083	
Valor das Obrigações no Final do Exercício	**(3.351.092)**	**(3.623.871)**
Valor Justo dos Ativos no Final do Exercício	**6.156.282**	**6.403.525**
Superavit Apurado	**2.805.190**	**2.779.654**

Os custos dos juros sobre as obrigações calculadas é o seguinte:

Composição:	31/12/2021
Juros sobre as Obrigações Atuariais no Início do Exercício	117.288
(-) Redução no Juros por Pagamento de Benefícios	-
Juros Líquidos sobre as Obrigações Calculadas	117.288

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2021 é a seguinte:

Composição:	31/12/2021
Custo do Serviço Corrente	(117.546)
Custo Líquido de Juros sobre as Obrigações Atuariais	(134.583)
Rentabilidade Líquida sobre os Ativos Financeiros	278.553
Total da (Despesa)/Receita a ser Reconhecida no Próximo Exercício	**26.424**

O plano PAMA contava, em 31 de dezembro de 2020, com aproximadamente 28.700 beneficiários, sendo que apenas 11 (0,04%) destes ainda detinham vínculo com a Telebras. Desse modo, para o exercício de 2021, a estimativa de gasto da Telebras com esse plano é de R$17 (dezessete mil reais).

31.3.4 Plano Telebras PREV

É um plano de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a: (i) Auxílio-doença; (ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão; e (iii) Pensão por morte de participante.

Os benefícios programados se referem a: (i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão; e (ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições de Participante;

a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2% SP + 3% (SP-PP).

b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.

c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.

d) Contribuições para os benefícios de risco.

(ii) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzidos destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2020, com 307 participantes e 236 assistidos.

	Participantes			
	31/12/2020		31/12/2019	
Indicadores:	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	307	236	317	217
Idade Média (anos)	47,7	67,5	47,5	66,8
Tempo Médio de Serviço Futuro (anos)	17,4	-	17,6	-
Salário Médio (R$)	9.586,79	-	9.996,62	-
Benefício Médio (R$)	-	6.151,45	-	5.901,80

31.3.4.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo do Plano	31/12/2020	31/12/2019
Valor dos Ativos a Mercado	1.092.424	1.112.041
Exigível Operacional[(i)]	(292)	(271)
Exigível Contingencial [(i)]	(26.282)	(30.585)
Fundos [(i)]	(477.687)	(404.716)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**588.163**	**676.469**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2020	31/12/2019
Renda Fixa	97,88%	98,45%
Renda Variável	0,26%	-
Investimentos Estruturados	1,57%	1,22%
Empréstimos a Participantes	0,29%	0,33%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

Movimentação	31/12/2020	31/12/2019
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**676.469**	**512.302**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	49.022	47.191
Contribuições Recebidas pelo Fundo	19.740	7.145
Benefícios Pagos pelo Fundo	(20.888)	(16.643)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	(136.180)	126.474
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**588.163**	**676.469**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

Movimentação	31/12/2020	31/12/2019
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**469.370**	**432.845**
Custo dos Juros	43.236	37.265
Custo dos Serviços Correntes	128	109
Benefícios Pagos pelo Fundo	(20.888)	(16.643)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(68.988)	15.794
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**422.858**	**469.370**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	68.988	(15.794)
Ganhos(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	(136.180)	126.475
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**(67.192)**	**110.681**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Custo do Serviço Corrente	(128)	(109)
Custo dos Juros	(43.236)	(37.265)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	49.022	47.191
Resultado	**5.658**	**9.817**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2020	31/12/2019
Valor Presente da Obrigação	(422.858)	(469.370)
Valor Justo dos Ativos do Plano	588.163	676.470
Superavit	**165.305**	**207.100**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

Composição:	31/12/2020
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**207.099**
Despesas do ano	5.658
Pagamento de Contribuições	19.740
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	(67.192)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**165.305**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2020
Juros sobre Obrigações Atuariais	(38.951)
Custo do Serviço Corrente	(116)
Rendimento esperado dos Ativos	50.233
Resultado	**11.166**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 422.858 e ativo líquido de R$ 588.163, tendo como resultado o excedente atuarial de R$ 165.305, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1) e o ICPC 20, somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.4 Taxas de descontos e rendimentos esperados

A taxa de desconto para os planos no início do exercício (custo dos juros) utilizada foi de 8,54% e a taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos foi de 4,0161%.

32 PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 91,59% das ações ordinárias da Companhia (Nota Explicativa 26).

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

32.1 Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações	3.139	3.231
Benefícios de Curto Prazo	707	917
Total	**3.846**	**4.148**

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatuários, mas não concede aos conselheiros.

32.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	**94.426**	**115.304**
a) Contas a Receber de Serviços	**102.759**	**113.864**
Entidades Governamentais:	51.019	68.901
Ministérios	42.455	65.739
Demais Entidades [(i)]	8.564	3.162
Petróleo Brasileiro S.A	54	33
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	3	3
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	161	243
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	3.333	2.702
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	47.161	41.753
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	-	229
Eletrobras Furnas	1.028	-
b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(22.437)**	**(22.438)**
Ministérios e Demais Entidades [(i)]	(22.437)	(22.438)
c) Cauções	**1.345**	**3.152**
Ministérios e Demais Entidades [(i)]	1.345	3.152
d) Dividendos a Receber	**5.456**	**5.456**
Visiona Tecnologia Espacial S.A	5.456	5.456
e) Despesas Pagas Antecipadamente	**7.303**	**15.270**
Visiona Internacional BV	7.303	15.270
Passivo	**2.286.120**	**2.279.919**
f) Fornecedores	**5.699**	**4.969**
Entidades Governamentais:	-	5
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	40	-
Petróleo Brasileiro S.A	1.740	2.839
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.018	2.125
Eletrobras Furnas	48	-
Eletrosul	1.853	-
g) Empréstimos	**250.764**	**263.692**
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	250.764	263.692
h) Receitas Diferidas	**516.131**	**538.402**
Ministérios	516.131	538.402
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	**1.513.526**	**1.472.856**
União Federal	1.513.526	1.472.856

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2020	31/12/2019
Despesas	**(112.514)**	**(47.281)**
j) Compartilhamento de Instalações	**(5.125)**	**2.392**
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(167)	(255)
Petróleo Brasileiro S. A	(4.958)	2.647
k) Meios de conexão e Transmissão	**(30.324)**	**(48.125)**
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(4.872)	(6.060)
Eletrobras Furnas	(6.525)	(8.804)
Petróleo Brasileiro S. A	(6.352)	(15.310)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(9.304)	(13.344)
Eletrosul Centrais Elétricas S. A	(3.271)	(4.607)
l) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**-**	**(220)**
Ministérios	-	(113)

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2020	31/12/2019
Petróleo Brasileiro S. A	-	(107)
m) Garantia Estendida	**(7.967)**	**-**
Visiona Internacional BV	(7.967)	-
n) Despesas financeiras	**(69.098)**	**(1.328)**
União Federal - AFAC	(40.620)	(664)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(28.478)	(664)
Receitas	**269.439**	**107.992**
o) Receitas de Serviços - SCM	**226.193**	**68.241**
Entidades Governamentais:	175.731	43.712
Ministérios	133.014	21.824
Demais Entidades [(i)]	42.717	21.888
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	40.764	19.205
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	7.298	3.962
Petróleo Brasileiro S. A	155	96
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	224	788
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	27	13
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	966	465
Eletrobras Furnas	1.028	-
p) Aluguéis e Locações	**43.246**	**39.751**
Entidades Governamentais:	36.542	36.549
Ministérios	36.518	36.517
Demais Entidades [(i)]	24	32
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	6.700	3.199
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	4	3

[(i)] Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Aluguéis e Locações de equipamentosa ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União seja o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

b) Trata-se de estimava de perdas com créditos de liquidação duvidosa sobre o Contas a Receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM), bem como Aluguéis e Locações de Equipamentos. Do montante estimado,R$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações, cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontram pendente de recebimento e passaram a integrar o patrimônio da Telebras, quando da incorporação da Telebras Copa.

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços conforme contratos firmados.

d) Trata-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA.

e) Refere-se àcontratação de garantia estendida dos equipamentos vinculados ao projeto SGDC. O prazo contratual é de dois anos com vigência de 23 de janeiro de 2020 a 22 de janeiro de 2022. O valor contratado pelo serviço foi de R$ 15.270.

f) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços e entidade de previdência privada.

g) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor original de R$ 240.380 (R$ 250.764 em 31 de dezembro de 2020, devido a aditivos acordados entre as partes), cujo objetivo foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) (Nota Explicativa 23.1).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se refere a alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação (Nota Explicativa 23.1).

h) Representa receitas recebidas antecipadamente de órgãos governamentais por serviços da serem prestados pela Telebras, conforme acordos contratuais.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias da Rede Terrestre, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e Projeto de Cabos Submarino.

j) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos e estão vinculados a prestações dos serviços.

k) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Condutos e *Backbone*.

l) Refere-se à constituição de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa relacionados ao Contas a Receber pela prestação de serviços e aluguéis e locações de equipamento que não foram pagos e atendem aos critérios estabelecidos para constituição de perdas.

m) Representa a apropriação mensal dos custos incorridos com a contratação da garantia estendida para cobertura dos equipamentos do projeto SGDC, conforme item “e”;

n) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC. Em junho de 2020, a Companhia reconheceu o valor relativo à compensação financeira constante no terceiro aditamento contratual no valor de R$ 21.397. Esse valor foi registrado no resultado da Telebras como Despesas Financeiras.

o) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

p) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Aluguéis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

32.3 Compartilhamento de espaço físico

A Telebras e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, firmaram acordo de compartilhamento de espaço físico nos imóveis localizados nas cidades de Fortaleza (locado em nome da Telebras) e Rio de Janeiro (locado em nome da FINEP). O acordo foi assinado em 25 de agosto de 2018 e prevê a cessão de espaço físico para acomodação de seus escritórios regionais, que considera a equivalência de espaços, serviços e toda a infraestrutura disponibilizada por uma parte à outra, sem contrapartidas adicionais. O acordo teve a anuência dos respectivos proprietários dos imóveis, que não se opuseram e não fizeram restrições quando da cessão. O acordo não prevê remuneração entre as partes pelos espaços cedidos.

32.4 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela Telebras, em rigorosa observância ao que determina a Resolução nº3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

Em 31 de dezembro de 2020, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês, foram de R$ 26.657,37 e R$3.404,40 reais, respectivamente (R$ 27.547,42 e R$ 2.391,46 reais em dezembro de 2019, respectivamente). O salário médio foi de R$ 11.908,37 reais (R$ 10.923,89 reais em dezembro de 2019).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2020, foi de R$ 38.748,78 reais (R$ 38.748,78 reais em dezembro de 2019), a menor foi de R$ 35.226,16 (R$ 35.226,16 em dezembro de 2019) e a média foi de R$ 36.106,82 (R$ 35.930,68 em dezembro de 2019).

Devido à caracterização como estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e em atendimento à Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Telebras aplica a seus empregados e dirigentes o teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, inciso XI e § 9º, da Constituição Federal.

33 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações:	31/12/2020	31/12/2019
Pagamento de Tributos Federais/Estaduais através de Compensação de Créditos	47.689	66.593
Permutas não monetárias entre a Telebras e Empresas Parceiras	23.145	21.379

No exercício de 2020, a Companhia realizou, na Demonstração dos Fluxos de Caixa,do ano de 2019, a reclassificação do valor relativo à amortização do montante principal da dívida com Credores por Acordos Judiciais. Esse valor estava classificado como fluxo de caixa das atividades operacionais e foi transferido para o fluxo de caixa das atividades de financiamentos. A reclassificação tem por objetivo uma melhor apresentação dos fluxos de caixa da Companhia.

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Renovação de contratos de cessão de fibras ópticas e infraestrutura

Em 17 de fevereiro de 2021, foi renovado pelo período de 10 anos o contrato de cessão de fibras ópticas e infraestrutura de telecomunicações com as empresas Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) e Furnas Centrais Elétricas S/A (Furnas), todas pertencentes ao sistema Eletrobras. A renovação foi realizada em conformidade com constante do § 5º do art. 12 do Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018.

Brasília DF, 11 de março de 2021
JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
BRAULIO DE PAULA MACHADO
Diretoria Técnico-Operacional (Interino)
ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO
Diretoria Administrativo-Financeira
BRAULIO DE PAULA MACHADO
Diretoria Comercial
JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO MEIRELLES
Diretoria de Governançae de Relações com Investidores
HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS
Contador CRC/DF 028186/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards* – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA - PAA

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R$ 2.591.282 mil, conforme nota explicativa nº13. A administração avalia periodicamente ou quando há indícios acerca do risco de *impairment* de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico-financeiras, como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise do Plano de Negócios do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas – SGDC, considerandoa receita projetadae a confirmação da taxa de desconto utilizada,a qual está de acordo com a determinada pela Anatel para o setor de telecomunicações e o cálculo do fluxo de caixa descontado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados para a análise da receita projetada, a validação da taxa de desconto utilizada e o cálculo do fluxo de caixa descontado contido no Plano de Negócios do Satélite adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

ÊNFASE

INVESTIMENTOS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no Passivo Circulante e Não Circulante em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$ 3.295 mil e de R$ 26.661 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis", saldo de R$ 1.513.526 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

De acordo com o divulgado em Fato Relevante de 30 de setembro de 2019, a Companhia, em cumprimento à legislação vigente, em especial à Instrução da CVM nº 358/2002 e alterações subsequentes, em continuidade ao fato relevante divulgado no dia 11 de julho de 2019, informou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R$ 1.594.667 mil para R$ 3.107.339 mil.

Em 31 de outubro de 2019, a 105º Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização de créditos da União no valor de R$ 1.512.722 mil, em conformidade com o Decreto nº 9.909/2019. Esse montante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido em conta específica, pelo fato de já atender as condições para o reconhecimento como um instrumento de patrimônio líquido.

Em 27 de julho de 2020, a 106º Assembleia Geral Extraordinária rerratificou a homologação do aumento de capital social da Telebras, que havia sidohomologado *ad referendum* em 14 de abril de 2020, na reunião do Conselho de Administração. A operação de aumento de capital foi aprovada pela 105º Assembleia Geral Extraordinária, conforme Proposta da Administração, de 12 março de 2020.

INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO

Conforme nota explicativa nº 1.7, a Companhia foi declarada dependente do orçamento fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei nº13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentaria Anual - LOA).

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR:

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de março de 2021.
PAULO SERGIO DA SILVA
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF
IRINEU HOMAN
Contador CRCPR Nº 043.061/O-0 S-DF
CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes CONSULT - Auditores Independentes - Member Crowe Global, em relação às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 da Telebras, e;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 da Telebras.

Brasília-DF, 11 de março de 2021.
JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
Presidência
BRÁULIO DE PAULA MACHADO
Diretor Comercial e Diretor Técnico-Operacional Substituto
Diretoria Comercial
ANDRÉ LUÍS GOMES MONTEIRO
Diretor
Diretoria Administrativo-financeira

JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO MEIRELLES
Diretor
Diretoria de Governança e Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 56, inciso VIII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2020). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (CONSULT - Auditores Independentes - Member Crowe Global), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília-DF, 18 de março de 2021.
VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente do Conselho Representante do MC
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHAO
Conselheiro Representante do MC
HELIO MARCOS MACHADO GRACIOSA
Conselheiro Independente
ROMERO PINTO PEDROSA
Conselheiro Representante dos Empregados
LAURO ARCANGELO ZANOL
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas
AMIR GEORGE FRANCIS MATTA
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritário Preferencialistas

PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 73, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2020, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; O Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD); Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pelo representante da Auditoria Independente, e considerando, que: a) O relatório dos auditores independentes - CONSULT - Auditores Independentes - Member Crowe Global opinando, sem ressalvas, que as referidas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 e dezembro de 2020; b) O Parecer do COAUD suportando o relatório da Crowe-Consult e observando a ausência de ocorrências que pudessem comprometer a qualidade e integridade das informações das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2020; e c) A Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2020 atende as previsões legais e estatutárias. O Conselho Fiscal manifesta-se, por unanimidade, favorável a submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2020 e da Proposta de Destinação do Resultado.

Brasília-DF, 18 de março de 2021.
MARCELO SENNA VALLE PIOTO
Presidente Representante do Tesouro Nacional
FLÁVIA DUARTE NASCIMENTO
Conselheiro Representante do MC
LEONARDO PEIXOTO ESTEVÃO
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas
CRISTINA VIDIGAL CABRAL DE MIRANDA
Conselheira Suplente Representante do MCTI
ALEXANDRE PEIXOTO ESTEVÃO
Conselheiro Suplente Representante dos Acionistas Minoritário Preferencialistas

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA
À
Telebras S/A
A/C – Conselho de Administração e à Gerência de Contabilidade

ASSUNTO: REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (CROWE-CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES) DA TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

O Comitê de Auditoria da Telebras, órgão assessor estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e das demonstrações financeiras do exercício de 2020, e acompanhamento da efetividade da Crowe-Consult - Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício referido, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando a programação do trabalho do Comitê de Auditoria para o exercício, as reuniões realizadas com membros da auditoria interna, auditores independentes e gerentes da mais diversas áreas, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas em poder da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentadas na forma individual, conforme a legislação brasileira, e na forma consolidada, em atendimento às normas do IFRS, suportado pelo relatório da Crowe-Consult - Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo observado nenhuma ocorrência capaz de acompanhar a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas.

Brasília, 11 de março de 2021.
MIGUEL DA SILVA NEUBERN JUNIOR
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário
LOURIVANA RODRIGUES DE LIMA
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário
HELIO MARCOS MACHADO GRACIOSA
Presidente do Comitê de Auditoria
Comitê de Auditoria Estatutário

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD nº TLB-REL-2021/00382

Objeto: Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras
Referência(s): Lei nº 13.303/2016;
Decreto nº 8.945/2016;
Resolução CGPAR 12/2016;
Regimento Interno do COAUD.

I - INTRODUÇÃO

Em observação ao inciso VII do artigo 38 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e ao inciso VIII do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD) apresenta seu Relatório Anual, contendo as informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê, registrando, quando cabível, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 72 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13303/2016. O Conselho de Administração, na 434ª Reunião Ordinária, realizada em 24/05/2018, aprovou o Regimento Interno do Comitê, que tem por finalidade assessorá-lo, no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se sobre: **i -** a qualidade das demonstrações contábeis; **ii -** a efetividade do sistema de controles internos; e **iii -** a efetividade das auditorias interna e independente.

II - FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA

Assessorar ao Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: **i -** a qualidade das demonstrações contábeis; **ii -** a efetividade do sistema de controles internos; e **iii -** a efetividade das auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

III - COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (CAUD), no período de junho/2018 a dezembro/2020, estava composto pelos seguintes membros: Miguel da Silva Neubern Júnior, André Luis Amaral Oliveira e Lourivana Rodrigues de Lima, sendo o primeiro eleito Presidente do Comitê em sua 1ª Reunião Ordinária, realizada em 17/07/2018, nos termos do Art. 17, do Regimento Interno do COAUD.

Em consonância com o artigo 25 da Lei 13303/2016, todos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras são independentes.

Em dezembro/2020, atendendo a recomendações da SEST - Secretaria de Coordenação de Governança das Empresas Estatais, a Telebras remodelou o Comitê de Auditoria, incluindo como membro o Sr. Hélio Marcos Machado Graciosa, Conselheiro Independente de Administração, reconduziu os mandatos dos membros Miguel da Silva Neubern Júnior e Lourivana Rodrigues de Lima e destituiu o Sr. André Luis Amaral Oliveira. O Comitê elegeu presidente o Sr. Hélio Marcos Machado Graciosa.

IV - ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Durante o ano de 2020, o Comitê reuniu-se em 51 (cinquenta e uma) ocasiões e mais 08 (oito) ocorreram em 2021, incluídas suas participações nas reuniões do Conselho de Administração.

Em função da pandemia causada pelo novo Coronavirus, a partir de março/2020 todas as reuniões ocorreram por videoconferência.

O Comitê manteve contato permanente com os gestores das áreas de controle da Empresa, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram discutidos temas relacionados à elaboração das demonstrações financeiras e de controles internos, com os gerentes das áreas de Contabilidade, Auditoria Interna, gestão de Riscos, Controles Internos, Ouvidoria, dentre outras, em suas respectivas áreas de atuação.

As atas das reuniões foram encaminhadas aos membros do Conselho de Administração, por meio da Assessoria de Comunicação da Presidência, para os devidos trâmites internos regimentais.

Destacam-se, ainda, dentre as atividades desenvolvidas pelo Comitê: as sugestões e recomendações apresentadas para o aperfeiçoamento de processos; acompanhamento do atendimento às suas recomendações e àquelas realizadas pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos trabalhos; acompanhamento das atividades das áreas corporativas, inclusive jurídica, principalmente em relação aos processos ativos e passivos e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade; validação dos relatórios periódicos gerenciais diversos, conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

Principais Recomendações:

1. ROCOAUD nº 80, de 03/04/2020, o Comitê reforçou, aos Auditores Independentes, a importância do Relatório de Controle Interno do 4° Trimestre para emissão do Relatório Anual.
2. ROCOAUD nº 81, de 17/04/2020, ao analisar os Riscos da Covid-19 nas DFs e verificar que, com relação aos aspectos de PECLD, não se observam muitos impactos e/ou o comprometimento das operações da empresa. Este COAUD sugeriu que essas observações fossem documentadas internamente com todas as premissas e que os Auditores Independentes fossem notificados.

3. ROCOAUD nº 82, de 24/04/2020, a partir da informação dada pelo Auditor Interno da Telebras, o Sr. Maury Oliveira, de que o cronograma do Plano de Anual de Auditoria Interna (PAAI), diante do cenário da pandemia de Covid-19, poderá ser revisto, apesar da equipe estar conseguindo dar andamento aos trabalhos de maneira remota, este COAUD sugeriu que a Auditoria Interna eventualmente revise o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), em função do referido cenário.
4. ROCOAUD nº 83, de 30/04/2020, diante do cenário da falta de pessoal da Gerência de Contabilidade para fazer frente a todas as responsabilidades e acúmulo de atribuições decorrentes da determinação da União que atribuiu à Telebras responsabilidades inerentes à Contabilidade Pública, este COAUD recomendou à Alta Administração buscar uma alternativa viável no sentido de requisitar profissionais ou contratar terceirizados para suprir essa lacuna.
5. ROCOAUD nº 85, de 15/05/2020, ao ouvir sobre a análise de impacto do COVID-19, o Comitê de Auditoria ressaltou a necessidade de verificar como serão divulgadas as premissas de impairment e se haverá algum impacto.
6. ROCOAUD nº 88, de 04/06/2020, a partir da Análise das Informações Trimestrais (1° ITR), este COAUD observou que, na Nota Explicativa n° 1.2.1 das Informações Contábeis Intermediárias Individuais do 1° trimestre, não houve divulgação sobre a adoção ou não dos itens previstos na Medida Provisória n° 927, de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, bem como na Nota Explicativa n° 34: divulgação acerca do conteúdo da Portaria/ME n° 150, de 7 de abril de 2020, que trata sobre o prazo para prorrogação de prazo de recolhimento de tributos federais como eventos subsequentes, conforme pronunciamento técnico do CPC 24 - eventos subsequentes.
7. ROCOAUD nº 88, de 04/06/2020, ainda, este COAUD destacou a necessidade de avaliação dos riscos e incertezas que possam impactar diretamente a elaboração das Demonstrações Financeiras do próximo período, bem como avaliar a necessidade de divulgação em Fato Relevante, nos termos da Instrução n° 358, de 03 de janeiro de 2002, e de projeções estimativas relacionadas aos riscos da COVID-19 na elaboração do Formulário de Referência, nos termos da Instrução CVM n° 480, de 07 de dezembro de 2009, como preconiza o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 02/2020.
8. ROCOAUD nº 90, de 19/06/2020, o COAUD requeriu receber reportes periódicos sobre os Relatórios de Auditoria sobre os contratos com a Viasat e do Gesac para monitoramento.
9. ROCOAUD nº 91, de 25/06/2020, este COAUD recomendou que as recuperações tributárias relatadas nesta reunião pelo Gerente de Contabilidade e pelo Coordenador constassem nas próximas Notas Explicativas. O Comitê tomou conhecimento que, ao longo do ano de 2019, cerca R$ 300 milhões de reais em créditos tributários foram contabilizados como valores a recuperar e boa parte do montante foi utilizado para pagamento do passivo com a empresa VT1.
10. ROCOAUD nº 94, de 16/07/2020, diante da análise do Relatório Gerencial - Sumário Executivo, de 30/06/2020, encaminhado pela Auditoria Interna, que elenca 9 fatores de risco, este COAUD recomenda a inclusão do monitoramento do Processo de Recuperação Tributária a prescrever em dezembro de 2020, na monta de R$ 40 milhões.
11. ROCOAUD nº 94, de 16/07/2020, inclusão no Relatório Geral de Recomendações, produzido pela Auditoria Interna do item "monitoramento do saldo de crédito tributário", a prescrever em dezembro de 2020, no montante de R$ 14 milhões.
12. ROCOAUD nº 98, de 13/08/2020:
    a) Inclusão no normativo "Diretriz de Riscos Operacionais" e no normativo "Tratamento dos riscos estratégicos" (ainda em elaboração), a mensuração do valor de materialidade, atrelando-o aos pesos dos critérios constantes da Diretriz de Riscos operacionais, para tornar a matriz de risco mais robusta; b) Considerar o risco tributário como estratégico, assim como sugere a ênfase do Relatório dos Auditores Independentes; c) Inclusão dos interesses dos stakeholders como critério de criticidade da matriz de risco.
13. ROCOAUD nº 98, de 13/08/2020, Revisar o risco de descumprimentos contratuais com a concessionária Oi S/A que opera a última milha do *backbone* da Telebras, reavaliando a relevância deste risco para o cumprimento dos objetivos do Plano de Negócio da empresa.
14. ROCOAUD nº 99, de 20/08/2020, divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis, como evento subsequente após o encerramento do trimestre, a deliberação referente ao aumento de capital, alterado de R$ 1.594.667.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil) para R$ 3.107.339.000,00 (três bilhões, cento e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil).
15. ROCOAUD nº 99, de 20/08/2020, inserção no calendário/cronograma de fechamento das demonstrações contábeis trimestrais, prazo para apreciação e eventuais sugestões de melhoria, para que o Comitê possa apreciar as informações contábeis antes de sua divulgação, bem como promover eventuais discussões concernentes ao relatório dos Auditores Independentes.
16. ROCOAUD nº 103, de 16/09/2020, para o critério de riscos - recursos humanos: fomentar a capacitação e desenvolvimento dos empregados para melhor desempenho de suas atividades.
17. ROCOAUD nº 103, de 16/09/2020, para o critério de recursos tecnológicos: registrar em sistemas institucionais e corporativos, para uma melhor confiabilidade dos dados e controle, as informações que estão sendo levantadas em planilhas eletrônicas.
18. ROCOAUD nº 107, de 19/10/2020, dar atenção nos créditos tributários devido ao montante expressivo que se encontra a prescrever até dezembro de 2020.
19. ROCOAUD nº 107, de 19/10/2020, revisar as previsões de receita e verificar a aderência das previsões aos critérios do cenário em que se encontra o ano de 2020.
20. ROCOAUD nº 114, de 17/12/2020, obter parecer da Assessoria Jurídica sobre o cumprimento dos aspectos legais e contratuais que norteiam os cenários/propostas sugeridos pela área Comercial, gestora do contrato, com vistas a subsidiar e respaldar a Alta Administração e o Conselho de Administração quanto: (i) possíveis responsabilidades atribuídas aos administradores/conselheiros em caso de aprovação de um dos cenários propostos; (ii) compliance com a legislação vigente, observando os regramentos e princípios jurídicos aplicáveis; (iii) possíveis impactos em razão do enquadramento da Telebras como dependente econômica da União; (iv) implicações relacionadas aos aspectos financeiros e tributários em virtude de uma eventual renúncia de receita e impactos financeiros; e (v) exposição de risco junto aos órgãos Fiscalizadores e Reguladores.
21. ROCOAUD nº 114, de 17/12/2020, obter Nota Técnica da Auditoria Interna ou de consultoria independente (facultado no art. 24, § 7º da lei 13.303/2016), contendo a avaliação sobre os valores propostos nos cenários apresentados para a repactuação do referido contrato, considerando o reporte apresentado no Relatório nº 4/2020, de maio/2020 sobre os montantes dos reajustes devidos.
22. ROCOAUD nº 114, de 17/12/2020, obter Nota Técnica da Gerência de Contabilidade acerca dos impactos contábeis e fiscais decorrentes do reconhecimento da receita, considerando a possibilidade de eventual renúncia de parte dessa receita pela Telebras.
23. É importante destacar também, que baseado nos cenários propostos para a repactuação contratual, se faz necessário avaliar as tratativas que serão adotadas para fins de divulgação das demonstrações contábeis em consonância com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, ou seja, se tais impactos poderiam ensejar em abertura de balanço de anos anteriores, dado os expressivos valores em questão.
24. ROCOAUD nº 119, 20/01/2021, plano de Integridade: elaborar uma política de consequências, com o escopo bem definido, para não ter dúvidas quanto ao responsável pela apuração das infrações e proteger os colaboradores que cumprem as regras.
25. ROCOAUD nº 124, 17/01/2021, demonstrações Financeiras: recomendação para que a administração da Companhia avalie a opção de acrescentar informações na nota explicativa sobre "Continuidade operacional da Companhia" no item 1 - "Contexto operacional e Informações gerais".
26. ROCOAUD nº 124, 17/01/2021, demonstrações Financeiras: recomendação de mencionar, no "Contexto operacional e Informações gerais", como a Companhia estruturou os aspectos de operações para aderência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
27. ROCOAUD nº 124, 17/01/2021, demonstrações Financeiras: recomendação para incluir o item "Eventos subsequentes", de forma a citar os Fatos Relevantes que ocorreram na Companhia após o encerramento do exercício.

V - DESTAQUES

Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

Das Demonstrações Financeiras

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas, dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos.

O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Telebras.

Da Auditoria Independente

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020 e de sua avaliação dos controles internos da Telebras.

O COAUD considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Nota: *até o encerramento deste relatório, não havia sido apresentado ao Coaud, as minutas dos relatórios circunstanciados de controles internos e de controles de TI, que encontram-se em trâmite interno na Telebras.*

Para atendimento a demanda do Conselho Fiscal da Telebras

Este COAUD elaborou Parecer, apresentado na 125ª reunião, em 24/02/2021, sobre o Cronograma das Ações Administrativas para a Dependência da Telebras, onde observou:

- Que no que tange às práticas contábeis relacionadas à Subvenções Governamentais (CPC - 07), as práticas contábeis adotadas pela Companhia estão em consonância com a norma. Sobre o assunto, este COAUD elaborou o Memorando nº TLB-MEM-2021/03568, com o devido posicionamento deste Comitê.

Lei Geral de Proteção de Dados

Por meio de apresentação realizada pelo senhor Joacil Basilio Rael, em sua 106ª Reunião, do dia 14 de outubro de 2020, o COAUD se inteirou das ações desenvolvidas pela Telebras para atendimento da Lei nº 13.709/2018, assim como da condução dos trabalhos até aqui realizados, havendo solicitado, oportunamente, o encaminhamento das evidências que subsidiam a execução dos trabalhos referentes à preparação da Companhia para plena aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Autoavaliação

De acordo com o Regimento Interno, o Comitê procedeu com sua autoavaliação, objetivando identificar possibilidades de melhorias na sua forma e amplitude de atuação. Os resultados foram encaminhados ao Comitê de Elegibilidade para concatenação dos dados, e posteriormente disponibilizado ao Conselho de Administração para conhecimento e avaliação.

VI - CONCLUSÃO

O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos.

Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Empresa.

O Comitê procedeu à apreciação da proposta do Plano Anual de Auditoria Interna - 2021 e o recomendou à aprovação pelo Conselho de Administração.

Foram realizadas diversas reuniões com os auditores independentes (externos), para planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020.

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Telebras que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, entende ter desempenhado as suas funções estatutárias e atendido às finalidades de sua competência como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

Brasília, 11 de março de 2021.

Atenciosamente,

MIGUEL DA SILVA NEUBERN JUNIOR
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário

LOURIVANA RODRIGUES DE LIMA
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário

HELIO MARCOS MACHADO GRACIOSA
Presidente do Comitê de Auditoria
Comitê de Auditoria Estatutário

Brasília-DF, 29 de março de 2021

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente da Telebras

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 10 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 145/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ALIANÇA, situado no Município de Pedra Preta, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900256/2020-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 146/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PROJETO ALEMÃO, situado no Município de Parauapebas, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900299/2020-07. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 147/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA VALE DO KAFROUN, situado no Município de Grajaú, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900327/2020-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 148/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAMPO REAL, situado no Município de Campo Novo do Parecis, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900295/2020-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 149/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TRÊS CORAÇÕES, situado no Município de Bannach, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900339/2020-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 150/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROCLUBE DE ITAPEVA, situado no Município de Itapeva, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900819/2020-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 151/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TAMBORIL, situado no Município de Bom Jesus de Goiás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900869/2020-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 152/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto L 10, situado no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901092/2020-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 153/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HARAS REI DAVI, situado no Município de Itatiaiuçu, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901091/2020-27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 154/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto GABARDO, situado no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900690/2020-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 11 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 156/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BANCO BRADESCO AVENIDA PAULISTA, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.016385/2015-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 157/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROPORTO ESTADUAL TENENTE LUND PRESSOTO, situado no Município de Franca, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.900579/2019-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 158/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo MONTE CARMELO, situado no Município de Monte Carmelo, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900618/2020-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 159/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA TEREZA, situado no Município de Sena Madureira, no Estado do Acre - AC. Processo nº 67615.900341/2020-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 160/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo BOM DESPACHO, situado no Município de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900692/2020-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 16 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 161/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo DEZOITO, situado no Município de Nerópolis, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900101/2020-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 162/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PENÍNSULA, situado no Município de Brasília, no Distrito Federal - DF. Processo nº 67612.900881/2020-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 163/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo de PARAGUAÇU, situado no Município de Paraguaçu, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900043/2020-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 164/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ARIPUANÃ, situado no Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900013/2020-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 165/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PARANÁ MODA PARK, situado no Município de Maringá, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900866/2018-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 17 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 166/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo JUVENAL LOUREIRO CARDOSO, situado no Município de Pato Branco, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900138/2020-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 168/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO DO MONGE, situado no Município de Água Fria de Goiás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900871/2020-50. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 169/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MARIA DA PENHA GALLETTI GAVA, situado no Município de Terra Santa, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900311/2020-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 170/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ESCALADA, situado no Município de Pedro Gomes, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900339/2020-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 167/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA ALEGRIA - H, situado no Município de Vitorino Freire, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900011/2021-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 171/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VILLAGE, situado no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901139/2020-05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 172/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PRIVADO NINHO DO PÁSSARO IV, situado no Município de Camboriú, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900754/2020-86. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 173/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo OLIVEIRA, situado no Município de Oliveira, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900347/2020-89. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 174/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SERRINHA, situado no Município de Palmeira, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900879/2019-72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 175/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo BATAGUASSU/FRIGORÍFICO MARFRIG, situado no Município de Bataguassu, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900108/2020-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 19 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 176/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto GUARUJÁ GOLF CLUB, situado no Município de Guarujá, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901118/2020-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 177/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BASE DE OPERAÇÕES AÉREAS - PRF, situado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900726/2020-69. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 178/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ, situado no Município de Ilha Solteira, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900548/2020-76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 179/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SÃO JOSÉ DA BOA VISTA I, situado no Município de Brasnorte, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900202/2020-58. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 180/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO PEDRO, situado no Município de Açailândia, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900325/2020-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 181/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA AGROPLAN, situado no Município de Querência, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900231/2020-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 182/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA LAGOA DO GUAPORÉ II, situado no Município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900089/2020-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 184/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ITAÚSA, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900620/2020-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 22 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 185/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL EDMUNDO VASCONCELOS (ANTIGO HOSPITAL GASTROCLÍNICA), situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901218/2020-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 186/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto KINBOR, situado no Município de Praia Grande, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901003/2020-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 187/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ESTÂNCIA SANTA MARIA, situado no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900291/2020-52. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 188/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA, situado no Município de Lambari D'Oeste, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900328/2020-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 189/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CURUÁ, situado no Município de Alenquer, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900324/2020-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 190/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOAQUIM, situado no Município de Conceição da Barra, no Estado do Espírito Santo - ES. Processo nº 67614.900400/2020-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 04 de janeiro de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 192/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PLANADA, situado no Município de Itaituba, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900246/2020-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 193/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PIRENÓPOLIS, situado no Município de Pirenópolis, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900237/2020-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 194/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAMPOS BELOS, situado no Município de Araguatins, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67615.900330/2020-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 195/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DRAGÃO DO AR, situado no Município de Eusébio, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900533/2020-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 196/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo UTIDA, situado no Município de Campo Novo do Parecis, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900094/2020-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 197/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo MONTE DAS OLIVEIRAS (CMTE. SÉRGIO), situado no Município de Cururupu, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900342/2020-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 198/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AERO AGRÍCOLA CÉU AZUL, situado no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.900323/2020-08. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 199/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TAMBAÚ, situado no Município de Alenquer, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900317/2020-42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 200/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CPFL SEDE, situado no Município de Campinas, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901100/2020-30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 201/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto COMANDO G8, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901222/2020-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 89/MB/MD, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Delega competência ao Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo para assinatura de convênio com a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências - (Fundação PATRIA).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, o Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, e o Processo nº 63230.001296/2020-44, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo para, em nome da Marinha do Brasil, assinar o convênio e demais instrumentos decorrentes com a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências - (Fundação PATRIA), visando o apoio e o suporte operacional e administrativo necessário à execução do projeto de finalização da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA).

Parágrafo único: A presente delegação é intransferível.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

PORTARIA Nº 90/MB/MD, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Cria o 1º Esquadrão de Aeronaves Remotamente Pilotadas de Esclarecimento e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso V do art. 26 do anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Criar, dentro da Estrutura Regimental do Comando da Marinha, o 1º Esquadrão de Aeronaves Remotamente Pilotadas de Esclarecimento (EsqdQE-1), Organização Militar com semiautonomia administrativa, subordinado ao Comando da Força Aeronaval, e por este apoiado, que proverá os recursos de pessoal e financeiros necessários à execução de suas tarefas. Com sede na Cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, sob o Comando de um Capitão de Fragata, Aviador Naval, do Corpo da Armada ou Corpo de Fuzileiros Navais, terá o propósito de contribuir com o processo decisório de planejamento e emprego do Poder Naval por meio do emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP).

Art. 2º Durante a fase de implantação, fica criado o Núcleo de Implantação do 1º Esquadrão de Aeronaves Remotamente Pilotadas de Esclarecimento (NI-EsqdQE-1), o qual deverá, gradativamente, assumir a responsabilidade pela estrutura física, organizacional e orçamentária do EsqdQE-1.

Parágrafo único. O Núcleo de que trata este artigo terá suas atividades e organização estruturadas por uma Organização Administrativa (OA) provisória, aprovada pelo Comandante da Força Aeronaval, sendo considerado automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia de Mostra de Ativação do EsqdQE-1.

Art. 3º O Comandante de Operações Navais baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 31 de março de 2021.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA N° 44/HNRE, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9.1 da SGM-105(5° Revisão)-Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na marinha(NODAM), coadunado com o art. 67, da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Alterar a Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, que passa a ter a seguinte composição:

I - Presidente:

CT (CD) FABIANA ARAUJO GOMES DA COSTA.

II - Secretária:

1ºTen (RM2-CD) GEÓRGIA BASTOS VANDERLEI.

III - Membros:

CT (Md) KÁSSIO RODRIGUES DE MACEDO;

CT (CD) ROBERTA MARQUES DE AZEVEDO MAIA MESQUITA;

CT (RM2-CD) MIRELLA GOMES ARAÚJO CABRAL;

CT (RM2-S) KEILA RAMOS TRIGO;

1°Ten(RM2-S) GRACE KELLY CORDEIRO DA SILVA;

1°Ten(RM2-T) CAMYLLA TENÓRIO BARROS;

1°Ten(RM2-S) LARISSA BOUWMAN SAYÃO;

1°Ten(RM2-CD) CAMILA EPITÁCIO CRAVO TEIXEIRA; e

1°Ten(RM2-S) MAXSUELLEN FACUNDO DE MOURA SOUZA.

Assessor Técnico-financeiro:

CC (IM) LUCIANA NÉO REBOUÇAS PAIVA.

AUXILIARES:

3°SG-ND 09.0923.23 ALINE CABRAL AMANCIO CLAIN; e

3ºSG-PT 12.1338.50 LAÍS DOS SANTOS VASCONCELOS BEZERRA.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Art. 3° Revoga-se a Portaria n° 135/HNRe, de 31 de agosto de 2020.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS.

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS

PORTARIA Nº 8/BNIC, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Suspensão Temporária do Prazo de Execução Contratual e a Devolução do Prazo de Execução.

O COMANDANTE DA BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o Capítulo 11, da SGM-102 (5ª Revisão) - Normas de Licitações, Acordos e Atos Administrativos (NOLAM) e o disposto no inciso XIV, artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Suspender o prazo de execução do contrato administrativo nº 40.000/2020-05/00, referente ao Pregão Eletrônico nº 03/2020, por 60 (sessenta) dias, de 31 de março a 29 de maio de 2021, cujo objeto é a contratação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado de dados e voz, com regime de execução empreitada por preço unitário e aquisição de material de infraestrutura de Tecnologia da Informação, para atender às necessidades da Base Naval da Ilha das Cobras (BNIC) e do Centro Local e Tecnologia da Informação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro localizado na Ilha das Cobras (CLTIAR), firmado com a empresa WALL STREET VÍDEO E TECNOLOGIA LTDA, em atendimento aos termos da Justificativa Técnica anexa à Comunicação Interna nº 2/2021, ambas emitidas pelo Gestor do Contrato.

Art. 2º Devolver o prazo de execução do contrato supramencionado, a partir de 30 de maio de 2021, até o dia 28 de julho de 2021, perfazendo o total de 60 dias inicialmente acordados.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra NELSON DE OLIVEIRA LEITE.

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

PORTARIA Nº 2/DHN/DGN/MB, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Navegação e Cartas Náuticas - NORMAM-28/DHN

O DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º, do art 5º do anexo B, e em consonância com a delegação de competência contida na alínea b, do inciso VII, do art. 1º, do anexo G, da Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para Navegação e Cartas Náuticas - NORMAM-28/DHN, que a esta acompanha.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 167, de 24 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS BÁSICOS

0101 - Propósito

Estabelecer normas, orientações, procedimentos, e divulgar informações sobre a atividade de navegação, para aplicação no mar territorial e nas vias navegáveis interiores brasileiras, contribuindo, consequentemente, para a segurança da navegação, bem como a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção de poluição ambiental por parte de embarcações de quaisquer nacionalidades. Os navios estrangeiros no mar territorial brasileiro estarão sujeitos aos regulamentos estabelecidos pelo governo brasileiro.

As Normas necessárias à segurança do tráfego aquaviário estão relacionados nas demais Normas da Autoridade Marítima.

0102 - Legislação pertinente

O conteúdo destas Normas obedece e dá cumprimento à legislação citada neste item. Legislação e Normas pertinentes:

a) Convenção da Organização Marítima Internacional (IMO), internalizada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 17/1962, e seus documentos consequentes, entre outros:

a.1. Resolução A.702(17) da IMO, que promulga uma ampla revisão do STCW e do Código STCW;

a.2. Resolução A.706(17) da IMO, que regula o Serviço Mundial de Avisos-Rádio Náuticos;

a.3. Resolução A.861(20) da IMO, que promulga os Padrões de desempenho para Registradores de Dados de Viagem de bordo (VDRs);

a.4. Resolução A.915(22) da IMO, que promulga a Revisão da Política Marítima e os Requisitos para o futuro do GNSS (Sistema Global de Navegação Satélite);

a.5. Resolução A.916(22) da IMO, que promulga as Diretrizes para o registro de eventos relacionados à navegação;

a.6. Resolução A.817(19) da IMO, que estabelece os padrões de desempenho para os Sistemas de Apresentação de Cartas Náuticas Eletrônicas e Sistemas, alterada pela Resolução MSC.232(82) do Comitê de Segurança Marítima (MSC) da IMO;

a.7. Resolução nº MSC.282(86) do Comitê de Segurança Marítima (MSC) da IMO, que altera a Regra 19 do Capítulo V da SOLAS - Requisitos de Dotação para os Equipamentos e Sistemas de Navegação de Bordo.

a.8. Circular 1024 do Comitê de Segurança Marítima (MSC) da IMO, que estabelece Diretrizes para propriedade e recuperação de Registradores de Dados de Viagem (VDR);

b) Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS-1988) internalizada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 645/2009, e suas emendas;

c) Convenção Internacional sobre Padrões de Treinamento, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STCW 78/95) internalizada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 107/1983, e suas emendas e documentos consequentes, entre outros:

c.1. Curso de Treinamento Modelo sobre a Utilização Operacional de ECDIS (Curso Modelo 1.27), do Comitê de Normas de Formação, Treinamento, e Vigilância (STCW), da Organização Marítima Internacional (IMO);

d) Convenção da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), internalizada no Brasil pelo Decreto nº 68.106/1971, e suas emendas pelo Decreto Legislativo 608/2009, e suas publicações consequentes, tais como:

d.1. Publicação "Manual Conjunto da OMI / OHI / OMM sobre Informações de Segurança Marítima" (S-53) da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), Edição JUL/2009;

d.2. Publicação "Fatos sobre cartas digitais e exigências de sua dotação a bordo" (S-66) da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), 1ª Edição, 2010;

d.3. Publicação "Dicionário de Hidrografia" (S-32) da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), 5ª Edição;

e) Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, internalizada no Brasil pelo Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995.

f) Padrão Internacional IEC 62376 - Sistema de Carta Eletrônica (ECS) - Requisitos de desempenho operacional, métodos de teste e resultados esperados de teste, International Electrotechnical Commission (IEC), Edição 1.0 2010-09.

g) Manual de Auxílios à Navegação - NAVGUIDE, da Associação Internacional de Auxílios à Navegação Marítimos e Autoridades de Faróis (IALA), Edição 2010.

h) Decreto-Lei nº 243/1967, que fixa as diretrizes e bases da cartografia brasileira e dá outras atribuições;

i) Lei nº 8.617/1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiras;

j) Lei nº 9.432/1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário;

k) Lei Complementar 97/1997, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;

l) Lei nº 9.537/1997 - Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA, regulamentada pelo Decreto nº 2.596/1998;

m) Lei nº 12.379/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV);

n) Portaria 156/2004/MB, do Comandante da Marinha, que estabelece a estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades específicas;

o) MIGUENS, Altineu Pires. Navegação: a ciência e a arte. Rio de Janeiro : DHN, 1996. Volumes 1, 2, e 3.

0103 - Definições, Conceitos, Acrônimos, e Abreviaturas

Para efeito de aplicação destas Normas, são considerados:

Termo / Acrônimo	Definição
AIS:	Sigla em inglês que significa Sistema de Identificação Automático. Sistema em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo 3 da resolução MSC.74(69) da OMI e detalhado na norma técnica IEC 61993-2 (Ex. para AIS Classe-A) ou na norma técnica IEC 62287-1 (Ex. para AIS Classe-B "CS").
Áreas Marítimas:	Entende-se por: a) Área Marítima A1 - uma área, dentro da cobertura radiotelefônica de, pelo menos, uma estação costeira de VHF que disponha de um alerta contínuo de Chamada Seletiva Digital (DSC), com alcance a até 30 milhas náuticas de distância da costa. b) Área Marítima A2 - uma área, excluída a área marítima A1, dentro da cobertura radiotelefônica de, pelo menos, uma estação costeira MF que disponha de um alerta contínuo DSC, com alcance entre 30 e 100 milhas náuticas de distância da costa. c) Área Marítima A3 - uma área, excluídas as áreas A1 e A2, dentro da cobertura de um satélite geoestacionário (ex.: INMARSAT) que disponha de um alerta contínuo DSC, com alcance além das 100 milhas náuticas de distância da costa e entre os paralelos 70°N e 70°S. d) Área Marítima A4 - uma área fora das áreas A1, A2 e A3.
Arqueação Bruta (AB):	A arqueação bruta (AB ou GT) é um valor adimensional relacionado com o volume interno total de uma embarcação. A AB é calculada com base no volume moldado de todos os espaços fechados do navio e é usada para determinar, por exemplo, as regras de governo, manobra e segurança da embarcação, bem como as taxas de registro e portuárias.
Avisos aos Navegantes (AVGANTES):	É uma publicação quinzenal (conhecida como "Folheto") elaborada pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), sob delegação da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), com o propósito de fornecer aos navegantes e usuários em geral, informações destinadas à atualização das cartas e publicações náuticas brasileiras. Adicionalmente, são apresentados nos "Avisos aos Navegantes" alguns dos Avisos-Rádio Náuticos em vigor e outras informações gerais relevantes para a segurança da navegação.
Avisos-Rádio Náuticos:	São informações urgentes de interesse à segurança da navegação, que devido à rapidez que se deseja com que cheguem aos navegantes, têm como método de disseminação principal as transmissões via rádio e/ou via satélite, de acordo com o previsto na SOLAS. O serviço de Avisos-Rádio Náuticos é executado pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), sob delegação da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Apenas alguns dos Avisos-Rádio Náuticos em vigor são inseridos nos "Avisos aos Navegantes".
Bacalhau:	Uma reprodução corrigida de uma pequena área de uma carta náutica para ser colada na carta para a qual foi emitida, a fim de mantê-la atualizada. Estas correções são disseminadas por intermédio dos Avisos aos Navegantes, quando as mesmas são numerosas demais ou quando os detalhes não são factíveis de serem alterados de outra forma.
Base de dados de carta eletrônica:	Uma base de dados em conformidade com um padrão derivado de cartas náuticas e publicações náuticas (por exemplo ENC, RNC, e base de dados ECS ISO 19379).
CAMR:	Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego.
CHM:	Centro de Hidrografia da Marinha.
DHN:	Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Termo / Acrônimo	Definição
DPC:	Diretoria de Portos e Costas.
ECDIS:	Sigla em inglês que significa Sistema de Apresentação de Cartas Eletrônicas e Informações (*Electronic Chart Display and Information System*). Consiste em um sistema de informação para navegação que, com as devidas configurações de *back-up*, pode ser aceito para atender à exigência de dotação de carta atualizada requerida pelas Regras V/19 e V/27 da Convenção SOLAS e suas emendas, apresentando informações selecionadas em um sistema eletrônico de cartas náuticas (SENC) com informações de posicionamento provenientes de sensores de navegação para auxiliar o navegante com o planejamento de sua derrota e seu monitoramento e, se necessário, apresentar informações adicionais de navegação. Os requisitos para os ECDIS são estabelecidos pela Resolução MSC.232(82) da IMO e só são aceitos pela Autoridade Marítima Brasileira os equipamentos certificados por organizações credenciadas pela IMO.
ECS:	Sigla em inglês que significa Sistema de Cartas Eletrônicas (*Electronic Chart System*). Existem três classes (A, B, e C) de ECS, cujos requisitos são estabelecidos pela Comissão Eletrotécnica Internacional (*International Electrotechnical Commission* - IEC - www.iec.ch). Detalhes são expostos no Padrão Internacional IEC 62376 Edição 1.0 2010-09.
Embarcação:	Qualquer construção, inclusive as plataformas móveis e, quando rebocadas, as fixas, sujeita à inscrição na Autoridade Marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas.
Embarcação de passageiros SOLAS:	É uma embarcação sujeita à SOLAS que transporta mais de doze passageiros.
Embarcação regional:	Embarcação normalmente empregada em águas interiores que, de acordo com a região em que opera, possui requisitos operacionais de acordo com a especificidade regional.
Embarcação SOLAS:	Embarcação sujeita ao estabelecido na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS).
Embarcação não SOLAS:	Embarcação enquadrada em uma das seguintes condições: a) de carga com arqueação bruta inferior a 500; b) de passageiros com arqueação bruta inferior a 500 e que não efetue viagem internacional; c) sem meios de propulsão mecânica; d) de madeira, de construção primitiva;

Termo / Acrônimo	Definição
	e) embarcação de pesca; f) de comprimento de regra (L) menor que 24 metros.
Embarcação de esporte ou recreio:	São embarcações utilizadas para lazer, com fins não comerciais. São classificadas em três tipos: - **Grande porte**: possuem comprimento maior ou igual a 24 metros ou, quando menores, AB maior que 100. - **Médio porte**: possuem comprimento menor que 24 metros e maior que 5 metros; e - **Miúdas**: possuem comprimento menor ou igual a 5 metros ou com comprimento superior a cinco (5) metros que apresentem as seguintes características: convés aberto, convés fechado, mas sem cabine habitável e sem propulsão mecânica fixa e que, caso utilizem motor de popa, este não exceda 30 HP.
EPFS:	Sigla em inglês que significa Sistema de Determinação de Posicionamento Eletrônico. É o receptor de um sistema de navegação rádio capaz de automática e continuamente atualizar a posição da própria embarcação.
Equipamento SOLAS:	Equipamento de navegação certificado conforme o estabelecido na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS).
Hidrovia:	Via de navegação interior com características padronizadas para determinados tipos de embarcações, mediante obras de engenharia e de regulação, dotada de sinalização e equipamentos de auxílio à navegação.
IALA:	Sigla em inglês que significa Associação Internacional de Auxílios à Navegação Marítimos e Autoridades de Faróis (*International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities*).
IMO:	Sigla em inglês que significa Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organization*).
ISM:	Informação de Segurança Marítima (*Maritime Safety Information* - MSI). É um alerta de navegação e previsão meteorológica e outras informações urgentes transmitidas às embarcações.
Mar Territorial Brasileiro:	Faixa marítima de extensão de doze milhas náuticas a partir da linha de base conforme estabelecido na Lei nº 8617/1993.
METAREA:	É uma área geográfica marítima estabelecida pela OMM com o propósito de coordenação de transmissão de informações meteorológicas marítimas. O termo METAREA seguido de um algarismo numeral romano identifica uma área específica.
NAVAREA:	É uma área geográfica marítima estabelecida pela IMO / SOLAS com o propósito de coordenação de transmissão de Avisos-rádio náuticos. O termo NAVAREA seguido de um algarismo numeral romano identifica uma área específica.

Termo / Acrônimo	Definição
Navegação:	É o processo de planejamento, acompanhamento e controle do movimento de uma embarcação de um ponto a outro com segurança. Para tal o navegante considera informações disponíveis sobre cartografia, oceanografia, meteorologia, auxílios à navegação, sensoriamento remoto, sistemas de posicionamento, perigos existentes e outros.
Navegação em Mar Aberto:	Navegação realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas e que podem ser classificadas em navegação costeira, navegação oceânica, e navegação em águas restritas.
Navegação Costeira:	Aquela realizada entre portos nacionais ou estrangeiros dentro de 50 milhas náuticas da costa ou do limite de 200 metros de profundidade (não deve ser confundido com o conceito jurídico de Plataforma Continental, cujo estabelecimento é preconizado na Parte VI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar), o que ocorrer primeiro.
Navegação Oceânica:	É caracterizada quando a embarcação se enquadra em uma ou mais das seguintes circunstâncias: - além do limite de 200 metros de profundidade ou de 50 milhas náuticas de terra, o que ocorrer primeiro; - em águas onde a posição obtida por meio visual com referência terrestre, estruturas *offshore* fixas cartografadas, ou sinais náuticos flutuantes não é factível; - suficientemente afastada de massas de terra e áreas de tráfego nas quais os perigos de águas rasas e de colisão são relativamente pequenos.
Navegação em Água Restrita	É a navegação que se pratica em portos ou suas proximidades, em barras, baías, canais, rios, lagos, lagoas, proximidades de perigos ou quaisquer outras situações em que a manobra do navio é limitada pela estrita configuração da costa ou da topografia submarina. É este, também, o tipo de navegação utilizado quando se navega à distância da costa (ou do perigo mais próximo) menor que três milhas. É o tipo de navegação que maior precisão exige.
Navegação Interior:	É a navegação realizada em vias navegáveis interiores e em áreas marítimas consideradas abrigadas. Podem ser classificadas em dois tipos: 1) aquela realizada em águas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas, que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações; e

Termo / Acrônimo	Definição
	2) aquela realizada em águas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.
NORMAM:	Normas da Autoridade Marítima.
OHI:	Organização Hidrográfica Internacional (*International Hydrographic Organization* - IHO).
OMM:	Organização Meteorológica Mundial.
Publicação Náutica:	É uma publicação editada com um propósito especial, publicada oficialmente sob a autoridade de um governo, serviço hidrográfico por ele autorizado, ou outra instituição governamental, e que é destinada a atender aos requisitos de navegação. Possui duas formas possíveis de apresentação: analógica (em papel) e digital. São reconhecidas oficialmente pela Autoridade Marítima Brasileira as publicações náuticas editadas e publicadas pela Marinha do Brasil – Diretoria de Hidrografia e Navegação. Além destas, são aceitas em caráter excepcional, as publicações náuticas em papel editadas por órgãos expressamente por ela autorizados[1].
SENC:	Sigla em inglês que significa Sistema de Carta Náutica Eletrônica. É onde a ENC é convertida para um formato proprietário de um fabricante.
SOLAS:	Sigla em inglês que significa Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (*International Convention for the Safety Of Life At Sea*, 1974/1988).
Tráfego aquaviário:	Situação da navegação caracterizada pela observação de regras de movimentação, pré-estabelecidas ou não, que considerama condução da embarcação quando esta interage com outras ou com sistemas.
VDR:	Sigla em inglês que significa Registrador de Dados de Viagem (*Voyage Data Record* - VDR).
Via navegável:	Espaço físico, natural ou não, nas águas dos oceanos, mares, rios, lagos e lagoas utilizado para a navegação.
Via navegável interior:	Via navegável situada dentro de limites terrestres, tais como rios, lagos, lagoas e canais, etc.

[1] Nesta data somente o Serviço Hidrográfico do Reino Unido (*United Kingdom Hydrographic Office* - UKHO) possu autorização da Marinha do Brasil - Diretoria de Hidrografia e Navegação para a publicação de publicações náuticas er **papel**.

0104 - Atribuições

Cabe às seguintes Organizações e pessoas:

a) À Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN):

Definir quais espaços aquáticos brasileiros são considerados vias navegáveis, considerando os aspectos hidrográficos e da cartografia náutica; e

Elaborar normas para a navegação no mar territorial brasileiro e nas vias navegáveis brasileiras.

b) Ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM):

Editar e publicar as cartas e publicações de auxílios à navegação, por delegação de competência da DHN, da responsabilidade do Brasil;

Editar e publicar Avisos aos Navegantes e Avisos-Rádio Náuticos relativos à área da responsabilidade do Brasil (NAVAREA V), e águas interiores, sob delegação da DHN; e

Editar e publicar Meteoromarinhas relativos à área de jurisdição do Brasil (METAREA V), sob delegação da DHN.

c) Ao Centro de Sinalização Náutica "Almirante Moraes Rego" (CAMR):

Executar as atividades relacionadas com auxílios à navegação nas águas interiores e no mar territorial brasileiro, de acordo com Normas em vigor.

d) Aos Serviços de Sinalização Náutica do Norte (SSN-4) e do Oeste (SSN-6):

Divulgar os Avisos-Rádio Náuticos locais relativos às águas interiores de suas respectivas áreas de jurisdição.

e) Às Capitanias dos Portos (CP) e Capitanias Fluviais (CF):

Orientar e fiscalizar o cumprimento destas Normas em suas áreas de jurisdição;

Prover ao CHM as informações pertinentes à atualização dos Roteiros, particularmente as relativas aos portos, terminais, piers, marinas, pontes, instalações etc. de sua área de jurisdição de acordo com o previsto nas NORMAM; e

elaborar normas complementares de navegação e de tráfego, via NPCP/NPCF, para a navegação em mar aberto, navegação interior e para a navegação em águas restritas (áreas de espera, fundeio, canais de acesso, bacias de evolução, proximidade de perigos, etc.) depois de ser consultada a DHN. Essas normas e as normas referentes à segurança do tráfego devem ser informadas ao CHM para a atualização das cartas e das publicações de auxílio à navegação.

À Capitania Fluvial do Tietê-Paraná (CFTP) também compete, especificamente, a elaboração e a divulgação de Avisos-Rádio Náuticos locais relativos à sua área de jurisdição. Essas normas e as normas referentes à segurança do tráfego devem ser informadas ao CHM para a atualização das cartas e das publicações de auxílio à navegação.

f) Aos armadores:

Prover o material, equipamentos, e sistemas de navegação, homologados e certificados quando requerido, estabelecidos para cada tipo de embarcação;

Prover a qualificação e a atualização profissional dos marítimos para atender ao estabelecido por estas Normas; e

Estabelecer procedimentos operacionais gerais de navegação a serem obedecidas em suas embarcações de modo a garantir o cumprimento destas Normas.

g) Aos Comandantes de navio e mestres de embarcações:

Garantir o cumprimento dos procedimentos operacionais gerais estabelecidos pelo Armador;

Estabelecer procedimentos operacionais específicos no tocante à rotina de navegação a bordo, incluindo o registro da posição do navio / embarcação, a atualização das cartas e publicações náuticas, e dos sistemas utilizados para a navegação;

Manter o controle das validades de certificados de equipamentos, sistemas, e qualificação de pessoal, bem como das homologações requeridas;

Informar ao armador as necessidades e as discrepâncias para o cumprimento destas Normas;

Cumprir e fazer cumprir a bordo os procedimentos estabelecidos para a salvaguarda da vida humana no mar, para a preservação do meio ambiente, e para a segurança da navegação; e

Comunicar ao Agente da Autoridade Marítima do primeiro porto que demande, qualquer alteração dos auxílios à navegação e qualquer obstáculo ou estorvo à navegação que encontrar, bem como acidentes ou fatos da navegação ocorridos com o seu navio ou embarcação.

CAPÍTULO 2 - DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SISTEMAS, E PUBLICAÇÕES DE NAVEGAÇÃO

Seção I - Dotação de equipamentos e sistemas de navegação

O material relacionado nesta Norma se limita aos equipamentos e sistemas de navegação necessários à segurança da navegação. Os itens necessários à segurança do tráfego aquaviário estão relacionados nas demais Normas da Autoridade Marítima.

0201. Embarcações SOLAS

A dotação de equipamentos de navegação é a prevista no Capítulo V da SOLAS e suas emendas, conforme a data de batimento de quilha de cada embarcação e a AB.

Os equipamentos e sistemas de navegação mencionados nesta Norma deverão ser instalados e mantidos de modo a minimizar a ocorrência de avarias.

Os equipamentos e sistemas de navegação que ofereçam modos de funcionamento alternativos deverão indicar o modo que está realmente sendo utilizado.

Os sistemas integrados do passadiço deverão ser dispostos de tal modo que uma avaria num subsistema seja levada imediatamente à atenção do oficial de quarto por meio de alarmes sonoros e visuais, e não provoque avarias em qualquer outro subsistema. No caso de avaria numa parte de um sistema de navegação integrado, deverá ser possível operar separadamente todos os outros equipamentos ou partes do sistema.

0201.1) Todas as embarcações independente de seu porte

Deverão dotar:

a) um barômetro

b) um barógrafo

c) um psicrômetro e aparelhos adequados para medir a temperatura da água do mar

d) uma agulha magnética adequadamente compensada, ou outro meio, que seja independente de qualquer suprimento de energia, para determinar a proa do navio e apresentar a indicação no rumo no local em que se encontra o sistema de governo principal;

e) um peloro ou um dispositivo para fazer marcações utilizando uma agulha, ou outro meio, que seja independente de qualquer suprimento de energia, para fazer marcações ao longo de um arco de 360° do horizonte;

f) um meio de corrigir a proa e as marcações magnéticas para verdadeiras;

g) cartas e publicações náuticas para planejar e apresentar a derrota do navio para a viagem pretendida e para plotar e monitorar as posições durante toda a viagem. Poderá ser aceito um Sistema de Apresentação de Cartas Eletrônicas e de Informações (ECDIS) para atender as exigências deste requisito com relação à existência de cartas a bordo, conforme definido na Seção II deste Capítulo;

h) dispositivos de reserva para atender aos requisitos funcionais de navegação por meio de ECDIS;

i) um EPFS (satélite ou terrestre), ou outro meio, adequado para ser utilizado ininterruptamente durante toda a viagem pretendida, para determinar e atualizar a posição do navio através de meios automáticos;

j) um telefone, ou outro meio, para transmitir as informações relativas ao rumo à estação de governo de emergência, se houver e

Embarcações construídas antes de 1º de julho de 2002 deverão:

g) 1) subordinado ao disposto em 2 abaixo, a menos que atendam plenamente a esta regra, continuar a ser dotados de equipamentos que atendam às exigências prescritas nas regras V/11, V/12 e V/20 da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, em vigor antes de 1º de Julho de 2002;

g) 2) dotar os equipamentos ou sistemas exigidos na alínea i do subitem 0201.1 acima no máximo até a primeira vistoria realizada depois de 1º de Julho de 2002, quando não será mais necessário o equipamento de rádio goniômetro mencionado na regra V/12 (p) da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, em vigor antes de 1º de Julho de 2002; e

0201.2) Embarcações com AB igual ou superior a 150 e todas as embarcações de passageiros, independente do seu porte

Além das exigências do subitem 0201.1, deverão dotar:

j) a) a) uma agulha magnética de reserva, que seja intercambiável com a agulha magnética mencionada na alínea d do subitem 0201.1, ou outro meio para desempenhar as funções mencionadas no subitem 0201.1, por meio da substituição ou da duplicação do equipamento;

j) a) b) uma lâmpada de sinalização diurna, ou outro meio de se comunicar por meio de canal ótico durante os períodos diurno e noturno, utilizando uma fonte de energia elétrica que não dependa unicamente do suprimento de energia do navio.

0201.3) Embarcações com AB igual ou superior a 300 e todas as embarcações de passageiros, independente do seu porte

Além das exigências do subitem 0201.2, deverão dotar:

a) um ecobatímetro, ou outro meio eletrônico, para medir e apresentar a profundidade existente abaixo da quilha;

b) um radar de 9 GHz, ou outro meio para determinar e apresentar a distância e a marcação de transceptores radar e de outras embarcações de superfície, obstruções, boias, linhas da costa e sinais de navegação, para auxiliar a navegação e a evitar abalroamento e colisão;

c) um auxílio para plotagem eletrônica, ou outro meio de plotar eletronicamente a distância e a marcação de alvos, para verificar o risco de abalroamento;

d) um dispositivo para medir ou indicar a velocidade e distância percorrida na água;

e) um dispositivo transmissor de rumo adequadamente ajustado, ou outro meio de transmitir informações relativas ao rumo para serem introduzidas nos equipamentos mencionados nas alíneas b, c e d acima.

0201.4) Embarcações com AB igual ou superior a 300 empregadas em viagens internacionais, embarcações de carga com AB igual a 500 ou mais não empregadas em viagens internacionais, e todas as embarcações de passageiros independente do seu porte

Além das exigências do subitem 0201.2, deverão dotar os sistemas de identificação automático (AIS) da seguinte forma:

todas as embarcações empregadas em viagens internacionais e construídas antes de 1º de julho de 2002;

nas embarcações não empregadas em viagens internacionais construídas antes de 1º de julho de 2002 no máximo até 1º de julho de 2008.

0201.5) Embarcações com AB igual ou superior a 500

Além de atender às exigências estabelecidas em 0201.3 e 0201.4, com exceção das alíneas c e e, deverão ter:

a) uma agulha giroscópica, ou outro meio, para determinar e apresentar o seu rumo através de meios não magnéticos, sendo facilmente legível pelo timoneiro na posição de governo principal. Estes meios deverão transmitir, também, informações relativas ao rumo para serem introduzidas nos radares e repetidoras das agulhas giroscópicas;

b) uma repetidora de rumo da agulha giroscópica, ou outro meio, para fornecer informação visual na estação de governo de emergência, se houver;

c) uma repetidora de rumo da agulha giroscópica, ou outro meio, para fazer marcações ao longo de um arco de 360° do horizonte, utilizando a agulha giroscópica ou outros meios menciona- dos em a. No entanto, os navios com arqueação bruta menor que 1.600 deverão ser dotados destes meios, na medida do possível ;

d) indicadores de ângulo do leme, da impulsão, do passo e do modo de funcionamento do hélice, ou outros meios para determinar e apresentar o ângulo do leme, o número de rotações do hélice, a força e a direção da impulsão e, se for aplicável, a força e a direção da impulsão lateral, o passo e o modo de operação, tudo isto capaz de ser lido no passadiço; e

e) um auxílio de acompanhamento automático, ou outro meio, para plotar automaticamente a distância e a marcação de outros alvos, para verificar o risco de abalroamento.

Em todas as embarcações de AB igual ou superior a 500, uma avaria num equipamento não deve implicar na redução da capacidade do navio em atender às exigências de dotação de agulhas magnéticas e ECDIS reserva, quando aplicável.

0201.6) Embarcações com AB igual ou superior a 3000

Além de atender às exigências do subitem 0201.5, deverão dotar:

a) um radar de 3 GHz ou, quando for considerado adequado pela Administração, um segundo radar de 9 GHz, ou outro meio para determinar e apresentar a distância e a marcação de outras embarcações de superfície, obstruções, boias, linhas da costa e sinais de navegação, para auxiliar a navegação e evitar abalroamento e colisão, que operem de forma independente do radar mencionado em 0201.3; e

b) um segundo auxílio para acompanhamento automático, ou outro meio de plotar automaticamente a distância e a marcação de outros alvos para verificar o risco de abalroamento, que seja funcionalmente independente dos mencionados na alínea e de 0201.5.

0201.7) Embarcações com AB igual ou superior a 10000

Além de atender às exigências de 0201.6, com exceção da alínea b, deverão dotar:

a) um auxílio de plotagem radar automática, ou outro meio, para plotar automaticamente a distância e a marcação de pelo menos 20 outros alvos, ligado a um dispositivo para indicar a velocidade e a distância percorrida na água, para verificar a existência de riscos de abalroamento e simular uma manobra tentativa; e

b) um sistema de controle do rumo ou da trajetória, ou outro meio, para controlar e manter automaticamente o rumo e/ou uma trajetória exata.

0201.8) Embarcações com AB igual ou superior a 50000

Além de atender às exigências de 0201.7, deverão dotar:

a) um indicador de razão da guinada, ou outro meio, para determinar e apresentar a razão da guinada; e

b) um dispositivo para medir a velocidade e a distância, ou outro meio, para indicar a velocidade e a distância percorrida no fundo, para vante e transversalmente.

0201.9) Registrador de Dados de Viagem (VDR)

Embarcações empregadas em viagens internacionais deverão ser dotadas de um registrador de dados de viagem (VDR) da seguinte maneira:

a) todos os navios de passageiros construídos em 1º de Julho de 2002, ou depois;

b) todos os navios ro-ro de passageiros construídos antes de 1º de Julho de 2002, no máximo até a primeira vistoria realizada em 1º de Julho de 2002, ou depois;

c) outros navios de passageiros que não os navios ro-ro de passageiros, construídos antes de 1º de Julho de 2002, no máximo até 1º de Janeiro de 2004; e

d) outros navios que não os navios de passageiros, com arqueação bruta igual a 3.000 ou mais, construídos em 1º de Julho de 2002, ou depois.

Nos seguintes casos o VDR poderá ser substituído por um registrador de dados simplificado (S- VDR):

a) no caso de embarcações com AB igual ou superior a 20000, construídas antes de 1º de Julho de 2002, na primeira docagem programada realizada depois de 1º de Julho de 2006, mas não depois de 1º de Julho de 2009;

b) no caso de embarcações de carga com AB igual ou superior a 3000, mas com menos de 20000, construídas antes de 1º de Julho de 2002, na primeira docagem programada realizada depois de 1º de Julho de 2007, mas não depois de 1º de Julho de 2010; e

c) a Administração poderá dispensar embarcações de carga do cumprimento das exigências das alíneas a e b acima, quando estas forem ser retiradas permanentemente de serviço dentro de dois anos após a data de implementação especificada nos alíneas a e b acima.

As Administrações poderão dispensar os navios, que não ro-ro de passageiros, construídos antes de 1º de Julho de 2002 de serem dotados de um VDR, quando ficar demonstrado que não é razoável, nem praticável, estabelecer a interface de um VDR com os equipamentos existentes no navio.

0201.10) Sistema de Apresentação de Cartas Eletrônicas e Informações (ECDIS)

Embarcações engajadas em viagens internacionais devem dotar um ECDIS como a seguir especificado:

a) Embarcações de passageiros com AB igual ou superior a 500 construídos em 1º de Julho de 2012, ou depois;

b) Navios tanque com AB igual ou maior que 3000 construídos em 1º de Julho de 2013, ou depois;

c) Cargueiros outros que não tanques, com AB igual ou maior que 10000 construídos em 1º de Julho de 2013, ou depois;

d) Cargueiros outros que não tanques, com AB igual ou maior que 3000, mas menores que 10000, construídos em 1º de Julho de 2014, ou depois;

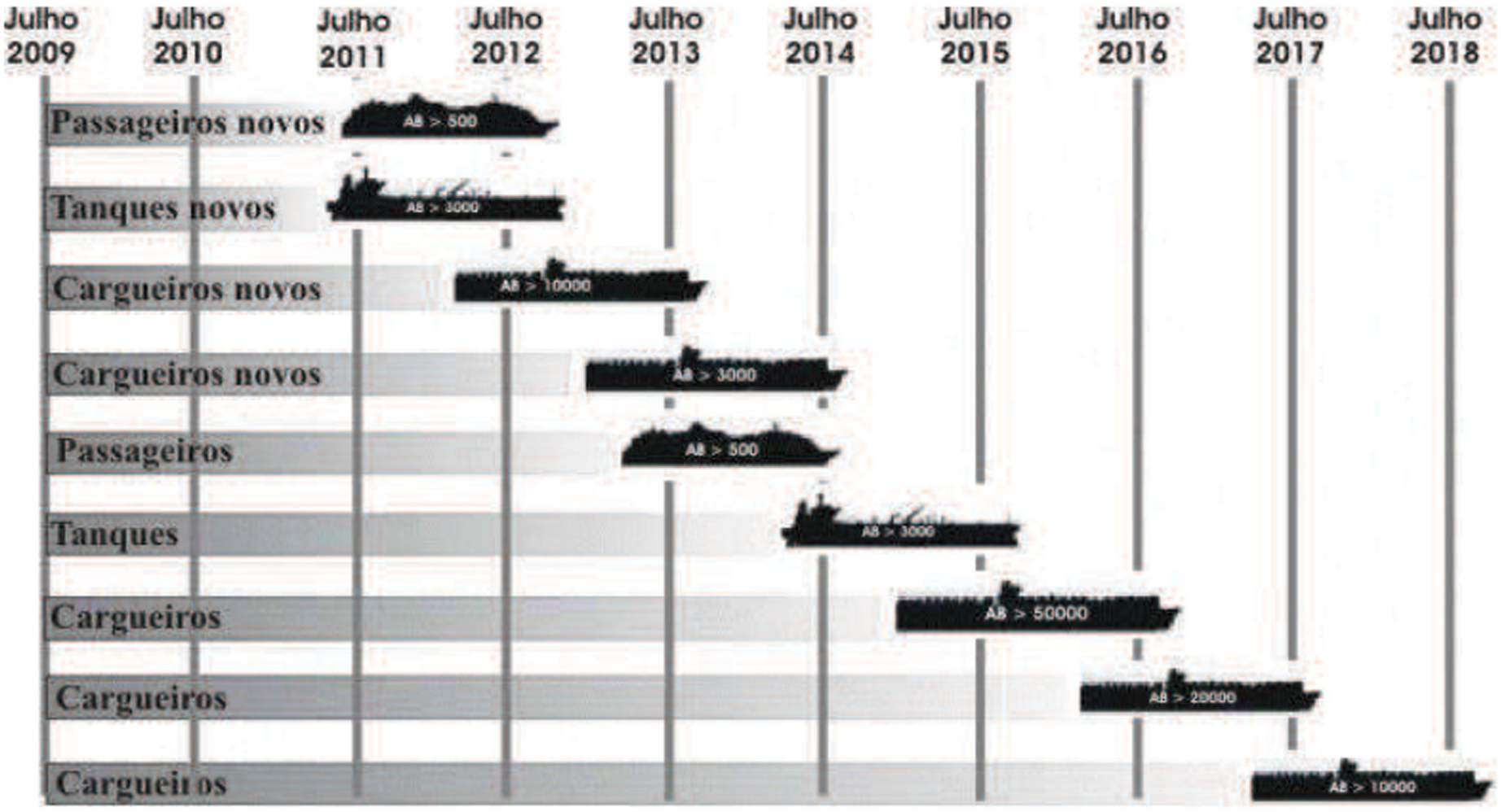
e) Embarcações de passageiros com AB igual ou maior que 500 construídos antes de 1º de Julho de 2012, antes de sua primeira viagem, a partir de 1º de Julho de 2014, inclusive;

f) Navios tanque com AB igual ou maior que 3000 construídos antes de 1º de Julho de 2012, antes de sua primeira viagem, a partir de 1º de Julho de 2015, inclusive;

g) Navios cargueiros outros que não tanques, com AB igual ou maior que 50000 construídos antes de 1º de Julho de 2013, antes de sua primeira viagem, a partir de 1º de Julho de 2016, inclusive;

h) Navios cargueiros outros que não tanques, com AB igual ou maior que 20000 construídos antes de 1º de Julho de 2013, antes de sua primeira viagem, a partir de 1º de Julho de 2017, inclusive; e

i) Navios cargueiros outros que não tanques, com AB igual ou maior que 10000 e menor que 20000, construídos antes de 1º de Julho de 2013, antes de sua primeira viagem, a partir de 1º de Julho de 2017, inclusive.



0202. Embarcações não SOLAS, autopropulsadas, com fim comercial, empregadas em mar aberto

0202.1) Todas as embarcações empregadas em mar aberto

1) Agulha magnética de governo

Todas as embarcações tripuladas deverão estar equipadas com uma agulha magnética de governo, que deverá estar devidamente compensada (certificado válido por 01 ano) acompanhada de sua tabela ou curva de desvios disponível a bordo.

2) Instrumentos auxiliares:

1 binóculo 7X50;

2 cronógrafos;

1 cronômetro, devidamente acondicionado;

1 relógio de antepara no passadiço;

régua paralela, compasso de ponta seca, lápis, borracha, lupa, etc;

1 sextante; e

Lanterna portátil com pilhas sobressalentes.

Casos particulares:

i) a) a) as embarcações dotadas com equipamentos de navegação por satélite e que cumpram o estabelecido em 0207, 0208, e 0209, estão dispensadas de dotar os equipamentos das subalíneas ii, iii, e iv.

i) a) b) As embarcações de passageiros com AB inferior a 50 e demais embarcações propulsadas com AB inferior a 100 estão dispensadas de dotar os equipamentos das subalíneas ii, iii, iv, v e vi.

3) cartas e publicações náuticas para planejar e apresentar a derrota da embarcação para a viagem pretendida e para plotar e monitorar as posições durante toda a viagem. Poderá ser aceito um Sistema de Cartas Eletrônicas (ECS) como atendendo as exigências deste requisito com relação à existência de cartas a bordo, conforme definido na Seção II deste Capítulo;

4) Equipamentos de uso recomendado:

Dispositivos de marcação (alidades ou outros); e

Equipamento de navegação por satélite (GPS).

0202.2) Embarcações com AB superior a 100

Além do prescrito em 0202.1, essas embarcações deverão dispor a bordo:

- Ecobatímetro, obrigatório em embarcações com AB maior que 100 construídas após 01/DEZ/2012. Recomenda-se seu uso em embarcações com AB maior que 100 construídas até 01/DEZ/2012.

- Sistema de Posicionamento Global - GPS - As embarcações com AB maior que 100, deverão ser dotadas de aparelhos de GPS nas seguintes situações:

quando em navegação costeira: 1 (um) aparelho (*);

quando em navegação oceânica: 2 (dois) aparelhos (**). (*) não é obrigatório, apenas recomendado.

(**) recomendado que pelo menos um opere também com fonte independente de energia acumulada (pilha, bateria, etc).

Recomenda-se a dotação de ECS classe "B".

0202.3) Embarcações de passageiros com AB superior a 300

Além do prescrito em 0202.1 e 0202.2, essas embarcações deverão dispor a bordo:

As embarcações de passageiros com AB maior que 300 deverão ser dotadas de uma instalação de radar capaz de operar na faixa de frequência de 9 GHz.

Recomenda-se a dotação de ECS classe "A".

0202.4) Embarcações tripuladas com AB superior a 500

Além do prescrito em 0202.1 e 0202.2, essas embarcações deverão estar equipadas com um ecobatímetro.

0203. Embarcações empregadas na atividade de pesca com AB superior a 500

Além do prescrito em 0202 acima, estas embarcações deverão ser dotadas com indicadores do ângulo do leme, da velocidade de rotação de cada hélice de impulsão lateral, do passo e o modo de operação desses hélices. Esses indicadores deverão poder ser lidos da estação de governo.

Recomenda-se a dotação de ECS classe "A".

0204. Embarcações empregadas em navegação interior

0204.1) Embarcações certificadas classe EC1 com AB inferior a 500

- Lanterna portátil com pilhas sobressalentes
- Binóculo 7 X 50
- Prumo de mão
- Ecobatímetro, obrigatório em embarcações com AB maior que 100 construídas após 01/DEZ/1998. Recomenda-se seu uso em embarcações com AB maior que 100 construídas até 01/DEZ/1998. Será dispensado o uso do ecobatímetro nas embarcações empregadas apenas nas travessias.

As embarcações de passageiros com AB menor ou igual a 50 e demais embarcações propulsadas com AB menor ou igual a 100, inclusive as miúdas, deverão dotar lanterna portátil com pilhas sobressalentes.

A CP ou DL poderá dispensar a dotação do binóculo, do prumo e do ecobatímetro em função das características das áreas de operação das embarcações.

Recomenda-se a dotação de ECS classe "B".

0204.2) Embarcações com AB igual ou superior a 500

Além dos itens listados no item 0204.1, essas embarcações deverão dispor a bordo dos seguintes equipamentos e sistema:

- Agulha giroscópica ou agulha magnética, com certificado de compensação acompanhada de tabela ou curva de desvio;
- Indicador do ângulo do leme no passadiço ou no comando;
- Quadro elétrico das luzes de navegação;
- Radar, para embarcações construídas a partir de 01 DEZ 1998.
- Ecobatímetro, para embarcações construídas a partir de 01 DEZ 1998.

O uso do radar e do ecobatímetro é recomendado para as embarcações construídas até 01 DEZ 1998.

O uso do ecobatímetro é dispensado para as embarcações empregadas apenas nas travessias.

Os CP e os CF deverão avaliar as condições das travessias em suas áreas de jurisdição, com o intuito de verificar a necessidade de estabelecer o uso obrigatório do radar, incluindo os requisitos na respectiva NPCP/NPCF de acordo com o item 1002, alínea g) do Capítulo 10 da NORMAM 02.

Recomenda-se a dotação de ECS classe "A".

0204.3) Requisitos adicionais

As Capitanias dos Portos, Delegacias, ou Agências poderão exigir, por intermédio das NPCP / NPCF, em complementação ao requerido nos itens anteriores, itens adicionais de segurança tais como os especificados a seguir, com o objetivo de atender características regionais das embarcações e dos serviços nas quais são utilizadas:

- Radar para as embarcações não enquadradas em 0207;
- Mesa de cartas com iluminação;
- Régua paralela, compasso de ponta seca, lápis e borracha;
- Tabela informando comprimento, boca, pontal, calado máximo e mínimo, deslocamentos leve e carregado e alturas acima da linha d' água do tijupá, comando e convés principal, com a respectiva distância de visibilidade nesses locais; e
- Relógio instalado no passadiço ou compartimento do comando. 0205. Embarcações de esporte ou recreio e atividades correlatas 0205.1) Embarcações de médio porte

- Agulha magnética de governo - Todas as embarcações, exceto as miúdas, deverão estar equipadas com agulha magnética de governo. As embarcações com comprimento igual ou maior que 24 metros deverão possuir, também, certificado de compensação ou curva de desvio atualizado a cada 2 anos.

- Sistema de Posicionamento Global - GPS - As embarcações de médio porte, deverão ser dotadas de aparelhos de GPS nas seguintes situações:

quando em navegação costeira: 1 (um) aparelho (*);

quando em navegação oceânica: 2 (dois) aparelhos (**). (*) não é obrigatório, apenas recomendado.

(**) recomendado que pelo menos um opere também com fonte independente de energia acumulada (pilha, bateria, etc).

Recomenda-se a dotação de ECS classe "B", bem como radar que opere na faixa de 9GHz e ecobatímetro.

0205.2) Embarcações de grande porte

Além do listado no item acima, essas embarcações deverão dispor a bordo dos seguintes equipamentos:

1) Radar - As embarcações de grande porte, ou Iates, construídas após 11/02/2000, quando em navegação Costeira ou Oceânica, deverão ser dotadas de radar capaz de operar na faixa de frequência de 9 GHz;

2) Ecobatímetro - As embarcações de grande porte, ou Iates, construídas após 11/02/2000, deverão estar equipadas com um ecobatímetro;

3) Sistema de Posicionamento Global - GPS - As embarcações de grande porte ou iates, deverão ser dotadas de aparelhos de GPS nas seguintes situações:

quando em navegação costeira: 1 (um) aparelho;

quando em navegação oceânica: 2 (dois) aparelhos.

4) Recomenda-se a dotação de ECS classe "A".

0205.3) Embarcações exclusivas

1) As embarcações com propulsão somente a vela com classes padronizadas por "tipo" (exemplo: Laser, Soling, Optimist, etc), para tráfego exclusivamente no período diurno, estão dispensadas de dotar o material prescrito neste Capítulo.

2) As embarcações de competição a remo estão dispensadas de dotar o material previsto neste capítulo, desde que utilizadas em treinamento ou competição e, em qualquer caso, acompanhadas por uma embarcação de apoio.

0206. Isenções

Embarcações dotadas de Sistema de Apresentação de Cartas Eletrônicas e Informações (Electronic Chart Display and Information System - ECDIS), ou de Sistema de Cartas Eletrônicas (Electronic Chart System - ECS), poderão ser dispensadas de portar cartas e publicações náuticas em papel prescritas neste capítulo, observando-se o prescrito em 0207, 0208, 0209, e na Seção II deste Capítulo.

0207. Homologação de Equipamentos de Navegação

Todo equipamento instalado em cumprimento a esta Norma deverá ser de tipo homologado. Os equipamentos instalados a bordo de navios, em ou depois de 1º de setembro de 1984 deverão satisfazer padrões de desempenho apropriados, não inferiores aos adotados pelas Resoluções da IMO. Os equipamentos instalados, antes de terem sido adotados os padrões de desempenho a ele concernentes, poderão ser isentos do cumprimento completo desses padrões, a critério da Autoridade Marítima.

O material de origem estrangeira poderá ser empregado desde que seja SOLAS. Os materiais e equipamentos de origem estrangeira não SOLAS deverão ser homologados pela Autoridade Marítima.

O Sistema de Carta Eletrônica (ECS) deve cumprir os requisitos estabelecidos pelo Padrão Internacional IEC 62376 Edição 1.0 2010-09.

0208. Manutenção de equipamentos e sistemas

1) Para as embarcações empregadas em navegação nas áreas marítimas A1 e A2, a disponibilidade de equipamentos deve ser garantida pelo uso de métodos tais como os da duplicação dos equipamentos, da manutenção baseada em terra ou da capacidade de manutenção eletrônica em viagem, ou de uma combinação deles.

2) Para as embarcações empregadas em navegação nas áreas marítimas A3 e A4, a disponibilidade de equipamentos deve ser garantida pelo uso de uma combinação de, no mínimo, dois métodos, tais como o da manutenção baseada em terra ou da capacidade de manutenção eletrônica em viagem, com o método da duplicação dos equipamentos.

3) Caso o Armador (ou proprietário) opte pelo método da manutenção baseada em terra, esta deverá ser sempre feita por profissionais habilitados pelos fabricantes dos equipamentos eletrônicos e com os recursos técnicos especificados por estes (ferramentas, peças sobressalentes, documentação técnica, equipamentos para testes etc). A comprovação do cumprimento dessa alínea deverá ser feita mediante um contrato firmado entre o Armador e o fabricante do equipamento ou empresa credenciada por este último.

4) Caso a opção seja feita pelo método da manutenção a bordo, a pessoa encarregada de executar as funções de manutenção eletrônica no mar deverá possuir o Certificado apropriado preconizado pela DPC.

0209. Fontes de energia elétrica

1) Quando a embarcação estiver navegando, deverá haver disponibilidade permanente de um suprimento de energia elétrica suficiente para operar os equipamentos e sistemas de navegação bem como dispor de baterias como parte de uma fonte ou de fontes de energia de reserva.

2) As fontes de energia reserva deverão se capazes de suprir as necessidades de energia por um período mínimo de:

uma hora nas embarcações que disponham de um gerador de emergência; e

seis horas nas embarcações que não disponham de um gerador de emergência.

3) A fonte ou fontes de energia de reserva devem ser independentes da instalação propulsora ou do sistema elétrico de bordo.

4) Onde a fonte de energia de reserva consistir de um acumulador recarregável de bateria ou baterias:

deverá haver um meio de carregar automaticamente essas baterias e que deverá ser capaz de recarregá-las até a capacidade mínima exigida em até 10 horas; e

a capacidade da bateria ou baterias deverá ser verificada, empregando-se um método apropriado, em intervalos que não excedam 12 meses, quando o navio não estiver no mar.

5) O posicionamento e a instalação do acumulador de bateria ou baterias que provê uma fonte de energia de reserva devem ser de tal maneira que garantam:

as mais elevadas condições de serviço;

um período de vida razoável;

segurança razoável;

que as temperaturas da bateria permaneçam dentro das especificações, esteja ela em carga ou sem uso; e

que, estando totalmente carregadas, as baterias forneçam pelo menos o mínimo exigido de horas de funcionamento, sob quaisquer condições de tempo.

6) As embarcações SOLAS, além do prescrito neste item, devem cumprir as obrigações relativas às instalações elétricas constantes da SOLAS.

7) Quando o sistema de manutenção optado for de redundância de equipamentos, o equipamento reserva (algumas vezes denominado backup) deverá possuir fonte de energia independente do equipamento principal.

Seção II - Dotação de Publicações de Navegação

As publicações relacionadas nesta Norma se limitam às necessárias à segurança da navegação. Os itens necessários à segurança do tráfego aquaviário estão relacionados nas demais Normas da Autoridade Marítima.

0210. Embarcações SOLAS

Deverão possuir, em local acessível e apropriado, marcadas com o nome da embarcação, as publicações listadas abaixo:

1) Roteiros para os locais de navegação pretendida, publicados pela DHN (última edição);

2) Lista de Faróis (última edição) e Lista de Sinais Cegos (última edição);

3) Lista de Auxílios-Rádio (última edição);

4) Tábua das Marés (última edição);

5) Quadros de Nuvens e Estado do Mar / Vento;

6) Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos/Fluviais (NPCP/NPCF) onde a embarcação for operar;

7) Cartas náuticas oficiais atualizadas, de acordo com a andaina prevista para as áreas de operação da embarcação (Anexo A);

8) Coletânea atualizada de Folhetos de Avisos aos Navegantes relativa ao ano em curso, bem como de Avisos-Rádio;

9) Livro de Registro de Cronômetros;

10) Livro de Azimutes;

11) Almanaque Náutico (última edição);

12) Tábua para navegação (Norie HO-214, ou similar), ou máquina calculadora homologada para emprego em navegação astronômica, ou computador dotado de programa de navegação astronômica homologado;

13) Diário de navegação;

14) Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar SOLAS/74 e suas emendas (edição atualizada);

15) Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto1995(STCW/95 e suas emendas) (edição atualizada); e

16) Quando portando ECDIS, certificado de qualificação de tripulantes de náutica relativo a Curso de Treinamento Modelo sobre a Utilização Operacional de ECDIS (Curso Modelo 1.27 do STCW), bem como em relação à marca e ao modelo do ECDIS dotado.

Observações:

Para efeito de atendimento ao requerido neste item, são aceitas, com exceção das cartas náuticas, publicações tanto em versões analógicas (papel), quanto digitais.

Quando a versão optada for digital, deve ser apresentado um sistema de backup em mídia independente do original.

A dispensa da dotação de cartas náuticas em papel é permitida quando a embarcação dispuser de ECDIS, utilizando cartas eletrônicas oficiais (ENC), bem como um segundo ECDIS como backup do principal, instalado segundo o preconizado pela IMO. Cartas náuticas em formato RASTER não são aceitas para o atendimento deste requisito.

Para as embarcações estrangeiras afretadas deverão ser exigidos os quadros adotados pelo país de bandeira da embarcação, indicados pelo Comandante.

0211. Todas demais embarcações não SOLAS autopropulsadas, com fim comercial, empregadas em mar aberto

Deverão possuir, em local acessível e apropriado, marcados com o nome da embarcação, as publicações listadas abaixo:

1) Roteiros para os locais de navegação pretendida (última edição);

2) Lista de Faróis (última edição);

3) Tábua das Marés (última edição);

4) Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos/Fluviais (NPCP/NPCF) onde a embarcação for operar;

5) Cartas náuticas atualizadas, de acordo com a andaina prevista para as áreas de operação da embarcação (Anexo A);

6) Coletânea atualizada de Folhetos de Avisos aos Navegantes relativa ao ano em curso, bem como de Avisos-Rádio;

7) Diário de navegação;

8) Quadro de Nuvens e de Estados de Mar/Vento;

9) Certificado de Compensação de Agulha / Curva de Desvio; e

10) Certificados e demais documentos referentes aos equipamentos e sistemas mencionados nesta Norma.

Observações:

Para efeito de atendimento ao requerido neste item, são aceitas, com exceção das cartas náuticas, publicações tanto em versões analógicas (papel), quanto digitais.

Quando a versão optada for digital, deve ser apresentado um sistema de backup em mídia independente do original.

A dispensa da dotação de cartas náuticas em papel é permitida quando a embarcação dispuser de ECS, utilizando cartas náuticas eletrônicas oficiais (ENC), bem como um segundo ECS como backup do principal, instalado segundo o preconizado em 0209. Cartas náuticas em formato RASTER não são aceitas para o atendimento deste requisito.

As embarcações com arqueação bruta (AB) menor ou igual a 50 estão dispensadas de manter a bordo as cartas, publicações e os quadros listados acima. As embarcações que não dispuserem de espaço físico para a fixação dos quadros, a critério dos inspetores, poderão manter esses quadros arquivados ou guardados em local de fácil acesso ou reproduzi-los em tamanho reduzido, que permita a rápida consulta

0212. Embarcações empregadas na atividade de pesca com AB superior a 500

O mesmo que o previsto em 0211.

0213. Embarcações empregadas em navegação interior

Dependendo das especificidades locais, as Capitanias dos Portos ou Fluviais, as Delegacias, ou Agências, poderão exigir, por intermédio das NPCP / NPCF os seguintes itens:

1) Cartas náuticas (ou croquis) da área em que irá operar a embarcação;

2) Coletânea de Aviso aos Navegantes, atualizada, referente ao ano em curso;

3) Certificado de Compensação de Agulha / Curva de Desvio; e

4) Certificados e demais documentos referentes aos equipamentos e sistemas de navegação. Observações:

Para efeito de atendimento ao requerido neste item, são aceitas, com exceção das cartas náuticas, publicações tanto versões analógicas (papel), quanto digitais.

Quando a versão optada for digital, deve ser apresentado um sistema de backup em mídia independente do original.

A dispensa da dotação de cartas náuticas em papel é permitida quando a embarcação dispuser de ECS, utilizando cartas digitais oficiais (tanto ENC quanto RASTER), bem como um segundo ECS como backup do principal, instalado segundo o preconizado em 0209.

0214. Embarcações de esporte ou recreio e atividades correlatas de médio e grande porte

Deverão dotar, em local acessível e apropriado, marcados com o nome da embarcação, as publicações listadas abaixo:

1) Roteiros para os locais de navegação pretendida (última edição);

2) Lista de Faróis (última edição);

3) Tábua das Marés (última edição);

4) Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos/Fluviais (NPCP/NPCF) onde a embarcação for operar;

5) Cartas náuticas oficiais atualizadas de acordo com a andaina prevista para as áreas de operação da embarcação (Anexo A);

6) Coletânea atualizada de Folhetos de Avisos aos Navegantes relativa ao ano em curso;

7) Diário de navegação;

8) Quadro de Estados de Mar/Vento;

9) Certificado de Compensação de Agulha / Curva de Desvio; e

10) Certificados e demais documentos referentes aos equipamentos e sistemas de navegação. Observações:

Para efeito de atendimento ao requerido neste item, são aceitas, com exceção das cartas náuticas, publicações tanto versões analógicas (papel), quanto digitais.

Quando a versão optada for digital, deve ser apresentado um sistema de backup em mídia independente do original.

A dispensa da dotação de cartas náuticas em papel é permitida quando a embarcação dispuser de ECS, utilizando:

- médio porte: cartas náuticas digitais oficiais (tanto ENC quanto RASTER), bem como um segundo ECS como backup do principal, instalado segundo o preconizado em 0209.

- grande porte: cartas náuticas eletrônicas oficiais (ENC), bem como um segundo ECS como backup do principal, instalado segundo o preconizado em 0209.

CAPÍTULO 3 - CARTAS NÁUTICAS

0301. Carta Náutica

É um documento de representação cartográfica destinado a atender aos requisitos de navegação aquaviária, ou uma base de dados correlata, publicado oficialmente sob a autoridade de um governo, serviço hidrográfico por ele autorizado, ou outra instituição governamental.

Possui duas formas possíveis de apresentação: analógica (em papel) e digital (ver o verbete Carta Náutica Digital).

São reconhecidas oficialmente pela Autoridade Marítima Brasileira as cartas náuticas editadas e publicadas pela Marinha do Brasil - Diretoria de Hidrografia e Navegação. Além destas, poderão ser aceitas, em caráter excepcional, as cartas náuticas em papel editadas por órgãos expressamente por ela autorizados.

0302. Auxílio à Navegação não Oficial

São documentos de auxílio à navegação outros que não os produzidos pela autoridade de um governo, serviço hidrográfico por ele autorizado, ou outra instituição governamental e, por isso, não aceitos pela Autoridade Marítima brasileira para cumprimento ao estabelecido nesta Norma.

0303. Carta Náutica Digital

É um banco de dados apresentado em sistemas informatizados destinado à navegação aquaviária. Pode ser de dois tipos: eletrônica (vetorial) e RASTER. A eletrônica é comumente conhecida como ENC (Carta Náutica Eletrônica) e a RASTER como RNC (Carta Náutica Raster).

IENC designa a carta náutica eletrônica específica para águas interiores.

0304. Obtenção de cartas náuticas

1) Cartas náutica em papel

As cartas e publicações náuticas constantes do Catálogo de Cartas e Publicações poderão ser adquiridas na Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN), situada à Rua Barão de Jaceguai s/nº - Ponta da Armação - 24048-900 - Niterói, RJ, Brasil; em seus Agentes e Postos de Vendas (https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/publica_postosdevendas.htm) ou pelos telefones (21) 2189.3316 / 3314.

2) Cartas náuticas RASTER

As cartas náuticas RASTER podem ser obtidas gratuitamente no sitio da DHN na Internet:

www.dhn.mar.mil.br. As cartas náuticas RASTER não substituem as cartas náuticas em papel, exceto quando atendendo ao contido na Seção II, observação iii dos itens 0213, e 0214,

3) Cartas náuticas eletrônicas (ENC)

As ENC podem ser obtidas por uma rede de distribuição internacional gerenciada pelos centros de distribuição de ENC International Center of ENC - IC-ENC (http://www.ic-enc.org/) e PRIMAR (http://www.primar.org/).

0305. Atualização de cartas náuticas e de publicações

1) Cartas náutica em papel

As atualizações para a carta em papel são divulgadas por meio de Avisos aos Navegantes (AVGANTES), à disposição dos usuários nos postos de venda e na Internet (https://www.mar.mil.br/dhn/chm/avgantes/folheto/pdf.htm), gratuitamente. Quando as atualizações na carta em papel puderem ser feitas manualmente, o usuário deve seguir as instruções contidas no Folheto de Avisos aos Navegantes (AVGANTES), sobre como escriturá-las na carta. Entretanto, se tais atualizações contiverem muitos detalhes, o que tornará difícil ao usuário atualizar sua carta, será divulgada uma atualização gráfica, chamada de "bacalhau", a ser recortada e colada nela, no espaço geográfico representado correspondente.

Nesta data somente o Serviço Hidrográfico do Reino Unido (United Kingdom Hydrographic Office - UKHO) possui autorização da Marinha do Brasil - Diretoria de Hidrografia e Navegação para a publicação de cartas náuticas em papel.

O "bacalhau" divulgado na internet possui ainda um ou mais segmentos de reta com o tamanho indicado. Isso se dá para que o usuário o imprima numa impressora colorida, para depois medir o(s) segmento(s), a fim verificar se não houve distorção.

Após a atualização, o usuário deverá lançar no rodapé da carta, no local específico para registro das atualizações, o número do AVGANTES que divulgou a mudança, bem como seu ano. Quando, no entanto, uma carta sofrer grandes mudanças, a DHN divulgará uma nova edição, a fim de manter a carta a mais atualizada possível. A nova edição é de aquisição obrigatória pelo usuário.

2) Cartas náuticas RASTER

As versões das cartas RASTER disponíveis no sítio da DHN na Internet são as atualizadas.

3) Cartas náuticas eletrônicas (ENC)

Similarmente às cartas em papel, as ENC devem ser mantidas atualizadas. Como se trata de um serviço, qualquer atualização disponível é imediatamente repassada ao usuário pelo distribuidor autorizado em que contratou a ENC, e deverá ser instalada no equipamento informado no ato da compra.

4) Publicações

As alterações nas publicações de auxílio á navegação oficiais são divulgadas por meio de Avisos aos Navegantes.

Após a atualização, o usuário deverá lançar no local específico para registro das atualizações, o número do AVGANTES que divulgou a mudança, bem como seu ano. Quando, no entanto, uma publicação sofrer grandes mudanças, a DHN divulgará uma nova edição, a fim de mantê-la o mais atualizada possível. A nova edição é de aquisição obrigatória pelo usuário.

5) Recomendações

Recomenda-se que todos os interessados no uso de cartas náuticas e publicações de auxílio à navegação que comuniquem à DHN alterações das informações constantes das mesmas, bem como, na primeira oportunidade, quaisquer discrepâncias que tenham observado entre as descrições dos auxílios à navegação e a realidade observada.

Ao se constatar quaisquer omissões ou inexatidões nas cartas ou publicações náuticas da DHN, o interessado deve encaminhar a "Folha de Correções a Cartas e Publicações Náuticas" (conforme modelo existente na parte final do AVGANTES) ao Centro de Hidrografia da Marinha por FAX (21)-2189-3210, e-mail: segnav@chm.mar.mil.br ou pelo correio (CHM - Divisão de Informações de Segurança da Navegação, Rua Barão do Jaceguai, S/N, Ponta da Areia, CEP 24.048-900, Niterói RJ), ou às Capitanias dos Portos (ou suas Delegacias e Agências) mais próximas.

CAPÍTULO 4 - ROTINA DE NAVEGAÇÃO

Seção I - Rotina de Navegação

0401. Embarcações SOLAS

Deverão adotar procedimentos, por escrito e divulgados aos tripulantes, relativos à rotina de navegação, incluindo a rotina diária para navegação oceânica, costeira, navegação em situações especiais (baixa visibilidade, águas restritas, área não hidrografada, etc.) e fundeio, e serviços de quarto do passadiço, de acordo com o preconizado na STCW.

0402. Todas demais embarcações não SOLAS autopropulsadas, com fim comercial empregadas em mar aberto com AB maior que 50

Deverão adotar procedimentos, por escrito e divulgados aos tripulantes, relativos à rotina de navegação, incluindo a rotina diária para navegação oceânica, costeira, navegação em situações especiais (baixa visibilidade, águas restritas, área não hidrografada, etc.) e fundeio, e serviços de quatro do passadiço, atendendo aos requisitos estabelecidos no Anexo B.

0403. Embarcações de pesca empregadas em mar aberto com AB superior a 500

Deverão adotar procedimentos, por escrito e divulgados aos tripulantes, relativos à rotina de navegação, incluindo a rotina diária para navegação oceânica, costeira, navegação em situações especiais (baixa visibilidade, águas restritas, etc.) e fundeio, e serviços de quatro do passadiço, atendendo aos requisitos estabelecidos no Anexo B.

0404. Embarcações de esporte ou recreio e atividades correlatas de médio e grande porte

Deverão adotar procedimentos, por escrito e divulgados aos tripulantes, relativos à rotina de navegação, incluindo a rotina diária para navegação oceânica, costeira, navegação em situações especiais (baixa visibilidade, águas restritas, etc.) e fundeio, e serviços de quatro do passadiço, atendendo aos requisitos estabelecidos no Anexo B.

0405. Embarcações empregadas em navegação interior

Quando determinado o uso obrigatório dos documentos listados em 0213, deverão adotar procedimentos, por escrito e divulgados aos tripulantes, relativos à rotina diária de navegação, incluindo a navegação em situações especiais (baixa visibilidade, águas restritas, etc.) e fundeio, e serviços de quatro do passadiço, atendendo aos requisitos estabelecidos no Anexo B.

Seção II - Diário de Navegação

0406. Obrigatoriedade e conteúdo

Todas as embarcações propulsadas, de emprego comercial em mar aberto com AB maior que 50, as de pesca empregadas em mar aberto com AB maior que 500, as empregadas em navegação interior enquadradas em 0213, e as de esporte e recreio e atividades correlatas de grande porte deverão manter um registro de todas as informações e dados relativos à navegação (data-hora de suspender, atracar, e fundear, posição, rumo, velocidade, referências de fundeio, etc.), incluindo fatores ambientais (direção e velocidade do vento, estado do mar, etc.), ou não (regime de máquinas, acontecimentos extraordinários, etc.), a ela afetos.

Esta Norma não limita a forma, os dados a serem registrados, tampouco o uso do Diário de Navegação. A Autoridade Marítima, por intermédio de Normas específicas, regulará outros aspectos do uso do Diário de Navegação.

0407. Escrituração

Quando a embarcação estiver em travessia ou fundeada, o Diário de Navegação deverá ser escriturado de acordo com a rotina indicada no Anexo B.

O registro dos dados referentes à meteorologia obedecerá ao critério e à simbologia adotados pelo "Manual do Observador Meteorológico", publicação da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.

É permitido o registro em forma digital (computador) para a escrituração do Diário de Navegação. Entretanto, para que sejam preservados os aspectos de fiscalização e controle, referentes à segurança da navegação, por ocasião da assinatura, no encerramento do Quarto de Serviço, deverá ser registrada a data-hora deste evento, de forma inviolável, a fim de não permitir que sejam feitas alterações desses dados no computador.

0408. Transmissão de informações

Toda embarcação com fim comercial com AB maior que 500, empregada em viagem com duração superior a que 48 horas, deverá elaborar um relatório diário de navegação, mantendo-os durante toda a viagem e encaminhando-os à sua Companhia. Os relatórios diários poderão ser transmitidos através de qualquer meio, desde que sejam transmitidos à companhia logo que possível após a determinação da posição mencionada em cada relatório. Poderão ser utilizados sistemas automatizados de envio de informações, desde que contenham um recurso para gravação da sua transmissão e que estes recursos e as suas interfaces com os equipamentos de determinação da posição sejam submetidos a uma verificação regular, realizada pelo Comandante. O relatório de- verá conter o seguinte:

- A posição do navio;
- O rumo e a velocidade do navio; e
- Detalhes relativos a quaisquer condições externas ou internas que estejam afetando a viagem do navio, ou a operação normal e segura do navio.

0409. VDR

Quando a embarcação adotar Registrador de Dados de Viagem (VDR) SOLAS, os dados nele gravados poderão ser dispensados de serem registrados no Diário de Navegação.

CAPÍTULO 5 - AVISOS-RÁDIO NÁUTICOS E AVISOS AOS NAVEGANTES

Este capítulo visa prestar informações sobre procedimentos e sobre padronização das informações relativas à Segurança Marítima, originadas pelos diversos Representantes da Autoridade Marítima (Capitanias, Delegacias e Agências), Organizações Militares da Marinha do Brasil, Autoridades Portuárias e usuários em geral, a serem divulgadas por meio de Avisos-Rádio Náuticos (AvRaN); e à divulgação de Avisos aos Navegantes (AVGANTES).

Seção I - Avisos-Rádio Náuticos

0501. Serviço Global de Avisos-Rádio Náuticos

É um serviço mundial coordenado de transmissão de AvRaN, estruturado pelo Sub-Comitê de Divulgação Mundial de Avisos-Rádio Náuticos da OHI, ou em inglês World-Wide Navigational Warning Service Subcommittee - WWNWS. Tem como propósito alcançar a eficiência e a eficácia na disseminação de mensagens de interesse da segurança da navegação às embarcações em trânsito/operação no mar, mediante a cooperação dos países membros da Organização Hidrográfica Internacional - OHI e dos membros da Organização Marítima Internacional - IMO. Para o tal os oceanos foram divididos em 21 áreas marítimas denominadas de "NAVAREA", cujas responsabilidades foram atribuídas aos países membros voluntários.

A IMO, pela Resolução A.706 (17) em vigor, datada de 02/FEV/1992, ratificou as diretrizes produzidas pelo WWNWS para este serviço e recomendou aos países membros a sua implementação nas respectivas áreas de responsabilidade. O Brasil é responsável pela coordenação e divulgação dos AvRaN na NAVAREA V, adicionalmente às outras informações já consolidadas pela soberania, no que se refere ao seu mar territorial e às águas interiores.

A NAVAREA V, de responsabilidade do Brasil é a área delimitada pela linha da costa brasileira, pelos paralelos 07º 00N e 35º 50S, pelo meridiano de 20º 00W e pelos limites das AJB com a Guiana Francesa e com o Uruguai. De forma prática, a NAVAREA V está compreendida entre a linha da costa brasileira e os seguintes pontos:

	LATITUDE	LONGITUDE
A	04º 30 N	051º 35 W
B	07º 00 N	049º 28 W
C	07º 00 N	020º 00 W
D	35º 50 S	020º 00W
E	35º 50 S	050º 10 W
F	33º 45 S	053º 22 W



As NAVAREAS adjacentes à NAVAREA V, são as denominadas II, IV, VI e VII, sob a coordenação, respectivamente, da França, dos Estados Unidos da América, da Argentina e da África do Sul.

0502. Origens das Informações

As informações de interesse aos navegantes são encaminhadas para divulgação em AvRaN a partir de fontes internas e/ou externas ao CHM:

i) b) Fontes Internas - são informações de perigos decorrentes dos processamentos efetuados nos dados de levantamentos hidrográficos para validação pelo CHM, do estabelecimento de obras sob/sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB, do ordenamento do tráfego aquaviário e do cancelamento ou estabelecimento de sinais náuticos autorizados pela DHN.

i) b) Fontes externas - são informações de perigos oriundas dos:

- Comandos dos Distritos Navais - ComDN, como as áreas de pesquisas sísmicas e a ativação/interdição de área marítima;
- Salvamar, para as ocorrências SAR e de coordenação SAR;
- Capitanias dos Portos e suas Delegacias e Agências (CP/DL/AG), para os reboques, alterações do balizamento sob sua responsabilidade, eventos náuticos (regata, procissão marítima, etc.) cascos soçobrados, alterações do fundo não confirmadas, derrelitos, posição de plataformas móveis e estacionárias, dragagens, leituras de réguas maregráficas, construção de pontes etc;
- CAMR/SSN - as alterações do balizamento sob sua responsabilidade;
- Navios da MB - alterações do balizamento em geral, instalação de boias de pesquisa, derrelitos, etc.
- Autoridades Portuárias, como a situação do balizamento e canais de acesso e bacias de evolução de portos e terminais (a relação atualizada das administrações portuárias é divulgada nos folhetos de Avisos aos Navegantes nºs 1 e 13); de acordo com o que preceitua a Lei nº 8630, de 25/02/1993;
- Os Coordenadores de NAVAREA, Coordenadores de Sub-Áreas ou Coordenadores Nacionais (Ex: Uruguai e Guiana Francesa) - informações de eventos de segurança da navegação que devam ser disseminados também na NAVAREA V, vizinha às suas NAVAREAs.
- Usuários em geral, com contribuições acerca de matérias correlatas à segurança da navegação, que após análise preliminar poderão ser divulgadas em AvRaN.

0503. Divulgação e Cancelamento dos AvRaN

Os AvRaN são divulgados pelos seguintes canais e horários:

I - Canais principais

Canais	Tipo de Aviso	Horários	Serviço	Frequências	Idioma
Satélite	SAR NAVAREA Costeiros	0030Z e 1230Z ou conforme a necessidade	SafetyNET	(Inmarsat-C)	Inglês
ERMRJ (PWZ-33) HF	SAR NAVAREA Costeiros	0400Z às 0500Z 1430Z às 1545Z 2130Z às 2245Z	Radio dados	4.266,0 kHz (a pedido do navegante) 6.448,0 kHz 8.580,0 kHz 12.709,0 kHz	Português Inglês e
	Locais (1)			16.974,0 kHz	Português
RENEC (VHF)	SAR	conforme a necessidade	Radiotelefonia	156,8 MHz (Canal 16)	Português e Inglês
	Costeiros (2) Locais	conforme a necessidade	Radiotelefonia	156,8 MHz (Canal 16)	Português

1) normalmente, dois dias de divulgação. Para perigos iminentes, até 42 dias de divulgação.

2) restrito a perigos iminentes.

Para qualquer uma das situações anteriormente descritas, os AvRaN Locais, cujo conteúdo não for relativo a perigos iminentes, serão divulgados em somente 2 (duas) transmissões via rádio pela PWZ-33, mesmo que permaneçam em vigor após este período.

A IMO, na Resolução A.705 (17), considera suficiente que um evento no mar seja divulgado por um período de 6 semanas, por meio de um Aviso-Rádio NAVAREA e/ou Costeiro, empregando-se um dos canais principais citados. Após esse período, o Serviço Hidrográfico provedor da informação pode divulgá-lo de outra forma oficial. Na NAVAREA V é utilizado o folheto de Avisos aos Navegantes da Área Marítima e Hidrovias em Geral, que é uma publicação quinzenal da DHN. Na divulgação/cancelamento de eventos na área marítima sob responsabilidade do Brasil, quando solicitados pelas CP/DL/AG, adotar-se-á as seguintes regras para os AvRaN:

a) AvRaN com data-término informada pela origem da mensagem, que totalize até 42 dias de divulgação:

- serão disseminados via rádio e/ou via satélite, até o seu cancelamento automático, na data-término solicitada na mensagem.

b) AvRaN com data-término informada pela origem da mensagem, que totalize período superior a 42 dias de divulgação e inferior a 360 dias:

- serão disseminados via rádio e/ou via satélite por 42 dias e, após, serão divulgados no folheto de Avisos aos Navegantes da quinzena, em inteiro teor, uma única vez;
- caso continuem em vigor, serão divulgados nos folhetos seguintes, apenas pelo número/ano, até o cancelamento automático, na data-término solicitada na mensagem, ou serão cancelados manualmente pelo operador de Avisos-Rádio, após solicitação, por mensagem da origem, para antecipar o encerramento da divulgação do aviso em relação à data-término solicitada ou registrada.
- dependendo do assunto divulgado e do período envolvido, o AvRaN poderá ser transformado em um Aviso aos Navegantes Temporário (T) ou Preliminar (P), quando tratar exclusivamente de correções à carta, transitórias ou pendentes de validação, sendo automaticamente cancelado na data-término solicitada na mensagem.

c) AvRaN com data-término não informada pela origem da mensagem ou com matéria relativa às alterações no balizamento:

- seguem o procedimento do item b acima, exceto pelo fato de o cancelamento automático estar condicionado a um prazo máximo de divulgação de 180 dias, podendo ser revalidado pela origem mediante recebimento de mensagem pelo CHM;
- caso não haja solicitação de revalidação pelo Representante da Autoridade Marítima, até 15 dias antes do cancelamento previsto, o AvRaN/Aviso aos Navegantes (T) ou (P) será automaticamente cancelado pelo sistema na data-término registrada;
- no caso específico de matérias para alterações no balizamento, a previsão de restabelecimento contida na mensagem inicial é desconsiderada, para efeito de data-término de divulgação, adotando-se 180 dias como período padrão. Para a permanência do aviso em vigor além dos 180 dias ou seu cancelamento pelo restabelecimento efetivo do sinal é necessária mensagem ao CHM pelo Representante da Autoridade Marítima.

d) Os Avisos SAR, devido à prioridade urgente, serão transmitidos tempestivamente assim que a matéria for recebida e preparada, independente de qualquer horário programado. A reativação, por mensagem ao CHM, de um evento SAR suspenso será tratada como novo Aviso SAR, com nova numeração. No caso da transmissão pela PWZ-33, a primeira mensagem será designada como operativa, para maior prioridade.

e) Nos trechos de navegação local em que a praticagem é facultativa (NORMAM-12 - anexo 4D), os eventos serão disseminados por AvRaN Costeiro, a fim de garantir a recepção em língua inglesa pelos navios SOLAS estrangeiros e outros de maior porte. Caso o conteúdo for relativo a perigos iminentes, esses AvRaN Costeiros serão divulgados excepcionalmente em português pela RENEC (VHF), a fim de garantir a recepção pelos navios de pequeno porte nacionais que trafegam na área.

f) Semanalmente, às quartas-feiras, é divulgado um AvRaN NAVAREA, com a relação numérica de todos os AvRaN e Avisos SAR em vigor.

II - Canais complementares

Canal	Tipo de Aviso	Língua de divulgação
Internet	SAR NAVAREA V Costeiros	Português e Inglês
	Locais	Português
Folheto de Avisos aos Navegantes	NAVAREA V Costeiros	Português e Inglês
	Locais	Português

a) Internet:

- o sítio na internet, www.mar.mil.br/dhn/chm/avgantes/avradio.htm, mantém a lista completa de todos os AvRaN e Avisos SAR em vigor, atualizada, em média, duas vezes por dia;
- todos os navios deverão manter atualizadas suas listas de avisos em vigor antes de cada suspender. O CHM não disponibiliza ou fornece listas de avisos cancelados ou em vigor, por outros canais que não os mencionados; e
- a solicitação de listas de AvRaN e/ou Avisos SAR cancelados é restrita às possíveis interpelações judiciais, mediante ofício ao CHM.

b) Folheto de Avisos aos Navegantes:

- serão divulgados pelos canais complementares apenas os AvRaN em vigor há mais de 42 dias e que, pela natureza da matéria e duração da divulgação, justifiquem sua permanência em vigor por meio destes canais.
- Avisos tipo SAR, interdição/ativação de área perigosa, reboque, eventos náuticos, posição de plataformas etc, normalmente não serão objeto de publicação no folheto de Avisos aos Navegantes, restringindo-se à divulgação pelo canal rádio/satélite/internet especificado.

É apresentado no Cap. V da Lista de Auxílios Rádio - LAR e na Seção I do Folheto de Avisos aos Navegantes os critérios para a classificação, numeração e os conceitos básicos sobre os AvRaN que devem ser de conhecimento dos navegantes, em prol de um melhor aproveitamento das informações de segurança da navegação disseminadas.

0504. Assuntos Afetos à Segurança da Navegação

Os assuntos listados a seguir são considerados convenientes para a divulgação por AvRaN. Esta relação não é totalmente abrangente e não esgota a gama de assuntos atinentes à segurança da navegação.

I - EVENTOS PROGRAMADOS (P)

P1 - alterações intencionais da Sinalização Náutica;

P2 - estabelecimento de novos auxílios à navegação ou mudanças significativas nos existentes, podendo vir a afetar a segurança da navegação;

P3 - reboques;

P4 - exercícios de combate à poluição ambiental; P5 - mudança ou suspensão de rotas estabelecidas;

P6 - atividades de lançamento de cabos ou tubulações, reboque de objetos submersos de grande porte para pesquisa ou exploração, emprego de submersíveis tripulados ou não tripulados, bem como outras operações submarinas que possam constituir perigos potenciais nas rotas de navegação ou próximas a elas;

P8 - estabelecimento de estruturas off-shore nas rotas de navegação ou próximas a elas;

P9 - informações relacionadas à operações militares e especiais que possam afetar a Segurança da Navegação, envolvendo "Interdições de Áreas" ou "Ativação de Áreas Perigosas", como, por exemplo: manobras militares, lançamento de mísseis, missões espaciais, testes etc. É importante que, quando o grau de perigo for conhecido, esta informação seja incluída no Aviso atinente.

P10 - operações de navios sísmicos e de pesquisas;

P11 - eventos festivos e esportivos náuticos nas rotas de navegação ou próximos a elas; P12 - obras sob e sobre águas;

P13 - operações de dragagem;

P14 - movimentações de plataformas de petróleo;

P15 - estabelecimento/existência de boias oceanográficas e meteorológicas; P16 - estabelecimento de recifes artificiais;

P17 - nível de réguas fluviais para a navegação com uso do ábaco em carta náutica; e P18 - embarcação em faina de mergulhadores.

As informações sobre eventos programados serão encaminhadas ao CHM via Comando dos Distritos Navais, conforme preconizado nestas normas.

II - EVENTOS IMPREVISTOS (I)

I1 - alterações não intencionais da Sinalização Náutica;

I2 - existência de pedras, alto-fundos e recifes perigosos à navegação; I3 - existência de cascos soçobrados;

I4 - navios/embarcações encalhados (as) e/ou abandonados (as); I5 - existência de derrelitos perigosos à navegação;

I6 - existência de minas à deriva;

I7 - atos de pirataria e assalto armado contra navios; I8 - operações de busca e salvamento (SAR); e

I9 - operações de combate à poluição ambiental.

As informações sobre eventos tipo I1, I3, I4, e I5, (alterações em sinais náuticos e em batimetria, cascos soçobrados, encalhes, existência de derrelitos, etc.) deverão ser encaminhadas diretamente ao CHM por mensagem ou fax, com informação ao ComDN e ao Agente da Autoridade Marítima da área. No caso de informação sobre alteração em sinais náuticos, o Serviço de Sinalização Náutica Distrital (SSN) e o Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego (CAMR) também deverão ser endereçados de informação, conforme consta nestas normas.

Essas informações serão divulgadas em AvRaN tão logo recebidas pelo CHM. Contudo, deverão ser analisadas pelos endereçados de informação acima mencionados, os quais, caso constatem que elas estejam incompletas ou equivocadas, alertarão ao CHM, com a máxima brevidade possível, para a devida correção.

III - ANTECEDÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

O envio de informações sobre eventos programados com antecedência inadequada poderá comprometer a Segurança da Navegação. Os seguintes períodos mínimos de antecedência para as informações sobre eventos programados deverão ser observados:

a) Informações sobre dragagens, reboques, eventos esportivos, movimentação de plataformas de petróleo, obras sobre/sob águas e operação de navios sísmicos e de pesquisa deverão ser encaminhadas ao CHM com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início do evento; e

b) informações sobre interdição de área ou ativação de área perigosa à navegação deverão ser encaminhadas ao CHM com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes do início do evento, conforme estabelecido nestas normas.

IV - ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações enviadas ao CHM para divulgação via rádio/via satélite deverão ser verificadas e acompanhadas pelos Agentes da Autoridade Marítima, a fim de que permaneçam atualizadas e reflitam a realidade do fato ou do evento em ocorrência na área afetada.

0505. Composição das Mensagens

Para obter o máximo impacto sobre o navegante, é necessário que as informações sejam apresentadas de forma clara, inequívoca e concisa. Isso pode ser assegurado pelo uso de mensagens estruturadas, que apresentem o texto em um formato padrão, com palavras-chave, enfatizando os aspectos mais importantes da ideia que se deseja transmitir.

O data-hora deve especificar obrigatoriamente o fuso de referência Zulu.

As coordenadas geográficas (Lat/Long) devem ser obrigatoriamente informadas em graus, minutos e centésimos de minutos, no Datum WGS-84 e/ou no Datum da carta, bem como o número da carta. Utilizar como referência a carta de maior escala que abrange a área afetada.

A informação mínima para ser divulgada em um AvRaN ou em um Aviso SAR, para que o navegante possa evitar um perigo é:

PERIGO + POSIÇÃO

É usual, entretanto, incluir alguns detalhes para permitir alguma liberdade de ação nas proximidades do perigo. Isto significa que a mensagem pode fornecer dados extras, suficientes para o navegante estar apto a RECONHECER o perigo e a AVALIAR seu efeito sobre a navegação.

As Informações sobre Segurança Marítima para os eventos abaixo relacionados devem ser enviadas ao CHM contendo os seguintes dados:

I - Reboque:

nome do rebocador;

nome do rebocado;

tipo (plataforma de petróleo, navio, balsa etc.);

comprimento do dispositivo de reboque;

velocidade média do reboque;

porto/ponto de partida;

porto/ponto de chegada;

ETD; e

ETA.

II - Obras sob/sobre águas, tais como dragagens, derrocamentos, demolições submarinas:

tipo da obra;

coordenadas geográficas (Lat/Long) que delimitem a área afetada;

tipo e nome das embarcações que estarão apoiando a execução da obra no local;

data do início dos serviços; e

data prevista para o encerramento dos serviços.

III - Eventos festivos e esportivos:

tipo do evento festivo/esportivo;

coordenadas geográficas (Lat/Long) ou pontos notáveis que delimitem a área afetada;

percurso do evento;

data-hora do início do evento; e

data-hora do término do evento.

IV - Derrelitos:

coordenadas geográficas (Lat/Long) na carta náutica de maior escala da área;

descrição do derrelito (tipo, cores, dimensões aproximadas, inscrições visíveis etc.); e

data-hora em que o derrelito foi avistado na posição informada.

Observação: Visando aperfeiçoar a informação de segurança da navegação relativa à derrelito (objeto abandonado, à deriva, especialmente embarcações abandonadas e que constituam perigo à navegação), a informação deverá ser divulgada em AvRaN somente por 72 (setenta e duas) horas, a partir da data de seu recebimento, sendo cancelada ao final deste período. Tão logo sejam obtidas novas informações sobre a posição e descrição do derrelito, assim como outros dados importantes para sua melhor identificação, as mesmas serão divulgadas por um novo AvRaN.

O procedimento acima exposto deverá ser cumprido até que o derrelito não mais represente perigo à navegação, culminando no cancelamento definitivo do AvRaN.

V - Cascos soçobrados e navios ou embarcações encalhados (as) ou abandonados (as):

coordenadas geográficas do casco à luz da carta náutica de maior escala da área do sinistro. Na impossibilidade de se obter uma posição exata, informar as coordenadas aproximadas, acompanhadas da expressão "posição aproximada";

situação do casco, se visível ou não na preamar/baixa-mar;

informar se o casco está sinalizado. Caso esteja, descrever o sinal e informar as coordenadas geográficas do mesmo. Caso necessário, poderá ser solicitado apoio ao SSN da área de jurisdição; e

informar, assim que possível, se o casco será removido ou se será deixado em caráter definitivo no local, a fim de que, neste último caso, o mesmo possa ser representado nas cartas náuticas da área.

VI - Boias Oceanográficas e Meteorológicas, perigosas à navegação:

data do estabelecimento efetivo da boia no local;

tipo e descrição da boia (ex.: boia de fundeio tipo Atlas - formato toroidal - cores branca e laranja, equipada com refletores radar);

posição - coordenadas geográficas da boia na Carta Náutica de maior escala da área;

característica luminosa da boia (ex: Lp. B. 5s 3M);

período previsto de permanência da bóia no local; e

data da retirada efetiva da boia.

Observação: Caso os equipamentos de pesquisa estejam demarcados por uma boia de sinalização náutica, os dados acima descritos, relacionados agora à esta boia de sinalização náutica, deverão, também, ser fornecidos para divulgação aos navegantes.

VII - Sinalização Náutica:

região, localidade e referência geográfica (facultativa);

nome e número de ordem (NRORD) do sinal, de acordo com a Lista de Faróis ou Lista de Sinais Cegos, conforme o caso; e

- alteração ocorrida, de acordo com a seguinte terminologia:
- ALCANCE REDUZIDO
- ALCANCE RESTABELECIDO
- APAGADA (O)
- À DERIVA
- CARACTERÍSTICA IRREGULAR
- DESAPARECIDA
- DESTRUÍDO
- EXIBINDO LUZ FIXA
- FORA DE POSIÇÃO - (indicar a nova posição)
- RESTABELECIDA (O) (características restabelecidas)
- REPOSICIONAMENTO - (indicar a nova posição)
- SEM MARCA DE TOPE
- RETIRADA DEFINITIVAMENTE
- SETOR DE VISIBILIDADE ALTERADO
- SETOR DE VISIBILIDADE OBSTRUÍDO
- SETOR DE VISIBILIDADE RESTABE- LECIDO
- SOÇOBRADA
- SUBSTITUÍDA POR BOIA CEGA
- SUBSTITUÍDA POR BOIA LUMINOSA - (características)
- RETIRADA TEMPORARIAMENTE -(período)
- SUBSTITUÍDA POR FAROLETE
- RECOLOCADA

Observações:

a) quando a OM informante for a responsável pela manutenção do balizamento envolvido, deverá ser informada a previsão para o restabelecimento e, se possível, a causa da irregularidade; e

b) quando a manutenção do sinal estiver sob a responsabilidade de uma entidade extra MB, a mensagem deverá ser complementada com o nome da referida entidade (ex.: balizamento da CDRJ; sinal mantido pelo Condomínio das Gaivotas; responsável pela manutenção Petrobras S.A. etc.).

VIII - Navio realizando levantamento sísmico, magnético, batimétrico, ou executando atividades afins:

nome da embarcação;

características visuais da embarcação (cor do casco e da superestrutura);

tipo de serviço a ser realizado;

quantidade e comprimento dos cabos a serem rebocados (se houver);

características diurna e noturna das boias que sinalizam a extremidade dos cabos (se houver);

área de operação (expressa por coordenadas geográficas);

velocidade média de operação;

início e término da operação (hora, fuso "ZULU" - dia - mês e ano); e

distância (em milhas náuticas) a ser mantida por outras embarcações durante a operação.

Observação: Durante o período de operação, o responsável pela embarcação deverá cumprir as seguintes determinações: alocar áreas compatíveis com a operação, para um período máximo de três dias, atualizando-as sempre que necessário e cancelando a área quando a operação tiver sido interrompida ou quando o navio encontrar-se no porto.

0506. Recomendações Gerais para os AvRaN

a) Quando a natureza do evento exigir a comunicação urgente do ocorrido e não se dispuser de todos os dados discriminados nestas instruções, a informação será divulgada com os dados disponíveis, sendo os demais dados comunicados posteriormente, com a maior brevidade possível.

b) Com o propósito de manter a confiabilidade dos AvRaN, os Agentes da Autoridade Marítima e os SSN Distritais deverão, semestralmente, até os dias 01/JUN e 01/DEZ, comunicar ao CHM e ao CAMR as dificuldades encontradas para atualização dos referidos avisos de suas áreas de responsabilidade ainda em vigor, bem como os motivos de atraso na consecução dos serviços necessários.

Seção II - Avisos aos Navegantes

0507. Avisos aos Navegantes

Aviso aos Navegantes é a denominação dada à informação divulgada sobre as alterações ocorridas nas áreas marítimas, fluviais e lacustres, do Brasil e de países estrangeiros, abrangidas pelas cartas náuticas e publicações editadas pela DHN. Incluem informações que afetam a Segurança da Navegação e outras ocorrências que interessam à navegação oceânica, de cabotagem e interior. Essas informações podem ser antecipadas aos navegantes pela transmissão de Avisos-Rádio Náuticos, conforme especificado no quadro do item 8, da Seção I do Folheto de Avisos aos Navegantes; pela publicação no próprio Folheto e por meio de divulgação na "Internet".

I - CLASSIFICAÇÃO DOS AVISOS

Em função do propósito a que se destinam, os Avisos são classificados como Avisos Temporários (T), Avisos Preliminares (P), Avisos Permanentes e Avisos Permanentes Especiais (APE).

- Avisos Temporários - proveem informações de correções de caráter transitório. As correções nas cartas náuticas decorrentes destes avisos devem ser feitas a lápis.

- Avisos Preliminares - antecipam informações de correções, que, posteriormente, serão objeto de Avisos Permanentes. As correções na carta náutica decorrente destes avisos devem ser feitas a lápis.

- Avisos Permanentes - proveem informações de correções definitivas. As correções decorrentes destes avisos na carta devem ser feitas a caneta ou por inserção de bacalhaus ou notas, conforme o caso. Após a realização da correção, o campo de "Pequenas Correções" (canto inferior esquerdo da carta) deve ser preenchido com o ano e o número do Aviso Permanente correspondente.

- Avisos Permanentes Especiais - embora não impliquem em correções às cartas náuticas, destinam-se a prover informações gerais de caráter permanentes, importantes aos navegantes, tais como exercícios militares, regata, eventos comemorativos, etc.

II - NUMERAÇÃO DOS AVISOS

Os Avisos Temporários, Preliminares e Permanentes são identificados pela letra indicativa da região de ocorrência, seguida de numeração seqüencial anual única (a partir de 001) e letra indicativa do tipo de aviso (no caso de Aviso Temporário - T, e Preliminar - P), e do ano de entrada em vigor do aviso.

Exemplos: A 78(T)/05 (Aviso Temporário da Bacia Amazônica, do ano de 2005).

N 94(P)/06 (Aviso Preliminar da Costa Norte, do ano de 2006).

E 2/06 (Aviso Permanente da Costa Leste, do ano de 2006).

Os Avisos Permanentes Especiais são identificados pela sigla "APE" seguida de numeração sequencial anual e do ano de entrada em vigor do aviso.

Exemplo: APE 5/99 (Aviso Permanente Especial, do ano de 1999).

Os limites geográficos que definem as regiões acima citadas constam do Cap. V da Lista de Auxílios Rádio - LAR, e na Seção I do folheto de Avisos aos Navegantes.

III - REFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES, POSIÇÕES

a) As marcações referentes a setores de visibilidade de faróis, direções de luzes de alinhamento, de objetos conspícuos e de direções indicadoras de perigos, são as verdadeiras, de 000º a 360º, tomadas ao largo, no sentido do movimento dos ponteiros do relógio. Quando, nas descrições de perigos, suas posições forem informadas por uma distância e uma marcação, estas serão dadas a partir do ponto estabelecido como referência.

b) As posições geográficas são expressas em graus, minutos e centésimos de minutos e referem-se, salvo indicação em contrário, ao "DATUM" da carta náutica de maior escala da área.

c) Os horários referem-se, salvo indicação em contrário, à Hora Média de Greenwich (HMG).

d) As profundidades são referidas ao nível de redução da carta.

e) As altitudes são dadas em metros e referidas ao nível médio do mar.

f) As plataformas fixas estão posicionadas conforme representado nas cartas náuticas brasileiras. As plataformas móveis e navios-sonda têm suas posições divulgadas, periodicamente, por meio de Aviso-Rádio Náutico (AvRaN).

g) As informações referentes aos faróis, balizamento luminoso e sinais de cerração devem ser consultadas na "Lista de Faróis".

h) As informações referentes a balizamento e sinais cegos devem ser consultadas na "Lista de Sinais Cegos".

i) As informações referentes a auxílio rádio à navegação marítima devem ser consultadas na "Lista de Auxílios-Rádio".

j) As informações referentes à Meteorologia devem ser consultadas no "METEOROMARINHA".

k) Informações de caráter geral, tais como descrição da costa, informações sobre demanda dos portos e fundeadouros, perigos, profundidades em barras e canais, informações meteorológicas, recursos de portos, estações de sinais visuais de toda natureza, etc., devem ser consultadas no "Roteiro".

l) As posições deverão ser definidas por um dos seguintes métodos:

Marcação e distância de um objeto cartografado permanente e bem definido, com latitude e longitude aproximadas sempre que possível;

Diferença de latitude e longitude para um objeto cartografado permanente bem definido;

Latitude e longitude precisas (referentes à carta afetada de maior escala mencionada primeiro ou à carta cujo número é mostrado entre parênteses). A posição exata por latitude e longitude deve sempre ser dada de forma que esteja de acordo com o sistema de graduação de coordenadas que aparece na carta.

IV - RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se ao navegante que leia na Seção I do folheto de Avisos aos Navegantes, assim como no Cap. V da Lista de Auxílios Rádio - LAR, os critérios para a classificação, numeração, estrutura para a escrituração dos avisos, estrutura dos folhetos de Avisos aos Navegantes divulgados pela DHN e os conceitos básicos sobre os Avisos aos Navegantes que devem ser de conhecimento dos navegantes, em prol de um melhor aproveitamento das informações de segurança da navegação disseminadas e a correta atualização das cartas náuticas afetadas.

Anexo A: Andaina de cartas náuticas de uso obrigatório em mar territorial brasileiro

A relação de cartas abaixo propicia o planejamento, a plotagem e o monitoramento das posições para a viagem prevista.

Esta Andaina também atende à Resolução MSC.232 (82) da IMO, Apêndice VII, parágrafo 3.7, para o navegante que utiliza o ECDIS sem possuir um segundo ECDIS como backup.

Do mesmo modo, atende ao estabelecido para as embarcações dotadas de ECS e que não possuem um segundo ECS como backup.

NAVEGAÇÃO	Cartas Náuticas						
OCEÂNICA (além de 50 MN da costa)	INT-216	INT-202	INT-201	*INT-2002	INT-2003	*INT-2004	*INT-2005
	INT-2006	*INT-2007	INT-2008	*INT-2009	(*) Cartas planejadas		
	*INT-2104	*INT-2105	*INT-2106	*INT-2107	*INT-2108	INT-2109	INT-2110
COSTEIRA (até 50 MN da costa)	INT-2111	INT-2112	INT-2113	INT-2114	INT-2115	100	200
	300	400	1000	1100	1200	1300	1400
	INT-2123	INT- 2124	1700	INT-2126	2000	2100	2200

ACESSO A PORTOS E TERMINAIS								
Nome	Local	UF	Índice	Cartas Náuticas				
Tramandaí (TEDUC)	Terminal	RS	14	2110				
Rio Grande	Porto	RS	14	2110	2101			
Lagoa dos Patos	Acesso	RS	15	2102	2103	2104		
Pelotas	Porto	RS	15	2102	2103	2104		
Porto Alegre	Porto	RS	15	2140	2105	2110	2103	2107	2109
Santa Clara	Terminal	RS	15	2113				
Imbituba	Porto	SC	13	1910	1907	1908		
Itajaí	Porto	SC	12	1801				
São Francisco do Sul	Porto	SC	12	1830	1804			
São Francisco do Sul	Terminal	SC	12	1830	1804			
Paranaguá	Porto	PR	12	1821	1822	1820		
Antonina	Porto	PR	12	1821	1822	1820		
Ponta do Félix	Terminal	PR	12	1821	1822	1820		
Cananéia	Porto	SP	10	1703				

ACESSO A PORTOS E TERMINAIS							
Nome	Local	UF	Índice	Cartas Náuticas			
Santos	Porto	SP	10	1711	1701		
Dow Química	Terminal	SP	10	1711	1701		
Conceiçãozinha	Terminal	SP	10	1711	1701		
Cutrule	Terminal	SP	10	1711	1701		
São Sebastião	Porto	SP	10	1641	1642	1643	1644
TEBAR (São Sebastião)	Terminal	SP	11	1641	1642	1643	1644
Angra dos Reis	Porto	RJ	11	1607	1621	1631	1636
TEBIG (Petrol.Ilha Grande)	Terminal	RJ	11	1607	1621	1631	1636
Itaguaí (Ex-Sepetiba)	Porto	RJ	11	1607	1621	1622	1623
Rio de Janeiro	Porto	RJ	11	1511			
Niterói	Porto	RJ	9	1511	1515		
Baía de Guanabara	Terminal	RJ	9	1511	1512		
Forno	Porto	RJ	8	1503			
Imbetiba	Terminal	RJ	8	1507			
Vitória	Porto	ES	8	1401	1410		
Tubarão	Porto	ES	8	1401	1410		
Praia Mole	Terminal	ES	8	1401	1410		
Ponta do Ubu (SAMARCO)	Terminal	ES	8	1420			
Ilhéus	Porto	BA	6	1210	1201		
Camamú	Porto	BA	6	1131			
Salvador	Porto	BA	7	1110	1102		
Aratu	Porto	BA	7	1110	1104	1103	
Madre de Deus	Terminal	BA	7	1110	1104	1105	
Barra dos Coqueiros	Porto	SE	6	1001			
TECARMO - Carmópolis	Terminal	SE	6	1003			
Suape	Porto	PE	5	906			
Itapessoca	Porto	PE	5	910	903		
Cabedelo	Porto	PB	5	806	830		
Natal	Porto	RN	5	810	802		
Guamaré	Terminal	RN	5	720	704		

ACESSO A PORTOS E TERMINAIS											
Nome	Local	UF	Índice	Cartas Náuticas							
Macau	Porto	RN	5	720	702						
Areia Branca (TERMISA)	Terminal	RN	4	720	703						
Mucuripe (Fortaleza)	Porto	CE	4	710	701						
Pecém	Porto	CE	4	710	705						
Camocim	Porto	CE	4	601							
Luís Corrêa	Porto	PI	4	515							
Ponta da Madeira	Terminal	MA	2	410	413						
Itaqui	Porto	MA	2	410	413						
Alumar	Terminal	MA	2	410	414						
Belém	Porto	PA	2	311	312	313	314	315	316	320	
Vila do Conde	Terminal	PA	2	311	312	313	314	315	316	304	
Rio Amazonas (acesso pela Barra Norte)			2	201	202	203	204	242	243	244	
			3	4101A							
Rio Amazonas (acesso pelo rio Pará e Estreitos)			2	311	312	313	314	315	316	304	
			3	305	306	4341	4343A	4343B	243	244	
				4102A							
Munguba (Terminal Jari)	Porto	PA	3	4201A	4201B	4202A	4202B				
Trombetas (acesso rio Amazonas)	Porto	PA	3	4102A	4102B	4103A	4103B				
Trombetas (acesso rio Trombetas)	Porto	PA	3	4401A	4401B	4402A	4402B				
Itacoatiara	Terminal	AM	3	4102A	4102B	4103A	4103B	4104A	4104B	4105A	
				4105B	4106A						
Manaus	Porto	AM	3	4102A	4102B	4103A	4103B	4104A	4104B	4105A	
				4105B	4106A	4106B	4110				
Teffé	Terminal	AM	3	4102A	4102B	4103A	4103B	4104A	4104B	4105A	
				4105B	4106A	4106B	Atlas 4150 Rio Solimões Série A e B				

Anexo B: Diretrizes e recomendações para a elaboração de Rotina Diária de Navegação

1) Antes do início da travessia

O período que antecede uma travessia é o período de planejamento da viagem. Nele devem ser realizados:

- Verificação da disponibilidade das cartas e publicações náuticas necessárias;
- Atualização das cartas e publicações náuticas previstas a serem utilizadas;
- Conferência dos Datum das cartas náuticas e obtenção dos valores de conversão de Datum tendo como referência o WGS-84;
- Obtenção das informações meteorológicas para o período e trajeto da travessia;
- Verificação da funcionalidade dos equipamentos previstos na dotação desta Norma;
- Reparos indicados pelas verificações;
- Elaboração do planejamento da viagem: relação das cartas náuticas a serem utilizadas; traçado da derrota nas cartas de maior escala: identificação dos pontos de guinada e pontos relevantes relacionados à operação da embarcação, com Latitude, Longitude, e a hora estimada do evento. Deverá ainda, verificar os fusos horários, bem como as suas alterações ao longo das estações do ano, para cada porto a ser visitado.

2) Durante a travessia

2) 1) Generalidades

O tipo de navegação a ser realizada - oceânica, costeira, ou águas restritas - varia com a situação apresentada e será decisão do Comandante. Contudo, após decidir-se qual o tipo de navegação a ser utilizada, a precisão requerida e a frequência de determinação da posição não devem ser maiores que aquelas constantes dos critérios estabelecidos.

Tipo de navegação*	Distância da costa ou do perigo mais próximo	Profundidade média	Precisão requerida para as posições	Frequência de determinação das posições
Navegação em águas restritas	Menor que 3 MN	Menor ou igual a 20 metros	Máxima (melhor que 0,05MN ou 100 jardas)	Cada 3 minutos em média
Navegação costeira	De 3 a 50 MN	De 20 a 200 metros	0,10 MN ou 200 jardas	10 a 30 minutos
Navegação Oceânica	Maior que 50 MN	Maior que 200 metros	1 a 2 MN em média	No mínimo 3 vezes ao dia

(*) Ver definições relativas à "Navegação" no Capítulo 1 destas Normas.

Quando houver possibilidade de o navio atingir águas rasas, o intervalo entre observações deve ser alterado, de modo a propiciar duas observações adicionais além da última obtida.

Sempre que for obtida uma posição, independente do tipo de navegação realizada, traça-se, a partir dela, o rumo do navio e duas posições estimadas. Ao determinar uma nova posição, deve-se calcular a corrente e estabelecer o rumo na superfície e a velocidade, a fim de percorrer a derrota desejada.

Sempre que ocorrer uma das seguintes situações, uma posição estimada deve ser plotada:

- nas horas cheias ou meias horas;
- nas ocasiões de mudança de rumo;
- nas ocasiões de mudança de velocidade;
- nos momentos em que for traçada uma Linha de Posição (LDP); e
- nos momentos em que for determinada uma posição observada.

Tendo em vista que o uso de papel vegetal pode dificultar a visualização de perigos a navegação, uma carta náutica não deve ter qualquer tipo de papel sobre ela, independente do tipo de navegação realizada.

Em qualquer tipo de navegação deve-se utilizar, sempre, a carta de maior escala disponível.

Sempre que for determinada a posição do navio, por qualquer método, devem ser feitas verificações com outros sistemas e informações disponíveis, tais como GPS, profundidade, alinhamentos, etc.

Todos os auxílios a navegação devem ter confirmadas suas características, de acordo com o contido nas publicações pertinentes. As anormalidades devem ser anotadas para comunicação à Diretoria de Hidrografia e Navegação / Centro de Hidrografia da Marinha o mais rápido possível, pelos meios previstos nos Avisos aos Navegantes.

Devem ser feitas comparações entre as agulhas magnética e giroscópica e preenchido o livro correspondente, que deverá ser assinado pelo Oficial de Quarto.

Independente da precisão requerida, é desejável que sejam utilizadas, em conjunto, a navegação visual, radar e satélite associadas à carta náutica; e a navegação satélite associada ao ECDIS ou ECS. Devem ser aproveitadas as vantagens de cada método e tipo de posicionamento de acordo com os níveis de dependência relacionados na tabela abaixo, de forma a garantir a segurança da navegação do navio em caso de perda de contato com terra, mudança nas condições meteorológicas, alteração do estado do mar, perda de energia elétrica, falha humana ou problemas de funcionamento de equipamentos de navegação do navio e de sistemas externos. Tal procedimento permite, ainda, que os três métodos sirvam para comparação e calibragem entre si.

Navegação		Nível de dependência						Obs.
Método	Tipo de posicionamento	Terra	Meteorologia	Estado do mar	Energia elétrica	Fatores humanos	Sistemas externos	
Visual (carta náutica em papel)	Astronômico	nulo	alto	médio	nulo	alto	nulo	
	Marcações verdadeiras	alto	alto	médio	alto	alto	nulo	
	Marcações relativas	alto	alto	médio	nulo	alto	nulo	
	Segmentos capazes	alto	alto	alto	nulo	alto	nulo	
Eletrônico radar (carta náutica em papel)	Distâncias	alto	médio	baixo	alto	médio	nulo	
	Marcações	alto	médio	baixo	alto	médio	nulo	
	Indexado	alto	médio	baixo	alto	médio	nulo	
Eletrônico satélite (carta náutica em papel e ENC)	GPS	nulo	baixo	nulo	médio	baixo	alto	
	DGPS	médio	baixo	nulo	médio	baixo	alto	

2) 2) Rotina diária de Navegação Astronômica

A Rotina Diária de Navegação, em viagem, varia de acordo com as características da embarcação.

Nos incisos que se seguem é descrita a rotina mínima necessárias à navegação astronômica, a ser realizada em um período de 24 horas. Esta rotina deve ser realizada sempre que possível, mesmo havendo disponibilidade de modernos equipamentos de navegação, em virtude da possibilidade de uma eventual falha ou codificação dos sinais eletrônicos de auxílio à navegação.

A prática da navegação astronômica deve ser incentivada à bordo.

Manhã:

- Fazer a observação do crepúsculo matutino e, posteriormente, fazer o cálculo e a plotagem da posição;
- calcular o desvio da giro (Azimute do Sol);
- executar um acerto geral de relógios, pelo sistema de comunicação interno, no Quarto D'Alva;
- dar corda nos cronômetros e comparadores e calcular o estado absoluto, registrando-os no "Livro dos Cronômetros e Comparadores";
- calcular a reta da manhã, cerca de 0900h local, e plotá-la na carta;
- limpar os equipamentos óticos; e
- observar a passagem meridiana e, posteriormente, fazer o cálculo e traçar a reta correspondente na carta náutica.

Tarde:

- Calcular a reta da tarde, cerca de 1500h local, pela observação do sol e, posteriormente, fazer a plotagem na carta;
- preparar e fazer a observação do crepúsculo vespertino e, posteriormente, fazer o cálculo e a plotagem da posição;
- calcular o desvio da giro (pôr-do-sol); e
- preparar o crepúsculo matutino.

2) 3) Navegação em águas restritas

Navegação em Águas Restritas é aquela realizada quando a proximidade a perigos traz restrição à manobra do navio. Ela é realizada nas entradas/saídas de portos, travessias de estreitos, canais, lagos, rios, etc.

Como já visto anteriormente, a navegação em águas restritas deve ser adotada quando a distância do navio ao perigo mais próximo for menor que 3 milhas ou a profundidade local for menor que 20 metros. Nestas condições, a posição do navio deve ser determinada a cada três minutos, com uma precisão de 100 jardas ou maior.

Deve-se ter em mente que os limites acima mencionados não são rígidos, podendo variar com a situação.

A proximidade aos perigos exige que o navio seja posicionado com precisão; sendo assim, a navegação deve ser precedida por um meticuloso planejamento.

Este planejamento exige um conhecimento das características de manobra do navio, que são os seus Dados Táticos.

Preparação:

Para a navegação em águas restritas, deve-se:

- sinalizar na carta náutica:
  as linhas de perigo, na cor vermelha;
  as derrotas a serem percorridas pelo navio, anotando o rumo verdadeiro e magnético ;
  a velocidade e o ângulo do leme utilizados como parâmetros no cálculo do avanço e afastamento para as guinadas;
  as marcações para as guinadas, em relação a um ponto notável, bem como as marcações para este ponto, a partir das posições situadas a 500, 400, 300, 200 e 100 jardas do ponto de guinada;
  os pontos a serem usados para navegações radar e visual, na cor verde (o mesmo ponto pode ser usado em ambas as situações), utilizando-se um quadrado para indicar ponto a ser usado pelo radar e um círculo para indicar aquele que pode ser usado para observação visual;
  o diagrama velocidade x tempo;
  os pontos que possam vir a ser utilizados para navegação, por letras;
  os pontos de mudança de carta;
  a altura do obstáculo (ponte ou obstrução), sob o qual o navio vá passar; e
  as linhas de posição de segurança, caso necessário.
- indicar, sobre a reta paralela indexada, o ponto de guinada e as posições situadas a 500, 400, 300, 200 e 100 jardas deste ponto;
- plotar as retas de segurança, para a navegação paralela indexada;
- estudar as tabelas de aceleração e desaceleração, e outros dados de máquinas julgados pertinentes;
- realizar um "briefing" de navegação (apresentação e discussão do planejamento para a equipe de navegação e o Comandante. Ver item abaixo);
- considerar os avanço e afastamento a serem empregados durante as guinadas; e
- confeccionar o gráfico para a maré prevista, em papel milimetrado, e afixá-lo em local que possa ser facilmente visualizado pelo Oficial de Quarto e Equipe de Navegação, durante a navegação em águas restritas.

Briefing de Navegação:

O "Briefing", de Navegação deve ser feito toda vez que o navio for realizar navegação em águas restritas.

Ele deve ser feito pelo Navegador e assistido por todos os envolvidos na navegação a ser realizada.

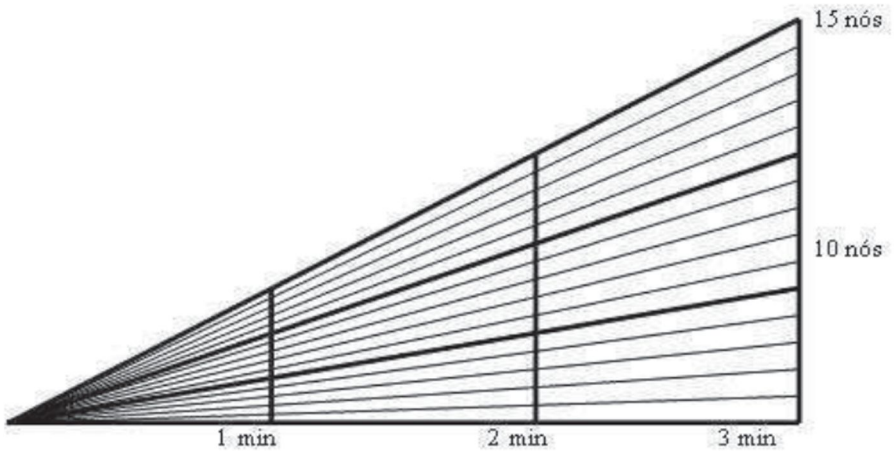
Durante o "briefing", o Navegador deve apresentar as cartas, devidamente preparadas, a serem utilizadas e a derrota a ser percorrida. Nele, devem ser ressaltados os perigos à navegação, bem como os nomes e referências utilizados para cada ponto de navegação, entre outros assuntos julgados importantes pelo Navegador.

Diagrama Velocidade x Tempo:

O Diagrama Velocidade x Tempo, mostrado na figura abaixo, é um recurso muito útil que pode ser desenhado em qualquer carta. Ele necessita ser, obrigatoriamente, traçado na escala da carta em uso. Ele é usado para medir a distância percorrida, durante intervalos de um, dois e três minutos, a várias velocidades.

Por exemplo, se o seu navio está com uma velocidade de 10 nós e se deseja plotar uma posição estimada para daqui a dois minutos, simplesmente abra o compasso na linha de dois minutos, a partir da base até o ponto onde a linha de 10 nós cruza a de dois minutos. Esta é a distância que o navio vai percorrer em dois minutos, com a velocidade de 10 nós.

Quando a carta náutica for usada em um ambiente com luz predominantemente vermelha, que impeça a visualização da linha de perigo traçada em vermelho, o traçado da mesma deve ser reforçado a lápis.



De maneira inversa, este diagrama possibilita determinar a velocidade em função da distância percorrida em um determinado tempo. Isto permite calcular com maior rapidez a velocidade da corrente, facilitando a navegação em águas restritas, visto que a rapidez é fundamental para permitir a obtenção de posições no intervalo necessário.

Execução:

A navegação em águas restritas deve ser feita com um dispositivo especialmente preparado para a manobra (preferencialmente uma Equipe de Navegação).

Normalmente, o dispositivo deve ser ativado 30 minutos antes de o navio entrar em águas restritas.

Quando navegando em águas restritas, alguns procedimentos devem ser executados a fim de permitir uma maior segurança para o navio. Dentre eles, destacam-se:

- antes de mudar para a nova carta, a última posição na carta substituída deve ser plotada na nova carta, sempre por marcação e distância de um ponto de terra ou auxílio à navegação, bem definido em ambas as cartas;
- toda vez que for obtida uma posição, o Plotador deve traçar as duas próximas posições estimadas, a partir dessa posição;
- quando o navio estiver se aproximando do ponto de guinada e, após a obtenção de uma posição, for estimado que na próxima posição o navio já terá passado deste ponto, o Navegador determinará que o Observador do Pelorus (quando existente) passe a enviar continuamente a marcação do ponto notável para a guinada, e informará ao Oficial de Quarto, baseado nas marcações do referido ponto, a distância para o ponto de guinada;
- calcular os elementos da corrente (rumo e velocidade), pelo menos duas vezes para cada novo rumo assumido pelo navio na sua derrota, caso o tamanho da pernada permita. Se houver incoerência nos elementos calculados, o Navegador deve sanar o problema. Havendo oportunidade, procurar calcular a corrente após cada posição obtida;
- caso haja efeitos de corrente ou maré, calcular o rumo para compensá-los;
- no caso de marcações visuais, elas devem ser tomadas primeiramente pelo través, depois pela proa e por fim pela popa. Caso sejam distâncias radar, elas devem ser tomadas primeiramente da proa, depois da popa e por último do través;
- determinar uma posição toda vez que o navio estabilizar em um novo rumo;
- na determinação de posições, as boias não devem ser utilizadas como ponto a ser marcado;
- na identificação dos pontos notáveis a serem marcados, a Equipe de Navegação deve usar a designação por letras, já mencionada, a fim de permitir uma comunicação rápida e eficiente entre os membros dessa equipe. Não deve ser usado o nome destes pontos constantes na carta náutica;
- todos os navios fundeados nas proximidades da derrota devem ser plotados na carta, verificando se interferem na mesma; e
- o Oficial de Quarto, Observadores e Operadores Radar devem possuir um diagrama da carta náutica para auxiliá-los, entre outras coisas, na identificação dos pontos marcados. Tal croqui deve ser uma réplica da carta utilizada, contendo as informações necessárias para cada uma daquelas funções.

Qualidade da Posição

A fim de possibilitar ao Comandante e ao Oficial de Quarto saber se está sendo realizada uma navegação segura, toda vez que forem transmitidas as informações padrões, para ambos, deve ser informada a qualidade das posições.

Deve-se atribuir a seguinte qualidade para as posições:

- boa - quando, pelo menos, três LDP cruzam em um ponto e cujo erro é menor do que 50 jardas; e
- satisfatória - quando, pelo menos, três LDP se cruzam em um ponto, mas cujo erro é maior do que 50 jardas; contudo, o Navegador considera a posição razoável.

Quando são obtidas somente duas linhas de posição, a posição não deve ser considerada.

Pode haver situações em que o Navegador não consiga obter posição; neste caso, deve ser informado: NAVEGAÇÃO SEM POSIÇÃO.

Quando não for obtida posição, deve ser plotada a posição estimada para aquele instante.

Caso o Navegador informe estar sem posição, devem ser paradas as máquinas e, caso necessário, fundear o navio.

Informações transmitidas pelo Navegador ao Comandante

Quando o navio estiver navegando em águas restritas, o Navegador deve passar as seguintes informações para o Comandante, assim que for obtida uma posição:

A - qualidade da posição obtida;
B - hora;
C - navio dentro ou fora do canal (margem esquerda/direita) jardas;
D - navegação sugere rumo;
E - jardas para a próxima guinada;
F - às navegação sugere rumo ;
G - perigo mais próximo (nome, marcação e distância);
H - ecobatímetro indica , de acordo/em desacordo com a carta; e
I -corrente

Exemplo:

A - baseado em uma boa posição;
B - às 1302 (ou no minuto 02);
C - navio fora do canal junto à margem direita 50 jardas;
D - navegação sugere rumo 355;
E - 500 jardas para a próxima guinada;
F - às 1316 (ou minuto 16) navegação sugere rumo 010;
G - perigo mais próximo casco soçobrado pela bochecha de BE, 800 jardas;
H - ecobatímetro indica 25 metros, de acordo com a carta; e
I - corrente no rumo 340, veloc. 1 nó.

2) 4) Fundeio

Fundeio de precisão é a manobra realizada com a finalidade de largar o ferro (ancorar) o navio em um ponto predeterminado com o mínimo de erro, no instante determinado.

Como o navio se aproximando para realizar fundeio está realizando navegação em águas restritas, todas as regras que se aplicam a este tipo de navegação devem ser adotadas na aproximação ao fundeio, exceto quando dito em contrário.

Muitas vezes, a área destinada para o fundeio é limitada e muito congestionada, exigindo que cada navio ocupe uma posição precisa de modo a permitir, a um maior número de navios, a utilização do fundeadouro, de maneira segura.

Preparação para o Fundeio

Muitos aspectos devem ser observados antes do fundeio. Dentre estes, os principais são:

- área disponível para a manobra devido à conformação da costa e relevo submarino;
- existência de pontos notáveis (atenção especial deve ser dada se o suspender/fundear for realizado à noite);
- efeitos de corrente e/ou maré esperados;
- efeitos do vento;
- existência de áreas proibidas ou inconvenientes para o fundeio (cabos submarinos, oleodutos, meio de canal, etc.);
- baseado no seu conhecimento sobre a Equipe de Navegação, o Navegador deve estimar qual é o tempo de atraso e informar ao Comandante;
- escolha de ponto alternativo para o fundeio, tendo em vista a possibilidade do ponto escolhido estar ocupado;
- tença;
- se for prevista a movimentação de lanchas do navio para terra, o ponto de fundeio escolhido deve estar o mais próximo possível do local de atracação das lanchas;
- se o ponto de fundeio for escolhido por autoridade superior e o Navegador, após analisar os fatores a serem considerados na sua seleção, julgar que a posição não é segura para o fundeio, deve sugerir ao Comandante que solicite novo ponto;
- a partir da linha de perigo, construir uma série de arcos de raios iguais ao comprimento do navio mais o filame a ser utilizado. A área externa a esses arcos será, então, uma área segura na qual pode-se fundear;
- transmitir, com a antecedência necessária, as informações de tença, profundidade, filame e hora prevista do fundeio ao Mestre e ao Encarregado do Convés; e
- traçar o círculo de giro do navio em torno do ponto de fundeio, amarrando os limites do círculo a pontos notáveis por meio de marcações (pelorus) e distância radar e verificar se passa sobre o círculo de giro de outros navios. Para tal, o Navegador deve conhecer o ponto de fundeio dos outros navios, bem como o filame utilizado por eles. Para facilitar a verificação da posição do navio, pode-se confeccionar uma tabela com os valores esperados de marcação e distância dos pontos escolhidos.

Uma vez escolhido o ponto de fundeio, passa-se ao traçado da derrota, na carta náutica. Neste traçado, deve-se:

- traçar o rumo final com um ponto notável pela proa ou pela popa e de modo que haja outro ponto notável próximo ao través, quando o navio alcançar o ponto de fundeio;
- definir os pontos notáveis a serem utilizados;
- traçar o círculo de largar o ferro;
- traçar círculos concêntricos, a partir do círculo de largar o ferro, de modo a poder, a qualquer instante, monitorar a distância que falta navegar até o ponto de fundeio. Estes círculos devem ser traçados a cada 100 jardas, até a distância de 1000 jardas, e, então, a 1200, 1500 e 2000 jardas;
- a partir do ponto de fundeio, traçar linhas de marcação a cada 10^0, a partir da direção da aproximação. Estas linhas e arcos permitem ao Navegador fazer sugestões sem interferir nas posições que estão sendo plotadas;
- escolher as velocidades e os ângulos de leme a serem utilizados nos diversos trechos da derrota; e
- traçar a marcação para largar o ferro, em relação a um ponto notável e, a partir deste mesmo ponto, traçar marcações para as distâncias de 300, 200 e 100 jardas do ponto de fundeio.

Na navegação paralela indexada deve-se indicar as distâncias correspondentes ao círculo de largar o ferro e demais círculos concêntricos citados anteriormente.

O comprimento da derrota sobre o rumo final varia de acordo com o tamanho do navio, mas não deve ser menor que 600-1000 jardas. Quanto maior for esta distância, maiores serão as chances de se realizar um bom fundeio.

Aproximação para o Fundeio

Os procedimentos para a navegação, durante a aproximação ao ponto de fundeio, são os mesmos para a navegação em águas restritas, exceto os mencionados abaixo:

- quando o navio entrar no círculo de 1000 jardas de distância do ponto de fundeio, o Navegador deve passar a obter posições, pelo menos, a cada minuto; e
- no instante em que for dada a ordem de largar o ferro, deve ser obtida uma posição e marcada a proa do navio, a fim de se conhecer o exato ponto onde o ferro foi largado (ponto de fundeio real).

Não se pode especificar as velocidades a serem utilizadas na aproximação para o fundeio, tendo em vista que cada navio possui características diferentes e que as velocidades são funções das condições ambientais (vento e corrente). De uma maneira geral, contudo, os navios devem estar com velocidade de 5 nós a 1000 jardas, parar máquinas a 200 jardas e dar máquinas atrás a 100 jardas do ponto de fundeio.

Ações após o Fundeio

Após o término da faina de fundeio, o Navegador deve traçar o círculo de giro do navio, para verificar se o navio fundeou em águas seguras e o círculo de giro do passadiço, para permitir analisar se o navio está garrando. Além disso, deve marcar, na superfície da VRC da repetidora radar, o contorno da costa, com lápis cera, a fim de servir como auxílio a esta análise.

A Equipe de Navegação deve determinar uma posição precisa com, pelo menos, quatro LDP, para permitir, posteriormente, ao Oficial de Quarto verificar se o navio está garrando.

Além do mencionado anteriormente, deve ser verificado o erro do fundeio, para permitir uma avaliação do fundeio realizado. Deve ser considerada a seguinte tabela, no tocante à avaliação da precisão do fundeio, para navios menores do que 600 pés:

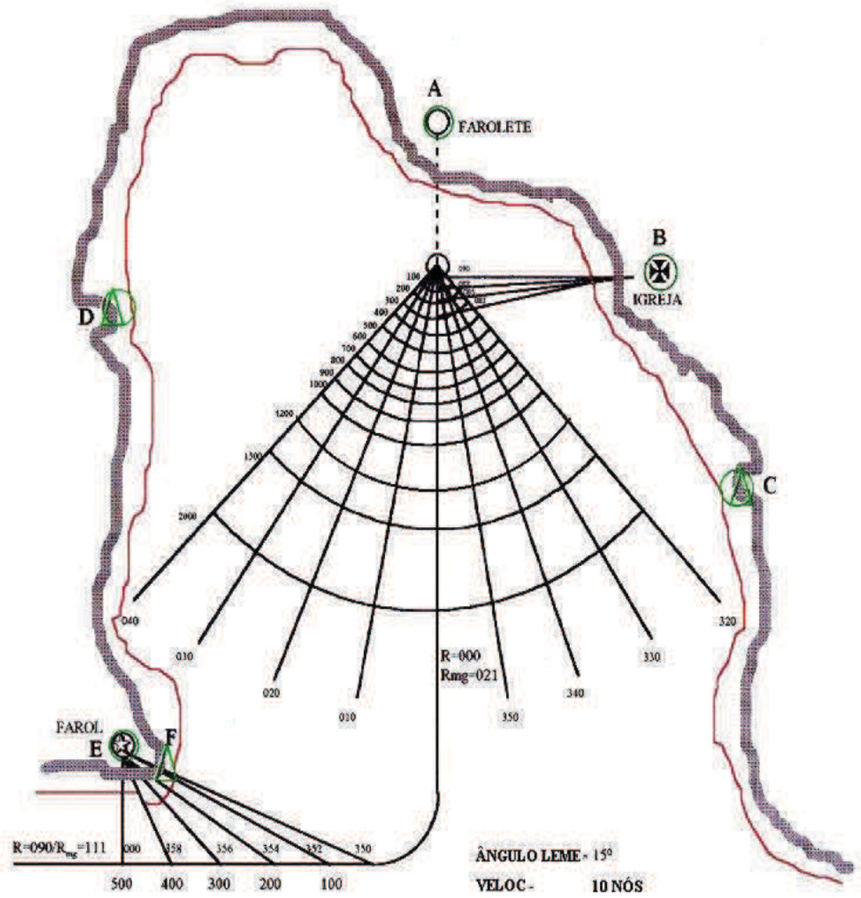
PRECISÃO (jardas)	AVALIAÇÃO
<25	EXCELENTE
26-50	MUITO BOM
51-75	BOM
76-100	SATISFATÓRIO
>100	INSATISFATÓRIO

Para navios maiores do que 600 pés deve ser considerada a seguinte tabela:

PRECISÃO (jardas)	AVALIAÇÃO
<50	EXCELENTE
51-75	MUITO BOM
76-100	BOM
101-150	SATISFATÓRIO
>150	INSATISFATÓRIO

Após o fundeio, a cada 15 minutos ou mais frequentemente, se a situação o exigir, deve ser tirada nova posição do navio e plotada na carta, utilizando-se os pontos já escolhidos pelo Navegador.

A figura abaixo exemplifica um diagrama de preparação para fundeio.



2) 5) Baixa visibilidade

Entende - se por Navegação em Baixa Visibilidade (BV) o deslocamento do navio em áreas de nevoeiro, nevasca, cerração ou fortes aguaceiros, que dificultem avistar outros navios ou auxílios/perigos à navegação.

Duas hipóteses são previstas:

- navegação oceânica; e
- navegação costeira/águas restritas.

Para o primeiro caso, a preocupação com a precisão da posição do navio é pequena, exceto quando se navega em área de intenso tráfego marítimo.

Para o segundo caso, no entanto, a navegação em BV exige um planejamento cuidadoso e detalhado, com a antecedência necessária, visando seguir uma derrota predeterminada, com precisão, sem riscos à navegação.

Navegação com Baixa Visibilidade Costeira/Águas Restritas

Neste caso, devem - se cumprir os procedimentos já mencionados sobre navegação em águas restritas, com as seguintes exceções:

- o Oficial de Quarto deve fazer com que o navio exiba as luzes de navegação e soe os sinais previstos no RIPEAM;
- todos os recursos disponíveis devem ser utilizados;
- um vigia de cerração deve guarnecer na proa;
- o sino e o gongo devem estar guarnecidos, caso o navio venha a fundear; e
- na proa, deve estar guarnecido o prumo de mão.

Se, durante a BV, surgir um alvo com tendência de cruzar a proa, próximo ao navio, o Oficial de Quarto deve manobrar de acordo com a situação, analisando a situação reinante (corrente, por exemplo), parando máquinas, caso possível.

Caso, na ocasião da baixa visibilidade, o navio esteja realizando navegação costeira, o Comandante pode determinar que a mesma seja conduzida pelo pessoal de serviço, sem haver necessidade de guarnecimento da Equipe de Navegação.

2) 6) Os Sistemas de Carta Eletrônica de Navegação

Os Sistemas de Navegação com Cartas Náuticas Eletrônicas (ECDIS/ECS) consistem, basicamente, na integração das informações das Cartas Náuticas Eletrônicas (ENC) com as posições obtidas por um receptor satélite, possibilitando a visualização da navegação, em tempo real, em um display.

Os ECDIS/ECS podem ser otimizados por meio de sua integração com outros sensores do navio (radar, giroscópica, odômetro, etc.).

Os ECDIS/ECS só devem ser utilizados como único método de navegação quando houver redundância do sistema a bordo, instalados conforme preconizado no Capítulo 2 destas Normas, e utilizando ENC. ECDIS/ECS utilizados no modo RASTER requerem uma andaina de cartas em papel a bordo como backup.

Dentre as facilidades oferecidas por estes tipos de sistemas, estão:

- plotagem automática da posição do navio, permitindo a representação de seu comprimento, boca, calado, linha de proa, etc.;
- mudança automática de ENC;
- mudança de escala da ENC e ampliação das informações nela contidas;
- acesso a informações digitais de Roteiro, Auxílios - Rádio, Lista de Faróis, Avisos aos Navegantes, e mensagens AIS;
- capacidade de introduzir na ENC correções, avisos aos navegantes ou qualquer informação julgada útil, por meio de operador ou pelo carregamento de arquivos digitais;
- manutenção de coletâneas e atualizações de ENC por meio de dados obtidos em mídia digital ou pela Internet;
- registro e recuperação de dados de planejamento da derrota e de dados obtidos por ocasião da sua execução (data - hora, posição, profundidade, rumo, velocidade, etc.);
- recuperação de dados obtidos por qualquer navio para utilização no planejamento da navegação;
- alteração de uma derrota por meio da introdução de way - points pelo teclado ou, graficamente, com auxílio do mouse;
- apresentação do movimento verdadeiro ou relativo do navio;
- realização automática de cálculos de navegação (distâncias entre way - points, ETA, SOA, PMA, etc.);
- medição de marcações e distâncias com auxílio do mouse;
- registro de eventos com apresentação gráfica na tela (homem ao mar, largar o ferro, posição de derrelitos, etc.);
- apresentação de imagem radar e Carta Sinótica em sobreposição a ENC;
- seleção de alarmes de tempo, de posição e de profundidade, em relação as informações da ENC, a derrota planejada e a áreas específicas; e
- seleção de alarmes em relação a alvos, quando estiver interfaceada com o radar de navegação.

3) Após o término da travessia

Após o término da travessia toda a documentação relativa a mesma deve ser verificada, conferida, e arquivada, e os equipamentos armazenados e mantidos de acordo com instruções específicas.

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 569, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 325, de 08 de agosto de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao município de Rio Pomba - MG, para ações de Defesa Civil, para até 27/06/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 3.567, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Designa o Secretário de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia como representante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ente Federativo Responsável (EFR) União.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil, resolve:

Art. 1º Fica designado o Secretário de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia como representante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ente Federativo Responsável (EFR) União, perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 1º A criação do CNPJ de que trata o caput tem por finalidade exclusiva possibilitar a vinculação, no âmbito do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas Simplificado (eSocial Simplificado), dos demais CNPJs dos órgãos, entidades e Poderes no âmbito da União.

§ 2º Os órgãos, entidades e Poderes no âmbito da União permanecem com os seus representantes para fins da prática dos atos cadastrais relacionados aos seus respectivos CNPJs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado

PORTARIA ME Nº 3.499, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, que dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais para composição da força de trabalho, de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e institui o Comitê de Movimentação - CMOV, no âmbito do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no §7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 22. .....

.....

§1º As solicitações de movimentação de que trata o caput deverão observar, em relação ao órgão ou entidade solicitante e ao de origem, a proporcionalidade quanto ao quantitativo de servidores ou empregados públicos federais disponibilizados para outras unidades dos órgãos ou entidades da administração pública federal direta e indireta.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 17944.000005/2017-31

Interessados: Estado do Piauí - PI e Caixa Econômica Federal.

Assunto: Nono Termo de Alteração ao Contrato de Financiamento nº 0477608-24, celebrado entre o Estado do Piauí - PI e a Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), cujos recursos são destinados ao financiamento de 'obras de infraestrutura, implantação e recuperação de rodovias, melhoria de mobilidade urbana e saneamento básico'.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 17944.104326/2019-76
Interessado: Município de Itapipoca (CE)
Assunto: Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0530.842-56 celebrado entre o Município de Itapipoca (CE) e a Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), cujos recursos são destinados à despesa de capital no referido Município no âmbito do Financiamento à infraestrutura e ao saneamento - FINISA.
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 182, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 07 de outubro de 2019, e tendo em vista o disposto no item "d" do artigo 50, do Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e a deliberação de sua 4ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 29 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo Único da Resolução nº 17, de 17 de março de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os itens relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Fica excluído do Anexo Único da Resolução nº 17, de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, o Ex-tarifário 007 do código 2933.49.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor um dia após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	DESCRIÇÃO
2833.21.00	-- De magnésio
2909.19.20	Sevoflurano
2909.19.90	Ex 001 - Desflurano
Ex 002 - Isoflurano	2918.15.00
Ex 001 - Citrato de sódio	2922.39.21
Cloridrato	2922.39.29
Ex 001 - Ketamina	2922.39.90
Ex 001 - Dextrocetamina	2923.90.20
Ex 002 - Suxametônio	2924.29.14
Lidocaína e seu cloridrato	2933.29.99
Ex 001 - Dexmedetomidina	Ex 002 - Etomidato
2933.33.11	Alfentanilo
2933.39.39	Ex 001 - Vecurônio
2933.39.49	Ex 004 - Remifentanilo
2933.49.90	Ex 008 - Cisatracúrio e seus sais
2933.91.22	Diazepam
2934.91.70	Sufentanila e seus sais
2934.99.19	Ex 002 - Rocurônio
2941.90.39	Ex 002 - Cefepima
3003.20.59	Ex 003 - Contendo cefepima
3003.90.42	Cloridrato de ketamina
3003.90.49	Ex 003 - Contendo ketamina
Ex 004 - Contendo dextrocetamina	3003.90.53
Ex 001 - Contendo lidocaína ou seu cloridrato	3003.90.74
Ex 001 - Contendo diazepam	3003.90.79
Ex 018 - Contendo cisatracúrio e seus sais	Ex 019 - Contendo remifentanilo
Ex 020 - Contendo alfentanilo	Ex 021- Contendo etomidato
Ex 022 - Contendo dexmedetomidina	3003.90.89
Ex 006 - Contendo sufentanila e seus sais	Ex 007 - Contendo rocurônio
3003.90.97	Sevoflurano
3003.90.99	Ex 005 - Contendo Desflurano
Ex 006 - Contendo isoflurano	Ex 007 - Contendo sulfato de magnésio
Ex 008 - Contendo citrato de sódio	Ex 009 - Contendo suxametônio
3004.90.39	Ex 019 - Contendo ketamina
Ex 020 - Contendo dextrocetamina	3004.90.69
Ex 075 - Contendo cisatracúrio e seus sais	Ex 076 - Contendo remifentanilo
Ex 077 - Contendo alfentanilo	Ex 078 - Contendo dexmedetomidina
3004.90.79	Ex 040 - Contendo rocurônio
Ex 041 - Contendo sufentanila e seus sais	3004.90.97
Sevoflurano	3004.90.99
Ex 057- Contendo Desflurano	Ex 058- Contendo isoflurano
Ex 059- Contendo sulfato de magnésio	Ex 060- Contendo citrato de sódio
Ex 061 - Contendo suxametônio	8413.70.10
Eletrobombas submersíveis	8419.40.90
Outros	8419.60.00
Aparelhos e dispositivos para liquefação do ar ou de outros gases	8419.90.20
De colunas de destilação ou de retificação	8481.40.00
Válvulas de segurança ou de alívio	8704.21.90
Ex 001 - Caminhões-tanque para transporte de cargas perigosas (Veículos automóveis para transporte de mercadorias), com motor de pistão, de carga máxima não superior a 5 toneladas	8704.22.90
Ex 001 - Caminhões-tanque para transporte de cargas perigosas (Veículos automóveis para transporte de mercadorias), com motor de pistão, de carga máxima superior a 5 toneladas mas não superior a 20 toneladas	8704.23.90
Ex 001 - Caminhões-tanque para transporte de cargas perigosas (Veículos automóveis para transporte de mercadorias), com motor de pistão, de carga máxima superior a 20 toneladas	8707.90.10
Ex 001 - Carroçarias de caminhões-tanque para transporte de cargas perigosas	9018.19.80
Ex 147 - Monitores para leitos de UTI e clínicos, Monitor Multiparamétrico, do tipo pré-configurado ou misto, apresentando no mínimo os seguintes parâmetros: ECG, PNI, 2PI, SPO2, Temp., Resp., DC, Tela LCD 12', Alta Resolução, congelamento Tela e memória, Alarmes/Bateria, Arritmias e segmentos ST completo com cabos e sensores.	Ex 148-Equipamento para análise de gases respiratório, com calibração automática, rotinas de manutenção e programação de testes. O equipamento deverá, no mínimo, apresentar os seguintes parâmetros: H, pCO2, HCO3, TCO2, BE, SO2, O2cont, A, AaDO2, a/A.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Diário oficial nº 57 de 25/03/2021 seção 01 pág. 40, faltou a seguinte observação na pauta de julgamentos da 2ª Turma Extraordinária da 3ª SEÇÃO:

05 - Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma para retificação da Ata de Fevereiro de 2021, relativa aos processos nº 11128720803/2016-30 e 11128720055/2017-76.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 86, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pelas Resoluções do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 86, de 9 de setembro de 2020, nº 174, de 22 de março de 2021, e nº 177, de 23 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XXIV do art. 91 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em consideração as Resoluções do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 86, de 9 de setembro de 2020, nº 174, de 22 de março de 2021, e nº 177, de 23 de março de 2021, resolve:

Art. 1º A alocação das cotas para importação estabelecidas pelas Resoluções do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 86, de 9 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. de 10 de setembro de 2020, nº 174, de 22 de março de 2021, publicada no D.O.U de 23 de março de 2021, e nº 177, de 23 de março de 2021, publicada no D.O.U de 25 de março de 2021, será realizada em conformidade com as seguintes regras:

I - a todos os produtos abrangidos pelos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constantes do Anexo Único, aplicam-se:

a) o exame dos pedidos de Licença de Importação (LI) será realizado por ordem de registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX); e

b) caso seja constatado o esgotamento da cota global atribuída para determinado produto, a Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT) não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX;

II - adicionalmente, aos produtos abrangidos pelos códigos da NCM constantes dos itens A e C do Anexo Único, aplicam-se:

a) será concedida inicialmente a cada empresa a quantidade máxima estabelecida na coluna "Cota Máxima Inicial por Empresa", podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite fixado; e

b) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa:

b.1) estarão condicionadas ao desembaraço aduaneiro das mercadorias objeto de LI emitidas anteriormente; e

b.2) a quantidade concedida será, no máximo, igual à parcela desembaraçada;

III - no caso dos produtos abrangidos pelos códigos da NCM constantes dos itens A e D do Anexo Único, quando do pedido de LI, o importador deverá fazer constar, no campo "Especificação" da ficha "Mercadoria", a descrição do "Ex" apresentada na coluna "Descrição" do Anexo Único, seguida da descrição detalhada da mercadoria a ser importada;

IV - no caso do produto abrangido pelo código da NCM citado no item B do Anexo Único, quando do pedido de LI, o importador deverá fazer constar, no campo "Especificação" da ficha "Mercadoria", a descrição do "Ex" apresentada na coluna "Descrição" do Anexo Único, seguida da descrição detalhada da mercadoria a ser importada e da quantidade de doses contida na solicitação; e

V - no caso do produto abrangido pelo código da NCM constante do item C do Anexo Único, a cota não poderá ser usufruída para as importações provenientes de países com os quais o Brasil possua acordo comercial que estabeleça o livre comércio para o produto em questão.

Art. 2º Ficam revogados os incisos XCIII e XCVIII do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

Art. 3º Esta Portaria fica revogada com o fim da vigência das cotas regulamentadas pelo art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS FERRAZ

ANEXO ÚNICO

COTAS PARA IMPORTAÇÃO ESTABELECIDAS PELAS RESOLUÇÕES DO COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO 2020, Nº 174, DE 22 DE MARÇO DE 2021, e Nº 177, DE 23 DE MARÇO DE 2021.

ITEM	CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	COTA GLOBAL	COTA MÁXIMA INICIAL POR EMPRESA	VIGÊNCIA
A	2101.12.00	- Preparações à base de extratos, essências ou concentrados ou à base de café Ex 001 - Preparações à base de extrato de café, compostas de 97,7 % de infusão de café e de 2,3% de açúcares, congeladas, acondicionadas em embalagens do tipo "bag in box", concebidas para o preparo instantâneo em aparelhos eletrotérmicos de uso comercial	0%	200 toneladas	20 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	2106.90.90	- Outras Ex 007 - Fórmulas infantis, apresentadas sob a forma de pó para mistura em água, destinadas a suprir as necessidades dietoterápicas específicas de lactentes de 0 a 36 meses de idade com alergia à proteína do leite de vaca, à base de maltodextrina, lactose, proteína hidrolisada do soro de leite e óleos vegetais, contendo minerais e vitaminas Ex 008 - Fórmulas infantis, apresentadas sob a forma de pó para mistura em água, destinadas a suprir as necessidades dietoterápicas específicas de lactentes de 0 a 36 meses de idade com restrição à lactose, à base de maltodextrina, proteína hidrolisada do soro de leite, triglicerídeos de cadeia média, amido de batata e óleos vegetais, contendo minerais e vitaminas Ex 009 - Fórmulas infantis, apresentadas sob a forma de pó para mistura em água, destinadas a suprir as necessidades nutricionais de lactentes de 0 a 6 meses de idade, à base de proteína parcialmente hidrolisada do soro de leite, lactose, maltodextrina, óleo de peixe e óleos vegetais, contendo minerais e vitaminas	0%	141,23 toneladas	30 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	2106.90.90	- Outras Ex 010 - Fórmulas infantis, apresentadas sob a forma de pó para mistura em água, destinadas a suprir as necessidades dietoterápicas específicas de lactentes e crianças de primeira infância de 0 a 36 meses de idade com alergia ao leite de vaca, à base de xarope de glicose, proteína extensamente hidrolisada do soro de leite, isenta de lactose, contendo triglicerídeos de cadeia livre, óleo de peixe e óleos vegetais, minerais e vitaminas	0%	1.163 toneladas	230 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	2106.90.90	- Outras Ex 011 - Fórmulas infantis, apresentadas sob a forma de pó, acondicionadas em latas de 400 g, para mistura em água, destinadas aos recém nascidos pré-termo e/ou de alto risco, à base de maltodextrina, proteínas do soro de leite, leite desnatado, triglicerídeos de cadeia média (TCM) e óleos vegetais, contendo sais minerais e vitaminas	0%	67,2 toneladas	14 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
B	3002.20.29	Outras Ex 005 - Vacina adsorvida contra a difteria, tétano, pertussis, hepatite B e Haemophilus influenzae B	0%	20.000.000 doses	N/A	01/04/2021 a 31/03/2022
A	3810.90.00	- Outros Ex 001 - Fluxo para soldar, à base de fluoroaluminato de potássio e aditivos orgânicos, para aplicação por pulverização durante o processo de brasagem de peças de alumínio, apresentado em embalagens de 10kg a 40kg	0%	67,2 toneladas	7 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
C	3904.10.10	Obtido por processo de suspensão	4%	160.000 toneladas	16.000 toneladas	30/03/2021 a 29/06/2021
A	3906.90.49	- Outros Ex 003 - Copolímeros acrílicos em forma de microesferas termoplásticas encapsulando gás inerte	0%	840 toneladas	84 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	3907.40.90	Outros Ex 002 - Em grânulos (pellets)	2%	10.000 toneladas	1.000 toneladas	14/07/2021 a 09/01/2022
A	3907.61.00	- De um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais Ex 001 - Poli(tereftalato de etileno) pós-condensado, com viscosidade intrínseca superior ou igual a 0,98 dl/g e inferior ou igual a 1,10 dl/g	0%	10.000 toneladas	3.000 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	5402.47.10	- Crus Ex 001 - Filamento elástico bicomponente de poliésteres, não texturizado, denominado "Elastomultiéster"	0%	2.200 toneladas	330 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
A	5503.40.00	- De polipropileno Ex 001 - Fibras de polipropileno descontínuas, não cardadas, não penteadas, nem transformadas de outro modo para fiação, com ponto de fusão entre 160° C e 165° C e alongamento transversal igual ou superior a 140%	0%	795 toneladas	80 toneladas	01/04/2021 a 31/03/2022
D	8482.30.00	- Rolamentos de roletes em forma de tonel Ex 001 - Rolamentos para sistemas de transmissão de turbinas eólicas (Main Bearing), compostos por anéis, elementos rolantes em forma de tonéis e uma gaiola, revestidos por carbono-diamante, com diâmetro externo de 1.580 mm (+0/-160 mm) e diâmetro interno de 1.120 mm (+0/-0,125 mm), largura do anel externo de 462 mm (+0/-0,250 mm) e do anel interno de 462 mm (+0/-0,400 mm), com classificação de carga dinâmica de 19.500 kN e carga estática de 52.500 kN	0%	1.000 unidades	N/A	01/04/2021 a 31/03/2022

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/ME Nº 3.690, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais até o 1º bimestre de 2021, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2021

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 1º bimestre

1. A Lei Orçamentária Anual é o instrumento que estima as receitas e autoriza as despesas para o período financeiro de um ano. Tendo em vista a não aprovação da LOA para 2021, foi considerado o montante de R$ 144.292.122.973,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais), na forma do disposto no Art. 65, inciso VII, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO/2021, que autoriza a execução provisória da programação constante do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). Esse montante agrega dotações para a execução de obras ou serviços em 247 projetos e 185 atividades, distribuídos em 70 empresas estatais federais. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes do PLOA consolidam a denominada Dotação Inicial.

2. Por conseguinte, ainda, não foram registrados pedidos de alterações orçamentárias, créditos adicionais ou transposição de dotações orçamentárias ao Orçamento de Investimento, não havendo, por tanto, suplementações ou cancelamentos em dotações dos subtítulos pré-existentes.

3. Em razão da diversidade das empresas estatais federais, a Sest, para fins de programação e acompanhamento da execução orçamentária, classifica as empresas em dois grandes setores: o Setor Produtivo Estatal (SPE), com 63 empresas e Setor Financeiro (SFI), com 7 bancos oficiais. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nem aquelas que não programaram investimentos.

4. As 70 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 7, no setor financeiro;
- 2, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 32, no setor de energia elétrica, em atividades de geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 9, no setor de petróleo, gás natural e derivados, em atividades de extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 7, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de comunicações;
- 1, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 2, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, fertilizantes e hemoderivados;
- 8, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos; e
- 1, no setor de pesquisa, desenvolvimento e planejamento.

5. A Tabela 01 demonstra, em valores consolidados por setor/grupo, a evolução da dotação, comparativamente com a posição executada no bimestre e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seus ativos operacionais, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.

TABELA 01 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado até 1° Bimestre (d)	Perc. de Realização (d/c)	Composição (%) (d/dT)
Setor Produtivo Estatal	137.262.296.366	0	137.262.296.366	6.476.407.894	4,7	95,9
Grupo Petrobras	126.036.899.000	0	126.036.899.000	6.174.463.310	4,9	91,4
Grupo Eletrobras	6.970.075.539	0	6.970.075.539	281.057.294	4,0	4,2
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.255.321.827	0	4.255.321.827	20.887.290	0,5	0,3

Setor Financeiro	7.029.826.607	0	7.029.826.607	277.117.969	3,9	4,1
Total	144.292.122.973	0	144.292.122.973	6.753.525.863	4,7	100,0

6. O Orçamento de Investimento proposto para 2021, teve um aumento de 17,2% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2020. Comparando o volume executado no primeiro bimestre com o do ano anterior, houve uma queda de 55,4%.

TABELA 02 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo 2020/2021

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Final-2020 (a)	Realizado até 1° Bimestre (b)	Dotação Final-2021 (c)	Realizado até 1° Bimestre (d)	Var. % Dotação Final	Var. % Realizado
Setor Produtivo Estatal	117.755.372.584	14.986.341.268	137.262.296.366	6.476.407.894	16,6	-56,8
Grupo Petrobras	107.820.071.406	14.766.796.432	126.036.899.000	6.174.463.310	16,9	-58,2
Grupo Eletrobras	5.518.229.415	170.454.651	6.970.075.539	281.057.294	26,3	64,9
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.417.071.763	49.090.185	4.255.321.827	20.887.290	-3,7	-57,5
Setor Financeiro	5.373.360.712	161.243.685	7.029.826.607	277.117.969	30,8	71,9
Total	123.128.733.296	15.147.584.953	144.292.122.973	6.753.525.863	17,2	-55,4

7. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

8. Até o primeiro bimestre de 2021, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 6.753.525.863,00 (seis bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais), equivalentes a 4,7% do valor global da dotação proposta (PLOA).

Despesa por Órgão

9. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação atual proposta de cada ministério setorial para o exercício de 2021 e os valores já realizados no período de janeiro a fevereiro deste ano.

TABELA 03 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.750.000	0	0	0,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	7.016.831	0	0	0,0
Ministério da Economia	7.577.659.538	281.515.769	281.515.769	3,7
Ministério de Minas e Energia	133.007.488.539	6.455.553.084	6.455.553.084	4,9
Ministério da Saúde	235.352.955	0	0	0,0
Ministério da Infraestrutura	1.181.202.955	2.143.545	2.143.545	0,2
Ministério das Comunicações	639.431.030	14.261.711	14.261.711	2,2
Ministério da Defesa	1.642.221.125	51.754	51.754	0,0
1Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	4,7

Fontes de financiamento dos investimentos

10. A Tabela 04 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 04 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	138.288.278.498	6.753.490.952	100,0	6.753.490.952	100,0
Geração Própria	138.288.278.498	6.753.490.952	100,0	6.753.490.952	100,0
Recursos Para Aumento Do Patrimonio Liquido	4.287.194.252	34.911	0,0	34.911	0,0
Controladora	1.837.575.871	34.911	0,0	34.911	0,0
Outras Fontes	16.304.922	0	0,0	0	0,0
Tesouro	2.433.313.459	0	0,0	0	0,0
Saldos de Exercícios Anteriores	2.433.313.459	0	0,0	0	0,0
Operações De Crédito De Longo Prazo	1.714.750.223	0	0,0	0	0,0
Externas	168.300.989	0	0,0	0	0,0
Internas	1.546.449.234	0	0,0	0	0,0
11Total	144.292.122.973	6.753.525.863	113100,0	1146.753.525.863	115100,0

11. Atendendo ao disposto no Art. 65, inciso VII, da LDO/2021, as empresas estatais federais utilizaram apenas recursos de geração própria para financiar os gastos com investimentos no primeiro bimestre de 2021. Em relação à dotação atual proposta total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 95,84%, em seguida vêm os grupamentos: Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido, 2,96% (Saldo de Exercícios Anteriores 1,69% e Controladora 1,27%), em seguida vem Operações de Crédito de Longo Prazo, 1,19% (Internas, 1,07% e Externas, 0,12%). Destaca-se a capacidade das empresas estatais em financiarem as despesas de investimentos com recursos próprios.

Despesa por Funções e Subfunções

12. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

13. As tabelas 05 e 06 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no primeiro bimestre de 2021 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 05 - Execução OI - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Defesa Nacional	1.642.221.125	51.754	51.754	0,0
Saúde	235.352.955	0	0	0,0
Transporte	1.181.202.955	2.143.545	2.143.545	0,2
Previdência Social	144.739.270	310.271	310.271	0,2
Agricultura	2.710.488	12.131	12.131	0,4
Indústria	35.022.894	390.809	390.809	1,1
Comunicações	639.431.030	14.261.711	14.261.711	2,2
Comércio e Serviços	7.403.953.717	280.802.558	280.802.558	3,8
Energia	133.007.488.539	6.455.553.084	6.455.553.084	4,9
116Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	4,7

TABELA 06 - Execução OI - por SubFunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Administração Geral	3.554.983.661	36.630.423	36.630.423	1,0
Tecnologia da Informação	5.427.657.722	276.313.034	276.313.034	5,1
Suporte Profilático e Terapêutico	230.064.374	0	0	0,0
Produção Industrial	19.145.929	28.480	28.480	0,1
Serviços Financeiros	2.097.322.055	44.501.249	44.501.249	2,1
Comunicações Postais	292.858.358	5.793.347	5.793.347	2,0
Energia Elétrica	7.105.215.635	337.171.745	337.171.745	4,7

Combustíveis Minerais	121.917.694.000	5.972.208.351	5.972.208.351	4,9
Transporte Aéreo	523.088.163	0	0	0,0
Transporte Hidroviário	783.818.076	15.700.783	15.700.783	2,0
Transportes Especiais	2.340.275.000	65.178.451	65.178.451	2,8
117Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	4,7

Despesa por Programa

14. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 07 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	9.955.890.870	369.587.511	369.587.511	3,7
Conecta Brasil	48.750.004	105.548	105.548	0,2
Energia Elétrica	6.853.082.486	330.745.219	330.745.219	4,8
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	124.450.520.000	6.051.306.392	6.051.306.392	4,9
Aviação Civil	523.088.163	0	0	0,0
Transporte Aquaviário	591.267.076	1.781.193	1.781.193	0,3
Gestão e Organização do SUS	230.064.374	0	0	0,0
Defesa Nacional	1.639.460.000	0	0	0,0
118Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	4,7

15. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo volume de execução das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 3 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 8 programas:

- Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, 89,6%;
- Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais, 5,5%; e
- Energia Elétrica, 4,9%.

Despesa por Órgão/Unidade

16. A Tabela 08 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação atual proposta para 2021, do realizado no 1º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 08 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Realizado até 1° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.750.000	0	0	0,0
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.750.000	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	7.016.831	0	0	0,0
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.016.831	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	7.577.659.538	281.515.769	281.515.769	3,7
Banco da Amazônia S.A.	25.876.379	0	0	0,0
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	169.000.000	1.730.722	1.730.722	1,0
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	144.572.000	9.198.398	9.198.398	6,4
Casa da Moeda do Brasil - CMB	35.022.894	390.809	390.809	1,1
Caixa Econômica Federal - CAIXA	3.441.732.070	264.994.896	264.994.896	7,7
Bb Tecnologia e Serviços S.A.	200.431.839	1.953.867	1.953.867	1,0
Banco do Brasil S.A.	3.302.708.667	0	0	0,0
Bbtur Viagens e Turismo Ltda em Liquidação	105.000	0	0	0,0
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	2.590.271	0	0	0,0
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	2.000.000	0	0	0,0
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	144.739.270	310.271	310.271	0,2
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	107.920.660	2.924.675	2.924.675	2,7
Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	960.488	12.131	12.131	1,3
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	133.007.488.539	6.455.553.084	6.455.553.084	4,9
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	2.946.724.542	143.677.924	143.677.924	4,9
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	42.149.823	432.000	432.000	1,0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	581.282.313	10.734.051	10.734.051	1,8
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.718.065.698	66.935.005	66.935.005	3,9
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	1.080.282.601	42.337.583	42.337.583	3,9
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	114.896.148.000	6.081.651.643	6.081.651.643	5,3
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	115.000	43.063	43.063	37,4
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	138.190.000	5.316.835	5.316.835	3,8
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.523.438.000	23.851.343	23.851.343	1,6
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	492.525.992	14.720.056	14.720.056	3,0
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	216.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	8.368.160.000	27.638.736	27.638.736	0,3
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	850.110.000	30.429.743	30.429.743	3,6
Liquigás Distribuidora S.A.	130.364.000	0	0	0,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	8.170.000	889.990	889.990	10,9
Eólica Mangue Seco 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	34.000	10.200	10.200	30,0
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	1.528.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	2.600.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	28.849.498	38.322	38.322	0,1
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	30.175.000	27.440	27.440	0,1
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	514.000	32.480	32.480	6,3
Transpetro International B.v.	106.596.000	4.674.820	4.674.820	4,4
Brasil Ventos Energia S/a	150.000	6.056	6.056	4,0
Transenergia Goiás S.A.	2.701.297	25.000	25.000	0,9
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	709.500	58.355	58.355	8,2
Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.	386.200	0	0	0,0
Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.	200	0	0	0,0
Geradora Eólica Arara Azul S.A.	72.900	0	0	0,0
Geradora Eólica Bentevi S.A.	26.040	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.	66.655	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde Ii S.A.	54.680	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde Iii S.A.	37.400	0	0	0,0
Energia dos Ventos V S.A.	6.500.000	260.639	260.639	4,0
Energia dos Ventos Vi S.A.	6.000.000	245.899	245.899	4,1
Energia dos Ventos Vii S.A.	5.500.000	54.729	54.729	1,0
Energia dos Ventos Viii S.A.	9.500.000	45.263	45.263	0,5
Energia dos Ventos Ix S.A.	6.000.000	125.888	125.888	2,1
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	6.800.000	1.290.021	1.290.021	19,0
Eólica Hermenegildo I S.A.	900.000	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Ii S.A.	900.000	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Iii S.A.	700.000	0	0	0,0
Eólica Chuí Ix S.A.	300.000	0	0	0,0

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/a	200	0	0	0,0
Transpetro Bel 09 S.A.	13.945.000	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	235.352.955	0	0	0,0
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	235.352.955	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	1.181.202.955	2.143.545	2.143.545	0,2
Companhia Docas do Ceará - CDC	17.768.720	0	0	0,0
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	26.369.109	12.300	12.300	0,0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	56.981.641	80.029	80.029	0,1
Autoridade Portuaria de Santos S.A.	240.600.106	1.553.792	1.553.792	0,6
Companhia Docas do Pará - CDP	83.407.745	497.424	497.424	0,6
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	127.331.253	0	0	0,0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	88.717.363	0	0	0,0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	540.027.018	0	0	0,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	639.431.030	14.261.711	14.261.711	2,2
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	639.431.030	14.261.711	14.261.711	2,2
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.642.221.125	51.754	51.754	0,0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	1.642.221.125	51.754	51.754	0,0
119Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	4,7

17. Cabe destaque que as empresas EOLICA CHU IX, EOLICA HERMENEGILDO I, EOLICA HERMENEGILDO II e EOLICA HERMENEGILDO III possuem previsão de dotação orçamentária no PLOA de 2021, embora recentemente tenham sido adquiridas pela Ômega Geração S.A. A fim atender normativos legais e para fins de análise, acompanhamento e consolidação, as referidas empresas constam da portaria bimestral de execução.

18. Das 70 empresas que tiveram programação de dispêndios propostos, no âmbito do Orçamento de Investimento de 2021, 10 empresas apresentaram desempenho, até o primeiro bimestre, em termos percentuais de realização das respectivas programações propostas, superior à média geral de 4,7%. São elas: Eletropar, 37,4%; Mangue Seco 2, 30,0%; FOTE, 19,0%; Pbio, 10,9%; VENTOS DE ANGELIM, 8,2%; Caixa, 7,7%; BNB, 6,4%; PPSA, 6,3%; Petrobras, 5,3%; Eletronuclear, 4,9%.

19. As empresas ARARA AZUL, Ativos S.A., BB, BB Turismo, BENTEVI, Basa, CDC, CDRJ, Ceasaminas, Codern, Emgea, Finep, Gás Brasiliano GBD, Hemobrás, Infraero, Liquigás, OURO VERDE I, OURO VERDE II, OURO VERDE III, PB-LOG, TSBE, VENTOS DE SANTA ROSA, VENTOS DE UIRAPURU, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

20. A Tabela 09 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre e até o bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 24,8% do montante realizado até o bimestre. Os investimentos implementados no exterior participaram com 0,9% até o bimestre.

TABELA 09 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

	Dotação Atual	Realizado no	Realizado até	Composição %	
Descritores		1° Bimestre	1° Bimestre	de(a)	de(c)
	(a)	(b)	(c)	a/Ta	c/Tc
Exterior	9.383.541.756	62.743.299	62.743.299	6,5	0,9
Nacional	32.939.035.377	1.677.749.120	1.677.749.120	22,8	24,8
Região Centro-Oeste	39.812.402	0	0	0,0	0,0
Região Nordeste	4.306.313.515	251.595.319	251.595.319	3,0	3,7
Região Norte	767.837.848	16.456.204	16.456.204	0,5	0,2
Região Sudeste	96.558.650.140	4.742.110.809	4.742.110.809	66,9	70,2
Região Sul	296.931.935	2.871.112	2.871.112	0,2	0,0
1110Total	144.292.122.973	6.753.525.863	6.753.525.863	1111100,0	1112100,0

21. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Atual Proposta de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 5,1%; Exterior, 0,7%; Região Norte, 2,1%; Região Nordeste, 5,8%; Região Sudeste, 4,9%; Região Sul, 1,0%; e Região Centro-Oeste, 0,0%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

22. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO de 2021).

23. As tabelas de 10 a 14, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 1º bimestre de 2021, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 65 da LDO de 2021, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 10 a 14

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Saldos em 31.12.2020	Saldos em 31.12.2020															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	134.398	134.398	31.802	13.346	7.970	9.701	30.664	16.801	24.115	70.905	40.709	22.784	70.800	9.177	9.325	850	44.246
AC	6.268	6.268	1.421	441	549	148	1.185	704	1.818	3.973	1.559	736	4.559	579	383	28	719
AP	5.097	5.097	127	223	307	109	1.887	509	1.934	3.809	766	522	3.539	260	241	12	1.044
AM	17.622	17.622	250	3.126	1.674	844	3.331	3.747	4.648	9.572	4.324	3.726	8.222	939	1.540	288	6.634
PA	53.452	53.452	9.729	6.485	2.733	5.154	16.742	6.088	6.522	25.525	17.391	10.536	22.640	3.953	3.047	336	23.475
RO	25.836	25.836	9.604	1.730	1.554	2.255	4.366	2.660	3.669	14.185	8.275	3.376	14.900	1.352	1.862	54	7.670
RR	4.516	4.516	802	94	272	107	952	703	1.586	3.253	590	673	3.499	301	369	4	343
TO	21.607	21.607	9.868	1.247	882	1.083	2.201	2.388	3.937	10.588	7.804	3.215	13.441	1.793	1.883	129	4.361
Nordeste	371.441	371.441	44.493	53.518	19.571	8.951	88.224	86.354	70.330	175.253	92.408	103.780	203.429	23.971	30.679	3.068	110.294
AL	16.989	16.989	1.711	1.996	778	258	1.459	6.148	4.638	8.044	2.865	6.080	12.929	898	1.014	26	2.122
BA	103.260	103.260	17.688	13.278	5.147	2.984	28.487	19.231	16.445	52.747	27.083	23.430	50.606	7.902	9.259	1.540	33.953
CE	52.283	52.283	3.741	9.732	4.066	1.350	10.098	11.374	11.921	23.537	14.112	14.634	27.222	3.139	4.248	256	17.419
MA	43.440	43.440	7.997	4.162	2.340	798	12.981	6.668	8.494	23.365	10.852	9.223	21.705	3.438	3.031	71	15.196
PB	24.875	24.875	1.472	2.671	1.287	391	3.479	10.347	5.227	8.948	5.088	10.839	17.870	1.284	2.451	67	3.203
PE	56.484	56.484	3.502	14.848	2.531	1.338	12.256	13.840	8.170	26.009	12.838	17.637	30.588	2.954	3.849	851	18.243
PI	26.625	26.625	4.689	2.365	1.550	944	6.603	4.233	6.241	12.311	7.827	6.487	14.240	1.832	3.059	182	7.311
RN	31.961	31.961	1.435	2.601	1.157	508	10.975	8.449	6.835	13.945	8.080	9.936	17.320	1.460	2.232	13	10.935
SE	15.526	15.526	2.259	1.864	714	379	1.887	6.063	2.359	6.347	3.664	5.515	10.949	1.065	1.536	63	1.912
Sudeste	860.632	860.632	61.114	153.640	43.029	53.671	147.769	261.224	140.184	547.859	48.235	264.537	498.670	29.002	56.694	21.819	254.446
ES	26.215	26.215	5.046	1.672	1.454	2.291	4.201	7.393	4.158	17.075	1.380	7.760	19.006	1.175	1.519	449	4.066
MG	193.371	193.371	29.418	16.240	9.180	11.653	20.770	61.571	44.540	124.876	7.037	61.458	131.888	9.245	12.827	3.484	35.929
RJ	162.137	162.137	1.221	29.615	7.136	4.749	50.957	39.515	28.944	116.543	12.053	33.541	80.840	2.869	9.352	4.742	64.332
SP	478.908	478.908	25.429	106.114	25.259	34.979	71.840	152.746	62.542	289.365	27.765	161.778	266.936	15.713	32.997	13.145	150.118

Sul	390.110	390.110	80.294	47.634	25.417	34.796	38.049	113.742	50.178	242.084	20.602	127.424	246.836	26.009	31.447	10.371	75.447
PR	152.216	152.216	33.588	18.030	11.340	12.817	12.259	45.814	18.367	90.658	8.925	52.633	97.080	10.954	10.835	3.779	29.568
RS	141.364	141.364	32.061	17.483	7.865	11.913	16.384	39.200	16.458	90.833	6.876	43.655	89.807	9.173	11.782	3.410	27.192
SC	96.530	96.530	14.645	12.121	6.212	10.066	9.405	28.728	15.353	60.593	4.800	31.137	59.949	5.883	8.829	3.182	18.687
Centro-Oeste	258.916	258.916	68.016	14.442	10.823	10.013	44.651	62.271	48.700	147.322	41.863	69.731	183.505	15.343	18.331	2.668	39.068
DF	65.166	65.166	1.665	2.963	1.777	1.481	20.343	18.324	18.613	46.030	4.447	14.689	48.924	1.923	2.002	555	11.761
GO	87.261	87.261	25.441	3.987	3.570	2.942	10.968	26.008	14.344	42.441	14.490	30.330	69.308	4.666	5.051	1.000	7.235
MT	63.655	63.655	27.028	2.224	3.215	3.672	8.948	9.258	9.310	35.308	14.139	14.208	37.597	5.852	8.218	728	11.259
MS	42.835	42.835	13.882	5.269	2.261	1.919	4.392	8.680	6.433	23.543	8.787	10.505	27.676	2.902	3.060	385	8.813
TOTAL	2.015.497	2.015.497	285.719	282.581	106.810	117.132	349.357	540.391	333.507	1.183.423	243.817	588.257	1.203.240	103.503	146.476	38.777	523.500

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021	Realizado até o 1º Bimestre / 2021															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	57.300	5.200	521	336	438	38	1.141	181	2.545	3.888	436	876	2.972	468	501	28	1.231
AC	3.381	270	10	11	26	2	12	8	200	231	13	26	224	23	20	0	2
AP	2.466	229	0	3	17	0	9	4	197	226	1	2	211	10	9	0	0
AM	9.059	423	9	63	54	8	18	29	242	257	34	132	280	41	69	4	30
PA	18.078	2.619	230	200	196	20	1.050	69	854	1.844	236	539	1.041	184	223	15	1.155
RO	11.514	749	95	38	73	5	22	42	474	630	64	55	577	82	76	9	6
RR	2.508	178	7	7	19	2	4	4	135	166	2	10	151	15	12	0	0
TO	10.295	733	170	14	54	2	26	25	442	534	87	112	489	112	93	0	38
Nordeste	176.242	32.429	7.433	9.118	2.312	116	4.676	1.248	7.526	9.680	18.005	4.744	14.704	3.791	5.488	320	8.126
AL	10.674	1.445	263	475	80	4	191	58	375	637	730	78	768	129	232	0	317
BA	53.825	9.322	2.821	2.290	541	48	1.259	242	2.123	2.304	5.382	1.636	4.161	1.145	1.830	20	2.165
CE	21.518	4.813	449	1.740	442	8	893	144	1.137	986	2.892	935	1.879	540	682	11	1.701
MA	19.171	4.048	1.541	1.130	235	20	200	55	868	1.655	2.148	245	1.726	497	601	208	1.018
PB	12.422	1.730	260	575	172	5	136	118	464	735	845	150	898	231	349	2	250
PE	24.518	4.783	566	1.432	355	13	1.264	169	984	1.384	2.664	735	2.119	484	562	38	1.581
PI	11.767	2.935	993	498	212	1	335	278	617	783	1.675	477	1.498	290	630	0	517
RN	13.889	2.118	191	598	153	9	344	102	722	761	982	375	1.050	283	376	11	398
SE	8.458	1.232	350	379	123	8	54	82	237	435	685	112	604	193	227	30	178
Sudeste	513.663	37.011	614	3.906	2.604	5.256	3.343	3.169	18.118	29.259	394	7.358	21.011	2.190	2.977	794	10.039
ES	14.243	1.103	23	53	124	119	135	98	549	636	2	465	829	85	129	28	31
MG	102.643	7.589	346	597	633	358	1.180	579	3.895	6.574	7	1.008	4.464	631	769	81	1.644
RJ	76.335	8.714	3	300	355	3.438	767	945	2.907	7.477	335	902	3.190	297	391	172	4.663
SP	320.443	19.605	242	2.956	1.491	1.341	1.262	1.546	10.767	14.573	49	4.983	12.527	1.178	1.687	514	3.700
Sul	207.191	16.600	1.884	3.466	2.190	1.319	824	1.235	5.682	13.477	16	3.107	8.478	1.570	2.858	395	3.298
PR	76.299	7.006	897	1.462	934	775	234	477	2.227	5.989	10	1.007	3.398	567	1.129	271	1.641
RS	83.509	5.583	777	1.068	562	299	339	421	2.117	4.454	5	1.124	3.066	581	1.028	46	861
SC	47.383	4.013	210	937	694	245	251	337	1.337	3.034	2	977	2.014	422	701	79	797
Centro-Oeste	160.220	14.272	1.168	507	974	172	684	805	9.964	10.769	587	2.916	10.998	1.196	1.515	99	465
DF	50.190	6.571	7	206	296	34	234	327	5.467	4.321	69	2.181	5.873	252	342	21	82
GO	48.654	3.280	273	144	275	23	134	297	2.135	2.887	223	170	2.400	340	334	38	168
MT	37.318	2.517	622	77	246	76	106	91	1.299	2.024	185	308	1.491	365	580	37	45
MS	24.059	1.904	266	81	157	39	209	89	1.064	1.536	110	258	1.234	240	258	3	170
TOTAL	1.114.617	105.513	11.620	17.334	8.518	6.901	10.668	6.637	43.835	67.074	19.438	19.001	58.162	9.216	13.340	1.636	23.159

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021	Realizado até o 1º Bimestre / 2021															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	56.934	4.734	312	419	471	323	783	169	2.257	3.337	558	839	2.692	442	441	57	1.103
Amortização	47.318	3.539	215	309	361	251	595	120	1.688	2.543	386	610	2.001	332	333	47	826
Encargos	9.616	1.195	97	110	110	72	189	49	569	794	172	229	690	110	108	10	277
AC	3.296	258	8	12	29	5	28	9	167	207	16	35	197	23	22	0	17
Amortização	2.856	192	6	9	21	4	21	6	125	156	11	25	146	17	16	0	13
Encargos	440	67	3	3	7	1	7	2	42	52	5	10	51	6	6	0	4
AP	2.622	239	0	3	18	4	40	5	170	217	10	12	188	12	10	1	29
Amortização	2.272	183	0	2	13	3	30	4	130	166	8	9	143	10	7	0	22
Encargos	350	57	0	1	4	1	10	1	39	51	3	3	44	3	3	0	7
AM	8.245	510	7	74	61	32	62	26	248	327	40	143	282	41	79	17	91
Amortização	6.621	383	5	55	47	26	47	19	183	252	29	102	209	32	60	14	67
Encargos	1.624	127	2	18	14	6	15	7	65	75	11	41	73	9	19	3	24
PA	20.758	2.059	121	263	198	165	472	79	761	1.327	305	427	958	182	165	27	726
Amortização	16.924	1.537	81	193	154	127	359	56	567	1.018	208	311	706	137	127	23	544
Encargos	3.834	522	40	70	44	38	113	23	194	309	97	116	252	45	39	5	182
RO	11.062	826	69	38	81	71	115	26	424	645	96	85	511	80	70	6	158
Amortização	9.229	617	49	28	61	55	88	19	318	486	68	63	382	59	52	5	119
Encargos	1.833	209	21	10	20	17	28	8	106	159	28	22	129	21	18	1	39
RR	2.493	172	4	8	19	4	11	2	125	158	3	11	136	15	12	0	8
Amortização	2.138	130	3	6	15	3	8	2	94	120	2	8	103	12	9	0	5
Encargos	355	42	1	2	4	1	3	1	31	38	1	3	33	3	3	0	3
TO	8.458	670	102	21	66	42	55	22	362	456	88	126	420	88	82	5	75
Amortização	7.277	499	72	16	49	34	42	16	270	346	61	92	313	65	61	4	57
Encargos	1.181	171	30	5	17	8	13	6	92	110	27	34	108	23	21	1	18
Nordeste	172.088	32.668	7.030	10.263	2.384	341	4.330	1.163	7.157	9.728	18.331	4.609	14.254	3.905	5.530	183	8.796
Amortização	144.197	26.357	6.127	8.621	1.874	272	3.250	823	5.390	7.280	15.794	3.282	11.613	3.233	4.600	142	6.769
Encargos	27.891	6.311	903	1.643	510	69	1.080	340	1.767	2.448	2.536	1.327	2.641	672	930	41	2.027
AL	10.112	1.311	241	509	84	9	50	55	363	531	721	59	700	128	229	1	253
Amortização	8.617	1.061	215	437	63	7	36	39	264	388	635	38	561	105	189	1	205
Encargos	1.495	250	26	72	21	2	14	16	99	143	86	21	139	23	40	0	48
BA	50.597	9.562	2.597	2.838	590	112	1.220	251	1.954	2.438	5.538	1.586	4.138	1.203	1.816	85	2.320
Amortização	42.669	7.750	2.225	2.416	443	90	928	179	1.470	1.850	4.771	1.129	3.328	998	1.532	68	1.825
Encargos	7.928	1.811	372	422	147	22	292	72	484	588	767	456	810	205	285	17	494
CE	21.180	4.890	429	1.997	443	47	743	127	1.103	1.160	2.824	906	1.858	567	697	11	1.756

Amortização	17.404	3.963	371	1.665	375	37	582	89	844	858	2.439	666	1.533	472	566	9	1.383
Encargos	3.776	926	58	332	68	10	161	37	259	302	384	240	325	95	131	2	373
MA	20.340	3.881	1.449	913	273	29	433	35	749	1.385	2.219	277	1.480	461	566	19	1.354
Amortização	17.259	3.129	1.256	749	222	23	292	25	562	1.017	1.914	198	1.219	378	467	16	1.050
Encargos	3.081	751	193	164	52	6	141	10	187	368	305	78	261	83	99	3	305
PB	11.162	1.750	247	630	147	14	151	100	462	682	905	163	869	242	319	4	316
Amortização	9.339	1.403	229	529	117	11	100	70	346	509	778	116	703	205	246	3	245
Encargos	1.823	348	18	101	29	3	51	30	116	173	127	48	165	37	74	1	71
PE	26.346	4.748	511	1.730	391	68	960	135	953	1.444	2.714	590	1.983	520	621	49	1.576
Amortização	21.923	3.925	465	1.436	308	56	832	96	731	1.125	2.386	414	1.680	439	507	34	1.266
Encargos	4.424	823	45	293	83	12	128	39	222	319	328	176	302	81	114	15	310
PI	12.218	2.966	968	569	211	30	298	278	611	772	1.698	496	1.490	294	651	7	524
Amortização	10.344	2.399	888	480	171	23	183	196	458	567	1.485	347	1.219	231	588	5	355
Encargos	1.874	567	80	89	40	7	115	82	154	205	213	149	270	64	63	1	169
RN	13.121	2.214	187	663	140	17	400	108	700	861	936	417	1.020	293	410	1	490
Amortização	10.918	1.680	169	559	106	14	241	76	517	647	738	295	793	250	330	1	307
Encargos	2.203	534	18	104	34	4	159	31	183	213	199	122	227	42	81	0	183
SE	7.013	1.346	402	415	105	14	75	73	262	455	776	115	716	197	220	6	207
Amortização	5.725	1.045	309	349	69	11	57	52	198	318	648	79	576	155	175	5	133
Encargos	1.288	301	93	66	35	3	19	22	64	137	128	36	140	42	44	1	73
Sudeste	453.862	41.082	596	6.518	3.339	4.171	4.313	3.946	18.199	32.233	1.513	7.335	23.098	2.596	4.457	1.017	9.914
Amortização	385.497	30.116	477	5.013	2.592	2.464	3.293	2.926	13.351	24.205	816	5.095	16.946	2.014	3.526	820	6.810
Encargos	68.365	10.966	119	1.505	747	1.707	1.020	1.020	4.847	8.029	697	2.240	6.152	582	931	197	3.104
ES	14.087	1.132	24	94	141	93	141	112	527	675	36	421	759	101	101	41	130
Amortização	11.579	850	19	69	107	76	106	79	395	522	28	300	561	77	78	33	101
Encargos	2.508	282	5	25	33	17	36	33	133	153	9	120	199	24	23	7	29
MG	93.446	7.500	274	871	798	487	784	589	3.697	6.491	205	804	4.877	686	796	170	973
Amortização	77.258	5.666	218	668	599	395	593	414	2.777	4.901	156	609	3.628	528	621	135	752
Encargos	16.188	1.835	56	203	199	92	191	175	920	1.590	50	195	1.248	158	175	34	220
RJ	51.801	7.515	5	782	495	1.466	1.158	1.284	2.325	6.409	477	629	3.358	389	918	96	2.754
Amortização	40.338	4.762	4	586	389	245	864	969	1.707	4.510	53	199	2.441	307	730	74	1.211
Encargos	11.464	2.752	1	196	106	1.221	295	315	617	1.898	424	430	918	82	188	22	1.542
SP	294.527	24.934	292	4.771	1.905	2.126	2.229	1.961	11.650	18.658	794	5.482	14.103	1.420	2.643	711	6.057
Amortização	256.322	18.837	236	3.690	1.497	1.748	1.730	1.464	8.472	14.271	579	3.987	10.316	1.102	2.098	577	4.746
Encargos	38.205	6.097	56	1.081	408	377	499	497	3.178	4.387	215	1.495	3.788	319	545	134	1.312
Sul	193.157	15.464	1.257	2.668	2.002	1.475	1.398	1.134	5.530	12.030	617	2.817	8.527	1.631	2.035	651	2.620
Amortização	159.465	11.809	984	2.047	1.538	1.196	1.060	799	4.185	9.255	465	2.090	6.395	1.258	1.585	520	2.052
Encargos	33.692	3.655	273	621	464	279	337	335	1.345	2.775	152	728	2.132	373	450	131	568
PR	71.203	5.949	570	913	864	648	427	441	2.085	4.777	252	920	3.370	623	657	220	1.078
Amortização	59.027	4.556	446	711	659	528	326	311	1.574	3.674	191	691	2.534	482	506	177	857
Encargos	12.176	1.393	124	202	206	120	101	130	511	1.103	61	229	836	141	151	43	222
RS	76.032	5.572	465	1.002	526	448	627	392	2.113	4.292	210	1.070	3.111	572	773	173	943
Amortização	62.903	4.245	364	758	404	363	471	276	1.609	3.295	158	792	2.339	441	608	133	724
Encargos	13.129	1.326	101	244	121	85	155	116	504	997	52	277	772	130	164	40	219
SC	45.921	3.943	222	753	612	379	344	302	1.332	2.960	155	828	2.046	436	606	257	599
Amortização	37.535	3.009	174	578	475	304	263	212	1.002	2.286	116	607	1.522	335	471	209	471
Encargos	8.387	936	48	175	137	74	81	89	331	675	39	222	524	101	134	48	127
Centro-Oeste	147.639	13.997	762	788	1.110	354	1.376	841	8.766	10.295	645	3.058	10.070	1.160	1.393	186	1.188
Amortização	126.449	10.536	611	599	858	283	1.065	593	6.527	7.835	506	2.195	7.485	913	1.094	147	898
Encargos	21.190	3.461	152	189	253	71	311	248	2.239	2.459	139	864	2.585	247	300	40	290
DF	37.968	6.845	13	230	335	40	539	462	5.226	4.474	100	2.271	5.767	287	405	29	357
Amortização	31.099	5.063	11	172	262	32	416	327	3.844	3.386	78	1.599	4.227	227	315	23	271
Encargos	6.869	1.783	2	59	73	8	123	135	1.382	1.088	23	672	1.540	60	91	6	87
GO	45.430	2.882	177	232	325	109	251	257	1.532	2.440	214	228	1.983	339	337	70	152
Amortização	38.806	2.174	140	179	248	87	189	179	1.152	1.829	170	175	1.478	262	262	53	119
Encargos	6.624	708	37	53	77	22	62	77	380	611	44	53	505	78	75	17	33
MT	38.342	2.602	412	133	268	136	436	57	1.161	2.064	197	341	1.336	350	456	69	391
Amortização	33.665	2.014	330	101	208	109	344	41	881	1.603	153	258	1.028	279	363	57	287
Encargos	4.677	589	82	31	60	27	91	16	280	462	44	83	308	71	93	13	104
MS	25.900	1.669	160	193	182	70	152	66	847	1.316	134	219	984	184	195	18	288
Amortização	22.879	1.286	130	148	140	55	116	47	650	1.018	105	163	752	145	154	15	221
Encargos	3.021	383	30	46	42	14	35	19	197	298	29	56	233	39	42	3	67
TOTAL	1.023.681	107.945	9.957	20.657	9.306	6.665	12.200	7.253	41.908	67.622	21.663	18.660	58.641	9.734	13.856	2.094	23.621
Amortização	862.927	82.357	8.414	16.590	7.222	4.466	9.263	5.261	31.141	51.118	17.967	13.272	44.440	7.749	11.138	1.676	17.355
Encargos	160.754	25.588	1.543	4.067	2.084	2.198	2.937	1.992	10.767	16.504	3.696	5.387	14.201	1.984	2.719	419	6.266

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 13 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021 Saldos	Saldos em 28.02.2021															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	134.764	131.147	32.017	13.121	7.557	9.417	30.029	15.016	23.991	69.433	40.587	21.126	67.657	9.048	9.329	802	44.311
AC	6.353	6.092	1.424	433	530	146	1.142	627	1.791	3.832	1.556	704	4.414	573	374	27	704
AP	4.940	4.934	127	222	299	106	1.792	445	1.943	3.687	757	490	3.416	255	236	11	1.015
AM	18.435	16.454	252	3.040	1.581	820	2.870	3.330	4.562	9.076	4.319	3.059	7.276	889	1.503	273	6.513
PA	50.772	52.965	9.845	6.382	2.604	5.009	17.029	5.575	6.520	25.515	17.322	10.128	21.750	3.913	3.093	307	23.902
RO	26.289	25.160	9.623	1.715	1.461	2.189	4.229	2.312	3.631	13.774	8.243	3.143	14.407	1.316	1.863	56	7.518
RR	4.532	4.354	806	91	252	105	903	624	1.572	3.154	589	611	3.352	293	369	4	335
TO	23.444	21.189	9.940	1.237	828	1.043	2.063	2.103	3.974	10.396	7.802	2.991	13.041	1.809	1.891	124	4.324
Nordeste	375.595	356.606	44.779	51.946	18.127	8.725	86.345	77.462	69.223	168.180	92.083	96.344	190.202	23.304	30.389	3.147	109.565
AL	17.550	15.965	1.732	1.933	676	252	1.406	5.546	4.419	7.550	2.874	5.541	11.893	857	1.005	25	2.186
BA	106.488	99.079	17.815	12.544	4.484	2.919	27.795	17.259	16.262	50.362	26.927	21.790	47.065	7.625	9.154	1.457	33.778
CE	52.621	50.475	3.755	9.418	3.891	1.312	10.082	10.267	11.750	22.527	14.181	13.767	25.585	3.057	4.215	252	17.364
MA	42.271	42.579	8.088	4.361	2.175	789	12.640	6.012	8.514	23.152	10.782	8.645	20.972	3.439	3.049	258	14.860
PB	26.135	23.434	1.484	2.596	1.257	382	3.425	9.137	5.151	8.519	5.028	9.887	16.518	1.248	2.468	62	3.137
PE	54.657	53.720	3.554	14.512	2.342	1.283	11.790	12.275	7.963	24.746	12.789	16.185	28.128	2.819	3.751	807	18.214
PI	26.174	25.969	4.719	2.284	1.500	915	6.574	3.848	6.128	11.968	7.804	6.197	13.654	1.808	3.031	176	7.300
RN	32.729	30.769	1.423	2.483	1.093	499	10.846	7.653	6.771	13.384	8.126	9.259	16.321	1.405	2.177	23	10.843
SE	16.970	14.621	2.209	1.815	709	373	1.787	5.465	2.264	5.975	3.573	5.073	10.067	1.046	1.538	87	1.884
Sudeste	920.433	812.976	60.681	147.707	40.519	54.755	141.639	230.023	137.652	524.344	47.116	241.517	458.491	27.891	54.920	21.374	250.300
ES	26.371	24.804	5.047	1.594	1.306	2.317	3.873	6.626	4.041	16.345	1.345	7.114	17.758	1.111	1.537	431	3.967
MG	202.569	183.723	29.305	15.658	8.346	11.524	20.214	54.808	43.868	120.947	6.839	55.937	122.484	8.883	12.673	3.306	36.377
RJ	186.670	157.468	1.211	29.099	6.777	6.721	49.438	35.181	29.041	113.001	11.911	32.556	76.183	2.716	8.814	4.794	64.959
SP	504.824	446.982	25.118	101.355	24.089	34.194	68.113	133.409	60.702	274.051	27.021	145.910	242.066	15.180	31.896	12.843	144.997
Sul	404.144	370.275	80.367	47.246	23.757	34.641	34.856	100.733	48.676	232.423	20.001	117.851	227.647	25.127	31.854	9.893	75.753
PR	157.312	146.331	34.891	18.292	10.792	12.944	11.204	40.380	17.828	89.257	8.683	48.391	90.766	10.619	11.085	3.763	30.097
RS	148.841	133.035	30.884	17.057	7.226	11.763	15.190	34.954	15.961	85.632	6.671	40.732	82.239	8.877	11.921	3.221	26.777
SC	97.991	90.910	14.592	11.897	5.738	9.933	8.463	25.399	14.888	57.535	4.647	28.728	54.642	5.631	8.848	2.909	18.879
Centro-Oeste	271.497	248.151	67.937	13.944	10.140	9.830	42.138	55.194	48.967	142.071	41.805	64.275	174.062	15.152	18.365	2.484	38.088

DF	77.388	62.035	1.555	2.868	1.601	1.475	19.116	16.605	18.814	44.150	4.416	13.469	46.527	1.816	1.894	528	11.268
GO	90.484	82.653	25.336	3.798	3.306	2.856	10.182	22.829	14.347	40.564	14.498	27.591	64.916	4.577	5.021	895	7.245
MT	62.631	61.856	27.091	2.142	3.088	3.612	8.552	8.048	9.323	34.325	14.127	13.404	36.126	5.829	8.328	695	10.879
MS	40.994	41.608	13.955	5.136	2.145	1.888	4.288	7.712	6.483	23.032	8.764	9.812	26.493	2.931	3.123	366	8.694
TOTAL	2.106.434	1.919.156	285.781	273.963	100.100	117.368	335.006	478.428	328.509	1.136.451	241.592	541.113	1.118.059	100.523	144.858	37.699	518.017

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 14 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Realizado até o 1º Bimestre / 2021															
Região/UF	Programação 2021		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	89	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	69	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MA	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	63	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
ES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SP	34	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Sul	36	6	1	0	0	0	5	0	0	6	0	0	0	1	5	0	0
PR	6	6	1	0	0	0	5	0	0	6	0	0	0	1	5	0	0
RS	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SC	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	17	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
GO	3	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
MS	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	254	7	1	1	0	0	5	0	0	7	0	0	0	1	5	1	0

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA SPU-BA/ME Nº 3.534, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, ANTÔNIO EDUARDO DOS SANTOS DE ABREU, nomeado pela Portaria nº 23.931, de 23 de novembro de 2018, publicada no DOU em 24 de novembro de 2020, Seção 2, página 12, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 12746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2018, Edição 231, Seção 1, Página 104, e conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.001700/2006-46, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o município de Salvador, nos termos da Lei municipal n° 670, de 25 de junho de 1956, da área urbana localizada na Rua Silveira Martins, Cabula, Salvador/BA, denominado Horto Florestal do Cabula, com área total de Área Total de 377.274,00 m² (trezentos e setenta e sete mil e duzentos e setenta e quatro metros quadrados), e registrada no Cartório do 2º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Salvador, sob n° de Matrícula 21.856, Livro 3-Q, folha 29, em 25 de junho de 1956.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destinava-se à implementação do Horto Florestal do Cabula.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO EDUARDO DOS SANTOS DE ABREU

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 15, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Publica consolidação do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária do ICMS devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO a previsão de consolidação do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, em texto único, nos termos vigentes em 31 de outubro de 2020, com as modificações feitas pelo Convênio ICMS 130/20, de 14 de outubro de 2020, republicado no Diário Oficial da União do dia 29.03.2021;

CONSIDERANDO a aprovação do texto consolidado do referido convênio por meio da deliberação do plenário da 183ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de março de 2021; resolve:

Torna pública a consolidação do Convênio ICMS 110/07, na forma da cláusula quarta do Convênio ICMS 130/20:

CONVÊNIO ICMS 110, DE 28 DE SETEMBRO DE 2007

Dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 127ª reunião ordinária, realizada em Florianópolis, SC, no dia 28 de setembro de 2007, tendo em vista o disposto nos arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CO N V Ê N I O

CAPÍTULO I

DA RESPONSABILIDADE

Cláusula primeira Ficam os Estados e o Distrito Federal, quando destinatários, autorizados a atribuir ao remetente de combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, situado em outra unidade da Federação, a condição de sujeito passivo por substituição tributária, relativamente ao ICMS incidente sobre as operações com esses produtos.

I - REVOGADO

II - REVOGADO

III - REVOGADO

IV - REVOGADO

V - REVOGADO

VI - REVOGADO

VII - REVOGADO

VIII - REVOGADO

IX - REVOGADO

X - REVOGADO

XI - REVOGADO

XII - REVOGADO

XIII - REVOGADO

§ 1º O disposto nesta cláusula também se aplica:

I - REVOGADO

a) REVOGADO

b) REVOGADO

c) REVOGADO

II - REVOGADO

III - em relação ao ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna da unidade federada de destino e a alíquota interestadual incidente sobre as operações interestaduais com combustíveis e lubrificantes destinados ao uso e consumo do destinatário contribuinte do imposto;

IV - na entrada no território da unidade federada destinatária de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, quando não destinados à sua industrialização ou à sua comercialização pelo destinatário.

§ 2º O disposto nesta cláusula não se aplica à operação de saída promovida por distribuidora de combustíveis, por distribuidor de GLP, por transportador revendedor retalhista - TRR ou por importador que destine combustível derivado de petróleo a outra unidade da Federação, somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, hipótese em que serão observadas as disciplinas estabelecidas nos Capítulos II-C e III.

§ 3º Os combustíveis e lubrificantes de que trata o caput, constantes do Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, não derivados de petróleo, nas operações interestaduais, não se submetem ao disposto na alínea "b", inciso X, § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

§ 4º Neste convênio utilizar-se-ão as seguintes siglas correspondentes às definições a seguir:

I - EAC: etanol anidro combustível;

II - EHC: etanol hidratado combustível;

III - Gasolina A: combustível puro, sem adição de EAC;

IV - Gasolina C: combustível obtido da mistura de gasolina A com EAC;

V - B100: Biodiesel;

VI - Óleo Diesel A: combustível puro, sem adição de B100;
VII - Óleo Diesel B: Combustível obtido da mistura de óleo diesel A com B100;
VIII - GLP: gás liquefeito de petróleo;
IX - GLGN: gás liquefeito de gás natural;
X - GLGNi: gás liquefeito de gás natural importado;
XI - GLGNn: gás liquefeito de gás natural nacional;
XII - TRR: transportador revendedor retalhista;
XIII - CPQ: central de matéria-prima petroquímica;
XIV - UPGN: unidade de processamento de gás natural;
XV - ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
XVI - INMET: Instituto Nacional de Meteorologia;
XVII - FCV: fator de correção do volume;
XVIII - MVA: margem de valor agregado;
XIX - PMPF: preço médio ponderado a consumidor final;
XX - PDM: percentual de gasolina A na gasolina C ou percentual de óleo diesel A no óleo diesel B;
XXI - PDO: percentual obrigatório de gasolina A na gasolina C ou percentual obrigatório de óleo diesel A no óleo diesel B;
XXII - CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
XXIII - COTEPE: Comissão Técnica Permanente do ICMS.

Cláusula segunda Na operação de importação de combustíveis derivados ou não de petróleo, o imposto devido por substituição tributária será exigido do importador, inclusive quando tratar-se de refinaria de petróleo ou suas bases ou formulador de combustíveis, por ocasião do desembaraço aduaneiro.

§ 1º Na hipótese de entrega da mercadoria antes do desembaraço aduaneiro, a exigência do imposto ocorrerá naquele momento.

§ 2º Para efeito de repasse do imposto em decorrência de posterior operação interestadual, o produto importado equipara-se ao adquirido de produtores nacionais, devendo ser observadas as disposições previstas na cláusula vigésima.

§ 3º Não se aplica o disposto no caput às importações de EAC ou B100, devendo ser observadas, quanto a esses produtos, as disposições previstas no Capítulo IV.

Cláusula terceira Para os efeitos deste convênio, considerar-se-ão refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN, formulador de combustíveis, importador, distribuidora de combustíveis, distribuidor de GLP e TRR, aqueles assim definidos e autorizados por órgão federal competente.

Cláusula quarta Aplicam-se, no que couber, às CPQ e às UPGN, as normas contidas neste convênio aplicáveis à refinaria de petróleo ou suas bases, e, aos formuladores de combustíveis, as disposições aplicáveis ao importador.

Cláusula quinta As unidades federadas poderão exigir a inscrição nos seus cadastros de contribuintes do ICMS da refinaria de petróleo ou suas bases, da distribuidora de combustíveis, do distribuidor de GLP, do importador e do TRR localizados em outra unidade federada que efetuem remessa de combustíveis derivados de petróleo para seu território ou que adquiram EAC ou B100 com diferimento ou suspensão do imposto.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também a contribuinte que apenas receber de seus clientes informações relativas a operações interestaduais e tiver que registrá-las nos termos do inciso II do caput da cláusula décima oitava.

Cláusula sexta A refinaria de petróleo ou suas bases deverão inscrever-se no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada à qual, em razão das disposições contidas no Capítulo V, tenha que efetuar repasse do imposto.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO DO IMPOSTO RETIDO E DO MOMENTO DO PAGAMENTO

Cláusula sétima A base de cálculo do imposto a ser retido é o preço máximo ou único de venda a consumidor fixado por autoridade competente.

Cláusula oitava Na falta do preço a que se refere a cláusula sétima, a base de cálculo será o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o sujeito passivo por substituição tributária, ou, em caso de inexistência deste, pelo valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, ainda, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado divulgados no sitio do CONFAZ, observado o disposto no § 5º.

§ 1º Na hipótese em que o sujeito passivo por substituição tributária seja o importador, na falta do preço a que se refere a cláusula sétima, a base de cálculo será o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, contribuições, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado também divulgados no sitio do CONFAZ, observado o disposto no § 5º.

§ 2º Na divulgação dos percentuais de margem de valor agregado, deverá ser considerado, dentre outras:

I - a identificação do produto sujeito à substituição tributária;

II - a condição do sujeito passivo por substituição tributária, se produtor nacional, importador ou distribuidor;

III - a indicação de que se trata de operação interna ou interestadual;

IV - se a operação é realizada sem os acréscimos das seguintes contribuições, incidentes sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e etanol combustível:

a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -;

b) Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS -;

c) Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP -;

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS -.

§ 3º REVOGADO

§ 4º O ICMS deverá ser incluído no preço estabelecido por autoridade competente para obtenção da base de cálculo a que se refere o caput.

§ 5º O documento divulgado na forma do caput desta cláusula e do § 1º, deve estar referenciado e devidamente identificado em Ato COTEPE publicado no Diário Oficial da União.

Cláusula nona Em substituição aos percentuais de margem de valor agregado de que trata a cláusula oitava, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a adotar, nas operações promovidas pelo sujeito passivo por substituição tributária, relativamente às saídas subsequentes com combustíveis líquidos e gasosos derivados ou não de petróleo, a margem de valor agregado obtida mediante aplicação da seguinte fórmula, a cada operação: MVA = {[PMPF x (1 - ALIQ)] / [(VFI + FSE) x (1 - IM)] / FCV - 1} x 100, considerando-se:.

I - MVA: margem de valor agregado expressa em percentual;

II - PMPF: preço médio ponderado a consumidor final do combustível considerado, com ICMS incluso, praticado em cada unidade federada, apurado nos termos da cláusula décima terceira-A;

III - ALIQ: percentual correspondente à alíquota efetiva aplicável à operação praticada pelo sujeito passivo por substituição tributária, salvo na operação interestadual com produto contemplado com a não incidência prevista no art 155, § 2º, X, "b", da Constituição Federal, hipótese em que assumirá o valor zero;

IV - VFI: valor da aquisição pelo sujeito passivo por substituição tributária, sem ICMS;

V - FSE: valor constituído pela soma do frete sem ICMS, seguro, tributos, exceto o ICMS relativo à operação própria, contribuições e demais encargos transferíveis ou cobrados do destinatário;

VI - IM: índice de mistura do EAC na gasolina C, ou de mistura do B100 no óleo diesel B, salvo quando se tratar de outro combustível, hipótese em que assumirá o valor zero;

VII - FCV: fator de correção do volume.

§ 1º Considera-se alíquota efetiva aquela que, aplicada ao valor da operação, resulte valor idêntico ao obtido com a aplicação da alíquota nominal à base de cálculo reduzida.

§ 2º O PMPF a ser utilizado para determinação da margem de valor agregado a que se refere esta cláusula será divulgado mediante Ato COTEPE publicado no Diário Oficial da União.

§ 3º Na impossibilidade de aplicação, por qualquer motivo, do disposto nesta cláusula, prevalecerão as margens de valor agregado constantes do Ato COTEPE elaborado e divulgado nos termos da cláusula oitava.

§ 4º Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a estabelecer, nas operações com EHC, como base de cálculo a prevista na cláusula oitava, quando for superior ao PMPF.

§ 5º O fator de correção do volume (FCV) será divulgado em ato COTEPE e corresponde a correção dos volumes, utilizados para a composição da base de cálculo do ICMS, dos combustíveis líquidos e derivados de petróleo faturados a 20ºC pelo produtor nacional de combustíveis ou por suas bases, pelos importadores ou pelos formuladores, para a comercialização à temperatura ambiente definida em cada unidade federada.

§ 6º O fator de correção do volume (FCV) será calculado anualmente, com base na tabela de densidade divulgada pela ANP, nas temperaturas médias anuais das unidades federadas divulgada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e na tabela de conversão de volume aprovada pela Resolução CNP 06/70.

§ 7º REVOGADO

§ 8º Para efeitos do disposto no § 5º, a nota fiscal deverá ser emitida considerando, nos campos próprios para informação de quantidade, o volume de combustível:

I - convertido a 20º C, quando emitida pelo produtor nacional de combustíveis ou suas bases, pelo importador ou pelo formulador;

II - à temperatura ambiente, quando emitida pelo distribuidor de combustíveis ou pelo TRR.

§ 9º Na operação de importação realizada diretamente por estabelecimento distribuidor de combustíveis, nos termos da autorização concedida por órgão federal competente, a nota fiscal relativa à entrada do combustível neste estabelecimento deverá ser emitida nos termos do inciso I do § 8º.

Cláusula décima As unidades federadas deverão, na hipótese de inclusão ou alteração, informar a margem de valor agregado ou o PMPF à Secretaria-Executiva do CONFAZ, que providenciará a divulgação das margens e publicação de Ato COTEPE, de acordo com os seguintes prazos:

I - se informado até o dia 5 de cada mês, deverá ser publicado até o dia 10, para aplicação a partir do décimo sexto dia do mês em curso;

II - se informado até o dia 20 de cada mês, deverá ser publicado até o dia 25, para aplicação a partir do primeiro dia do mês subsequente.

§ 1º Quando não houver manifestação, por parte da unidade federada, com relação à margem de valor agregado ou ao PMPF, na forma do caput, o valor anteriormente informado permanece inalterado.

§ 2º Na divulgação das margens de valor agregado e no Ato COTEPE que publicar o PMPF, deverão estar indicadas todas as inclusões ou alterações informadas pelas unidades federadas na forma do caput.

Cláusula décima primeira Nas operações com mercadorias não relacionadas no Ato COTEPE a que se referem as cláusulas oitava a décima, inexistindo o preço a que se refere a cláusula sétima, a base de cálculo será o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o sujeito passivo por substituição tributária, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, ainda, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação dos seguintes percentuais de margem de valor agregado:

I - tratando-se de mercadorias contempladas com a não incidência prevista no art. 155, § 2º, X, b da Constituição Federal, nas operações:

a) internas, 30% (trinta por cento);

b) interestaduais, os resultantes da aplicação da seguinte fórmula: MVA = [130 / (1 - ALIQ)] - 100, considerando-se:

1. MVA: margem de valor agregado, expressa em percentual, arredondada para duas casas decimais;

2. ALIQ: percentual correspondente à alíquota efetiva aplicável ao produto na unidade federada de destino, considerando-se alíquota efetiva aquela que, aplicada ao valor da operação, resulte valor idêntico ao obtido com a aplicação da alíquota nominal à base de cálculo reduzida;

II - em relação aos demais produtos, nas operações:

a) internas, 30% (trinta por cento);

b) interestaduais, os resultantes da aplicação da seguinte fórmula: MVA = [130 x (1 - ALIQ inter) / (1 - ALIQ intra)] - 100, considerando-se:

1. MVA: margem de valor agregado, expressa em percentual, arredondada para duas casas decimais;

2. ALIQ inter: percentual correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

3. "ALIQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino.

§ 1º Na hipótese de a "ALIQ intra" ser inferior à "ALIQ inter" deverá ser aplicada a MVA prevista na alínea "a" do inciso II do caput.

§ 2º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.

Cláusula décima segunda Em substituição à base de cálculo determinada nos termos das cláusulas oitava à décima primeira, poderá ser adotada pelas unidades federadas, como base de cálculo, uma das seguintes alternativas:

I - o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador;

II - o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas na cláusula décima terceira-A.

Cláusula décima terceira Nas operações interestaduais realizadas com mercadorias não destinadas à sua industrialização ou à sua comercialização, que não tenham sido submetidas à substituição tributária nas operações anteriores, a base de cálculo é o valor da operação, entendido como tal o preço de aquisição pelo destinatário.

§ 1° Na hipótese em que o imposto tenha sido retido anteriormente sob o regime de substituição tributária:

I - nas operações abrangidas pelos Capítulos II-C e III, a base de cálculo será aquela obtida na forma prevista nas cláusulas sétima à décima segunda.

II - nas demais hipóteses, a base de cálculo será o valor da operação.

§ 2° As unidades federadas poderão instituir normas complementares para adoção da base de cálculo prevista no § 1°.

Cláusula décima terceira-A Na definição da metodologia da pesquisa a ser efetuada pelas unidades federadas, para fixação da MVA, do PMPF e do preço a consumidor final usualmente praticado no mercado, deverão ser observados os seguintes critérios, dentre outros que poderão ser necessários face à peculiaridade do produto:

I - identificação do produto, observando suas características particulares, tais como: tipo, espécie e unidade de medida;

II - preço de venda à vista no estabelecimento fabricante ou importador, incluindo o IPI, frete, seguro, e demais despesas cobradas do destinatário, excluído o valor do ICMS relativo à substituição tributária;

III - preço de venda à vista no estabelecimento atacadista, incluindo o frete, seguro e demais despesas cobradas do destinatário, excluído o valor do ICMS relativo à substituição tributária;

IV - preço de venda a vista no varejo, incluindo o frete, seguro e demais despesas cobradas do adquirente;

V - não serão considerados os preços de promoção, bem como aqueles submetidos a qualquer tipo de comercialização privilegiada.

§ 1º A pesquisa efetivar-se-á por levantamento a ser realizado pelo sistema de amostragem nos setores envolvidos.

§ 2º A pesquisa, sempre que possível, considerará o preço de mercadoria cuja venda no varejo tenha ocorrido em período inferior a 30 dias após a sua saída do estabelecimento fabricante, importador ou atacadista.

§ 3º As informações resultantes da pesquisa deverão conter os dados cadastrais dos estabelecimentos pesquisados, as respectivas datas das coletas de preços e demais elementos suficientes para demonstrar a veracidade dos valores obtidos.

Cláusula décima quarta Na hipótese em que a base de cálculo do imposto a ser retido por substituição tributária seja obtida mediante pesquisa realizada pela unidade federada, poderá, a critério desta, ser utilizado levantamento de preços efetuado por instituto de pesquisa de reconhecida idoneidade, inclusive sob a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP ou outro órgão governamental.

Cláusula décima quarta-A As bases de cálculo do imposto retido por substituição tributária para o GLP, GLGNn e GLGNi serão idênticas na mesma operação, entendida aquela que contenha mistura de frações de dois ou três dos gases liquefeitos citados, observada a legislação interna de cada unidade federada.

Cláusula décima quinta O valor do imposto a ser retido por substituição tributária será calculado mediante a aplicação da alíquota interna prevista na legislação da unidade federada de destino sobre a base de cálculo obtida na forma definida neste capítulo, deduzindo-se, quando houver, o valor do imposto incidente na operação própria, inclusive na hipótese da cláusula segunda.

Cláusula décima sexta Ressalvada a hipótese de que trata a cláusula segunda, o imposto retido deverá ser recolhido no 10º (décimo) dia subsequente ao término do período de apuração em que tiver ocorrido a operação, ou, no caso do 10º (décimo) dia cair em dia não útil ou sem expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, a crédito da unidade federada em cujo território se encontra estabelecido o destinatário das mercadorias.

§ 1º Em relação às operações com EHC, é facultado à unidade federada destinatária antecipar o prazo previsto no caput para o recolhimento do ICMS, nos termos e condições que estabelecer.

§ 2º Para os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia e Sergipe, caso o 10º (décimo) dia ocorra em dia não útil ou sem expediente bancário, o imposto retido deverá ser recolhido no dia útil e com expediente bancário anterior àquele.

CAPÍTULO II-A

DAS OPERAÇÕES COM MISTURA DE COMBUSTÍVEIS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO OBRIGATÓRIO E DO MOMENTO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Cláusula décima sexta-A A distribuidora de combustível que promover operações com gasolina C ou com óleo diesel B, em que tenha havido adição de biocombustível em percentual superior ao obrigatório, cujo imposto tenha sido retido anteriormente, deverá:

I - apurar a quantidade de combustível sobre a qual não ocorreu retenção de ICMS por meio da seguinte fórmula: Qtde não trib. = (1- PDM/PDO) x QtdeComb, onde:

a) PDM: percentual de gasolina A na gasolina C ou percentual de óleo diesel A no óleo diesel B;

b) PDO: percentual obrigatório de gasolina A na gasolina C ou percentual obrigatório de óleo diesel A no óleo diesel B;

c) QtdeComb: quantidade total do produto;

II - sobre a quantidade da gasolina C ou do óleo diesel B apurada na forma do inciso I, calcular o valor do ICMS devido, utilizando-se das bases de cálculos previstas nas cláusulas sétima a nona, conforme o caso, e sobre ela aplicar a alíquota prevista para o produto resultante da mistura;

III - recolher em favor da unidade federada em que se deu a mistura, até o dia cinco do mês subsequente ao da operação, o ICMS calculado na forma desta cláusula;

IV - além das informações previstas nos §§ 1º e 2º da cláusula décima oitava, indicar no campo "Informações Complementares" da nota fiscal: o percentual de biocombustível contido na mistura; a quantidade da mistura em que não ocorreu a retenção; a base de cálculo e o ICMS devido, calculado nos termos desta cláusula.

CAPÍTULO II-B

DAS OPERAÇÕES COM MISTURA DE COMBUSTÍVEIS EM PERCENTUAL INFERIOR AO OBRIGATÓRIO

Cláusula décima sexta-B À distribuidora de combustível que promover operações com gasolina C e de óleo diesel B, em que tenha feito, em seu estabelecimento, a adição de biocombustível em percentual inferior ao mínimo obrigatório, mediante autorização, excepcional, do órgão federal competente, cujo imposto tenha sido retido anteriormente, fica assegurado, nos termos deste capítulo, o ressarcimento da diferença do imposto retido a maior, em decorrência da referida adição.

Parágrafo único. O disposto neste capítulo não se aplica na hipótese em que o programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira possibilitar a adequação do processamento das informações das operações considerando o percentual inferior autorizado de que trata o caput, devendo ser observado, se cabível, a cláusula décima sexta-A.

Cláusula décima sexta-C Para fins do ressarcimento de que trata este capítulo, a distribuidora de combustível que tiver comercializado os produtos indicados na cláusula décima sexta-B, deverá:

I - elaborar planilha demonstrativa das operações realizadas no período, contendo:

a) no mínimo, os seguintes dados das notas fiscais que acobertaram as operações:

1. número, série, data de emissão;
2. CNPJ e razão social do emitente;
3. unidade federada do emitente;
4. CNPJ e razão social do destinatário;
5. unidade federada do destinatário;
6. chave de acesso;
7. Código Fiscal de Operação e Prestação - CFOP;
8. produto e correspondente código do produto na ANP;
9. unidade e quantidade tributável;
10. percentual de biocombustível na mistura;

b) dados da base de cálculo e do ICMS total cobrado na operação de entrada;

c) dados da base de cálculo e do ICMS total devido na operação de saída;

d) valor e memória de cálculo do ICMS a ser ressarcido, por operação;

II - demonstrar inexistir a cobrança do ICMS, objeto do pleito de ressarcimento, do destinatário mediante a apresentação de documentação comprobatória:

a) da composição de preços dos combustíveis,

b) das operações com combustível comercializado mantendo o percentual mínimo obrigatório;

c) da efetividade das operações realizadas com percentual inferior ao mínimo obrigatório;

III - demonstrar inexistir, na unidade federada que autorizará o ressarcimento, débito tributário, exceto se o referido débito estiver com sua exigibilidade suspensa;

IV - protocolar o requerimento de ressarcimento na unidade federada do estabelecimento emitente das notas fiscais relativas à saída, instruído com a planilha indicada no inciso I e a documentação comprobatória a que se refere o inciso II.

Cláusula décima sexta-D O ressarcimento de que trata este capítulo deverá ser previamente autorizado pela unidade federada de localização da distribuidora de combustíveis a que se refere a cláusula décima sexta-B, observado o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar.

Parágrafo único. Havendo discordância da unidade federada quanto ao requerimento do contribuinte, deverá ser concedido prazo para a manifestação ou retificação do pleito, por parte do contribuinte.

Cláusula décima sexta-E O ressarcimento à distribuidora de combustíveis, quando autorizado, será efetuado pelo seu fornecedor do combustível, nos termos previstos na legislação da unidade federada autorizadora.

Cláusula décima sexta-F Na hipótese de importação de gasolina A ou óleo diesel A pelo contribuinte referido na cláusula décima sexta-B, cuja retenção e recolhimento do ICMS tenham sido efetuados pelo mesmo, fica assegurada, nos termos legislação da respectiva unidade federada, a restituição na forma de creditamento, abatimento ou ressarcimento junto ao produtor nacional de combustíveis.

CAPÍTULO II-C

DAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - E GÁS LIQUEFEITO DE GÁS NATURAL - GLGN - EM QUE O IMPOSTO TENHA SIDO RETIDO ANTERIORMENTE

Cláusula décima sexta-G Nas operações interestaduais com GLP e GLGN, tributados na forma deste convênio, deverão ser observados os procedimentos previstos neste capítulo para a apuração do valor do ICMS devido à unidade federada de origem.

§ 1º Aplicam-se os procedimentos previstos neste convênio nas operações com o gás de xisto.

§ 2º Aplicam-se, no que couber ao GLGN, as regras previstas no inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, de 1988.

Cláusula décima sexta-H Os estabelecimentos industriais e importadores deverão identificar a quantidade de saída de GLGNn, GLGNi e de GLP, por operação.

§ 1º Para efeito do disposto no caput desta cláusula, a quantidade deverá ser identificada, calculando-se o percentual de cada produto no total produzido ou importado, tendo como referência a média ponderada dos 3 (três) meses que antecedem o mês imediatamente anterior ao da realização das operações.

§ 2º Caso um estabelecimento esteja iniciando suas operações, deverá ser utilizado o percentual da unidade da mesma empresa com o maior volume de comercialização na mesma unidade federada e, na inexistência de estabelecimento da mesma empresa na mesma unidade federada, deverá ser utilizado o percentual médio apurado pela unidade federada a ser disponibilizado no programa de computador de que trata a cláusula vigésima terceira.

§ 3º Nos campos próprios da nota fiscal, deverão constar os percentuais de GLP, GLGNn e GLGNi na quantidade total de saída, obtidos de acordo com o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 4º Na operação de importação, o estabelecimento importador, por ocasião do desembaraço aduaneiro, deverá, quando da emissão da nota fiscal de entrada, discriminar o produto, identificando se o gás é derivado de gás natural ou de petróleo.

§ 5º Relativamente à quantidade proporcional de GLGNn e GLGNi, o estabelecimento deverá destacar a base de cálculo e o ICMS devido sobre a operação própria, bem como o devido por substituição tributária, incidente na operação.

Cláusula décima sexta-I O contribuinte substituído que realizar operações interestaduais com GLGNn e GLGNi deverá calcular o percentual de cada produto no total das operações de entradas, tendo como referência a média ponderada dos 3 (três) meses que antecedem o mês imediatamente anterior ao da realização das operações.

Parágrafo único Caso um estabelecimento esteja iniciando suas operações, deverá ser utilizado o percentual da unidade da mesma empresa com o maior volume de comercialização na mesma unidade federada e, na inexistência de estabelecimento da mesma empresa na mesma unidade federada, deverá ser utilizado o percentual médio apurado pela unidade federada a ser disponibilizado no programa de computador de que trata a cláusula vigésima terceira.

Cláusula décima sexta-J Para fins de cálculo do imposto devido à unidade federada de destino, deverão ser utilizados os percentuais de GLGNn e GLGNi apurados na forma da cláusula décima sexta-I.

Parágrafo único Nos campos próprios da nota fiscal de saída, deverão constar os percentuais a que se referem o caput, o valor de partida do produto (preço do produto sem ICMS), observada a cláusula décima sexta e, no campo "Informações Complementares", os valores da base de cálculo, do ICMS relativo à operação própria e do ICMS devido por substituição tributária incidentes na operação, relativamente às quantidades proporcionais de GLGNn e GLGNi.

Cláusula décima sexta-K O contribuinte substituído, que tiver recebido GLP, GLGNn e GLGNi diretamente do sujeito passivo por substituição ou de outro contribuinte substituído, deverá, em relação à operação interestadual que realizar:

I - registrar, com a utilização do programa de computador de que trata a cláusula vigésima terceira, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

II - enviar as informações relativas a essas operações, por transmissão eletrônica de dados, na forma e prazos estabelecidos na cláusula décima oitava.

Parágrafo único Se o valor do imposto devido à unidade federada de destino for diverso do valor do imposto disponível para repasse na unidade federada de origem, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - se superior, o remetente da mercadoria será responsável pelo recolhimento complementar, na forma e prazo que dispuser a legislação da unidade federada de destino;

II - se inferior, o remetente da mercadoria poderá pleitear o ressarcimento da diferença nos termos previstos na legislação da unidade federada de origem.

CAPÍTULO III

DAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO EM QUE O IMPOSTO TENHA SIDO RETIDO ANTERIORMENTE

Seção I

Das Disposições Preliminares

Cláusula décima sétima O disposto neste capítulo aplica-se às operações interestaduais realizadas por importador, distribuidora de combustíveis, distribuidor de GLP ou TRR com combustíveis derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido anteriormente.

§ 1º Aplicam-se as normas gerais pertinentes à substituição tributária:

I - no caso de afastamento da regra prevista no inciso I do § 1° da cláusula décima terceira;

II - nas operações interestaduais não abrangidas por esta cláusula.

§ 2º O valor do imposto devido por substituição tributária para a unidade federada de destino será calculado mediante a aplicação da alíquota interna prevista na legislação da unidade federada de destino sobre a base de cálculo obtida na forma definida no Capítulo II, observando-se a não incidência e a restrição ao crédito para a compensação com o montante devido nas operações seguintes, previstas, respectivamente, nas alíneas "b" do inciso X e "a" do inciso II, ambos do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

§ 3º Para efeito do disposto neste capítulo, o valor do imposto cobrado em favor da unidade federada de origem da mercadoria abrangerá os valores do imposto efetivamente retido anteriormente e do relativo à operação própria, observado o § 4º.

§ 4º Nas saídas não tributadas da gasolina C ou do óleo diesel B, o valor do imposto cobrado em favor da unidade federada de origem da mercadoria não abrangerá a parcela do imposto relativa ao EAC ou ao B100 contidos na mistura, retida anteriormente e recolhida em favor da unidade federada de origem do biocombustível nos termos do § 13 da cláusula vigésima primeira.

§ 5º O distribuidor de GLP deverá observar as regras previstas neste capítulo, em conjunto com as regras previstas no Capítulo II-C.

Seção II

Das Operações Realizadas por Contribuinte que Tiver Recebido o Combustível Diretamente do Sujeito Passivo por Substituição Tributária

Cláusula décima oitava O contribuinte que tiver recebido combustível derivado de petróleo com imposto retido, diretamente do sujeito passivo por substituição tributária, deverá:

I - quando efetuar operações interestaduais:

a) indicar nos campos próprios ou, nas suas ausências, no campo "Informações Complementares" da nota fiscal a base de cálculo utilizada para a retenção do imposto por substituição tributária em operação anterior, a base de cálculo utilizada em favor da unidade federada de destino, o valor do ICMS devido à unidade federada de destino e a expressão "ICMS a ser repassado nos termos do Capítulo V do Convênio ICMS 110/07;

b) registrar, com a utilização do programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

c) enviar as informações relativas a essas operações, por transmissão eletrônica de dados, juntando-as, quando houver, às recebidas de seus clientes, na forma e prazos estabelecidos no Capítulo VI;

II - quando não tiver realizado operações interestaduais e apenas receber de seus clientes informações relativas a operações interestaduais, registrá-las, observando o disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput.

§ 1° A indicação da base de cálculo utilizada para a substituição tributária na unidade federada de origem prevista na alínea "a" do inciso I do caput desta cláusula, na alínea "a" do inciso I do caput da cláusula décima nona e no inciso I do caput da cláusula vigésima, será feita:

I - na hipótese da cláusula nona, considerando o valor unitário da base de cálculo vigente na data da operação;

II - nas demais hipóteses, com base no valor unitário médio da base de cálculo da retenção apurado no mês imediatamente anterior ao da remessa.

§ 2º O disposto na alínea "a" do inciso I do caput desta cláusula, na alínea "a" do inciso I do caput da cláusula décima nona e no inciso I do caput da cláusula vigésima, deverá também ser aplicado nas operações internas, em relação à indicação, no campo próprio ou, na sua ausência, no campo "Informações Complementares" da nota fiscal, da base de cálculo utilizada para a retenção do imposto por substituição tributária em operação anterior, observado o § 1º.

§ 3º Quando o valor do imposto devido à unidade federada de destino for diverso do cobrado na unidade federada de origem, observado o disposto nos §§2º, 3º e 4º da cláusula décima sétima, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - se superior, o remetente da mercadoria será responsável pelo recolhimento complementar, na forma e prazo que dispuser a legislação da unidade federada de destino;

II - se inferior, a diferença será ressarcida ao remetente da mercadoria, pelo seu fornecedor, nos termos previstos na legislação da unidade federada de origem.

§ 4º REVOGADO

§ 5º REVOGADO

Seção III

Das Operações Realizadas por Contribuinte que Tiver Recebido o Combustível de Outro Contribuinte Substituído

Cláusula décima nona O contribuinte que tiver recebido combustível derivado de petróleo com imposto retido, de outro contribuinte substituído, deverá:

I - quando efetuar operações interestaduais:

a) indicar nos campos próprios ou, nas suas ausências, no campo "Informações Complementares" da nota fiscal, a base de cálculo utilizada para a retenção do imposto por substituição tributária em operação anterior, a base de cálculo utilizada em favor da unidade federada de destino, o valor do ICMS devido à unidade federada de destino e a expressão "ICMS a ser repassado nos termos do Capítulo V do Convênio ICMS 110/07";

b) registrar, com a utilização do programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

c) enviar as informações relativas a essas operações, por transmissão eletrônica de dados, juntando-as, quando houver, às recebidas de seus clientes, na forma e prazos estabelecidos no Capítulo VI;

II - quando não tiver realizado operações interestaduais e apenas receber de seus clientes informações relativas a operações interestaduais, registrá-las, observando o disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput.

§ 1º Quando o valor do imposto devido à unidade federada de destino for diverso do cobrado na unidade federada de origem, observado o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º da cláusula décima sétima, serão adotados os procedimentos previstos no § 3º da cláusula décima oitava.

§ 2º O distribuidor de GLP deverá enviar as informações previstas nas alíneas "b" e "c", ambas do inciso I do caput diretamente à refinaria de petróleo ou suas bases, indicada pela unidade federada em Ato COTEPE.

Seção IV

Das Operações Realizadas por Importador

Cláusula vigésima O importador que promover operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, cujo imposto tenha sido retido anteriormente, deverá:

I - indicar, nos campos próprios ou, nas suas ausências, no campo "Informações Complementares" da nota fiscal a base de cálculo utilizada para a retenção do imposto por substituição tributária na operação anterior, a base de cálculo utilizada em favor da unidade federada de destino, o valor do ICMS devido à unidade federada de destino e a expressão "ICMS a ser repassado nos termos do Capítulo V do Convênio ICMS 110/07;

II - registrar, com a utilização do programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

III - enviar as informações relativas a essas operações, por transmissão eletrônica de dados, na forma e prazos estabelecidos no Capítulo VI.

Parágrafo único. Quando o valor do imposto devido à unidade federada de destino for diverso do cobrado na unidade federada de origem, observado o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º da cláusula décima sétima, serão adotados os procedimentos previstos no § 3º da cláusula décima oitava.

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES COM ETANOL ANIDRO COMBUSTÍVEL - EAC - OU COM BIODIESEL - B100 -

Cláusula vigésima primeira Os Estados e o Distrito Federal concederão diferimento ou suspensão do lançamento do imposto nas operações internas ou interestaduais com EAC ou com B100, quando destinados a distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina C ou a saída do óleo diesel B promovida pela distribuidora de combustíveis, observado o disposto no § 2°.

§ 1º O imposto diferido ou suspenso deverá ser pago de uma só vez, englobadamente, com o imposto retido por substituição tributária incidente sobre as operações subsequentes com gasolina ou óleo diesel até o consumidor final, observado o disposto nos §§ 3° e 13.

§ 2° Encerra-se o diferimento ou suspensão de que trata o caput na saída isenta ou não tributada de EAC ou B100, inclusive para a Zona Franca de Manaus e para as Áreas de Livre Comércio.

§ 3° Na hipótese do § 2°, a distribuidora de combustíveis deverá efetuar o pagamento do imposto suspenso ou diferido à unidade federada remetente do EAC ou do B100.

§ 4° Na remessa interestadual de EAC ou B100, a distribuidora de combustíveis destinatária deverá:

I - registrar, com a utilização do programa de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

II - identificar:

a) o sujeito passivo por substituição tributária que tenha retido anteriormente o imposto relativo à gasolina A ou ao óleo diesel A, com base na proporção da sua participação no somatório das quantidades do estoque inicial e das entradas ocorridas no mês, relativamente à gasolina A ou ao óleo diesel A adquirido diretamente de sujeito passivo por substituição tributária;

b) o fornecedor da gasolina A ou do óleo diesel A, com base na proporção da sua participação no somatório das quantidades do estoque inicial e das entradas ocorridas no mês, relativamente à gasolina A ou ao óleo diesel A adquirido de outro contribuinte substituído;

III - enviar as informações a que se referem os incisos I e II, por transmissão eletrônica de dados, na forma e prazos estabelecidos no Capítulo VI.

§ 5° Na hipótese do § 4°, a refinaria de petróleo ou suas bases deverão efetuar:

I - em relação às operações cujo imposto relativo à gasolina A ou ao óleo diesel A tenha sido anteriormente retido pela refinaria de petróleo ou suas bases, o repasse do valor do imposto relativo ao EAC ou ao B100 devido às unidades federadas de origem desses produtos, limitado ao valor do imposto efetivamente retido e do relativo à operação própria, até o 10° (décimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, ou, no caso do 10º (décimo) dia cair em dia não útil ou sem expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente;

II - em relação às operações cujo imposto relativo à gasolina A ou ao óleo diesel A tenha sido anteriormente retido por outros contribuintes, a provisão do valor do imposto relativo ao EAC ou B100 devido às unidades federadas de origem desses produtos, limitado ao valor efetivamente recolhido à unidade federada de destino, para o repasse que será realizado até o 20° (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais.

§ 6° A unidade federada de destino, na hipótese do inciso II do § 5°, terá até o 18° (décimo oitavo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, para verificar a ocorrência do efetivo pagamento do imposto e, se for o caso, manifestar-se, de forma escrita e motivada, contra a referida dedução, caso em que o valor anteriormente provisionado para repasse será recolhido em seu favor.

§ 7° Para os efeitos desta cláusula, inclusive no tocante ao repasse, aplicar-se-ão, no que couberem, as disposições do Capítulo V.

§ 8° O disposto nesta cláusula não prejudica a aplicação do contido no Convênio ICM 65/88, de 6 de dezembro de 1988.

§ 9° Na hipótese de dilação, a qualquer título, do prazo de pagamento do ICMS pela unidade federada de destino, o imposto relativo ao EAC ou B100 deverá ser recolhido integralmente à unidade federada de origem no prazo fixado neste convênio.

§ 10. REVOGADO

§ 11. REVOGADO

§ 12. REVOGADO

§ 13. Nas saídas isentas ou não tributadas da gasolina C ou do óleo diesel B, o imposto diferido ou suspenso, em relação ao volume de EAC ou B100 contido na mistura, englobado no imposto retido anteriormente por substituição tributária, deverá ser:

I - segregado do imposto retido anteriormente por substituição tributária;

II - recolhido para a unidade federada de origem do biocombustível, observado os §§ 4º e 5º.

§ 14. O imposto relativo ao volume de EAC ou B100 a que se refere o § 13, será apurado com base no valor unitário médio e na alíquota média ponderada das entradas de EAC ou de B100 ocorridas no mês, observado o § 6º da cláusula vigésima quinta.

§ 15. A Na hipótese do inciso I do § 5º, para os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia e Sergipe, caso o 10º (décimo) dia ocorra em dia não útil ou sem expediente bancário, o imposto deverá ser recolhido no dia útil e com expediente bancário anterior àquele.

§ 16. Na impossibilidade de apuração do valor unitário médio e da alíquota média nos termos do § 14, deverão ser adotados os valores médios apurados e publicados pelas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS DA REFINARIA DE PETRÓLEO OU SUAS BASES

Cláusula vigésima segunda A refinaria de petróleo ou suas bases deverão:

I - incluir, no programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, os dados:

a) informados por contribuinte que tenha recebido a mercadoria diretamente do sujeito passivo por substituição tributária;

b) informados por importador ou formulador de combustíveis;

c) relativos às próprias operações com imposto retido e das notas fiscais de saída de combustíveis derivados ou não do petróleo;

d) informados por contribuintes de que trata a cláusula décima sexta-K;

II - determinar, utilizando o programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira, o valor do imposto a ser repassado às unidades federadas de destino das mercadorias;

III - efetuar:

a) em relação às operações cujo imposto tenha sido anteriormente retido por refinaria de petróleo ou suas bases, o repasse do valor do imposto devido às unidades federadas de destino das mercadorias, limitado ao valor do imposto efetivamente retido e do relativo à operação própria, no 10° (décimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, ou, no caso do 10º (décimo) dia cair em dia não útil ou sem expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente;

b) em relação às operações cujo imposto tenha sido anteriormente retido por outros contribuintes, a provisão do valor do imposto devido às unidades federadas de destino das mercadorias, limitado ao valor efetivamente recolhido à unidade federada de origem, para o repasse que será realizado até o 20° (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, observado o disposto no § 3°;

c) o repasse do valor do imposto devido às unidades federadas de destino do GLP, do GLGNn e do GLGNi, limitado ao valor do imposto efetivamente retido e do relativo à operação própria, no 10° (décimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais;

IV - enviar as informações a que se referem os incisos I a III, por transmissão eletrônica de dados, na forma e prazos estabelecidos no Capítulo VI.

§ 1º A refinaria de petróleo ou suas bases deduzirão, até o limite da importância a ser repassada, o valor do imposto cobrado em favor da unidade federada de origem da mercadoria, abrangendo os valores do imposto efetivamente retido e do relativo à operação própria, do recolhimento seguinte que tiver de efetuar em favor dessa unidade federada.

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do caput, o contribuinte que tenha prestado informação relativa a operação interestadual, identificará o sujeito passivo por substituição tributária que reteve o imposto anteriormente, com base na proporção da participação daquele sujeito passivo no somatório das quantidades do estoque inicial e das entradas ocorridas no mês, exceto para as operações com GLP, GLGNn e GLGNi.

§ 3º A unidade federada de origem, na hipótese da alínea "b" do inciso III do caput terá até o 18° (décimo oitavo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, para verificar a ocorrência do efetivo pagamento do imposto e, se for o caso, manifestar-se, de forma escrita e motivada, contra a referida dedução, caso em que o valor anteriormente provisionado para repasse será recolhido em seu favor.

§ 4° O disposto no § 3° não implica homologação dos lançamentos e procedimentos adotados pelo sujeito passivo.

§ 5° Caso a unidade federada adote período de apuração diferente do mensal ou prazo de recolhimento do imposto devido pela operação própria anterior ao 10° (décimo) dia de cada mês, a dedução prevista no § 1º será efetuada nos termos definidos na legislação de cada unidade federada.

§ 6° Se o imposto retido for insuficiente para comportar a dedução do valor a ser repassado à unidade federada de destino, a referida dedução poderá ser efetuada do:

I - ICMS Substituição Tributária devido por outro estabelecimento da refinaria ou suas bases, ainda que localizado em outra unidade federada; e

II - ICMS próprio devido à unidade federada de origem, na parte que exceder o disposto no inciso I.

§ 7° A refinaria de petróleo ou suas bases que efetuarem a dedução, em relação ao ICMS recolhido por outro sujeito passivo, sem a observância do disposto na alínea "b" do inciso III do caput, será responsável pelo valor deduzido indevidamente e respectivos acréscimos.

§ 8º Nas hipóteses do § 5° ou de dilação, a qualquer título, do prazo de pagamento do ICMS pela unidade federada de origem, o imposto deverá ser recolhido integralmente à unidade federada de destino no prazo fixado neste convênio.

§ 9º REVOGADO

§ 10. Na hipótese da alínea "a" e "c" do inciso III, para os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia e Sergipe, caso o 10º (décimo) dia ocorra em dia não útil ou sem expediente bancário, o imposto deverá ser recolhido no dia útil e com expediente bancário anterior àquele.

CAPÍTULO VI

DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM COMBUSTÍVEIS

Cláusula vigésima terceira A entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou GLGN em que o imposto tenha sido retido anteriormente, com EAC ou B100, cuja operação tenha ocorrido com diferimento ou suspensão do imposto, e as previstas na cláusula vigésima terceira-A relativas às operações com etanol combustível e para outros fins, será efetuada, por transmissão eletrônica de dados, de acordo com as disposições deste capítulo e nos termos dos seguintes anexos, nos modelos aprovados em Ato COTEPE e residentes no sítio eletrônico do CONFAZ e no sitio http://scanc.fazenda.mg.gov.br/scanc, destinados a:

I - Anexo I: apurar e informar a movimentação de combustíveis derivados de petróleo realizada por distribuidora, importador e TRR;

II - Anexo II: informar as operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo;

III - Anexo III: informar o resumo das operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo e apurar os valores de imposto cobrado na origem, imposto devido no destino, imposto a repassar, imposto a ressarcir e imposto a complementar;

IV - Anexo IV: informar as aquisições interestaduais de EAC e B100 realizadas por distribuidora de combustíveis;

V - Anexo V: apurar e informar o resumo das aquisições interestaduais de EAC e B100 realizadas por distribuidora de combustíveis;

VI - Anexo VI: demonstrar o recolhimento do ICMS devido por substituição tributária - ICMS/ST - pelas refinarias de petróleo ou suas bases para as diversas unidades federadas;

VII - Anexo VII: demonstrar o recolhimento do ICMS provisionado pelas refinarias de petróleo ou suas bases;

VIII - Anexo VIII: demonstrar a movimentação de EAC e B100 e apurar as saídas interestaduais de sua mistura à gasolina A e ao óleo diesel A, respectivamente;

IX - Anexo IX: apurar e informar a movimentação com GLP, GLGNn e GLGNi, por distribuidor de GLP;

X - Anexo X: informar as operações interestaduais com GLP, GLGNn e GLGNi, realizadas por distribuidor de GLP;

XI - Anexo XI: informar o resumo das operações interestaduais com GLP, GLGNn e GLGNi, realizadas por distribuidor de GLP e apurar os valores de imposto cobrado na origem, imposto próprio devido na origem, imposto disponível para repasse, imposto devido no destino, imposto a repassar, imposto a ressarcir e imposto a complementar;

XII - Anexo XII: informar a movimentação de etanol hidratado e de etanol anidro realizadas por fornecedor de etanol combustível;

XIII - Anexo XIII: informar a movimentação de etanol hidratado realizada por distribuidor de combustíveis;

XIV - Anexo XIV: informar as saídas de etanol hidratado ou anidro realizadas por fornecedor de etanol combustível ou por distribuidor de combustíveis.

§ 1° A distribuidora de combustíveis, o distribuidor de GLP, o importador e o TRR, ainda que não tenha realizado operação interestadual com combustível derivado de petróleo, EAC ou B100, deverá informar as demais operações.

§ 2º Para a entrega das informações de que trata este capítulo, deverá ser utilizado programa de computador aprovado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS -, destinado à apuração e demonstração dos valores de repasse, dedução, ressarcimento e complemento do ICMS.

§ 3º Ato COTEPE aprovará o manual de instrução contendo as orientações para o atendimento do disposto neste capítulo.

§ 4º Sem prejuízo do disposto na cláusula trigésima primeira do Convênio ICMS 142/18, as unidades federadas deverão comunicar formalmente à Secretaria-Executiva do CONFAZ qualquer alteração que implique modificação do cálculo do imposto a ser retido e repassado, não decorrente de convênio ou de fixação de preço por autoridade competente.

Cláusula vigésima terceira-A O fornecedor de etanol combustível e o distribuidor de combustíveis, assim definidos e autorizados pela ANP, ficam obrigados a entregar informações fiscais sobre as operações realizadas com etanol hidratado, nos termos deste capítulo.

§ 1º O disposto nesta cláusula se aplica às operações com etanol anidro realizadas pelo fornecedor de etanol combustível.

§ 2º A entrega de informações sobre as operações com etanol tratada nesta cláusula alcança as operações com etanol hidratado ou anidro combustíveis e etanol para outros fins.

Cláusula vigésima quarta A utilização do programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira é obrigatória, devendo o sujeito passivo por substituição tributária e o contribuinte substituído que realizar operações com combustíveis derivados de petróleo ou GLGN, em que o imposto tenha sido retido anteriormente, com EAC ou B100, e os contribuintes mencionados na cláusula vigésima terceira-A proceder a entrega das informações relativas às mencionadas operações por transmissão eletrônica de dados.

Cláusula vigésima quinta Com base nos dados informados pelos contribuintes e no Capítulo II, o programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira calculará:

I - o imposto cobrado em favor da unidade federada de origem da mercadoria e o imposto a ser repassado em favor da unidade federada de destino decorrente das operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, observados os §§ 2º, 3º e 4º da cláusula décima sétima;

II - a parcela do imposto incidente sobre o EAC destinado à unidade federada remetente desse produto;

III - a parcela do imposto incidente sobre o B100 destinado à unidade federada remetente desse produto;

IV - REVOGADO

V - o valor do imposto de que tratam os §§ 13 e 14 da cláusula vigésima primeira;

VI - o imposto cobrado em favor da unidade federada de origem da mercadoria, o imposto devido em favor da unidade federada de origem, o imposto disponível para repasse e o imposto a ser repassado em favor da unidade federada de destino decorrentes das operações interestaduais com GLGNn e GLGNi, observado o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º da cláusula décima sétima.

§ 1° Na operação interestadual com combustível derivado de petróleo ou GLGN em que o imposto tenha sido retido anteriormente, o valor unitário médio da base de cálculo da retenção, para efeito de dedução da unidade federada de origem, será determinado pela divisão do somatório do valor das bases de cálculo das entradas e do estoque inicial pelo somatório das respectivas quantidades.

§ 2° O valor unitário médio da base de cálculo da retenção referido no § 1° deverá ser apurado mensalmente, ainda que o contribuinte não tenha realizado operações interestaduais.

§ 3° Para o cálculo do imposto a ser repassado em favor da unidade federada de destino dos combustíveis derivados de petróleo, o programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira utilizará como base de cálculo, aquela obtida na forma estabelecida no Capítulo II e adotada pela unidade federada de destino.

§ 4° REVOGADO

§ 5° Tratando-se de gasolina C, da quantidade desse produto, será deduzida a parcela correspondente ao volume de EAC a ela adicionado, se for o caso, ou tratando-se do óleo diesel B, da quantidade desse produto, será deduzida a parcela correspondente ao volume de B100 a ele adicionado.

§ 6° Para o cálculo da parcela do imposto incidente sobre o EAC ou o B100 destinado à unidade federada remetente desse produto, o programa:

I - adotará como base de cálculo o valor total da operação, nele incluindo o respectivo ICMS;

II - sobre este valor aplicará a alíquota interestadual correspondente.

§ 7º Com base nas informações prestadas pelo contribuinte, o programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira gerará relatórios nos modelos dos anexos a que se refere o caput da cláusula vigésima terceira, aprovados em Ato COTEPE e residentes no sítio do CONFAZ e no sítio http://scanc.fazenda.mg.gov.br/scanc.

I - REVOGADO

II - REVOGADO

III - REVOGADO

IV - REVOGADO

V - REVOGADO

VI - REVOGADO

VII - REVOGADO

VIII - REVOGADO

§ 8º REVOGADO

§ 9º REVOGADO

§ 10. REVOGADO

§ 11. REVOGADO

Cláusula vigésima sexta As informações relativas às operações referidas nos Capítulos II-C, III e IV e na cláusula vigésima terceira-A, relativamente ao mês imediatamente anterior, serão enviadas, com utilização do programa de computador de que trata o § 2° da cláusula vigésima terceira:

I - à unidade federada de origem;

II - à unidade federada de destino;

III - ao fornecedor do combustível;

IV - à refinaria de petróleo ou suas bases.

§ 1° O envio das informações será feita nos prazos estabelecidos em Ato COTEPE de acordo com a seguinte classificação:

I - TRR;

II - contribuinte que tiver recebido o combustível de outro contribuinte substituído, exceto o distribuidor de GLP;

III - contribuinte que tiver recebido combustível exclusivamente do sujeito passivo por substituição tributária e distribuidor de GLP;

IV - importador;

V - refinaria de petróleo ou suas bases:

a) nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "c" do inciso III da cláusula vigésima segunda;

b) na hipótese prevista na alínea "b" do inciso III da cláusula vigésima segunda;

VI - fornecedor de etanol.

§ 2° As informações somente serão consideradas entregues após a emissão do respectivo protocolo.

Cláusula vigésima sétima Os bancos de dados utilizados para a geração das informações na forma prevista neste capítulo deverão ser mantidos pelo contribuinte, em meio magnético, pelo prazo decadencial.

Cláusula vigésima oitava A entrega das informações fora do prazo estabelecido em Ato COTEPE, pelo contribuinte que promover operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com GLGN, em que o imposto tenha sido retido anteriormente, com EAC, ou com B100, cuja operação tenha ocorrido com diferimento ou suspensão do imposto, ou com as operações realizadas conforme a cláusula vigésima terceira-A, far-se-á nos termos deste capítulo, observado o disposto no manual de instrução de que trata o § 3º da cláusula vigésima terceira.

§ 1º O contribuinte que der causa a entrega das informações fora do prazo deverá protocolar os relatórios extemporâneos apenas nas Unidades Federadas envolvidas nas operações interestaduais.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a entrega dos relatórios extemporâneos a outros contribuintes, à refinaria de petróleo ou às suas bases, que implique repasse/dedução não autorizado por ofício da unidade federada, sujeitará o contribuinte ao ressarcimento do imposto deduzido e acréscimos legais.

§ 3º Na hipótese de que trata o caput, a unidade federada responsável por autorizar o repasse terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo dos relatórios extemporâneos para, alternativamente:

I - realizar diligências fiscais e emitir parecer conclusivo, entregando ofício a refinaria de petróleo ou suas bases autorizando o repasse;

II - formar grupo de trabalho com a unidade federada destinatária do imposto, para a realização de diligências fiscais;

§ 4º Não havendo manifestação da unidade federada que suportará a dedução do imposto no prazo definido no § 3°, fica caracterizada a autorização para que a refinaria ou suas bases efetue o repasse do imposto, por meio de ofício da unidade federada destinatária do imposto.

§ 5º Para que se efetive o repasse a que se refere o § 4º, a unidade federada de destino do imposto oficiará a refinaria ou suas bases, enviando cópia do ofício à unidade federada que suportará a dedução.

§ 6º O ofício a ser encaminhado à refinaria ou suas bases, deverá informar: o CNPJ e a razão social do emitente dos relatórios, o tipo de relatório, se Anexo III, Anexo V ou Anexo XI, período de referência com indicação de mês e ano e os respectivos valores de repasse, bem como a unidade da refinaria com indicação do CNPJ que efetuará o repasse/dedução.

§ 7º A refinaria ou suas bases, de posse do ofício de que trata o § 6º, deverá efetuar o pagamento na próxima data prevista para o repasse.

§ 8º O disposto nesta cláusula aplica-se também ao contribuinte que receber de seus clientes informações relativas às operações interestaduais e não efetuar a entrega de seus anexos no prazo citado no caput.

§ 9º Para fins de cálculo dos acréscimos legais devidos pelo atraso no recolhimento do ICMS relativo às operações que tiverem sido informadas fora do prazo, as unidades federadas deverão adotar, como período de atraso, o intervalo de tempo entre a data em que o imposto deveria ter sido recolhido e, transcorrido 30 (trinta) dias da data do protocolo de que trata o §1º, a data seguinte estipulada para o recolhimento do ICMS a repassar, pela refinaria de petróleo ou suas bases.

Cláusula vigésima oitava-A Em decorrência de impossibilidade técnica ou no caso de entrega fora do prazo estabelecido no Ato COTEPE de que trata o § 1º da cláusula vigésima sexta, o TRR, a distribuidora de combustíveis, o distribuidor de GLP, o importador ou o fornecedor de etanol deverá protocolar, na unidade federada de sua localização e nas unidades federadas para as quais tenha remetido combustíveis derivados de petróleo ou GLGN, em que o imposto tenha sido retido anteriormente, ou das quais tenha recebido EAC ou B100, cuja operação tenha ocorrido com diferimento ou suspensão do imposto, ou, no caso das operações com etanol de que trata a cláusula vigésima terceira-A, os relatórios correspondentes aos seguintes anexos, a que se refere o caput da cláusula vigésima terceira, em quantidade de vias a seguir discriminadas:

I - Anexo I, em 2 (duas) vias por produto;

II - Anexo II, em 3 (três) vias por unidade federada de destino e por produto;

III - Anexo III, em 3 (três) vias por unidade federada de destino e por fornecedor;

IV - Anexo IV, em 3 (três) vias por unidade federada de origem e por produto;
V - Anexo V, em 3 (três) vias por unidade federada de destino, por produto e por fornecedor de gasolina A ou óleo diesel A;
VI - Anexo VIII, em 2 (duas) vias por produto;
VII - Anexo IX, em 2 (duas) vias;
VIII- Anexo X, em 3 (três) vias;
IX - Anexo XI, em 3 (três) vias, por unidade federada de destino;
X - Anexo XII, se fornecedor de etanol combustível, em 2 (duas) vias;
XI - Anexo XIII, se distribuidor de combustíveis, em 2 (duas) vias;
XII - Anexo XIV, em 2 (duas) vias, se relativo a operações internas ou em 3 (três) vias, se relativo a operações interestaduais.

CAPÍTULO VII

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Cláusula vigésima nona O disposto nos Capítulos II-C a V não exclui a responsabilidade do TRR, da distribuidora de combustíveis, do distribuidor de GLP, do importador, do fornecedor de etanol, ou da refinaria de petróleo ou suas bases pela omissão ou pela apresentação de informações falsas ou inexatas, podendo as unidades federadas aplicar penalidades ao responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas bem como exigir diretamente do estabelecimento responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas o imposto devido a partir da operação por eles realizada, até a última, e seus respectivos acréscimos.

Cláusula trigésima O contribuinte substituído que realizar operação interestadual com combustíveis derivados de petróleo, com GLGN, com EAC ou com B100 será responsável solidário pelo recolhimento do imposto devido, inclusive seus acréscimos legais, se este, por qualquer motivo, não tiver sido objeto de retenção ou recolhimento, ou se a operação não tiver sido informada ao responsável pelo repasse, nas formas e prazos definidos nos Capítulos II-C a VI.

Cláusula trigésima primeira O TRR, a distribuidora de combustíveis, o distribuidor de GLP ou o importador responderá pelo recolhimento dos acréscimos legais previstos na legislação da unidade federada a que se destina o imposto, na hipótese de entrega das informações fora dos prazos estabelecidos na cláusula vigésima sexta.

Cláusula trigésima segunda Na falta da inscrição prevista na cláusula quinta, caso exigida, a refinaria de petróleo ou suas bases, a distribuidora de combustíveis, o distribuidor de GLP, o importador ou o TRR, por ocasião da saída do produto de seu estabelecimento, deverá recolher, por meio de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE -, o imposto devido nas operações subsequentes em favor da unidade federada de destino, devendo a via específica da GNRE acompanhar o seu transporte.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, se a refinaria de petróleo ou suas bases tiverem efetuado o repasse na forma prevista na cláusula vigésima segunda, o remetente da mercadoria poderá solicitar à unidade federada, nos termos previstos na legislação estadual, o ressarcimento do imposto que tiver sido pago em decorrência da aquisição do produto, inclusive da parcela retida antecipadamente por substituição tributária, mediante requerimento instruído com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - cópia da nota fiscal da operação interestadual;
II - cópia da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE -;
III - cópia do protocolo da transmissão eletrônica das informações a que se refere o Capítulo VI;
IV - cópias dos Anexos II e III, IV e V ou X e XI, de que trata a cláusula vigésima terceira, conforme o caso.

Cláusula trigésima terceira As unidades federadas interessadas poderão, mediante comum acordo, em face de diligências fiscais e de documentação comprobatória em que tenham constatado entradas e saídas de mercadorias nos respectivos territórios, em quantidades ou valores omitidos ou informados com divergência pelos contribuintes, oficiar à refinaria de petróleo ou suas bases para que efetuem a dedução e o repasse do imposto, com base na situação real verificada.

Cláusula trigésima quarta As unidades federadas poderão, até o 8º (oitavo) dia de cada mês, comunicar à refinaria de petróleo ou suas bases, a não aceitação da dedução informada tempestivamente, nas seguintes hipóteses:

I - constatação de operações de recebimento do produto, cujo imposto não tenha sido retido pelo sujeito passivo por substituição tributária;
II - erros que impliquem elevação indevida de dedução.

§ 1º A unidade federada que efetuar a comunicação referida no caput deverá:

I - anexar os elementos de prova que se fizerem necessários;
II - encaminhar, na mesma data prevista no caput, cópia da referida comunicação às demais unidades federadas envolvidas na operação.

§ 2º A refinaria de petróleo ou suas bases que receberem a comunicação referida no caput deverão efetuar provisionamento do imposto devido às unidades federadas, para que o repasse seja realizado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais.

§ 3º A unidade federada que efetuou a comunicação prevista no caput deverá, até o 18° (décimo oitavo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais, manifestar-se de forma escrita e motivada, contra a referida dedução, caso em que o valor anteriormente provisionado para repasse será recolhido em seu favor.

§ 4º Caso não haja a manifestação prevista no § 3º, a refinaria de petróleo ou suas bases deverão efetuar o repasse do imposto provisionado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que tenham ocorrido as operações interestaduais.

§ 5º O contribuinte responsável pelas informações que motivaram a comunicação prevista nesta cláusula será responsável pelo repasse glosado e respectivos acréscimos legais.

§ 6º A refinaria de petróleo ou suas bases, comunicadas nos termos desta cláusula, que efetuarem a dedução, serão responsáveis pelo valor deduzido indevidamente e respectivos acréscimos legais.

§ 7º A refinaria de petróleo ou suas bases que deixarem de efetuar repasse em hipóteses não previstas nesta cláusula serão responsáveis pelo valor não repassado e respectivos acréscimos legais.

§ 8º A não aceitação da dedução prevista no inciso II do caput nesta cláusula fica limitada ao valor da parcela do imposto deduzido a maior.

Cláusula trigésima quinta O protocolo de entrega das informações de que trata este convênio não implica homologação dos lançamentos e procedimentos adotados pelo contribuinte.

Cláusula trigésima sexta O disposto neste convênio não dispensa o contribuinte da entrega da Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST -, prevista no Ajuste SINIEF 04/93, de 9 de dezembro de 1993.

Cláusula trigésima sétima. REVOGADO

Cláusula trigésima sétima-A A entrega das informações pelo fornecedor de etanol combustível e o distribuidor de combustíveis, nos termos da cláusula vigésima terceira-A, será obrigatória a partir do segundo mês subsequente àquele em que o programa de computador a que se refere o § 2º da cláusula vigésima terceira estiver adequado para extrair as informações diretamente da base de dados nacional da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula trigésima oitava Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1° de julho de 2008, ficando revogados, a partir dessa data, o Convênio ICMS 03/99, de 16 de abril de 1999, o Convênio ICMS 139/01, de 19 de dezembro de 2001, o Convênio ICMS 100/02, de 20 de agosto de 2002 e o Convênio ICMS 140/02, de 13 de dezembro de 2002.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO 16, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria Executiva do CONFAZ recebeu do órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS os seguintes laudos de análise funcional das empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas:

I - Não constatada "não conformidade":

a) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Compufácil Software Ltda Rodovia SC 401 - Sala 01 e 02, Nº 4150, Bairro: Saco Grande II Florianópolis/SC CEP: 88032-005	23.379.897/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3702021 Nome: CLIPP PRO Versão: 1.0.0 Código MD5: B96DE081334D30C5E70CDC86A06B159A Data do término da análise: 22/03/2021
Compufácil Software Ltda Rodovia SC 401 - Sala 01 e 02, Nº 4150, Bairro: Saco Grande II Florianópolis/SC CEP: 88032-005	23.379.897/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3712021 Nome: CLIPP CHEFF Versão: 1.0.0 Código MD5: 8FC0BE15B4D08A57D4BAAC12755DF7F9 Data do término da análise: 23/03/2021
Compufácil Software Ltda Rodovia SC 401 - Sala 01 e 02, Nº 4150, Bairro: Saco Grande II Florianópolis/SC CEP: 88032-005	23.379.897/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3722021 Nome: CLIPP SERVICE Versão: 1.0.0 Código MD5: A7F70A2D044A335997386D2F3F48BA09 Data do término da análise: 24/03/2021

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO CGSN Nº 159, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Prorroga, excepcionalmente, o prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis).

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, e tendo em vista o artigo 72 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º O prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) referente ao ano-calendário 2020 fica prorrogado para 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Presidente do Comitê

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 772, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009;

Considerando a Portaria nº 375, de 8 de julho de 2020, da STN, que aprovou a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais e a Portaria STN nº 709, de 25 de fevereiro de 2021, que adequou o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE à nova legislação do FUNDEB; resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de fevereiro de 2021, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO FUNCHAL

ANEXO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8, 12 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 375, de 8 de julho de 2020, da STN, referente à 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.

5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SPREV nº 7, de 18 de dezembro de 2018. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. Para atendimento do §2º do artigo 2º do Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, foi incluída neste Relatório tabela que demonstra a execução dos restos a pagar e créditos reabertos de 2020, relacionados ao enfrentamento da calamidade pública nacional de importância internacional decorrente da pandemia de COVID-19.

7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	0	0	148.320.548	-	464.510.851	-	-464.510.851
RECEITAS CORRENTES	0	0	132.548.387	-	332.042.266	-	-332.042.266
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0	0	46.719.819	-	124.743.773	-	-124.743.773
Impostos	0	0	46.290.104	-	123.641.826	-	-123.641.826
Taxas	0	0	429.715	-	1.101.947	-	-1.101.947
CONTRIBUIÇÕES	0	0	74.123.759	-	163.352.303	-	-163.352.303
Contribuições Sociais	0	0	72.315.242	-	159.802.358	-	-159.802.358
Contribuições Econômicas	0	0	1.808.518	-	3.549.945	-	-3.549.945
RECEITA PATRIMONIAL	0	0	6.353.925	-	21.458.008	-	-21.458.008
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0	0	153.683	-	373.226	-	-373.226
Valores Mobiliários	0	0	1.905.008	-	6.606.326	-	-6.606.326
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	0	44.124	-	175.175	-	-175.175
Exploração de Recursos Naturais	0	0	3.700.581	-	13.041.690	-	-13.041.690
Exploração do Patrimônio Intangível	0	0	3	-	7	-	-7
Cessão de Direitos	0	0	357.907	-	715.537	-	-715.537
Demais Receitas Patrimoniais	0	0	192.620	-	546.047	-	-546.047
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0	1.653	-	3.143	-	-3.143
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	54.009	-	193.229	-	-193.229
RECEITA DE SERVIÇOS	0	0	2.573.924	-	11.319.251	-	-11.319.251
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0	0	286.506	-	568.819	-	-568.819
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	211.261	-	453.257	-	-453.257
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0	0	177.623	-	338.055	-	-338.055
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	1.895.829	-	9.954.993	-	-9.954.993
Outros Serviços	0	0	2.705	-	4.128	-	-4.128
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	27.234	-	67.935	-	-67.935
Transferências da União e de suas Entidades	0	0	20.573	-	41.217	-	-41.217
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0	0	1.603	-	1.627	-	-1.627
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0	0	0	-	81	-	-81
Transferências de Instituições Privadas	0	0	4.866	-	24.751	-	-24.751
Transferências do Exterior	0	0	125	-	125	-	-125
Transferências de Pessoas Físicas	0	0	67	-	132	-	-132
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0	0	0	-	2	-	-2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	0	2.694.064	-	10.904.623	-	-10.904.623
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	887.917	-	1.337.443	-	-1.337.443
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0	0	1.329.622	-	4.480.640	-	-4.480.640
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0	0	110.509	-	186.608	-	-186.608
Demais Receitas Correntes	0	0	366.016	-	4.899.932	-	-4.899.932
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	-0	-	0	-	0

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	15.772.160	-	132.468.585	-	-132.468.585
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	7.246.775	-	112.423.071	-	-112.423.071
Operações de Crédito - Mercado Interno	0	0	38.120	-	105.207.958	-	-105.207.958
Operações de Crédito - Mercado Externo	0	0	7.208.654	-	7.215.113	-	-7.215.113
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	40.659	-	175.380	-	-175.380
Alienação de Bens Móveis	0	0	31.213	-	135.103	-	-135.103
Alienação de Bens Imóveis	0	0	9.446	-	40.277	-	-40.277
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0	0	2.411.314	-	5.041.396	-	-5.041.396
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	6.073.413	-	14.828.738	-	-14.828.738
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0	0	6.073.413	-	14.828.738	-	-14.828.738

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	0	0	2.272.550	-	4.476.449	-	-4.476.449
RECEITAS CORRENTES	0	0	2.272.550	-	4.476.449	-	-4.476.449
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0	0	79	-	411	-	-411
Impostos	0	0	50	-	347	-	-347
Taxas	0	0	29	-	65	-	-65
CONTRIBUIÇÕES	0	0	1.726.191	-	3.468.994	-	-3.468.994
Contribuições Sociais	0	0	1.726.031	-	3.468.645	-	-3.468.645
Contribuições Econômicas	0	0	160	-	349	-	-349
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
RECEITA PATRIMONIAL	0	0	37	-	74	-	-74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0	0	37	-	73	-	-73
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	0	0	-	0	-	-0
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	405	-	10.751	-	-10.751
RECEITA DE SERVIÇOS	0	0	6.524	-	13.743	-	-13.743

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0	0	1.857	-	5.518	-	- 5.518
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0	0	4.667	-	8.194	-	- 8.194
Outros Serviços	0	0	0	-	30	-	-30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	0	539.315	-	982.477	-	- 982.477
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	-4	-	-5	-	5
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0	0	16	-	32	-	-32
Demais Receitas Correntes	0	0	539.303	-	982.450	-	- 982.450
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0	0	150.593.098	-	468.987.300	-	- 468.987.300
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0	0	154.295.605	-	234.354.943	-	- 234.354.943
Operações de Crédito - Mercado Interno	0	0	154.295.605	-	234.354.943	-	- 234.354.943
Mobiliária	0	0	154.295.605	-	234.354.943	-	- 234.354.943
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	0	0	304.888.703	-	703.342.243	-	- 703.342.243
AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI)		25.019.050					
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VIII) = (V + VI + VII)	0	25.019.050	304.888.703	1.218,63	703.342.243	2.811,23	- 678.323.193
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	25.019.050	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		25.019.050					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		0					
Créditos cancelados líquidos		0					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (f)	SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (h)	SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS Até o Mês (j)
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX)	1.929.612.719	1.954.631.770	99.818.773	893.469.118	1.061.162.652	169.182.101	290.832.691	1.663.799.079	229.504.744
DESPESAS CORRENTES	1.594.771.482	1.619.751.201	77.445.271	830.018.155	789.733.046	165.160.594	284.736.295	1.335.014.905	223.410.618
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	207.638.038	207.638.038	16.210.686	146.238.587	61.399.451	24.132.722	50.247.593	157.390.446	34.271.843
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	362.618.192	362.618.192	13.959.226	63.642.362	298.975.831	25.467.815	33.087.416	329.530.776	33.087.416
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.024.515.251	1.049.494.970	47.275.359	620.137.206	429.357.764	115.560.057	201.401.287	848.093.683	156.051.358
Transferência a Estados, DF e Municípios	357.607.357	359.282.957	18.613.286	260.085.712	99.197.245	38.237.834	55.510.235	303.772.722	55.510.235
Benefícios Previdenciários	430.692.827	430.692.827	2.756.675	233.161.768	197.531.059	53.389.926	105.716.782	324.976.045	64.466.367
Demais Despesas Correntes	236.215.067	259.519.186	25.905.397	126.889.726	132.629.460	23.932.297	40.174.270	219.344.916	36.074.756
DESPESAS DE CAPITAL	334.735.458	334.774.790	22.373.503	63.450.963	271.323.827	4.021.507	6.096.396	328.678.394	6.094.126
INVESTIMENTOS	11.755.589	11.794.920	337.507	574.520	11.220.401	2.786	20.883	11.774.037	19.485
INVERSÕES FINANCEIRAS	51.880.496	51.880.496	-7.983.592	32.717.070	19.163.426	4.005.082	6.037.952	45.842.544	6.037.081
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	271.099.374	271.099.374	30.019.588	30.159.373	240.940.001	13.639	37.561	271.061.813	37.561
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	105.779	105.779	0	0	105.779	0	0	105.779	0
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X)	29.350.073	29.350.073	1.342.561	20.828.503	8.521.569	2.817.919	5.291.220	24.058.852	4.966.327
DESPESAS CORRENTES	28.944.067	28.944.067	1.342.556	20.422.498	8.521.569	2.723.703	5.197.004	23.747.063	4.872.111
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.474.106	26.474.106	1.190.746	18.292.344	8.181.762	2.035.365	4.045.322	22.428.784	3.777.115
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.469.962	2.469.962	151.810	2.130.155	339.807	688.339	1.151.683	1.318.279	1.094.996
Demais Despesas Correntes	2.469.962	2.469.962	151.810	2.130.155	339.807	688.339	1.151.683	1.318.279	1.094.996
DESPESAS DE CAPITAL	406.006	406.006	5	406.005	0	94.216	94.216	311.790	94.216
INVESTIMENTOS	6	6	5	5	0	5	5	1	5
INVERSÕES FINANCEIRAS	406.000	406.000	0	406.000	0	94.211	94.211	311.789	94.211
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	1.958.962.792	1.983.981.843	101.161.335	914.297.621	1.069.684.222	172.000.020	296.123.912	1.687.857.931	234.471.071
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	1.602.685.436	1.602.685.436	85.213.674	343.794.154	1.258.891.283	2.715.217	223.526.637	1.379.158.800	223.526.637
Amortização da Dívida Interna	1.538.796.902	1.538.796.902	84.423.911	328.048.532	1.210.748.370	1.925.454	207.831.015	1.330.965.887	207.831.015
Dívida Mobiliária	1.503.699.838	1.503.699.838	84.208.000	327.640.000	1.176.059.838	1.709.543	207.422.483	1.296.277.355	207.422.483
Outras Dívidas	35.097.064	35.097.064	215.911	408.532	34.688.532	215.911	408.532	34.688.532	408.532
Amortização da Dívida Externa	63.888.535	63.888.535	789.763	15.745.622	48.142.913	789.763	15.695.622	48.192.913	15.695.622
Dívida Mobiliária	57.037.054	57.037.054	0	14.782.904	42.254.150	0	14.732.904	42.304.150	14.732.904
Outras Dívidas	6.851.481	6.851.481	789.763	962.718	5.888.763	789.763	962.718	5.888.763	962.718
TOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (XI + XII)	3.561.648.229	3.586.667.279	186.375.009	1.258.091.775	2.328.575.504	174.715.237	519.650.548	3.067.016.731	457.997.708
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-	183.691.695	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XV) = (XIII + XIV)	3.561.648.229	3.586.667.279	186.375.009	1.258.091.775	2.328.575.504	174.715.237	703.342.243	3.067.016.731	457.997.708
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 019.051/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO c = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
LEGISLATIVA	7.002.016	7.002.016	98.370	6.554.462	0,72	447.554	524.690	1.094.083	0,37	5.907.932
JUDICIARIA	35.200.339	35.200.339	1.654.694	25.246.636	2,76	9.953.703	2.643.991	5.875.057	1,98	29.325.282
ESSENCIAL A JUSTICA	6.909.308	6.909.308	326.096	4.110.010	0,45	2.799.298	547.479	1.237.570	0,42	5.671.739
ADMINISTRACAO	14.742.039	14.752.032	4.463.076	9.829.886	1,08	4.922.145	1.679.358	3.324.364	1,12	11.427.667
DEFESA NACIONAL	29.284.828	29.284.828	3.085.470	16.284.577	1,78	13.000.251	4.999.586	10.048.104	3,39	19.236.724
SEGURANCA PUBLICA	6.579.975	7.029.975	260.083	2.801.867	0,31	4.228.108	695.238	1.359.248	0,46	5.670.727
RELACOES EXTERIORES	997.436	997.436	195.626	486.829	0,05	510.608	212.510	392.980	0,13	604.456
ASSISTENCIA SOCIAL	99.746.059	99.781.115	2.652.808	70.042.343	7,66	29.738.772	8.126.484	16.223.355	5,48	83.557.759
PREVIDENCIA SOCIAL	518.035.318	518.104.215	8.652.536	298.712.809	32,67	219.391.406	61.732.326	123.477.908	41,70	394.626.307
SAUDE	117.593.215	142.048.319	14.614.645	38.053.724	4,16	103.994.595	9.175.285	14.881.187	5,03	127.167.132
TRABALHO	77.802.460	77.802.460	10.049.131	37.278.341	4,08	40.524.120	12.180.359	18.247.969	6,16	59.554.491

EDUCACAO	56.062.597	56.062.597	1.280.290	38.585.432	4,22	17.477.165	6.416.600	13.387.898	4,52	42.674.699
CULTURA	172.762	172.762	28.439	155.571	0,02	17.191	32.875	61.391	0,02	111.371
DIREITOS DA CIDADANIA	307.048	307.048	36.520	210.704	0,02	96.344	41.000	71.723	0,02	235.325
URBANISMO	599.202	599.202	86.240	194.825	0,02	404.377	77.154	142.172	0,05	457.030
HABITACAO	13.692	13.692	0	0	0,00	13.692	0	0	0,00	13.692
SANEAMENTO	12.553	12.553	0	0	0,00	12.553	0	0	0,00	12.553
GESTAO AMBIENTAL	1.187.021	1.187.021	66.565	316.922	0,03	870.099	102.766	194.083	0,07	992.938
CIENCIA E TECNOLOGIA	3.137.779	3.137.779	62.563	717.820	0,08	2.419.959	181.970	352.777	0,12	2.785.002
AGRICULTURA	14.530.545	14.530.545	1.276.925	5.788.158	0,63	8.742.387	685.340	1.205.170	0,41	13.325.374
ORGANIZACAO AGRARIA	1.136.817	1.136.817	12.640	559.015	0,06	577.802	44.214	85.567	0,03	1.051.250
INDUSTRIA	808.626	808.626	91.907	565.859	0,06	242.768	126.987	213.768	0,07	594.858
COMERCIO E SERVICOS	985.355	985.355	66.321	914.776	0,10	70.579	45.290	162.026	0,05	823.329
COMUNICACOES	1.186.480	1.186.480	-7.516	562.752	0,06	623.728	102.427	168.105	0,06	1.018.375
ENERGIA	903.491	903.491	-217.358	517.832	0,06	385.659	60.861	114.056	0,04	789.435
TRANSPORTE	1.294.282	1.294.282	112.840	735.615	0,08	558.668	145.979	275.869	0,09	1.018.413
DESPORTO E LAZER	5.614	5.614	3.427	4.410	0,00	1.204	179	1.015	0,00	4.599
ENCARGOS ESPECIAIS	962.620.156	962.620.156	52.208.994	355.066.445	38,83	607.553.711	61.419.073	83.526.464	28,21	879.093.692
RESERVA DE CONTINGENCIA	105.779	105.779			0,00	105.779			0,00	105.779
TOTAL	1.958.962.792	1.983.981.843	101.161.335	914.297.621	100,00	1.069.684.222	172.000.020	296.123.912	100,00	1.687.857.931

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

*Detalhamento por subfunção no final do relatório.

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Mês	Até o Mês	%		No Mês	Até o Mês	%	
(Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)		(a)		(b)	(b/total b)	c = (a - b)		(d)	(d/total d)	e = (a - d)
LEGISLATIVA	6.014.721	6.014.721	98.140	5.618.607	0,63	396.114	452.084	946.365	0,33	5.068.356
Acao Legislativa	247.413	247.413	85.876	168.266	0,02	79.147	30.817	36.577	0,01	210.836
Controle Externo	34.679	34.679	5.761	14.584	0,00	20.096	6.351	7.018	0,00	27.661
Administracao Geral	4.976.919	4.976.919	1.449	4.898.768	0,55	78.151	360.057	815.423	0,28	4.161.495
Comunicacao Social	841	841	185	406	0,00	435	185	185	0,00	657
Atencao Basica	752.514	752.514	4.870	536.583	0,06	215.931	54.675	87.162	0,03	665.352
Outros Encargos Especiais	2.354	2.354	0	0	0,00	2.354	0	0	0,00	2.354
JUDICIARIA	29.987.670	29.987.670	1.428.899	21.500.304	2,41	8.487.366	2.262.493	5.107.536	1,76	24.880.134
Controle Externo	17.152	17.152	4.907	11.419	0,00	5.733	4.085	4.426	0,00	12.726
Acao Judiciaria	1.641.140	1.641.140	169.349	295.278	0,03	1.345.862	79.140	85.688	0,03	1.555.452
Administracao Geral	25.853.048	25.853.048	1.157.947	19.386.532	2,17	6.466.516	1.981.734	4.658.881	1,60	21.194.167
Tecnologia Da Informacao	95.142	95.142	2.481	2.699	0,00	92.443	804	807	0,00	94.334
Formacao De Recursos Humanos	2.718	2.718	362	1.046	0,00	1.672	9	9	0,00	2.708
Comunicacao Social	8.971	8.971	1.940	2.932	0,00	6.038	1.007	1.013	0,00	7.957
Atencao Basica	2.369.500	2.369.500	91.914	1.800.398	0,20	569.101	195.714	356.711	0,12	2.012.789
ESSENCIAL A JUSTICA	5.596.072	5.596.072	289.979	3.195.625	0,36	2.400.447	448.523	1.039.128	0,36	4.556.944
Controle Externo	4.223	4.223	1.770	3.640	0,00	583	1.695	1.981	0,00	2.242
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	121.328	121.328	32.900	72.782	0,01	48.545	31.515	37.917	0,01	83.410
Representacao Judicial E Extrajudicial	33.358	33.358	14.590	28.939	0,00	4.418	12.267	15.300	0,01	18.057
Administracao Geral	4.714.660	4.714.660	192.851	2.653.714	0,30	2.060.946	355.437	915.133	0,31	3.799.527
Normatizacao E Fiscalizacao	83	83	0	0	0,00	83	0	0	0,00	83
Formacao De Recursos Humanos	2.777	2.777	601	1.062	0,00	1.715	406	424	0,00	2.353
Comunicacao Social	2.884	2.884	445	1.442	0,00	1.443	518	529	0,00	2.356
Atencao Basica	489.292	489.292	39.207	262.672	0,03	226.620	34.258	52.146	0,02	437.145
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	227.467	227.467	7.615	171.373	0,02	56.093	12.428	15.698	0,01	211.769
ADMINISTRACAO	12.021.094	12.031.087	3.927.326	8.459.673	0,95	3.571.414	1.470.474	2.903.232	1,00	9.127.855
Representacao Judicial E Extrajudicial	39.280	39.280	673	6.215	0,00	33.065	3.968	4.589	0,00	34.691
Planejamento E Orcamento	65.301	65.301	8.402	15.995	0,00	49.306	7.482	14.841	0,01	50.460
Administracao Geral	10.461.676	10.471.669	3.921.800	8.057.914	0,90	2.413.755	1.367.788	2.723.260	0,94	7.748.409
Administracao Financeira	1.994	1.994	258	268	0,00	1.726	96	96	0,00	1.898
Controle Interno	6.861	6.861	1.329	3.955	0,00	2.905	1.832	1.897	0,00	4.964
Normatizacao E Fiscalizacao	85.090	85.090	6.382	10.597	0,00	74.493	4.485	6.487	0,00	78.603
Tecnologia Da Informacao	472.554	472.554	-116.184	13.454	0,00	459.100	10.245	10.254	0,00	462.301
Ordenamento Territorial	21.833	21.833	2.149	2.840	0,00	18.992	1.039	1.105	0,00	20.727
Formacao De Recursos Humanos	738	738	63	156	0,00	582	4	4	0,00	734
Administracao De Receitas	35.962	35.962	3.174	4.017	0,00	31.945	917	1.382	0,00	34.580
Comunicacao Social	7.878	7.878	0	7.785	0,00	93	0	0	0,00	7.878
Defesa Civil	11	11	0	0	0,00	11	0	0	0,00	11
Informacao E Inteligencia	4.723	4.723	1.859	4.175	0,00	549	1.730	3.413	0,00	1.310
Relacoes Diplomaticas	148	148	0	0	0,00	148	0	0	0,00	148
Atencao Basica	767.130	767.130	93.257	327.612	0,04	439.518	70.090	135.063	0,05	632.067
Ensino Superior	169	169	42	52	0,00	117	47	51	0,00	118
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	1.652	1.652	1.449	1.453	0,00	199	494	494	0,00	1.158
Desenvolvimento Cientifico	774	774	-263	124	0,00	650	0	0	0,00	774
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	339	339	205	228	0,00	111	70	87	0,00	251
Producao Industrial	46.979	46.979	2.732	2.833	0,00	44.146	187	207	0,00	46.772
Outros Encargos Especiais	2	2	0	0	0,00	2	0	0	0,00	2
DEFESA NACIONAL	28.942.862	28.942.862	3.068.914	16.032.896	1,79	12.909.965	4.969.153	9.990.375	3,44	18.952.487
Planejamento E Orcamento	41	41	21	41	0,00	0	3	3	0,00	38
Administracao Geral	15.363.910	15.363.910	1.993.462	13.509.448	1,51	1.854.462	4.649.789	9.418.460	3,24	5.945.450
Normatizacao E Fiscalizacao	54.673	54.673	753	889	0,00	53.784	72	72	0,00	54.601
Tecnologia Da Informacao	1.647	1.647	20	90	0,00	1.557	3	4	0,00	1.643
Formacao De Recursos Humanos	16.098	16.098	4.396	4.686	0,00	11.411	1.089	1.101	0,00	14.997
Comunicacao Social	286	286	53	53	0,00	233	0	0	0,00	285
Defesa Aerea	4.479.967	4.479.967	122.605	149.587	0,02	4.330.380	27.190	27.811	0,01	4.452.156
Defesa Naval	1.813.241	1.813.241	282.022	332.339	0,04	1.480.902	10.910	30.645	0,01	1.782.596
Defesa Terrestre	1.055.458	1.055.458	11.592	176.172	0,02	879.286	2.010	2.368	0,00	1.053.090
Informacao E Inteligencia	890	890	374	546	0,00	344	234	234	0,00	657
Cooperacao Internacional	1.410	1.410	11	95	0,00	1.315	33	33	0,00	1.377
Assistencia Comunitaria	29.995	29.995	306	309	0,00	29.685	11	11	0,00	29.984
Atencao Basica	4.983.049	4.983.049	413.830	1.453.634	0,16	3.529.415	232.834	415.375	0,14	4.567.674
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	2.900	2.900	2.335	2.657	0,00	243	2.376	2.615	0,00	285
Suporte Profilatico E Terapeutico	283	283	0	0	0,00	283	0	0	0,00	283
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	542.914	542.914	57.997	221.148	0,02	321.766	35.864	84.500	0,03	458.413
Empregabilidade	115	115	50	50	0,00	65	0	0	0,00	114
Ensino Profissional	11.276	11.276	1.391	2.564	0,00	8.713	994	1.308	0,00	9.968
Ensino Superior	526	526	25	41	0,00	485	0	0	0,00	526
Educacao De Jovens E Adultos	74	74	8	13	0,00	62	3	3	0,00	71
Educacao Basica	1.584	1.584	163	327	0,00	1.257	45	45	0,00	1.539
Habitacao Urbana	274.669	274.669	175.061	175.084	0,02	99.585	5.378	5.378	0,00	269.291
Controle Ambiental	2.059	2.059	63	475	0,00	1.585	121	215	0,00	1.845
Desenvolvimento Cientifico	355	355	0	0	0,00	355	0	0	0,00	355

Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	304.260	304.260	2.353	2.353	0,00	301.907	192	192	0,00	304.068
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	46	46	0	0	0,00	46	0	0	0,00	46
Telecomunicacoes	1.026	1.026	11	283	0,00	743	0	0	0,00	1.026
Desporto De Rendimento	95	95	12	12	0,00	82	2	2	0,00	92
Desporto Comunitario	16	16	0	0	0,00	16	0	0	0,00	16
SEGURANCA PUBLICA	5.175.052	5.625.052	258.513	2.124.566	0,24	3.500.486	589.262	1.146.134	0,39	4.478.919
Administracao Geral	2.194.504	2.194.504	131.057	1.630.545	0,18	563.959	504.499	1.013.770	0,35	1.180.734
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Policiamento	2.327.663	2.327.663	87.831	219.915	0,02	2.107.748	36.911	57.890	0,02	2.269.773
Defesa Civil	126.045	576.045	14.931	80.394	0,01	495.650	17.537	17.626	0,01	558.419
Atencao Basica	216.619	216.619	797	160.443	0,02	56.175	28.019	54.154	0,02	162.465
Custodia E Reintegracao Social	308.282	308.282	23.897	33.268	0,00	275.014	2.297	2.694	0,00	305.589
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	1.840	1.840	0	0	0,00	1.840	0	0	0,00	1.840
RELACOES EXTERIORES	832.870	832.870	188.322	426.629	0,05	406.240	199.604	366.329	0,13	466.540
Administracao Geral	350.048	350.048	98.674	250.108	0,03	99.940	124.676	217.302	0,07	132.745
Formacao De Recursos Humanos	117	117	0	37	0,00	80	0	37	0,00	80
Relacoes Diplomaticas	61.173	61.173	13.963	52.938	0,01	8.235	17.774	51.057	0,02	10.116
Cooperacao Internacional	660	660	93	386	0,00	274	100	283	0,00	377
Atencao Basica	413.920	413.920	74.691	119.829	0,01	294.091	55.974	95.022	0,03	318.899
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	96	96	6	6	0,00	91	0	0	0,00	96
Difusao Cultural	6.180	6.180	861	2.691	0,00	3.489	869	2.412	0,00	3.768
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	672	672	34	631	0,00	41	210	213	0,00	459
Promocao Comercial	4	4	0	3	0,00	0	0	3	0,00	0
ASSISTENCIA SOCIAL	99.746.058	99.781.114	2.652.808	70.042.342	7,84	29.738.772	8.126.484	16.223.355	5,58	83.557.759
Assistencia Ao Idoso	28.245.609	28.245.609	154	28.237.419	3,16	8.190	2.398.660	4.769.203	1,64	23.476.406
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	36.468.735	36.468.735	165	36.461.704	4,08	7.032	3.075.547	6.111.187	2,10	30.357.548
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	37.300	37.300	0	25	0,00	37.275	16	16	0,00	37.284
Assistencia Comunitaria	34.994.400	34.994.400	2.652.488	5.343.191	0,60	29.651.209	2.652.262	5.342.945	1,84	29.651.455
Alimentacao E Nutricao	5	35.061	0	5	0,00	35.056	0	5	0,00	35.056
Saneamento Basico Rural	10	10	0	0	0,00	10	0	0	0,00	10
PREVIDENCIA SOCIAL	517.405.785	517.474.683	8.649.889	298.427.374	33,40	219.047.308	61.685.083	123.385.180	42,42	394.089.503
Representacao Judicial E Extrajudicial	18.000	18.000	1.704	3.806	0,00	14.194	1.702	3.125	0,00	14.875
Administracao Geral	3.455.689	3.524.587	24.645	1.034.587	0,12	2.489.999	251.128	524.732	0,18	2.999.855
Normatizacao E Fiscalizacao	458	458	62	62	0,00	396	88	88	0,00	370
Tecnologia Da Informacao	313.551	313.551	0	0	0,00	313.551	0	0	0,00	313.551
Formacao De Recursos Humanos	6.000	6.000	3	415	0,00	5.585	3	192	0,00	5.808
Informacao E Inteligencia	113.200	113.200	0	11	0,00	113.189	0	0	0,00	113.200
Previdencia Basica	417.854.964	417.854.964	2.111.522	232.421.797	26,01	185.433.167	52.749.567	105.060.185	36,12	312.794.779
Previdencia Do Regime Estatutario	93.644.508	93.644.508	6.389.233	64.444.124	7,21	29.200.384	8.528.862	17.493.648	6,02	76.150.860
Previdencia Especial	141.503	141.503	0	141.148	0,02	355	10.088	20.144	0,01	121.360
Atencao Basica	304.922	304.922	1.085	134.864	0,02	170.058	21.983	37.372	0,01	267.550
Normalizacao E Qualidade	4.000	4.000	200	1.004	0,00	2.996	387	496	0,00	3.504
Outras Transferencias	1.548.990	1.548.990	121.435	245.556	0,03	1.303.433	121.276	245.199	0,08	1.303.791
SAUDE	115.895.100	140.350.204	14.499.624	36.691.193	4,11	103.659.011	8.972.209	14.589.150	5,02	125.761.054
Planejamento E Orcamento	26.000	26.000	0	76	0,00	25.924	0	0	0,00	26.000
Administracao Geral	8.353.440	30.112.339	5.678.081	14.293.698	1,60	15.818.642	1.155.176	1.769.840	0,61	28.342.500
Controle Interno	7.000	7.000	600	625	0,00	6.375	600	600	0,00	6.400
Normatizacao E Fiscalizacao	7.254	7.254	1.042	1.540	0,00	5.713	591	624	0,00	6.630
Tecnologia Da Informacao	326.907	326.907	20.592	42.240	0,00	284.667	2.293	2.307	0,00	324.599
Formacao De Recursos Humanos	1.511.851	1.690.556	200.072	278.039	0,03	1.412.517	78.430	151.324	0,05	1.539.233
Comunicacao Social	238.866	238.866	1.293	21.293	0,00	217.573	458	458	0,00	238.408
Atencao Basica	23.634.998	24.434.198	2.246.551	3.435.934	0,38	20.998.264	1.992.996	2.576.750	0,89	21.857.448
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	55.381.262	56.680.062	4.378.085	12.099.500	1,35	44.580.562	4.225.664	8.027.074	2,76	48.652.989
Suporte Profilatico E Terapeutico	14.973.070	14.973.070	754.541	3.017.579	0,34	11.955.491	459.318	645.646	0,22	14.327.425
Vigilancia Sanitaria	344.200	344.200	906	44.138	0,00	300.062	580	708	0,00	343.492
Vigilancia Epidemiologica	8.302.912	8.577.312	1.094.802	3.091.293	0,35	5.486.019	997.758	1.329.979	0,46	7.247.333
Alimentacao E Nutricao	66.000	66.000	0	24	0,00	65.976	0	24	0,00	65.976
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	10.000	10.000	350	749	0,00	9.251	40	40	0,00	9.960
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	35.000	35.000	1.644	1.734	0,00	33.266	766	766	0,00	34.234
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.453.860	1.478.560	58.186	275.758	0,03	1.202.802	43.762	62.093	0,02	1.416.467
Saneamento Basico Rural	136.000	136.000	1.186	1.593	0,00	134.407	400	655	0,00	135.345
Saneamento Basico Urbano	75.700	75.700	36	57	0,00	75.643	9	9	0,00	75.691
Preservacao E Conservacao Ambiental	15.550	15.550	16	26	0,00	15.524	3	3	0,00	15.547
Desenvolvimento Cientifico	634.733	755.133	59.089	81.454	0,01	673.679	12.129	18.966	0,01	736.167
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	278.500	278.500	900	1.856	0,00	276.644	329	329	0,00	278.171
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	81.994	81.994	1.652	1.985	0,00	80.009	908	957	0,00	81.037
Outros Encargos Especiais	1	1	0	1	0,00	0	0	0	0,00	1
TRABALHO	77.794.090	77.794.090	10.049.131	37.270.181	4,17	40.523.909	12.179.751	18.246.735	6,27	59.547.355
Administracao Geral	91.009	91.009	3.903	13.199	0,00	77.810	5.561	8.497	0,00	82.512
Administracao Financeira	130	130	0	90	0,00	40	2	24	0,00	106
Normatizacao E Fiscalizacao	5.721	5.721	501	1.595	0,00	4.126	280	778	0,00	4.943
Tecnologia Da Informacao	110.055	110.055	0	0	0,00	110.055	0	0	0,00	110.055
Formacao De Recursos Humanos	32	32	0	0	0,00	32	0	0	0,00	32
Atencao Basica	1.230	1.230	0	1.230	0,00	0	135	269	0,00	961
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	58.931.412	58.931.412	10.044.702	18.632.485	2,09	40.298.927	10.506.236	15.989.681	5,50	42.941.731
Relacoes De Trabalho	2.499	2.499	0	0	0,00	2.499	0	0	0,00	2.499
Empregabilidade	27.604	27.604	0	0	0,00	27.604	0	0	0,00	27.604
Fomento Ao Trabalho	18.623.448	18.623.448	0	18.621.483	2,08	1.965	1.667.512	2.247.442	0,77	16.376.006
Desenvolvimento Cientifico	870	870	25	39	0,00	831	21	38	0,00	833
Outros Encargos Especiais	80	80	0	60	0,00	20	4	7	0,00	73
EDUCACAO	46.080.522	46.080.522	1.123.258	30.532.060	3,42	15.548.462	5.584.995	11.820.420	4,06	34.260.103
Administracao Geral	223.825	223.825	64.004	159.194	0,02	64.630	56.415	98.321	0,03	125.504
Administracao Financeira	103.262	103.262	25.000	51.631	0,01	51.631	0	0	0,00	103.262
Formacao De Recursos Humanos	4.208	4.208	308	657	0,00	3.551	150	306	0,00	3.902
Comunicacao Social	3.031	3.031	0	922	0,00	2.109	0	0	0,00	3.031
Atencao Basica	3.101.902	3.101.902	44.230	2.332.403	0,26	769.498	229.578	450.897	0,16	2.651.005
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	8.686.126	8.686.126	115.502	6.593.478	0,74	2.092.648	620.719	1.266.064	0,44	7.420.062
Alimentacao E Nutricao	4.059.564	4.059.564	11.976	3.860.223	0,43	199.342	365.690	731.857	0,25	3.327.707
Ensino Profissional	3.645.643	3.645.643	234.541	3.265.370	0,37	380.273	816.754	1.637.707	0,56	2.007.936
Ensino Superior	9.486.195	9.486.195	604.109	7.766.245	0,87	1.719.950	1.968.645	3.945.933	1,36	5.540.262
Educacao Infantil	65	65	0	0	0,00	65	0	0	0,00	65
Educacao Especial	1.799	1.799	681	1.678	0,00	121	891	957	0,00	842
Educacao Basica	1.018.634	1.018.634	22.447	137.766	0,02	880.868	36.804	64.842	0,02	953.793
Desenvolvimento Cientifico	1.500	1.500	0	2	0,00	1.498	0	0	0,00	1.500
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	23.470	23.470	445	496	0,00	22.974	1	1	0,00	23.469
Servicos Financeiros	8.075.544	8.075.544	0	2.506.636	0,28	5.568.909	368.193	884.035	0,30	7.191.509
Outros Encargos Especiais	500.410	500.410	14	500.410	0,06	0	32	500.062	0,17	348
Transferencias Para A Educacao Basica	7.145.344	7.145.344	0	3.354.950	0,38	3.790.394	1.121.122	2.239.439	0,77	4.905.905
CULTURA	114.399	114.399	19.769	97.586	0,01	16.813	27.575	53.016	0,02	61.383
Administracao Geral	84.297	84.297	12.091	76.078	0,01	8.220	24.512	48.251	0,02	36.046
Formacao De Recursos Humanos	57	57	1	4	0,00	53	1	4	0,00	53
Atencao Basica	15.225	15.225	2.140	15.141	0,00	84	1.771	3.469	0,00	11.756
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	624	624	14	19	0,00	605	6	6	0,00	618
Difusao Cultural	14.196	14.196	5.523	6.345	0,00	7.851	1.285	1.286	0,00	12.910
DIREITOS DA CIDADANIA	220.225	220.225	36.668	124.039	0,01	96.186	34.415	58.452	0,02	161.774
Administracao Geral	88.349	88.349	6.422	74.986	0,01	13.363	20.575	39.411	0,01	48.938

Normatizacao E Fiscalizacao	2.334	2.334	528	952	0,00	1.382	367	471	0,00	1.863
Relacoes Diplomaticas	380	380	0	0	0,00	380	0	0	0,00	380
Atencao Basica	12.660	12.660	0	12.313	0,00	347	1.220	2.671	0,00	9.989
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	114.811	114.811	29.121	34.791	0,00	80.020	12.056	15.677	0,01	99.134
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.691	1.691	598	997	0,00	694	196	222	0,00	1.469
URBANISMO	584.004	584.004	79.835	181.816	0,02	402.188	70.586	129.331	0,04	454.674
Administracao Geral	228.565	228.565	58.531	127.717	0,01	100.848	54.808	108.514	0,04	120.051
Formacao De Recursos Humanos	1.750	1.750	0	1	0,00	1.749	0	1	0,00	1.749
Comunicacao Social	500	500	0	0	0,00	500	0	0	0,00	500
Atencao Basica	65.163	65.163	4.030	34.798	0,00	30.365	7.652	11.476	0,00	53.686
Transportes Coletivos Urbanos	288.026	288.026	17.273	19.300	0,00	268.727	8.126	9.339	0,00	278.688
HABITACAO	13.692	13.692	0	0	0,00	13.692	0	0	0,00	13.692
Infra-Estrutura Urbana	10.192	10.192	0	0	0,00	10.192	0	0	0,00	10.192
Habitacao Urbana	3.500	3.500	0	0	0,00	3.500	0	0	0,00	3.500
SANEAMENTO	12.553	12.553	0	0	0,00	12.553	0	0	0,00	12.553
Saneamento Basico Urbano	12.553	12.553	0	0	0,00	12.553	0	0	0,00	12.553
GESTAO AMBIENTAL	997.215	997.215	61.470	229.607	0,03	767.608	88.537	165.665	0,06	831.551
Administracao Geral	359.421	359.421	42.471	185.161	0,02	174.260	76.737	145.926	0,05	213.495
Normatizacao E Fiscalizacao	61.987	61.987	7.606	12.922	0,00	49.065	2.504	4.827	0,00	57.160
Formacao De Recursos Humanos	70	70	0	50	0,00	20	0	29	0,00	41
Atencao Basica	34.756	34.756	1.463	18.240	0,00	16.516	4.386	8.789	0,00	25.968
Saneamento Basico Urbano	94	94	0	0	0,00	94	0	0	0,00	94
Preservacao E Conservacao Ambiental	275.176	275.176	4.337	5.956	0,00	269.220	2.909	2.935	0,00	272.241
Controle Ambiental	7.613	7.613	1.699	3.230	0,00	4.383	748	1.902	0,00	5.711
Recursos Hidricos	255.442	255.442	3.850	3.999	0,00	251.444	1.233	1.233	0,00	254.209
Desenvolvimento Cientifico	359	359	44	48	0,00	310	20	24	0,00	335
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	2.296	2.296	0	0	0,00	2.296	0	0	0,00	2.296
CIENCIA E TECNOLOGIA	2.925.409	2.925.409	62.323	506.299	0,06	2.419.110	157.809	304.138	0,10	2.621.270
Administracao Geral	363.219	363.219	20.907	346.421	0,04	16.798	114.564	229.509	0,08	133.709
Normatizacao E Fiscalizacao	803	803	423	488	0,00	315	218	218	0,00	584
Formacao De Recursos Humanos	786	786	371	700	0,00	86	344	673	0,00	113
Cooperacao Internacional	2.080	2.080	9	9	0,00	2.071	0	0	0,00	2.080
Atencao Basica	94.183	94.183	2.423	81.878	0,01	12.305	9.551	16.118	0,01	78.065
Preservacao E Conservacao Ambiental	32	32	19	19	0,00	13	0	0	0,00	32
Desenvolvimento Cientifico	80.942	80.942	2.557	8.162	0,00	72.780	5.396	7.149	0,00	73.792
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.321.387	2.321.387	28.810	60.584	0,01	2.260.802	24.627	46.720	0,02	2.274.666
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	8.725	8.725	152	178	0,00	8.547	12	20	0,00	8.705
Producao Industrial	51.739	51.739	6.509	7.706	0,00	44.033	3.086	3.707	0,00	48.031
Combustiveis Minerais	1.360	1.360	0	0	0,00	1.360	0	0	0,00	1.360
Outros Encargos Especiais	155	155	144	155	0,00	0	12	23	0,00	132
AGRICULTURA	14.070.551	14.070.551	1.132.014	5.559.992	0,62	8.510.559	563.901	1.011.854	0,35	13.058.698
Administracao Geral	1.139.800	1.139.800	302.889	837.500	0,09	302.300	338.229	696.815	0,24	442.985
Normatizacao E Fiscalizacao	41.729	41.729	4.941	6.579	0,00	35.150	1.314	1.722	0,00	40.007
Comunicacao Social	10	10	0	0	0,00	10	0	0	0,00	10
Relacoes Diplomaticas	20	20	0	0	0,00	20	0	0	0,00	20
Atencao Basica	282.104	282.104	11.002	195.571	0,02	86.533	21.004	35.290	0,01	246.814
Preservacao E Conservacao Ambiental	6	6	4	4	0,00	2	0	0	0,00	6
Meteorologia	2.142	2.142	1.931	1.931	0,00	211	1.332	1.332	0,00	810
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	20.150	20.150	776	1.361	0,00	18.789	401	973	0,00	19.178
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	14.236	14.236	0	0	0,00	14.236	0	0	0,00	14.236
Abastecimento	4.698.659	4.698.659	792.718	2.674.881	0,30	2.023.778	134.500	208.493	0,07	4.490.166
Extensao Rural	160	160	0	3	0,00	158	0	0	0,00	160
Irrigacao	4.493	4.493	789	799	0,00	3.693	2	2	0,00	4.490
Promocao Da Producao Agropecuaria	7.864.130	7.864.130	15.478	1.839.563	0,21	6.024.567	65.705	65.708	0,02	7.798.422
Defesa Agropecuaria	627	627	101	229	0,00	398	95	95	0,00	532
Reforma Agraria	5	5	0	0	0,00	5	0	0	0,00	5
Promocao Comercial	2.280	2.280	1.384	1.571	0,00	709	1.319	1.424	0,00	856
ORGANIZACAO AGRARIA	1.047.248	1.047.248	12.632	469.452	0,05	577.796	37.772	72.648	0,02	974.600
Administracao Geral	433.948	433.948	11.768	425.719	0,05	8.229	34.289	65.982	0,02	367.966
Ordenamento Territorial	3.703	3.703	250	893	0,00	2.810	60	187	0,00	3.517
Assistencia Comunitaria	468.041	468.041	0	0	0,00	468.041	0	0	0,00	468.041
Atencao Basica	42.748	42.748	165	42.074	0,00	674	3.255	6.304	0,00	36.443
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	14	14	3	7	0,00	7	3	3	0,00	11
Extensao Rural	10	10	0	2	0,00	8	0	0	0,00	10
Reforma Agraria	98.784	98.784	446	756	0,00	98.028	164	171	0,00	98.613
INDUSTRIA	680.237	680.237	85.115	477.026	0,05	203.211	113.848	187.562	0,06	492.675
Administracao Geral	535.042	535.042	54.796	416.387	0,05	118.656	84.115	150.361	0,05	384.682
Normatizacao E Fiscalizacao	45.120	45.120	24.117	27.400	0,00	17.720	23.661	26.368	0,01	18.752
Tecnologia Da Informacao	400	400	5	5	0,00	395	2	2	0,00	398
Ordenamento Territorial	1.269	1.269	94	94	0,00	1.175	58	58	0,00	1.211
Formacao De Recursos Humanos	120	120	24	24	0,00	96	0	0	0,00	120
Relacoes Diplomaticas	8	8	0	0	0,00	8	0	0	0,00	8
Atencao Basica	64.136	64.136	4.804	28.173	0,00	35.963	4.809	9.490	0,00	54.647
Recursos Hidricos	996	996	35	66	0,00	930	52	74	0,00	922
Desenvolvimento Cientifico	174	174	52	52	0,00	122	0	0	0,00	174
Promocao Industrial	1.609	1.609	121	153	0,00	1.456	107	109	0,00	1.500
Mineracao	4.151	4.151	305	363	0,00	3.789	179	203	0,00	3.948
Propriedade Industrial	23.220	23.220	368	803	0,00	22.418	207	207	0,00	23.013
Normalizacao E Qualidade	1.051	1.051	393	567	0,00	484	443	463	0,00	588
Comercio Exterior	250	250	0	250	0,00	0	0	0	0,00	250
Outros Encargos Especiais	2.690	2.690	0	2.690	0,00	0	216	229	0,00	2.461
COMERCIO E SERVICOS	979.604	979.604	66.073	909.037	0,10	70.567	44.076	159.892	0,05	819.711
Administracao Geral	24.352	24.352	5.888	18.011	0,00	6.341	2.078	9.416	0,00	14.937
Normatizacao E Fiscalizacao	427	427	0	0	0,00	427	0	0	0,00	427
Atencao Basica	2.031	2.031	-3	2.026	0,00	5	631	1.291	0,00	740
Promocao Comercial	935	935	18	29	0,00	906	1	4	0,00	931
Comercio Exterior	895.555	895.555	60.002	888.573	0,10	6.982	41.326	149.135	0,05	746.420
Turismo	56.304	56.304	168	398	0,00	55.906	40	48	0,00	56.257
COMUNICACOES	1.051.026	1.051.026	2.835	482.885	0,05	568.141	90.412	146.711	0,05	904.315
Administracao Geral	626.832	626.832	-13.173	423.150	0,05	203.682	71.003	123.879	0,04	502.954
Normatizacao E Fiscalizacao	4.670	4.670	1.828	2.406	0,00	2.264	650	764	0,00	3.906
Tecnologia Da Informacao	1.819	1.819	0	0	0,00	1.819	0	0	0,00	1.819
Comunicacao Social	21.539	21.539	1.000	1.000	0,00	20.539	0	0	0,00	21.539
Atencao Basica	23.828	23.828	295	12.569	0,00	11.259	1.752	3.173	0,00	20.654
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	3.655	3.655	1.521	1.902	0,00	1.753	915	915	0,00	2.740
Desenvolvimento Cientifico	1.003	1.003	0	0	0,00	1.003	0	0	0,00	1.003
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	61.236	61.236	0	0	0,00	61.236	0	0	0,00	61.236
Telecomunicacoes	306.445	306.445	11.363	41.858	0,00	264.588	16.092	17.979	0,01	288.466
ENERGIA	834.423	834.423	-214.415	452.275	0,05	382.148	54.225	101.209	0,03	733.214
Planejamento E Orcamento	1.073	1.073	83	84	0,00	989	16	16	0,00	1.057
Administracao Geral	485.831	485.831	-22.140	397.397	0,04	88.433	43.589	85.714	0,03	400.116
Normatizacao E Fiscalizacao	71.055	71.055	737	3.472	0,00	67.584	331	699	0,00	70.357
Formacao De Recursos Humanos	400	400	136	255	0,00	145	32	90	0,00	310

Administracao De Concessoes	1.665	1.665	275	374	0,00	1.291	1	1	0,00	1.664
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Atencao Basica	21.194	21.194	477	19.597	0,00	1.597	2.146	4.151	0,00	17.043
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.071	2.071	1.001	1.780	0,00	291	1.025	1.472	0,00	599
Producao Industrial	219.462	219.462	-194.869	24.293	0,00	195.169	4.608	6.353	0,00	213.109
Mineracao	2.688	2.688	-2.132	458	0,00	2.231	132	231	0,00	2.458
Normalizacao E Qualidade	993	993	260	300	0,00	693	0	0	0,00	993
Conservacao De Energia	22.117	22.117	1.440	1.596	0,00	20.521	1.027	1.161	0,00	20.956
Energia Eletrica	5.774	5.774	317	2.668	0,00	3.106	1.319	1.322	0,00	4.452
TRANSPORTE	1.053.653	1.053.653	109.143	577.424	0,06	476.229	126.305	236.880	0,08	816.773
Planejamento E Orcamento	2.960	2.960	58	64	0,00	2.896	26	26	0,00	2.934
Administracao Geral	758.655	758.655	78.815	473.267	0,05	285.388	110.176	213.020	0,07	545.635
Normatizacao E Fiscalizacao	33.817	33.817	6.370	11.496	0,00	22.320	1.583	2.244	0,00	31.572
Tecnologia Da Informacao	5.866	5.866	1.825	4.182	0,00	1.684	101	101	0,00	5.766
Formacao De Recursos Humanos	1.500	1.500	0	183	0,00	1.317	0	0	0,00	1.500
Administracao De Concessoes	125	125	0	54	0,00	71	0	0	0,00	125
Comunicacao Social	227	227	0	0	0,00	227	0	0	0,00	227
Atencao Basica	78.971	78.971	11.250	62.016	0,01	16.955	7.070	14.135	0,00	64.836
Promocao Industrial	200	200	0	0	0,00	200	0	0	0,00	200
Transporte Aereo	110.855	110.855	0	0	0,00	110.855	0	0	0,00	110.855
Transporte Rodoviario	26.605	26.605	7.233	14.386	0,00	12.219	7.273	7.273	0,00	19.332
Transporte Ferroviario	1.217	1.217	587	597	0,00	620	69	69	0,00	1.148
Transporte Hidroviario	32.643	32.643	3.005	11.167	0,00	21.476	0	0	0,00	32.643
Outros Encargos Especiais	11	11	0	11	0,00	0	6	11	0,00	0
DESPORTO E LAZER	5.594	5.594	3.407	4.390	0,00	1.204	173	1.010	0,00	4.584
Desporto De Rendimento	5.594	5.594	3.407	4.390	0,00	1.204	173	1.010	0,00	4.584
ENCARGOS ESPECIAIS	959.425.209	959.425.209	52.127.103	353.075.837	39,52	606.349.372	60.832.351	82.440.384	28,35	876.984.825
Administracao Geral	605.136	605.136	184.379	372.496	0,04	232.641	181.545	367.590	0,13	237.546
Atencao Basica	77.854	77.854	9.018	19.384	0,00	58.470	9.331	18.627	0,01	59.227
Servico Da Divida Interna	599.657.846	599.657.846	43.204.925	89.585.121	10,03	510.072.725	24.707.565	28.933.362	9,95	570.724.483
Servico Da Divida Externa	33.744.720	33.744.720	773.889	4.216.614	0,47	29.528.106	773.889	4.191.614	1,44	29.553.106
Outras Transferencias	230.645.575	230.645.575	2.282.946	188.663.432	21,12	41.982.143	25.095.819	35.686.944	12,27	194.958.630
Outros Encargos Especiais	40.750.429	40.750.429	-6.882.743	16.275.142	1,82	24.475.287	3.257.671	4.288.572	1,47	36.461.857
Transferencias Para A Educacao Basica	53.943.650	53.943.650	12.554.689	53.943.650	6,04	0	6.806.532	8.953.675	3,08	44.989.974
RESERVA DE CONTINGENCIA	105.779	105.779	0	0	0,00	105.779	0	0	0,00	105.779
Reserva De Contingencia	105.779	105.779	0	0	0,00	105.779	0	0	0,00	105.779
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	1.929.612.719	1.954.631.770	99.818.773	893.469.118	100,00	1.061.162.652	169.182.101	290.832.691	100,00	1.663.799.079
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	29.350.073	29.350.073	1.342.561	20.828.503	2,28	8.521.569	2.817.919	5.291.220	1,79	24.058.852
TOTAL (III) = (I + II)	1.958.962.792	1.983.981.843	101.161.335	914.297.621	100,00	1.069.684.222	172.000.020	296.123.912	100,00	1.687.857.931

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2020 ATÉ FEVEREIRO/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES
	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	
RECEITA CORRENTE (I)[1]	112.398.100	101.917.097	77.955.802	92.556.765	118.609.310	122.773.120	123.530.543	156.455.098	141.191.715	163.270.607	199.493.879	132.548.387	1.542.700.423
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.491.895	43.030.686	31.144.730	35.983.877	35.113.182	29.240.927	37.910.104	50.323.390	47.460.013	53.167.250	78.023.954	46.719.819	527.609.828
Receita de Contribuições	63.615.744	45.079.100	36.690.391	38.765.929	65.774.778	83.448.636	70.645.271	90.647.691	82.936.614	97.190.534	89.228.544	74.123.759	838.146.991
Receita Patrimonial	4.740.539	10.431.854	4.795.180	4.279.093	8.693.910	5.323.545	12.074.594	10.667.497	6.560.040	7.343.461	15.104.082	6.353.925	96.367.721
Receita Agropecuária	1.475	1.157	1.414	1.863	2.877	1.122	2.694	1.386	4.081	1.256	1.490	1.653	22.469
Receita Industrial	80.011	65.029	121.443	174.072	195.766	223.760	133.451	26.582	56.928	266.130	139.220	54.009	1.536.401
Receita de Serviços	2.252.617	1.758.807	1.765.993	2.814.598	6.552.091	1.432.115	1.409.430	2.924.638	1.534.238	2.383.677	8.745.327	2.573.924	36.147.455
Transferências Correntes	55.832	34.981	49.555	40.526	50.722	43.341	63.284	18.755	35.538	78.097	40.701	27.234	538.566
Receitas Correntes a Classificar[2]	0	3	-3	0	0	6	61	-19	-20	68	0	-0	94
Outras Receitas Correntes	2.159.986	1.515.480	3.387.100	10.496.807	2.225.985	3.059.667	1.291.653	1.845.179	2.604.285	2.840.133	8.210.559	2.694.064	42.330.897
DEDUÇÕES (II)	57.914.529	45.356.925	47.593.655	60.783.635	76.636.880	82.986.977	75.607.311	74.885.254	75.912.808	135.559.374	40.456.712	74.404.179	848.098.237
Transf. Constitucionais e Legais[4]	19.611.880	19.987.457	23.291.892	35.442.270	39.343.431	34.611.967	34.971.767	24.362.645	26.957.625	71.825.677	-2.160.620	31.434.654	359.680.644
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	31.269.936	20.682.578	20.346.132	21.216.119	30.037.487	38.808.490	32.618.077	40.848.724	38.963.816	54.938.659	33.867.886	34.709.603	398.307.508
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.404.011	1.351.650	1.349.277	1.348.584	1.440.051	1.426.403	1.416.601	1.398.157	2.427.937	1.725.087	1.353.744	1.368.274	18.009.774
Compensação Financeira RGPS/RPPS	1.438	531	992	1.634	7.774	10.570	3.394	549	1.509	232.532	1.388	3.817	266.129
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	451.564	598.715	628.419	629.395	662.459	660.162	661.641	661.588	663.003	797.176	573.925	722.618	7.710.663
Contribuição p/ PIS/PASEP	5.175.700	2.735.994	1.976.943	2.145.633	5.145.679	7.469.386	5.935.830	7.613.590	6.898.917	6.040.243	6.820.390	6.165.213	64.123.518
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	54.483.571	56.560.172	30.362.147	31.773.130	41.972.430	39.786.143	47.923.232	81.569.845	65.278.907	27.711.234	159.037.167	58.144.209	694.602.185

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

[1] Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[2] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[3] A previsão da receita não consta do demonstrativo em função da lei orçamentária anual de 2021 ainda não ter sido aprovada.

[4] A União interpôs recurso de reexame ao Acórdão nº 4074/2020-TCU-Plenário, segundo o qual os repasses aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Lei 14.041/2020, no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 e em outras hipóteses congêneres, não devem ser considerados no rol de deduções para fins de cálculo da receita corrente líquida federal. Dessa maneira, permanecem sendo adotados os entendimentos vigentes acerca do tema, estando a Secretaria do Tesouro Nacional diligente quanto ao acompanhamento do processo e adoção de eventuais providencias adicionais.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	68.806.987
RECEITAS CORRENTES	-	68.709.882
Receitas de Contribuições	-	67.699.733
Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados	-	67.699.690
Outras Contribuições	-	43
Outras Receitas Correntes	-	1.010.149
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	886.292
Demais Receitas Correntes	-	123.857
RECEITAS DE CAPITAL	-	97.105
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	97.105
Outras Receitas de Capital	-	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	981.650
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	-	69.788.637

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
		Até Mês/2021	Até Mês/2021	Até Mês/2021	Até Mês/2021
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	430.692.827	233.161.768	105.716.782	64.466.367	-
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	231.005.600	230.302.697	104.884.480	63.800.053	-
Aposentadorias	160.000.000	159.400.000	74.690.674	44.823.331	-
Pensões	60.000.000	60.000.000	25.035.071	15.700.859	-
Outros Benefícios	11.005.600	10.902.697	5.158.735	3.275.863	-
Outras Despesas	4.987.185	2.859.072	832.302	666.314	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	4.197.550	2.098.775	159.386	0	-
Demais Despesas	789.635	760.296	672.916	666.314	-
A detalhar	194.700.042	0	0	0	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0	0	0	0	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	430.692.827	233.161.768	105.716.782	64.466.367	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)[1]	-430.692.827	-163.373.131	-35.928.145	5.322.270	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do primeiro ao quinto bimestre) e a despesa empenhada (sexto bimestre).

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMO NSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2021
Receita de Contribuições	-	6.159.391
Segurados	-	2.690.758
Ativos	-	1.773.130
Inativos	-	735.814
Pensionistas	-	181.814
Patronal	-	3.468.633
Ativos	-	3.468.633
Inativos e Pensionistas	-	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	-	6.159.391

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021
Benefícios	70.605.588	45.609.382	13.838.326	9.048.515	-
A detalhar	18.038.893	0	0	-	-
Aposentadorias	37.758.682	33.050.602	10.161.810	6.792.740	-
Pensões	14.256.133	12.062.148	3.564.193	2.179.080	-
Outras Despesas Previdenciárias	551.880	496.632	112.323	76.695	-
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	141.503	141.148	20.144	20.144	-
Demais Despesas Previdenciárias	410.376	355.483	92.179	56.552	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	70.605.588	45.609.382	13.838.326	9.048.515	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-70.605.588	-39.449.990	-7.678.935	-2.889.124	

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES E AOS INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS DE PENSÕES E APOSENTADORIA ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES

RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2021
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	-	1.226.462
Segurados	-	1.226.462
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	-	1.226.462

DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021
Benefícios	23.171.959	18.954.208	3.667.882	1.847.568	-
A detalhar	734.798	0	0	0	-
Pensões	22.341.748	18.902.416	3.621.896	1.819.866	-
Outros Despesas	95.413	51.793	45.986	27.702	-
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES (V)	23.171.959	18.954.208	3.667.882	1.847.568	-
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-23.171.959	-17.727.746	-2.441.419	-621.105	-

RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2021
Receitas	0	0

DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021	Até o Mês/ 2021
Inativos	6.793.799	6.089.836	4.399.111	2.521.694	-
A detalhar	76.240	0	0	0	-
Reforma e Reserva	6.552.065	5.950.177	4.323.460	2.483.278	-
Outras Despesas de Inativos	165.493	139.659	75.651	38.416	-
DESPESAS COM MILITARES INATIVOS (VII)	6.793.799	6.089.836	4.399.111	2.521.694	-
RESULTADO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI - VII)	-29.965.758	-23.817.582	-6.840.530	-3.142.799	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2021
Receita de Contribuições	-	101.436
Segurados	-	101.436
Ativos		86.413
Inativos		15.023
Pensionistas[2]		0
Patronal	-	0
Ativos		0
Inativos e Pensionistas		0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	-	101.436

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês/ 2021	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês/ 2021	DESPESAS PAGAS Até o Mês/ 2021	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Mês/ 2021
Benefícios	3.912.469	1.011.104	969.990	551.507	-
A detalhar	2.901.320	0	0	0	-
Aposentadorias	879.089	879.064	838.210	472.972	-
Pensões	126.537	126.518	126.258	73.363	-
Outras Despesas Previdenciárias	5.522	5.522	5.521	5.172	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (X)	3.912.469	1.011.104	969.990	551.507	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FCDF (XI) = (IX - X)	-3.912.469	-909.668	-868.553	-450.071	-

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF
Notas:
[1] Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU).

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2021

R$ milhões

Renúncia / Mês	Desoneração da Folha	Simples Nacional	Filantrópicas	Exportação Rural	MEI	Olimpíadas	Dona de Casa	Funrural
JAN	422	1.663	937	518	231	-	17	104
FEV	532	1.659	915	626	232	-	17	92
MAR	532	1.692	942	845	287	-	18	121
ABR	615	1.715	950	903	268	-	18	159
MAI	675	1.739	983	882	270	-	17	161
JUN	760	1.750	986	875	261	-	17	192
JUL	962	1.780	1.016	884	266	-	18	172
AGO	982	1.799	995	812	264	-	17	180
SET	731	1.814	1.009	776	261	-	18	178
OUT	792	1.844	1.013	773	262	-	18	166
NOV	822	1.855	1.019	600	272	-	17	162
DEZ	2.739	2.937	1.863	681	277	-	17	160
TOTAL	10.565	22.247	12.627	9.175	3.150	-	209	1.846

Fonte: DGT Bases Efetivas 2017; DGT PLOA 2021; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ milhares

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até Fevereiro/2021
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0	312.449.737
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	124.743.773
Contribuições	0	163.352.303
Receita Patrimonial	0	15.878.265
Outras Receitas Patrimoniais	0	15.878.265
Transferências Correntes	0	67.935
Demais Receitas Correntes	0	8.407.460
Receitas Correntes Primárias	0	8.407.460
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	0	79.070
Alienação de Bens	0	79.070
Outras Alienações de Bens	0	79.070
Transferências de Capital	0	0
Convênios	0	0
Outras Transferências de Capital	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0
Outras Receitas de Capital Primárias	0	0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I+II)	0	312.528.808

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	1.257.133.008	766.375.793	251.648.880	190.323.202	61.148.136	34.851.260	33.325.280
Pessoal e Encargos Sociais	207.638.038	146.238.587	50.247.593	34.271.843	16.762.435	238.015	221.419
Outras Despesas Correntes	1.049.494.970	620.137.206	201.401.287	156.051.358	44.385.700	34.613.245	33.103.861
Transferências Constitucionais e Legais	274.670.154	241.905.948	44.423.724	44.423.724		21.632.369	21.632.369
Demais Despesas Correntes	774.824.816	378.231.258	156.977.563	111.627.635	44.385.700	12.980.876	11.471.493
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	42.372.316	11.988.489	2.922.038	2.919.769	326.208	2.787.795	1.880.617
Investimentos	11.794.920	574.520	20.883	19.485	322.473	1.881.631	975.249
Inversões Financeiras	30.577.396	11.413.970	2.901.155	2.900.284	3.735	906.164	905.368
Inversões Financeiras Primárias	30.577.396	11.413.970	2.901.155	2.900.284	3.735	906.164	905.368
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	105.779	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VIII) = (V+VI+VII)	1.299.611.104	778.364.283	254.570.918	193.242.971	61.474.344	37.639.056	35.205.897

RESULTADO PRIMÁRIO (Até o mês) - Acima da Linha (XIX) = IIIa - (VIIIa +VIIIb + VIIIc)	22.605.596
JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro/2021 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (X)	100.777.300
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XI)	147.476.598
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XII) = IX + (X- IX)	-24.093.702

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Dezembro/2020 (a)	Até Fevereiro/2021 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XIII)	6.960.917.148	7.146.719.375
DEDUÇÕES (XIV)	2.414.035.284	2.622.041.537
Disponibilidade de Caixa	1.373.361.274	1.511.286.272
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.450.852.573	1.589.051.790
(-) Restos a Pagar Processados (XV)	77.491.299	77.765.518
Demais Haveres Financeiros	1.040.674.010	1.110.755.265
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XVI) = (XIII - XIV)	4.546.881.864	4.524.677.838
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XVII) = (XVIa - XVIb)	22.204.026	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até Fevereiro/2021
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XVIII) = (XVb - XVa)	274.220
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XIX)	96.310
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XX)	2.254.411
OUTROS AJUSTES (XXI)	-48.730.049
(+) Discrepância	2.678.337
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXII) = (XVII+XVIII - XIV + XX + XXI)	-24.093.702
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXIII) = XXII - (X-XI)	22.605.596

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

NOTA: Este relatório foi elaborado com nova metodologia contábil, em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira. Assim, alguns valores referentes ao resultado primário diferem do publicado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, cuja conciliação será explicada nessa publicação.
*Publicação no formato determinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF

DETALHAMENTO DO AJUSTE METODOLÓGICO DO ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Até Fevereiro/2021
OUTROS AJUSTES (XXI)	-48.730.049
Variações Patrimoniais Diminutivas	19.540.313
(+) Variações Cambiais da Dívida Contratual	1.948.334
(+) Variações Cambiais da Dívida Mobiliária	15.273.665
(+) Resultado Negativo Bacen	0
(+) Constituição de Ajuste para Perdas	4.298.106
(+) Provisão/Reversão de Provisões de Subvenções Econômicas	-1.979.792
(+) Outras Variações Cambiais	0
(+) Desincorporação de Ativos	637.853
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.913.861
(-) Outras Variações Cambiais	6.634.987
(-) Resultado Positivo Bacen	0
(-) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0
(-) Reversão de Provisões e de Ajustes para Perdas	2.588.553
Demais ajustes	-60.672.691
Ajustes nos itens da Dívida Consolidada Líquida	-81.982.459
(+) Variação de Precatórios	935.934
(-) Variação em Arrecadação a Recolher	0
(-) Variação de Aplicação em Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	83.789.942
(+) Juros e Encargos Ativos dos Fundos (-) Juros e Encargos Passivos de Fundos	754.267
(+) Dívida Pública em Operações do FIES e mantenedoras	117.282
Outros	21.309.768
(-) Variação em fontes a classificar e extra-orçamentária nas disponibilidades	-24.591.927
(-) Despesas Financeiras com Impacto Primário	3.282.160
(+) Variação em Ativos não integrantes da DCL	0
(-) Passivos não integrantes da DCL	0
(-) Mudança metodológica na apuração da DCL	0
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0
Discrepância	2.678.337

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2020				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2020					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.769.366	64.981.497	61.618.623	45.542	12.086.698	32.656.721	117.861.527	40.096.446	37.662.874	15.695.299	97.160.076	109.246.774
EXECUTIVO	8.714.418	64.834.994	61.565.507	45.483	11.938.421	32.520.586	114.728.338	38.663.416	36.249.999	15.678.692	95.320.234	107.258.655
Presidência da República	1.488	54.335	51.779	17	4.026	74.292	222.579	53.945	47.938	181	248.753	252.779
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	189.631	717.987	567.753	901	338.964	2.550.488	4.364.710	476.098	401.628	2.014	6.511.554	6.850.518
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	352.966	320.087	249.252	1.175	422.627	188.593	900.034	242.031	189.754	8.890	889.983	1.312.610

Ministério da Economia	44.013	45.093.137	45.071.049	63	66.038	1.763.093	41.009.672	18.391.431	18.312.273	10.113.812	14.346.680	14.412.718
Ministério da Educação	224.694	5.223.353	5.051.321	743	395.982	6.161.564	16.504.446	6.085.578	5.357.856	21.644	17.286.510	17.682.492
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	55.043	790.695	774.203	360	71.175	1.418.488	2.410.103	341.919	195.615	13.147	3.619.829	3.691.003
Ministério de Minas e Energia	9.367	122.067	120.148	224	11.062	53.771	11.351.237	5.856.338	5.852.917	5.072.930	479.161	490.223
Ministério das Relações Exteriores	932	46.032	44.040	0	2.925	18.397	89.659	39.905	39.605	362	68.090	71.014
Ministério da Saúde	1.180.433	3.004.115	2.821.823	2.912	1.359.813	5.576.992	10.831.545	3.030.553	2.631.810	397.650	13.379.077	14.738.891
Controladoria-Geral da União	102	65.814	65.777	0	139	2.802	39.524	6.320	5.620	6	36.700	36.839
Ministério da Infraestrutura	87.565	141.213	142.710	127	85.940	1.627.234	3.594.262	815.425	545.469	2.658	4.673.369	4.759.309
Ministério das Comunicações	7.757	52.609	51.798	31	8.537	36.661	210.804	60.788	54.896	4.601	187.968	196.504
Ministério do Meio Ambiente	2.885	134.432	112.370	59	24.888	55.947	161.020	36.522	34.302	2.447	180.219	205.107
Ministério da Defesa	59.262	5.834.712	5.752.643	399	140.932	1.905.166	5.790.387	1.349.063	915.952	10.248	6.769.353	6.910.285
Ministério do Desenvolvimento Regional	5.523.628	899.070	226.541	35.617	6.160.539	7.908.889	11.725.768	1.158.927	1.004.299	23.545	18.606.813	24.767.352
Ministério do Turismo	453.121	2.031.508	193.755	391	2.290.483	1.733.740	1.500.687	74.930	51.202	2.588	3.180.637	5.471.121
Ministério da Cidadania	511.498	56.022	28.941	2.463	536.115	1.211.497	3.579.326	584.122	558.373	1.743	4.230.708	4.766.823
Advocacia-Geral da União	6.016	241.190	232.986	2	14.219	53.108	169.787	46.255	37.739	89	185.067	199.286
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	4.017	6.619	6.619	0	4.017	179.863	272.788	13.264	12.750	137	439.764	443.781
LEGISLATIVO	8.103	4.317,477	3.794	0	8.627	30.107	268.141	106.896	104.426	6.504	187.318	195.945
Câmara dos Deputados	1.918	2.104	2.009	0	2.012	11.949	105.778	61.358	59.466	2	58.258	60.270
Senado Federal	6.126	2.214	1.784	0	6.555	11.274	121.454	35.380	34.952	4.809	92.968	99.523
Tribunal de Contas da União	60	0	0	0	60	6.884	40.908	10.158	10.008	1.692	36.092	36.152
JUDICIÁRIO	46.666	120.452	27.751	46	139.321	91.110	2.695.600	1.284.008	1.271.257	9.557	1.505.896	1.645.217
Supremo Tribunal Federal	0	186	186	0	0	3.414	15.839	3.514	3.512	42	15.699	15.699
Superior Tribunal de Justiça	2.719	73.564	1.360	0	74.924	3.492	35.832	20.427	20.019	84	19.221	94.145
Justiça Federal	445	26.833	13.302	14	13.962	23.455	1.520.216	1.092.993	1.090.779	2.415	450.478	464.440
Justiça Militar	186	787	659	0	314	5.819	25.157	5.554	5.427	1.491	24.059	24.373
Justiça Eleitoral	25.272	11.997	7.523	32	29.714	39.228	925.220	104.002	97.745	2.174	864.529	894.244
Justiça do Trabalho	17.425	5.010	3.330	0	19.106	7.598	127.623	39.285	36.632	2.393	96.197	115.303
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	591	1.914	1.378	0	1.127	8.048	40.974	15.654	14.567	640	33.815	34.943
Conselho Nacional de Justiça	27	160	13	0	174	56	4.738	2.578	2.578	319	1.897	2.071
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	179	1.631	1.473	12	325	8.219	107.790	30.946	26.197	501	89.311	89.636
Ministério Público da União	179	1.625	1.466	12	325	8.219	106.615	30.391	25.641	424	88.769	89.095
Conselho Nacional do Ministério Público	0	6	6	0	0	0	1.174	555	555	78	541	541
DEFENSORIA PÚBLICA	0	20.102	20.099	0	4	6.698	61.659	11.180	10.995	45	57.318	57.321
Defensoria Pública da União	0	20.102	20.099	0	4	6.698	61.659	11.180	10.995	45	57.318	57.321
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.726	229.550	176.196	44.196	29.884	2.521.501	833.309	49.520	40.527	62.695	3.251.588	3.281.472
TOTAL (I + II)	8.790.092	65.211.047	61.794.819	89.738	12.116.582	35.178.222	118.694.837	40.145.965	37.703.401	15.757.994	100.411.664	112.528.246

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2020				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2020					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	20.726	229.550	176.196	44.196	29.884	2.521.501	833.309	49.520	40.527	62.695	3.251.588	3.281.472
EXECUTIVO	19.825	229.435	176.110	44.196	28.954	2.513.501	820.896	47.763	38.790	62.555	3.233.052	3.262.006
Presidência da República	5	0	0	0	5	1.225	14.851	581	575	3	15.497	15.502
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8	54.574	10.422	44.152	8	631	6.912	2.091	2.014	56	5.473	5.481
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	0	616	616	0	0	3.474	10.371	152	152	0	13.694	13.694
Ministério da Economia	9.884	64.659	58.048	0	16.495	10.165	113.201	9.454	5.582	540	117.244	133.739
Ministério da Educação	1.193	89.932	89.650	32	1.443	2.426.695	492.452	18.114	17.768	434	2.900.945	2.902.389
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	1	0	0	0	1	2.997	4.599	571	548	501	6.548	6.548
Ministério de Minas e Energia	2	5.339	5.329	10	2	2.276	19.708	2.196	2.191	34	19.759	19.761
Ministério das Relações Exteriores	162	6	0	0	168	126	165	9	9	0	282	450
Ministério da Saúde	59	80	80	0	59	12.209	61.848	252	222	57.848	15.986	16.044
Controladoria-Geral da União	0	4	0	0	4	230	707	76	76	230	630	634
Ministério da Infraestrutura	3	101	101	0	3	4.773	7.188	1.527	1.518	237	10.206	10.208
Ministério das Comunicações	40	2.111	0	0	2.151	7.448	7.930	2.135	2.135	2.566	10.677	12.829
Ministério do Meio Ambiente	0	1	0	0	1	1.113	3.748	579	578	1	4.281	4.283
Ministério da Defesa	43	11.192	11.058	1	176	27.292	57.512	8.515	3.982	105	80.718	80.894
Ministério do Desenvolvimento Regional	8.414	820	807	1	8.426	4.786	5.966	229	223	0	10.528	18.954
Ministério do Turismo	9	0	0	0	9	386	545	98	34	0	897	906
Ministério da Cidadania	3	0	0	0	3	1.985	4.274	425	425	0	5.834	5.838
Advocacia-Geral da União	0	1	0	0	1	3.021	8.458	757	757	0	10.721	10.721
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	0	0	0	0	0	2.671	461	0	0	0	3.132	3.132
LEGISLATIVO	0	0	0	0	0	1.150	761	24	24	113	1.774	1.774
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	0	84	10	5	5	0	89	89
Senado Federal	0	0	0	0	0	0	191	16	16	0	176	176
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	0	1.067	559	3	3	113	1.510	1.510
JUDICIÁRIO	901	116	86	0	930	4.296	9.920	1.692	1.679	24	12.512	13.443
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	0	26	558	0	0	0	583	583
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	121	71	71	0	50	50
Justiça Federal	0	0	0	0	0	237	2.797	1.006	1.006	23	2.006	2.006
Justiça Militar	0	0	0	0	0	2.408	6	2	2	0	2.413	2.413
Justiça Eleitoral	901	8	5	0	903	1.488	2.754	183	178	0	4.064	4.967
Justiça do Trabalho	0	33	32	0	1	136	3.496	422	422	2	3.209	3.210
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	75	49	0	25	0	177	8	0	0	176	202
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	0	0	11	1	1	0	10	10
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	0	572	803	29	22	2	1.352	1.352
Ministério Público da União	0	0	0	0	0	572	803	29	22	2	1.352	1.352
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	0	0	1.981	930	13	13	0	2.898	2.898
Defensoria Pública da União	0	0	0	0	0	1.981	930	13	13	0	2.898	2.898
TOTAL	20.726	229.550	176.196	44.196	29.884	2.521.501	833.309	49.520	40.527	62.695	3.251.588	3.281.472

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VALOR A SER GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (EC n. 95/2016 - Regra Vigente) (a)	DESPESAS COM MDE EXECUTADAS ATÉ O MÊS (b) = (7(d ou e))	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO LIMITE MÍNIMO (no final do ano, deve ser maior do que 100%) ((b / a) * 100)[1]	18% DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS DO ANO CORRENTE[2]
1 - CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO	55.599.554	9.419.684	16,94%	13.261.412

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO[1]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[3] (f)
		Até o Mês (d)	Até o Mês (e)	
2 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (LIMITADO A 30% DO VALOR TOTAL)	1.563.915	1.006.485	671.832	-
3 - EDUCAÇÃO BÁSICA	231.428	122.596	56.239	-
4 - ENSINO SUPERIOR	9.309.455	7.664.779	3.823.262	-
5 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	3.592.638	3.262.652	1.628.217	-
6 - OUTRAS	21.516.337	16.639.849	3.240.134	-
7 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (2 + 3 + 4 + 5 + 6)	36.213.774	28.696.360	9.419.684	-

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB[4]

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO MÊS		ATÉ O MÊS
	JANEIRO DE 2021	FEVEREIRO DE 2021	
	Valor (e)	Valor (f)	Valor (g)
8- COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF	1.118.317	1.121.122	2.239.439
9- COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT	-	-	-
10- TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO (8 + 9)	1.118.317	1.121.122	2.239.439

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[3] (k)
		Até o Mês (i)	Até o Mês (j)	
11- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.706.063	1.732	-	-
12- DESPESAS COM O FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF	3.386.640	827.402	827.402	-
13- DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DE ROYALTIES DE EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL	130.925	121.808	113.033	-
14- DEMAIS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	8.795	-	-	-
15- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (11 + 12 + 13 + 14)	6.232.422	950.942	940.435	-
16- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (7 + (10 - 2) + 15)	46.095.332	31.995.767	11.927.727	-

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O MÊS	CANCELADO EM 2021 (l)
17- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	6.875.928	14.027

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Valor apresentado para efeito de transparência do limite estabelecido no art. 212 da CF, sem efeito em função da EC nº 95/2016

[3] Esse valor será apresentado somente no último bimestre do exercício.

[4] Pagamentos de, no mínimo 5% (cinco por cento) ao final de cada mês, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	23.676.440	24.475.640	3.326.447	13,59	2.617.332	10,69	2.355.674	9,62	-
Despesas Correntes	23.588.101	24.387.301	3.326.447	13,64	2.617.332	10,73	2.355.674	9,66	-
Despesas de Capital	88.338	88.338	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	54.653.538	55.952.338	12.100.591	21,63	8.027.309	14,35	7.937.224	14,19	-
Despesas Correntes	53.878.907	55.177.707	12.092.611	21,92	8.027.217	14,55	7.937.166	14,38	-
Despesas de Capital	774.630	774.630	7.979	1,03	92	0,01	59	0,01	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	14.957.700	14.957.700	3.017.546	20,17	645.616	4,32	538.619	3,60	-
Despesas Correntes	14.907.921	14.907.921	3.017.546	20,24	645.616	4,33	538.619	3,61	-
Despesas de Capital	49.779	49.779	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	344.200	344.200	44.138	12,82	708	0,21	692	0,20	-
Despesas Correntes	338.700	338.700	44.135	13,03	708	0,21	692	0,20	-
Despesas de Capital	5.500	5.500	2	0,04	0	0,00	0	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	8.303.000	8.577.400	3.091.296	36,04	1.329.980	15,51	1.309.358	15,27	-
Despesas Correntes	8.176.840	8.439.740	3.089.367	36,61	1.328.496	15,74	1.307.915	15,50	-
Despesas de Capital	126.160	137.660	1.929	1,40	1.484	1,08	1.443	1,05	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	66.000	66.000	24	0,04	24	0,04	24	0,04	-
Despesas Correntes	56.000	56.000	24	0,04	24	0,04	24	0,04	-
Despesas de Capital	10.000	10.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	14.406.324	36.489.028	16.046.377	43,98	2.188.087	6,00	1.692.805	4,64	-
Despesas Correntes	13.657.700	35.722.404	16.035.543	44,89	2.187.639	6,12	1.692.425	4,74	-
Despesas de Capital	748.624	766.624	10.835	1,41	449	0,06	380	0,05	-
TOTAL (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)[1]	116.407.201	140.862.305	37.626.419	26,71	14.809.057	10,51	13.834.398	9,82	-

DEDUÇÕES PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)
Total das Despesas com ASPS (IX) = (VIII)	37.626.419	14.809.057	13.834.398
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (X)	0	0	0
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XI)	0	0	0
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XII)	0	0	0
(=) TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS APÓS AS DEDUÇÕES (XIII) = (IX - X - XI - XII)	37.626.419	14.809.057	13.834.398

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2021 (i)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2021 (j)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ATÉ O MÊS (REGRA ANTIGA: 15% da RCL)[2]	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (k)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO NO ANO (REGRA NOVA: l = k + correção IPCA)[3]
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (XIV)	37.626.419	14.809.057	32.577.206	121.246.221	123.828.765

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR[4]

Exercício de Inscrição em Restos a Pagar[5,6]	Mínimo para Aplicação com Saúde (n)	Valor Executado em ASPS no Ano (o)	RP Inscritos (Processados e Não-Processados)	RP Considerado no Limite[7]	RP Pagos	Valor que Falta Pagar para Garantir o Mínimo	RP a Pagar	RP Cancelados até o presente (p)	Saldo de Cumprimento do Mínimo (q) = (o - n - p)	Compensações Legais[8] (r)	Saldo Final[9] (s) = (q + r)
Empenhos de 2020	121.246.221	161.536.763	13.600.616	0	4.632.088		8.525.774	442.754	39.847.788		39.847.788
Empenhos de 2019	117.293.432	122.269.918	11.017.404	6.040.918	9.117.969		1.728.964	170.472	4.806.014		4.806.014
Empenhos de 2018	112.360.793	116.820.887	11.768.360	7.308.266	10.142.874		1.101.718	523.768	3.936.326		3.936.326
Empenhos de 2017	109.088.149	114.700.610	14.124.981	8.512.519	12.190.770		1.136.196	798.016	4.814.446		4.814.446
Empenhos de 2016	93.710.704	106.235.537	7.786.502	0	6.514.791		659.080	612.639	11.912.195		11.912.195
Empenhos de 2015	98.308.994	100.054.862	7.880.322	6.134.454	7.124.922		203.287	552.113	1.193.755		1.193.755
Empenhos de 2014	91.614.082	91.898.531	7.136.587	6.852.138	6.007.090	845.048	165.995	963.502	-679.053	1.404.353	725.300
Empenhos de 2013	82.912.830	83.053.256	7.642.873	7.502.447	6.556.844	945.604	111.725	974.304	-833.878	1.576.183	742.305
Empenhos de 2012	79.512.720	80.073.777	8.534.459	7.973.402	7.026.791	946.612	161.349	1.346.319	-785.262	1.576.183	790.921
Empenhos de 2011	72.128.481	72.356.648	8.415.641	8.187.474	7.010.177	1.177.298	145.370	1.260.094	-1.031.927		-1.031.927
Empenhos de 2010	61.230.118	61.976.698	6.280.781	5.534.201	5.042.815	491.386	132.259	1.105.709	-359.129		-359.129
Empenhos de 2009	54.963.099	58.281.095	8.568.041	5.250.045	6.768.282		84.480	1.715.296	1.602.700		1.602.700
Empenhos de 2008	48.561.056	48.678.681	5.685.001	5.567.377	4.485.871	1.081.506	31.301	1.167.896	-1.050.271		-1.050.271
TOTAL (XV)	1.142.930.679	1.217.937.263	118.441.569	74.863.242	92.621.282	5.487.454	14.187.499	11.632.881	63.373.703	4.556.720	67.930.422

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XVII)	261.285	261.285	246.690	94,41	39.103	14,97	19.720,45	7,55	-
Despesas Correntes	261.285	261.285	246.690	94,41	39.103	14,97	19.720	7,55	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XVIII)	729.320	729.320	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-
Despesas Correntes	729.320	729.320	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XIX)	15.370	15.370	33	0,22	29	0,19	29	0,19	-
Despesas Correntes	15.370	15.370	33	0,22	29	0,19	29	0,19	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XIII)	8.692.221	8.692.221	8.574.088	98,64	1.649.103	18,97	900.962	10,37	-
Despesas Correntes	8.692.221	8.692.221	8.574.088	98,64	1.649.103	18,97	900.962	10,37	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXIV) = (XVII + XVIII + XIX + XX + XXI + XXII + XXIII)	9.698.197	9.698.197	8.820.810	90,95	1.688.236	17,41	920.712	9,49	-

Continuação

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXV) = (I + XVII)	23.937.725	24.736.925	3.573.137	14,44	2.656.436	10,74	2.375.395	9,60	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXVI) = (II + XVIII)	55.382.858	56.681.658	12.100.591	21,35	8.027.309	14,16	7.937.224	14,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXVII) = (III + XIX)	14.973.070	14.973.070	3.017.579	20,15	645.646	4,31	538.648	3,60	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXVIII) = (IV + XX)	344.200	344.200	44.138	12,82	708	0,21	692	0,20	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXIX) = (V + XXI)	8.303.000	8.577.400	3.091.296	36,04	1.329.980	15,51	1.309.358	15,27	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXX) = (VI + XXII)	66.000	66.000	24	0,04	24	0,04	24	0,04	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXI) = (VII + XXIII)	23.098.545	45.181.250	24.620.465	54,49	3.837.191	8,49	2.593.767	5,74	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XXXII) = (VIII + XXIV)	126.105.399	150.560.503	46.447.229	30,85	16.497.293	10,96	14.755.109	9,80	-

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

Notas:

[1] Do valor total de R$ 14,81 bilhões liquidados com ações e serviços públicos de saúde, R$ 10,33 bilhões se referem a transferências a estados, DF e municípios e R$ 4,48 bilhões foram aplicados diretamente pela União.

[2] Regra da Emenda Constitucional nº 86/2015.

[3] Correção aplicada de acordo com o art. 110 da EC 95/2016.

[4] Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar processados e não-processados, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

[5] Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. De igual modo, já foram pagos RPNP referentes ao exercício de 2017 que superam o valor total de RP considerados no Limite Mínimo. Portanto, todos os exercícios que têm o cumprimento do limite de seus respectivos anos garantido, por mais que se cancele todos os RPNP restantes, estão marcados em cinza e constam do demonstrativo apenas para informação e transparência.

[6] Os valores dos RPNP inscritos antes de 2012 passam a constar deste relatório para facilitar o controle do cumprimento do limite mínimo dos anos anteriores à LC 141/2012, em atendimento ao Acórdão nº 1048/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

[7] A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.

[8] Os cancelamentos dos RPNP estão sendo compensados anualmente nas modalidades 45, 46, 95 e 96. Como esses valores não estão marcados com parâmetros que permitam conhecer os anos aos quais pertencem os RPNP cancelados, os valores compensados são distribuídos igualmente entre os anos que ainda precisam pagar seus restos a pagar para garantir o cumprimento do mínimo.

[9] O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após cancelamentos e compensações".

[10] As despesas na fonte 42 - Compensação financeira sobre a exploração de petróleo ou gás natural não foram consideradas no quadro DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA devido à liminar do STF, deferida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5595, em 31/08/2017, que suspendeu a eficácia do art. 3º da EC nº 86/2015. Dessa forma, foram incluídas no quadro DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	0
Previsão Atualizada	0
Receitas Realizadas	703.342.243
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	25.019.050

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Mês
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.561.648.229
Dotação Atualizada	3.586.667.279
Despesas Empenhadas	1.258.091.775
Despesas Executadas	519.650.548
Despesas Pagas	457.997.708
Superávit Orçamentário	183.691.695

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	914.297.621
Despesas Liquidadas	296.123.912

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Últimos 12 Meses
Receita Corrente Líquida	694.602.185

RECEITAS/DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (I)	69.788.637
Despesas Previdenciárias (II)	105.716.782
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-35.928.145
RECEITAS/DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (IV)	6.159.391
Despesas Previdenciárias (V)	13.838.326
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-7.678.935
RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES E AOS INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS[2]	Até o Mês
Receitas de Pensionistas (VII)	1.226.462
Despesas com Pensionistas e Militares Inativos (VIII)	8.066.993
Resultado dos Militares (IX) = (VII - VIII)	-6.840.530
RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL[2]	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (X)	101.436
Despesas Previdenciárias (XI)	969.990
Resultado Previdenciário (XII) = (X - XI)	-868.553

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Mês
Resultado Nominal	(24.093.702)
Resultado Primário	22.605.596

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	74.001.139	89.738	61.794.819	12.116.582
Poder Executivo	73.798.671	89.679	61.741.617	11.967.375
Poder Legislativo	12.421	0	3.794	8.627
Poder Judiciário	168.134	46	27.837	140.252
Ministério Público	1.811	12	1.473	325
Defensoria Pública	20.102	0	20.099	4
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	153.873.059	15.757.994	37.703.401	100.411.664
Poder Executivo	150.583.322	15.741.247	36.288.789	98.553.286
Poder Legislativo	300.159	6.617	104.450	189.092
Poder Judiciário	2.800.926	9.582	1.272.937	1.518.408
Ministério Público	117.384	503	26.218	90.663
Defensoria Pública	71.267	45	11.007	60.215
TOTAL	227.874.198	15.847.732	99.498.220	112.528.246

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)	Valor Apurado	Mínimo a ser aplicado em MDE em 2021	% Aplicado Até o Mês
Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.419.684	55.599.554	16,94
Complementação da União ao FUNDEB	671.832	1.563.915	42,96

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)	Valor Apurado	Mínimo a ser aplicado em ASPS em 2021	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	14.809.057	123.828.765	11,96

FONTE: STN/CCONT/GEINF
[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 40, §4º R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (c)	% (c/b)	Até o Mês (d)	% (d/b)	SALDO A REALIZAR (b-d)
RECEITAS CORRENTES	0	0	71.636.836	0,00	164.258.310	0,00	-164.258.310
Receita Tributária	0	0	26.617	0,00	72.887	0,00	-72.887
Receita de Contribuições	0	0	69.912.712	0,00	154.754.972	0,00	-154.754.972
Receita Patrimonial	0	0	221.814	0,00	529.107	0,00	-529.107
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0

Receita Industrial	0	0	11	0,00	34	0,00	-34
Receita de Serviços	0	0	224.246	0,00	6.458.332	0,00	-6.458.332
Transferências Correntes	0	0	309	0,00	311	0,00	-311
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	0	0	1.251.127	0,00	2.442.669	0,00	-2.442.669
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	471	0,00	96.832	0,00	-96.832
Operações de Crédito	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Alienação de Bens	0	0	471	0,00	96.832	0,00	-96.832
Transferências de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	0	0	71.637.307	0,00	164.355.142	0,00	-164.355.142
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	11.396.380	-	-
TOTAL (I + II)	0	0	71.637.307	0,00	175.751.522	-	-175.751.522

DESPESAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A
					DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em RP		
	INICIAL	ATUALIZADA	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	não-processados	%	EXECUTAR
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(j+k/f)	(f-j-k)
DESPESAS CORRENTES	839.030.552	863.560.110	38.190.754	444.458.723	92.587.079	175.749.145	-	20,35	687.810.964
Pessoal e Encargos Sociais	125.703.416	125.703.416	7.254.285	83.494.464	10.944.944	22.326.283	-	17,76	103.377.133
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
Outras Despesas Correntes	713.327.136	737.856.694	30.936.469	360.964.258	81.642.135	153.422.862	-	20,79	584.433.831
Benefícios Previdenciários do RGPS	430.692.827	430.692.827	2.756.675	233.161.768	53.389.926	105.716.782	-	24,55	324.976.045
Transferências a Estados, DF e Municípios	80.623.167	82.298.767	6.008.214	18.152.299	6.363.077	11.060.498	-	13,44	71.238.269
Demais Despesas Correntes	632.703.969	655.557.926	24.928.254	342.811.960	75.279.058	142.362.364	-	21,72	513.195.562
DESPESAS DE CAPITAL	2.000.863	2.030.363	14.945	31.051	1.194	2.377	-	0,12	2.027.987
Investimentos	2.000.863	2.030.363	14.945	31.051	1.194	2.377	-	0,12	2.027.987
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
SUBTOTAL (III)	841.031.415	865.590.473	38.205.699	444.489.773	92.588.273	175.751.522	-	20,30	689.838.951
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	841.031.415	865.590.473	38.205.699	444.489.773	92.588.273	175.751.522	-	-	689.838.951

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União. Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação decorre de variação cambial.

TABELA 1-A - DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 40, §4º — R$ milhares

Seguridade Social[1]	Até o Mês
Receitas da Seguridade Social	164.355.142
RGPS	69.788.637
RPPS - Civil	6.260.828
Pensionistas Militares[2]	1.226.462
Demais (COFINS, CSLL e Outras)	87.079.215
Despesas da Seguridade Social	175.751.522
RGPS	105.716.782
RPPS - Civil	14.808.316
Pensionistas Militares[2]	3.667.882
Saúde	14.809.057
Assistência Social	16.223.334
Abono Salarial	10.516.207
Seguro Desemprego	5.473.474
Demais	4.536.470
Resultado da Seguridade Social	- 11.396.380
Desvinculação das Receitas da União (DRU)	31.225
Resultado com Receitas Desvinculadas	- 11.365.155

Notas:

1. As receitas são as realizadas até o mês. As despesas são as liquidadas até o mês, sendo que no final do ano serão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.
2. A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

TABELA 1-B - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 40, §4º — R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
		No Mês (b)	Até o Mês (c)	
RECEITAS CORRENTES	0	11.398	31.225	-31.225
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0	11.398	31.225	-31.225
11210111 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	-	11.179	29.267	-29.267
11210113 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At.	-	218	1.957	-1.957
71210111 - Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ.	-	1	1	-1
TOTAL	0	11.398	31.225	-31.225

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 115 — R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	152.046.295	45.632.215	12.541.225	8.365.130	1.738.333	13.788.946	82.065.849	234.112.144
A detalhar	23.223.158	11.036.415	1.333.513	574.729	839.106	10.941.413	24.725.176	47.948.334
Pessoal Civil	91.317.589	34.595.656	11.205.592	7.760.624	899.227	2.527.178	56.988.276	148.305.866
Vencimentos e Vantagens Fixas	43.829.990	13.450.702	4.173.590	5.211.535	547.378	855.214	24.238.419	68.068.409
Outras Despesas Variáveis	422.231	98.939	54.392	196.532	113.427	3.882	467.171	889.402
Aposentadoria	24.234.206	10.760.736	3.422.149	0	0	927.349	15.110.234	39.344.440
Pensões	10.702.873	3.040.466	1.114.806	0	0	181.403	4.336.674	15.039.547
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	324.627	113.961	22.583	143.862	7.971	0	288.377	613.004
Obrigações Patronais	10.603.443	6.527.825	2.115.702	1.871.221	107.060	39.588	10.661.396	21.264.840
Outras Aplicações[1]	1.200.219	603.028	302.369	337.474	123.391	519.743	1.886.005	3.086.225
Pessoal Militar	37.505.547	145	2.120	29.777	0	320.355	352.396	37.857.944
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.939.692	26	3	0	0	320.355	320.384	7.260.076
Outras Despesas Variáveis	450.919	0	0	0	0	0	0	450.919
Reformas	6.459.290	1	0	0	0	0	1	6.459.291

Pensões	22.849.675	0	0	0	0	0	0	22.849.675
Obrigações Patronais	307.668	118	2.053	23.999	0	0	26.170	333.838
Outras Aplicações[1]	498.304	0	63	5.778	0	0	5.842	504.146
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (A)	152.046.295	45.632.215	12.541.225	8.365.130	1.738.333	13.788.946	82.065.849	234.112.144

EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	35.268.818	11.100.883	3.114.313	1.963.420	422.627	2.422.853	19.024.096	54.292.914
Pessoal Civil	22.473.399	11.100.852	3.113.964	1.951.389	422.627	2.102.714	18.691.546	41.164.945
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.260.024	3.425.034	899.347	1.127.455	261.985	569.658	6.283.479	13.543.502
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	3.485.533	2.379.375	651.898	137.736	19.797	15.821	3.204.627	6.690.161
Outras Despesas Variáveis	59.448	36.188	12.300	44.774	34.263	18	127.544	186.992
Aposentadoria	6.427.150	3.093.228	866.067	0	0	838.210	4.797.504	11.224.654
Pensões	2.850.469	738.682	242.158	0	0	126.258	1.107.098	3.957.568
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	73.104	32.521	6.505	46.970	5.896	0	91.892	164.997
Obrigações Patronais	1.930.273	1.231.906	339.725	494.820	56.880	36.758	2.160.089	4.090.362
Outras Aplicações[1]	387.398	163.917	95.964	99.633	43.805	515.991	919.311	1.306.709
Pessoal Militar	12.795.419	31	349	12.031	0	320.139	332.551	13.127.969
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.619.534	0	0	0	0	320.139	320.140	4.939.674
Outras Despesas Variáveis	186.574	0	0	0	0	0	0	186.574
Reformas	4.234.166	0	0	0	0	0	0	4.234.166
Pensões	3.590.024	0	0	0	0	0	0	3.590.024
Obrigações Patronais	46.042	31	336	8.408	0	0	8.775	54.817
Outras Aplicações[1]	119.078	0	13	3.623	0	0	3.636	122.714
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (B)	35.268.818	11.100.883	3.114.313	1.963.420	422.627	2.422.853	19.024.096	54.292.914
A EXECUTAR (% A/B)	76,8	75,7	75,2	76,5	75,7	82,4	76,8	76,8

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.

[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

R$ milhares

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais						
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados	Despesas Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos (Processados e Não-Processados)
Justiça do Distrito Federal e Territórios	0	0	0	0	0	0	3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	0	0	0	1.311
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	0	0	0	0	0	0	609
Ministério da Economia	0	0	0	0	0	0	449
Ministério da Educação	0	0	0	0	0	0	1.419
Ministério das Relações Exteriores	0	0	0	0	0	0	14
Ministério da Saúde	0	0	0	0	0	0	7.670
Ministério da Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	2
Ministério da Defesa	0	0	0	0	0	0	576
Ministério do Desenvolvimento Regional	0	0	0	0	0	0	1.473
Ministério do Turismo	0	0	0	0	0	0	968
Ministério da Cidadania	0	0	0	0	0	0	6.916
TOTAL	0	0	0	0	0	0	21.410
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2020)	651.943.266						
% em relação à RCL do ano anterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação preliminar da Saúde no total	-	-	-	-	-	-	35,83%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Tabela incluída no exercício de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, com a intenção de acompanhar o §9º do artigo 166 da Constituição Federal, que determina que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2020	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras[1]	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	118.723.500.387	86.936.966.542	32.897.973.349	744.719.097	172.017.774.483	10.509.571.480	48.264.714.862	8.463.422.460	104.780.065.680
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.427.626.772.420	616.405.276.930	524.597.954.497	-3.827.452.307	1.523.261.547.160	4.049.575.455	49.704.384.535	68.279.826.072	1.401.227.761.098
1. Recursos vinculados à Educação	15.460.465.326	1.855.551.148	1.526.826.274	-754.025	15.789.944.225	158.413.503	4.060.414.717	38.361.373	11.532.754.631
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	57.720.392.986	72.266.297.949	43.243.224.006	39.193.488	86.704.273.440	1.608.538.958	9.532.805.660	9.908.953.144	65.653.975.678
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-2.322.111.626	6.190.589.949	5.463.576.841	-17.098.593	-1.577.999.925	1.712.104	11.955.394	1.719.545.018	-3.311.212.441
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	11.682.470.786	69.788.636.861	65.340.940.486	5.407.704	16.124.759.458	244.898	962.639.525	41.244.591.824	-26.082.716.788
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.012.066.731	324.633.307	27.127.631	0	10.309.572.407	2.043.766	10.052.425	767.073	10.296.709.143
6. Recursos da Dívida Pública	915.217.077.242	360.974.475.336	315.730.256.496	-252.491.088	960.713.787.170	1.022.719.764	15.853.065.392	124.707.467	943.713.294.547
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	5.762.308.514	47.665.999	3.755.133	-5.024.064	5.811.243.445	811.359	34.883.642	2.063	5.775.546.382
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	21.847.082.108	64.504.703.913	63.381.830.777	0	22.969.955.245	0	2.265.200.365	0	20.704.754.880
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	356.924.212.247	40.373.912.613	29.828.357.088	-1.807.468.654	369.277.236.426	1.236.283.899	16.663.631.193	694.679.039	350.682.642.294
10. Outros Recursos Vinculados	35.234.718.849	78.809.855	52.059.765	-1.795.568.639	37.057.037.577	18.807.204	309.736.223	14.535.279.914	22.193.214.237
11. Recursos a Classificar	88.089.257	0	0	6.351.564	81.737.694	0	0	12.939.158	68.798.536
TOTAL (III) = (I + II)	1.546.350.272.808	703.342.243.472	557.495.927.846	-3.082.733.209	1.695.279.321.643	14.559.146.935	97.969.099.397	76.743.248.533	1.506.007.826.778

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (1/2)

Nota: A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2020" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, o detalhamento dos valores apresentados nessa coluna pode ser diferente daquele publicado no relatório de dezembro de 2020, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2020	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	118.723.627.056	86.936.966.542	24.055.435.504	9.587.294.301	172.017.863.793	10.415.849.309	46.759.362.219	14.889.420.985	99.953.231.280
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.426.467.865.979	616.254.891.783	520.147.489.384	486.547.860	1.522.088.720.518	3.974.104.125	49.431.563.888	71.807.921.844	1.396.875.130.661
1. Recursos vinculados à Educação	15.460.465.326	1.848.799.615	1.526.826.274	-7.505.557	15.789.944.225	158.413.503	4.060.414.717	38.361.373	11.532.754.631
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	57.720.392.986	72.266.280.715	41.645.514.072	1.636.886.189	86.704.273.440	1.607.937.031	9.475.246.460	10.610.149.623	65.010.940.327
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-2.322.111.626	6.190.589.949	3.260.018.114	2.186.460.134	-1.577.999.925	1.666.803	7.433.910	2.220.807.553	-3.807.908.192
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	11.682.470.786	69.788.636.861	65.340.940.486	5.407.704	16.124.759.458	244.898	962.639.525	41.244.591.824	-26.082.716.788
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.012.066.731	324.633.307	27.127.631	0	10.309.572.407	2.043.766	10.052.425	767.073	10.296.709.143
6. Recursos da Dívida Pública	915.217.077.242	360.974.475.336	315.157.533.911	320.231.497	960.713.787.170	950.774.926	15.702.992.122	313.326.961	943.746.693.161
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	5.760.923.133	47.103.712	3.755.133	-5.586.351	5.809.858.063	811.359	34.883.642	6.980.996	5.767.182.067
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	21.847.082.108	64.504.703.913	63.381.830.777	0	22.969.955.245	0	2.265.200.365	0	20.704.754.880
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	355.773.391.269	40.230.858.519	29.751.883.221	-1.860.037.283	368.112.403.850	1.233.404.635	16.602.964.500	2.831.326.055	347.444.708.660
10. Outros Recursos Vinculados	35.228.018.767	78.809.855	52.059.765	-1.795.660.036	37.050.428.893	18.807.204	309.736.223	14.528.671.229	22.193.214.237
11. Recursos a Classificar	88.089.257	0	0	6.351.564	81.737.694	0	0	12.939.158	68.798.536
TOTAL (III) = (I + II)	1.545.191.493.035	703.191.858.325	544.202.924.888	10.073.842.161	1.694.106.584.311	14.389.953.434	96.190.926.106	86.697.342.829	1.496.828.361.941

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

Nota: A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2020" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, o detalhamento dos valores apresentados nessa coluna pode ser diferente daquele publicado no relatório de dezembro de 2020, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL DECORRENTE DE PANDEMIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS REABERTOS DE COMBATE À COVID-19
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020 R$ milhares

Órgão	Superior da Unidade Orçamentária*	Grupo da Despesa		Ação		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
25000	Ministério da Economia	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	5.590	3		
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	73.300	2.623	42	
36000	Ministério da Saúde	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	21.593.899	8.275.280	633.599	633.449
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	35.056			
Total						21.707.845	8.277.905	633.641	633.449

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
* Inclui as entidades da administração vinculadas aos Órgãos.

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL DECORRENTE DE PANDEMIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM COMBATE À COVID-19
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020 R$ milhares

Órgão Superior da Unidade Orçamentária*		Grupo da Despesa		Ação de Governo		Valores Inscritos em Restos a Pagar Processados	Valores Pagos
24000	Minist.Da Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	424	424
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	112	112
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	4815	Funcionamento Das Unidades Descentralizadas	5	5
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	20U4	Governanca do Patrimonio Imobiliario da União	2	2
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educacao Basica	240	
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educacao Basica	383	383
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	4002	Assistencia ao Estudante de Ensino Superior	13	13
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	2994	Assistencia aos Estudantes Das Instituicoes Federais de Educ	868	856
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr	50	50
26000	Ministério da Educação	1	Pessoal e Encargos Sociais	20TP	Ativos Civis da União	35.796	35.753
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Mi	159	159
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	2.041	488
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	3.466	3.045
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	21B3	Fomento As Acoes de Pesquisa, Extensao e Inovacao Nas Instit	2	2
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	20RL	Funcionamento Das Instituicoes da Rede Federal de Educacao P	8	8
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	20RL	Funcionamento Das Instituicoes da Rede Federal de Educacao P	58	50
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	20RK	Funcionamento de Instituicoes Federais de Ensino Superior	0	0
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	101	
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	21BO	Proteção e Promoção Dos Direitos Dos Povos Indigenas	201	201
36000	Ministério da Saúde	1	Pessoal e Encargos Sociais	20TP	Ativos Civis da União	96	96
36000	Ministério da Saúde	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	49.033	31.757
36000	Ministério da Saúde	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	873.972	828.802
41000	Ministério das Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	35	35
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	219C	Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Sit	4.868	4.868
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr	177	177
52000	Ministério da Defesa	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	98	89
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	3.058	2.596
54000	Ministério do Turismo	5	Inversões Financeiras	0454	Financiamento da Infraestrutura Turistica Nacional	1.922.683	125.000
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	00S4	Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação	80	
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	00SF	Auxílio Emergencial Residual para Enfrentamento da Emergenci	29	

55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	215I	Consolidacao da Implantacao do Sistema Nacional de Seguranca	220	220
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	2792	Distribuicao de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionai	21	21
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	63.718	19.913
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	74	60
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	318	242
Total						2.962.409	1.055.427

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Inclui as entidades da administração vinculadas aos Órgãos.

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL DECORRENTE DE PANDEMIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM COMBATE À COVID-19
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020

R$ milhares

Órgão Superior da Unidade Orçamentária*		Grupo da Despesa		Ação de Governo		Valores Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	Valores Liquidados	Valores Pagos
20000	Presidência da República	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	5	5	5
20000	Presidência da República	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	2.168	350	347
24000	Minist.Da Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	263	176	176
24000	Minist.Da Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	24.218	3.851	3.284
24000	Minist.Da Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	20V6	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados a Inovacao, A	38		
25000	Ministério da Economia	4	Investimentos	2000	Administração da Unidade	68	68	68
25000	Ministério da Economia	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	78	45	45
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	479	394	394
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	21C2	Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	8.049.068	394.364	393.792
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	8.158	260	255
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	20YU	Fiscalização de Obrigacoes Trabalhistas e Inspecao em Segura	2		
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	4815	Funcionamento Das Unidades Descentralizadas	347	238	238
25000	Ministério da Economia	3	Outras Despesas Correntes	20U4	Governanca do Patrimonio Imobiliario da União	8	8	8
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	0515	Dinheiro Direto Na Escola para a Educacao Basica	68.915		
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	30.132	8.902	6.593
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	20RL	Funcionamento Das Instituicoes da Rede Federal de Educacao P	169	58	47
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	20RK	Funcionamento de Instituicoes Federais de Ensino Superior	1.304	329	297
26000	Ministério da Educação	4	Investimentos	20RG	Reestruturacao e Modernizacao Das Instituicoes da Rede Feder	80	53	52
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	18	5	5
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educacao Basica	1.500	900	
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	4002	Assistencia ao Estudante de Ensino Superior	2.177	1.170	1.168
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	2994	Assistencia aos Estudantes Das Instituicoes Federais de Educ	5.578	1.821	1.487
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Mi	545	296	296
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	0515	Dinheiro Direto Na Escola para a Educacao Basica	159.269		
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	206.571	80.156	73.478
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	20GK	Fomento As Acoes de Graduacao, Pos-Graduacao, Ensino, Pesqui	115	86	42
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	20RL	Funcionamento Das Instituicoes da Rede Federal de Educacao P	1.894	500	195
26000	Ministério da Educação	3	Outras Despesas Correntes	20RK	Funcionamento de Instituicoes Federais de Ensino Superior	7.199	1.438	1.097
26000	Ministério da Educação	1	Pessoal e Encargos Sociais	20TP	Ativos Civis da União	2.727	76	76
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	319	11	11
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	4	Investimentos	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e ao Crime	12	12	
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	4	Investimentos	21BO	Proteção e Promoção Dos Direitos Dos Povos Indigenas	236		
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	4	Investimentos	20UF	Regularizacao, Demarcacao e Fiscalização de Terras Indigenas	2		
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	19	8	8
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	27.326	7.682	7.676
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e ao Crime	74	31	31
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	2810	Promoção do Acesso ao Patrimonio Documental Nacional	46		
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	21BO	Proteção e Promoção Dos Direitos Dos Povos Indigenas	8.097	2.267	1.933
30000	Ministério da Justiça e Segurança Publica	3	Outras Despesas Correntes	20UF	Regularizacao, Demarcacao e Fiscalização de Terras Indigenas	415	205	75
35000	Ministério das Relações Exteriores	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	92	6	6
36000	Ministério da Saúde	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	131.603	25.121	13.244
36000	Ministério da Saúde	3	Outras Despesas Correntes	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Mi	17.141	14	14
36000	Ministério da Saúde	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	1.299.004	465.028	408.300
36000	Ministério da Saúde	3	Outras Despesas Correntes	212H	Manutenção de Contrato de Gestao Com Organizacoes Sociais (L	10.924		

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (1/2)

* Inclui as entidades da administração vinculadas aos Órgãos.

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL DECORRENTE DE PANDEMIA Continuação
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM COMBATE À COVID-19
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020

R$ milhares

Órgão Superior da Unidade Orçamentária*		Grupo da Despesa		Ação de Governo		Valores Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	Valores Liquidados	Valores Pagos
36000	Ministério da Saúde	1	Pessoal e Encargos Sociais	20TP	Ativos Civis da União	302.221	214	214
37000	Controladoria-Geral da União	3	Outras Despesas Correntes	2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate a Corrupcao, Ouvidori	9	7	7
39000	Ministério da Infraestrutura	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	34	2	2
39000	Ministério da Infraestrutura	3	Outras Despesas Correntes	00SH	Estacionamento e Permanencia de Aeronaves de Empresas Nacion	279		
41000	Ministério das Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	380	10	
52000	Ministério da Defesa	4	Investimentos	219C	Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Sit	27	1	1
52000	Ministério da Defesa	4	Investimentos	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr	1		
52000	Ministério da Defesa	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	31.696	8.465	5.178
52000	Ministério da Defesa	4	Investimentos	20XT	Prestacao de Servicos Medico-Hospitalares e de Ensino e Pesq	24	24	24
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	219C	Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Sit	1.256	461	259
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	12	11	9
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr	7.713	3.294	3.034
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	41.652	12.788	10.074
52000	Ministério da Defesa	3	Outras Despesas Correntes	20XT	Prestacao de Servicos Medico-Hospitalares e de Ensino e Pesq	276	276	276
54000	Ministério do Turismo	3	Outras Despesas Correntes	00S8	Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	164		
55000	Ministério da Cidadania	4	Investimentos	215I	Consolidacao da Implantacao do Sistema Nacional de Seguranca	2.660		
55000	Ministério da Cidadania	4	Investimentos	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	69.203		

55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	00S4	Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação	1.275.278	308.822	307.124
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	00SF	Auxílio Emergencial Residual para Enfrentamento da Emergenci	1.012.038	51.827	49.621
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	215I	Consolidacao da Implantacao do Sistema Nacional de Seguranca	12.073	3.511	2.343
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	2792	Distribuicao de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionai	426	350	338
55000	Ministério da Cidadania	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	341.946	134.546	95.296
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	2000	Administração da Unidade	17	4	4
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	1.348	901	884
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	21AS	Fortalecimento da Familia	482		
81000	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	3	Outras Despesas Correntes	21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	223	193	192
Total						13.169.841	1.521.642	1.389.623

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

* Inclui as entidades da administração vinculadas aos Órgãos.

TABELA 6 - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. R$ 1,00

	FONTE DE RECURSOS	SUPERAVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO *	10.151.038.916,70
01	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	(7.774.465.277,13)
02	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	(23.023.057,43)
06	CONTRIB.PARA O FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	(1.544.785,37)
07	OUTRAS COMPENSACOES FINANCEIRAS	246.509.012,94
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	3.267.075.209,49
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	4.385.216.531,75
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	159.941.362,09
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	6.395.272.772,91
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS	18.791.803,91
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL	7.202.390,25
18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.999.355.646,23
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	(6.939.547,75)
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	88.177.630,26
21	APLICACOES DEFINIDAS NA ADPF Nº 568	10.626.898,60
22	REC. DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	5.509.284,50
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	2.468.990.814,95
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	305.195.814,49
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	49.088.516.835,49
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	2.307.282.171,87
32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	8.491.266.069,89
33	RECURSOS PROG.ADM.PATRIM.IMOBIL.-MIN.ECONOMIA	201.697.860,42
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.772.301.459,91
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	8.191.050.778,03
36	REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	1.897.955.684,15
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	1.186.248.224,83
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	6.812.204.841,93
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	3.454.126.653,35
42	COMPENS.FINANC.P/PRODUCAO DE PETR.OU GAS.NATURAL	34.800.783.849,90
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	288.073.510.401,25
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	328.524.532.409,45
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	314.168.590,77
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	350.048.366,03
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	32.166.602.177,18
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	18.873.493.655,55
52	RESULTADO DO BACEN	197.742.615.120,61
53	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	18.550.856.302,25
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	6.371.550.114,99
55	CONTRIBUICAO S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	13.065.870,16
56	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR P/PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR PUBLICO	(176.299.342,60)
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	806.941.772,44

(1/2)

TABELA 6 - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. R$ 1,00

	FONTE DE RECURSOS	SUPERAVIT FINANCEIRO
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	695.096.818,66
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	27.286.743.437,49
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	9.742.041.273,92
62	REC.UNIAO DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	29.861.203,68
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	744.278.056,19
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA **	2.584.232.785,92
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	444.453.181,53
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	172,45
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.PUBLICO	(2.987.772.420,57)
70	REC.PROPRIOS PRIMARIOS APLICACAO ESPECIFICA *	122.377.914,48
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	1.341.337.477,62
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	25.098.156.323,82
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	(11.595.657.330,29)
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	17.389.659.061,20
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	212.773.190,89
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.041.203.309,00
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	4.995.122.348,26
79	FUNDO DE COMBATE E ERRADICACAO DA POBREZA	1.144.707,00
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	134.866.954.088,32
81	RECURSOS DE CONVENIOS	1.718.926.129,41
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	208.273.955,71
86	REC.VINC.APLIC.POLITICAS PUBLICAS ESPECIFICAS	14.903.779.707,42
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	4.992.593.147,26
88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	17.812.943.835,11

93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUCACAO	2.205.239.248,34
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	175.140,37
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	194.517.025,83
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	64.375.680,19
97	DIVIDENDOS - UNIAO	3.624.275.389,78
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.879.750,67
	Superávit Financeiro para fins de que trata o art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64	1.294.347.435.898,90
77	FONTE A CLASSIFICAR	70.071.729,21
90	RECURSOS DIVERSOS	18.967.693.116,63
	Superávit Financeiro para efeito de comparação com o Balanço Patrimonial	1.313.385.200.744,74

Observações: (2/2)

As fontes 77 e 90 não são fontes para alocação orçamentária.

* Valores não incluem o ajuste negativo na fonte 00, nem o correspondente incremento em favor da Telebrás na fonte 70, de R$ 829.755.962,57 , tendo em vista ter sido realizado em 2021, conforme documentos emitidos no SIAFI pela UG 242160 (2021NL000015 e 2021NL000016).

** O superávit apurado na fonte 64 somente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, nos termos do §6º, do art. 46 da LDO 2021, após certificação da existência dos correspondentes ativos financeiros pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
01 TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	-7.774.465.277,13
Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	-6.914.730.705,83
Recursos sob Supervisão do FCO/BB	-171.946.913,74
Recursos sob Supervisão do FNE/BNB	-515.840.743,82
Recursos sob Supervisão do FNO/BASA	-171.946.913,74
07 OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	246.509.012,94
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	246.509.012,94
08 FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	3.267.075.209,49
Fundo Social - FS	3.267.075.209,49
11 CONTRIBUIÇÃO DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	4.385.216.531,75
Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	-253.838.015,57
Receita do Tesouro da União	4.639.054.547,32
13 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.395.272.772,91
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	6.687.929.963,10
Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	-292.657.190,19
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS	18.791.803,91
Agência Nacional de Águas - Ana	18.791.803,91
18 RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS *	3.999.355.646,23
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia - Dívida Pública Federal	4.307.528.381,73
Receita do Tesouro da União	-286.005.605,91
Recursos sob Supervisão do Fies	-38.918.595,57
Recursos sob Supervisão do Ministério da Cidadania (Sec. Estaduais Esportes e Clubes Sociais)	16.751.465,98
20 CONTR.S/ARREC.FUN.INV.REG.E S/PREM.CONC.PROG.	88.177.630,26
Fundo Nacional de Cultura - FNC	88.177.630,26
23 CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES **	2.468.990.814,95
Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	1.824,88
Ministério da Defesa	2.518.464.615,70
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	-49.475.625,63
29 RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	49.088.516.835,49
Agência Nacional de Mineração - ANM	149.967.652,05
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	606.996.612,86
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	5.627.544.958,69
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	1.288.380.916,95
Fundo Aeronáutico	23.105,77
Fundo Nacional de Cultura - FNC	58.004.399,57
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	16.525.448.212,90
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.435.663,32
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	7.013.820,98
Ministério da Infraestrutura	4.117.793,74
Receita do Tesouro da União	24.714.747.761,23
Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente	18.627.370,00
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	35.750.655,51
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	47.457.911,92
30 CONTRIBUIÇÃO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	2.307.282.171,87
Fundo Nacional de Cultura - FNC	2.307.282.171,87
32 RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	8.491.266.069,89
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	5.422.895.986,91
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	3.068.370.082,98

* Inclui parcela referente ao art. 7º, I, da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. (1/19)

** Para efeito de concessão de créditos adicionais deverão ser considerados os valores de R$ -27.492.349,05 para o FCDF, R$ 2.451.986.192,63 para o Ministério da Defesa e R$ 44.496.971,37 para o Ministério da Economia, tendo em vista o ajuste realizado por meio dos documentos 2021NL000154, 2021NL000224, 2021NL000225 e 2021NL000226 da UG 170500, conforme a Nota Técnica SEI nº 3216/2021/ME - Processo 17944.100252/2021-13.

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
34 COMPENSAÇÕES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.772.301.459,91
Agência Nacional de Águas - Ana	203.988.669,84
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	549.484.577,18
Ministério de Minas e Energia	274.574.266,40
Ministério do Desenvolvimento Regional	838.035.113,99
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	-93.781.167,50
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	8.191.050.778,03
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	442.269.695,04
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	577.014.869,39
Fundo Naval	127.808.842,15
Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante - FMM	7.043.957.371,45

36 REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	1.897.955.684,15
Fundo Nacional de Saúde - FNS	137.738.475,65
Ministério da Economia	424.590.432,00
Ministério da Educação	1.013.701.084,76
Ministério da Infraestrutura	321.925.691,74
39 ALIENAÇÃO BENS APREENDIDOS	1.186.248.224,83
Fundo Nacional Antidrogas - Funad	176.612.097,33
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	191.960.812,80
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	817.675.314,70
40 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	6.812.204.841,93
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela Abono Salarial/Seguro Desemprego)	6.812.204.841,93
41 COMPENSAÇÕES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	3.454.126.653,35
Agência Nacional de Mineração - ANM	2.229.884.796,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	197.769.068,01
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	57.757.653,77
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	245.610.739,97
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	723.104.395,38
42 COMPENS.FINANC.P/PRODUÇÃO.DE PETR.OU GAS.NATURAL	34.800.783.849,90
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	263.747.506,52
Comando da Marinha	-44.370.166,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6.367.722.894,16
Fundo Nacional de Saúde - FNS	19.659.352,05
Fundo Social - FS	35.043.021.742,31
Ministério da Educação	221.602.990,09
Ministério de Minas e Energia	56.937.406,31
Ministério do Meio Ambiente	117.895.210,34
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	-7.351.997.219,15
Receita do Tesouro da União*	106.564.134,01
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	806.941.772,44
Defensoria Pública da União - DPU	32.442.770,40
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	774.499.002,04

* Recursos provenientes de crédito orçamentário destinados com base na Lei 12.306/2010 e não utilizados. (2/19)

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS Continuação

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	695.096.818,66
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	695.096.818,66
63 REC.PROP.DECOR.ALIENAÇÃO BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	744.278.056,19
Advocacia-Geral da União - AGU	242.400,00
Agência Brasileira de Inteligência - Abin	-2.377,77
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica - CFIAe	177.432,37
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4.168,99
Colégio Pedro II	281.620,09
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	16.923.409,14
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	14,50
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	28.205.169,31
Departamento de Polícia Federal - DPF	20.145.109,00
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	10.874.794,50
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	584.019,74
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs	4.363.308,32
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	3.285.417,29
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	4.836.032,14
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	2.708.441,81
Fundação Joaquim Nabuco	213.296,63
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	262.626,96
Fundação Nacional do Índio - Funai	13.700,00
Fundação Oswaldo Cruz	749.122,56
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	90.106,40
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	427.607,52
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	188.900,00
Fundação Universidade Federal de Pelotas	25.170,00
Fundação Universidade Federal de Rondônia	48.451,00
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	85.962,34
Fundação Universidade Federal do Amapá	52.100,00
Fundação Universidade Federal do Tocantins	210.963,14
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	123.801,90
Fundo Aeronáutico	24.887.098,61
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	67.065,80
Fundo do Exército	47.796.242,06
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	43.743.446,02
Fundo Nacional de Saúde - FNS	885.296,00
Fundo Naval	4.375.475,45
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados - FRCD	1.385.381,50
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	34.190,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	101.338,62
Hospital Universitário Walter Cantídio	26.367,59
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	3.339.621,70
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	29.500,00
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	28.475,96
Instituto Federal Baiano	3.592,43
Instituto Federal Catarinense	19.450,00
Instituto Federal da Paraíba	90.000,00
Instituto Federal de Rondônia	0,72

Instituto Federal de Sergipe	90.450,00
Instituto Federal do Maranhão	2.118,18
Instituto Federal do Mato Grosso	7.100,82
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	478,00

FONTE: STN/COFIN (3/19)

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Instituto Federal do Piauí	-6.678,74
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	36,12
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	7.350,00
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	7.129,58
Instituto Federal do Tocantins	85.668,26
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	67.655,60
Instituto Federal Goaino	3.875,80
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Inpi	20.750,00
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	66.238.569,28
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	667.690,00
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	192.654,00
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	39.430,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.765.368,77
Ministério da Economia	438.787.391,95
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	221.729,00
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha	15.611,96
Senado Federal	1.811.270,00
Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa	718.451,26
Supremo Tribunal Federal - STF	34.169,00
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	2.897.030,00
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	336.508,84
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	51.300,00
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	331.881,00
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	132.912,34
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	395.123,39
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	204.722,82
Universidade Federal da Bahia	7.054,24
Universidade Federal da Paraíba	206.650,00
Universidade Federal de Itajubá	32.794,44
Universidade Federal de Minas Gerais	0,57
Universidade Federal de Santa Catarina	15.010,48
Universidade Federal de São Paulo	408.689,43
Universidade Federal do Ceará	804.748,80
Universidade Federal do Espírito Santo	24.967,01
Universidade Federal do Pará	34.778,00
Universidade Federal do Paraná	327.778,44
Universidade Federal do Rio de Janeiro	57.600,00
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	68.800,00
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	101.555,02
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	39.774,00
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	86.798,19
66 RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	444.453.181,53
Fundo Nacional de Cultura - FNC	173.870.943,76
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel	253.158.470,98
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazonia - FDA - Min.Desenvolvimento Regional	-8.536.118,00
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO - Min.Desenvolvimento Regional	10.880.788,17
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE - Min.Desenvolvimento Regional	5.016.628,97
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	8.010,26
Superintendencia de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	10.054.457,39
70 RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS COM APLICAÇÃO ESPECÍFICA *	122.377.914,48
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1.535.960,29
Fundo Aeronáutico	9.095.245,52
Fundo do Exército	-56.028.705,15
Fundo Especial do Senado Federal	193.204,21
Fundo Naval	151.731.324,72
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	-5.098.663,67
Ministério da Economia	18.369.264,94
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	443.896,03
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco	718.592,00
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	1.417.795,59
72 OUTRAS CONTRIBUIÇOES ECONOMICAS	25.098.156.323,82
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	28,23
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	69.048.097,37
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	2.178.759.527,98
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	5.085.328.292,54
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	17.349.339.464,77
Fundo Naval	116.057,23
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel	147.495.972,41
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	6.060.209,62
Ministério da Economia - Administração Direta	50.280,61
Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	261.958.393,06

* Valor não inclui o superávit financeiro positivo em favor da Telebrás no valor de R$ 829.755.962,57, tendo em vista o ajuste realizado por meio dos documentos 2021NL000015 e 2021NL000016 da UG 242160.

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º.	1,00
74 TAXAS E MULTAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA E MULTAS PROV.DE PROCESSOS JUDICIAIS	17.389.659.061,20
Agência Nacional de Águas - ANA	2.054.640,90
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	116.058.986,85
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.634.993.043,94
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Conta de Desenvolvimento Energético	-4.833.824,64
Agência Nacional de Mineração - ANM	147.191.166,45
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	154.592.940,47
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	67.713.547,02
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	20.133.286,17
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	382.793.251,55
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	292.472.353,36
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	9.533.078,87
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	1.040.636.910,11
Comando da Aeronáutica	20.155.297,96
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	1.339.857.587,55
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	2.798.112,95
Departamento de Polícia Federal - DPF	724.566.909,48
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	496.129.132,35
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	920.275.521,50
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	3.878,45
Fundo da Marinha Mercante - FMM	18.020.744,47
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	40.587.064,95
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD	3.091.093.810,37
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	76.509.157,20
Fundo do Exército	106.316.800,77
Fundo do Serviço Militar	12.748.827,76
Fundo Nacional Antidrogas - Funad	10.410.957,13
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	3.721.877.259,94
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.816.440,02
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	233.322.981,19
Fundo Naval	35.165.826,47
Fundo Partidário	86.238.419,14
Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	4.354.629,23
Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	121.102,14
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	621.649.043,22
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	6.047.309,37
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	668.726,40
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	251.003.958,52
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	82.880.212,21
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	177.742.990,67
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	64.642.348,96
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	257.920,91
Ministério da Economia	330.673.665,75
Ministério da Justiça e Segurança Pública	10.141.758,37
Ministério das Relações Exteriores	11.018.714,60
Ministério do Turismo	9.488,00
Receita do Tesouro da União	8.630.867,04
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	148.212.216,81
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	673.976.135,69
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	77.156.624,59
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	119.237.238,02

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º.	1,00
FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
75 TAXAS POR SERVIÇOS PUBLICOS	212.773.190,89
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	372.279,27
Fundo do Serviço Militar	23.135.812,41
Fundo Naval	126.048,12
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	2.713.243,41
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	1.676,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.466.942,08
Receita do Tesouro da União - CBEE	112.334.404,52
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	272.613,13
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - parcela da Casa da Moeda do Brasil - CMB	26.056.703,56
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	3.281.527,30
Superior Tribunal de Justiça - STJ	27.790.788,22
Supremo Tribunal Federal - STF	13.221.152,07
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.041.203.309,00
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	1.295.897.661,47
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	44.769.055,01
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	400.989.809,97
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-10.681.857,71
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	22.800,00
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.323.929.207,50
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	985.062.578,19
Ministério da Cidadania	1.214.054,57
78 FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	4.995.122.348,26
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	3.358.792.038,27
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	1.336.874.605,23
Fundo Nacional de Cultura - FNC	202.925.015,83
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	81.005.634,20
Receita do Tesouro da União	15.525.054,73
86 REC.VINC.APLIC.POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	14.903.779.707,42
Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel	-1.354.621,39
Banco Central do Brasil	1.035.572.418,26
Departamento de Polícia Federal - DPF	21.280.147,04
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD	1.781.488,30
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	2.585.775.929,05
Fundo Nacional Antidrogas - Funad	2.063.072,71

Fundo Nacional de Cultura - FNC	55.753.182,44
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.847.966.185,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	56.123.921,09
Fundo Nacional de Saúde - FNS	92.760.130,54

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º.	1,00
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - Funset	2.328.529.945,05
Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	55.348,38
Fundo Social - FS	1.311.887.034,38
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	71.858.418,17
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	-192.772,68
Ministério da Economia	1.483.288.302,55
Ministério da Educação	239.910.715,93
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	141.245.669,67
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	929.494.674,42
Receita do Tesouro da União	229,90
Recursos sob Supervisão do Fies	248.023.949,37
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	1.834.397,58
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia - EFU	430.409.360,84
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco	401.288,17
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	19.451.391,78
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	-140.099,33
96 DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	64.375.680,19
Arquivo Nacional	30.021,00
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	233.672,35
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologico - CNPQ	1.134.417,14
Empresa Brasil de Serviços Hospitalares - EBSERH	138.136,12
Fundação Coord, de Aperf. de Pessoal Nivel Superior - CAPES	2.369,08
Fundação Osório	1.279.892,26
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	-19.855,50
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	6.380,07
Fundação Universidade Federal de Rondônia	263,33
Fundação Universidade Federal do Acre	90.221,21
Fundo do Exército	8.775,49
Fundo Nacional de Saúde - FNS	-11.630,20
Fundo Nacional do Idoso - FNI	1.343.312,90
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	61.793.299,40
Fundo Naval	124.780,05
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	237.270,72
Hospital Universitário João de Barros Barreto	796,77
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	118.357,84
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	10.000,00
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	-2.173.579,22
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	4.133,11
Universidade Federal da Bahia	2.176,18
Universidade Federal da Paraíba	7.367,28
Universidade Federal de Itajubá - MG	571,12
Universidade Federal do Oeste do Pará	6,23
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	14.525,46

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º.	1,00
FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
50 RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	32.166.602.177,18
Advocacia-Geral da União - AGU	2.864.150,20
Agência Brasileira de Inteligência - Abin	687.854,00
Agência Espacial Brasileira - AEB	21.575,57
Agência Nacional de Aviação Civil - Anac	2.604.766,66
Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel	132.352.717,04
Agência Nacional de Mineração - ANM	15.945.876,16
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	2.530.362,64
Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel	10.786.675,90
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq	285.027,99
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	360.034.420,01
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	2.512.657,32
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	789.382.930,19
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul	162.738,89
Arquivo Nacional	27.277,74
Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO	1.720,62
Banco Central do Brasil	6,01
Biblioteca Nacional	-700.814,87
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	2.265.226,84
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica - CFIAe	6.542.333,25
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.430.457,25
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	377,97
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	6.891.357,72
Colégio Pedro II	397.407,90
Comando da Marinha	-163,95
Comando do Exército	80.716,12
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.493.496,13
Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen	47.205.708,13
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	214.712.835,84
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	9.462.185,10
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	7.131.883,44
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	127.292.291,47
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	1.562.899,82
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRJ	32.657,96
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN	281.677,24

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	108.255.591,99
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	7.414.287,55
Conselho Nacional de Justiça	958.786,58
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	3.144.120,24
Defensoria Pública da União - DPU	13.363.306,11
Departamento de Polícia Federal - DPF	28.439.191,58
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	31.634.793,22
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	86.073.649,78
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs	521.866,85
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	97.914.339,46
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	62.538.728,71
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	18.725.737,07
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	26.605.430,75
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	7.956.973,14
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	126.037.296,73
Escola Superior do Ministério Público da União	19.174,13
Fundação Alexandre de Gusmão	1.927,45
Fundação Biblioteca Nacional	590.902,27
Fundação Casa de Rui Barbosa	3.943,89

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	115.327.536,57
Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap	20.982.929,30
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	1.815.946,50
Fundação Joaquim Nabuco	225.000,72
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro	4.171.739,71
Fundação Nacional de Artes - Funarte	56.475,43
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	51.249,99
Fundação Nacional do Índio - Funai	2.451.378,84
Fundação Osório	228.118,52
Fundação Oswaldo Cruz	8.612.276,28
Fundação Universidade de Brasília	1.817.183,79
Fundação Universidade do Amazonas	1.214.232,32
Fundação Universidade do Maranhão	4.336.201,64
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	541.422,98
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	994.729,77
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	581.895,85
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	5.265.618,34
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	4.803.282,80
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23.659,66
Fundação Universidade Federal de Pelotas	512.271,61
Fundação Universidade Federal de Rondônia	1.827.110,26
Fundação Universidade Federal de São Carlos	-11.993,65
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	128.002,84
Fundação Universidade Federal de Sergipe	6.245.065,88
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	34.799,36
Fundação Universidade Federal de Viçosa	65.277,61
Fundação Universidade Federal do ABC	95.548,02
Fundação Universidade Federal do Acre	1.787.739,89
Fundação Universidade Federal do Amapá	390.160,26
Fundação Universidade Federal do Pampa	12.711,17
Fundação Universidade Federal do Piauí	75.444,78
Fundação Universidade Federal do Tocantins	5.393.618,67
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	142.573,74
Fundo Aeronáutico	7.033.680.524,08
Fundo da Marinha Mercante - FMM	444,66
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	3.637.386,86
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.358.619.276,15
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	69.331.434,21
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé	17.486.466,98
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD	8.569.883,54
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	8.638.124,94
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Rec.sob Supervisão do Ministério da Economia	1.569.669.050,54
Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	3.558.279.404,10
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	57.431.458,47
Fundo de Imprensa Nacional - Funin	1.882.163.510,74
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust	4.747.196,77
Fundo do Exército	1.184.197.358,88
Fundo do Ministério da Defesa	12.619.781,31
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	121.982.437,66
Fundo Especial do Senado Federal	3.100.707,22
Fundo Nacional Antidrogas - Funad	103.509.615,26
Fundo Nacional de Cultura - FNC	303.157.054,84
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-0,60
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	118.974.810,34

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	125.329.413,12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	27.946.388,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	21.610.362,30
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	-302.260,90
Fundo Nacional de Saúde - FNS	23.472.923,48
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - Funset	2.723.117.541,97
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	4.728,55
Fundo Naval	1.919.767.356,75

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel	4.955.766,45
Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	52.887.677,86
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados - FRCD	452.672.505,73
Hospital das Clínicas da UFG	217.935,22
Hospital das Clínicas da UFPE	2.873.236,56
Hospital de Clínicas da UFPR	260.528,68
Hospital de Clínicas da UFTM	348.552,19
Hospital de Clínicas da UFU	1.834,74
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	662.996,72
Hospital Júlio Muller	761.560,33
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	9.069.671,37
Hospital Universitário Alcides Carneiro	5.470,00
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	889,68
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	4.493,32
Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe	790.179,77
Hospital Universitário da UFGD	164.108,31
Hospital Universitário da UFJF	2.852,00
Hospital Universitário da UNIFESP	12.191,53
Hospital Universitário de Santa Maria	167.635,28
Hospital Universitário Getúlio Vargas	257.434,68
Hospital Universitário João de Barros Barreto	12.503,87
Hospital Universitário Lauro Wanderley	3.901,21
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	41.590,82
Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago	57.375,76
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	93.336,27
Hospital Universitário Walter Cantídio	35.529,47
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	220.243.157,53
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	697.967.894,56
Instituto Benjamin Constant	158.728,20
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram	44.071,58
Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur	984.052,84
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	52.243.699,26
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	43.782.640,67
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea	3.413,12
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	366.454,12
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	490,44
Instituto Federal Baiano	1.568.458,47
Instituto Federal Catarinense	207.242,55
Instituto Federal da Bahia	596.751,79
Instituto Federal da Paraíba	626.354,71
Instituto Federal de Alagoas	642.233,68
Instituto Federal de Brasília	563.065,08
Instituto Federal de Goiás	11.217,27
Instituto Federal de Minas Gerais	2.055.458,40
Instituto Federal de Pernambuco	3.093.675,36
Instituto Federal de Rondônia	-20.020,04

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Instituto Federal de Roraima	1.669.835,93
Instituto Federal de Santa Catarina	1.228.421,21
Instituto Federal de São Paulo	9.035,96
Instituto Federal de Sergipe	759.405,36
Instituto Federal do Acre	1.272.539,01
Instituto Federal do Amapá	1.975.824,26
Instituto Federal do Amazonas	169.648,26
Instituto Federal do Ceará	169.127,85
Instituto Federal do Espírito Santo	2.079.634,39
Instituto Federal do Maranhão	222.981,07
Instituto Federal do Mato Grosso	38.834,27
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	1.274.110,44
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	163.671,99
Instituto Federal do Pará	-84.200,75
Instituto Federal do Paraná	3.057.238,76
Instituto Federal do Piauí	2.533.873,47
Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.744.575,45
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1.283.905,78
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	363.196,44
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	674.883,42
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	82.446,72
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	608.667,08
Instituto Federal do Tocantins	1.968.022,66
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	487.519,34
Instituto Federal Farroupilha	21.022,56
Instituto Federal Fluminense	35.852,65
Instituto Federal Goaino	2.138.880,37
Instituto Federal Sul-rio-grandense	630.585,16
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Inpi	773.989.816,44
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	28.456.748,32
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep	10.963.836,35
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	597.814.534,63
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	2.248.553,05
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	380.365.512,78
Justiça da Infância e da Juventude	51.327,12
Justiça Federal de Primeiro Grau	2.273.759,56
Justiça Militar da União	4.735.293,58
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	136.010.687,17
Ministério da Cidadania	15.232.243,56
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	6.447.812,05
Ministério da Defesa	25.117,72
Ministério da Economia	131.335.686,94
Ministério da Educação	723.800,81
Ministério da Infraestrutura	2.143.807,21
Ministério da Justiça e Segurança Pública	13.088.665,77
Ministério das Relações Exteriores	3.412.753,51
Ministério de Minas e Energia	574.106.713,26
Ministério do Desenvolvimento Regional	-173.707,08
Ministério do Turismo	-153.383,46

Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	422.482,48
Ministério Público do Trabalho	1.714.393,10
Ministério Público Federal	1.719.752,10
Ministério Público Militar	543.672,16
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep	-7.028.003,09

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Presidência da República	99.509,05
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	2.191.194,45
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha	12.075.829,04
Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	719.202,69
Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	1.228.395.211,48
Recursos sob Supervisão do FDA - MDR	2.302.208,97
Recursos sob Supervisão do FDCO - MDR	0,94
Recursos sob Supervisão do FDNE - MDR	46.310.063,11
Recursos sob Supervisão do Fundo Geral do Turismo - Fungetur	50.669,83
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	908.294.768,00
Senado Federal	138.471.710,13
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	30.054,11
Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa	9.322.757,24
Superintendência de Seguros Privados - Susep	91.568.601,00
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	43.252.683,13
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco	3.671.405,50
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	89.051.592,71
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc	12.515,71
Superior Tribunal de Justiça - STJ	6.095.779,93
Supremo Tribunal Federal - STF	2.406.241,16
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	226.623.303,59
Tribunal de Contas da União - TCU	33.106.712,35
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	8.419.495,67
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	7.410.565,52
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	20.910.379,99
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	5.190.621,36
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	626.489,13
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	10.995.252,99
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	5.527.707,44
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	3.272.344,73
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	110.515,44
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	1.175.713,09
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	1.188.346,78
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	3.557.631,55
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1.420.459,82
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	784.670,81
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	618.976,55
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	9.250.726,16
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	426.193,95
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	1.283.138,91
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	999.183,79
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.713.279,13
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	700.722,24
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	2.604.245,28
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	121.388,68
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	812.374,19
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	649.675,26
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1.166.118,82
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	14.685,00
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	3.265.136,58
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	171.060,41
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	70.210,00
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	287.711,91
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	1.735,00

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	335.122,51
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	865.163,81
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	708.672,77
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	616.032,10
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	95,00
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	2.048.551,52
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	57.465,50
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1.449.290,72
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	11.917.647,53
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	2.445.975,00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1.363.492,54
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1.556.730,36

Tribunal Superior do Trabalho	18.105.537,07
Tribunal Superior Eleitoral	18.565.468,24
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	701.853,18
Universidade Federal da Bahia	1.649.036,00
Universidade Federal da Fronteira Sul	924.414,88
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	381.453,26
Universidade Federal da Paraíba	4.402.011,32
Universidade Federal de Alagoas	1.911.352,68
Universidade Federal de Alfenas	12.467,84
Universidade Federal de Campina Grande	12.603,73
Universidade Federal de Goiás	332.640,47
Universidade Federal de Itajubá	691.965,24
Universidade Federal de Juiz de Fora	65.101,96
Universidade Federal de Lavras	146.080,39
Universidade Federal de Minas Gerais	175.779,66
Universidade Federal de Pernambuco	4.065.088,87
Universidade Federal de Roraima	380.404,89
Universidade Federal de Santa Catarina	975.643,08
Universidade Federal de Santa Maria	1.187.724,30
Universidade Federal de São Paulo	-31.067,54
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	235,61
Universidade Federal do Cariri	757.278,43
Universidade Federal do Ceará	3.827.929,29
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	21.676,11
Universidade Federal do Espírito Santo	2.948.149,60
Universidade Federal do Oeste da Bahia	482.843,27
Universidade Federal do Oeste do Pará	537.777,35
Universidade Federal do Pará	8.351.486,26
Universidade Federal do Paraná	1.924.664,68
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.100.896,12
Universidade Federal do Rio de Janeiro	8.428.241,06
Universidade Federal do Rio Grande	-18.310,22
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	13.005.594,77
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	56.693,08
Universidade Federal do Sul da Bahia	1.025.198,68
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	979.143,80
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	93,00
Universidade Federal Fluminense	608.816,97
Universidade Federal Rural da Amazônia	1.655.585,81
Universidade Federal Rural de Pernambuco	143.224,08
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.801.834,30
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	61.321,57
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	5.613.104,93
Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	19.492.989,24

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º.	1,00
FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
80 RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	134.866.954.088,32
Agência Nacional de Águas - Ana	75.449,79
Agência Nacional de Aviação Civil - Anac	52.978.605,94
Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel	1.721.726,74
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	6.131.941,72
Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel	3.946.936.169,95
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	4.066.824,80
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul	7.500,00
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	37.115.846,61
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica - CFIAe	1.603.678,77
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.953,87
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	1.839,74
Comando da Marinha	-82,10
Comando do Exército	18.604.552,72
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	3.879.803,59
Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen	5.506.495,80
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	-28.982.722,61
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	3.036.449,15
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	32.879,87
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	1.059.032,54
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	8.594.052,98
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	159.650.369,13
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	4.741.641,86
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	7.922.003,66
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	9.042.882,93
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	16.042.346,69
Fundação Casa Rui Barbosa	-1.160,00
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	5.107.485,98
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	80.005,27
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro	27.951.583,39
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	3.113.186,71
Fundação Osório	135.333,56
Fundação Oswaldo Cruz	-488.380,26
Fundação Universidade de Brasília	456.326,22
Fundação Universidade do Amazonas	678.852,86
Fundação Universidade do Maranhão	84.516,98
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	26.630,81
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	272.853,61
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	24.658,64
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	322.016,50
Fundação Universidade Federal de Pelotas	25.496,32
Fundação Universidade Federal de Rondônia	20.913,22
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	1.751,33

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	6.567,94
Fundação Universidade Federal de Viçosa	9.635,19
Fundação Universidade Federal do Acre	96,03
Fundação Universidade Federal do Amapá	161.771,50
Fundação Universidade Federal do Pampa	266.488,02
Fundação Universidade Federal do Piauí	0,91
Fundo Aeronáutico	1.324.186.306,00
Fundo da Marinha Mercante - FMM	16.890.642.119,57
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	87.058,82
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	30.648.464.190,16
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	13.600.393.036,87
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD	96.732.506,53
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	820.032.339,57
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Rec.sob Supervisão do Ministério da Economia	2.150.914.709,81
Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	26.764.330.657,15
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	2.360.156.747,93
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	7.754.991,89
Fundo do Exército	411.286.782,35
Fundo do Ministério da Defesa	9.935.828,64
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	98.982.894,81
Fundo do Serviço Militar	12.183.823,42
Fundo Nacional Antidrogas - Funad	4.224.357,08
Fundo Nacional de Cultura - FNC	673.427.601,78
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-4.729.653,66
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	5.723.430.356,34
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	76.757.171,26
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.212.791.141,33
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	1.760.584.236,68
Fundo Nacional de Saúde - FNS	3.058.020,18
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - Funset	593.723.942,81
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	15.172.823,43
Fundo Nacional do Idoso - FNI	4.359.498,59
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	32.762.113,94
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	-6.205.404,00
Fundo Naval	404.818.793,16
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel	1.756.317.084,03
Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	125.858.508,46
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados - FRCD	337.164.588,39
Fundo Soberano do Brasil	9.560,16
Fundo Social - FS	9.642.407.874,54
Hospital de Clínicas da UFTM	1.094.175,28
Hospital de Clínicas da UFU	316.980,23
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	521.085,41

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Hospital Júlio Muller	65.079,31
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	15.653.927,53
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	153,49
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	929.096,60
Hospital Universitário João de Barros Barreto	418,59
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	37.892.885,23
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	20.787.334,32
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram	12.953,78
Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur	753.478,22
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea	1.698,91
Instituto Federal da Bahia	7.148,79
Instituto Federal de Minas Gerais	1.946,61
Instituto Federal de Rondônia	39.703,89
Instituto Federal de Roraima	19.143,94
Instituto Federal de São Paulo	0,64
Instituto Federal do Mato Grosso	121.668,38
Instituto Federal do Paraná	120.689,89
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	78.396,61
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	562.025,44
Instituto Federal do Tocantins	574.701,75
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	0,19
Instituto Federal Farroupilha	374,83
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Inpi	510.270.913,94
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	57.935.178,82
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	756.642.669,90
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-2.817.100,10
Justiça Federal de Primeiro Grau	141.272,62
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	191.950,42
Ministério da Cidadania	0,17
Ministério da Economia	-23.254,70
Ministério da Justiça e Segurança Pública	128.523,02
Ministério de Minas e Energia	15.730,37
Ministério do Desenvolvimento Regional	14.001.709,02
Ministério do Meio Ambiente	12.502,48
Ministério do Turismo	1.017.575,38
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha	10.045.207,83
Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	90.925.436,36
Recursos sob Supervisão do FDA - MDR	2.020.463.062,92
Recursos sob Supervisão do FDCO - MDR	715.273.703,73
Recursos sob Supervisão do FDNE - MDR	2.234.379.188,03
Recursos sob Supervisão do Fies	4.194.340.300,37
Recursos sob Supervisão do Funcafé	1.650.978.849,54
Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	7.925.784,74

Recursos sob Supervisão do Fundo Geral do Turismo - Fungetur	199.606.350,05
Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa	9.154.664,38
Superintendência de Seguros Privados - Susep	289.896.022,79
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	10.583.211,02

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco	149.887,78
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	94.862.828,76
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc	628.715,12
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	53.202.714,64
Universidade Federal da Bahia	64.119,42
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	137.355,32
Universidade Federal de Juiz de Fora	27.076,71
Universidade Federal de Minas Gerais	6.843,86
Universidade Federal de Pernambuco	-3.022,22
Universidade Federal de Santa Catarina	-452.521,57
Universidade Federal de Santa Maria	495.227,16
Universidade Federal do Ceará	276.873,92
Universidade Federal do Espírito Santo	908.609,03
Universidade Federal do Oeste da Bahia	13.082,38
Universidade Federal do Oeste do Pará	987.786,46
Universidade Federal do Pará	433.107,59
Universidade Federal do Paraná	1.439.550,03
Universidade Federal do Rio de Janeiro	22.274,84
Universidade Federal do Rio Grande	19.357,88
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	11.060.405,70
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	184.742,08
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	127.979,53
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	101.687,35
Universidade Federal Fluminense	6.820,17
Universidade Federal Rural da Amazônia	75.058,84
Universidade Federal Rural de Pernambuco	428.351,29
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	464.562,71
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	595.609,70
81 RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.718.926.129,41
Advocacia-Geral da União - AGU	906.427,85
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4.463,84
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	0,70
Comando da Aeronáutica	5.882.557,46
Comando da Marinha	1.047.120,08
Comando do Exército	7.599.826,66
Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen	1.682.000,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	881.415,75
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	2.364,93
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	112.493,55
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	-168.505.507,65
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.258.348.050,31
Departamento de Polícia Federal - DPF	19.037,04
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs	83.056,45
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	4.686.539,06
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	763.652,58
Fundação Oswaldo Cruz	416.995,69
Fundação Universidade do Amazonas	1.927.352,04
Fundação Universidade do Maranhão	962.610,61
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	372,00
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	32.277,84
Fundação Universidade Federal de Pelotas	266.182,57
Fundação Universidade Federal de Rondônia	61.550,66
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	14,06
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1.058,65
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	9.363,47
Fundação Universidade Federal do Amapá	0,01
Fundação Universidade Federal do Pampa	3,60
Fundação Universidade Federal do Tocantins	6.809,80
Fundo Aeronáutico	764.148,62
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	38.163,38

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Fundo Naval	6.850,74
Hospital de Clínicas da UFTM	1.247.165,84
Hospital de Clínicas da UFU	1.349.325,74
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	8.700,19
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	134.554,24
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	819,00
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	5.565.173,77
Hospital Universitário da UFGD	343.974,45
Hospital Universitário João de Barros Barreto	958,64
Instituto Federal Catarinense	3.200,00
Instituto Federal da Bahia	147.191,87
Instituto Federal da Paraíba	926,59
Instituto Federal de Minas Gerais	38.989,32
Instituto Federal de Rondônia	16.526,91
Instituto Federal do Ceará	9.130,38
Instituto Federal do Espírito Santo	39,71
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	55.000,00
Instituto Federal do Pará	47,21
Instituto Federal do Paraná	38.628,85
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	110,00
Instituto Federal Goaino	16.999,36
Justiça da Infância e da Juventude	11,97
Justiça Federal de Primeiro Grau	7.925.412,93
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	322.611,56

Ministério da Economia	-1.893.330,26
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	488.202,39
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	292.675.212,59
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	15.492.170,38
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	43.628.188,53
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	25.700.406,72
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	10.216.466,69
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	6.015.970,13
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	45.500.628,41
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2.547.268,44
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	225.823,40
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	18.748.300,46
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	7.495.505,85
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1.818.091,76
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	227.526,40
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	1.071.548,38
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	128.934,09
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	34.881.318,26
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	770.993,10

FONTE: STN/COFIN

TABELA 6-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO, art. 46, §5º, §6º e §9º. 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERAVIT FINANCEIRO
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	6.212.289,96
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	649.722,15
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.357.194,33
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	13.861.157,27
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	6.925.632,70
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	124.875,28
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	2.618.636,33
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	10.637,60
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	5.927.762,37
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	417.047,11
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	65.892,98
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	287.734,34
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2.701.078,81
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	381.090,46
Universidade Federal da Paraíba	1.838.554,24
Universidade Federal de Goiás	0,66
Universidade Federal de Minas Gerais	0,46
Universidade Federal de Pernambuco	991.561,67
Universidade Federal de Santa Catarina	49,50
Universidade Federal de Santa Maria	1.549.333,36
Universidade Federal do Espírito Santo	71.436,47
Universidade Federal do Oeste da Bahia	8.414,20
Universidade Federal do Pará	2.226.965,27
Universidade Federal do Paraná	26.028.253,14
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	285.004,71
Universidade Federal do Rio Grande	1,90
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2.630.981,14
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	394,65
Universidade Federal Rural da Amazônia	566.911,59
Universidade Federal Rural de Pernambuco	215.538,16

FONTE: STN/COFIN

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional informou que não foi estabelecida limitação no bimestre do relatório.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA.

Em relação às justificativas de frustração de receitas e combate à sonegação exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Receita Federal do Brasil informou que não houve frustração de receita no bimestre do relatório.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 3.623, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, § 1º, inciso III, alínea "a", e o disposto no art. 65 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e

Considerando a publicação da Lei nº 14.127, de 22 de março de 2021, que altera o art. 65 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e permite a execução provisória no órgão 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição, mediante a substituição das operações de crédito por outras fontes de recursos; e

Considerando a necessidade de troca de fontes de recursos, de 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS por 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação, em programações condicionadas das unidades Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta (35101) e Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia (71104), relativas ao órgão 93000, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes de programações do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, antecipadas para execução de acordo com o art. 65 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no que concerne ao Ministério das Relações Exteriores e a Encargos Financeiros da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93379 - Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta(35101)

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							42.000.000
		Atividades							
07 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							42.000.000
07 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Exterior							42.000.000

			F	3	2	90	0	100	42.000.000
	2216	Política Externa							148.500.000
		Atividades							
07 211	2216 20WW	Relações e Negociações Bilaterais							135.000.000
07 211	2216 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior							135.000.000
			F	3	2	90	0	100	135.000.000
07 211	2216 20WX	Relações e Negociações Multilaterais							11.000.000
07 211	2216 20WX 0002	Relações e Negociações Multilaterais - No Exterior							11.000.000
			F	3	2	90	0	100	11.000.000
07 392	2216 20WY	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior							2.500.000
07 392	2216 20WY 0002	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - No Exterior							2.500.000
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									190.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.500.000

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93465 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(71104)

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros							65.672.061
		Operações Especiais							
28 846	0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							65.672.061
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional							65.672.061
			F	3	2	90	0	100	65.672.061
TOTAL - FISCAL									65.672.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.672.061

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93379 - Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta(35101)

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							42.000.000
		Atividades							
07 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							42.000.000
07 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Exterior							42.000.000
			F	3	2	90	0	944	42.000.000
	2216	Política Externa							148.500.000
		Atividades							
07 211	2216 20WW	Relações e Negociações Bilaterais							135.000.000
07 211	2216 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior							135.000.000
			F	3	2	90	0	944	135.000.000
07 211	2216 20WX	Relações e Negociações Multilaterais							11.000.000
07 211	2216 20WX 0002	Relações e Negociações Multilaterais - No Exterior							11.000.000
			F	3	2	90	0	944	11.000.000
07 392	2216 20WY	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior							2.500.000
07 392	2216 20WY 0002	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - No Exterior							2.500.000
			F	3	2	90	0	944	2.500.000
TOTAL - FISCAL									190.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.500.000

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93465 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(71104)

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros							65.672.061
		Operações Especiais							
28 846	0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							65.672.061
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional							65.672.061
			F	3	2	90	0	944	65.672.061
TOTAL - FISCAL									65.672.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.672.061

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição no seguinte termo:

Conhecendo e negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	13621.102263/2021-20	4.047.238-8	Cemas do Brasil, Indústria de Máquinas para Uso Industrial Ltda.	MG

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição no seguinte termo:

Conhecendo e negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	10264.102103/2021-07	4.047.610-3	Paulo Giachelin	RS

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHOS DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46201.003127/2018-52	215271866	Flavio Alexandre Ferreira Coutinho Eireli - Epp	AL
2	46201.001685/2018-83	214466248	Fundação Hospital da Agro-Industria do Acucar e do Alcool de Alagoas	AL
3	46203.001462/2017-15	212139932	Direcional Engenharia S/A	AP
4	46203.001464/2017-12	212207245	Direcional Engenharia S/A	AP
5	46203.001465/2017-59	212103466	Direcional Engenharia S/A	AP
6	46783.000299/2017-90	212449974	Associacao de Protecao a Maternidade e Infancia Ubaira	BA
7	46204.011472/2017-59	213093421	CDI Seguranca Privada Ltda - Me	BA
8	46204.011478/2017-26	213093430	CDI Seguranca Privada Ltda - Me	BA
9	47904.013567/2013-59	201418134	Grand Valle Agricola Importadora e Exportadora Ltda	BA
10	46778.000129/2018-65	213831040	Odonto Clinic Sociedade Simples Ltda - Me	BA
11	46204.005715/2015-58	207392048	Salco Comercio de Alimentos S.A	BA
12	46204.005717/2015-47	207390347	Salco Comercio de Alimentos S.A	BA
13	47904.015672/2012-41	22758747	SVC Construcoes Ltda	BA
14	46281.000736/2017-26	211992623	Terra do Sol Agricola Ltda	BA
15	46205.008960/2018-50	215272293	Gerdau Acos Longos S.A.	CE
16	46205.008961/2018-02	215272307	Gerdau Acos Longos S.A.	CE
17	46205.008962/2018-49	215272269	Gerdau Acos Longos S.A.	CE
18	46205.008964/2018-38	215272048	Gerdau Acos Longos S.A.	CE
19	46205.008965/2018-82	215272129	Gerdau Acos Longos S.A.	CE
20	46205.013804/2017-20	213271133	Nordeste Solucoes em Engenharia Ltda	CE
21	46206.004380/2018-83	214302300	Dinamica Administracao, Servicos e Obras Ltda	DF
22	46208.007210/2017-50	212184032	Joaldo Francisco dos Anjos o Baiano	GO
23	46208.010547/2016-63	210712619	Joaldo Francisco dos Anjos o Baiano	GO
24	46208.003423/2017-11	211570532	Zero Grau Ligistíca Ltda. - Epp	GO
25	46208.003424/2017-57	211570508	Zero Grau Logistica Ltda	GO
26	46208.003425/2017-00	211570460	Zero Grau Logistica Ltda - Epp	GO
27	47747.000901/2018-79	214032175	Baby Beef BH Ltda	MG
28	47747.000902/2018-13	214032205	Baby Beef BH Ltda	MG
29	47747.000903/2018-68	214032221	Baby Beef BH Ltda	MG
30	47747.000905/2018-57	214032230	Baby Beef BH Ltda	MG
31	46243.002373/2016-39	210336927	CMP Componentes e Modulos Plasticos Industria e Comercio	MG
32	46245.004621/2017-47	213138531	Consorcio Intermunicipal de Saude Gerenciamento Rede de Urgência e Emergência da Macroregião Sudeste	MG
33	47747.003107/2018-87	214748090	Desentupidora Betel Ltda	MG
34	47747.003108/2018-21	214748103	Desentupidora Betel Ltda	MG
35	47747.003111/2018-45	214748073	Desentupidora Betel Ltda	MG
36	47747.003112/2018-90	214748081	Desentupidora Betel Ltda	MG
37	46239.001997/2018-60	215305663	Flavio da Costa Figueredo	MG
38	46239.001998/2018-12	215305698	Flavio da Costa Figueredo	MG
39	46239.001999/2018-59	215305728	Flavio da Costa Figueredo	MG
40	46239.002018/2018-91	215305281	Flavio da Costa Figueredo	MG
41	47747.003345/2017-10	212041819	Hosp Socor S A	MG
42	47747.003346/2017-56	212041916	Hosp Socor S A	MG
43	47747.003347/2017-09	212041991	Hosp Socor S A	MG
44	47747.003348/2017-45	212042009	Hosp Socor S A	MG
45	47747.006804/2017-17	213012227	Jornal Balcao Anunciou Vendeu Ltda - Me	MG
46	47747.006805/2017-53	213012294	Jornal Balcao Anunciou Vendeu Ltda - Me	MG
47	47747.006806/2017-06	213012278	Jornal Balcao Anunciou Vendeu Ltda - Me	MG
48	47747.006807/2017-42	213012243	Jornal Balcao Anunciou Vendeu Ltda - Me	MG
49	47747.006808/2017-97	213012308	Jornal Balcao Anunciou Vendeu Ltda - Me	MG
50	46502.001099/2017-63	212459473	Mecatron Industrial Ltda - Me	MG
51	46502.001101/2017-02	212461125	Mecatron Industrial Ltda - Me	MG
52	46502.001102/2017-49	212459937	Mecatron Industrial Ltda.	MG
53	46502.001103/2017-93	212459953	Mecatron Industrial Ltda.	MG
54	46502.001104/2017-38	212459961	Mecatron Industrial Ltda.	MG
55	46502.001105/2017-82	212459988	Mecatron Industrial Ltda.	MG
56	46502.001100/2017-50	212460072	Mecatron Service Eletrica Ltda - Me	MG
57	46502.001106/2017-27	212459996	Mecatron Service Elétrica Ltda.	MG
58	46502.001107/2017-71	212460013	Mecatron Service Elétrica Ltda.	MG
59	46502.001108/2017-16	212460030	Mecatron Service Elétrica Ltda.	MG
60	46502.001109/2017-61	212460048	Mecatron Service Elétrica Ltda.	MG
61	46246.003245/2015-00	208080015	Ottoni & Lazzaroto Ltda - Me	MG
62	46246.003246/2015-46	208098089	Ottoni & Lazzaroto Ltda - Me	MG
63	46246.003247/2015-91	208076212	Ottoni & Lazzaroto Ltda - Me	MG
64	46241.000784/2017-91	213270358	Rafael Marinho de Jesus - 091.855.336-96 - Me	MG
65	46241.000785/2017-35	213270382	Rafael Marinho de Jesus - 091.855.336-96 - Me	MG
66	46241.000786/2017-80	213270391	Rafael Marinho de Jesus - 091.855.336-96 - Me	MG
67	46241.000787/2017-24	213270412	Rafael Marinho de Jesus - 091.855.336-96 - Me	MG
68	46241.000789/2017-13	213270731	Rafael Marinho de Jesus - 091.855.336-96 - Me	MG
69	46245.004620/2017-01	213137160	Rede de Urgência e Emergência da Macroregião Sudeste	MG
70	46243.000308/2018-31	213997321	Taigo Sandiego Ferreira 11890512656	MG
71	46243.000311/2018-54	213998815	Taigo Sandiego Ferreira 11890512656	MG
72	46243.000312/2018-07	213999081	Taigo Sandiego Ferreira 11890512656	MG
73	46243.000313/2018-43	213998963	Taigo Sandiego Ferreira 11890512656	MG
74	47747.007851/2017-70	213340330	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Medico	MG
75	46239.002036/2018-72	215267940	Wanderley Alves Campos	MG
76	46300.002186/2018-95	215123778	Tonon Bioenergia S.A.	MS
77	46300.000320/2018-13	213873885	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
78	46300.000321/2018-68	213873915	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
79	46300.000322/2018-11	213873958	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
80	46300.000323/2018-57	213873974	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
81	46300.000324/2018-00	213874105	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
82	46300.000326/2018-91	213874253	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
83	46300.000329/2018-24	213874393	Vera Lucia de Aguiar - Me	MS
84	46306.000894/2017-51	212567535	José Carlos Da Rocha	MT
85	46653.003839/2016-91	210223626	Marfrig Global Foods S/A.	MT
86	46653.004401/2016-21	210393220	Marfrig Global Foods S/A.	MT
87	46653.002708/2017-78	212287907	Rondai Segurança Ltda	MT
88	46222.003131/2018-72	214589552	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
89	46222.003133/2018-61	214589595	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
90	46222.003135/2018-51	214589579	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
91	46222.003734/2018-74	214578089	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
92	46222.004368/2018-71	214983609	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
93	46222.004369/2018-15	214983684	Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	PA
94	46222.001236/2018-97	213696851	Condominio do Edificio Almirante Barroso	PA
95	46222.001238/2018-86	213692732	Condominio do Edificio Almirante Barroso	PA
96	46222.001241/2018-08	213694921	Condominio do Edificio Almirante Barroso	PA
97	46222.001245/2018-88	213697572	Condominio do Edificio Almirante Barroso	PA
98	46222.001263/2018-60	213690420	Condominio do Edificio Almirante Barroso	PA
99	46222.004092/2018-21	214357724	Construarq Comercio e Servicos Ltda	PA
100	46222.002063/2018-24	213965038	Gois & Gois Ltda - Me	PA
101	46222.003247/2018-10	214689760	Hospital Porto Dias Ltda	PA
102	46222.006267/2018-34	215497678	Industria Yossam Ltda	PA
103	46222.006268/2018-89	215497716	Industria Yossam Ltda	PA
104	46222.006269/2018-23	215497775	Industria Yossam Ltda	PA
105	46222.006270/2018-58	215497643	Industria Yossam Ltda	PA
106	46222.006271/2018-01	215497660	Industria Yossam Ltda	PA
107	46222.002014/2018-91	213695804	Itaoca Belém Hotelaria Ltda.	PA
108	46222.002017/2018-25	213697459	Itaoca Belém Hotelaria Ltda.	PA
109	46222.009210/2018-97	216265134	Maria Zuleide Costa da Silva	PA
110	46222.007331/2018-02	215719107	Posto Capital Ltda	PA
111	46222.007333/2018-93	215719328	Posto Capital Ltda	PA
112	46222.006439/2018-70	215502698	Princomar Industria de Pesca S/A	PA
113	46222.003673/2018-45	214929345	Transportes Canada Ltda	PA
114	46222.007742/2014-66	205489494	Ultrasom S/S	PA
115	46213.022689/2014-32	204995060	Expresso Vera Cruz Ltda	PE
116	46213.022691/2014-10	204995086	Expresso Vera Cruz Ltda	PE
117	46213.023477/2014-72	205033911	Expresso Vera Cruz Ltda	PE
118	46213.023862/2014-10	205033890	Expresso Vera Cruz Ltda	PE
119	46213.022592/2015-19	207951373	Wilson, Sons Logistica Ltda	PE
120	46213.022599/2015-22	207951420	Wilson, Sons Logistica Ltda	PE
121	46214.004965/2017-13	212858025	Brasil Agricola Ltda	PI
122	46214.000978/2018-02	214123456	Mam Construtora & Incorporadora Imobiliaria Ltda	PI
123	46214.000979/2018-49	214123413	Mam Construtora & Incorporadora Imobiliaria Ltda	PI
124	46214.004700/2018-04	215531981	Mutual Servicos de Limpeza em Predios e Domicilios Ltda	PI
125	46318.004107/2018-91	215488504	B D Vest Confeccoes - Eireli - Em Recuperacao Judicial	PR
126	46212.009503/2018-93	214920704	Daniele Lipski Roderjan	PR
127	46212.001449/2018-38	213819856	Delsa Construcoes Industriais e Metalicas Ltda	PR
128	46318.001855/2018-12	214333167	Dorigan Ind e Com de Equipamentos Musicais Eireli	PR
129	46212.025358/2017-15	213581230	Marcon Servicos de Despachos em Geral Ltda	PR
130	46212.025359/2017-51	213582252	Marcon Servicos de Despachos em Geral Ltda	PR
131	46212.025362/2017-75	213568390	Marcon Servicos de Despachos em Geral Ltda	PR
132	46212.000562/2018-04	213778246	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
133	46212.000563/2018-41	213778556	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
134	46212.000564/2018-95	213778564	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
135	46212.000565/2018-30	213778572	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
136	46212.000566/2018-84	213778581	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
137	46212.000567/2018-29	213778696	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR

138	46212.000568/2018-73	213778700	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
139	46212.000569/2018-18	213778718	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
140	46293.003676/2018-45	215165977	Siao Jeans Eireli	PR
141	46293.003677/2018-90	215166001	Siao Jeans Eireli	PR
142	46293.003678/2018-34	215166132	Siao Jeans Eireli	PR
143	46293.003679/2018-89	215166167	Siao Jeans Eireli	PR
144	46215.021741/2015-02	207315531	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	RJ
145	46666.003260/2016-80	210999748	Associacao Congregacao Desanta Catarina	RJ
146	46215.017465/2014-99	204268818	Bazar Nao Tem Mas Vai Ter Ltda	RJ
147	46215.004958/2017-10	211549452	Ccisa09 Incorporadora Ltda.	RJ
148	46215.015131/2015-61	206884729	Colegio Anglo-Americano Ltda	RJ
149	46215.040973/2011-28	23072717	Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logistica	RJ
150	46215.018233/2015-39	207130230	Construtora Tardelli Ltda	RJ
151	46215.018234/2015-83	207132534	Construtora Tardelli Ltda	RJ
152	46215.030065/2013-98	202455254	Engesafi Engenharia de Sistema de Ar Condicionado e Frio Industrial Ltda	RJ
153	46215.023212/2015-35	207551278	Geosub Investigacoes Geotecnicas Subaquaticas Ltda - Me	RJ
154	46666.003316/2016-04	211029041	JCPP Restaurante Ltda - Me	RJ
155	46215.032261/2015-69	208287671	Ponto Forte Seguranca e Vigilancia Ltda - Me	RJ
156	46215.032263/2015-58	208288066	Ponto Forte Seguranca e Vigilancia Ltda - Me	RJ
157	46215.085975/2016-51	210350211	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	RJ
158	46215.012740/2012-16	20748850	RRM- Rede Rio Medicina Ltda	RJ
159	46215.081300/2016-32	209730200	Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro	RJ
160	46228.003208/2015-10	207905762	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
161	46228.003209/2015-56	207905771	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
162	46228.003210/2015-81	207905789	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
163	46228.003211/2015-25	207905797	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
164	46228.003226/2015-93	207905959	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
165	46228.003227/2015-38	207905967	Solo Construcoes e Incorporacoes Ltda. - Epp	RJ
166	46215.030583/2012-21	24888877	Super Mercado Zona Sul S A	RJ
167	46334.001752/2009-63	15160581	Supertrato Serv Tecnicos de Tratam de Superfice Ltda Me	RJ
168	46275.002745/2017-31	213568799	A Chapesmil Ltda - Me	RS
169	46275.002746/2017-85	213568853	A Chapesmil Ltda - Me	RS
170	46275.002747/2017-20	213568721	A Chapesmil Ltda - Me	RS
171	46218.000268/2018-34	213742306	Agco do Brasil Maquinas e Equipamentos Agricolas Ltda.	RS
172	46218.000269/2018-89	213742331	Agco do Brasil Maquinas e Equipamentos Agricolas Ltda.	RS
173	46271.001361/2018-11	214325261	Agropecuaria Schio Ltda	RS
174	46277.000828/2018-56	215808916	Ari Fernando Foletto	RS
175	46277.000829/2018-09	215808908	Ari Fernando Foletto	RS
176	46273.001630/2018-20	215776569	Associacao Educacional Santa Ana	RS
177	46271.001264/2018-29	214278514	BL Servicos de Cobranca Ltda - Epp	RS
178	46271.002705/2018-18	215099125	Companhia Zaffari Comercio e Industria	RS
179	46271.003313/2017-87	212963520	CPS Turismo Ltda - Me	RS
180	46271.003318/2017-18	212878522	CPS Turismo Ltda - Me	RS
181	46272.002347/2018-25	215182677	Eloi Schumann	RS
182	46272.002348/2018-70	215182669	Eloi Schumann	RS
183	46272.002349/2018-14	215182642	Eloi Schumann	RS
184	46271.000004/2019-17	216346461	Empreiteira Alpino Ltda	RS
185	46271.000005/2019-61	216346410	Empreiteira Alpino Ltda	RS
186	46271.000187/2018-90	213760282	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
187	46271.000188/2018-34	213760291	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
188	46271.000189/2018-89	213710951	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
189	46271.000190/2018-11	213711061	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
190	46271.000191/2018-58	213710935	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
191	46271.000192/2018-01	213711036	Esquadrias Milon Ltda - Epp	RS
192	46271.002819/2018-50	215141407	Henrique A Fittarelli - Me	RS
193	46275.000296/2018-77	213782154	John Deere Brasil Ltda	RS
194	46275.000297/2018-11	213782316	John Deere Brasil Ltda	RS
195	46218.006052/2018-82	214527069	Pavitec do Brasil Pavimentadora Tecnica Ltda	RS
196	46218.006053/2018-27	214527255	Pavitec do Brasil Pavimentadora Tecnica Ltda	RS
197	46218.006054/2018-71	214527182	Pavitec do Brasil Pavimentadora Tecnica Ltda	RS
198	46218.006055/2018-16	214526950	Pavitec do Brasil Pavimentadora Tecnica Ltda	RS
199	46218.006056/2018-61	214527468	Pavitec do Brasil Pavimentadora Tecnica Ltda	RS
200	46271.002527/2018-17	215032373	Rio Grande Energia S.A	RS
201	46277.000330/2018-93	214588025	Sandra Suleiman Atiyeh	RS
202	46277.000331/2018-38	214588033	Sandra Suleiman Atiyeh	RS
203	46272.002634/2018-35	215300670	Serralheria e Funilaria Bom Atendimento Ltda	RS
204	46272.002635/2018-80	215300696	Serralheria e Funilaria Bom Atendimento Ltda	RS
205	46272.002636/2018-24	215300700	Serralheria e Funilaria Bom Atendimento Ltda	RS
206	46272.002637/2018-79	215300718	Serralheria e Funilaria Bom Atendimento Ltda	RS
207	47157.000137/2018-81	213867231	Servichem Ind. Com. Repres. Importação e Exportação Ltda - Epp	RS
208	47157.000140/2018-03	213882531	Servichem Ind. Com. Repres. Importação e Exportação Ltda - Epp	RS
209	46277.000731/2018-43	215651294	Silvarroz Parceria Agricola e Pecuaria	RS
210	46277.000732/2018-98	215651308	Silvarroz Parceria Agricola e Pecuaria	RS
211	46277.000733/2018-32	215651316	Silvarroz Parceria Agricola e Pecuaria	RS
212	46277.000734/2018-87	215651324	Silvarroz Parceria Agricola e Pecuaria	RS
213	46220.008270/2017-21	213055864	Celesc Distribuicao S.A	SC
214	46304.001890/2017-18	212331779	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Cataria	SC
215	46304.001895/2017-32	212331841	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Cataria	SC
216	46304.001898/2017-76	212331582	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Cataria	SC
217	46304.001908/2017-73	212332066	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Cataria	SC
218	46304.001917/2017-64	212331493	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Cataria	SC
219	46304.001903/2017-41	212332244	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Catarina	SC
220	46304.001909/2017-18	212331914	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Catarina	SC
221	46304.001912/2017-31	212331965	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Catarina	SC
222	46304.001915/2017-75	212331400	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de Santa Catarina	SC
223	46301.000498/2016-92	209025557	Cooperativa Central Aurora Alimentos	SC
224	46301.001431/2016-75	209724218	Dispra - Distribuidora, Industria e Comercio Ltda	SC
225	46220.001696/2016-73	209109173	JBS Aves Ltda.	SC
226	46220.001698/2016-62	209109211	JBS Aves Ltda.	SC
227	46220.001700/2016-01	209109246	JBS Aves Ltda.	SC
228	46220.001717/2016-51	209087315	JBS Aves Ltda.	SC
229	46220.001722/2016-63	209109122	JBS Aves Ltda.	SC
230	46220.001729/2016-85	209109629	JBS Aves Ltda.	SC
231	46220.001740/2016-45	209111178	JBS Aves Ltda.	SC
232	46220.001982/2016-39	209197820	JBS Aves Ltda.	SC
233	46220.001984/2016-28	209197803	JBS Aves Ltda.	SC
234	46220.001986/2016-17	209196238	JBS Aves Ltda.	SC
235	46220.002106/2016-20	209202301	JBS Aves Ltda.	SC
236	46220.002115/2016-11	209202181	JBS Aves Ltda.	SC
237	46220.000046/2017-91	211043575	Massaneiro Transporte Rodoviario de Passageiros Ltda	SC
238	46220.010380/2017-53	213690497	Usuy Médicos Associados Ltda.	SC
239	46263.004681/2015-80	207550255	Arcos Dourados Comercio De Alimentos Ltda	SP
240	46255.000837/2017-14	211725552	Art Services Solucoes & Logistica S.A.	SP
241	46255.000838/2017-69	211725561	Art Services Solucoes & Logistica S.A.	SP
242	46255.000839/2017-11	211725579	Art Services Solucoes & Logistica S.A.	SP
243	46262.002781/2018-24	215027990	Brad Servicos de Lavanderia Ltda	SP
244	46258.002643/2017-23	212828711	Centro Universitario de Adamantina - Unifai	SP
245	46258.000601/2018-39	214066851	Cia De Desenvolvimento Agricola De Sao Paulo Codasp	SP
246	46736.003444/2017-50	212455150	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
247	46736.003445/2017-02	212455117	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
248	46736.003446/2017-49	212455087	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
249	46261.002875/2017-22	212101510	Companhia Auxiliar de Armazens Gerais	SP
250	46265.001302/2017-41	212102044	Constroen Construcoes e Engenharia Limitada	SP
251	46265.001303/2017-96	212102109	Constroen Construcoes e Engenharia Limitada	SP
252	46265.001304/2017-31	212102087	Constroen Construcoes e Engenharia Limitada	SP
253	46260.005934/2015-62	208155015	Coopsaude - Cooperativa dos Profissionais na Area da Saúde	SP
254	46258.002359/2017-57	212659626	Fisioterapia Santa Paulina S/S Ltda	SP
255	47998.008470/2017-56	213594994	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
256	47998.008544/2017-54	213595028	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
257	47998.008546/2017-43	213595044	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
258	47998.008548/2017-32	213682991	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
259	46266.006088/2014-67	205086675	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Sao Paulo	SP
260	46266.006090/2014-36	205086624	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Sao Paulo	SP
261	46262.001018/2017-03	211539180	ME Consultoria de Estoques Ltda	SP
262	46259.000580/2019-22	216757606	Municipio de Limeira	SP
263	46259.000856/2019-72	216904269	Piracicaba Ambiental Sociedade Anonima	SP
264	47998.005391/2017-93	212273418	Promac Equipamentos Ltda	SP
265	47998.005392/2017-38	212273426	Promac Equipamentos Ltda	SP
266	47998.005394/2017-27	212273442	Promac Equipamentos Ltda	SP
267	47998.005395/2017-71	212273451	Promac Equipamentos Ltda	SP
268	47998.005396/2017-16	212273469	Promac Equipamentos Ltda	SP
269	47998.005399/2017-50	212273493	Promac Equipamentos Ltda	SP
270	46259.000577/2019-17	216734665	Raizen Energia S.A	SP
271	46428.000419/2017-06	212961632	Resinas Marajuara Ltda	SP
272	46260.005143/2016-13	210278803	Simisa Simioni Metalurgica Ltda	SP
273	46254.003099/2017-77	212739972	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
274	46254.003102/2017-52	212737091	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
275	46259.003055/2016-16	209510455	Supricel Logistica Ltda.	SP
276	46259.003056/2016-61	209510439	Supricel Logistica Ltda.	SP
277	46259.003057/2016-13	209510471	Supricel Logistica Ltda.	SP
278	46262.003716/2018-16	215422546	Tim Celular S.A.	SP
279	47998.007333/2017-02	213095548	Toyota do Brasil Ltda	SP
280	47998.007338/2017-27	213095599	Toyota do Brasil Ltda	SP
281	47998.007340/2017-04	213095611	Toyota do Brasil Ltda	SP
282	47998.007352/2017-21	213095726	Toyota do Brasil Ltda	SP
283	46261.000982/2017-16	211413003	Transbrasa Transitaria Brasileira Ltda	SP
284	46253.001379/2013-27	200631756	Usina Maringa Industria e Comercio Ltda	SP
285	46253.001383/2013-95	200631705	Usina Maringa Industria e Comercio Ltda	SP

286	46259.000582/2019-11	216750105	Viacao Limeirense Ltda	SP
287	46226.008987/2018-02	215812743	Delubio Gomes de Oliveira	TO
288	46226.008989/2018-93	215812905	Delubio Gomes de Oliveira	TO
289	46226.009032/2018-64	216027730	Eletrosom S/A	TO
290	46226.002394/2015-81	26455463	Fenix Assessoria & Gestao Empresarial Ltda	TO

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46201.003821/2018-70	215500547	Auto Posto Via Mare Ltda	AL
2	46201.006799/2014-96	205246168	Britex Mineracoes Ltda	AL
3	46201.005591/2018-83	216394171	Copagaz Distribuidora de Gas S.A	AL
4	46201.005593/2018-72	216394163	Copagaz Distribuidora de Gas S.A	AL
5	46201.004175/2018-68	215654951	Escola Rui Barbosa Ltda	AL
6	46201.005187/2018-18	216173931	Holanda & Marques Ltda	AL
7	46201.005179/2018-63	216164036	Sobral Comercio e Servicos Ltda	AL
8	46201.004415/2018-24	215814631	Suzana Martins Tavares	AL
9	46204.011128/2018-41	215796578	Nove Eixos Transportes Ltda	BA
10	46205.008596/2018-28	215186044	BGM Industria e Comercio de Alimentos - Eireli	CE
11	46205.008597/2018-72	215186087	BGM Industria e Comercio de Alimentos - Eireli	CE
12	46205.008598/2018-17	215186061	BGM Industria e Comercio de Alimentos - Eireli	CE
13	46205.016212/2017-60	213671654	Francisco Alkimir Lima - Me	CE
14	46205.012812/2017-59	213107341	Luiz Fernando Carneiro Junior	CE
15	46205.008181/2018-54	215125568	Praia Centro Hoteis, Viagens e Turismo Ltda.	CE
16	46208.000486/2017-15	211138240	Estado de Goias	GO
17	46208.013193/2014-47	204446023	Minerva S.A.	GO
18	46208.013194/2014-91	204462690	Minerva S.A.	GO
19	46208.013195/2014-36	204478499	Minerva S.A.	GO
20	46208.013201/2014-55	204515980	Minerva S.A.	GO
21	46208.011661/2018-72	215743458	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
22	46208.011671/2018-16	215743555	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
23	46246.001168/2017-15	212045555	Autonorte Veiculos e Pecas Ltda	MG
24	46246.001187/2017-33	212126954	Cofermon Construcoes Ltda	MG
25	46246.001158/2017-71	212066170	Distribuidora de Bebidas Cervantes Ltda	MG
26	46245.003951/2017-15	212720350	Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus	MG
27	46502.001094/2017-31	212462091	Jose Goncalves Silva Junior - Me	MG
28	46241.000621/2017-16	212774662	Jose Raimundo do Carmo - Me	MG
29	46236.000148/2017-38	211349151	Metalurgica Soares Industria e Comercio Ltda.	MG
30	47747.002763/2017-81	211824241	Michele Sousa da Silva - Me	MG
31	47747.007553/2017-80	213255537	Montarte Locadora Ltda.	MG
32	47747.007554/2017-24	213255529	Montarte Locadora Ltda.	MG
33	47747.005367/2017-14	212627236	Prime Incorporacoes e Construcoes S/A.	MG
34	46243.001147/2017-11	211892971	Qualieng Engenharia de Montagens Ltda	MG
35	46238.000126/2017-58	211404713	Scalon & Cerchi Ltda	MG
36	46300.002431/2017-83	212550446	Ciafire Comercio e Instalacoes Hidraulicas Ltda - Epp	MS
37	46222.000678/2018-16	213957663	Alcance Transportes Limitada	PA
38	46222.002872/2018-36	214785181	Alcance Transportes Limitada	PA
39	46222.008830/2018-17	216117429	Arimilton Macena Vieira	PA
40	46222.008827/2018-95	216116929	Emerson Lima Oliveira	PA
41	46222.002078/2018-92	214042286	FX Confecções Eireli-Epp	PA
42	46222.002893/2018-51	214313301	Incanto Móveis Ltda	PA
43	46222.002895/2018-41	214319644	Incanto Móveis Ltda	PA
44	46222.008828/2018-30	216117682	Jonas Simoes Frazao de Moura	PA
45	46222.008832/2018-06	216117895	Jose Ferreira de Jesus	PA
46	46222.008831/2018-53	216116635	Jose Maria Torres	PA
47	46222.008340/2018-11	216011507	KCR Comercio de Alimentos Ltda	PA
48	46222.003458/2018-44	213718961	M. C. S. Dd Oliveira Transporte e Turismo - Me	PA
49	46222.000696/2018-06	213682362	M. C. S. de Oliveira Transporte e Turismo - Me	PA
50	46222.000700/2018-28	213703726	M. C. S. de Oliveira Transporte e Turismo - Me	PA
51	46222.000687/2018-15	213957469	Rodobens Caminhoes Cirasa S.A.	PA
52	46085.001624/2017-17	213164396	Condominio Residencial Odilia Rocha	PB
53	46213.013725/2016-39	209914271	Nova Premier Corretora de Seguros Ltda	PE
54	46295.004085/2016-11	210274557	Viver Eventos Ltda - Me	PE
55	46213.022860/2015-94	207975108	Wilson, Sons Logistica Ltda	PE
56	46293.000455/2019-04	216713595	Cidimagem Diagnosticos Ltda	PR
57	46318.005132/2018-92	216063353	Plaenge Empreendimentos Ltda	PR
58	46212.012925/2018-46	215134052	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	PR
59	46212.012545/2018-10	215313917	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
60	46212.012547/2018-09	215311957	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
61	46212.016670/2018-91	215877225	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
62	46212.016671/2018-35	215877233	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
63	46212.016711/2018-49	215864271	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
64	46212.018761/2018-61	216168678	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
65	46212.019679/2018-53	216297257	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
66	46293.000106/2019-84	216549493	Ultramed - Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda	PR
67	46277.000198/2019-09	217098568	Decio Dionisio Detoni	RS
68	46277.000204/2019-10	217098649	Decio Dionisio Detoni	RS
69	46274.002800/2018-83	215868293	ERK - Producoes Artisticas Ltda	RS
70	47191.000007/2019-11	216564981	Guagliardo e Guagliardo Ltda	RS
71	47157.002174/2018-24	216333121	Industria e Comercio de Calcados Delotto Ltda	RS
72	47157.002175/2018-79	216333512	Industria e Comercio de Calcados Delotto Ltda	RS
73	46274.002692/2018-49	215789075	Sobral Turismo Ltda	RS
74	47183.000604/2018-56	215048253	Vandrea Distribuidora de Alimentos Eireli - Epp	RS
75	46221.009867/2017-83	213265516	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	SE
76	46221.004213/2018-44	214770508	Ceramica Nossa Senhora da Ajuda Ltda	SE
77	46221.008908/2017-14	212851381	Embrapes - Empresa Brasileira de Prestacao de Servicos	SE
78	46221.004093/2017-02	20219373	Expresso Tabai Ltda. - Epp	SE
79	46221.004439/2017-64	212102796	Job Fontes de Oliveira	SE
80	46221.008663/2017-25	213181941	Município de Santa Luzia do Itanhy	SE
81	46221.008378/2018-95	215854152	Posto Aperipe Ltda	SE
82	46221.010046/2017-90	213504898	Raimunda Nascimento Vieira	SE
83	46261.002689/2018-74	214670546	A.R.J. Logistica Ltda	SP
84	46472.003182/2017-71	212381296	Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda.	SP
85	46472.003191/2017-62	212381814	Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda.	SP
86	46736.002726/2018-11	214828417	Auto Posto S8 Ltda	SP
87	46736.003666/2017-72	212531492	Básica Fornecimento de Refeições Ltda	SP
88	46261.002029/2018-93	214472973	Bem Estar Incorporadora e Construtora Ltda.	SP
89	46256.002557/2018-11	215698657	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
90	46256.002560/2018-35	215698681	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
91	46256.002561/2018-80	215698622	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
92	46256.002641/2018-35	215772598	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
93	46256.002642/2018-80	215772393	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
94	46256.000590/2018-15	214193594	Casa de Massas Zarattini Ltda - Epp	SP
95	46472.003385/2017-68	212447467	Centro de Formacao de Condutores Strada Ltda - Me	SP
96	46393.000350/2015-95	206913460	Cia Saneamento Basico do Estado de São Paulo -SABESP	SP
97	46263.004770/2015-26	207475130	D&D Consultoria Contabil e Financeira S/S Ltda	SP
98	46439.000552/2018-14	215403215	EDK Mineração Ltda.	SP
99	46736.002068/2018-67	214588661	EPS - Empresa Paulista de Servicos S.A.	SP
100	46736.002070/2018-36	214588700	EPS - Empresa Paulista de Servicos S.A.	SP
101	46472.006237/2014-52	205112285	Escritorio Contabil J.L. Zittei S/S Ltda - Me	SP
102	46259.003332/2013-48	24685437	Espumacar Automotive Industria e Comercio Ltda	SP
103	46259.002404/2018-44	214753107	Eurometall - Industria de Cabos e Fundidos Ltda.	SP
104	46736.005079/2018-07	215658655	Hospital de Especialidades Silvio Romero Ltda	SP
105	47999.003368/2018-35	215281781	I.C. Santos	SP
106	46736.000269/2018-20	213864282	Kings Sneakers Eireli	SP
107	46219.014129/2017-05	212820788	Libbs Farmaceutica Ltda	SP
108	47999.004805/2018-38	215795041	Luiz Dalsenter Construtora Ltda.	SP
109	46219.017328/2017-67	213215659	Mirmaq Industria e Comercio de Equipamentos Ltda - Me	SP
110	46265.002052/2018-48	215674481	MRV Engenharia E Participacoes Sa	SP
111	46264.001181/2018-29	215027728	Município de Ibaté	SP
112	46736.002517/2018-77	214729524	Sakura Nakaya Alimentos Ltda	SP
113	46263.003729/2016-13	210935332	Santini Transportes e Centro de Destroca Eireli	SP
114	46472.002948/2017-09	212217275	Sociedade Beneficente Sao Camilo	SP
115	46736.000803/2018-06	214001059	Teleperformance CRM S.A.	SP
116	46226.005169/2018-40	213825996	Auto Posto Cirilo Eireli - Me	TO
117	46226.005167/2018-51	213825848	Auto Posto Vitoria Comércio de Combustiveis Ltda	TO

2.2 Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46201.007478/2015-90	208060405	Carlson Torres Assumpcao	AL
2	46201.004177/2018-57	215657373	Escola Rui Barbosa Ltda	AL
3	46201.004179/2018-46	215658159	Escola Rui Barbosa Ltda	AL
4	46201.003130/2018-76	215271891	Flavio Alexandre Ferreira Coutinho Eireli - Epp	AL
5	46216.005872/2015-24	208323422	Cidade Transportes Ltda	RO
6	46216.005889/2015-81	208451579	In Time Transportes Ltda	RO
7	46221.004092/2017-50	211980846	Expresso Tabai Ltda. - Epp	SE
8	46221.004705/2017-59	212167464	Sociedade de Educacao Tiradentes Ltda	SE
9	46256.002562/2018-24	215698746	Cacau Foods do Brasil Alimentos Ltda	SP
10	46258.005224/2015-81	208457437	Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Seguranca	SP
11	46258.004617/2015-78	208131205	Prudenco Companhia Prudentina de Desenvolvimento	SP

2.3 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46208.011736/2018-15	215800028	Escudo Vigilancia e Seguranca Ltda Em Recuperacao Judicial	GO
2	47747.004689/2015-76	206432020	Bettania Onibus Ltda	MG
3	46235.000450/2017-04	213658178	Construtora Rocha Neto Eireli - Me	MG
4	46245.003348/2012-29	24491349	J.Garra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda	MG
5	46245.003349/2012-73	24491357	J.Garra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda	MG
6	47747.004804/2015-11	206432216	Viacao Carneirinhos Ltda	MG
7	47747.004828/2015-61	206432241	Viacao Getulio Vargas Ltda	MG
8	46222.005332/2011-38	21142963	Fundacao Educativa e Cultural Amazonia Viva	PA
9	46220.000789/2018-42	213595095	C. B. Transportes Ltda - Me	SC
10	46220.000778/2018-62	213615291	Transportes 2 de Julho Eireli	SC

11	46219.020702/2016-21	211033235	Ck & Voce Materiais de Construcao Ltda - Epp	SP
12	46219.020703/2016-75	211033227	CK & Voce Materiais de Construcao Ltda - Epp	SP
13	46263.001923/2016-64	209623900	Costa & Zampieri Ltda - Epp	SP
14	46263.001924/2016-17	209623918	Costa & Zampieri Ltda - Epp	SP
15	46219.019701/2016-33	210968249	Khalil El Khouri Eireli	SP
16	46261.003868/2018-29	215279271	Santos Brasil Participacoes S.A.	SP

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 13543/2021/ME (14567212), constante nos autos do processo nº 46218.001729/2016-24, resolve:

Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.103957/2021-80 interposto pelo SINTERC/RS - SIND TRAB EMP REF COL REF CONV COZ IND E RST IND RS, CNPJ 94.310.117/0001-15, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 26 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 312011/2020/ME respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTONOMOS DE CARGAS DE COLINA E REGIÃO - SINDICAM/CR, CNPJ 21.275.382/0001-36, Processo 46252.001983/2014-44, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e §2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 26765/2021/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE XAMBIOÁ E ARAGUANÃ, CNPJ 17.943.931/0001-26, Processo 46226.008549/2018-36, para a apresentação no prazo de 15 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e §2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 38406/2021/ME (SEI 13737340), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos de Nossa Senhora do Socorro e Região, CNPJ 25.370.951/0001-83, Processo 46221.001757/2017-73, para conhecimento e cumprimento do teor do OFÍCIO SEI Nº 38406/2021/ME (SEI 13737340), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta notificação, sob pena de arquivamento do processo, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e § 2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 38390/2021/ME (SEI 13736852), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ÁLCOOL, QUÍMICA, PLÁSTICA E FARMACÊUTICA DO VALE DO MUCURI E REGIÃO - SINDIALV, CNPJ 10.872.657/0001-00, Processo 46211.003206/2016-82, para conhecimento e cumprimento do teor do OFÍCIO SEI Nº 38390/2021/ME (SEI 13736852), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta notificação, sob pena de arquivamento do processo, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e § 2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício nº 376/2018/CGRS/SRT/MTb (Fls. 62/63 - SEI 5265268) consoante Aviso de Recebimento nº AR143729474BR (Fls. 66/67 - SEI 5265268), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDIMOTO - Sindicato do Mototaxista, Motoboy e Motofrete de São José do Rio Preto e Região, CNPJ 25.041.893/0001-44, Processo nº 46473.005170/2013-48, para a apresentação no prazo de 10 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12985/2021/ME (SEI 14490373), resolve: a) Arquivar a Impugnação nº 46000.006587/2017-18, interposta pelo sindegtur-ce - sindicato estadual dos guias de turismo do ceara, CNPJ: 00.448.283/0001-39, nos termos do art. 18, inciso IV, da Portaria nº 17.593/2020; b) Deferir o Registro Sindical (RES) ao SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TURISMO, CASAS DE DIVERSÕES, CASAS DE SHOWS, DANCETERIAS, BOATES, CLUBES, LAVANDERIAS E LOTERIAS DE FORTALEZA E REGIÃO - SINDTUH-CE (impugnado), Processo nº 46205.016154/2014-21, CNPJ: 20.261.411/00001-48, para representar a Categoria dos Trabalhadores em Empresas de Turismo (exceto Guias de Turismo), Casas de Shows, Casas de Diversões, Danceterias, Boites, Clubes, Lavanderias e Loterias, com Abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Acarape, Acopiara, Antonina Do Norte, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Arneiroz, Assaré, Baixio, Banabuiú, Barreira, Barroquinha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Canindé, Cariús, Cascavel, Cedro, Chorozinho, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Eusébio, Fortaleza, Fortim, General Sampaio, Guaramiranga, Icapuí, Icó, Ipaumirim, Iracema, Itaiçaba, Itatira, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Jucás, Lavras Da Mangabeira, Limoeiro Do Norte, Madalena, Milhã, Mombaça, Morada Nova, Mulungu, Ocara, Orós, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palhano, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Pedra Branca, Pentecoste, Pereiro, Pindoretama, Piquet Carneiro, Potiretama, Quiterianópolis, Quixadá, Quixeló, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Russas, Saboeiro, São João Do Jaguaribe, São Luís Do Curu, Senador Pompeu, Solonópole, Tabuleiro Do Norte, Tauá, Trairi, Tururu, Umari, Umirim, Uruburetama e Várzea Alegre, no Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso III, da Portaria nº 17.593/2020. c) E para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: Excluir do SINTRAHORTUH, CNPJ: 07.342.314/0001-11, Processo n° 46000.010662/99-39, a representação dos Trabalhadores em Empresas de Turismo, Casas de Shows, Casas de Diversões, Danceterias, Boites, Clubes, Lavanderias e Loterias dos Municípios de Acarape, Acopiara, Antonina do Norte, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Arneiroz, Assaré, Baixio, Banabuiú, Barreira, Barroquinha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Canindé, Cariús, Cascavel, Cedro, Chorozinho, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Eusébio, Fortaleza, Fortim, General Sampaio, Guaramiranga, Icapuí, Icó, Ipaumirim, Iracema, Itaiçaba, Itatira, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Madalena, Milhã, Mombaça, Morada Nova, Mulungu, Ocara, Orós, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palhano, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Pedra Branca, Pentecoste, Pereiro, Pindoretama, Piquet Carneiro, Potiretama, Quiterianópolis, Quixadá, Quixelô, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Russas, Saboeiro, São João do Jaguaribe, São Luís do Curu, Senador Pompeu, Solonópole, Tabuleiro do Norte, Tauá, Trairi, Tururu, Umari, Umirim, Uruburetama e Várzea Alegre, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 11826/2021/ME (14362549), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO DOS GUARDAS PORTUARIOS EMPREGADOS DE AUTORIDADE PORTUARIAS DOS MUNICÍPIOS DE ARRAIAL DO CABO, ANGRA DOS REIS, ITAGUAI, NITEROI E RIO DE JANEIRO - SINDGUAPOR-RJ (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46215.003168/2017-17 (SC18844), CNPJ:26.400.282/0001-08; STSPPERJ - SINDICATO DOS TRAB. SERV.PORTUÁRIOS DOS PORTOS DO EST.RJ (14340547), CNPJ: 30.276.752/0001-40, impugnação 19964.114525/2020-13; 19964.102382/2021-88; 19964.102456/2021-86; 19964.102471/2021-24; 19964.102566/2021-48; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 12006/2021/ME (14362549), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do STIAEB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Etanol e Bioenergia de Dourados e Ponta Porã - MS (impugnado), Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 19964.100534/2021-16 (SA05349), CNPJ:17.470.094/0001-65; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar e do Alcool de Mato Grosso do Sul (14362616) (impugnante 1), CNPJ: 33.153.040/0001-22, impugnação 19964.102448/2021-30; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Azeite, do Óleoe da Gordura Vegetal e Animal e nas Indústrias de Armazenamento do Grãos, Sementes e Cereais do Estado de Mato Grosso do Sul (14362654) (impugnante 2), CNPJ: 24.665.549/0001-63, impugnação 19964.102558/2021-00; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13236/2021/ME (14526479), resolve: ARQUIVAR as impugnações de nºs 46000.000085/2018-64, do SCRVA - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Bragança Paulista, CNPJ nº 45.625.423/0001-35 e 46000.000316/2018-30, do SINDCAM - AMPARO - Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens ou dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral de Amparo/SP e Região, CNPJ nº 21.488.289/0001-00, nos termos do art. 18, inciso "IV", da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020; e DEFERIR o registro sindical ao SINDCAM/JUNDIAÍ - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, Processo 46219.022812/2015-46 (SC17766), para representar a Categoria Econômica dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas, exceto a categoria dos Transportadores Autônomos de Veículo (cegonheiros), com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Bom Jesus dos Perdões, Campo Limpo Paulista, Itapirá, Jundiaí e Louveira, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 21, inciso "III", da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; ANOTAR: 1 - SINDICAM ARARAS - Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens e Transportes Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral de Araras e Região/SP, CNPJ nº 12.972.701/0001-71, Processo 46385.000014/2012-07, a exclusão do município de Itapirá/SP; 2 - SINDICAM - Sindicato dos Caminhoneiros do Estado de São Paulo, CNPJ nº 57.660.334/0001-09, Processo 46474.002708/2005-42, L105 P006 A1987, a exclusão dos municípios de Bom Jesus dos Perdões, Campo Limpo Paulista, Itapirá, Jundiaí e Louveira-SP; nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9160/2021/ME (13995079), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46234.002469/2015-25 (SC17303), de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DO SUL DE MINAS - MG, CNPJ: 22.488.500/0001-57, nos termos do art. 22, Inciso X, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13029/2021/ME (SEI 14501541), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46219.001981/2014-61, de interesse do Sindicato Patronal das Cooperativas Odontológicas do Estado de São Paulo - SINCODONTO, CNPJ 13.698.738/0001-16, nos termos do art. 22, inc. XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13046/2021/ME (SEI 14503023), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº46213.023969/2014-68, de interesse do SINTRAF BELEM SÃO FRANCISCO - SINDICATO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS DO MUNICIPIO DE BELEM DO SÃO FRANCISCO - PE (impugnado), CNPJ: 20.425.810/0001-05, nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13162/2021/ME (SEI 14515601), resolve: a) Arquivar a Impugnação nº 19964.108898/2020-55 (SEI 10291859), interposta pelo Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos, Pequenas e Micros Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos, CNPJ: 01.351.971/0001-49, nos termos do art. 18, inciso IV, da Portaria nº 17.593/2020; b) Deferir o Registro Sindical (RES) ao SETLOG PANTANAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E LOGÍSTICA DE CORUMBÁ E LADÁRIO - MS (impugnado), Processo nº 46312.001120/2017-68, CNPJ: 27.358.762/0001-10, para representar a Categoria econômica da empresas de transporte rodoviário de cargas ou bens e empresas de operação logística, EXCETO a categoria as pequenas e micro empresas de transporte rodoviário de veículos, especificamente referente aos que atuam com Cegonhas, os denominados Cegonheiros, com Abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Corumbá e Ladário, no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 21, inciso III, da Portaria nº 17.593/2020. c) E para fins de Anotação Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: Excluir do SETCEMS - Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas, CNPJ: 01.923.895/0001-07, processo n° 46000.009465/94-26, os Municípios de Corumbá e Ladário, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 1764/2021/ME (SEI 13033730), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do STTA - Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais de Eunápolis/BA (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46204.012584/2017-27, CNPJ: 27.743.300/0001-17; e STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (impugnante), CNPJ: 16.233.686/0001-09,

Impugnação nº 14021.179846/2020-90; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 6517/2021/ME (13636228), resolve: 1) ARQUIVAR a impugnação nº 19964.114590/2020-49 (SEI 12144787) de interesse do SITICOP- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Pesada de Minas Gerais, CNPJ 38.736.377/0001-36, nos termos do art. 18, inciso III, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, e 2) DEFERIR a Alteração Estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Betim, Brumadinho, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas - SINTICOMB (impugnado), Processo 46211.000894/2017-18 (SA03971), CNPJ 21.171.293/0001-40, para representar a categoria dos trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário; nas indústrias e administração da construção civil, nas indústrias de olaria, cimento, cal e gesso; nas indústrias de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento; nas indústrias de cerâmica para construção; nas indústrias de mármores e granitos; nas indústrias de pintura, decoração, estuques e ornatos; nas indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira; oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias; nas indústrias de cortinados e estofos (exceto trabalhadores dessas atividades e categorias nos seguintes municípios no Estado de Minas Gerais: Brumadinho, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas); nas indústrias de artefatos de cimento armado; oficiais eletricistas e trabalhadores nas indústrias de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias (exceto trabalhadores nas atividades econômicas correspondentes às indústrias da construção civil pesada e montagens industriais), com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Betim, Brumadinho, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas, no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria nº 17.593; 3) E para fins de Anotação Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: Excluir do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Contagem, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, Esmeraldas, Bonfim, Brumadinho, Caetanópolis, Carmópolis de Minas, Catas Altas, Crucilândia, Funilândia, Itabirito, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Moeda, Passa Tempo, Piedade dos Gerais, Piracema, Pitangui e Rio Manso, CNPJ: 21.123.302/0001-27, processo n° 46211.005503/2013-10, o Município de Brumadinho, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 14187/2021/ME (SEI 14652700), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 46265.003702/2013-68, de interesse do SISEMA - Sindicato dos Servidores Municipais de Araçatuba, CNPJ 55.753.826/0001-13, nos termos do art. 22, inc. VI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 7865/2021/ME (SEI 13822672), resolve: 1) ARQUIVAR a impugnação nº 19964.113993/2020-71 de interesse do Sindicato Interestadual da Indústria de Balanças Pesos e Medidas, CNPJ nº 62.650.049/0001-47, nos termos do art. 18, inciso III, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, e 2) DEFERIR a Alteração Estatutária do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânica e de Material Elétrico de Joaçaba (impugnado), Processo 08015.003645/2019-65, CNPJ 80.628.134/0001-90, para representar a categoria Econômica da indústria da fundição, indústria de artefatos de ferro e metais, indústria da serralheria, indústria da mecânica, indústria da galvanoplastia e da niquelação, indústria de estamparia de metais, indústria de móveis de metal, indústria de reparação de veículos e acessórios, indústria de artefatos de metais não ferrosos, indústria de geradores de vapor (caldeiras e acessórios), indústria de lâmpadas e aparelhos de iluminação, indústria de aparelhos elétricos, eletrônicos, materiais elétricos, indústria de aparelhos de rádio-transmissão, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ipira, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Piratuba, Tangará e Treze Tílias, no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Oficio SEI Nº 1896/2021/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINJUR - SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JURUTI, CNPJ nº 08.510.704/0001-16, Processo nº 46222.004789/2014-78, para a apresentação no prazo de 15 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício SEI n° 260198/2020/ME (11185947), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Privados, Religiosos. Beneficentes e Filantrópicos de Ensino do Agreste da Borborema, inscrição no CNPJ n° 05.957.607/0001-88, processo n° 46085.001087/2016-16, para a apresentação no prazo de 15 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020. Para emissão da GRU:Acessar o site www.stn.fazenda.gov.br. Clicar no link SIAFI - Sistema de Administração Financeira (à esquerda da página).Clicar no link Guia de Recolhimento da União, opção Impressão - GRU simples. (na coluna à esquerda da página). Preencher os Campos da GRU com os seguintes dados: Unidade Gestora (UG): 380916; Gestão: 00001; Código de Recolhimento: 68888-6; Número de referência: 38091800001-3947

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 15, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "MEDICAMENTOS SÓLIDOS", industrializados na Zona Franca de Manaus.

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 072/2019 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA MEDICAMENTOS SOLIDOS, ESTABELECIDA PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTIC Nº 241, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

OBS: A proposta encontra-se no formato de portaria.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para MEDICAMENTOS SÓLIDOS constantes do Anexo desta Portaria, industrializados na Zona Franca de Manaus, atualmente estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 241, de 7 de novembro de 2012, passa a ser o seguinte:

I - análise físico-química e microbiológica dos insumos;

II - separação e pesagem dos insumos conforme formulação;

III - mistura e homogeneização dos insumos;

IV - compressão ou encapsulamento da mistura homogeneizada (quando aplicável);

V - análise físico-química e microbiológica do produto acabado;

VI - acondicionamento dos medicamentos no recipiente destinado a transporte (quando aplicável);

VII - fechamento e rotulagem do recipiente destinado a transporte (quando aplicável);

VIII - impressão da bula e das embalagens primária e secundária (quando aplicável);

IX - acondicionamento dos medicamentos na embalagem primária;

X - acondicionamento dos medicamentos na embalagem secundária (quando aplicável).

§ 1º Todas as etapas devem ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas VIII, IX e X que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma delas que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º No caso de comercialização dos produtos a granel, as etapas VIII, IX e X serão opcionais.

§ 4º O cumprimento das etapas não exime a empresa do cumprimento das demais legislações vigentes e normas reguladoras aplicáveis à produção de fármacos e medicamentos no País.

Art. 2º A empresa fabricante beneficiária dos incentivos fiscais deverá realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (PD&I), em valor não inferior a 40% (quarenta por cento) da renúncia fiscal do Imposto sobre Importação (II) relativa à importação das matérias-primas utilizadas na fabricação de MEDICAMENTOS SÓLIDOS realizadas no ano-calendário anterior ao ano corrente.

§ 1º O investimento em (PD&I) a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizado na Amazônia Ocidental ou Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

§ 2º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de PD&I do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizadas até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim, o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 241, de 7 de novembro de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OBS: O Anexo a que se refere esta Consulta Pública (caput do art. 1º) é o mesmo constante da Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 241, de 7 de novembro de 2012.

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de SOLVENTES E DILUENTES COMPOSTOS.

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 085/19 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA SOLVENTES E DILUENTES COMPOSTOS, ESTABELECIDO PELA PORTAIRA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 84, DE 1º DE ABRIL DE 2009.

1) Alterar as etapas constantes do caput do art. 1º com a inclusão da etapa de mistura e homogeneização conforme a seguir:

I - fabricação de pigmento e corante

II - pesagem;

III - pré-mistura inicial;

IV - Mistura e Homogeneização; (NR)

V - empastamento;

VI - dispersão;

VII - moagem;

VIII - completagem;

IX - tingimento;

X - fíltração; e

XI - envasamento.

2) Incluir o §6º ao art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 84, de 1º de abril de 2009, conforme abaixo:

Art. 1º .....

.....

§ 1° .....

.....

§ 6° Para o cumprimento dos Processos Produtivos Básicos, os fabricantes deverão realizar, na Zona Franca de Manaus, as etapas constantes dos incisos deste artigo, quando compatíveis e necessárias ao processo de transformação dos produtos.

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de IMPRESSORA 3D.

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 068/19 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA IMPRESSORA 3D PRODUZIDA EXCLUSIVAMENTE NA ZONA FRANCA DE MANAUS.

Art. 1º Fica estabelecido para o produto IMPRESSORA 3D, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as seguintes funções:

a) processamento central;

b) placas de interface de comunicação com tecnologia sem fio, quando aplicável.

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes;

III - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do conversor de corrente contínua (CA-CC) e fonte de alimentação utilizado na impressora;

IV - enrolamento da bobina ou inserção e soldagem dos pinos na placa multicamada do transformador, quando aplicável, utilizado no conversor de corrente contínua (CA-CC) e fonte de alimentação da impressora;

V - integração das placas de circuito impresso e das demais partes na formação do produto final; e

VI - configuração final do produto e testes de funcionamento.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, com exceção das etapas constantes dos incisos I, III e IV que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto as atividades constantes das etapas IV e V que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3º Ficam dispensadas as etapas constantes dos incisos III e IV no percentual de 20% (vinte por cento), tomando-se por base a quantidade total produzida, no ano-calendário.

Art. 2º Ficam temporariamente dispensados da montagem a que se refere o inciso II do art. 1º os seguintes mecanismos, módulos e subconjuntos:

I - mecanismo base metálica de calibração;

II - subconjunto de engrenagem de extrusão com motor; e

III - módulo com objetivo de suportar mecanicamente conectores, entradas USB ou cabos utilizados como extensão de função já implementados na placa mãe.

Art. 3º Fica dispensada a etapa constante do inciso I do art. 1º, limitada à produção anual de 15.000 (quinze mil) unidades, desde que a empresa fabricante realize investimentos em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D) num percentual de 1% (um por cento) calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 1º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizado na Amazônia Ocidental ou Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

§ 2º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de P,D&I do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim, o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESPACHO

Processo nº 19687.101686/2021-44

Interessado: WBC COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DA PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o art. 2º, §1º, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, declara:

Ficam registrados os compromissos da pessoa jurídica WBC COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (CNPJ 21.035.389/0001-80), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018.

Para fins da emissão do presente ato, a empresa WBC COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI apresentou declaração de compromisso de atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput do art. 1º do Decreto nº 9.557, de 2018.

A verificação do atendimento aos requisitos será feita diretamente pelo Ministério da Economia ou por intermédio de auditorias realizadas por entidades credenciadas pela União, contratadas pelo interessado.

O presente ato tem vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir de 02 de março de 2021 podendo, ao final do quinto ano, ser renovado por solicitação do interessado.

JORGE LUIZ DE LIMA

DESPACHO

Processo nº 19687.101726/2021-58

Interessado: INDUSTRIA DRYKO LTDA.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DA PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o art. 2º, §1º, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, declara:

Ficam registrados os compromissos da pessoa jurídica INDUSTRIA DRYKO LTDA (CNPJ 03.081.895/0003-96), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018.

Para fins da emissão do presente ato, o interessado INDUSTRIA DRYKO LTDA apresentou declaração de compromisso de atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput do art. 1º do Decreto nº 9.557, de 2018.

A verificação do atendimento aos requisitos será feita diretamente pelo Ministério da Economia ou por intermédio de auditorias realizadas por entidades credenciadas pela União, contratadas pelo interessado.

O presente ato tem vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir de 04 de março de 2021, podendo, ao final do quinto ano, ser renovado por solicitação do interessado.

JORGE LUIZ DE LIMA

SUBSECRETARIA DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

PORTARIA SIN/SDIC/SEPEC Nº 3.678, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SUBSECRETÁRIO DA SUBSECRETARIA DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria Conjunta ME-SUFRAMA nº 395, de 5 de agosto de 2019, tendo em vista o disposto art. 2º, § 7º, da Lei nº 8.387, de 1991, e art. 30, inciso II, do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e considerando o que consta no Processo ME nº 14021.189033/2020-16, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente EVOLUÇÃO AUDITORES INDEPENDENTES SS ILIMITADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.026.685/0001-97 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº CVM 12602, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto art. 2º, § 7º, da Lei nº 8.387, de 1991, e art. 30, inciso II, do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria Conjunta ME-SUFRAMA nº 395, de 5 de agosto de 2019, bem como atuar conforme nela disposto.

IGOR MANHÃES NAZARETH

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO

Considerando o disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria MTb nº 1.190 de 28 de dezembro de 2018, CERTIFICO que a Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária, inscrita no CNPJ sob o n. 03.407.390/0001-07, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Esta Certidão tem validade de 180 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14021.127406/2021-38.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário de Políticas Públicas de Emprego
Substituto

DESPACHO

Considerando o disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria MTb nº 1.190 de 28 de dezembro de 2018, CERTIFICO que Credimais Instituição de Crédito Produtivo Popular, inscrita no CNPJ sob o nº 02.608.706/0001-66, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Esta Certidão tem validade de 180 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14021.126913/2021-54.

DANIEL DE SOUZA GALVÃO
Secretário de Políticas Públicas de Emprego
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 20, de 19 de março de 2021, publicado no DOU de 22 de março de 2021, Edição 54, Seção 1, Página 79. Onde se lê: "veículo marca AUDI, modelo Q7, ano 2017, cor cinza", leia-se: "veículo marca BMW, modelo X3, ano 2016, cor azul".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 17, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de Julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, DECLARA:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica MM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., CNPJ nº 21.338.912/0001-48, conforme o processo administrativo nº 12266.721724/2019-77, nos termos da Instrução Normativa SRF n, º 242 de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

PORTARIA DRF/JPA Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o atendimento em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA-PB, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020.

CONSIDERANDO o agravamento da pandemia da Covid-19, inclusive com servidores, terceirizados e familiares contaminados;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas pela imprensa de elevada taxa de ocupação dos leitos hospitalares no estado da Paraíba com ocupação dos leitos de UTI durante o mês de março acima de 85% em média;

CONSIDERANDO que na situação atual é imperioso resguardar a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO que a redução da circulação de pessoas é medida eficaz para reduzir a propagação do vírus, resolve:

Art. 1º No período de 29 de março de 2021 a 9 de abril de 2021 o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa (PB) e Agências da Receita Federal do Brasil jurisdicionadas (Santa Rita, Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Patos e Sousa) Unidades descentralizadas será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento da receita Federal do Brasil, constantes no site www.gov.br/receitafederal.

§ 1º Continua em vigor o atendimento pelo email: atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 2º Em caso de dúvidas, orientações sobre os canais de atendimento poderão ser obtidas pelo telefone (83) 3216-4460, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, exceto fins de semana e feriados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 25, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.724109/2021-30, DECLARA:

Art. 1° Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, a empresa Eólica Canudos II SPE S.A., CNPJ 35.417.771/0001-63, projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Canudos II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.046758-8.01, período de execução de 19/11/2020 a 30/01/2022, CNO nº 90.005.07417/72, nos exatos termos da Portaria n° 485/SPE/MME, de 21 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2021.

Art. 2°. Ressalvado o disposto no art. 3º deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art.1º, poderá ser usufruído no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, conforme disposto no art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RONY DE LEMOS BRITTO BALTHAZAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0061, concedido ao estabelecimento da empresa CELIA DELGADO DUQUE, CNPJ 03.428.191/0001-85 através do Ato Declaratório Executivo nº 22 de 16/09/2003, publicado no Diário Oficial da União de 18/09/2003, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442182/2020-29.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 22 de 16/09/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 8, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0062, concedido ao estabelecimento da empresa CELIA DELGADO DUQUE, CNPJ 03.428.191/0001-85 através do Ato Declaratório Executivo nº 23 de 16/09/2003, publicado no Diário Oficial da União de 18/09/2003, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442182/2020-29.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 23 de 16/09/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0087, concedido ao estabelecimento da empresa CACHACA PEDRA DA GALINHA LTDA, CNPJ 05.815.049/0001-16 através do Ato Declaratório Executivo nº 11 de 24/03/2006, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442250/2020-50.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 11 de 24/03/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0088, concedido ao estabelecimento da empresa CACHACA PEDRA DA GALINHA LTDA, CNPJ 05.815.049/0001-16 através do Ato Declaratório Executivo nº 12 de 24/03/2006, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442250/2020-50.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 12 de 24/03/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 112, DE 26 DE MARÇO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.195688/2021-14, DECLARA:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS MADRE DE DEUS DE MINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.038.887/0001-03, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 27/02/2021 a 31/01/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0655925/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 113, DE 26 DE MARÇO 2021

Indefere habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.312770/2020-39, DECLARA:

Art. 1º Não habilitada definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRES PONTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.266.685/0001-43, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º O indeferimento da habilitação definitiva implica na perda dos efeitos da habilitação provisória retroativamente à data de sua concessão.

Art. 3° A pessoa jurídica interessada não habilitada definitivamente no Programa Mais Leite Saudável deverá observar o disposto no art. 644 da Instrução Normativa n°1.911/2019.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06106/0047, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS SERENATA LTDA, CNPJ 02.439.314/0001-10 através do Ato Declaratório Executivo nº 2 de 23/02/2001, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2001, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (SUSPENSA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442248/2020-81.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 2 de 23/02/2001.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 14, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Atacadista n° 06106/0056, concedido ao estabelecimento da empresa FAUZI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ 04.643.149/0001-40 através do Ato Declaratório Executivo nº 59 de 30/07/2002, publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2002, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442208/2020-39.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 59 de 30/07/2002.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Importador n° 06106/0080, concedido ao estabelecimento da empresa BEST WINE IMPORTACAO, COMERCIO DISTRIBUICAO LTDA., CNPJ 04.834.886/0001-20 através do Ato Declaratório Executivo nº 10 de 21/07/2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/07/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442196/2020-42.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 10 de 21/07/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 16, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06106/0061, concedido ao estabelecimento da empresa MGA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 05.286.501/0001-08 através do Ato Declaratório Executivo nº 3 de 15/01/2003, publicado no Diário Oficial da União de 16/01/2003, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442197/2020-97.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 3 de 15/01/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06106/0097, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE TRAGO DE MINAS LTDA, CNPJ 08.822.693/0001-00 através do Ato Declaratório Executivo nº 62 de 17/11/2009, publicado no Diário Oficial da União de 18/11/2009, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442227/2020-65.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 62 de 17/11/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 18, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06106/0098, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE TRAGO DE MINAS LTDA, CNPJ 08.822.693/0001-00 através do Ato Declaratório Executivo nº 63 de 17/11/2009, publicado no Diário Oficial da União de 18/11/2009, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442227/2020-65.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 63 de 17/11/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 19, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06106/0004, concedido ao estabelecimento da empresa ESPOLIO DE EUSEBIO DE SOUZA DIAS, CNPJ 22.226.898/0001-53 através do Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/02/2000, publicado no Diário Oficial da União de 11/02/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442198/2020-31.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/02/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 20, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06106/0011, concedido ao estabelecimento da empresa HELOISA MARIA VIEIRA, CNPJ 22.309.512/0001-77 através do Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/02/2000, publicado no Diário Oficial da União de 11/02/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442199/2020-86.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/02/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 21, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06106/0024, concedido ao estabelecimento da empresa SEBASTIAO ANANIAS, CNPJ 26.029.819/0001-75 através do Ato Declaratório Executivo nº 4 de 24/02/2000, publicado no Diário Oficial da União de 08/03/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442200/2020-72.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 4 de 24/02/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VARGINHA/MG Nº 22, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06106/0037, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA & COMERCIO DE AGUARDENTE FERREIRA LTDA, CNPJ 86.502.093/0001-78 através do Ato Declaratório Executivo nº 7 de 31/03/2000, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442201/2020-17.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7 de 31/03/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), somente na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.192572/2021-23, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, com fulcro no artigo 2º, inciso IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a navegação de apoio marítimo BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 07.864.634/0001-31 e as filiais de CNPJ nº 07.864.634/0002-12, 07.864.634/0003-01, 07.864.634/0004-84, 07.864.634/0006-46 e 07.864.634/0007-27 até 15/09/2030, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A empresa contratante é Sapura Navegação Marítima S.A., CNPJ nº 14.072.869/0001-56 e a operadora é Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda, CNPJ nº 11.058.804/0001-68.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT Nº 31, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 13767.000.397/86-72, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Engarrafador nº 07201/0139 concedido ao estabelecimento da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO FUZARI LTDA, CNPJ 27.103.001/0001-18 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 63, de 25/11/1999, publicado no Diário Oficial da União de 19/03/2002 através do ADE DRF/VIT nº 10, de 08/02/2002.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 63, de 25/11/1999.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT Nº 32, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 13767.000.088/88-18, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Engarrafador nº 07201/0159 concedido ao estabelecimento da empresa MADEICANA DESTILARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 27.581.313/0001-37 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 18/08/2000, publicado no Diário Oficial da União de 19/03/2002 através do ADE DRF/VIT nº 10, de 08/02/2002.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 18/08/2000.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 23, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O Chefe da Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1985 combinado com o art. 4° da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES SA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.179.682/0001-19, certificada na modalidade OEA-Conformidade Nível 2 e OEA-Segurança na função de Importador, Exportador, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas encontra-se Baixado por Incorporação.

Art. 2º. A exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 24, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1985 combinado com o art. 4° da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa EPSON PAULISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.554.976/0001-79, certificada na modalidade OEA-Conformidade Nível 2 na função de Importador, Exportador, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas encontra-se Baixado por Incorporação.

Art. 2º. A exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS E BENEFÍCIOS FISCAIS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 24, de 23 de março de 2021, publicado no DOU de 29 de março de 2021, Edição 59, Seção 1, Página 44. Onde se lê: "Coordenação Especial de Gestão de Créditos e de Benefícios Fiscais, leia-se: "COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS E BENEFÍCIOS FISCAIS".

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Manual da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 333 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012, DECLARA:

Art. 1º Fica aprovada a versão 1.34 do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições) e as correspondentes orientações de preenchimento, cujo conteúdo está disponível para download em http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/5766.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 73, de 19 de dezembro de 2019, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 43, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Ementa: LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE. PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA PARA O EXTERIOR. ROYALTIES. TRIBUTAÇÃO.

As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residente ou domiciliado no exterior em contraprestação pelo direito de comercialização ou distribuição de software, para revenda a consumidor final, o qual receberá uma licença de uso do software, enquadram-se no conceito de royalties e estão sujeitas à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF) à alíquota de 15% (quinze por cento).

SOLUÇÃO CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: Arts.1º e 2º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; art. 7º, inciso XII, da Lei nº 9.610, de 2 de fevereiro de 1998; art. 767 do Decreto nº 9580, de 22 de novembro de 2018. Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

EMENTA: BENEFICIÁRIO RESIDENTE OU DOMICILIADO EM PAÍS COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA. ALÍQUOTA MAJORADA.

Na hipótese de beneficiário residente ou domiciliado em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, a alíquota do imposto sobre os royalties devidos pela licença de comercialização será de 25% (vinte e cinco por cento).

SOLUÇÃO CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 441, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 24; Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, arts. 1º e 2º; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 7º, inciso XII; Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 8º; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, art. 767. Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

EMENTA: FATO GERADOR. CRÉDITO. CONVERSÃO CAMBIAL.

O fato gerador do IRRF de residente ou domiciliado no exterior é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda e ocorre no pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de rendimento, o que se verificar primeiro, por fonte situada no País. O registro do crédito contábil apenas configura o fato gerador na data em que a obrigação se tornar exigível. A conversão dos valores expressos em moeda estrangeira para a moeda nacional será feita mediante a utilização da taxa de câmbio vigorante na data do fato gerador.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 143; Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, arts. 97, "a", 100 e 199; Decreto-Lei nº 1.418, de 1975, art. 6º; Lei nº 9.779, de 1999, art. 7º; Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018), art. 741, I; Solução de Consulta Cosit nº 153, de 2 de março de 2017.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

REGIME DE TRIBUTAÇÃO COM BASE NO LUCRO PRESUMIDO. GANHO DE CAPITAL. FATO GERADOR. MOMENTO. EFEITOS.

No regime de tributação com base no lucro presumido, no caso de apuração de ganho de capital na alienação de bem do ativo não circulante (imobilizado), considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

1) no caso de alienação à vista, a receita bruta será reconhecida na data em que se efetivar a alienação, sendo indiferente falar em regime de competência ou de caixa, pois são coincidentes a data da efetivação da alienação e a data do recebimento do preço;

2) no caso de alienação a prazo, sendo a pessoa jurídica optante pelo regime de caixa, a receita bruta da alienação será reconhecida na medida do efetivo recebimento;

3) no caso de alienação a prazo, sendo a pessoa jurídica optante pelo regime de competência, a receita bruta de alienação será reconhecida no momento de efetivação do contrato de operação de compra e alienação, ainda que mediante instrumento de promessa, carta de reserva com princípio de pagamento ou qualquer outro documento representativo de compromisso.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, (CTN), arts. 43 e 116; Lei nº 7.450, de 1985, art. 51; Lei nº 10.406, de 2002, (Código Civil), arts. 107 e 108; Decreto nº 9.580, de 2018, (RIR/2018), arts. 210, 591, 595; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 214, 215, 223 e 223-A.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 46, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. PODUTOR RURAL. OVOS INCUBÁVEIS. COMERCIALIZAÇÃO. INEFICÁCIA.

Não há incidência de contribuição do produtor rural pessoa jurídica à Previdência Social sobre a produção rural de origem animal destinada à reprodução ou à criação pecuária ou granjeira, desde que vendida pelo próprio produtor a quem a utiliza diretamente para essas finalidades.

Não se afasta, contudo, a contribuição devida ao Senar sobre a comercialização desse produto.

Não produz efeitos a consulta que não preenche os requisitos legais exigidos para sua apresentação, como a que carreia questionamentos que não identificam os dispositivos da legislação tributária cuja aplicação suscita dúvida, ou a que veicula subjacente requerimento de prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; em conformidade com os incisos II e XIV da IN RFB nº 1.396, de 2013.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 971, de 2009: arts. 109 e 171 e IN RFB nº 1.396, de 2013: art. 18, II e XIV; ADE Codac nº 6/2018: art. 6º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 51, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

ZONA FRANCA DE MANAUS. IPI. ISENÇÃO OBJETIVA.

A isenção de IPI estabelecida no art. 9º do Decreto-lei nº 288, de 1967, c/c inciso II do art. 81 do Decreto nº 7.212, de 2010, possui caráter objetivo, fazendo com que os produtos recebidos em transferência da matriz, que os industrializou na Zona Franca de Manaus com projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa, por filial instalada fora da ZFM, permaneçam isentos.

Dispositivos Legais: Decreto-lei nº 288, de 1967, art. 9º; Decreto nº 7.212, de 2010, art. 81, inciso II; Parecer Normativo CST nº 154, de 1975.

Assunto: Normas de Administração Tributária

INEFICÁCIA PARCIAL

Não produz efeitos o questionamento formulado em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida e quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II e XI.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 52, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. RECEITA DA VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO. NÃO CÔMPUTO.

As receitas auferidas com a venda de ativos imobilizados não devem ser consideradas como receita bruta para fins de apuração da CPRB, se tais ativos forem utilizados nas atividades da pessoa jurídica e suas vendas não constituírem objeto social da empresa.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 40, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 8º, IX, 8º-A, 9º; Parecer Normativo Cosit nº 3, de 2012; Pronunciamento Técnico CPC 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 2009.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 53, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

ESTABELECIMENTO IMPORTADOR. SAÍDA DE PRODUTO IMPORTADO. EQUIPARAÇÃO A ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL. TRATADO INTERNACIONAL. SAÍDA COM SUSPENSÃO DO IMPOSTO. INAPLICABILIDADE.

O estabelecimento que der saída a produtos importados, de procedência estrangeira, que não tenham sido por ele submetidos a qualquer modificação em sua aparência, estrutura, funcionamento ou acondicionamento, revestirá, nessa operação de saída de produtos importados, a condição obrigatória de estabelecimento equiparado a industrial.

Não se aplicam as regras de suspensão de IPI previstas no caput do art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, e no caput do art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, a estabelecimento equiparado a industrial, salvo na hipótese descrita no art. 4º da referida instrução normativa, que não diz respeito à presente consulta.

A igualdade de tratamento, quanto aos tributos internos, para o produto nacional e o importado de países com os quais o Brasil mantenha tratado, acordo ou convenção internacional, assegurada pelo parágrafo 2 do artigo III do GATT, não pode ser utilizada como fundamento para dar saída a produtos com a suspensão do IPI prevista no caput do art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, pois a referida suspensão não alcança o estabelecimento equiparado a industrial.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 29, caput; Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 (Ripi/2010), arts. 4º, 8º e 9º, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, arts. 21, caput, e 27, inciso II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 54, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

APROPRIAÇÃO EXTEMPORÂNEA. COMPENSAÇÃO. RESSARCIMENTO.

Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração (§ 1º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002).

A apropriação extemporânea de créditos exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 355, DE 13 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 18 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 3º e 5º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Lei nº 11.116, de 2005; art.16; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

APROPRIAÇÃO EXTEMPORÂNEA. COMPENSAÇÃO. RESSARCIMENTO.

Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº10.833, de 2003, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº20.910, de 6 de janeiro de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração (§ 1º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003).

A apropriação extemporânea de créditos exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Cofins.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 355, DE 13 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 18 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 3º e 6º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Lei nº 11.116, de 2005; art.16; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 2018.

Assunto: Processo administrativo fiscal

CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz o questionamento formulado de forma genérica, que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou que denote a busca de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, I, II, XI e XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 55, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. VALOR.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Por força do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, o valor a ser excluído para fins de determinação do lucro real equivale ao montante que deixa de ser devido em razão do recebimento da subvenção para investimento, caso ele tenha sido recebido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. VALOR.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Por força do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, o valor a ser excluído para fins de determinação do resultado ajustado equivale ao montante que deixa de ser devido em razão do recebimento da subvenção para investimento, caso ele tenha sido recebido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 57, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

CONTRIBUINTE. PROPRIETÁRIO. TITULAR DO DOMÍNIO ÚTIL. POSSUIDOR A QUALQUER TÍTULO. DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE.

O contribuinte do ITR é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Havendo Escritura de Constituição de Direito Real de Superfície, entre o proprietário do imóvel rural (fundeiro) e a pessoa adquirente do direito real de superfície (superficiário), o fundeiro continua com o direito de propriedade, enquanto o superficiário passa a deter o domínio útil.

Coexistindo na condição de contribuintes o proprietário do imóvel e o titular do seu domínio útil, pode a autoridade administrativa, para eleger o sujeito passivo tributário, optar por um deles, visando a facilitar os procedimentos de fiscalização e arrecadação.

A eleição do superficiário para o cumprimento das obrigações tributárias principal e acessórias, não afasta a responsabilidade do fundeiro.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 93, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 153, inciso VI, § 4º, incisos I, II e III; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, (CTN), arts. 29, 30 e 31; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, art. 4º; Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002, art. 5º; Instrução Normativa SRF nº 256, de 11 de dezembro de 2002, art. 4º; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, arts. 1.225, 1.228, e 1.369 a 1.377 (Novo Código Civil); Lei nº 3.071. de 1º de janeiro de 1916, art. 43, inciso I (Antigo Código Civil)

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 58, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. RECEITAS DERIVADAS DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS. CARÁTER CONTRAPRESTACIONAL. DEFINIÇÃO DE FINALIDADE PRECÍPUA DA ENTIDADE.

São isentas da Cofins as receitas decorrentes das atividades próprias desenvolvidas por associação civil sem fins lucrativos que preencha os requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

A expressão "atividades próprias" denota o conjunto de serviços ou ações desempenhados pela pessoa jurídica no seu âmbito de atuação. No entanto, é imperativo haver coerência entre a finalidade do ente e a atividade por ele desenvolvida. A previsão, no estatuto ou ato constitutivo da entidade, do exercício de determinada atividade deve guardar coerência com os objetivos da instituição, sob pena de desvio de finalidade.

Consideram-se também receitas derivadas das atividades próprias da entidade aquelas decorrentes do exercício da sua finalidade precípua, ainda que auferidas em caráter contraprestacional. A finalidade precípua da entidade confunde-se com seus objetivos institucionais, previstos no respectivo estatuto ou ato constitutivo, ou seja, é sua razão de existir, o núcleo de suas atividades, o próprio serviço para o qual foi instituída (cf. acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial Representativo de Controvérsia Repetitiva nº 1.353.111-RS, objeto da Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016).

Os rendimentos auferidos pela entidade em razão da locação ou comercialização de bens e prestação de serviços, ainda que em caráter contraprestacional, uma vez que sejam aportados à consecução da finalidade precípua, podem constituir meios eficazes para o cumprimento dos seus objetivos e inserir-se entre as atividades próprias daquela, se a realização de tais atos guardar pertinência com as atividades descritas no respectivo ato institucional e desde que a entidade favorecida não se sirva da exceção tributária para, em condições privilegiadas, concorrer com pessoas jurídicas que não gozem da isenção.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 32; Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 a 15; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13, IV, e 14, X; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 7º, IV, 23, §§ 1º e 2º; 151, I e § 1º, e 765, II; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 59, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. LOCAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVO IMOBILIZADO. VEÍCULOS USADOS.

Em relação à aquisição de veículos usados incorporados ao ativo imobilizado e destinados à locação ou à prestação de serviços:

- pode ser descontado crédito com base nos encargos de depreciação caso tenham sido tributados no vendedor, ou seja, tenham sido adquiridos de revendedor de veículos usados;

- não pode ser descontado crédito na taxa de 1/48 do valor de aquisição ou em uma única parcela; e

- não pode ser descontado crédito quando não tenha ocorrido a tributação no vendedor, ou seja, quando o veículo tenha sido adquirido de pessoa física ou provenha do ativo imobilizado da pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 27 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 2 de fevereiro de 2015.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. MANUTENÇÃO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE VEÍCULOS. AUMENTO DA VIDA ÚTIL DE ATÉ UM ANO. DIRETO A CRÉDITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Em relação aos gastos com manutenção e com peças de reposição de máquinas, equipamentos e veículos, novos e usados, pertencentes ao ativo imobilizado, que acarretem o aumento da vida útil do bem de até um ano:

- pode ser descontado crédito, a título de insumo, com base nos encargos de depreciação caso os veículos sejam utilizados na prestação de serviços.

- não pode ser descontado crédito à taxa de 1/48 do valor dos gastos ou em uma única parcela; e

- não pode ser descontado crédito caso os veículos sejam destinados à locação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. ATIVO IMOBILIZADO. MANUTENÇÃO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE VEÍCULOS.

Em relação aos gastos com manutenção e com peças de reposição de veículos, novos e usados, pertencentes ao ativo imobilizado e destinados à locação ou à prestação de serviços, que acarretem o aumento da vida útil do bem superior a um ano, ou seja, que tenham sido ativados:

- pode ser descontado crédito com base nos encargos de depreciação; e

- não pode ser descontado crédito à taxa de 1/48 do valor dos gastos ou em uma única parcela.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. DISPÊNDIOS COM SALÁRIOS E PARA VIABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA MÃO DE OBRA. DESPESAS COM ATIVIDADES COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS E JURÍDICAS.

Não podem ser descontados créditos, a título de insumos, em relação a gastos com salários, encargos e benefícios dos funcionários ligados diretamente à prestação de serviços e à locação.

Não podem ser descontados créditos, a título de insumos à prestação de serviços ou à locação, em relação a gastos com atividades comerciais, administrativas, contábeis e jurídicas da pessoa jurídica.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS ATÉ O ESTABELECIMENTO ONDE HAVERÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU LOCAÇÃO.

Em relação aos gastos com veículos para levar equipamentos e veículos ao estabelecimento do cliente:

- podem ser descontados créditos, a título de insumo, na hipótese de realização de prestação de serviços com os equipamentos e veículos; e

- não podem ser descontados créditos, a título de insumo, na hipótese de locação dos equipamentos e veículos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, inciso II, e art. 3º, incisos II e VI, § 1º, inciso III, § 2º, incisos I e II, e § 14, com redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, inciso XII e § 2º, com redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, art. 172, § 1º, incisos VII e VIII, e § 2º, incisos VI a VIII; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. LOCAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVO IMOBILIZADO. VEÍCULOS USADOS.

Em relação à aquisição de veículos usados incorporados ao ativo imobilizado e destinados à locação ou à prestação de serviços:

- pode ser descontado crédito com base nos encargos de depreciação caso tenham sido tributados no vendedor, ou seja, tenham sido adquiridos de revendedor de veículos usados;

- não pode ser descontado crédito na taxa de 1/48 do valor de aquisição ou em uma única parcela; e

- não pode ser descontado crédito quando não tenha ocorrido a tributação no vendedor, ou seja, quando o veículo tenha sido adquirido de pessoa física ou provenha do ativo imobilizado da pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 27 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 2 de fevereiro de 2015.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. MANUTENÇÃO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE VEÍCULOS. AUMENTO DA VIDA ÚTIL DE ATÉ UM ANO. DIRETO A CRÉDITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Em relação aos gastos com manutenção e com peças de reposição de máquinas, equipamentos e veículos, novos e usados, pertencentes ao ativo imobilizado, que acarretem o aumento da vida útil do bem de até um ano:

- pode ser descontado crédito, a título de insumo, com base nos encargos de depreciação caso os veículos sejam utilizados na prestação de serviços. Vinculação ao Parecer Cosit/RFB nº 5, de 2018;

- não pode ser descontado crédito à taxa de 1/48 do valor dos gastos ou em uma única parcela; e

- não pode ser descontado crédito caso os veículos sejam destinados à locação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. ATIVO IMOBILIZADO. MANUTENÇÃO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE VEÍCULOS.

Em relação aos gastos com manutenção e com peças de reposição de veículos, novos e usados, pertencentes ao ativo imobilizado e destinados à locação ou à prestação de serviços, que acarretem o aumento da vida útil do bem superior a um ano, ou seja, que tenham sido ativados:

- pode ser descontado crédito com base nos encargos de depreciação; e

- não pode ser descontado crédito à taxa de 1/48 do valor dos gastos ou em uma única parcela.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. DISPÊNDIOS COM SALÁRIOS E PARA VIABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA MÃO DE OBRA. DESPESAS COM ATIVIDADES COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS E JURÍDICAS.

Não podem ser descontados créditos, a título de insumos, em relação a gastos com salários, encargos e benefícios dos funcionários ligados diretamente à prestação de serviços e à locação.

Não podem ser descontados créditos, a título de insumos à prestação de serviços ou à locação, em relação a gastos com atividades comerciais, administrativas, contábeis e jurídicas da pessoa jurídica.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2018.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS ATÉ O ESTABELECIMENTO ONDE HAVERÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU LOCAÇÃO.

Em relação aos gastos com veículos para levar equipamentos e veículos ao estabelecimento do cliente:

- podem ser descontados créditos, a título de insumo, na hipótese de realização de prestação de serviços com os equipamentos e veículos; e

- não podem ser descontados créditos, a título de insumo, na hipótese de locação dos equipamentos e veículos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º, inciso II, e art. 3º, incisos II e VI, § 1º, inciso III, e § 2º, incisos I e II, com redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, § 14, e art. 15, inciso II, com redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, inciso XII e § 2º, com redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, art. 172, § 1º, incisos VII e VIII, e § 2º, incisos VI a VIII; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Resolução CMN nº 4.900, de 25 de março de 2021, publicada no DOU de 29 de março de 2021, seção 1, páginas 54-60, proceder a seguinte retificação:

Onde se lê:

"O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de fevereiro de 2021, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 4º, 5º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:"

Leia-se:

"O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de março de 2021, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 4º, 5º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolveu:"

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.590, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza, nesta data, a HEDGE Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., C.N.P.J. 07.253.654/0001-76, a prestar o serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro e 1976, e da Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013..

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 180, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001258/2021-11, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir de 15/03/2021, data da emissão do protocolo pela Previc, a retirada de patrocínio vazia da Associação Comercial e Industrial de Americana, CNPJ nº 44.680.346/0001-53, do Plano de Benefícios Previdenciários da ACIPREV, CNPB nº 2012.0004-11, administrado pela Aciprev - Fundo Multinstituído de Previdência Complementar.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CNSP nº 405, de 26 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2021, Seção 1, página 80, onde se lê: " Art. 2º Esta Resolução Ato Normativo entra em vigor em 3 de maio de 2021.; Leia-se: Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de maio de 2021."

DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.601091/2021-43, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 14.056.028/0001-55, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 20.000.160,00, elevando-o para R$ 36.759.300,00, dividido em 27.610.000 ações ordinárias e sem valor nominal; e

II - refo rma e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RELATÓRIO

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO APRESENTA SEU RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2020, COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS E DESTAQUES DO ANO NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EMPRESA.

Mensagem dos Administradores

2020: um ano atípico. O ano exigiu da administração a quebra de paradigmas, a reinvenção de práticas de gestão, decisões em tempo recorde. Lidar com desafios e incertezas que a nossa geração não se havia confrontado. Tudo isso, mantendo o compromisso do Serpro com as pessoas e seus novos desafios, e com a transformação do Brasil, para impulsionar ainda mais o Governo Digital.

Mesmo com os impactos da pandemia, em 2020 o Serpro apresentou lucro líquido de R$ 462,1 milhões. Comparado a 2019, mostra uma redução de apenas 5% em um dos anos mais desafiadores da história recente, em que houve redução de receitas de aproximadamente 8% dos nossos clientes do setor público. Essa conquista, detalhada mais adiante, foi fruto da execução de ações coordenadas de gestão, aumento de produtividade, conquista de novos clientes no setor privado e otimização dos recursos. Por tudo isso, comemoramos esse resultado, que demonstra a constante melhoria da performance operacional e a resiliência da empresa.

Aspecto que merece destaque foi o crescimento do nosso faturamento com os serviços destinados ao mercado privado. Em 2020, esse segmento foi fundamental para amortecer o impacto da redução das receitas provenientes dos clientes dependentes do Orçamento Geral da União (OGU), cujos recursos foram carreados para o combate à pandemia. A gestão financeira focou em preservar o caixa da empresa, estratégia definida ainda em 2019 que trouxe segurança à estatal no ano de 2020, e cujos reflexos serão positivos em 2021, um ano de transição em que não se espera uma completa recuperação econômica. Nesse cenário, a empresa encerrou o exercício com saldo de caixa 68,2% superior a 2019.

Tudo isso sem deixar de investir. Somados aos impactos positivos no caixa, a execução financeira do Serpro refletiu os métodos de gestão que vêm sendo aprimorados desde 2019. Aumentamos em 43%, em relação ao ano anterior, o investimento em novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e de logística. Investimos R$ 16,1 milhões em segurança da informação, pois a nossa busca por excelência é constante. Entendemos que os investimentos suprem a lacuna de exercícios anteriores, e garantem ao Serpro as condições técnicas imprescindíveis para manter o já elevado nível de confiabilidade e de alta disponibilidade dos serviços prestados aos clientes da Administração Pública e do mercado privado.

Quanto ao nosso portfólio de serviços, mantivemos em 2020 os cronogramas de lançamentos variados e entregas ousadas para a transformação digital do Brasil.

No ano da pandemia, investimos como nunca em soluções de biometria e segurança digital para os nossos clientes, permitindo que serviços públicos e privados, que outrora eram realizados no balcão de atendimento, migrassem por completo para o digital. Finalizamos a integração de 100 sites (incluindo todos os sites ministeriais e os 20 maiores sites de governo) para uma experiência única para o cidadão: o Gov.br, motivo de orgulho para essa administração não só por ser o maior portal de governo do mundo, mas pela celeridade com a qual estamos digitalizando serviços para facilitar a vida do cidadão brasileiro.

Exemplo disso foram as entregas que aperfeiçoaram serviços estruturantes tais como o Siscomex, IRPF, Sigepe, SIAFI, SIORG, Plataforma+Brasil, SICAF, SIASG, COMPRASNET, SIADS, SCDP, SIAPE, Tesouro Gerencial, entre outros.

O ano de 2021 será ainda mais desafiador, sobre o qual ainda paira um cenário internacional de incertezas, mas acreditamos no potencial das pessoas que constroem a história do Serpro diariamente. São inúmeras as áreas com serviços e entregas diversificadas para garantir a qualidade dos serviços e melhorar ainda mais o atendimento aos nossos clientes. Para o próximo ano, temos como metas a Identidade Digital; o fortalecimento da marca Serpro como uma referência em LGPD e Segurança no Brasil; e o alinhamento da empresa às melhores práticas ambientais, sociais e de governança que compõem a Agenda ESG, cada vez mais presente no dia a dia das empresas brasileiras. Muitos desafios e uma certeza: estamos prontos!

1. Apresentação

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Economia. Ao longo dos seus 56 anos, se tornou líder no mercado de Tecnologia da Informação (TI) para o setor público e acumulou em seu portfólio a experiência de grandes sistemas da Administração Pública Federal. Há cinco anos a empresa expandiu o seu negócio para outros mercados nos setores público e privado com a oferta de produtos inteligentes e serviços especializados.

Sua atuação é direcionada pelos seguintes componentes estratégicos:

Nossa missão

Conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras.

Nossa visão

Ser reconhecida como a empresa que viabiliza o governo digital.

Nossos valores

- Segurança com soluções íntegras e confiáveis
- Excelência em soluções digitais
- Responsabilidade, ética e integridade com os dados da sociedade
- Proatividade na proposição de soluções
- Responsividade nas entregas com agilidade
- Orgulho de viabilizar uma sociedade digital

Para manter a liderança e avançar na implantação do governo digital, o Serpro investe em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de ponta, como inteligência artificial (IA), internet das coisas (IoT), blockchain e analytics, e na utilização de práticas de experiência do usuário (UX). Os resultados desse trabalho podem ser percebidos nas soluções de reconhecimento biométrico, nos chatbots que aceleram o atendimento ao cidadão em diversos órgãos públicos e nas soluções de inteligência que trazem mais segurança a serviços digitais públicos e privados.

O mercado de TI passa por constantes mudanças e o Serpro consolidou sua posição como agente de transformação digital do Governo Federal, desenvolvedor de soluções digitais inovadoras e prestador de serviços que contribuem para melhorar a vida da sociedade e tornar a relação do Estado com os cidadãos mais direta e transparente.

Por tudo isso, a empresa é reconhecida como uma organização de excelência tecnológica, que mais do que fazer parte, ajudou a escrever a história da tecnologia digital no Brasil.

2. A Empresa

2.1 Estratégia Empresarial

O Serpro define sua Estratégia Empresarial para o horizonte de cinco anos e a revisa anualmente para o estabelecimento do plano estratégico e das metas do exercício. Essas revisões anuais permitem lidar com as mudanças nos cenários macroeconômico, político e tecnológico, assim como aproveitar oportunidades e se proteger de ameaças do ambiente em que está inserido.

A definição dos objetivos e das metas estratégicas observa a missão e a visão estabelecidas, as leis, as políticas públicas, os normativos e o plano plurianual do governo. O processo é colaborativo e envolve a participação das diretorias e superintendências, a captação de informações com partes interessadas externas, a elaboração de estudos pela Rede de Inteligência do Serpro[1], e a construção da Matriz SWOT, para priorizar as ações que mais contribuem para o alcance dos objetivos selecionados.

Para 2020, os componentes estratégicos foram revistos e o compromisso da empresa com sua missão, visão e valores foi reafirmado. A grande novidade foi a inclusão de um propósito de transformação para inspirar e direcionar a mudança pretendida pela empresa. O propósito priorizado pelos Administradores é a transformação digital, expressado em "Evoluir de uma empresa de processamento de dados para uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e soluções digitais", o que permeia todo o plano e ancora os objetivos estratégicos, que são representações mais abrangentes da estratégia de longo prazo da empresa.

Outras práticas adotadas pelo Serpro em seu processo de planejamento estratégico, para estar atento às mudanças de cenário, riscos ao negócio e avaliação do desempenho, envolvem o monitoramento e um evento de revisão da estratégia dentro de cada ciclo anual. O monitoramento é contínuo e sob duas perspectivas:

i. de desempenho, por meio de indicadores-chave de resultados, acompanhados mensalmente pela Diretoria Executiva e trimestralmente pelo Conselho de Administração; e

ii. dos riscos estratégicos, que verifica e redireciona o tratamento dos riscos mapeados, avalia o efeito das ações de mitigação e identifica novos riscos durante a execução da estratégia.

Os cinco objetivos estratégicos definidos para 2020:

OE1 Fortalecer a marca Serpro:
- Prezar pela conformidade e integridade dos produtos/serviços
- Oferecer serviços com qualidade e segurança, adequados aos clientes e cidadãos
- Promover transformações digitais
- Ser referência em LGPD
- Primar pela responsabilidade social
- Alcançar a satisfação dos clientes

OE2 Garantir a sustentabilidade econômico-financeira
- Aumentar a receita
- Reduzir custos e despesas
- Avaliar a reorganização empresarial
- Aumentar o lucro

OE3 Diversificar a carteira de clientes
- Ampliar mercado não OGU (Orçamento Geral da União)
- Alcançar novos clientes no mercado OGU
- Conquistar contratos internacionais

OE4 Ampliar a oferta de novos produtos e serviços
- Investir em parcerias para criar novas soluções
- Criar soluções com tecnologias digitais avançadas
- Disponibilizar Plataformas inteligentes e inovadoras

OE5 Aprimorar a eficiência operacional
- Fortalecer a gestão de pessoas
- Investir nas pessoas
- Desburocratizar e simplificar a empresa
- Aprimorar e otimizar processos
- Promover melhora do clima organizacional
- Aumentar a produtividade

[1] A Rede de Inteligência é um grupo composto por empregados de diversas áreas do Serpro que produzem estudos especializados sobre assuntos de relevância para a empresa e alinhados ao planejamento estratégico.

2.2 Visão Geral Organizacional

O Serpro foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, é regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

Uma das finalidades do Serpro, em seu Estatuto Social, é "contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade". Para isso, a atuação dos seus Administradores e o seu Modelo de Governança Corporativa estão alinhados com as determinações legais sobre governança das empresas estatais, as diretrizes do governo e as melhores práticas de mercado.

O Modelo estabelece a organização e o funcionamento da Estrutura e da Arquitetura de Governança e Gestão, de forma a aprimorar o processo decisório, impulsionar ações voltadas à sustentabilidade empresarial e gerar valor e confiança para as partes interessadas.

A Estrutura de Governança e Gestão define as instâncias externas e internas que atuam nesses temas, reforça seus papéis e responsabilidades, em consonância com o disposto no Estatuto Social, e ordena a cadeia de comando, as atribuições e as alçadas. Assim, a Estrutura é integrada pela Assembleia Geral, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitês de Auditoria e de Elegibilidade, além de instâncias internas de apoio à governança como a Auditoria Interna, Ouvidoria e Corregedoria.

Nos níveis táticos da estrutura organizacional estão as unidades subordinadas à Diretoria Executiva, cujas atribuições são especializadas por função, e o balanceamento de poderes, autoridades e alçadas compartilhadas mantém o alinhamento com a Estratégia Empresarial, com a Cadeia de Valor do Serpro e com os temas organizacionais.

Adicionalmente, a eficiência e a conformidade legal no Serpro são reforçadas desde 2016 pela atuação de uma área estatutária de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e pela adoção do Modelo das Três Linhas, em que cada linha contribuiu para o desenvolvimento dos temas afetos à sua competência.

Esta organização leva a empresa a atuar de forma mais integrada e atingir seus objetivos corporativos, alinhados com o direcionamento da governança. A empresa prima por esta conformidade e seu esforço tem sido reconhecido em vários segmentos, como descrito no item "5. Reconhecimento".

Em 2019 o quadro era de 9.030 empregados, ao final do exercício de 2020 tinha 8.036 após um bem sucedido Programa de Demissão Voluntária. Seus empregados estão distribuídos em sua sede e regionais. O Serpro possui instalações prediais em 11 capitais do país e está presente em todos os estados, com atendimento em 400 municípios, sendo que em 112 deles de forma presencial. No atendimento à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, atua em 133 unidades, presentes em 103 municípios; e para o Ministério das Relações Exteriores (MRE) presta atendimento remoto, sob demanda, para aproximadamente 204 pontos entre embaixadas, consulados e postos, em 144 países ou territórios.

Os endereços e contatos da sede em Brasília/DF e das regionais estão disponíveis em: https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/enderecos.

A estrutura de Governança e Gestão do Serpro foi modificada em 2020, quando foi inserida a instância interna de apoio à governança dedicada exclusivamente à Privacidade e Proteção de Dados, decorrente do projeto iniciado em 2019 e concluído em agosto de 2020 de plena adequação da empresa à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que pôs a empresa na vanguarda da proteção dos dados pessoais dos cidadãos e é considerado case de sucesso em ambos os segmentos, público e privado.

A estrutura de Governança do Serpro está disponível em:

https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/modelo-de-governanca/estrutura-de-governanca

2.3 Negócios

O Serpro trabalha em prol do Estado e da sociedade, viabilizando a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, são priorizadas iniciativas que visam a modernização da Administração Pública; junto ao mercado privado, a empresa desenvolve serviços de excelência para se tornar um parceiro de negócios; e, finalmente, junto à sociedade, o Serpro empenha-se em facilitar o cotidiano dos cidadãos e aproximá-los dos serviços públicos.

O Serpro está sempre se aprimorando e inovando. Para isso, conta com um Modelo de Negócio que transforma recursos em novos produtos e serviços e o leva a ser uma das maiores empresas públicas de TI do mundo, oferecendo soluções inovadoras e de alto valor agregado.

O Serpro vem inovando sua forma de fazer negócios, deixando de ser a empresa de processamento de dados do Governo Federal para ser uma organização propulsora da transformação digital.

Neste sentido, em 2020, a empresa revisou suas linhas de negócio, e agora oferece seus serviços agrupados conforme abaixo:

i. Soluções sob medida: serviços exclusivos e personalizados, construídos com a experiência que o Serpro adquiriu desenvolvendo soluções para o Governo, capazes de atender às mais exigentes necessidades do país e tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas;

ii. Operações de Governo: serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva;

iii. Informação e Análise: serviços que fomentam a atividade econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração a informações de Governo;

iv. Software: serviços em multiplataforma que simplificam e modernizam a operação do negócio dos clientes, voltados para atender necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente, com soluções inovadoras para problemas complexos do cotidiano do mercado público e privado;

v. Ambientes e Conectividade de TI: serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades; e

vi. Privacidade e Segurança: soluções para garantir a identificação digital do brasileiro, a privacidade de seus dados e o uso seguro de serviços públicos, o que é essencial em um momento de expansão dos serviços públicos digitais.

Essa revisão segmenta melhor as soluções digitais, facilita o processo de definição de estratégias de marketing e de negócio por linha, permite compreender e se adaptar às necessidades de clientes atuais e potenciais, além de otimizar o uso de recursos alocados no atendimento de cada público.

Dentre os clientes públicos, destacam-se: Ministério da Economia; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional; Ministério da Infraestrutura; Departamento Nacional de Trânsito; Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários; Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT); Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Por ser o guardião e gestor oficial de grandes bases de dados, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o Sistema de Comércio Exterior (Siscomex), o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e diversos outros repositórios da Receita Federal, o Serpro é capaz de transformar essas bases em informações qualificadas para o Governo, os cidadãos e as empresas, garantindo a privacidade dos dados e de seus titulares.

Criar um cenário de segurança jurídica, com a padronização de normas e práticas, para promover a proteção, de forma igualitária e dentro do país e no mundo, dos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil é o que se busca com a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Serpro colaborou para a sua construção, comprometendo-se com o atendimento ao normativo e se tornando referência nacional no tema. Desde que a LGPD entrou em vigor, a empresa oferece ao mercado soluções técnicas, educacionais e de certificação que auxiliam o setor público e privado na adequação aos princípios da lei.

Na esfera privada, seus clientes são empresas e organizações de todos os tamanhos e segmentos da economia, que buscam informações íntegras e confiáveis e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes. Os esforços para ampliação dessa carteira levaram o Serpro de 225 clientes privados em 2016, para 5.861 em 2019, e para mais de 10 mil em 2020.

3. Desempenho Empresarial

O desempenho da gestão foi medido a partir das 23 metas estratégicas, associadas aos 5 objetivos apresentados no item "2.1. Estratégia empresarial". As informações dos resultados obtidos estão organizadas a seguir em 4 dimensões:

i. econômico-financeira;
ii. clientes;
iii. processos e tecnologia; e
iv. pessoas, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

3.1. Dimensão Econômico-financeira

Contexto econômico

Em 2020, a economia mundial foi afetada diretamente pela pandemia da COVID-19. A rápida disseminação do vírus levou a consequências sociais e econômicas inéditas na história da sociedade moderna.

A expectativa de retração do PIB mundial na ordem de 4,3% comprova que a pandemia da COVID-19 gerou impacto macroeconômico em todas as economias do mundo e que será necessário esforço conjunto para que a recuperação ocorra o mais breve possível.

No Brasil, o Governo implementou ações sociais para minimizar o impacto da COVID-19. Segundo o boletim Focus, de 8 de janeiro de 2021, a expectativa do mercado é que o PIB nacional tenha uma queda de aproximadamente 4,4% quando comparado ao ano anterior, ainda que em patamares muito inferiores à queda prevista inicialmente, de mais de 8%.

Indicadores financeiros e de desempenho

Em meio a esse cenário, o Serpro demonstrou resiliência, agilidade de adaptabilidade às mudanças em respostas às alterações no ambiente externo, minimizando os efeitos da pandemia sobre o desempenho empresarial.

Ações coordenadas de gestão empresarial, aumento de produtividade, lançamento de novos serviços e produtos, conquista de novos clientes e otimização dos recursos foram determinantes para o resultado empresarial alcançado no exercício 2020. O Serpro enfrentou com sucesso o desafio logístico de designar aproximadamente 6 mil empregados[2] para o trabalho em casa, com todos os desafios conexos de infraestrutura, tecnologia e jurídicos.

Ainda que sofrendo tamanhos impactos da pandemia, alcançou um lucro líquido de R$ 462,1 milhões, decréscimo de apenas 5,1% em relação ao ano anterior, justificado pela redução da receita operacional bruta em R$ 157,4 milhões.

A conjuntura observada no campo fiscal afetou e afeta consideravelmente o Serpro, cujos principais clientes são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resultou em restrições orçamentárias para esses clientes, explicando a queda da receita oriunda do setor público da ordem de R$ 285,8 milhões.

Esse impacto negativo, porém, foi amortecido pelo crescimento de R$ 128,4 milhões nas receitas provenientes de clientes privados e pela melhoria na performance operacional da empresa. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, que evoluíram 43,8% quando comparada ao ano anterior e, ao final de 2020, passou a representar cerca de 12,9% da receita operacional bruta.

No tocante aos gastos totais, observou-se uma redução de 2,5% em relação ao exercício anterior influenciada, principalmente, pelas reduções em gastos com custeio, em especial custeio logístico e de TI, além da redução dos créditos a receber.

O aumento dos gastos com pessoal decorreu principalmente de fator não recorrente, como a realização do Programa de Demissão Voluntária (PDV) com a adesão de 838 empregados, representando 29,7% do público alvo, cujo custo totalizou R$ 131,2 milhões, mas que irá otimizar os gastos operacionais no futuro, pois há previsão de redução da folha de pagamentos a partir de 2021 em montante aproximado de R$ 225 milhões, o que reforçará ainda mais a capacidade da empresa de alcançar seus novos desafios de sustentabilidade empresarial.

A apuração de receitas em montante superior aos gastos realizados permitiu ao Serpro superar a meta de sustentabilidade empresarial, encerrar o exercício com uma margem líquida de 16,9% e com caixa adequado para enfrentar os desafios e compromissos de 2021.

O comparativo dos resultados nos principais indicadores financeiros e empresariais dos dois últimos períodos está demonstrado no quadro abaixo:

[2] Quadro interno em Março de 2020.

Quadro 1 - Resultados econômico-financeiros - comparativo 2020 x 2019

Indicadores		2020	2019	Variação 2020x2019
DRE	Lucro Líquido *	462,1	486,9	-5,1%
	Receita Líquida *	2.736,5	2.859,1	-4,3%
	Gasto Total *	2.317,2	2.377,1	-2,5%
Desempenho	Margem Líquida (1)	16,9%	17,0%	-0,1 p.p.
	Margem EBITDA (2)	18,9%	20,9%	-2,0 p.p.
	Investimento / Receita Líquida (3)	6,2%	4,2%	2,0 p.p.
	Retorno sobre Investimento - ROI (4)	10,6%	14,3%	-3,7 p.p
	Índice de Eficiência Operacional (5)	84,7%	83,1%	1,6 p.p
	Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (6)	33,9%	49,5%	-15,6 p.p
Balanço	Total de Ativos*	4.210,5	3.865,9	8,9%
	Caixa e Equivalentes de Caixa*	1.694,5	1.007,5	68,2%
	Patrimônio Líquido*	1.739,4	987,3	76,2%
	Total do Passivo*	4.210,5	3.865,9	8,9%
	Liquidez Corrente (7)	2,1	2,0	0,1
	Liquidez Imediata (8)	1,5	1,1	0,4
Pessoal	Quantidade de empregados (quadro interno)	5.876	6.811	-13,7%
	Receita per capita**	465,7	419,8	10,9%
	Gasto com Pessoal*	1.802,4	1.659,5	8,6%
	Gasto com Pessoal / Receita Líquida	65,9%	58,0%	7,9 p.p

Conforme informações constantes das Demonstrações Financeiras divulgadas.

* valores expressos em milhões de Reais

** valores expressos em Reais

(1) Margem Líquida: em 2020 reduziu 0,1 p.p. em comparação com o exercício de 2019, esse indicador representa o lucro líquido de cada serviço prestado pela empresa, ou seja, o Serpro em 2020 apresentou 16,9% de lucro líquido de cada real de venda que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive imposto de renda.

(2) Margem EBITDA: apresentou redução de 2 p.p., saindo de 20,9% no exercício de 2019 para 18,9% em 2020, o que reflete a diminuição do lucro oriundo das atividades operacionais, desconsiderando elementos que são puramente financeiros, como a depreciação de ativos. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela queda de receita operacional bruta com clientes constantes no Orçamento Geral da União (OGU).

(3) Investimento / Receita Líquida: aumentou em 2 p.p., saindo de 4,2% em 2019 para 6,2% em 2020, o que demonstra que a empresa destinou maior parcela da receita líquida de vendas para aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações), necessários para a produção de serviços e produtos.

(4) Retorno sobre Investimento (ROI): reduziu 3,9 p.p., saindo de 14,5% em 2019 para 10,6% em 2020. A diminuição se deve à redução da receita em 2020 e ao crescimento do Ativo Operacional Médio.

(5) Índice de Eficiência Operacional: aumentou 1,6 p.p., saindo de 83,1% em 2019 para 84,7% em 2020. Esse aumento se deve à redução da receita líquida em 2020 em ritmo maior que a redução dos gastos.

(6) Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido: reduziu 15,6 p.p., saindo de 49,5% em 2019 para 33,9% em 2020, devido à redução do lucro líquido em 5,1% e ao crescimento do patrimônio líquido em 76,2%, resultante da geração de lucro em 2020 e reversão em Outros Resultados Abrangentes (ORA), decorrente de parecer atuarial sobre o impacto do benefício pós-emprego (Serpros e PAS Serpro).

(7) Liquidez Corrente: evolução em 0,1 (índice), saindo de 2,0 em 2019 para 2,1 em 2020. O indicador apresentou melhoria devido ao ritmo de crescimento do Ativo Circulante (32,6%) maior que o observado no Passivo Circulante 24,3%.

(8) Liquidez Imediata: evolução em 0,4 (índice), saindo de 1,1 em 2019 para 1,5 em 2020. Essa variação é decorrente do aumento de 68,2% de Caixa e Equivalente de Caixa.

Quadro 2 - Resultados econômico-financeiros (sem eventos não recorrentes) - comparativo 2020 x 2019

Análise da variação de resultados - sem eventos não recorrentes				
Indicadores		2020	2019	Variação 2020 x 2019
DRE	Receita Líquida*	2.736,5	2.859,1	-4,3%
	Gasto Total*	2.186,1	2.395,1	-8,7%
	Gasto com Pessoal*	1.671,2	1.659,5	0,7%
	Verbas Indenizatórias PDV*	131,2	0,0	100,0%
	Outros Eventos não recorrentes*	0,0	18,0**	-100,0%
	Lucro Operacional*	550,4	464,0	18,6%
Desempenho	Margem Líquida	18,6%	16,1%	2,5 p.p.
	Margem EBITDA	23,7%	20,3%	3,4 p.p.
	Retorno Sobre os Investimentos	13,9%	10,5%	3,4 p.p

Conforme informações constantes das Demonstrações Financeiras divulgadas, após a exclusão do impacto de eventos de natureza não recorrentes.

* valores expressos em milhões de Reais

** superávit do Serpros e ajustes para perda de créditos que ocorreram em 2019

Ao desconsiderar o impacto de eventos não recorrentes, o lucro operacional seria de R$ 550,4 milhões e o lucro líquido seria de R$ 507,7 milhões, ou seja, 18,6% e 10,4% maior que o apurado no ano anterior, respectivamente. Isso demonstra que a empresa apresentou melhoria consistente, potencializando o resultado operacional por meio da estratégia de diversificação da carteira e otimização de gastos que já refletem impactos positivos no ano corrente. Em função disso, percebe-se melhoria em quase todos os indicadores econômico-financeiros, conforme o quadro acima.

Cabe destacar que o principal evento não recorrente foi a realização do Programa de Demissão Voluntária, que representou acréscimo de gastos na ordem de R$ 131,2 milhões, mas os benefícios gerados nos exercícios futuros, por meio da redução do gasto com pessoal, são determinantes para a sustentabilidade empresarial.

Por fim, importante ressaltar que o Serpro possui e tem implementado novos controles internos para adequada realização de suas atividades de controladoria e gestão econômico-financeira e cuida da elaboração de suas Demonstrações Financeiras em observância a normas legais e técnicas, tais como: a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações; a Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016; as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT); o Estatuto Social vigente e outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Serpro podem ser encontradas na sua integralidade nos endereços:
https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais
https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/demonstracoes-financeiras

3.2 Dimensão Clientes

O Plano Estratégico de 2020 direcionou as ações de fortalecimento da marca para a realização de negócios que diversificaram a carteira de clientes e ampliaram a oferta de novos produtos e serviços.

A quantidade de clientes passou de mais de 6 mil em 2019 para 13.113 em 2020, sendo 8.778 novos clientes não dependentes do OGU. A representatividade desses clientes na receita operacional bruta evoluiu de 12% em 2019 para aproximadamente 15% em 2020, dos quais cerca de 12,9% são clientes privados.

Quadro 3 - Receita operacional bruta por esfera

OGU	Esfera	Receita Operacional Bruta (em milhões de R$)	Representatividade
Sim	Público	2.774,4	84,6%
Não	Privado	421,5	12,9%
Não	Público	82,4	2,5%
	Total	3.278,3	100%

A estratégia de negócios da empresa no contexto da pandemia colheu resultados favoráveis não apenas no mercado privado, mas também por meio de novas conquistas no mercado OGU, tais como o fechamento de contratos e o estágio avançado de negociações com grandes clientes, além do mercado internacional, onde foram firmados 12 contratos com 7 diferentes clientes em 3 países.

O Serpro superou sua meta de estabelecer parcerias comerciais associadas a produtos de seu catálogo de serviços, tendo firmado acordos com 8 parceiros, e cumpriu a meta de lançamento de produtos multiclientes dentro do prazo. Também foram entregues 9 capacidades críticas para as plataformas de Inteligência Artificial, Big Data Analytics, Internet das Coisas, Nuvem e Segurança da Informação. Além disso, a plataforma LGPD foi lançada em setembro de 2020 e já possui clientes em adaptação e homologação.

Para fortalecimento da marca Serpro, destacam-se: a participação da empresa em 60 eventos, o alcance de R$ 162,6 milhões em notícias positivas na imprensa, mais de 900 mil pessoas alcançadas nas redes sociais, mais de 17.600 menções ao Serpro na imprensa, e 9.000 leads gerados com participação em eventos.

Em 2020, o desempenho das linhas de negócio apresentou os seguintes valores aproximados:

Quadro 4 - Receita operacional bruta por linha de negócio

Linha de negócio	Receita Operacional Bruta (em milhões de R$)
Soluções sob medida	2.447,7
Operações de Governo	213,8
Informação e Análise	160,1
Software	124,1
Ambientes e Conectividade de TI	308,2
Privacidade e Segurança	24,4
Total	3.278,3

Os resultados e as entregas do exercício estão resumidas no item "4.2.1. Inovação".

3.3 Dimensão Processos e Tecnologia

Em 2020, foi estabelecida meta para digitalização de três macroprocessos: Gestão de Pessoas, Gestão Econômico-financeira e Gestão da Pós-entrega das Soluções Digitais.

Os maiores avanços foram percebidos no macroprocesso Gestão de Pessoas, destacando-se a iniciativa Renova-GP que, além de buscar a automação, visa desburocratizar o processo, simplificar formulários e normativos, disponibilizar uma plataforma de atendimento digital e facilitar o acesso a informações qualificadas para a tomada de decisão. Algumas entregas realizadas em 2020 foram:

- aplicativo do plano de saúde, que permite aos empregados terem em seus celulares acesso fácil à carteirinha virtual, à rede de prestadores credenciados e às principais notícias e informações do plano;
- novas funcionalidades de consulta ao contracheque e registro de ponto disponibilizadas na ferramenta de gestão Yo Serpro; e
- automação do cronograma de eventos relacionados à gestão de pessoas, com envio de notificações para alertar os empregados e chefias sobre prazos de validação de frequência, atualizações de registros funcionais e solicitação de benefícios.

Quanto ao macroprocesso Gestão Econômico-financeira, o Serpro adquiriu e iniciou a implantação de uma ferramenta de gestão empresarial ERP (Enterprise Resources Planning), que impactará diretamente as rotinas das áreas financeira, contábil, tributária e comercial, promovendo integração e mais agilidade e reduzindo as ocorrências de erro e de retrabalho com operações manuais, além de beneficiar áreas de apoio às funções de conformidade, auditoria, supervisão, fiscalização e controle, mediante a disponibilização de informações tempestivas.

Na busca por melhor produtividade no desenvolvimento de sistemas foram implementadas ações que influenciaram positivamente, como a realocação de profissionais com alto nível de conhecimento das tecnologias requeridas, além da capacitação de 83% dos desenvolvedores em tecnologias aplicadas e inovadoras como Low Code, Mobile, Web, Portais, Inteligência Artificial, Cloud e UX, entre outras.

Em relação aos aspectos ligados à tecnologia, é importante destacar que eles seguem direcionamentos não só do Plano Estratégico vigente no exercício, mas também do Planejamento Estratégico de TI (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instrumentos construídos a partir do desdobramento da Estratégia Empresarial e que norteiam o planejamento e execução de ações e projetos e as melhorias em processos de Tecnologia da Informação, e apontam prioridades para a atuação de cada área envolvida.

O Serpro encerrou 2020 com o alcance da maioria das metas propostas para os indicadores Estratégicos de Tecnologia da Informação. De um total de 16 indicadores, 12 alcançaram o índice esperado e 7 deles foram além, superando a meta. A execução orçamentária alcançou a marca de 97,4%, posicionando o Serpro entre os primeiros colocados no ranking das empresas estatais brasileiras.

Os destaques de ações realizadas na dimensão de tecnologia que contribuíram para o aprimoramento da Governança de TI, da Governança de Dados e da Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais são resumidos nos itens 4.1.2 a 4.1.4 deste relatório e os investimentos em tecnologia realizados no exercício estão descritos no item "4.2.2. Investimentos".

3.4. Dimensão Pessoas, Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental

O Serpro alcançou índices positivos no desenvolvimento de competências de seus empregados com resultados acima das metas estabelecidas para 2020 em seu plano estratégico. A meta de capacitação de 80% do corpo gerencial em competências de gestão e liderança atingiu resultado de 88,9% e a meta de capacitação de 80% dos empregados envolvidos na construção de plataformas e entregas de soluções digitais, em competências técnicas e comportamentais, alcançou 96,7%.

As ações foram viabilizadas por meio de recursos de plataformas educacionais internas e contratadas e se concentraram em temas tecnológicos, comportamentais e de gestão empresarial atuais, como Data Science, DevOps, UX & Design, Comunicação Assertiva, Administração do Tempo, Inovação, Transformação Digital, LGPD e Centro de Serviços Compartilhados.

As ações voltadas à Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental estão descritas no item 4.2.5 deste relatório.

4. Destaques das ações realizadas

4.1 Governança

A transparência e o aperfeiçoamento dos processos corporativos e controles, a disponibilização de informações tempestivas e relevantes para a tomada de decisão e a atenção à sustentabilidade empresarial, corroboram o compromisso da empresa com o aprimoramento contínuo das suas práticas de governança e gestão e fortalecem a sua imagem institucional e a confiança junto às partes interessadas.

4.1.1. Governança Corporativa

Um cenário de dificuldades e incertezas como se configurou o ano de 2020 confirma como instrumentos fortes de governança são importantes para tomada de decisões assertivas, agilidade para avaliação de riscos empresariais e mudança de estratégia.

O enfrentamento à pandemia da COVID-19 e os resultados empresariais positivos de 2020 confirmaram a consistência da governança e da gestão do Serpro. Os Administradores demandaram ações que foram executadas tempestivamente para assegurar o bem-estar de seus empregados, zelar pela continuidade e sustentabilidade dos negócios, observar a conformidade da empresa com a legislação, prover condições para o trabalho remoto e manter uma comunicação transparente.

Todos os compromissos da Agenda de Governança Corporativa e o monitoramento dos indicadores de Governança, do Planejamento Estratégico e do Planejamento Estratégico de TI (PETI) foram atendidos pelos Administradores, que se adequaram ao contexto.

O Conselho de Administração também aprovou a Política de Governança Corporativa do Serpro, que estabeleceu o Modelo de Governança Corporativa do Serpro descrito no item 2.2 deste relatório.

Outro ponto de destaque foi o fortalecimento das práticas de Integridade com a Renovação do "Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção" com o Instituto Ethos, a aprovação e a publicação da Política de Integridade e Anticorrupção, da Política de Transações com Partes Relacionadas, da Política de Governança Corporativa e da Norma de Cultivo e Preservação da Imagem Positiva da Empresa. E ainda, atendendo à recomendação do próprio Programa Corporativo de Integridade do Serpro (PCINT), foi publicada a Coletânea de Integridade do Serpro (Kit do Gestor), que reúne a legislação, as políticas e normativos, tanto do Governo Federal, quanto internos do Serpro, relacionados ao tema Integridade para orientar a atuação dos gestores.

Para saber mais sobre o PCINT e os destaques da atuação das instâncias que fazem parte desse Programa, acessar: https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/integridade.

Finalmente, a gestão de riscos e controles internos foi essencial para que a empresa, diante das inúmeras incertezas, fizesse os ajustes operacionais necessários e ainda implementasse melhorias em seus processos, em resumo, para que fosse resiliente, e tenha assegurada a continuidade dos negócios para que os objetivos estratégicos planejados fossem alcançados.

Essa evolução de 2020 pode ser constatada pelo alcance do índice de aproximados 88,2% na cobertura de gestão de riscos em processos corporativos, superando a meta de 82,9% em 5,3p.p, o que representou a evolução de 41,1% quando comparado a 2019. Essa evolução está alinhada à mudança da estrutura de controle da gestão de riscos com a implantação dos comitês táticos de riscos de cada Diretoria (COGRC), e reestruturação do Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Segurança (COGRS), o que fez o tema se fortalecer e tomar uma agenda mandatória dos comitês táticos de cada Diretoria e do Comitê Estratégico.

Buscou-se, ainda em 2020, a evolução da Governança Corporativa e dos mecanismos de controle, visando atender às diretrizes da Lei nº 13.303/2016 quanto à Gestão de Riscos, Conformidade, Integridade e da própria governança, com a implantação de ferramenta para automatização de Gerenciamento de Riscos e Conformidade (GRC) no Serpro, que permitiu uma visão centralizada dos riscos empresariais e aderente à Metodologia de Gestão de Riscos e Controles do Serpro, sendo configurada para gerenciar todos os riscos estratégicos, operacionais e de projetos estratégicos.

A Agenda de Governança está sendo construída na solução de GRC para ser um instrumento que possibilite o planejamento das reuniões e reforce o compromisso com a análise dos assuntos que dependem de apreciação das instâncias de governança e de apoio à governança.

Foi implementado, ainda, o processo de coleta de informações para os documentos e referenciais de governança, que permite ser alimentado pelas diversas áreas do Serpro e objetiva garantir a integridade, confiabilidade e rastreabilidade das informações coletadas, apoiando na implementação de elevados padrões de transparência e divulgação da empresa.

4.1.2. Governança de Tecnologia da Informação

A Governança de TI no Serpro deve garantir o alinhamento estratégico, a segurança da informação, a transparência, o gerenciamento de riscos e recursos, a mensuração de performance e a geração de valor às partes interessadas. Portanto, ao estabelecer os mecanismos, os instrumentos e as práticas de Governança de TI, o Serpro visa o aprimoramento dos processos de planejamento, execução e controle de TI.

As principais iniciativas de TI planejadas para 2020 estavam integradas aos macroprocessos da Cadeia de Valor. Os recursos priorizados no orçamento de TI foram destinados a promover melhorias na infraestrutura, prover adequada manutenção e evolução do parque tecnológico e possibilitar o desenvolvimento das equipes para aperfeiçoar a realização de negócios e entregar soluções digitais alinhadas às necessidades dos clientes.

Iniciativa de destaque foi o fortalecimento da cultura de UX com a formação de disseminadores do tema junto aos times de desenvolvimento. A adoção dessas práticas gerou resultados positivos que incluem a entrega de produtos com melhor usabilidade, atendimento das expectativas, aumento da satisfação de usuários, de clientes e a melhora na imagem da empresa e das soluções entregues.

Como exemplo, tivemos a elevação da nota da Carteira Digital de Trânsito (CDT) e do Meu Gov nas lojas de aplicativos móveis. Esse trabalho teve apoio de consultoria contratada para avaliação e testes de aplicações móveis. No caso da CDT, ela passou a figurar no topo do ranking de aplicativos. Outros aplicativos que também passaram por evoluções foram: Meu Imposto de Renda, Infra BR, eSocial e APEX.

Outro destaque importante está relacionado à Segurança da Informação (SI), que direcionou esforços para os segmentos de segurança cibernética, de serviços de segurança e prospecção de novas tecnologias, e de gestão da segurança da informação, a fim de tornar a infraestrutura de segurança mais robusta, resiliente e capaz de suportar serviços de setores críticos do país. O fortalecimento das equipes e dos recursos destinados à Segurança da Informação em 2021 são metas imprescindíveis para que o Serpro possa manter a força de sua marca, preservar os dados dos cidadãos brasileiros, e manter-se relevante no cenário da Tecnologia da Informação, em um cenário que revelou externalidades adversas para todas as empresas de tecnologia em 2020.

4.1.3. Governança de Dados

A Governança de Dados no Serpro está alinhada aos direcionamentos do planejamento estratégico e de tecnologia da informação, promove a gestão de dados como ativos de relevante valor para o negócio e zela pela proteção e segurança dos dados.

Em 2020, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou a Política Corporativa de Governança de Dados (PCGD) que fomentou a atuação do Escritório de Governança de Dados (EGD), a implantação do Portal de Governança de Dados, da Rede de Curadores do Serpro e de 11 projetos pilotos que contemplaram as funções de Gestão de Dados de Modelagem e Gestão de Metadados.

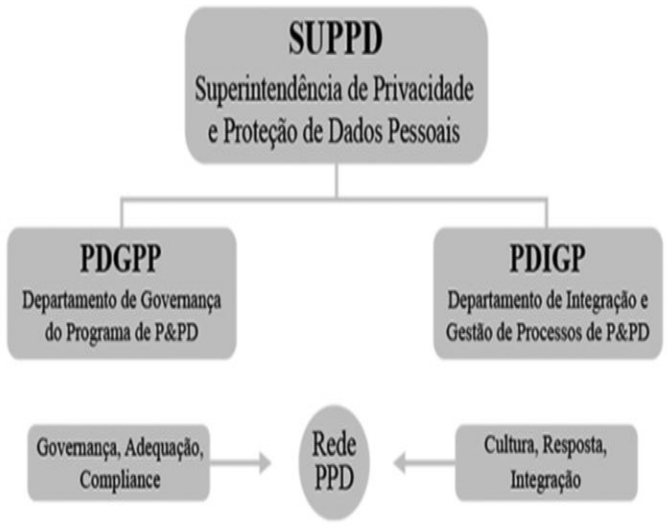
Destaque em 2020 foi a evolução do Catálogo de Metadados com a marcação de 100% dos dados pessoais e sensíveis tratados pelos sistemas de clientes e corporativos do Serpro, o que contribuiu para o alcance de metas do PETI e conformidade legal à LGPD.

4.1.4. Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

O Serpro promove a Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais de forma integrada à Governança Corporativa e alinhada às diretrizes estabelecidas para Segurança da Informação, Continuidade dos Negócios e Governança de Dados.

Em 2020, o protagonismo do Serpro nos assuntos LGPD e Privacidade foi consolidado. A empresa disponibilizou o site Privacidade Digital do Cidadão (PDC), no qual o titular pode realizar requisições sobre os serviços e produtos que o Serpro controla para o exercício dos direitos garantidos na Lei e lançou a Plataforma Serpro LGPD Educacional, que oferece formação em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e LGPD aos mercados público e privado.

Entre as ações realizadas ao longo de 2020, a designação do encarregado e a criação de uma unidade especializada reforçou o compromisso do Serpro com o tema "Privacidade e Proteção de Dados Pessoais".



O principal desafio é a disseminação da cultura sobre "privacidade" para as áreas internas, clientes e parceiros. E uma das formas para incrementar o engajamento e aculturamento das pessoas é a implementação de uma rede de sub encarregados, que será constituída por empregados que tenham afinidade com o tema, em áreas-chave e com ação transversal por toda a organização.

Para saber mais, acesse:

Portal LGPD Serpro: https://www.serpro.gov.br/lgpd

Privacidade Digital do Cidadão: https://cidadao.pdc.serpro.gov.br/cidadao/

Plataforma Serpro LGPD Educacional: https://www.loja.serpro.gov.br/lgpdeducacional

4.2. Gestão

A gestão empresarial direciona adequadamente, os recursos e os poderes à disposição para o pleno funcionamento da empresa, garante a plena operação dos processos, permite o alcance das metas estratégicas e dos objetivos corporativos, alinhados com a direção dada pela estrutura de governança corporativa.

Ressaltam-se alguns aspectos de gestão que contribuíram para os resultados de 2020:

4.2.1. Inovação

As tecnologias digitais estão mudando radicalmente o modo de vida das pessoas. A forma como elas vivem, trabalham, consomem serviços e interagem. A capacidade dos governos de responder à transformação digital em andamento e de criar e ajustar processos e serviços, tornando-os mais inclusivos, convenientes e colaborativos é crucial para garantir a confiança dos cidadãos.

A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 norteia a transformação do governo por meio de tecnologias digitais, executa políticas públicas e oferece serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão.

O Serpro vem respondendo a esses desafios e, em 2020, entregou soluções destinadas a trazer benefícios para a sociedade, exemplificativamente, conforme quadro 5:

Quadro 5 - Principais clientes e soluções

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
Ministério da Economia	
Plataforma +Brasil	A plataforma constitui em uma ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da Administração Pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos. Em 2020, o Módulo Fundo a Fundo da Plataforma+Brasil, que permite a transferência de recursos da União, na modalidade Fundo a Fundo, para a execução de políticas públicas nos Estados e Municípios, viabilizou a transferência emergencial, definida pela Lei Aldir Blanc, a estados e municípios. Também em 2020 foi implantado o módulo Transferências Especiais, que permite que emendas parlamentares sejam acompanhadas e recebidas pelos entes. Benefícios: Para o cidadão que necessita de maior transparência no gasto de recursos públicos, o módulo Transferências Fundo a Fundo da Plataforma +Brasil viabiliza a transferência de recursos de forma digital, íntegra e transparente, simplificando o processo atual e permitindo um maior controle social por parte da população. Em 2020, o módulo garantiu uma renda emergencial a profissionais do setor cultural, como artistas, contadores de histórias e professores de escolas de arte e capoeira, paga por meio dos governos estaduais em três parcelas mensais de R$ 600,00. O volume de recursos transferido foi de R$ 3 bilhões. O módulo Transferências Especiais, por sua vez, garantiu mais de R$ 590 milhões a estados e municípios em 2020.
SIGEPE - Atestado Médico Web	Em setembro de 2020, o Serpro, em parceria com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoas, disponibilizou para os servidores públicos federais o Atestado Web, que tem como objetivo o envio do atestado de saúde de forma prática e ágil, sem deslocamento de servidores. Benefícios: • Permite a entrega do atestado médico sem necessidade de deslocamento do servidor até a sua Unidade; • Agiliza a análise pelas Unidades de Saúde; • Reduz o custo com pessoas na gestão de recebimento e análise de atestados com a aplicação de IA para leitura e análise automatizada de parte do fluxo; e • Maior consistência nas informações que serão parcialmente alimentadas e analisadas de forma automatizada.
SIGEPE - Prova de Vida Digital	Atendendo ao objetivo da transformação digital e visando simplificar a prova de vida dos aposentados, pensionistas e anistiados, a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoas disponibilizou via SIGEPE o Prova de Vida Digital. O processo poderá ser realizado pelos aplicativos Sigepe Mobile e Meu gov.br. Num primeiro momento, a funcionalidade será implantada como piloto para 10 mil pessoas atendidas pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos, do Ministério da Economia (Decipex/ME). No futuro, a funcionalidade será estendida a 700 mil pessoas. Benefícios: • Evita o deslocamento do aposentado até o órgão de origem ou a uma agência bancária; e • Desonera custos com a coleta pelas agências bancárias ou nas Unidades de Pagamentos
Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)	O eSocial permite que os empregadores comuniquem ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS. Em 2020, foram implementadas melhorias no eSocial tornando seu uso e o envio de informações pelo sistema mais simples para os usuários, além do lançamento do aplicativo para a geração da folha mensal e de férias. eSocial em números (aprox.): Empregados registrados: 56.808.089 Empregadores registrados: 6.088.242
Portal de Venda de Imóveis da União (Módulo SCE)	Em cumprimento à Medida Provisória nº 915/2019, convertida na Lei nº 14.011/2020, foi implementado o portal de venda de imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para viabilizar o desfazimento de imóveis inservíveis à União por meio do Sistema de Concorrência Eletrônica Pública (SCE), venda direta e Remição de Foro. Em 2020, foi implantado o SCE, que viabilizou a execução de licitações de venda em formato 100% digital, e foram viabilizados diversos painéis analíticos (dashboards) para acompanhamento e tomada de decisão para a venda de imóveis, ocupações com hospitais temporários e ainda com regularização fundiária urbana. SCE em números (aprox.): Licitações: 45, com 49 (imóveis vendidos) Imóveis licitados: R$ 157,7 mi (R$ 65,8 mi vendidos) Ágio médio: 20%
Mapa de Empresas	O Mapa de Empresas apresenta painéis detalhados com informações atualizadas sobre as empresas brasileiras, tais como a quantidade de empresas abertas e fechadas, tempo médio para abertura, localização, porte e atividades desenvolvidas. Estas informações são importantes para análise de cenários e tomada de decisões econômicas e criação de políticas públicas voltadas para fomentar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios brasileiro. Mapa de Empresas em números: Tempo médio de abertura: 2 dias e 13 horas (redução de 1 dia e 22 horas comparado a 2019); Empresas ativas: 19,9 milhões; Abertura de empresas: 3.359.750

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
Ministério da Economia e Presidência da República	
Portal Único do Governo (gov.br)	Reúne em um único portal serviços para o cidadão e informações institucionais e notícias sobre o Governo Federal. Por meio de um login único é possível acessar as diversas plataformas de serviços pelo portal gov.br, que tem por objetivo centralizar 100% dos serviços públicos federais em um único ambiente on-line até 2022. Integração de 100 sites (incluindo todos os sites ministeriais e os 20 maiores sites de governo) para uma experiência única para o cidadão. Benefício: Racionalização da gestão de recursos públicos, gerando economia com os processos de manutenção e hospedagem dos cerca de 1.600 sites do Governo federal, além disso gera economia de tempo e deslocamentos desnecessários para o cidadão. Gov.br em números (aprox.): Economia anual com custos de manutenção e desenvolvimento dos sites migrados, mão-de-obra, etc.: R$ 100 milhões Serviços ofertados: 4.100 mil Usuários cadastrados: 100 milhões Acesso ao Portal: mais de 1 milhão de acessos diários
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	
Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)	O IRPF existe há mais de 100 anos e, ao longo de mais da metade desses anos, a parceria entre o Serpro e a Receita Federal contribuiu para o aprimoramento dos serviços, com soluções inovadoras que apóiam a evolução da Administração Pública brasileira e simplificam a vida do cidadão. Em 2020, contribuintes com certificado digital puderam obter as declarações pré-preenchidas e o envio das declarações pelo aplicativo "Meu Imposto de Renda" superou em 55% a quantidade do ano anterior, revelando uma busca dos contribuintes por novas tecnologias e maior comodidade. IRPF 2020 em números (aprox.): Declarações transmitidas: 34,2 milhões Transmissões por aplicativos móveis: 1,3 milhão Acessos ao Meu Imposto de Renda: 26,7 milhões Arrecadação do IRPF: R$ 38,9 bilhões
Sistema de Emissão de Documentos de Arrecadação (SENDA)	A partir de dezembro/2020, o Senda possibilitou a emissão de Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e Documentos de Arrecadação do e-Social (DAE) com QR Code, permitindo o pagamento via Pix. SENDA em números (aprox.) em 30 dias: Emissão: 765.506 documentos (foram pagos 378.086) Arrecadação total: R$ 7,5 milhões.
Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex)	Integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, por meio de um fluxo único e automatizado de informações. A solução permite acompanhar tempestivamente a saída e o ingresso de mercadorias no país. Todas essas operações são realizadas sem geração de papel, reduzindo o tempo e os custos operacionais no comércio exterior, além de diminuir fraudes cambiais e desvios de mercadorias. Siscomex em números (aprox.): Registro de Declaração Única de Exportação: 1.726.399 Registro de Declarações de Importação: 2.135.403 Empresas exportadoras brasileiras: 28.612 Empresas importadoras brasileiras: 39.275 Balança Comercial - Exportações US$ 209.817.415.387 Balança Comercial - Importações US$ 158.930.498.838 Total de Cargas Marítimas Movimentadas em (u) Unidade (aprox.): 6.270.445 Total de Despachantes Aduaneiros que usam o Siscomex: 10.794 Total de Órgãos Governamentais que usam o Siscomex: 45 Total de usuários ativos nos sistemas da família Siscomex: 433.927

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
Processos Digitais - Dossiê Digital de Atendimento	Em razão do cenário de saúde pública no Brasil no ano de 2020, desencadeado pelo vírus COVID-19, a Receita Federal adotou ações para ampliar os atendimentos pela Internet, dispensando a necessidade de agendamento prévio ou deslocamento a uma unidade de atendimento presencial. Foram mantidos em seus postos de atendimentos apenas os serviços essenciais, de forma a evitar aglomerações e preservar a saúde de seus colaboradores e dos contribuintes. Neste contexto, desde março de 2020, a Receita Federal promoveu a inclusão de novos serviços e divulgação de novas orientações para utilização do Dossiê Digital de Atendimento (DDA) disponível no e-Cac - Processos Digitais. Os contribuintes que necessitam de interlocução com a Receita Federal podem cadastrar o DDA, solicitar juntada de documentos e acompanhar seus processos; é o caso de contribuintes que possuem declaração de IRPF retidos em malha e que precisam apresentar documentos de comprovações nos casos de antecipação ou nos casos de impugnação de notificação de lançamento (e-Defesa). Implantado no final de 2018, o DDA foi relevante para a virtualização do atendimento e simplificação para o contribuinte; encontra-se disponível no e-Cac com as opções de acesso gov.br, certificado em nuvem e Código de Acesso. Ainda conta com aplicativo, disponível para Android e IOS, onde é possível consultar os processos. DDA em números (média mensal): 1º Semestre: 111.066 (cadastrados) 2º Semestre: 250.933 (aumento de 225,9%)
Solução Blockchain para troca de informações seguras (bConnect)	É uma iniciativa da Receita Federal, em parceria com o Serpro, que provê uma plataforma de compartilhamento de informações com o uso de tecnologia blockchain, ofertando um modelo federativo de colaboração na definição das regras de negócio e de soberania em infraestrutura de ativos de tecnologia. A rede bConnect já atende as aduanas dos países do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Benefício: Inicialmente, a rede objetiva o compartilhamento de informações cadastrais das empresas certificadas pela Receita Federal como Operador Econômico Autorizado (OEA) e que usufruem de benefícios como facilitação dos procedimentos aduaneiros, tanto no Brasil quanto no exterior. No futuro, há previsão de incorporar informações de operações de importação e exportação de mercadoria, bem como informações de inteligência.
Secretaria do Tesouro Nacional	
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)	Solução responsável pelo processamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União, bem como pelos repasses constitucionais para Estados e Municípios. O sistema vem sendo constantemente modernizado, tendo como mais recentes evoluções, a adequação para pagamentos aos bancos digitais e a migração do módulo orçamentário para a plataforma web. Siafi em números (aprox.): Usuários ativos: 88.000 Documentos contábeis, orçamentários e financeiros gerados: 27 milhões
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	
Sistema de Parcelamentos e Outras Negociações (SISPAR)	A solução possibilita a parametrização das características de cada modalidade de parcelamento, bem como seu controle, pagamento das parcelas e encerramento dos parcelamentos oferecidos pela PGFN, promovendo a autonomia da Procuradoria na gestão dos parcelamentos dos créditos sob sua administração. Essa autonomia foi fundamental no ano de 2020, quando a PGFN foi capaz, em um curto período de tempo, de disponibilizar novas modalidades de parcelamento que consideraram os impactos causados pela COVID-19, de forma a adequar os descontos concedidos e data de vencimento de parcelas ao cenário de crise. Consolidação da transação tributária: a PGFN disponibilizou diversos programas de transação em 2020 destinados a devedores com reduzida capacidade de pagamento ou que tiveram suas finanças prejudicadas pela pandemia. Já foram negociados mais de 800 mil débitos no valor de R$ 81,9 bilhões, por aproximadamente 60 mil pessoas físicas e 140 mil pessoas jurídicas; Arrecadação: R$ 10 bilhões
Sistema de Acompanhamento Judicial (SAJ)	Solução responsável por realizar a gestão de processos na PGFN. É ferramenta de atuação processual dos Procuradores da Fazenda Nacional em processos judiciais, especialmente os virtuais, sendo também responsável pelo controle dos dados e pela tramitação interna dos processos judiciais de responsabilidade das Unidades da PGFN. Em 2020 foi implantada uma solução de busca textual exata e por aproximação em 14 milhões de documentos cadastrados no sistema SAJ e recuperados dos 5 Tribunais Regionais Federais. Trata-se da maior base de direito tributário pesquisável do país e um divisor de águas no trabalho da PGFN, tratando-se de um repositório da memória institucional da representação judicial.

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
Presidência da República	
Projeto Codex	O projeto Codex está vinculado diretamente à Secretaria-Geral da Presidência da República e foi instituído pelo Governo Federal, com o intuito de modernizar a divulgação, a gestão e a curadoria de leis e atos normativos federais por meio da ciência de dados. Benefício: Aperfeiçoar ferramentas de busca e conexão entre normas para facilitar o acesso dos cidadãos, poder público e judiciário, e disponibilizar em um único local todas as normas federais atualizadas.
Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)	
Placa de Identificação Veicular (PIV)	Este sistema permite a rastreabilidade digital do processo de fabricação, distribuição, recebimento e inutilização de placas semiacabadas (blanks), bem como a autorização, estampagem e vinculação das Placas de Identificação Veicular (PIV) ao respectivo veículo. Em fevereiro de 2020 todos os estados da federação aderiram à solução, viabilizando, assim, em todo território nacional, o emplacamento dos novos veículos utilizando o novo padrão e a troca de placa dos veículos usados, quando necessário ou exigido pela legislação em vigor, ou ainda por interesse do proprietário do veículo. PIV 2020 em números (aprox.): Estampagens de placas no padrão nova PIV: 24.925.500 Número de veículos emplacados no padrão: 14.173.314
Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam)	O Renavam reúne os cadastros estaduais de veículos em uma base de dados única do Denatran e, dentre outras funcionalidades, controla a emissão dos Certificados de Registro dos Veículos (CRV). Renavam 2020 em números (aprox.): Frota atual: 107.948.371 CRV emitidos: 21.787.840 Veículos emplacados: 3.153.300
Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach)	O Renach controla a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de todos os condutores e permite a geração do QR Code do Lince, código bidimensional compactado e criptografado que contém os dados da CNH, incluindo a foto do condutor, garantindo segurança e integridade do documento, inclusive da versão eletrônica da CNH Digital. O Renach-Web (Registro Nacional de Carteira de Habilitação - Validação Facial) permite a validação facial no processo de emissão de CNH, aumentando a segurança e minimizando os casos de fraude. Renach em números (aprox.): Condutores: 75.027.900 CNH válidas: 56.734.630 CNH com QR-Code: 41.202.656 CNH emitidas: 12.853.784 1ª Habilitação: 1.194.565
Carteira Digital de Trânsito (CDT)	A CDT é um aplicativo que reúne os 2 documentos, em formato digital, obrigatórios para condução de um veículo: a CNH e o CRLV. Implantada em agosto de 2017, sua primeira versão constava da CNH Digital, o primeiro documento digital do Brasil. Com a evolução, passou a disponibilizar o CRLV Digital, e foi estruturada para se consolidar como uma plataforma de serviços de trânsito. Para além dos documentos digitais, a CDT disponibiliza ainda diversas outras funcionalidades para os seus usuários, como o compartilhamento do CRLV com até 5 outros condutores, recebimento de alerta de vencimento da CNH, notificação de recall de veículos e consulta de infrações de trânsito. Em 2020, novos serviços digitais foram disponibilizados no aplicativo do governo mais bem avaliado nas lojas do Google e da Apple: a) indicação do principal condutor, que inclui o fluxo de interação entre o proprietário do veículo e o condutor indicado, integração com o Renavam, Renach, Renainf e sistemas do Detran de jurisdição do veículo; b) solicitação de boleto para pagamento de infração com 20% de desconto, sendo este considerado o primeiro passo para a incorporação do Sistema de Notificação Eletrônica - SNE à CDT, consoante com a estratégia de unificação de canais do domínio trânsito; c) Fusão do SNE com a CDT, permitindo dentro da própria CDT a adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica para recebimento de notificações de autuação e penalidade de infrações. Com a adesão ao SNE, o infrator pode reconhecer a infração e abrir mão do direito de recorrer para garantir 40% de desconto no pagamento da multa, tudo em um único aplicativo, utilizando o login único do governo, o GOV.BR. O ano de 2020 consolidou a CDT como referência na disponibilização de serviços digitais de trânsito. Com a adesão dos últimos 5 estados da federação ao projeto do CRLV Digital, a CDT passou a prover os documentos digitais a todos os cidadãos que atendem os requisitos de segurança exigidos, ultrapassando a marca de mais de 20 milhões de documentos digitais, dentre CNH e CRLV, emitidos pelo aplicativo. A CDT foi eleita pelo voto popular como o melhor Serviço de Governo do Brasil e ganhou o Prêmio iBest 2020 dessa categoria. CDT em números (aprox.): CNH Digitais: 11.661.688. CRLV Digitais: 10.292.010.
Ministério da Infraestrutura	
(Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA) Porto sem Papel (PSP)	Sistema estruturador criado para facilitar a análise e a liberação de mercadorias nos portos brasileiros. Com o PSP, diversos formulários em papel são convertidos em um único documento eletrônico, o Documento Único Virtual (DUV). Todas as informações ficam disponíveis em uma base única de dados, de forma segura e precisa, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis e contribuindo para a melhoria de processos no setor portuário. PSP em números: Portos públicos: 36 Portos privados: 79 DUVs: 44 mil
(Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT) InfraBR	O InfraBR, aplicativo desenvolvido e mantido pelo Serpro para o Ministério da Infraestrutura, conta com uma concepção inicial para o atendimento amplo das necessidades dos caminhoneiros, no desenvolvimento de suas atividades laborais. Vem gradativamente ampliando suas funcionalidades, se adequando e buscando articulação e parcerias com diversas instituições, públicas e privadas, de forma a oferecer, em curto prazo, o tratamento de diversos assuntos de interesse do setor de transporte rodoviário de cargas: Calculadora de Frete; Identificação de Estabelecimento nas rodovias; Cuidados com a saúde; Indicação de canais de ouvidoria; e Disponibilização da CNH digital. O InfraBR tem a proposta de ser uma plataforma, com o propósito de gerenciar todos os serviços relacionados ao Transporte Rodoviário de Cargas, apoiando na promoção da logística brasileira, como por exemplo: gestão de consumo e compra de diesel; gerenciamento e monitoramento das viagens, bem como seus agendamentos; gestão orçamentária do frete; identificação de pontos de atendimento de saúde com instituições conveniadas à categoria; controle de manutenção do veículo de transporte de cargas; identificação e categorização dos pontos de parada e descanso nas estradas brasileiras; e análise e classificação das condições das rodovias brasileiras para apoiar o Ministério da Infraestrutura com medidas de manutenção e reparos. InfraBR em números (aprox.): Usuários: 170 mil (valor acumulado)

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP)	
Plataforma CBIO	Interface tecnológica que dá suporte à geração dos Créditos de Descarbonização (CBIOs). A Plataforma CBIO é resultado da parceria entre o Serpro e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a iniciativa faz parte do Programa RenovaBio, do Governo Federal, cujo objetivo é a preservação do meio ambiente por meio do estímulo ao uso de biocombustíveis, em substituição ao consumo das opções poluentes, originadas do petróleo. Os produtores e importadores de biocombustíveis certificados usam a plataforma para enviar as chaves das notas fiscais emitidas e solicitar seus pré-CBIOs. Ela realiza, então, a validação dos dados na Receita Federal e calcula quantos créditos podem ser escriturados a partir da quantidade comercializada e de um índice decorrente do processo de Certificação Eficiente. Validados pela plataforma, estes pré-CBIOs estão prontos para a escrituração por uma instituição financeira, tornando-se assim papéis negociáveis em bolsa de valores. Plataforma CBIO em números: Emissão recorde: 18,7 milhões (créditos de descarbonização) Adesão: 236 (produtores e importadores de biocombustíveis)
Conselho de Classe	
PROID - Contratos firmados nos Conselhos	É uma solução que moderniza o processo de emissão de carteiras profissionais dos conselhos de classe e assemelhados, migrando as tradicionais carteiras de papel e smartcard para o ambiente digital, por meio de um aplicativo para dispositivos móveis. Benefícios: Mobilidade - acessível em qualquer lugar com a mesma fé pública dos documentos tradicionais; Segurança - documentos à prova de fraude com utilização da tecnologia Vio; Economia - mais barato que o documento tradicional em papel ou cartão; e Praticidade - aplicativo simples, intuitivo e fácil de usar.
MULTICLOUD - Contratos firmados nos Conselhos	A Serpro Cloud foi contratada no modelo de serviço alocado e atualmente abriga a produção de sistemas vinculados aos Conselhos de Classe. Esses sistemas foram migrados de um Centro de Dados terceiro, contratado pela Secretaria dos Esportes, para a infraestrutura da Serpro Cloud. Benefícios: Reduz o tempo e complexidade da criação e manutenção do ambiente de Centro de Dados Virtual do cliente; Reduz custos do cliente com a aquisição de equipamentos de informática (Servidores, Storages, Switchs, etc..); Transparência e controle sobre o consumo e gastos do ambiente de TI; e Viabiliza opções para alocação de recursos computacionais, de acordo com as necessidades de negócio: por uso ou por alocação mensal.
Banco Central (BACEN)	
Contratação de Cloud	Contratação de Serpro Cloud para ser utilizado como recorrência de ambiente do projeto PIX, pagamento instantâneo brasileiro criado pelo Banco Central em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia da semana. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Benefício: Praticidades, rapidez e segurança nas transferências bancárias.
Soluções em Parceria com Diversos Clientes	
Soluções de pagamentos de tributos via PIX	O Serpro tem atuado em parceria com diversos órgãos da Administração Federal provendo soluções de pagamentos de tributos via PIX, a exemplo dos pagamentos de Guias de Recolhimento da União (GRU) e do Documento de Arrecadação Federal (DARF), tornando possível pagamentos de governo dos mais diversos, tais como taxas de importação de produtos, certificação, registro de patentes, emissão de passaporte, além das multas eleitorais, de trânsito, ambientais e inscrições de cursos e concursos e pagamentos de tributos em geral, recolhidos via DARF. Outro exemplo é a parceria do Serpro com a Receita Federal do Brasil e a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, que implementou o pagamento via PIX da guia de recolhimento do eSocial doméstico. Benefícios: Será possível escolher a forma de pagamento mais conveniente, dentre elas, o Pix. A compensação da transação será imediata, permitindo que a experiência do cidadão seja completamente digital, sem interrupções no que se refere ao pagamento pelo serviço público. A entidade pública poderá verificar o efetivo recolhimento da taxa, serviço ou qualquer valor devido em fração de minutos e, desta forma, prosseguir com o fornecimento do bem ou serviço demandado.

Fonte: Serpro (2020).

No segmento de desenvolvimento de soluções, o Serpro inovou com o uso de tecnologias modernas e disruptivas que contribuíram para o crescimento acentuado de entregas de soluções e que foram determinantes para o resultado apurado. Como exemplo:

- Iniciativas como o Delivery Center, um centro de excelência Low Code com o objetivo de acelerar a digitalização de serviços, realocação de equipes para o desenvolvimento de novos projetos nas plataformas WEB ou mobile. Foram criados:
- AVISA;
- Cadastro de Materiais para combate à COVID-19;
- Obra Legal;
- Atestado Médico Digital; e
- Gov.Rj

Esteira completa para digitalização de serviços de governo em que os primeiros serviços disponibilizados foram:

- Habilitar Cooperativas no âmbito do Selo Combustível Social, do MAPA;
- Chatbot DPU com o objetivo de tirar as dúvidas dos assistidos da Defensoria Pública da União (DPU) que já realizou mais de 2 milhões de atendimentos tendo uma avaliação positiva em mais de 70% dos casos;
- Defensoria Pública Ágil que permitiu, em 2020, a integração do Sistema da Defensoria Pública da União (SISDPU) ao TRF1 e pelo qual já foram realizados mais de 2.500 peticionamentos;
- Defensoria Pública na palma da mão, voltado às principais necessidades do cidadão e pelo qual o assistido pode interagir com o defensor público, fazer solicitações e acompanhar o processo; e
- Geração de Créditos de Descarbonização já citado no Quadro 5.

Outra iniciativa de destaque, o PAV Internacional do programa de internacionalização do Serpro, habilitando a plataforma de E-Commerce para realizar a comercialização e o pós venda de produtos na loja virtual aos clientes internacionais.

- A área do cliente e o checkout foram traduzidos para o inglês e a jornada de compra foi remodelada para uma melhor experiência do usuário (UX).
- O e-commerce também foi integrado à plataforma de assinatura eletrônica de documentos - Docusign - para possibilitar aos clientes internacionais a celebração dos contratos de forma mais célere e sem a necessidade de CPF/CNPJ.
- Substituição do pagamento via boleto pelo pagamento com cartão de crédito que possibilitou um menor tempo de arrecadação dos recebíveis.

Por fim, o Serpro tem investido em um processo baseado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para educação, que permite a identificação de cenários futuros em tecnologias, fundamentado na compreensão de que a antecipação de capacitação para o corpo funcional e gerencial pode colocar a empresa na vanguarda da prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações e fortalecer a inovação para atendimento aos direcionamentos estratégicos.

Em 2020 foi realizado o seminário "Transformação Digital e Desenvolvimento Humano", que trouxe a visão da academia e do mercado sobre o tema Transformação Digital e novas abordagens na gestão do conhecimento. O conhecimento gerado neste evento, por meio da metodologia "Grupo Focal", é um insumo fundamental para a elaboração de um método investigativo que nos permita prospectar cenários futuros para o Serpro.

4.2.2. Investimentos

Em 2020, o Serpro investiu R$ 169,7 milhões, montante 43% maior do que o valor investido no exercício anterior, destinados a novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e infraestrutura de logística, incluindo o provimento e manutenção da infraestrutura de instalações dos Centros de Dados, com o objetivo de garantir confiabilidade e alta disponibilidade dos serviços prestados e de primar pela segurança dos clientes e dos empregados.

Desses, R$ 3,3 milhões foram destinados à modernização e à melhoria das instalações da empresa, principalmente com relação aos sistemas elétricos e a implantação de projetos de eficiência energética. Foram adquiridos, ainda, equipamentos de apoio aos processos administrativos e necessários à operação das instalações.

A aplicação de recursos nas contratações de TI, no valor de aproximadamente R$ 166,4 milhões, foi direcionada a manter o parque tecnológico atualizado, garantir a segurança da informação e prover a manutenção e melhoria da qualidade dos níveis de serviços prestados aos clientes, governo e sociedade, com os seguintes destaques:

- Centro de Dados: investimentos na aquisição de recursos nos segmentos de Plataforma Alta, Plataforma Distribuída e Armazenamento, no valor de R$ 95 milhões, modernizando o parque tecnológico;
- Infraestrutura de Rede: investimentos na aquisição de recursos nos segmentos de Rede WAN, MAN e LAN, no valor de R$ 54 milhões, reduzindo os riscos operacionais do Serpro;
- Segurança da informação: ferramentas e serviços para garantir o nível de excelência do serviço de segurança do Serpro;
- MultiCloud: contratações e parcerias para viabilizar o serviço de MultiCloud do Serpro, proporcionando um ambiente flexível e atualizado, que favorece a inovação tecnológica e o atendimento com mais celeridade às demandas dos clientes;
- ERP - Solução Integrada de ERP (Enterprise Resource Planning), viabilizando apoio à gestão, integrando, aprimorando e racionalizando processos administrativos para conferir o dinamismo e agilidade que o ambiente de negócios demanda; e
- Inteligência Artificial - Solução de Aprendizado de Máquina (Machine Learning) com foco em AutoML (Automated Machine Learning), tornando a criação de modelos de Machine Learning acessível a desenvolvedores e conhecedores do negócio com baixa experiência, proporcionando aumento de produtividade por meio de automatização de processos e tarefas.

Desses valores, foram investidos R$ 23,5 milhões em inovação tecnológica, o que representou 14% do total realizado do orçamento de TI e resultou no aumento da capacidade de desenvolvimento de soluções e consequentemente no melhor atendimento aos cidadãos e à administração pública.

As contratações seguem todos os requisitos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Licitações e Contratações do Serpro, o que garante a conformidade e a transparência do processo.

4.2.3. Reformulações administrativas

4.2.3.1 Estrutura societária

Visando atender o quanto determinado no Decreto nº 10.206, de 22 de junho de 2020, que incluiu o Serpro no Programa Nacional de Desestatização (PND) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), foi determinada a adequação do Estatuto Social para transformar a empresa em Sociedade por Ações, na forma da Lei nº 6.404/76, aprovada na 2ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020, realizada em 23 de abril de 2020, e a subsequente transferência das ações para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realização do depósito de ações no Fundo Nacional de Desestatização (FND), em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

4.2.3.2. Gestão da Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Serpro é planejada para viabilizar a estratégia empresarial e o fluxo decisório e informacional, caracterizando-se pela flexibilidade, adaptabilidade, economia de esforços e custos, eficácia da cadeia e da amplitude de comando. A estrutura é de competência do Conselho de Administração, que define as áreas de atuação e as competências e alçadas da Presidência e das Diretorias.

O dinamismo do Serpro frente às recomposições dos clientes governamentais e do mercado, dos novos tipos de demandas, da adequação de procedimentos e processos internos e da legislação, exigem da empresa celeridade que se reflete também na organização e composição das suas estruturas.

Alguns destaques nas alterações de Estrutura Organizacional:

i. criação de estrutura permanente para cumprir e fazer cumprir a Proteção e Privacidade de Dados Pessoais, em observância à LGPD, com designação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;

ii. estruturação de área dedicada para executar o processo de parcerias de negócio, dada a prerrogativa concedida pela Lei nº 13.303/2016, que permite que as Estatais celebrem diretamente parcerias de negócio;

iii. criação de estrutura para atender, de forma especializada e com dedicação exclusiva, cliente estratégico no tema transformação digital; e

iv. redesenho da Diretoria de Desenvolvimento para realizar atividades especializadas em Analytics, Inteligência Artificial e Internet das Coisas.

Durante o exercício de 2020 foram implementadas 983 (novecentos e oitenta e três) alterações em órgãos na estrutura do Serpro, contemplando a inclusão e a exclusão de novos órgãos, e alterações de localidade e nomenclatura. As despesas[3] do período findo em dezembro de 2020 com as estruturas organizacionais foi de R$ 5,8 milhões, que por sua vez proporcionaram redução de despesas de aproximadamente R$ 300 mil, quando comparadas com a dotação total aprovada[4] para o exercício, no montante de R$ 6,1 milhões.

4.2.3.3. Medidas e programas de racionalização

O Serpro adotou algumas medidas para melhoria da eficiência da ocupação predial, como a redução das estruturas físicas, em razão da inexistência de contratos de receitas que justificassem os custos de alocação de empregados das instalações (escritórios espalhados em 17 Estados da Federação) além daquelas em que há filiais regionais da empresa. A desocupação dos escritórios deverá produzir economia com despesas de aluguéis de, aproximadamente, R$ 1 milhão a partir de 2021.

Adicionalmente, o Serpro instituiu em 2020 o Programa de Otimização de Gastos (POG) com o objetivo de otimizar gastos sem impactar na qualidade e prazo dos serviços prestados, potencializando os resultados empresariais com reflexos positivos para a empresa, os empregados e o acionista. O foco dos resultados obtidos, além daqueles de natureza econômico-financeira, também o foi no escopo da governança, capaz de impulsionar melhorias e aumentar a eficiência na missão de conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras. Espera-se que a economia gerada pela implementação do Programa seja da ordem de R$ 54 milhões em 2021.

4.2.4. Gestão de Pessoas

O Serpro encerrou o exercício de 2020 com 8.036 empregados, o que representa cerca de 11% a menos em comparação ao ano anterior (9.030). Dos 5.876 empregados integrantes do quadro interno, cerca de 78,98% estavam lotados nas áreas voltadas à atividade-fim da empresa e 21,02% em atividades-meio.

O Serpro instituiu em 2020 uma nova sistemática de avaliação de desempenho por meio do estabelecimento de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI - Key Performance Indicators) Individuais: para cada empregado do quadro interno é definido um KPI, que especifica os resultados do seu trabalho que são considerados chave naquele período e que guardam relação com a estratégia empresarial.

O principal impacto do KPI é mudar culturalmente a percepção das pessoas sobre a sua responsabilidade direta para com os resultados corporativos e com a estratégia da empresa. Assim, o processo de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados (GDES) permanece em execução, possibilitando às chefias diretas acompanharem os planos de trabalho de suas equipes com atividades que contribuem para outros resultados de sua Unidade Organizacional.

Uma vez que as ações de capacitação são importantes para o desenvolvimento dos empregados e para mantê-los atualizados para enfrentar os desafios de um mercado em constante mudança, a empresa priorizou as ações em educação, alcançando 87% do total aprovado no orçamento, em que pese tenha havido redução substancial dos treinamentos presenciais em razão dos impactos da pandemia na economia real.

4.2.5. Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental

Em 18 de março de 2020, observando as medidas sanitárias de prevenção à COVID-19 recomendadas pelo Ministério da Saúde, o Serpro aderiu ao regime de trabalho remoto visando a preservação da saúde dos empregados, de seus familiares e da sociedade.

Após estudos das áreas envolvidas, foram definidas ações e orientações para que a volta ao trabalho presencial, quando fosse possível, ocorresse da forma mais segura, resultando no Protocolo Serpro de Retorno Seguro (PSRS).

O Serpro foi pioneiro dentre as empresas ao adotar ações de apoio ao enfrentamento à pandemia. Disponibilizou as ferramentas e o suporte técnico necessários aos clientes e aos seus empregados, mantendo a qualidade do trabalho e o distanciamento social na luta contra a COVID-19.

Ainda que diante do cenário adverso, o Serpro manteve as ações relacionadas à responsabilidade social e à sustentabilidade ambiental. Esse direcionamento faz parte do plano estratégico aprovado pelo Conselho de Administração, cujo objetivo principal é o de fortalecer a marca do Serpro. A empresa, inclusive, foi premiada na categoria de sustentabilidade e responsabilidade social pelo anuário Época Negócios 360º em 2020.

O Programa de Sustentabilidade Social e Ambiental do Serpro está dividido nos eixos inclusão sócio-digital, educação, meio ambiente, qualidade de vida e acessibilidade.

Inclusão sócio-digital

Neste eixo, a empresa mantém os Projetos Menina de TI e Construindo o Futuro na TI, além do Programa de Aprendizagem e de realizar campanhas de doação de computadores.

Dentre os objetivos de 2020 foram planejados quatro eventos abordando os temas de sustentabilidade social, ambiental e diversidade, dos quais três foram realizados: Fórum Comemorativo Mulheres e Meninas na Ciência, Girls in ICT e American Girls Can Code. Os eventos fizeram parte do projeto Menina de TI, cujo objetivo principal é apresentar a carreira de TI para meninas do ensino médio de escolas públicas, quebrando o estereótipo de que TI é uma área apenas para meninos. O projeto Construindo o Futuro na TI, que objetiva contribuir para a inclusão digital e social de jovens que tenham relação direta ou indireta com o Serpro, por meio da realização de cursos de TI, também apresentou resultados em 2020. Houve três turmas, sendo duas presenciais no início do ano e uma virtual, capacitando mais de 136 alunos.

Quanto à Campanha de Doação de Computadores, foram incentivados os empregados a doarem computadores, tablets, notebooks, ainda que não estivessem operacionais, para posterior recondicionamento e doação. Esses computadores foram doados aos alunos da rede pública do Governo do Distrito Federal (GDF) que tiveram dificuldades para continuar o seu aprendizado por ausência de equipamentos.

O Serpro possui uma Política de Equidade de Gênero e Raça e Respeito à Diversidade que define a incorporação dos princípios de equidade de gênero e raça e respeito à diversidade no discurso institucional, nas ações estratégicas, nas práticas de gestão, nas normas empresariais e nas relações de trabalho.

Um dos resultados decorrentes da implementação da Política e alcançada pelo Serpro, a partir da constatação de que o percentual de mulheres no nosso quadro geral (2020) de pessoas é de 31%, foi a ocupação das posições de funções de liderança de 30% por mulheres, representatividade proporcionalmente adequada, em que pese possa ser ampliada.

Outra ação realizada foi a comemoração do Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, na Regional Brasília, com o objetivo de debater o empoderamento feminino na área de tecnologia.

O encontro foi pautado pelo objetivo "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", que faz parte dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[5] da Agenda 2030 da ONU. Na ocasião, todos os participantes puderam debater e alinhar ações e esforços para o alcance do mesmo propósito: empoderar meninas de escolas públicas por meio da educação e tecnologia.

Educação

No eixo Educação, foram realizadas diversas palestras, oficinas, rodas de conversas e campanhas de conscientização em todas as regionais, sobre temas de responsabilidade social e equidade, por meio de plataformas digitais.

Meio Ambiente

O Serpro aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P (Acordo de cooperação técnica assinado com o Ministério do Meio Ambiente) e estabeleceu uma Comissão Gestora que coordena a implementação de seu plano de ação. Em 2020, foi realizado um diagnóstico de consumo de recursos naturais e estabelecidas metas de redução, por meio da elaboração do Plano de Gestão Sócio Ambiental.

Ainda neste eixo, o Serpro continuou a implementar ações de melhoria da sua Eficiência Energética na sede e nas regionais Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, por meio da substituição de lâmpadas e equipamentos mais eficientes e menos dispendiosos, além da instalação de pequenas usinas fotovoltaicas, o que requererá investimento da ordem de R$ 6,1 milhões, dos quais 95% serão financiados pelas concessionárias de distribuição de energia, no contexto do Programa de Eficiência Energética da ANEEL. Paralelamente, o Serpro continuará participando dos editais de chamada pública para aprovação de novos projetos, em especial para as regionais ainda não contempladas.

Qualidade de Vida

O Serpro realizou a "Semana de Qualidade de Vida", com diversas palestras e oficinas para os empregados. A ação foi realizada por meio das plataformas digitais e o tema da semana foi qualidade de vida no trabalho domiciliar.

Outra iniciativa voltada a tornar o Serpro uma empresa cada vez melhor, foi a Pesquisa de Clima Organizacional, que obteve índice de qualidade de ambiente de trabalho correspondente a 77,4, o que demonstra redução de 2 pontos em relação a 2019, e indicou a necessidade de melhorias nas perspectivas: carreiras, sustentabilidade, diversidade, participação e autonomia. O resultado da pesquisa norteará a proposição de ações para 2021.

5. Reconhecimento

O empenho do Serpro em aprimorar suas práticas de governança e gestão vem sendo reconhecido tanto pelo mercado como pelos órgãos de supervisão e de controle e fiscalização.

Durante o Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação (Enastic MP), o Ministério Público concedeu ao Serpro o "Prêmio Destaque" em duas categorias. Na categoria "Melhor Estande Virtual", a empresa ficou em 3º lugar e, na categoria "Melhor Palestra de Empresa Parceira", ficou em 4º lugar, com a palestra "Observatório Legislativo: como IA está ajudando o Tesouro a automatizar a análise de proposições legislativas".

O Serpro foi eleito em setembro de 2020 a "Melhor empresa do setor de Tecnologia - Software e Serviços" pelo Anuário Época Negócios 360º, que analisou as 2 mil maiores companhias do país, e a "Melhor empresa do setor de Tecnologia - Tecnologia e serviços", pela Revista IstoÉ Dinheiro.

---

[3] As despesas com estruturas organizacionais não contemplam despesas com a folha de pagamento dos empregados alocados.

[4] O Serpro possui 966 (novecentas e sessenta e seis) Funções de Confiança e 7 (sete) funções de Assessor de Natureza Especial, conforme consta no Ofício SEI nº 8/2019/CGPPE/DEPEC/SEST/SEDD-ME, aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

[5] Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em 2015, a partir da reunião de chefes de Estado e de Governo na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Foi uma decisão dos países-membros da ONU para unir forças em prol de uma Agenda Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que deve ser cumprida até o ano de 2030.

O Anuário Informática Hoje concedeu ao Serpro em dezembro desse ano o prêmio de "Melhor Empresa de Serviços de Governo no segmento grande porte". Dentre os motivos para o bom desempenho da empresa, destacam-se a oferta de mais serviços orientados a dados, Plataforma de Inteligência de Negócio, Internet das Coisas e Inteligência Artificial. A publicação promove a análise das melhores empresas de TI de acordo com sua receita líquida no setor. O prêmio se baseia nos dados econômico-financeiros de 2019 e é um dos mais importantes reconhecimentos da boa gestão e da estratégia vencedora das principais empresas do setor brasileiro de informática.

Além desses prêmios, a Carteira Digital de Trânsito (CDT), aplicativo desenvolvido pelo Serpro para o Denatran e que reúne a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) digitais, foi escolhido o "Melhor Serviço de Governo no Brasil", segundo votação popular do iBest, que premia as melhores iniciativas do universo digital brasileiro e contou com mais de 2 milhões de votos certificados. A premiação, além de ser uma conquista coletiva da empresa, traduz o reconhecimento da sociedade ao trabalho de transformação digital conduzido pelo Serpro, focado em soluções inteligentes para atender às necessidades da população brasileira, e a melhora substancial da experiência do usuário (UX).

A Plataforma CBIO superou as expectativas e obteve recorde de emissões de créditos de descarbonização, demonstrando a importância da parceria do Serpro com a ANP em ações voltadas à sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança e apoiando a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), ajudando-a a alcançar seu objetivo de contribuir para o atendimento aos compromissos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O Serpro e outras três instituições que possuem o "Selo Empresa Amiga da Família", instituído em 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram destaque em matéria publicada em 08/07/2020 no site do Ministério pelas ações adotadas para preservar a saúde dos empregados no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Finalmente, importante destacar que o Serpro é Nível 1 do IG-Sest, por ter recebido nota máxima em índice de governança em 2019. Em 2020, não houve avaliação do Indicador de Governança da SEST (IG-SEST) em razão da pandemia, mas a empresa continua no esforço coletivo para melhoria e maturidade em governança corporativa

6. Perspectivas futuras

As diretrizes para a condução da gestão empresarial em 2021 mantêm os propósitos e objetivos de transformação digital do Governo e da sociedade brasileira. O governo digital tornou-se uma realidade e em 2020 o Serpro contribuiu muito para ampliar a oferta de serviços do governo, reforçando o papel da empresa como propulsora das políticas públicas voltadas para a transformação digital do Brasil. O Serpro realizou projetos transformadores para seus clientes e continuará oferecendo soluções inovadoras e inteligentes.

A Identidade Digital é a grande aposta para 2021 e deve se destacar como o projeto mais relevante, tornando o Serpro o principal fornecedor de serviços relacionados, conectando ainda mais Governo e Sociedade, com a resiliência e a segurança necessárias para sua viabilidade.

Os esforços para permanecer sendo uma referência no tema LGPD contarão com a disseminação da cultura de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais para as áreas internas, clientes e parceiros.

Investimentos na modernização de ferramentas e plataformas com o objetivo de aprimorar a infraestrutura necessária para prover cada vez mais segurança e adequada resposta ao atendimento aos clientes, incluindo melhorias nos centros de dados e em soluções em nuvem, serão ampliados. E desafios relacionados à Segurança da Informação mobilizarão a empresa para a contratação de novas soluções para proteção de dados e preparação para certificação de serviço no padrão internacional ISO/IEC 27701.

O Serpro conquistou novos contratos no mercado internacional, projetando sua imagem no mercado externo. Pretende alavancar ainda mais suas receitas e obter melhores resultados por meio da ampliação das parcerias e do desenvolvimento de novos serviços e produtos.

Para ampliar a capacidade de desenvolvimento e dar vazão às demandas reprimidas, o Serpro obteve autorização do Conselho de Administração para contratação temporária, em 2021, de empregados via concurso público, para preenchimento de 165 vagas disponíveis em seu quadro de pessoal, além da contratação de 77 mil pontos de função em serviço de codificação de sistemas e de testes no mercado privado.

Outra ação incorporada ao planejamento estratégico é o alinhamento do Serpro às melhores práticas ambientais, sociais e de governança, que compõem a Agenda ESG, cada vez mais presente no dia a dia das empresas brasileiras, e que também trazem benefícios financeiros para os negócios.

Em 2021, o Serpro quer ser uma empresa mais sustentável, mais plural, mais eficiente, mais ousada e mais relevante. Os grandes desafios de nossa época nos exigem e exigem do Serpro o desenvolvimento de respostas inteligentes para bem lidar com o agora e com o futuro do Brasil, e inspiram-nos a manter-nos ágeis e inovadores, a ser cada vez mais digitais, sem perder a força e segurança.

Mensagem final

Em 2020, celebramos os 56 anos do Serpro. Uma história de sucesso e de tradição em segurança, inteligência e inovação construída com o apoio de empregados, clientes, fornecedores, parceiros, órgãos governamentais e sociedade.

Agradecemos a participação de todos nesta longa trajetória e contamos com seu empenho e dedicação para nos tornarmos cada vez mais uma empresa que impulsiona a transformação digital do país.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
Presidente do Conselho de Administração

GILENO GURJÃO BARRETO
Diretor-Presidente

CRISTIANO ROCHA HECKERT
Conselheiro de Administração

ANDRÉ DE CESERO
Diretor de Relacionamento com clientes

MARCO PAULO REIS TANURE
Conselheiro de Administração

ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO
Diretor de Operações

NINA MARIA ARCELA
Conselheira de Administração

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS
Diretor de Administração

JOÃO PEDRO VIOLA LADEIRA
Conselheiro de Administração Independente

RICARDO CÉZAR DE MOURA JUCÁ
Diretor de Desenvolvimento

MARCO AURELIO SOBROSA FRIEDL
Conselheiro de Administração Representante dos empregados

WILSON BIANCARDI COURY
Diretor de Desenvolvimento Humano

(VAGO)
Conselheiro de Administração Independente

GILENO GURJÃO BARRETO
Diretor Jurídico e de Governança e Gestão (substituto)

Balanço Patrimonial

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

Ativo	NE	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Circulante		2.394.746	1.806.308
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.694.495	1.007.510
Fundos de Investimento Financeiros		587	438
Créditos a receber		696.676	795.297
Clientes	5	447.017	545.023
Ressarcimento de pessoal	6	99.145	81.145
Créditos diversos a receber	7	41.165	23.476
Créditos tributários	8	109.349	145.654
Bens, valores em circulação e demais de curto prazo		280	355
Ativo não circulante mantido para venda	9	2.708	2.709
Não circulante		1.815.787	1.879.678
Realizável a longo prazo		1.203.348	1.338.961
Depósitos judiciais e recursais	10	275.743	230.544
Ressarcimento de pessoal	11	314.322	351.731
Créditos tributários diferidos	12	504.670	655.233
Créditos realizáveis a longo prazo	14	108.270	101.388
Demais Créditos Realizáveis a longo prazo		343	66
Imobilizado	15	548.144	476.669
Intangível	16	64.295	64.048
Total do Ativo		**4.210.534**	**3.685.986**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

Passivo	NE	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Circulante		1.117.393	898.963
. Consignações	17	95.427	91.234
. Tributos e encargos sociais	18	164.103	156.528
. Depósitos diversas origens		1.697	3.589
. Obrigações a pagar		856.166	647.613
Fornecedores	19	163.754	103.589
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	20	309.822	295.553
Ações do Programa de Demissão Voluntária	21	117.617	
Processo trabalhista a pagar	23	64.561	65.214
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	22	25.574	
Plano de previdência complementar	24	35.941	37.952
Participação nos lucros ou resultados	25	29.147	29.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio	32	109.749	115.627
Outras obrigações			32
Não circulante		1.353.770	1.799.690
Obrigações tributárias	26	241.920	80.204
Processo trabalhista a pagar	27	55.416	118.057
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	28	444.505	388.163
Benefícios pós-emprego	29	607.189	1.212.546
Obrigações judiciais e Demais Obrigações		4.740	720
Patrimônio líquido	30	1.739.371	987.334
. Capital	30.1	1.061.005	1.061.005
. Reservas		861.599	618.995
Reservas de reavaliação	30.2	78.009	79.096

Passivo	NE	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Reservas de lucros	30.3	783.590	539.899
. Dividendo adicional proposto	32.1	109.749	
. Outros resultados abrangentes	**30.4**	**(292.983)**	**(692.667)**
Total do Passivo		**4.210.534**	**3.685.986**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Resultado do Exercício

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas.

Em milhares de R$

	NE	jan-dez 2020	jan-dez 2019
Receita operacional líquida	31.2	2.736.517	2.859.075
Custo dos serviços prestados	31.3	(1.474.826)	(1.368.007)
Lucro bruto		1.261.691	1.491.068
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	31.3	(842.422)	(1.009.071)
Despesas com pessoal e benefícios		(628.595)	(604.626)
Depreciação e amortização		(12.218)	(28.275)
Locação		(11.142)	(14.998)
Manutenção		(42.320)	(41.256)
Serviços de Comunicação		(7.920)	
Serviços profissionais e contratados		(35.304)	(40.262)
Serviços públicos		(9.676)	(14.631)
Resultado com créditos a receber		(30.702)	(55.121)
Despesas tributárias diversas		(3.163)	(5.565)
Materiais		(4.973)	(4.523)
Outras despesas/receitas		(11.368)	(5.757)
Resultado com ações judiciais		(45.043)	(194.058)
Resultado financeiro	31.4	63.730	(21.670)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		482.998	460.327
Tributos sobre o lucro	31.5	(20.896)	(95.695)
Tributos correntes		(76.585)	(68.445)
Tributos diferidos		55.689	94.968
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**462.103**	**486.850**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

	Capital	Reservas			Outras reservas	Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reava-liação	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 01 janeiro de 2019	**1.061.005**	**138.214**	**10.951**	**156.056**			**(387.775)**	**978.452**
Ajustes de exercícios anteriores		(16.703)						(16.703)
Lucros/Prejuízos líquidos						486.850		486.850
Constituição de reservas		(42.415)	24.343			(22.674)		(40.746)
Reserva de Retenção de Lucros				348.549		(348.549)		
JCP imputados a dividendos						(115.627)		(115.627)
Outros Resultados Abrangentes							**(304.892)**	**(304.892)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.061.005**	**79.096**	**35.294**	**504.605**			**(692.667)**	**987.334**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

	Capital	Reservas			Outras reservas	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reava-liação	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 01 janeiro de 2020	**1.061.005**	**79.096**	**35.294**	**504.605**			**(692.667)**	**987.334**
Lucros/Prejuízos Líquido								
Constituição de reservas			23.105	220.586		(243.691)		
Resultado Líquido do Período						462.103		462.103
Realização da reserva de reavaliação		(1.648)				1.648		
Tributos sobre Reserva de Reavaliação		560				(560)		
Dividendos adicionais propostos					109.749	(109.749)		
Total de dividendos obrigatórios						(109.749)		(109.749)
JCP imputados a dividendos						(78.010)		
Complemento Dividendos obrigatórios						(31.739)		
Outros Resultados Abrangentes							**399.684**	**399.684**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.061.005**	**78.009**	**58.399**	**725.191**	**109.749**		**(292.983)**	**1.739.371**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de R$

Atividades operacionais	jan-dez 2020	jan-dez 2020
Recebimentos de clientes	2.946.014	3.065.849
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	321.467	335.067
Ressarcimento de pessoal requisitado	306.609	354.869
Outros recebimentos	135.256	64.628
Tributos e encargos	(436.825)	(753.758)
Pessoal e encargos	(1.877.095)	(1.847.045)
Sentenças judiciais	(98.700)	(112.583)
Pagamentos a fornecedores	(384.865)	(410.223)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	911.862	696.805

Atividades operacionais	jan-dez 2020	jan-dez 2020
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ intangível	(107.265)	(126.096)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(107.265)	(126.096)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(117.613)	(52.019)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(117.613)	(52.019)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	686.985	518.690
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	**1.007.510**	**488.820**
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	**1.694.495**	**1.007.510**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R$

	jan-dez 2020	%	jan-dez 2019	%
1 – Receitas	3.210.500	115	3.373.733	125
1.1- Vendas de Serviços	3.278.314	117	3.435.748	127
1.2- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.702)	(1)	(55.121)	(2)
1.3 – Descontos Concedidos	(24.367)	(1)	(3.675)	
1.4 – Vendas Canceladas	(12.745)		(3.219)	
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(366.284)		(383.901)	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.844.216	102	2.989.833	111
4 – Retenções	(142.420)		(309.256)	
4.1- Depreciações e Amortizações	(97.377)	(3)	(115.198)	(4)
4.2 – Resultados com Ações Judiciais	(45.043)	(2)	(194.058)	(7)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	2.701.795	97	2.680.576	99
6 - Recebido de terceiros	97.154		21.177	
6.1 - Receitas Financeiras	97.154	3	21.177	1
7- Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.798.949	100	2.701.753	100
Distribuição do valor adicionado	2.020	%	2.019	%
7.1- Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.736.119	62	1.590.502	57
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	595.150	21	620.098	22
7.3 - Capitais de Terceiros	3.592		3.242	
7.4 - Capital Próprio	464.089	17	487.911	17
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	109.749	4	115.627	4
Acionista (Juros sobre Dividendos de Exercícios Anteriores)	1.986		1.061	
Lucros/Prejuízos Retidos	242.604	9	371.223	13
Dividendos Adicionais Propostos	109.749	4		
Total	**2.798.949**	**100**	**2.701.753**	**100**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R$

	jan-dez 2020	jan-dez 2019
Resultado líquido do período	462.103	486.850
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	399.684	(304.892)
Ajustes de passivo atuarial - Plano de Saúde - PAS Serpro	164.045	18.570
Ajustes de passivo atuarial - Previdência Complementar	441.311	(480.490)
Tributos sobre ajustes de passivo atuarial	(205.821)	157.053
Ajustes de Instrumentos Financeiros	149	(24)
Resultado abrangente no período	**861.787**	**181.958**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília (DF), o Serpro possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em TI para os setores público e privado. Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, como propulsor da transformação digital no país, o Serpro busca ser reconhecido como a empresa que viabiliza o governo digital e que tem compromisso com a segurança e a proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ao longo de seus 56 anos de existência, o Serpro vem favorecendo o ambiente de negócios no país e aprimorando, ainda mais, a relação entre governo e sociedade. Em 2020, o Serpro revisou suas linhas de negócio refletindo o novo momento de promover ações estratégicas para o governo digital, oferecendo produtos e serviços diversificados com atuação em seis linhas de negócio: soluções sob medida; operações de governo; informação e análise; software; ambientes e conectividade de TI; e privacidade e segurança.

Soluções sob medida - Serviços exclusivos e personalizados, construídos com a experiência que o Serpro adquiriu solucionando necessidades de Governo, capazes de atender às mais exigentes urgências do país e tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas.

Operações de Governo - Serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva.

Informação e Análise - Serviços que fomentam a atividade econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração à informações de Governo.

Software - Serviços de software multiplataforma que simplificam e modernizam a operação do negócio dos clientes, voltados para atender a necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente, com soluções inovadoras para problemas complexos do cotidiano do mercado público e privado.

Ambientes e Conectividade de TI - Serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades.

Privacidade e Segurança - Soluções para garantir a identificação digital do brasileiro, a privacidade de seus dados e o uso seguro de serviços públicos, o que é essencial em um momento de expansão dos serviços públicos digitais.

No ano de 2020, o destaque foi para o desenvolvimento de soluções pelo Serpro para apoiar o governo e o setor produtivo no enfrentamento dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19, que tornou mais clara a necessidade da transformação digital no país. Destaque para as soluções de liberação de auxílio emergencial aos brasileiros e solicitação de seguro-desemprego aos empregados domésticos, além de linhas de crédito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, renda emergencial para a cultura do Rio de Janeiro e plataformas com informações úteis aos empresários e de cadastro de empresas fornecedoras de insumos, como máscaras, luvas e equipamentos hospitalares. Com o aplicativo InfraBR, o governo conseguiu levantar as condições de saúde dos caminhoneiros e das cargas transportadas pelas estradas brasileiras.

A pandemia fez com que o Serpro priorizasse ainda mais o processo de digitalização e realizasse grandes entregas para a sociedade, como a evolução da Carteira Digital de Trânsito (CDT), que passou a permitir a impressão do documento do veículo com validade jurídica, pagar multas de trânsito com até 40% de desconto e receber aviso de recall do veículo pelo aplicativo, dentre outras facilidades. A Declaração do Imposto de Renda ficou mais fácil com o documento pré-preenchido para quem tem certificado digital e o Serpro também inovou com a implantação do projeto-piloto do Embarque +Seguro com reconhecimento facial em aeroportos do país.

O Serpro também fechou importantes parcerias para a internacionalização de seus produtos e atração de investimentos estrangeiros ao Brasil, como a realizada com a Apex-Brasil e a de prestação de serviços em nuvem com a Amazon Web Service (AWS). Na área de segurança, o Serpro inaugurou o seu Centro de Operações de Segurança (SOC) e deu importante apoio ao governo federal no combate e na prevenção de ciberataques.

Com relação à LGPD, o Serpro mostrou o seu protagonismo no assunto e criou a Plataforma LGPD Educacional para oferecer soluções educacionais e certificações profissionais inéditas focadas em atender aos princípios da nova legislação. Todos esses acontecimentos tiveram sua importância reconhecida pelo mercado, com importantes premiações recebidas pelo Serpro: 1º lugar da CDT no Prêmio iBest, destaque o ano no Anuário Informática Hoje do Fórum Editorial e melhor empresa de TI pela Época Negócios e IstoÉ Dinheiro.

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

Em 2020, a economia mundial foi afetada diretamente pela pandemia do COVID-19. A rápida disseminação do vírus levou a consequências sociais e econômicas inéditas na história da sociedade moderna.

A expectativa de retração do PIB mundial na ordem de 4,3% comprova que a pandemia do COVID-19 gerou impacto macroeconômico em todas as economias do mundo e que será necessário esforço conjunto para que a recuperação ocorra o mais breve possível.

No Brasil, o Governo implementou ações sociais para minimizar o impacto do COVID-19. Segundo o boletim Focus, de 8 de janeiro de 2021, a expectativa do mercado é que o PIB nacional tenha uma queda de aproximadamente 4,41% quando comparado ao ano anterior, ainda que em patamares muito inferiores à queda prevista inicialmente, de mais de 8%.

Em meio a esse cenário, o Serpro demonstrou resiliência, adaptabilidade às mudanças e tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial.

As ações coordenadas de gestão empresarial, aumento de produtividade, adaptabilidade, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado empresarial alcançado no exercício de 2020, quando apresentou lucro líquido de R$ 462,1 milhões, evidenciando uma melhoria consistente na performance operacional da Empresa.

Ainda que sofrendo tamanhos impactos da pandemia, alcançou um lucro líquido de R$ 462,1 milhões, decréscimo de apenas 5,08% em relação ao ano anterior, justificado pela redução da receita operacional bruta em R$ 157,4 milhões

A conjuntura observada no campo fiscal afeta e afetou consideravelmente o Serpro, cujos principais clientes são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resultou em restrições orçamentárias para esses clientes, explicando a queda da receita operacional bruta oriunda do setor público da ordem de R$ 285,8 milhões.

Esse impacto negativo, porém, foi amortecido pelo crescimento de R$ 128,4 milhões nas receitas provenientes de clientes privados e pela melhoria na performance operacional da Empresa. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, que evoluíram 43,8% quando comparadas ao ano anterior e, ao final de 2020, passou a representar cerca de 12,9% da receita operacional bruta.

Continuamos a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária.

A administração da Empresa continua alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe destacar que, até 31 de dezembro de 2020, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

Destaca-se ainda, os impactos positivos na situação patrimonial, ainda que transitórios, decorrentes principalmente das medidas governamentais para mitigar os efeitos da crise sanitária, como a autorização para postergação do pagamento de tributos. A exemplo das Portarias ME 139/2020 e 245/2020, que dispõem sobre postergação do pagamento do INSS, Pis/Cofins e MP 927/2020, que dispõe sobre o parcelamento do FGTS.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do avanço da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve retrocesso no controle da COVID-19. Optou-se para o retorno dos empregados ao regime de home office, respeitando as recomendações dos governos locais, priorizando assim , a saúde e o bem estar do corpo funcional.

1.2. O Serpro no contexto do Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em virtude da inclusão do Serpro no Programa Nacional de Desestatização (PND) do Ministério da Economia, por meio do decreto nº 10.206/2020, e considerando as incertezas relevantes acerca das operações da Empresa, eventos ou decisões estratégicas podem: provocar modificações nas políticas e transações da Empresa; impactar o formato jurídico do Serpro no futuro próximo; provocar alterações na composição acionária, na cadeia de fornecedores, na carteira de clientes, nas parcerias de negócio, no modelo de negócio; alteração das políticas contábeis; alteração de critérios da administração em relação a créditos a receber; alteração do estatuto social; reformulação da governança corporativa; estimativas de provisões; dentre outros.

Caso se concretizem, essas alterações têm reflexo imediato e significativo nas demonstrações financeiras, até mesmo em relação aos segmentos das operações (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC TG 22), na relação do Serpro com Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a Bolsa de Valores B3, com o Governo Federal e com mercados externos.

Cumpre citar que, no âmbito do PND e nos termos dos art. 47 e art. 59 do Decreto 2.594/1998 e o art. 7º da Lei 13.334/2016, somente as contratações relativas à manutenção e operação da Empresa estão dispensadas de autorização do Ministério da Economia, excluídas, por exemplo, aquisição ou alienação de ativos (NE9 – Ativo não Circulante mantido para venda).

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela Diretoria Executiva da Empresa, em reunião realizada no dia 27 de janeiro de 2021.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, em 18 de março de 2021, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.7. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária (ACO) 2.658/DF de 06 de abril de 2018, fundamentada no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços, condicionando a sua aplicabilidade exclusivamente às situações em que a Empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública.

Visando a operacionalização da mencionada decisão, o Serpro requereu aos entes tributantes do ISSQN de maior impacto em sua operação, o reconhecimento administrativo da sua imunidade recíproca, nos termos do definido pelo STF, tendo resultado positivo perante o fisco do Distrito Federal, mediante o ato declaratório GDF nº 622/2019, de caráter definitivo, e nos municípios de São Paulo e Porto Alegre, ambos pendentes de ratificação pelos fiscos locais.

Em relação aos Municípios do Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Florianópolis foi necessário a propositura da competente ação declaratória de imunidade tributária, tendo atualmente decisões provisórias que desobrigam o recolhimento dos impostos municipais para as seguintes municipalidades: Recife, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte, Salvador e Rio de janeiro.

Sobre os tributos federais, a estratégia adotada foi a implementação da apuração do IRPJ sobre o lucro não imune, por meio da segregação do lucro atribuído aos grupos de clientes: imunes e não imunes, o que ensejou uma minoração relevante deste tributo (NE 31.5). Com relação ao PIS e a COFINS, houve a modificação para o regime de cumulatividade sobre a receita com clientes imunes. (NE 26.3.2).

2.8. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.9. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo Serpro no exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

3.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

3.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.3. Ativo não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda.

3.4. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses, tais como remuneração e encargos sociais, licença-prêmio, participação nos lucros e resultados, etc, os benefícios pós-emprego, tais como pensões, aposentadorias e assistência médica pós-emprego; e os benefícios rescisórios, referentes a Programa de Demissão Voluntária ofertado pelo Serpro.

3.4.1. Benefícios de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente.

3.4.2. Benefícios pós-emprego

3.4.2.1. Planos de previdência complementar

3.4.2.1.1. Planos de benefício definido

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são registradas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidas dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e é realizado conforme a determinação de premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas, realizadas conforme a base de dados referente à população e aos planos, e econômicas.

As remunerações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

O custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo são reconhecidos no resultado.

3.4.2.1.2 Planos de contribuição variável

A Empresa contribui também para um plano de contribuição variável, no qual as contribuições, realizadas na fase de acumulação, são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal.

3.4.2.2. Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

As obrigações com o programa de assistência médica são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, acumuladas para o cômputo da obrigação final. O cálculo é realizado mediante a definição de hipóteses atuariais, que incluem: estimativas demográficas, conforme a base de dados relativa à população e aos planos econômicos e estimativas dos custos médicos.

As remensurações da obrigação líquida, em relação ao PAS/Serpro, são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes. O custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo do benefício definido são reconhecidos no resultado.

3.4.3. Benefícios Rescisórios

Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o Serpro oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

No PDV foram oferecidos incentivo financeiro e incentivo social. No caso do financeiro, referente à indenização com base em remuneração, o passivo e despesas são reconhecidos após o aceite por parte do empregado, desde que validada sua adesão pela Empresa.

No caso do incentivo social, representa a participação do Serpro no custeio da mensalidade do Plano de Assistência à Saúde – PAS/Serpro. Para empregados aposentados na data da rescisão, o benefício é concedido mensalmente, limitado a 12 meses. Nesse caso, o reconhecimento da despesa ocorre concomitantemente à concessão das parcelas. Para empregados não aposentados, o benefício se dá em forma de indenização e é reconhecido contabilmente no ato da rescisão.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.6. Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

3.7. Instrumentos financeiros

Em relação a NBC TG 48 (rev 14) e CPC 48 (rev 14), estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

3.7.1 Fundo de aplicações extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

3.7.2 Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto reconhecidos pelo custo amortizado.

3.7.3 – Contas a pagar ou fornecedores

Em regra, o Serpro não possui passivo oneroso. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. O objetivo comercial do passivo é o financiamento das atividades operacionais, mantido até o vencimento. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento.

Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado

3.8. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 365 dias possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente. São incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registradoss no ativo não circulante, em sua integralidade.

3.9. Provisões trabalhistas e cíveis

São provisionados os valores das ações, em fase de execução, que tenham probabilidade de saída de recursos igual ou superior a provável, classificados pelo departamento jurídico, como prováveis.

A provisão é calculada utilizando o valor estimado de quitação do processo na data do balanço, no caso do Serpro, trata-se da multiplicação do valor calculado utilizando-se os parâmetros homologados da execução do processo judicial, com o percentual de risco de perda do processo

3.10. Provisões administrativas e tributárias

Os tributos de natureza indireta, incidentes sobre a receita oriunda dos entes públicos, que foram incluídos nos preços dos serviços e não recolhidos em virtude da aplicação da imunidade, estão registrados em provisões administrativas no passivo circulante (NE 28.3) para ressarcimento a clientes, nos casos em que houver decisão favorável definitiva, ou, em obrigações tributárias no passivo não circulante (NE 26) para os casos em que aguarda decisão.

3.11. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o Serpro adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência.

Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

3.12. Redução ao valor recuperável

Em 2020, não foi identificado qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no Ativo Imobilizado e Intangível, como também não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade. A Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício. Assim, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável desses ativos (NBC TG 01 (R4)).

Como resultado da revisão dos valores atribuídos aos depósitos judiciais, a Empresa reconheceu uma perda pelo valor recuperável, por entender, na apuração realizada até a data do balanço e nos termos da NBC TG 01 (R4), que o valor contábil do ativo excedeu o seu valor recuperável (NE 10). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Ativo

Ativo circulante

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Caixa/ Bancos	139.930	45.141
Aplicação financeira	1.554.565	962.369
Caixa e equivalente de caixa	1.694.495	1.007.510

4.1. Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, R$ 139,6 milhões, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

4.2. Aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R$1.554,6 milhões foi aplicada no mercado financeiro, contemplando os seguintes fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC:

4.2.1. BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8409%, cujo saldo alcançou R$ 510,4 milhões;

4.2.2. BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8813%, cujo saldo alcançou R$ 17,2 milhões;

4.2.3. CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1, gerido pela Caixa Econômica Federal, com rentabilidade anual de 3,8118%, cujo saldo alcançou R$ 1.026,8 milhões;

4.2.4. BB Extram FAE 2 FI, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8639%, cujo saldo alcançou R$ 160,5 mil;

4.2.5. BB Extram FAE, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8234%, cujo saldo alcançou R$ 14,8 mil.

Em milhares R$

Descrição	Dez/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	

Descrição	Dez/2020
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	482.998
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	97.378
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa	28.984
Demais provisões para contas a receber	1.718
Provisão para participação nos resultados	27.992
Pessoal	258.486
Despesas de juros	4.521
Receitas de juros	(56.608)
Reversão de provisões	(6.634)
Créditos tributários	6.650
Contas transitórias	372
Demais ajustes	17.444
Lucro ajustado	**863.301**
Diminuição nas contas a receber	69.022
Aumento no ressarcimento de pessoal	(18.000)
Aumento nos créditos diversos a receber	(17.248)
Aumento nos adiantamentos concedidos	(441)
Aumento nas obrigações tributárias	12.216
Aumento nas consignações	4.197
Diminuição nos processos trabalhistas a pagar	(653)
Diminuição na participação nos lucros ou resultados	(498)
Diminuição nas outras obrigações	(32)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	**911.862**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(107.265)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	**(107.265)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Dividendos pagos	(117.613)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	**(117.613)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	**686.985**
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.007.510**
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.694.495**

Nota 5. Clientes

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a receber de clientes a vencer	181.340	257.041
Créditos a receber a faturar	146.646	152.536
Vencidos até 30 dias	10.147	18.468
Vencidos de 31 a 60 dias	29.916	18.713
Vencidos de 61 a 90 dias	13.860	17.130
Vencidos de 91 a 180 dias	19.953	25.813
Vencidos de 181 a 365 dias	45.156	54.093
Vencidos acima de 365 dias	113.781	86.026
Créditos a receber	**560.799**	**629.820**
PECLD	**(113.781)**	**(84.797)**
Clientes – OGU	(96.438)	(87.839,8)
Demais Clientes	(17.343)	(8.937,3)
Total	**447.017**	**545.023**

Os créditos a receber de clientes no encerramento do exercício (R$ 447,0 milhões) são apresentados no balanço deduzidos das Perdas Estimadas em Créditos em Liquidação Duvidosa PECLD (R$ 113,8 milhões).

Nota 6. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a receber	38.451	26.675
Sentenças judiciais	54.400	54.470
Provisões ACÁ	6.293	-
Total	**99.144**	**81.145**

O valor de créditos a receber refere-se a Notas de Ressarcimento (NR) emitidas pelo Serpro a órgãos governamentais. Trata-se do reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário dos empregados cedidos a esses órgãos.

O valor de R$ 6,9 milhões referem-se às provisões do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021 de remuneração, encargos e benefícios, referentes ao Pessoal Cedido.

Em dezembro de 2020, o Serpro possuía 2.167 empregados cedidos a órgãos governamentais (2.222 em 2019), em sua maioria lotados em órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
A vencer	21.880	1.587
Vencidos até 30 dias	293	766
Vencidos de 31 a 60 dias	124	684
Vencidos de 61 a 90 dias	75	612
Vencidos de 91 a 180 dias	102	1.600
Vencidos de 181 a 360 dias	12	3.848
Vencidos acima de 360 dias	15.965	17.578
Total	**38.451**	**26.675**

No caso das sentenças judiciais, com saldo de R$ 54,4 milhões, se referem a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do Passivo Circulante, vincendas nos próximos doze meses (NE 23).

Nota 7. Créditos diversos a receber

O saldo de R$ 41,1 milhões representa, em sua maioria, R$ 22,2 milhões, o reconhecimento no ativo circulante de parte do valor relativo à participação da patrocinadora na distribuição do Superávit do Plano PSII da EFPC-Serpros seguido de R$ 18 milhões referentes a créditos decorrentes de folha de pagamento (NE 33.3).

Nota 8. Créditos tributários

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
IRPJ/CSLL a Compensar	185.934	214.099
IRPJ/CSLL a Recolher (NE 31.5.2)	(76.585)	(68.445)
Total	**109.349**	**145.654**

O valor líquido a compensar de IRPJ e CSLL, de R$109,3 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período.

Nota 9. Ativo não circulante mantido para venda

Em milhares de R$

Imóvel	Valor original	Depreciação acumulada	Valor terreno	Valor contábil	Valor mercado*
Casa – Teresópolis/RJ	246	-	-	246	270
Galpão - Taguatinga/DF	292	(58)	1.348	1.582	6.000
Prédio Comercial – São Paulo/SP	1.004	(201)	78	881	13.117
Prédio Comercial – São Paulo/SP	2.231	(2.231)	-	-	14.017
Total	**3.773**	**(2.490)**	**1.426**	**2.709**	**35.934**

*com base em laudos de avaliação de 2017 a 2020

Trata-se de imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Os procedimentos estão em conformidade com o que preconiza a NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada. Cabe destacar que o SERPRO vem trabalhando num novo plano de venda para esses ativos.

Ativo Não Circulante

Nota 10. Depósitos judiciais Recursais

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Depósitos judiciais e Recursais	281.913	267.924
Ajuste de Perdas de Outros Créditos	(12.520)	(43.730)
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	**275.743**	**230.544**

Representam garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. O acréscimo de R$ 45,0 milhões em relação ao mesmo período do ano passado trata-se basicamente de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados. Aliado a isto, a partir do 3º trimestre de 2020, com base nos extratos bancários judiciais, é efetuada a atualização monetária, no valor de R$ 17,3 milhões, referentes aos processos analisados entre a área jurídica e a controladoria.

A partir do terceiro trimestre de 2020, após reunião com a SUPJU que trouxe a conhecimento da SUPCO de que, após o advento da lei nº 13.467/2017 no seu parágrafo 4, todos os depósitos para recursos serão feitos em conta vinculada ao juízo e corrigidos com os mesmos índices da poupança, estes valores foram reclassificados para a conta de depósito judicial, em conta corrente específica, com o objetivo de evidenciar fidedignamente as inconsistências apuradas em comparação com os saldos bancários judiciais.

10.1. Ajuste de perdas de outros créditos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
(a) Depósitos Judiciais e Recursais	245.705	267.924
(b) Extratos Bancários Judiciais	258.226	224.194
Total (a) - (b)	**(12.520)**	**(43.730)**

Esta conta retrata a perda dos valores relacionados aos ativos judiciais que aguardam posicionamento do jurídico para a contabilização da baixa destes depósitos judiciais e recursais. Em 2019, foram identificadas inconsistências entre os valores registrados nas contas bancárias/judiciais e os registrados em ativos judiciais.

Como resultado da adequação das inconsistências, em andamento desde 2019, houve redução dos valores identificados, passando de R$ 43,7 milhões em 2019, para R$ 12,5 milhões em 2020. Essa diferença é registrada como ajuste ao valor recuperável do ativo.

Para composição dos depósitos judiciais e recursais foram considerados para o cálculo do ajuste os valores de R$ 233,1 milhões de depósitos judiciais e R$ 12,6 milhões de depósitos recursais.

10.2. Ações fiscais

Correspondem, em ampla maioria, R$6,2 milhões, a depósito administrativo referente à autuação fiscal e que foi efetuado com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

O referido procedimento administrativo fiscal teve Recurso Voluntário, interposto pelo Serpro junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF), apreciado em 02 de setembro de 2020, e, de forma unânime, foi acolhido os argumentos da Empresa, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSFR) do CARF, aguarda-se julgamento deste órgão.

Nota 11. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
(a) Despesas judiciais (PSE)	200.871	255.243
(b) Provisões trabalhistas PSE	113.451	96.487
Total (a) + (b)	**314.322**	**351.731**

11.1. Despesas judiciais

O montante de R$ 200,9 milhões (255,2 milhões em 2019) faz alusão às notas de ressarcimento referentes aos acordos e processos trabalhistas envolvendo empregados que cedidos a outros órgãos, em sua ampla maioria à Receita Federal do Brasil e que aguardam a quitação para que a Empresa possa dar baixa. (NE 23)

11.2. Provisões trabalhistas PSE

O montante de R$ 113,4 milhões (96,5 milhões em 2019) refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU.

Nota 12. Créditos tributários diferidos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Ativo fiscal diferido	620.242	763.257
Passivo fiscal diferido	(115.572)	(108.024)
Total	**504.670**	**655.233**

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social (NE 31.5.5).

Nota 13. Clientes em avaliação de direito

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Faturas a Receber	266.100	266.100
PECLD	(266.100)	(266.100)
Total	-	-

Em 2015, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, referente às faturas de clientes em avaliação de direito.

Nota 14. Créditos realizáveis a longo prazo

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a Receber de Fundos de Pensão	**108.270**	**101.388**
Superávit Serpros (nota 14.1)	24.174	41.144
Letras Financeiras de Santa Catarina (nota 14.2)	84.096	60.243
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	**22**	**22**
Total	**108.292**	**101.410**

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e à distribuição do superávit do plano PS-II, relativos à parcela do patrocinador.

14.1. Superávit Serpros

Os valores contabilizados referem-se ao saldo de novembro/2020 apurado pelo SERPROS. A apuração da atualização do saldo devido depende da rentabilidade mensal das cotas divulgada ao final de cada mês.

Em 2020, foram recebidas 12 parcelas sob a forma de abatimento das contribuições mensais devidas totalizando R$ 25,2 milhões e reconhecido o montante de R$ 2,7 milhões referente à rentabilidade desses recursos.

14.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - LFTSC

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) estão reconhecidas pelo valor incontroverso de R$ 60 milhões, já deduzido das custas judiciais. O direito do Serpro junto ao SERPROS corresponde a 42,87% dos créditos desta, que monta o valor total de R$ 84 milhões, atualizado em 31/12/2020. Os títulos em favor do SERPROS estão listados como precatórios junto ao Tribunal de Justiça do do Estado de Santa Catarina.

Nota 15. Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Dez/2020		Dez/2020	Dez/2019
Edifícios	145.174	(43.626)	101.548	103.196
Terrenos	65.604	-	65.604	65.604
Estudos e projetos	-	-	-	1.766
Obras em andamento	10.722	-	10.722	10.125
Instalações	141.435	(99.072)	42.363	50.585
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	(1.595)	222	396
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.922
Bens móveis	1.029.359	(718.031)	311.327	228.077
Total	**1.413.320**	**(864.855)**	**548.464**	**476.669**

15.1. Movimentação do imobilizado

Em milhares de R$

Descrição	Saldo Dez/2019	Adição	Alienações/ Baixas	Saldo Dez/2020
Edifícios	145.174	-	-	145.174

Descrição	Saldo Dez/2019	Adição	Alienações/ Baixas	Saldo Dez/2020
Terrenos	65.604	-	-	65.604
Estudos e projetos	1.766	-	(1.766)	-
Obras em andamento	10.125	3.318	(2.721)	10.722
Instalações	137.651	3.940	(156)	141.435
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	-	-	1.817
IPC/90	19.210	-	-	19.210
Bens móveis	926.452	140.546	(37.639)	1.029.359
Total	**1.307.798**	**147.804**	**(42.282)**	**1.413.320**

15.2. Movimentação da depreciação/ amortização

Em milhares de R$

Descrição	Saldo Dez/2020	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Saldo Dez/2020
Edifícios	(41.978)	(1.663)	15	(43.626)
Instalações	(87.066)	(18.183)	6.177	(99.072)
Benfeitorias propr. terc.	(1.421)	(175)	2	(1.595)
IPC/90	(2.531)	-	-	(2.531)
Bens móveis	(698.089)	(65.032)	45.089	(718.031)
Total	(831.085)	(85.053)	51.283	(864.855)

15.3. Revisão de vida útil dos bens

Em 2020, as vidas úteis dos equipamentos foram revistas por meio de estudos realizados por especialistas da Empresa, cujo objetivo era aderir o tempo de obsolescência à necessidade de renovação do parque tecnológico da Empresa. A partir da reclassificação, os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passaram a ter vida útil de 84 meses, compatível com o período que a Empresa espera utilizá-los antes de se tornarem obsoletos.

Os bens, que pela nova sistemática adotada ainda eram servíveis e que tiveram suas vidas úteis revistas, sofreram recálculo das cotas de depreciação a partir do valor contábil em janeiro de 2020 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2020 (janeiro a dezembro) foram registrados no mês de dezembro.

Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes da Resolução CFC n°1.055/05 e alterações posteriores do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R$ 10,7 milhões no resultado do exercício. Os bens totalmente depreciados, mesmo pelo novo período estabelecido pela área técnica, serão encaminhados para descarte e substituição, pois estão obsoletos, de acordo com a classificação estabelecida pela Empresa.

Nota 16. Ativo Intangível

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Adições	Dez/2020
Software	613.786	29.515	643.301
(Amortização acumulada)	(549.738)	(29.268)	(579.006)
Total	**64.048**	**248**	**64.295**

O saldo líquido de R$ 64,3 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, ainda em processo de amortização.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 17. Consignações

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Previdência social	14.810	14.475
Pensão alimentícia	36	21
IRRF	49.983	48.852
Tributos federais retidos	16.487	12.714
ISS	427	846
Plano de previdência e assistência médica	9.960	9.329
Entidades representativas de classes	154	151
Empréstimos, retenções e consignatários	3.573	4.846
Total	**95.430**	**91.234**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também de tributos retidos de fornecedores.

Nota 18. Tributos e encargos sociais

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Passivo fiscal diferido (nota 18.1)	72.393	75.859
PASEP / COFINS a recolher (nota 18.2)	62.009	48.125
ISS a recolher (nota 18.3)	3.756	8.482
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta	16.904	14.601
FGTS	8.471	8.789
Outros tributos	571	672
Total	**164.103**	**156.528**

Trata-se das obrigações tributárias e dos encargos sociais já deduzidos os tributos a recuperar.

18.1. Passivo fiscal diferido

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
IRPJ/ CSLL s/ Crédito Superávit	7.534	6.995
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	64.859	68.865
IRPJ/ CSLL	42.133	43.104
Tributos s/ receita bruta a faturar	22.726	25.761
Total	**72.393**	**75.859**

O IRPJ/CSLL sobre saldo a receber de Superávit SERPRO (R$ 7,5 milhões), trata-se de tributos incidentes sobre a parte do superávit registrado no ativo circulante (NE 7). Uma vez que o fato gerador é tratado como diferença temporária, o tributo será incluído na apuração dos IRPJ e CSLL correntes à medida que haja realização do ativo.

Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R$ 64,9 milhões) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Importante frisar que o diferimento do tributo é aplicável uma vez que a receita a faturar é calculada por estimativa e não passou por todas as etapas que caracterizam a realização do fato gerador. Os tributos sobre a receita bruta a faturar são representados pela CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

18.2. PASEP/COFINS a recolher

O PASEP e a COFINS estão relacionados à movimentação do Contas a Receber de Clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento. O acréscimo de R$ 13,9 milhões é atribuído ao maior volume desses recebimentos em dezembro de 2020, que são recolhidos no período seguinte, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.718/98.

18.3. ISS a recolher

A redução do ISS a recolher está relacionada à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Brasília, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro, combinada com a redução do faturamento.

Nota 19. Fornecedores

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
A vencer	163.754	103.589

Houve um aumento de R$ 60 milhões, em relação ao ano anterior, no saldo das obrigações a pagar junto a fornecedores decorrente de execução de contratos, em sua maioria em TI, concentrado no encerramento do exercício, cujos pagamentos ocorrerão no decorrer de 2021. O Serpro não possui valores vencidos a pagar.

Nota 20. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Férias	183.762	156.236
13º salário	-	174
Licença prêmio	121.400	135.203
Pessoal a Pagar	4.660	3.852

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Total	309.822,1	295.464,5

Nota 20.1. Obrigações com pessoal - férias e licença-prêmio

Em milhares de R$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Efeito Líquido
Férias	151.090	32.672	(16.823)	166.939
Licença-prêmio	118.841	2.560	-	121.400
Total	**269.930**	**35.232**	**(16.823)**	**288.339**

Nota 21. Ações do Programa de Demissão Voluntária

Em 2020, o Serpro instituiu o PDV para empregados aderentes, com desligamento programado para o mês de dezembro. O valor do incentivo provisionado, em 31/12, culmina num saldo de R$ 117,6 milhões a serem pagos no decorrer do exercício seguinte.

Em milhares de R$

Descrição	Valor Provisionado	Valor Pago	Saldo
PDV	130.989	(13.372)	117.617
Total	**130.989**	**(13.372)**	**117.617**

Nota 22. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho

O saldo de R$25,6 milhões corresponde ao provisionamento do ACT 2020/2021, apurado segundo os termos negociais propostos até o fechamento do mês de Dezembro. Cumpre ressaltar que o no saldo da provisão reflete as mudanças nas negociações coletivas de trabalho.

Nota 23. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno.

Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Processo trabalhista – Serviço Externo (PSE)	54.400	54.470
Processo trabalhista - Pessoal Interno	10.161	10.744
Total	**64.561**	**65.214**

Nota 24. Plano de previdência complementar

O saldo de R$ 35,9 milhões corresponde, em parte, a R$ 7,0 milhões referentes a contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento do balanço. Além disso, compõe-se de valores reconhecidos a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC (R$ 28,9 milhões) a seguir detalhados.

24.1. Ação de cobrança de parte relacionada 1

Processo 0012357-70.2016.401.3400 (CIV-0002/2016)

O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo, o pagamento de R$ 11,3 milhões, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado a viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do TCU. O processo encontra-se na fase de instrução do julgamento. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

24.2.Ação de cobrança de parte relacionada 2

Processo 00026272-89.2016.4.01.3400 (CIV-0057/2017)

O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo que não foram pagos os encargos incidentes (período: abril de 2013 a fevereiro de 2016) referentes ao acordo de parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II e seus aditivos, termo de amortização da dotação inicial e termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos planos de benefícios do SERPROS, no valor total de R$17,6 . O processo encontra-se na fase de instrução e julgamento, em tramitação 2ª na Vara Federal do Distrito Federal. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Nota 25. Participação nos lucros ou resultados

Em milhares de R$

Participação nos Lucros ou Resultados	Dez/2020	Dez/2019
Participação corpo funcional		
(a) Total de dividendos distribuídos	109.749	115.627
(b) Percentual sobre dividendos acordo coletivo	25%	25%
(c) Participação - Corpo Funcional	27.437	28.906,7
(d) Participação - Administradores	554	739
(e) Total (c) + (f)	27.991	29.646

Cabe destacar que o valor a ser distribuído ao Corpo Funcional segue critérios definidos e aprovados no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados - PPLR 2020 e aos Administradores, é calculado com base na remuneração média, de acordo com as regras específicas do Programa de Remuneração Variável de Administradores - RVA 2020

Passivo não circulante

Nota 26. Obrigações tributárias

O conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social está assim constituído:

26.1. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R$ 84,6 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. (NE 2.7)

Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATÓRIO Nº 622 – NUBEF/ GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC, em 04 de outubro de 2019.

26.2. ISS renegociado

Refere-se ao parcelamento de débito que está com o pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária. Em 2019, foi ajuizada ação de repetição de indébito tributário com o objetivo de recuperar o ISS recolhido entre os anos de 2010 a 2019. Com o ajuizamento da ação, obteve-se decisão liminar para suspensão dos pagamentos dos PATs. Os PATs oriundos de São Paulo-SP eram os únicos programas de parcelamento que o SERPRO possuía.

26.3. PASEP/ COFINS a recolher

26.3.1. Contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R$ 14,6 milhões);

26.3.2. Contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R$ 104 milhões do circulante para o não circulante.

Nota 27. Processo trabalhista pagar

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Processo trabalhista – Serviço Externo (PSE)	45.256	99.656
Processo trabalhista - Pessoal Interno	10.161	18.401
Total	**55.416**	**118.057**

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno.

Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Nota 28. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

28.1. Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. O risco compõe o valor esperado no sentido de atender o item 43 do NBC TG 25 que trata sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

Provável (51 a 100%): classificação aplicada para denotar que o risco de desfecho desfavorável ao Serpro é muito alto, apesar de não ter ocorrido, ou quando a chance de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis é maior do que a de não ocorrer.

A classificação do risco de um processo como provável denota um prognóstico de perda da ação, em razão de elementos ou indicativos como a tendência jurisprudencial que se mostra desfavorável à tese da Empresa, teses anteriores apreciadas em tribunais superiores quando matérias de direito estão envolvidas e dificuldade para produção de provas, quando se trata de litígio que envolve matéria de fato. Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (25 a 50%): demonstra que a possibilidade de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis à Empresa é menor que provável e maior que remota. Um prognóstico de possível perda da ação denota que o insucesso pode ocorrer, no entanto, os elementos ou dados são inexistentes ou insuficientes para formação de convicção quanto à tendência de êxito ou insucesso no processo em questão. Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas (na seção de passivos contingentes), mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações financeiras

Remoto (0,1 a 25%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

28.2. Provisões trabalhistas e cíveis

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Provisões trabalhistas e cíveis	427.209	377.808

São provisionados os processos classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, não há dúvida da existência do evento passado). A estimativa é realizada pelo método do valor esperado de acordo com a interpretação da NBC TG 25 (R1) (item 40).

O risco é atribuído pelo advogado e o valor apurado pelo perito assistente com base no valor homologado de sentença de execução. A maioria dos processos são de natureza trabalhista, representando mais de 98% do passivo provisionado.

A Administração entende que as provisões de R$427 milhões, constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25). Os processos classificados como possíveis totalizam R$14,9 milhões.

Em milhares de R$

Saldo da provisão 31/12/2019	377.808
Processos que entraram na provisão	62.272
Processos que saíram da provisão	(18.660)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	86.610
Redução nos processos anteriormente provisionados	(80.821)
Saldo da provisão 31/12/2020	**427.209**

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados. O total do passivo deste grupo de ações é de R$113,4 milhões. Abaixo um quadro discriminatório da provisão e dos valores esperados de reembolso.

Em milhares de R$

Tipo de ação	Dez/2020	Dez/2019
Sem expectativa de reembolso	313.758	281.320
Com expectativa de reembolso	113.451	96.488
Saldo da provisão 31/12/2020	**427.209**	**377.808**

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo.

No exercício anterior foram elencados como fatores estruturantes:

i. alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas;

ii. reforma trabalhista e

iii. Ação cível originária onde foi reconhecida a Imunidade (subitem 3 desta parte das Notas Explicativas) Tributária para o Serpro.

Dos fatores estruturantes que estavam como incertos no ano passado, foi possível identificar o efeito da "Reforma Trabalhista", a qual diminuiu a quantidade de novas ações, apresentando um horizonte positivo de controle e diminuição do passivo judicial contingente.

O outro fator "alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas", teve sua incerteza diminuída em 2019, porém a tabela única de correção monetária trabalhista, continua sendo elaborada com a TR, novos critérios de atualização monetária foram revelados com a publicação da Medida Provisória - MP 905/2019, que depois foi revogada com expectativa de publicação de texto semelhante no futuro imediato, o STF está julgando o direito e sobrestou todas as ações que tenham como objeto o assunto, mas sem impacto na tabela única, pela cautela continuaremos acompanhando a evolução do entendimento dos novos critérios de correção monetária, até que convirjam para uma nova tabela única ou critérios únicos da Justiça Trabalhista.

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

28.2.1 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

28.3. Provisões administrativas

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Provisões administrativas	17.296	10.355

Em consequência do reconhecimento definitivo da imunidade tributária, pelo DF, sobre os serviços prestados para entes públicos, a Empresa realizou provisão administrativa de R$ 17,2 milhões referentes ao ISS para ressarcimento aos clientes.

Nota 29. Benefícios pós-emprego

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Plano de previdência complementar – PSI	607.189	1.048.500
Programa de assistência à saúde – PAS/Serpro	-	164.045
Total	**607.189**	**1.212.545**

Grupo composto pelas provisões efetuadas com base em relatório emitido pela consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda, em atendimento à NBC TG 33 (R2).

No que tange ao Plano de previdência complementar - PSI, pode-se observar a reversão de parte da obrigação reconhecida no exercício de 2019 , justificada pelo aumento da taxa de juros e do ganho com a mensuração dos ativos a valor de mercado observado no período (NE 33.2).

Quanto ao Programa de assistência à saúde – PAS/Serpro destaca-se que no encerramento do exercício foi realizada reversão de todo o passivo atuarial, reconhecido até o exercício de 2019, em decorrência da atualização da base cadastral, redução de custos médicos e adoção de novas premissas (NE 33.4).

Nota 30. Patrimônio líquido

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Patrimônio Líquido	**1.739.371**	**987.333**
Capital	**1.061.005**	**1.061.005**
Reservas	**861.599**	**618.995**
Reservas de Reavaliação	78.009	79.096
Reservas de Lucros	783.590	539.899
Reserva Legal	58.399	35.294
Reserva de Retenção do Lucro	725.191	504.605
Outras Reservas – Dividendos Propostos	**109.749**	-
Outros Resultados Abrangentes	**(292.983)**	**(692.666)**
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-

O aumento do patrimônio líquido em R$ 752,0 milhões, que representa uma evolução de R$987,3 milhões para R$1.739,4 milhões, está associado aos R$ 462,1 milhões decorrentes do resultado do exercício e aos lançamentos de reversão no ORA, decorrentes de revisão do passivo atuarial.

30.1. Capital Social

O capital social do Serpro está dividido em 1.061.004.829 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme consta do art 5° do Estatuto Social. As ações ordinárias nominativas foram depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND, conforme dispõe o art. 10 da Lei n° 9.491, de 09/09/1997.

30.2. Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005. O saldo de R$ 138,2 milhões desta reserva é mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

30.3. Reserva de Lucros

30.3.1. Reserva Legal

O valor constituído no exercício foi de R$ 23,1 milhões, compondo um saldo final da conta de R$ 58,4 milhões.

30.3.2. Reserva de Retenção de Lucros

O valor destinado a esta reserva no exercício foi de R$ 220,6 milhões, compondo um saldo final de R$ 725,2 milhões. A reserva destina-se à aplicação em investimentos pela Empresa, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, com base em justificativa técnica, nos termos do Art. 36, § 4º do Estatuto Social.

Abaixo quadro demonstrativo de expectativa de realização da reserva de lucros:

Em milhares de R$

Reserva de retenção de lucros					
Constituída		Realizada (Execução orçamentária)			Saldo Reserva
		2018	2019	2020	
2018	156.056		(118.661)	(37.395)	0
2019	348.549			(132.380)	216.169
2020	220.586				220.586
	725.191	**0**	**(118.661)**	**(169.775)**	**436.755**

A incorporação da realização da reserva de lucro para investimentos (R$ 288,2 milhões) ao capital social dependerá de aprovação da AGO.

Nota 31. Resultado do exercício

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Receita Operacional Líquida	2.736.517	2.859.075
Custo dos Serviços Prestados	(1.474.826)	(1.368.007)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(778.693)	(1.030.741)
Tributos sobre o lucro	(20.896)	26.522
Resultado Líquido do Exercício	**462.103**	**486.850**

31.1. Receita bruta

No ano de 2020 a receita bruta atingiu o valor de R$ 3.278,3 milhões, correspondente a um decréscimo de 4,6% em relação ao ano anterior.

No quadro abaixo, demonstra-se a composição da receita bruta por obrigação de desempenho, especificando-se os valores faturados e a faturar.

Em milhares de R$

Descrição	Faturamento 2020	Baixa de valores a faturar	Valores a faturar	Receita Bruta
Hospedagem de aplicações	2.220.016	(95.281)	99.410	2.224.144
Desenvolvimento e manutenção de software	201.435	(17.951)	13.643	197.127
Atendimento a Ambientes de Rede Local	147.986	(10.015)	8.414	146.384
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	94.421	(543)	3.985	97.863
Administração de rede de longa distância	94.230	(16.219)	5.962	83.973
Gestão de margem consignável	93.167	(1.645)	23	91.546
Datavalid	57.453	(22)	2.033	59.465
Atendimento a Usuário	35.202	(631)	1.104	35.675
Infoconv	34.441	(829)	963	34.574
Emissão de CNH	25.897	(1.031)	972	25.837
Demais obrigações de desempenho	279.957	(8.369)	10.138	281.726
Total	**3.284.204**	**(152.536)**	**146.646**	**3.278.314**

A retração da receita bruta, deve-se à redução na receita com os clientes do mercado público (OGU e não OGU), que apresentaram queda de R$ 285,8 milhões. Essa redução foi suavizada pelo crescimento de R$ 128,4 milhões no mercado privado. A junção dessas variações nas esferas de receita bruta ocasionou mudança na composição da carteira de clientes do Serpro. Ao final de 2020, os clientes privados representam 12,86% (8,53% em 2019) de toda receita da Empresa apurada no período.

No quadro seguinte, são relacionados os dez clientes que mais contribuíram para a formação da receita bruta:

Em milhares de R$

Clientes (nomenclatura contrato)	Vinculado a	Dez/2020	Dez/2019
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	Min. Economia	1.488.020	1.718.847
Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística	Min. Economia	489.432	3.182
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Min. Economia	224.855	231.452
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	Min. Economia	189.732	191.818
Secretaria Nacional de Segurança Pública	Min. Justiça	58.376	58.304
Ministério das Cidades	Min Des. Regional	53.020	81.800
Ministério da Infraestrutura	Min.Infraestrutura	51.634	19.756
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Min. Economia	38.619	314.450
DNIT - Depto.Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min.Infraestrutura	37.594	44.374
Banco Panamericano S.A.	Privado	21.951	11.525
Demais Clientes Públicos		231.474	458.413
Demais Clientes Privados		399.497	281.507
Serviços a Faturar (CPC 47)		(5.890)	20.320
Receita Total		**3.278.314**	**3.435.748**

31.2. Receita Líquida

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Receita bruta	**3.278.314**	**3.435.748**
(-) ISS (31.2.1)	74.862	118.262
(-) PIS / PASEP	50.659	52.970
(-) COFINS	233.357	244.001
(-) ICMS	95	118
(-) INSS patronal	145.711	154.428
(-) Descontos concedidos (31.2.2)	24.367	3.675
(-) Vendas canceladas (31.2.3)	12.745	3.219
Receita operacional líquida	**2.736.517**	**2.859.075**

31.2.1. ISS

Em 2020 ocorreu a conclusão de processos de imunidade tributária em mais 5 municípios, são eles: Belém, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A suspensão dos recolhimentos no decorrer do ano justifica a variação observada.

31.2.2. Descontos concedidos

O aumento do desconto concedido reflete a estratégia empresarial de redução de preços aplicável a situações em que a empresa obtém ganho de escala na comercialização de serviços sobre sistemas de clientes.

31.3 .Custos e despesas operacionais

Em milhares de R$

	Dez/2020			Dez/2019		
Descrição	**CSP**	**Despesa**	**Total**	**CSP**	**Despesa**	**Total**
Despesas de pessoal	(1.173.788)	(628.595)	**(1.802.383)**	(1.054.895)	(604.626)	**(1.659.520)**
Depreciação/ Amortização	(85.160)	(12.218)	**(97.377)**	(86.923)	(28.275)	**(115.198)**
Locação	(44.456)	(11.142)	**(55.598)**	(37.382)	(14.998)	**(52.380)**
Manutenção	(81.155)	(42.320)	**(123.475)**	(100.358)	(41.256)	**(141.614)**
Comunicação	(31.472)	(7.920)	**(39.392)**	(39.004)	-	**(39.004)**
Serviços profissionais	(57.680)	(35.304)	**(92.983)**	(59.281)	(40.262)	**(99.543)**
Serviços públicos	(14.769)	(9.676)	**(24.445)**	(17.312)	(14.631)	**(31.942)**
Resultado com créditos a receber	-	(30.702)				
(30.702)	-	(55.121)				
(55.121)						
Créditos tributários	14.736	-	**14.736**	31.872	-	**31.872**
Despesas tributárias	-	(3.163)	**(3.163)**	(1)	(5.565)	**(5.565)**
Materiais	(259)	(4.973)	**(5.232)**	(435)	(4.523)	**(4.958)**
Outras despesas/ receitas	(824)	(11.368)	**(12.192)**	(4.290)	(5.757)	**(10.047)**
Resultado com ações Judiciais	-	(45.043)				
(45.043)	-	(194.058)				
(194.058)						
Total	**(1.474.826)**	**(842.422)**	**(2.317.248)**	**(1.368.007)**	**(1.009.071)**	**(2.377.078)**

No tocante ao gasto total (custos e despesas), observa-se uma redução de 2,52% com relação ao mesmo período do exercício anterior influenciado, principalmente, pela redução observada nas contas de: serviços contratados (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos), Resultados com ações Judiciais e Créditos a Receber, que reunidos apresentaram uma redução de despesas equivalente a R$ 202 milhões em contrapartida os gastos com pessoal aumentaram em R$ 142,9 milhões e as receitas com créditos tributários diminuíram em R$ 17,1 milhões.

31.3.1. Aumentos

31.3.1.1. Despesas de pessoal

Aumento na ordem de 8,6%, devido ao crescimento vegetativo (anuênio e promoção por mérito e tempo de serviço) e, sobretudo, ao impacto das indenizações do Programa de Demissão Voluntária - PDV e demais provisões. Ao desconsiderar o efeito das despesas de natureza não recorrente, o gasto com pessoal apresentaria redução de 0,45%, mesmo ocorrendo os eventos funcionais ao longo 2020. Isto é decorrente do impacto da pandemia que ocasionou redução em gastos com assistência à saúde (R$ 30,3 milhões) e auxílio transporte (R$ 2,2 milhões)

31.3.1.2. Créditos tributários

Redução de receita de créditos tributários de Pis-Pasep/Cofins em R$ 17,1 milhões, reflexo da Imunidade Tributária referente aos serviços prestados aos órgãos públicos, não sendo mais possível constituir crédito tributário sobre os insumos dos serviços prestados aos entes públicos que deixaram de ser tributados pela alíquota não cumulativa e passaram a ser tributados pela cumulativa.

31.3.2. Reduções

A redução no gasto total foi influenciada, principalmente, pelos gastos com custeio, provisões com créditos a receber e resultado com ações judiciais.

31.3.2.1. Serviços contratados (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos)

Apresentou redução de 7,8%, equivalente a R$ 28,6 milhões devido à economia por revisão de contratos, ajustes de níveis de serviços e ações adotadas durante pandemia;

31.3.2.2. Resultado com créditos a receber

Redução de 44,30%, aproximadamente R$ 24,4 milhões, resultado da queda do número de faturas vencidas acima de 365 dias, que são reconhecidas em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), e a ações de recuperação de crédito adotada pela Empresa (acordos com clientes);

31.3.2.3. Resultado com ações judiciais

Redução de 76,8%, equivalentes a R$149,0 milhões, devido às reversões de registro de perdas de depósitos judiciais, reversão de provisões e redução de provisão para Riscos Trabalhistas.

31.4. Resultado financeiro

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Despesa Financeira	(33.424)	(42.848)
Receita Financeira	97.154	21.177
Resultado financeiro	**63.730**	**(21.670)**

O resultado financeiro impactou positivamente o resultado do exercício em R$ 63,7 milhões. Tal comportamento resulta da execução financeira do período em análise, com fluxo de recebimentos e pagamentos satisfatórios, permitindo aumento de aplicações financeiras e, consequentemente, crescimento das receitas financeiras decorrentes dessas aplicações (R$ 40,5 milhões).

Além disso, houve reconhecimento de atualização monetária de títulos vinculados ao Fundo de Pensão (Letras de Santa Catarina e superávit do Serpros), atualização dos depósitos judiciais e processos judiciais com impacto positivo de R$ 49,9 milhões.

As Despesas Financeiras reduziram R$ 9,5 milhões, representando queda de 22% quando comparada ao exercício anterior, sendo influenciada, principalmente, em função da redução na conta de Descontos Financeiros Concedidos (35 milhões em 2019 contra 28 milhões em 2020).

31.5. Tributos sobre o lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune.

Por inexistir regra específica para as empresas públicas como o SERPRO quanto à escrituração nas obrigações acessórias de método para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada, conforme demonstrado na Nota 31.5.4.

A Administração do Serpro entende que o fato das obrigações acessórias não contemplarem a forma específica para a apuração do tributo não pode ser obstáculo à fruição de um status jurídico decorrente de decisão judicial transitada em julgada proferida pelo Supremo Tribunal Federal, e que a fórmula de cálculo adotada segue a legislação tributária atualmente em vigor.

Isso posto, considerando que há precedentes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais versando sobre casos de imunidade recíproca e que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi direta na segregação das receitas imunes e não imunes, entende que o risco de contingência pela fruição de imunidade recíproca é remota.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impactos quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

31.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	(76.585)	(68.445)
Despesas de IRPJ e CSLL diferidas	55.689	94.968
Total	**(20.896)**	**26.522**

31.5.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Em milhares de R$

Descrição	IRPJ	CSLL	Dez/2020	IRPJ	CSLL	Dez/2019
Lucro (Prejuízos) antes dos tributos sobre o lucro	482.998	482.998	482.998	460.327	460.327	460.327
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	**(120.750)**	**(43.470)**	**(164.219)**	**(115.082)**	**(41.429)**	**(156.511)**
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	**82.659**	**4.975**	**87.634**	**84.811**	**3.255**	**88.066**
Incentivos fiscais	2.355	192	2.547	1.323	0	1.323
Juros sobre capital próprio	19.503	7.021	26.524	19.042	6.855	25.897
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(53.103)	(19.117)	(72.220)	(54.534)	(19.632)	(74.167)
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.115	16.498	33.613	13.550	16.361	29.911
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4)	95.844	0	95.844	106.503	0	106.503
Outras adições e exclusões	945	382	1.327	(1.073)	(329)	(1.402)
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	**(38.090)**	**(38.495)**	**(76.585)**	**(30.271)**	**(38.175)**	**(68.445)**
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	0	(16.498)	(16.498)	0	20.801	20.801
Constituição/Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	53.079	19.108	72.187	54.534	19.632	74.167
(d) Total dos tributos diferidos (NE 31.5.4)	**53.079**	**2.611**	**55.689**	**54.534**	**40.433**	**94.968**
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	**14.988**	**(35.884)**	**(20.896)**	**24.264**	**2.259**	**26.522**
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-3,1%	7,4%	4,3%	-5,3%	-0,5%	-5,8%

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R$ 483 milhões), resultaram numa alíquota efetiva de 4,3%, equivalente a despesa de R$ 20,9 milhões. Esse resultado foi influenciado principalmente pela exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4), dedução de juros sobre capital próprio (NE 32) e pela compensação de prejuízo fiscal (NE 31.5.3).

31.5.3. Movimentação do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020		Dez/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo Inicial do Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	**357.046**	**231.122**	**411.248**	**412.906**
Compensação no período limitado a 30% do lucro tributável	(68.461)	(183.308)	(54.202)	(181.784)
Saldo Final do Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	**288.586**	**47.814**	**357.046**	**231.122**
Crédito Tributário constituído sobre o saldo final em AFD	-	4.303	-	20.801
Crédito Tributário não constituído	72.146	-	89.262	-
Tributo compensado no período	**(17.115)**	**(16.498)**	**(13.550)**	**(16.361)**

Em 2020, o saldo do Ativo Fiscal Diferido sobre a Base Negativa - CSLL é de R$ 4,3 milhões. Foi constituído em virtude da projeção de lucros tributáveis futuros, e não foi constituído o AFD sobre o saldo do Prejuízo Fiscal – IRPJ, devido à aplicação da imunidade tributária.

31.5.4.Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

31.5.4.1 Distribuição da Receita Líquida

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	%	Dez/2019	%
Receita Operacional Líquida	**2.739.373**		**2.859.075**	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(2.856)		(16.987)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	**2.736.517**		**2.842.089**	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.347.179	**85,8**	2.546.040	**89,6**
Receita líquida atribuída ao setor privado	389.338	**14,2**	296.049	**10,4**

31.5.4.2 Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	%	Dez/2019	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	482.998		460.327	
Adições	59.682		28.876	
Outras Despesas e Outras Receitas (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)	3		39	
Tributos com exigibilidade suspensa	57.715		26.971	
Realização de Reservas de Reavaliação	1.648		1.669	

Descrição	Dez/2020	%	Dez/2019	%
Ajuste positivo de diferenças (art. 58 da Lei nº 12.973/2014)	317		198	
Exclusões	(95.711)		(13.655)	
Outras Receita (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)	(3.351)		(22)	
Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras	(92.361)		(13.633)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	446.969		475.548	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	383.377	85,8	426.012	89,6
Lucro atribuído ao Setor Privado	63.593	14,2	49.536	10,4
IR s/ o Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	95.844		106.503	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação serviços atribuído ao setor público imune de IRPJ (R$ 383,4 milhões), que corresponde a exclusão de R$ 95,8 milhões do IRPJ corrente em 2020 (R$ 106,5 milhões em 2019). As receitas financeiras excedentes das despesas financeiras divergem do Resultado Financeiro, da demonstração de resultado, devido a exclusão de descontos concedidos deste cálculo.

31.5.5.Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R$

Descrição*	Dez/2019	DRE	PL	Dez/2020
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	**(50.098)**	**431**	-	**(49.667)**
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(43.104)	971	-	(42.133)
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(6.995)	(540)	-	(7.534)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	**763.257**	**62.806**	**(205.821)**	**620.242**
Provisões trabalhistas e cíveis	128.455	16.796	-	145.251
Passivo atuarial	412.265	-	(205.821)	206.444
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	119.305	9.855	-	129.160
Provisões Trabalhistas	41.828	6.004	-	47.832
Provisões Tributárias	9.170	54.951	-	64.121
Saldo da Base Negativa – CSLL	20.801	(16.498)	-	4.303
Outras provisões	31.433	(8.302)	-	23.131
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	**(108.024)**	**(7.548)**	-	**(115.572)**
Processos trabalhistas – PSE	(32.806)	(5.768)	-	(38.574)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(34.472)	(2.340)	-	(36.812)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.747)	560	-	(40.186)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	**655.233**	**55.258**	**(205.821)**	**504.670**
Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	**605.135**	**55.689**	**(205.821)**	**455.003**

*A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos

O saldo de R$ 455 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R$ 620,2 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R$ 49,7 milhões) e não circulante (R$ 115,6 milhões).Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social.

O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o ISS e o PIS-PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão se dará na liquidação dessas provisões.

O crédito tributário sobre a Base Negativa da CSLL de R$ 16,5 milhões foi utilizado na compensação do tributo corrente.

O saldo remanescente (R$ 4,3 milhões) do total constituído em 2019 (R$ 20,8 milhões) será realizado integralmente em 2021, de acordo com o lucro projetado.

31.5.6. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

31.5.6.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes

Em milhares de R$

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	482.998	482.998	-
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	**(164.219)**	**(164.219)**	-
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	**87.634**	**20.238**	**67.396**
Incentivos fiscais	2.547	2.241	305
Demais adições, exclusões que afetaram o cálculo dos tributos	(44.370)	(44.370)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4.2)	95.844	-	95.844
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base negativa não constituído em AFD	33.613	62.366	(28.753)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (NE 31.5.1) (a) + (b)	**(76.585)**	**(143.981)**	**67.396**

A exclusão do lucro atribuído ao setor público para o IRPJ gerou uma economia de R$ 67,4 milhões nos tributos correntes, com reflexo no incentivo fiscal e na compensação do prejuízo fiscal.

31.5.6.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos

Em milhares de R$

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal	**Prejuízo fiscal**	**Não constituído**	**Prejuízo fiscal**	**Não constituído**
Saldo em Dez/2019	357.046	89.262	229.243	57.311
Compensação de 30% em 2020	(68.461)	(17.115)	(183.474)	(45.868)
Saldo em Dez/2020	**288.586**	**72.146**	**45.769**	**11.442**

Na aplicação da imunidade tributária não foi constituído Ativo Fiscal Diferido (R$ 72,1 milhões) sobre o saldo de prejuízo fiscal de IRPJ. Sem a imunidade tributária a Empresa constituiria R$ 11,4 milhões de crédito tributário.

31.5.6.3. Reflexo no Balanço Patrimonial

Em milhares de R$

Balanço Patrimonial - Dez/2020	Com Imunidade	Sem imunidade	Efeito acumulado
Ativo	**614.020**	**484.138**	**129.881**
Crédito Tributários - AC (NE 08)	**109.349**	**(31.974)**	**141.323**
IRPJ/CSLL a Compensar	185.934	112.007	73.927
IRPJ/CSLL a Recolher	(76.585)	(143.981)	67.396
Crédito Tributários - ANC (NE 12)	**504.670**	**516.113**	**(11.442)**
Patrimônio Líquido			**129.881**
Resultado do Exercício Anterior	486.850	470.233	**16.616**
Resultado do Exercício	**462.103**	**348.838**	**113.265**

No balanço patrimonial, a aplicação da imunidade tributária para o IRPJ gerou um acréscimo acumulado no Patrimônio Líquido de R$ 129,9 milhões. Em 2020, o efeito foi de redução dos tributos correntes em R$ 67,4 milhões e acréscimo do crédito do ativo circulante de R$ 74 milhões e redução dos créditos tributários do ativo não circulante de R$11,4 milhões na constituição de Ativo Fiscal Diferido.

Sem a imunidade tributária o patrimônio líquido sofreria uma redução de R$ 129,9 milhões como contrapartida das movimentações dos créditos tributários, conforme demonstrado no quadro que se segue:

Em milhares de R$

	Anterior	Atual	Acumulado
Resultado do Exercício	**16.616**	**113.265**	**129.881**
Tributos correntes	73.927	67.396	141.323
Tributos diferidos	(57.311)	45.868	(11.442)

31.6. Resultado do Setor Público

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Receita Operacional Líquida	2.382.081	2.621.048
Custo dos Serviços Prestados	(1.381.265)	(1.286.422)
Lucro Bruto	1.000.817	1.334.626
Demais Despesas*	(696.025)	(920.614)
Resultado Líquido do Exercício	304.792	414.012

* As Demais Despesas englobam as despesas operacionais, o resultado financeiro e os tributos sobre o lucro distribuídos de acordo com a participação na receita líquida.

Em cumprimento à Lei 13.303/2016, art. 8º, §2º, caput e inciso II e Decreto 8.945/2016, art. 13, §3º, caput e inciso II, o Serpro divulga, de forma consolidada, os resultados das operações efetuadas junto ao Poder Público, ou seja, gerados a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, que representam aqueles que a Empresa exerce em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado.

Em 2020, a margem líquida do setor público foi de 12,79% e sofreu redução de 3,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, considerando a redução de 9,12% na receita operacional líquida e o aumento de 7,37% no custo do serviço prestado. A queda na margem líquida, resultante do efeito dessas duas variáveis, foi atenuada pela redução de 5,9 pontos percentuais nas demais despesas, que englobam as despesas operacionais, o resultado financeiro e os tributos sobre o lucro.

Nota 32. Destinação do Lucro do Exercício

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020
(a) Lucros Líquido do Exercício	**462.103**
(b) Absorção dos prejuízos (art.189)	
(c) Participação estatutária (art.190)	
(d) Base de cálculo da reserva legal (a)+(b)+(c) (art.191 e 193)	462.103
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	**23.105**
(f) Base de cálculo para dividendos = (d) - (e)	438.998
(g) JCP/ Dividendos	**109.749**
JCP (Base de Cálculo JCP x TJLP de 6,2025%)	78.010
Complementação de Dividendos (g) - JCP	31.739
(h) Realização da Reserva de Reavaliação	1.087
(i) Saldo Remanescente	**330.336**
Dividendos Adicionais Propostos	109.749
Reserva de Retenção de Lucros para Investimento	220.587

32.1 Demonstração do cálculo de JCP/Dividendos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
(a) Capital social	1.061.005	1.061.005
(b) Reserva de lucros	539.899	167.007
(c) Base de Cálculo do JCP (a) + (b)	**1.600.904**	**1.228.012**
(d) TJLP *	4,8729%	6,2025%
(e) Juros sobre capital próprio (JSCP) = (c) x (d)	**78.010**	**76.168**
Limites (maior entre i e ii)		
i) 50% Lucro líquido antes do JSCP (após CSLL)	231.051	256.161
ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial) = (c) x 0,5	269.949	83.504
(f) Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido)	**109.749**	**115.627**
(g) Dividendos complementar (f) - (e)	**31.739**	**39.459**
(h) Dividendos adicionais propostos	**109.749**	

Nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pelo Serpro, a título de remuneração do capital próprio (JSCP), foi imputado o valor de dividendos, até o limite da TJLP, neste caso R$ 78 milhões.

Para a apuração do JSCP foi aplicado o percentual limite da TJLP (4,87%) no ano de 2020, sobre patrimônio líquido ajustado pelas reservas de lucros e de reavaliação. No que se refere à complementação de dividendos, foi apurada a diferença entre os 25% do Lucro Líquido ajustado e o Juros sobre Capital Próprio, conforme indicado acima. Foram ainda propostos, dividendos num percentual adicional de 25%.

Nota 33. Benefícios a empregados

33.1. Plano de previdência complementar

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são administrados pelo Serpros Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

33.1.1. Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 01.04.2013. Em novembro de 2020, contava com um patrimônio de R$ 2,6 bilhões, 1.974 participantes ativos e 3.916 assistidos e pensionistas. O Plano disponibiliza os seguintes benefícios:

33.1.1.1. Participantes

Suplementação de aposentadorias por idade; por tempo de contribuição; especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação de aposentadoria por invalidez; de auxílio-doença e abono anual;

33.1.1.2. Beneficiários

Suplementação de pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

33.1.2. Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de Plano de Contribuição Variável (CV), encontra-se aberto para novas adesões. É um plano que possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de concessão. Em novembro de 2020, o PS-II contava com um patrimônio de R$ 4,3 bilhões, 7.008 participantes ativos, incluídos os migrados, e 735 assistidos e pensionistas.

33.2. Avaliação Atuarial do Plano de previdência complementar

33.2.1. Relatório de Avaliação Atuarial (PS-I e PS-II)

O Serpro contratou a empresa de consultoria atuarial especializada Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda para emissão do Relatório de Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2020.

O passivo atuarial líquido do plano foi mensurado em R$ 607,2 milhões, ocasionando a reversão de parte da obrigação, que estava reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA) (2019: R$ 1,048 bilhões), assim como de parte do custo da obrigação (R$ 24,4 milhões) reconhecido no resultado. Esta reversão se justifica, principalmente, pelo aumento da taxa de juros e do ganho na mensuração dos ativos a valor de mercado observado no período.

33.2.1.1 Mensuração do Passivo Atuarial Líquido do PS-I

Em milhares de R$

Movimentação do Passivo - Plano PS-I		
Descrição	**Dez/2020**	**Dez/2019**
Valor líquido do Passivo no início do exercício	(1.048.500)	(539.369)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado	(45.714)	(49.552)
Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	467.001	(480.085)
(-) Contribuições do patrocinador	20.024	20.505
Valor líquido do passivo no final do exercício	**(607.189)**	**(1.048.500)**

O resultado do Plano PS-II foi superavitário em R$ 589,1 milhões. Este superávit não deve ser reconhecido, visto que, por ora, os benefícios econômicos futuros não estão disponíveis para o patrocinador, na forma de redução das contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, diretamente ou indiretamente.

Estas informações referem-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador em cumprimento ao Pronunciamento Contábil CPC 33, que estabelece os critérios técnicos a serem utilizados na avaliação. Assim, estes resultados não se confundem com os resultados divulgados pela EFPC sobre os Planos PS-I e PS-II.

33.2.2. Premissas técnicas

As hipóteses biométricas e financeiras, exceto taxa de juros e inflação de longo prazo, aplicadas na avaliação atuarial foram as mesmas utilizadas pelo SERPROS em seus estudos preliminares e de verificação de consistência.

Os cálculos atuariais tiveram por base: o cadastro dos participantes (ativos e assistidos), posicionado em julho/2020, e os demonstrativos (financeiros, contábeis e atuariais), posicionados em outubro/2020, projetados até dezembro/2020.

Premissas biométricas e financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Duration calculada	11,02 anos	11,50 anos
Taxa de desconto	4,05% ao ano	4,06% ao ano
Rotatividade	0%	1,0% para todas as idades até 65 anos
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A	2,52% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2012 IAM Basic A10%, segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic D10%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Grupal americana, desagravada em 50%	Grupal americana, desagravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	98,20%	98,20%
Composição familiar	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.
Idade mínima para aposentadoria	55 anos	55 anos
Inflação de longo prazo	3,18% ao ano	3,18% ao ano

Cabe ressaltar que a taxa de desconto foi determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B), na data a que se referem as demonstrações financeiras, dado o prazo médio (duration) estimado dos compromissos dos planos (vide item 83 - CPC 33).

33.2.2.1 Mudança da taxa de desconto nominal

A mudança da taxa de desconto nominal pode ser explicada pela oscilação de duas variáveis:

33.2.2.1.1 Pela variação da taxa de desconto real

Obtida pelo método estatístico de regressão para se estimar o valor esperado da taxa de desconto (variável y), dado o valor da "duration" dos compromissos do Plano (variável x); e

33.2.2.1.2 Pela variação da taxa de inflação de longo prazo

Obtida pela média geométrica da projeção do IPCA para os próximos 10 exercícios, fornecida pela consultoria econômica Tendências Consultoria no mês de setembro de 2020.Observa-se no quadro abaixo as oscilações dessas variáveis segregadas pelos planos PS- I e PS- II.

Tipo	Relatório - Ano	Taxa desconto nominal	Diferença (pontos percentuais)	Taxa de inflação de longo prazo (%)	Diferença (pontos percentuais)	Taxa desconto (%)	Diferença (pontos percentuais)
PS - I	2020	7,36	0,24	3,18	-0,50	4,05	0,73
	2019	7,12		3,68		3,32	
PS- II	2020	7,37	0,14	3,18	-0,50	4,06	0,64
	2019	7,23		3,68		3,42	

A análise de sensibilidade da taxa de desconto permite avaliar a dimensão do possível impacto no valor da obrigação, no caso de alteração da expectativa do mercado.

Análise de Sensibilidade da Taxa de Desconto			
Taxa de desconto	**4,05%**	**3,05%**	**5,05%**
Valor da obrigação BD - PS-I (R$ mil)	3.302.168	3.674.319	2.989.055
Impacto na obrigação (em R$ mil)		372.151	-313.113
Taxa de desconto	**4,06%**	**3,06%**	**5,06%**
Valor da obrigação BD - PS-II (R$ mil)	1.010.390	1.122.580	916.392
Impacto na obrigação (em R$ mil)		112.190	-93.998

33.3. Distribuição de Superávit do PS-II apurado nos exercícios 2015-2017

Em milhares de R$

Fundo Especial para Reserva do Plano				
Ano	**Saldo Inicial**	**Rentabilidade**	**Valor Realizado**	**Saldo Final**
2019	61.708	7.087	(1.928)	66.867
2020	66.867	2.731	(23.264)	46.334
Total		**9.818**	**25.192**	

Trata-se de créditos do Serpro junto ao Serpros decorrentes dos superávits apurados pela EFPC no PS-II (2015 a 2017), distribuídos tanto a empregados quanto ao Patrocinador, em cumprimento à Resolução CNPC 30/2018.

A destinação do superávit do PS-II foi dividida em 36 meses (contados a partir de dezembro/2019), restando 23 parcelas no encerramento do exercício 2020. Os valores são, mensalmente, deduzidos das obrigações do Serpro junto à EFPC.

33.4. Programa de Assistência à Saúde : PAS/Serpro -NBC TG 33 (R2)

O Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão em recursos humanos, oferecido aos empregados e seus dependentes, classificados nos seguintes grupos:

Grupo I	Empregados e seus dependentes conforme previsto em Regulamento. O custeio é realizado pelo SERPRO, conforme faixa salarial, e pelo empregado com valor fixo mensal de acordo com a tabela por faixa etária, além da coparticipação de 20% em consultas médicas utilizadas.
Grupo II	Ex-empregados e agregados. Empregados desligados sem justa causa, suspensão do contrato de trabalho ou por aposentadoria, e agregados vinculados aos empregados e ex-empregados. O custeio é de responsabilidade dos beneficiários e dos funcionários vinculados aos agregados. Os valores correspondem à mesma tabela por faixa etária aplicada ao grupo anterior mais coparticipação de 20% por utilização em consultas médicas. APA : Compõe também esse grupo os ex-empregados que aderiram às Ações de Preparação de Aposentadoria - APA ou ao programa de demissão voluntária - PDV que na adesão optaram por receber o incentivo e permanecerem no plano. A mensalidade tem participação do SERPRO até uma data previamente determinada e após esse período o custeio é de responsabilidade integral do beneficiário.
Grupo Liminar	Empregados e seus dependentes que por determinação judicial têm custeio diferenciado.

33.4.1. O SERPRO no contexto da CGPAR

A CGPAR nº 23 de janeiro de 2018, definiu diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, estabelecendo o prazo para aderência à Resolução de 48 meses após sua publicação.

O artigo 3º da referida Resolução limita a participação da Empresa no custeio de assistência à saúde a um percentual da folha de pagamento, respeitando a paridade, ou seja, a participação da Empresa Estatal não poderá ser maior que a participação dos empregados no custeio de assistência à saúde.

NE 33.4.1.1 Gasto total em Saúde - 2020

Em milhares de R$

Descrição	2020
Utilização Plano de Saúde + Odontológico	190.857
Despesas Administrativas	20.192
Total Gastos com Saúde	**211.049**

A Empresa está implantando procedimentos para melhorar a gestão, evidenciação e acompanhamento dos gastos com o benefício de assistência à saúde, contudo, com os dados atuais é possível apurar que o gasto total em 2020 com benefício foi de R$ 211 milhões, englobando a utilização do plano de saúde e odontológico e as despesas administrativas.

33.4.1.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2020

Em milhares de R$

Descrição	Participação	% Participação
Participação Empregados + PSE	145.452	68,92%
Participação Empresa	65.597	31,08%
Total Gastos com Saúde	**211.049**	**100,00%**

Conforme demonstrado acima, a participação da Empresa no custeio do benefício de assistência à saúde aos empregados no exercício de 2020 foi de R$ 65,59 milhões, correspondendo a 4,28% da folha de pagamento e a 31,08% do total gasto com o benefício. A Empresa está aderente aos limites definidos pela Resolução CGPAR número 23 no que tange ao custeio do benefício de assistência à saúde.

33.5. Atualização Atuarial do Programa de Assistência à Saúde : PAS/Serpro -NBC TG 33 (R2)

As despesas relacionadas aos benefícios de curto prazo são reconhecidas, à medida de sua ocorrência, no exercício a que se relacionam.

As premissas atuariais e financeiras para a determinação do valor presente das obrigações atuariais e cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente são:

Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro	
Premissas	**Dez/2020**
Taxa de Desconto	4,10% a.a
Duration do Plano	11,80 anos
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,18% a.a.
Inflação Médica - Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	3,75% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (para evolução do Custo)	de 0 a 24 anos = 1,25% a.a. de 25 a 54 anos = 2,75% a.a. de 55 a 79 anos = 4,75% a.a. a partir de 80 anos = 2,25%a.a.
Fator de Idade - Aging factor (Médio ponderado para evolução da Contribuição)	3,90% a.a.
Custos Médicos (Claim Cost - 35 anos)	Grupo I = R$ 423,52 Grupo II = R$ 470,28 Liminar = R$ 346,62
Tábua de mortalidade	AT-2012 IAM Basic M&F, desagravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana, desagravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Rotatividade	1% até 47 anos e 0% após
Entrada em aposentadoria	61 anos Ativos: 90% casados;
Composição familiar	Cônjuge do sexo feminino: 3 anos mais jovem; 1,5 filhos
Permanência no plano médico	73,12%
Evolução do custo	Inflação + HCCTR + Aging Factor

O relatório de avaliação atuarial, referente ao exercício de 2020, considerou que as contribuições ao plano, realizadas por beneficiários e patrocinador, são suficientes para a cobertura da obrigação projetada, implicando na reversão de todo o passivo atuarial líquido do PAS/SERPRO, reconhecido anteriormente (2019: R$ 164,0 milhões), assim como na reversão do custo da obrigação (de R$ 8,8 milhões) reconhecido no resultado.

Esta reversão se justifica, principalmente, pela redução dos custos médicos observada no período. Adiciona-se a este fato, a adoção de novas premissas, que se mostraram mais aderentes à população, e a atualização da base cadastral utilizada na avaliação.

Merece destaque, a exemplo do observado no planos de previdência (Nota 33.2.2.1), a variação da taxa de desconto nominal, conforme quadro que se segue:

Tipo	Relatório - Ano	Taxa desconto nominal	Diferença (pontos percentuais)	Taxa de inflação de longo prazo (%)	Diferença (pontos percentuais)	Taxa desconto (%)	Diferença (pontos percentuais)
Plano Médico	2020	7,41	0,30	3,18	-0,50	4,1	0,79
	2019	7,11		3,68		3,32	

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao relatório de avaliação atuarial realizado nos moldes determinados pelo Pronunciamento Contábil CPC 33, aplicável ao empregador. Assim, tal resultado não se confunde com outros estudos atuariais realizados com o objetivo de verificar a sustentabilidade e os índices de reajuste das mensalidades dos beneficiários do PAS/Serpro.

Em milhares de R$

Quadro de Movimentação do Passivo - Plano PAS/SERPRO

Descrição	(a) Dez/2020	(b) Dez/2019
a) Valor líquido do passivo no início do exercício	(164.045)	(168.901)
b) Custo da obrigação incluído no resultado	(8.789)	(13.714)
c) Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	132.405	(8.366)
d) (-) Contribuições do patrocinador	40.429	26.936
e) Valor líquido do passivo no final do exercício	-	**(164.045)**

33.6. Programa de auxílio alimentação

O benefício auxílio alimentação é regido pelo Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Lei nº 6.321/1976 e cláusula 64ª do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico.Para os empregados, no ACT 2019/2020, foi fixado o valor mensal de R$ 950,64 a partir de maio de 2019. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

33.7. Plano odontológico

O PAS-ODONTO/Serpro é um benefício oferecido aos empregados e familiares. O programa é custeado na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pelo SERPRO e pelos empregados.

Nota 34. Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil e vida em grupo, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Seguradora Contratada	GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.	GENTE SEGURADORA S.A.	AIG SEGUROS BRASIL S.A.
Ativo	Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Vida em grupo	Cobertura de seguro de responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO
Tipo de Cobertura	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, lagamento e Inundação, Quebra de máquinas	Morte qualquer causa, Indenização especial de morte por acidente, Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	Responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO , obrigando-se a CONTRATADA a prestá-los nas condições estabelecidas, consoante Edital nº1704-2017
Valor Atual do Contrato – Anual	179	33	378
Valor Total Segurado	1.155.522 Edificações e Conteúdo	Caso de morte, acidente, invalidez funcional por doença ou invalidez permanente por acidente. Despesas Médicas Hospitalares	Não se Aplica
Cobertura dos riscos	509.300	Não se Aplica	30.000

Nota 35. Partes Relacionadas

Nota 35.1. Remuneração de empregados

A política salarial do Serpro contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R$1.715,61 e R$ 42.635,42. A média salarial para esses cargos é de R$ 9.918,98. Esta amplitude na maior remuneração refere-se a incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R$ 5.807,87 e R$ 37.419,47 e média de R$ 17.255,43.

Nota 35.2. Remuneração de dirigentes

Remuneração de dirigentes Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R$ 39.217,59, sendo a menor de R$ 34.511,48 e a média de R$ 35.183,78 (Resolução CGPAR nº3).

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R$ 3.811,58, incluindo 13º salário. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam R$ 5.203,50 mensais.

Em atendimento ao disposto no §5º do Art. 37 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e conforme orientações da SEST encaminhadas no Ofício Circular nº 297/2018-MP, o Serpro elaborou metodologia de remuneração variável anual (RVA) dos diretores e encaminhou proposta de RVA 2019 à SEST, que foi aprovada com efeito financeiro no exercício de 2020 e pagamento da primeira parcela em setembro.

Nota 35.3.Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

O Serpros Fundo Multipatrocinado é uma entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado, que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro.

A EFPC é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, o Serpro indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.As operações com o Serpros Fundo Multipatrocinado e o consequente impacto nas demonstrações financeiras estão apontadas nas seguintes notas explicativas:

Em milhares de R$

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Créditos a receber	22.160					
Créditos realizáveis a longo prazo		24.174				
Créditos realizáveis a longo prazo – LFTSC		84.096				
Valores retidos de participantes			7.032			
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017)			28.909			
Benefício pós-emprego - Passivo atuarial				607.189		
Ajustes de avaliação patrimonial - Perdas/ Ganhos atuariais					441.311	
Tributos Ajustes de avaliação patrimonial - Perdas/Ganhos atuariais					(150.046)	
Despesas contribuições, custos e serviços						(101.030)
Total	**22.160**	**108.270**	**35.941**	**607.189**	**291.265**	**(101.030)**

Além do divulgado nas notas explicativas citadas, o Serpro é locatário de imóvel do Serpros, na cidade de Belém-PA. A locação do imóvel se dá em condições normais de mercado e representou, em 2020, despesas na ordem de R$ 782,3 mil.

Por fim, cita-se a existência de Acordo de Cooperação Técnica entre Serpro e Serpros, que tem como objetivo a consolidação e execução de ações para publicizar os benefícios decorrentes de filiação ao Plano de Benefícios, assim como, a captação de novos participantes, a promoção de desenvolvimento do conhecimento das disciplinas relacionadas à educação financeira e previdenciária e temas afins e apoio à realização de eventos.

Nota 35.4. Transações comerciais

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Em milhares de R$

Clientes	Receita Bruta (faturado)	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais (PECLD)	Faturas em Avaliação de Direito
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB*	1.488.020	24.188	5.767	42.401	243.278
Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística*	489.432	66.743	35.860	535	124
Secretaria do Tesouro Nacional – STN*	224.855	0	0	0	0
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN*	189.732	15.899	70	22.084	7.726
Secretaria Nacional de Segurança Pública	58.376	0	9.350	373	0
Ministério das Cidades	53.020	0	0	0	0
Ministério da Infraestrutura	51.634	506	69	60	695
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	38.619	6.546	15.660	26.381	8.699
DNIT - Depto. Nacional de Infraestrutura de Transportes	37.594	3.258	20	2.073	0
Coord. Geral de Planejamento e Integração Consular (MRE)	21.210	29	0	52	0
Demais clientes OGU	127.817	15.719	24.602	2.479	4.112
Total	**2.780.309**	**132.888**	**91.398**	**96.438**	**264.634**

* O Ministério da Economia possui 4 representantes titulares no Conselho de Administração e 2 no Conselho Fiscal. A Secretaria do Tesouro Nacional é representada por 1 membro no Conselho Fiscal.

Nota 36. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

O Serpro vem trabalhando e investindo para o aperfeiçoamento e adequação de seus procedimentos internos aos

regramentos da Lei 13.709/2018, vigente desde agosto de 2020. Para a adequação ao novo ordenamento jurídico, além das soluções Educacionais e em Tecnologia da Informação, o Serpro vem adotando e aperfeiçoando práticas de Governança Corporativa, voltadas para o tema LGPD, tais como a criação do Escritório de Governança de Dados, implementação da Política Serpro de Privacidade e Proteção de Dados- PPPD, instituição do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do SERPRO, implementação da Política Corporativa de Proteção de Dados, dentre outras iniciativas.

Cumpre ressaltar, entretanto, que as medidas administrativas implementadas pelo Serpro não têm afetado, até o momento, o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas.

GILENO GURJAO BARRETO
Diretor Presidente

ANDRÉ DE CESERO
Diretor de Relacionamento com Clientes

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS
Diretor de Administração

ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO
Diretor de Operações

RICARDO CEZAR DE MOURA JUCÁ
Diretor de Desenvolvimento

WILSON BIANCARD COURY
Diretor de Desenvolvimento Humano

CARLA RIBEIRO ALVES MARQUES
Contadora CRC 015723/O – 9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2020

Aos
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL INDEPENDENTE DO OGU
SGAN Quadra 601 – Módulo V – CEP.: 70.836-900 - Brasília/DF
CNPJ.: 33.683.111/0001-07 - Site: www.serpro.gov.br

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, ("EMPRESA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principaispolíticas contábeis.

II – OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

i) Provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5.1)

Conforme divulgado em notas explicativas nº 5.1 às demonstrações contábeis, para fins de constituição da provisão e mensuração das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, o SERPRO aplica os preceitos da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração bem como em sua metodologia própria concebida internamente, para determinar a melhor estimativa de perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para perdas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: inicialmente avaliamos os controles internos aderentes à constituição da provisão para perdas propriamente dita, posteriormente, também avaliamos os controles gerais e adjacentes, notadamente, aqueles vinculados à governança de tecnologias da informação considerando a segurança e confiabilidade dos controles chaves relativos aos processos de mensuração da provisão e das principais premissas utilizadas no cálculo da aludida provisão para perdas.

Remotamente com base em mecanismos de triangulação de dados por amostragem também avaliamos se o SERPRO atendeu as premissas relacionadas com a apuração da provisão para perdas atentando se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa de nº 5.1, são pontuais em relação ao arcabouço normativo pertinente.

Arrimados nas evidências de auditoria apropriadas, obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento em relação ao previsto nas políticas internas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis, notadamente porque observa integralmente o princípio da prudência com uma postura bastante conservadora.

ii) Planos de benefícios pós emprego (Nota Explicativa nº 33)

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), Serpros Fundo Multipatrocinado, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade.

Alterações nas premissas utilizadas ou diferenças entre tais premissas e os dados reais apurados podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido, impactos esses que apenas serão conhecidos por ocasião do encerramento de suas demonstrações contábeis, que ocorre em data posterior ao encerramento das demonstrações contábeis do SERPRO, consequentemente, podendo causar significativas alterações em aludidas demonstrações sob nosso exame.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Solicitamos e recebemos dos auditores independentes do Serpros uma "carta de conforto" em relação ao andamento e perspectivas de seu RAI conter ou não uma opinião modificada cujo efeito possa trazer consequências diretas no patrocinador.

iii) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 28)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 28, o SERPRO é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2020, analise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos do SERPRO, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Empresa está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 28, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

V – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPRO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

VII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do SERPRO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VIII – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

IX – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo relatório emitido em 28 de fevereiro de 2020, sem modificação de opinião.

Brasília/DF, 01 de março de 2021

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" DF
Sócio Sênior – CNAI 1552

PHILLIPE DE AQUINO PEREIRA
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" DF
CNAI 4747

THOMAZ DE AQUINO PEREIRA
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" DF
CNAI 4850

CONSELHO FISCAL

Parecer CF-01/2021

Assuntos: Demonstrações Financeiras, Destinação de Resultados e Relatório de Administração

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404/1976, e inciso II do artigo nº 26, do Estatuto Social do Serpro, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2020, e com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Relatório Comitê de Auditoria do Serpro, de 04/03/2021, que concluiu que as Demonstrações Financeiras, com base nas atividades desenvolvidas pelo Comitê e nas informações por ele recebidas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo asseverado que as demonstrações financeiras para o ano de 2020, encerrado em 31 de dezembro de 2020, estão adequadas e livres de distorções relevantes, recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração do Serpro; e ii) Relatório dos Auditores Externos - AUDIMEC – Auditores Independentes, de 01/03/2021, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases às referidas demonstrações, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Na mesma ocasião, considerando a Política de Dividendos do Serpro vigente (Deliberação CN-003/2019), o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R$ 462.102.688,08 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, cento e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oito centavos), já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

a) Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R$ 23.105.134,40 (vinte e três milhões, cento e cinco mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta centavos);

b) Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório R$ 109.749.388,42 (cento e nove milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), até o limite da TJLP, neste caso R$ 78.010.434,23 (setenta e oito milhões, dez mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos), nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social;

c) Destinar o valor de R$ 109.749.388,42 (cento e nove milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) como Dividendos Complementares, após aprovação da destinação do resultado pela Assembleia Geral Ordinária; e

d) Destinar o Saldo Remanescente de R$ 220.586.176,39 (duzentos e vinte milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), já considerando a realização da reserva de reavaliação no valor de R$ 1.087.399,55 (um milhão, oitenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para constituição de reserva de retenção de lucros para investimento.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do lucro do exercício encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021, na forma do inciso I, do artigo 9º do Estatuto Social.

Brasília, 19 de março de 2021.

RODRIGO REBOUÇAS MARCONDES
Presidente do Conselho Fiscal

PRICILLA MARIA SANTANA
Conselheira Fiscal

WAGNER LENHART
Conselheiro Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA – 01/2021

Assunto: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, Destinação do Resultado e Reserva de Retenção de Lucro – Exercício de 2020

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VII, XIII, XIV e XX, do Art. 17, do Estatuto Social do Serpro, e:

a) Considerando que o Relatório da Administração 2020 atende o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976 e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo;

b) Considerando que a Auditoria Interna nº 2021/007 sobre os Controles Internos das Demonstrações Contábeis conclui que os controles internos examinados são razoáveis para assegurar a fidedignidade dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício de 2020;

c) Considerando que o Parecer da Audimec – Auditores Independentes S/S, sem ressalvas ou ênfases, assinado em 1º de março de 2021, certifica que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

d) Considerando que o Relatório Comitê de Auditoria do Serpro – COAUD, datado de 04 de março de 2021, opina que as demonstrações financeiras para o ano de 2020 estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração;

e) Considerando que a proposta para a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2020 atende às previsões legais, estatutárias e Política de Dividendos da Empresa; e

f) Considerando que a constituição de Reserva de Retenção de Lucro está devidamente fundamentada em Orçamento de Capital com justificativa técnica para retenção.

Manifesta-se favoravelmente ao Relatório da Administração de 2020, às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2020, à Destinação do Resultado do Exercício e à aprovação do Orçamento de Capital como justificativa técnica para constituição da Reserva de Retenção de Lucro, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2021.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
Presidente do Conselho

CRISTIANO ROCHA HECKERT
Conselheiro

NINA MARIA ARCELA
Conselheira

MARCO PAULO REIS TANURE
Conselheiro

MARCO AURÉLIO SOBROSA FRIEDL
Conselheiro

JOÃO PEDRO VIOLA LADEIRA
Conselheiro

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 309, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria n° 572, de 18 de junho de 2018; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constantes do Processo nº 23000.000783/2021-60; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 201912132, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e os demais normativos aplicáveis, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (código e -MEC 1484883), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Rua Maurílio Sagrado S/N, Bairro Novo Horizonte, município de Valença/BA, ofertado pela Faculdade Atenas Valença (código e-MEC 24471), mantida pelo Centro Educacional Hyarte-ML LTDA (Código e-MEC 1675), com sede na Euridamas Avelino de Barros, nº 1400 - Bairro: Prado, no Município de Paracatu/MG. (CNPJ 01.428.030/0001-66).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 56, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a recriação do Núcleo de Gestão do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional - PRÓ-DEFESA, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 e Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre a recriação do Núcleo de Gestão do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional - PRÓ-DEFESA, a partir da data de sua publicação, e define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos.

Art. 2º O Núcleo de Gestão será recriado na forma do Art. 3º do Decreto 9.759/2019, e passa a reger-se pelas disposições deste ato.

COMPETÊNCIA E SUPERVISÃO

Art. 3º Compete ao Núcleo de Gestão:

I - Subsidiar a CAPES nas decisões sobre o acompanhamento do Programa no âmbito interno da administração pública federal;

II - Monitorar e avaliar as ações desenvolvidas no escopo do Programa propondo à CAPES os ajustes que se fizerem necessários na execução dos projetos selecionados;

Art. 4º A Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB responderá pela supervisão das atividades do Núcleo de Gestão, especialmente, no que concerne às normas estabelecidas neste ato e à consecução dos objetivos a ele atribuídos.

COMPOSIÇÃO

Art. 5º. O Núcleo de Gestão, tendo em vista o ato formal de designação previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 7/2018, será composto pelos seguintes agentes públicos da administração pública federal:

I - Membros indicados pela CAPES:

a) Márcio Moura de Castro, que o coordenará;

b) Júlio César Piffero de Siqueira, que exercerá a função de coordenador substituto;

II - Membros indicados pelo Ministério da Defesa:

a) Ben-Hur de Albuquerque e Silva;

b) Carlos Cesar de Castro Deonísio;

§ 1º Em caso de substituição dos membros do Núcleo de Gestão, a indicação deverá ser realizada mediante ofício dirigido ao responsável pela Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB, podendo ser revista a qualquer tempo pelo Ministério da Defesa - MD ou pela CAPES.

OBJETIVOS

Art. 6º. São objetivos do Núcleo de Gestão:

I - Acompanhar a execução dos projetos, em articulação com os coordenadores, até sua conclusão;

II - Fornecer informações que subsidiem a CAPES na tomada de decisões técnicas e administrativas sobre a execução das ações do Programa, no âmbito interno;

II - Oferecer, sempre que necessário, apoio para a realização de atividades de acompanhamento da execução de projetos apoiados pelo programa, conforme competências estabelecidas no Edital nº 27/2018, Processo nº 23038.006017/2018-86.

DURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 7º. O Núcleo de Gestão terá duração de um ano, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º. Ao término do prazo de duração, o Núcleo de Gestão apresentará Relatório Final ao órgão/entidade supervisor(a), com os resultados do trabalho desempenhado. Aprovado o Relatório pelo órgão supervisor, deve-se lançar termo final de conclusão nos autos do respectivo processo.

REUNIÕES

Art. 9º. Os trabalhos poderão ser desenvolvidos mediante troca de estudos ou manifestações dos membros da Comissão, a juízo de seu Coordenador, com utilização preferencial de meios eletrônicos.

Art. 10. As convocações para reuniões ordinárias do Núcleo de Gestão acontecerão com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo especificar data, local de realização e o horário de início e o horário limite de término da reunião, ou, extraordinariamente, quando solicitada por qualquer um de seus integrantes, mediante apresentação de justificativa ao Coordenador.

Art. 11. As reuniões serão de caráter presencial apenas para os membros em exercício ou domiciliados em Brasília, admitida a participação dos demais mediante videoconferência, vedando-se o custeio de deslocamentos pela CAPES.

Parágrafo Único. Somente os membros do Núcleo de Gestão indicados no Art. 5º desta portaria poderão participar das reuniões.

Art. 12. O quórum para realização da reunião é de 3 (três) membros. As deliberações serão tomadas pela maioria simples dos presentes e não podem exceder o prazo máximo de 2 (duas) horas.

APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 13. A Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB e as unidades organizacionais a ela subordinadas responderão pelo apoio administrativo às atividades do Núcleo de Gestão.

SUBGRUPOS

Art. 14. É vedado a criação de subgrupos.

VIGÊNCIA

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 11 CCS/UFPI, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, a Diretora Pro Tempore do Centro de Ciências da Saúde, em exercício da Diretoria, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 01/2021-CCS/UFPI, de 02/03/2021, publicado na Seção 3, do DOU, de 08/03/2021, e considerando o Processo nº. 23111.006683/2021-39; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento de Educação Física, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral TI-40 (quarenta) horas semanais, na área de Pedagogia das Ginásticas e do Basquetebol na Educação Física Escolar, habilitando os candidatos KAREN CHRISTIE GOMES SALES (1º colocado), GILDEENE SILVA FARIAS (2º colocado), VICENTE MATIAS DA SILVA NETO (3º colocado), ALISSON ALVES SILVA (4º colocado) e ANA MARINA PACHECO PROBO (5º colocado), classificando o 1º colocado para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KELLY PALOMBIT

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 369, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, considerando o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º da Portaria nº 46, de 11 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada, ao Coordenador-Geral de Recursos Logísticos deste Ministério, competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividade de custeio, com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º Ficam convalidados os atos referidos no artigo anterior praticados pelo Coordenador-Geral, entre a vigência da Portaria nº 46, de 11 de março de 2021, e a publicação da presente Portaria, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 3.997, de 10 de setembro de 2019;

Portaria nº 1.149, de 27 de maio de 2020; e

II - Portaria nº 1.150, de 27 de maio de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (50000.017923/2020-21).

NERYLSON LIMA DA SILVA

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA CONTRAN Nº 217, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Tocantins.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007651/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Tocantins;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Tocantins; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Tocantins.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 17 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 17 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Tocantins deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 218, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007641/2021-04, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Piauí;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Piauí; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Piauí.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 22 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Piauí deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 219, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007649/2021-62, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Sergipe.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Sergipe;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Sergipe; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado de Sergipe.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 26 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 11 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Sergipe deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 220, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007643/2021-95, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Rondônia;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Rondônia; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado de Rondônia.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 4 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 4 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 4 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 2 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 2 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Rondônia deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 221, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007627/2021-01, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Maranhão;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Maranhão; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Maranhão.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 5 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 5 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 5 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 3 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Maranhão deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 372, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no § 1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.005701/2021-46, resolve:

Art. 1º Esta Portaria integra o Município de Douradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Superintendência Executiva de Trânsito e Transportes, código de órgão autuador nº 298050, ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4559, DE 18 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018911/2020-91, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Serrinha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0199;

III - município (UF): Palmeira (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 25° 27' 33'' S / 050° 02' 06'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.595, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010711/2021-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Filipinas;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AC0019;

III - município (UF): Epitaciolândia (AC);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 46' 59'' S / 068° 34' 10'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.604, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.008350/2021-01, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.132/SIA, de 24 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2020, Seção 1, página 199, a qual inscreveu o heliponto privado a bordo da unidade DVL 2000 (9PJW), interditando-o definitivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.615, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010942/2021-84, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Cortezia;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0089;

III - município (UF): Lucas do Rio Verde (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 00' 06'' S / 056° 05' 16'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 22 de novembro de 2028.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3429/SIA de 7 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2018, Seção nº 1, Página nº 79.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.647, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 136 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.028093/2019-90, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2021-03-00HV-01-00, emitido em 24 de março de 2021, em favor da sociedade empresária PARATY SEAPLANE SERVICOS AEREO LTDA, CNPJ - 20.764.623/0001-48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 4.651, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 000065.004987/2021-10, resolve:

Art. 1º Revalidar, até 02 de abril de 2024, o credenciamento da médica Dra. Cristiane Josefa Lima Bicalho de Barros, CRM/SP 79337, MC 177, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Baronesa de Bela Vista, nº 766 - Jardim Aeroporto - São Paulo/SP, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 54, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando os elementos constantes dos Processos nº 50300.003078/2021-11 e 50300.000062/2021-48 e tendo em vista o deliberado na 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.029-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, de titularidade da empresária individual M. DO D. DE LIMA AZEVEDO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.404.509/0001-62, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 10º Termo Aditivo, em virtude de adequação ao disposto no Acórdão nº 228-2020-ANTAQ, 1197069.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: https://www.gov.br/antaq/.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 58, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004830/2021-32 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de medida cautelar administrativa interposto pela Operadora Portuária do Porto de São Francisco do Sul, denominada SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA, objetivando a recepção de 60.000 toneladas de carga de soja em grãos no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul a partir do dia 01/04/2021.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 107, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 042, de 16 de março de 2021, e no que consta do Processo nº 50510.005421/2021-88, DELIBERA:

Art. 1º Extinguir, mediante renúncia, o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 002495, concedido à Agência de Viagens Malta & Fernandes Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.481.057/0001-85.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 108, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 043, de 16 de março de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.016372/2021-28, DELIBERA:

Art. 1º Extinguir, mediante renúncia, o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 00.0557, concedido à empresa AWM Locação e Transportes EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.203.112/0001-01.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 109, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 035, de 22 de março de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.044960/2020-71, DELIBERA:

Art. 1º Autorizar a celebração de Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL, visando o desempenho de atividades relacionadas a processo de relicitação e de cálculo de indenização pelos bens reversíveis não amortizados ou depreciados decorrente da extinção antecipada de contratos de concessão.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA
Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 75 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG sob concessão à VIA040; interessada: Locadora Terramares Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.009045/2021-10, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária VIA040 S.A., situado no km 608+220, pista sul, no município de Congonhas/MG, de interesse de Locadora Terramares Ltda.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação, revogação e demais alterações serão feitos sobre os itens do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A VIA040 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Locadora Terramares Ltda e a VIA040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIA040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º Locadora Terramares Ltda deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, Locadora Terramares Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIA040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º Locadora Terramares Ltda assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º Locadora Terramares Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à VIA040 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo à critério da ANTT.

Parágrafo único. Locadora Terramares Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 76 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação do acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG sob concessão à Autopista Fernão Dias; interessada: Prefeitura Municipal de Extrema

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.016680/2021-53, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação do acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias S.A., situado no km 936+700, em Extrema/MG, de interesse da Prefeitura Municipal de Extrema.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação, revogação e demais alterações serão feitos sobre os itens do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Extrema e a Autopista Fernão Dias que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A Prefeitura Municipal de Extrema deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 150 (dias) após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a Prefeitura Municipal de Extrema deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A Prefeitura Municipal de Extrema assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A Prefeitura Municipal de Extrema deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo à critério da ANTT.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Extrema abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 85 SUROD, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP sob concessão à CCR NovaDutra; interessada: SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.017832/2021-35, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de ocupação longitudinal, do km 329+850 ao km 329+966, do km 329+966 ao km 330+157 e do km 330+157 ao km 330+259, pista norte, e ocupação transversal subterrânea do km 330+259 ao km 330+250, pista norte, da faixa de domínio sob concessão à CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, no município de Resende/RJ, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CCR NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda e a CCR NovaDutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 10.283,38 (Dez mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos).

Art. 9º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR NovaDutra cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 78 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso ao empreendimento industrial na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP sob concessão à NovaDutra; interessada: Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.012722/2021-87, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso ao empreendimento industrial, PGT - Polo Gerador de Tráfego, na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra BR-116/SP, sob concessão da CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, no km 083+240, na pista sul, no município de Roseira/SP, de interesse da Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A CCR NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Meritor do Brasil Sistemas Automotivos e a CCR NovaDutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Na implantação e conservação da referida obra, a Meritor do Brasil Sistemas Automotivos deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não

cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 6º A Meritor do Brasil Sistemas Automotivos assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 7º A Meritor do Brasil Sistemas Automotivos deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR NovaDutra cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A Meritor do Brasil Sistemas Automotivos abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 79 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso na faixa domínio da Rodovia BR-392/RS sob concessão à ECOSUL; interessada: Terminal Logístico Rio Grande Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.013198/2021-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso comercial, Polo Gerador de Tráfego - PGT, na faixa de domínio da Rodovia BR-392/RS, sob concessão da Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, km 12+500, na pista norte, no município de Rio Grande/RS, de interesse do Terminal Logístico Rio Grande Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Terminal Logístico Rio Grande e a ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º O Terminal Logístico Rio Grande deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, o Terminal Logístico Rio Grande deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º O Terminal Logístico Rio Grande assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º O Terminal Logístico Rio Grande deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ECOSUL cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. O Terminal Logístico Rio Grande abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 80 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a modificação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG sob concessão à CONCEBRA; interessada: CEMIG Distribuição

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.015535/2021-55, resolve:

Art.1º Autorizar a modificação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, sob concessão à CONCEBRA - Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A, por meio de travessia no km 424+930, em Nova Serrana/MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A CONCEBRA deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a CONCEBRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à CONCEBRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEBRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CONCEBRA cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 81 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de Equipamentos de Monitoramento na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS sob concessão à MSVia; interessada: Consórcio Monitoramento SSCB

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.018720/2021-00, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de Equipamentos de Monitoramento para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio de ocupação transversal, na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, sob concessão à Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia, no km 470+000, km 471+200 e km 419+050, em Campo Grande/MS, de interesse do Consórcio Monitoramento SSCB.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A MSVia deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Consórcio Monitoramento SSCB e a MSVia e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à MSVia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º O Consórcio Monitoramento SSCB deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, o Consórcio Monitoramento SSCB deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela MSVia, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º O Consórcio Monitoramento SSCB assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual.

Art. 9º O Consórcio Monitoramento SSCB deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à MSVia cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. O Consórcio Monitoramento SSCB abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 82 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.071267/2020-71, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SUROD nº 75, de 25/08/2020, que teve o extrato publicado no DOU em 02/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 83 SUROD, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP-RJ sob concessão à CCR NovaDutra; interessada: Havan

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.005346/2021-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso à Polo Gerador de Tráfego, na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra BR-116/SP-RJ, sob concessão da CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, no km 304+000, pista local Norte, no município de Resende/RJ, de interesse da Havan Lojas de Departamentos Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A CCR NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Havan e a CCR NovaDutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Havan deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 210 (duzentos e dez) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Havan deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Havan assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Havan deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR NovaDutra cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A Havan abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 86 SUROD, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-153/SP sob concessão à Transbrasiliana; interessada: Granadanet Serviços de Informática LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.110820/2020-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica, por meio de ocupação longitudinal aérea na faixa de domínio da Rodovia Transbrasiliana, BR-153/SP, sob concessão à Concessionária Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., entre o km 035+437 e o km 035+970, sentido norte, em Onda Verde/SP, de interesse da Granadanet Serviços de Informática LTDA.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições do escopo que compõe o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A. deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Granadanet e a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Granadanet deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 4 (quatro) semanas após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Granadanet deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Granadanet assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 11.299,60 (onze mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Art. 9º A Granadanet deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A. cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A Granadanet abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 87 SUROD, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação da obra de rede de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG sob concessão à VIA040; interessada: North Telecomunicações Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.010896/2021-13, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à VIA040, por meio de ocupação longitudinal subterrânea do km 545+986 ao km546+457, em Nova Lima/MG de interesse da North Telecomunicações Ltda.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A VIA040 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a North Telecomunicações Ltda. e a VIA040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIA040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A North Telecomunicações Ltda. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 22 (Vinte e dois) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a North Telecomunicações Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIA040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A North Telecomunicações Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 6.417,60 (Seis mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos).

Art.9º A North Telecomunicações Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à VIA040 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A North Telecomunicações Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 88 SUROD, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de água na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS sob concessão à ECOSUL; interessada: CORSAN

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.019382/2021-15, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de água na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, por meio de travessia subterrânea no km 455+240, em São Lourenço do Sul/RS, de interesse da Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CORSAN e a ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A CORSAN deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 26 (vinte e seis) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a CORSAN deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A CORSAN assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 365,45 (trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 9º A CORSAN deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ECOSUL cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A CORSAN abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 89 SUROD, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação da obra de rede na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG sob concessão à Autopista Fernão Dias; interessada: CEMIG Distribuição S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.003970/2021-37, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias por meio de travessia aérea no km 674+608, no município de Perdões/MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CEMIG e a Autopista Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 183, DE 9 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.018233/2021-39, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa JBL TURISMO LTDA, CNPJ nº 16.989.036/0001-80, para a implantação dos mercados a seguir como seções da linha URUGUAIANA (RS) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 10-0047-00

I - De: Alegrete (RS) para: Balneário Piçarras (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Guaruva (SC), Içara (SC), Imbituba (SC), Itapema (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), Santa Rosa do Sul (SC), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR) e Tijucas (SC);

II - De: Araranguá (SC) para: Alegrete (RS), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), São José dos Pinhais (PR), São Paulo (SP), Torres (RS) e Uruguaiana (RS);

III - De: Arroio dos Ratos (RS) e Eldorado do Sul (RS) para: Araranguá (SC), Balneário Camboriú (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Embu das Artes (SP), Içara (SC), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Itapema (SC), Joinville (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), Santa Rosa do Sul (SC), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR), Sombrio (SC), Tijucas (SC) e Tubarão (SC);

IV - De: Balneário Camboriú (SC) para: Alegrete (RS), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Jose dos Pinhais (PR) e Torres (RS);

V - De: Barra Velha (SC) para: Osasco (SP), Registro (SP) e São Joé dos Pinhais (PR);

VI - De: Biguaçu (SC) para: Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR) e São Paulo (SP);

VII - De: Curitiba (PR) para: Araranguá (SC), Balneário Camboriú (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Florianópolis (SC), Garuva (SC), Içara (SC), Itajai (SC), Itapema (SC), Joinville (SC), Osório (RS), Piçarras (SC), Porto Alegre (RS), Registro (SP), Santa Rosa do Sul (SC), Sombrio (SC), Tijucas (SC) e Torres (RS);

VIII - De: Embu das Artes (SP) para: Alegrete (RS), Curitiba (PR) e Uruguaiana (RS);

IX - De: Florianópolis (SC) para: Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR) e Torres (RS);

X -De: Garuva (SC) para: Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS) e Torres (RS);

XI - De: Içara (SC) para: Osasco (SP), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR) e São Paulo (SP);

XII - De: Imbituba (SC) para: Curitiba (PR), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR), São Paulo (SP) e Torres (RS);

XIII - De: Itajaí (SC) para: Alegrete (RS), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), São Jose dos Pinhais (PR) e Torres (RS);

XIV- De: Itapema (SC) para: Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Jose dos Pinhais (PR) e São Paulo (SP);

XV - De: Joinville (SC) para: Alegrete (RS), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Jose dos Pinhais (PR) e Torres (RS);

XVI - De: Osasco (SP) para: Curitiba;

XVII -De: Osorio (RS), Torres (RS) para: Balneário Piçarras (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Embu das Artes (SP), Içara (SC), Itapema (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR) e Tijucas (SC);

XVIII - De: Palhoça (SC) para: Curitiba (PR), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Registro (SP), São Jose dos Pinhais (PR) e São Paulo (SP);

XIX - De: Pantano Grande (RS) e São Gabriel (RS) para: Araranguá (SC), Balneário Camboriú (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Embu das Artes (SP), Içara (SC), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Itapema (SC), Joinville (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), Santa Rosa do Sul (SC), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR), São Paulo (SP), Sombrio (SC), Tijucas (SC) e Tubarão (SC);

XX - De: Porto Alegre (RS) para: Balneário Piçarras (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Embu das Artes (SP), Içara (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), São Jose (SC) e São Jose dos Pinhais (PR);

XXI - De: Registro (SP) para: Alegrete (RS), Araranguá (SC), Garuva (SC), Itajaí (SC), Osorio (RS), Porto Alegre (RS) e Torres (RS);

XXII - De: Rosário do Sul (RS) para: Araranguá (SC), Balneário Camboriú (SC), Balneário Piçarras (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Embu das Artes (SP), Garuva (SC), Içara (SC), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Itapema (SC), Joinville (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), Registro (SP), Santa Rosa do Sul (SC), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR), Sombrio (SC), Tijucas (SC) e Tubarão (SC);

XXIII- De: Santa Rosa do Sul (SC) para: Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Jose dos Pinhais (PR) e Torres (RS);

XXIV - De: São Jose (SC) para: Curitiba (PR), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR) e São Paulo (SP);

XXV - De: São Paulo (SP) para: Balneário Camboriú (SC), Barra Velha (SC), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Garuva (SC), Itajaí (SC), Joinville (SC), Osorio (RS), Piçarras (SC), Porto Alegre (RS), Tijucas (SC) e Torres (RS);

XXVI - De: Sombrio (SC) para: Alegrete (RS), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR), São Paulo (SP), Torres (RS) e Uruguaiana (RS);

XXVII- De: Tijucas (SC) para: Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Porto Alegre (RS), Registro (SP) e São Jose dos Pinhais (PR);

XXVIII - De: Tubarão (SC) para: para: Alegrete (RS), Curitiba (PR), Embu das Artes (SP), Osasco (SP), Osorio (RS), Porto Alegre (RS), Registro (SP), São Joé dos Pinhais (PR), São Paulo (SP), Torres (RS) e Uruguaiana (RS); e,

XXIX - De: Uruguaiana (RS) para: Balneário Piçarras (SC), Barra Velha (SC), Biguaçu (SC), Garuva (SC), Içara (SC), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Itapema (SC), Joinville (SC), Osasco (SP), Palhoça (SC), Registro (SP), São Jose (SC), São Jose dos Pinhais (PR), Tijucas (SC) e Santa Rosa do Sul (SC).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 196, DE 22 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.022248/2021-00, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa 4 IRMÃOS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI, CNPJ nº 07.622.365/0001-05, para a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - MIRACEMA DO TOCANTINS (TO).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 199, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.023730/2021-59, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Viação Cometa S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, para a supressão da linha SÃO PAULO (SP) - JUIZ DE FORA(MG), prefixo 08-0064-60.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 203, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.022102/2021-56, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Reunidas Transportes S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, para a implantação do mercado abaixo como seção da linha FLORIANÓPOLIS(SC) - SANTO ÂNGELO(RS), prefixo 16-9024-00:

I - De: SANTO ÂNGELO/RS Para: LAGES/SC

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

DIRETORIA DE SOLUÇÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE LOGÍSTICA ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhor Acionista e demais interessados,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela Infraero, as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Ao presente relatório se incorporam os pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Presidir uma empresa pública com as características da Infraero exige o máximo empenho e criatividade. Entretanto, o ano de 2020 foi, sem dúvida, ainda mais desafiador. A pandemia da covid-19 que se instalou no País nos obrigou a repensar prioridades e a modificar processos para viabilizar o cumprimento da missão, porém, sem abdicar do fator mais importante no momento, a proteção da saúde dos clientes, dos empregados e seus familiares, dos prestadores de serviços, enfim, de todos que necessitam circular pelas áreas aeroportuárias sob nossa responsabilidade.

Como planejado, a Infraero manteve ao longo de 2020 o foco nos três pilares de sustentação de sua estratégia empresarial: Operação e Transição dos Aeroportos; Transformação e Reposicionamento dos Negócios e Sustentabilidade Econômico-Financeira, permitindo a sua atuação no desenvolvimento da aviação civil brasileira e no fomento à aviação regional.

Embora a pandemia tenha exigido das autoridades competentes a decretação de medidas sanitárias que impactaram a atividade aérea no mundo inteiro, temos orgulho de afirmar que a Infraero cumpriu o seu papel, fornecendo inúmeras soluções e serviços: 5 aeroportos contratualizados com gestão e operação; 22 estados atendidos com serviços prestados; 34 contratos assinados; mais de 800 clientes; mais de 40 aeroportos atendidos com serviços sob demanda e mais de 39 mil clientes treinados.

Seguindo estritamente as orientações do Ministério da Infraestrutura e da Secretaria Nacional de Aviação Civil, realizou com êxito a transferência dos aeroportos da 5ª rodada de concessões, garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados até a entrega aos operadores privados.

Em consonância com a sua função de executora de políticas públicas, a Infraero tem sido efetiva na valorização da integração nacional, contribuindo com a conectividade de regiões afastadas das principais linhas de transporte aéreo. Nesse sentido, vem ampliando sua atuação como prestadora de serviços técnico-operacionais e provedora de soluções aeroportuárias no interior do País, priorizando, assim, o avanço da aviação regional. É notório, pois, que a aviação regional permite impulsionar a economia local, fomentando o empreendedorismo, o turismo e a geração de mais empregos.

As circunstâncias inéditas decorrentes da pandemia atingiram em cheio a atividade aérea no Brasil. Em comparação a 2019, nos aeroportos da rede, a movimentação de passageiros diminuiu em 67,5% e de aeronaves em 48,7%. Evidentemente, isso afetou significativamente o desempenho econômico-financeiro da Infraero. Todavia, com muito esforço foram implementadas ações estratégicas com a finalidade de amenizar os efeitos da crise.

O Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) contribuiu para uma economia estimada em R$ 161 milhões, para um período de 12 meses, com os desligamentos efetivados em 2020, e uma economia anual gerada com as cessões/liberações a outros órgãos públicos na ordem de R$ 264 milhões. A adoção do trabalho remoto, de forma ampla e sistemática, também se mostrou fundamental, resultando em uma contenção de despesas da ordem de R$ 7,2 milhões, porém, sem afetar a produtividade dos empregados, uma vez que simultaneamente foram incorporadas soluções de TI sofisticadas e novas práticas gerenciais adequadas à situação.

Em vista da constatação de que haveria um período de baixo movimento nos aeroportos, aproveitou-se a oportunidade para acelerar o ritmo de entrega ou antecipar o início de obras de infraestrutura. Destaca-se a recuperação da pista principal do Aeroporto de Congonhas/SP, antecipada em um ano e executada em apenas um mês, sem interrupção das operações aéreas, realizadas a partir da pista auxiliar.

Em que pesem as incertezas da crise sanitária, frisa-se o compromisso da Infraero perante a sociedade brasileira em manter, sem interrupção, a prestação dos serviços aeroportuários em todas as unidades da sua rede. Vale ressaltar o apoio conferido ao Ministério da Saúde para a logística de distribuição de equipes e de material de saúde destinados à população que enfrentava dificuldades com a disseminação da doença. O conjunto dos esforços empreendidos pelo time da Infraero, de 5.784 empregados ativos, gerou

resultados expressivos - número de passageiros: 27.856.717; número de aeronaves:633.896; investimento em obras de infraestrutura aeroportuária: R$ 412,9 milhões.

O relatório foi elaborado por intermédio das principais áreas gestoras da Empresa. Os números apresentados estão aderentes às demonstrações financeiras anuais, as quais foram devidamente examinadas por empresa de auditoria independente.

Por fim, esclarece-se que foram observados os princípios básicos da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI), atendendo ao estabelecido na Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa maneira, a dinâmica utilizada no levantamento e disponibilização das informações apresentadas neste relato assegura a sua fidedignidade, precisão e completude.

INSTITUCIONAL

A Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sob vinculação do Ministério da Infraestrutura, atuando no território nacional, com sede na Capital Federal.

Atua na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional. Ressalta-se que o fomento desse setor constitui importante instrumento para a produção de riquezas pelo País, tendo em vista o seu potencial de impulsionar as economias locais e, como consequência, gerar negócios, turismo e emprego, dentre outros valores.

A Infraero participa com 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ, cujos resultados estão consolidados nas demonstrações financeiras da Empresa, proporcionalmente a sua participação acionária em cada companhia.

A missão da Companhia, nos termos do seu Plano Empresarial de 2021-2025, é "Prover soluções aeroportuárias de excelência, criando valor para os clientes e contribuindo com o desenvolvimento do País.". Na visão de futuro, a Infraero busca "Ser um elo estratégico na execução de políticas públicas para o setor de aviação civil e referência no mercado de soluções aeroportuárias.". Em sua atuação, adota os seguintes valores: ética e transparência; orgulho de ser Infraero; responsabilidade socioambiental; valorização dos colaboradores; excelência e segurança dos serviços; e criatividade e inovação.

A concessão dos aeroportos administrados pela Infraero à iniciativa privada é um processo consolidado, tendo como previsão a entrega de todos até 2022, mediante a realização das 6ª e 7ª rodadas de concessões. A Empresa enfrenta o desafio de atuar concomitantemente na garantia e manutenção dos seus serviços com segurança e qualidade, até a concessão integral aos operadores privados, e na transformação e reposicionamento dos seus negócios.

Em que pese a decisão do Governo Federal de continuar o processo de concessão dos aeroportos, a Companhia mantém sua diretriz de atuar como braço estatal para o fomento da operação, do desenvolvimento e do crescimento de aeroportos menores. O foco é a implementação de políticas públicas destinadas à integração nacional e ao desenvolvimento da aviação civil brasileira.

Estudos do Plano Aeroviário Nacional (PAN 2018-2038) demonstram uma estimativa média de crescimento de demanda por transporte aéreo de aproximadamente 4,6% ao ano, para os próximos 20 anos. Isso faz com que haja a expectativa de que no ano de 2033 a demanda seja o dobro de 2018.

Além do PAN 2018-2038, a estratégia da Infraero também está em sintonia com o Planejamento Estratégico do Ministério da Infraestrutura (MInfra), que tem como propósito transformar a logística no Brasil, uma vez que as deficiências de infraestrutura existentes dificultam o seu crescimento sustentável. Vislumbra-se, assim, um País mais produtivo e com benefícios que alcancem cada vez mais regiões, tornando-as participativas e desenvolvidas economicamente, com consequente redução das disparidades sociais.

Nesse sentido, o Portfólio de Negócios da Infraero oferece soluções otimizadas de acordo com as necessidades dos clientes, alinhadas às fases de desenvolvimento do aeródromo. O relevante know-how da Empresa, acumulado ao longo dos seus quase cinquenta anos de existência, faz com que ela se destaque com sua expertise na gestão e operação de aeroportos, cuja atividade é altamente complexa. Coloca-se agora ao alcance de estados e municípios toda a sua competência técnica na prestação de serviços: Gestão e Operação de Aeroportos; Serviços Técnicos Especializado; Soluções Digitais; Treinamentos e Consultoria.

Ao final de 2020, o efetivo da Infraero era de 7.893 empregados (Ativos: 5.784 e Cedidos: 2.109), representando uma redução de 7,86% em relação ao efetivo de 2019 (8.566). Contamos com 1 Presidente e 3 Diretores Executivos. Também compõem o efetivo total, 13 profissionais contratados ad nutum para o exercício de cargo em comissão.

Foram investidos R$ 2,38 milhões em treinamento e desenvolvimento do efetivo, totalizando 3.983 profissionais capacitados. Os treinamentos foram priorizados conforme as ações obrigatórias regulamentadas por legislação específica do setor. Tem como foco a segurança dos funcionários e visa garantir o melhor serviço aos passageiros e demais usuários da comunidade aeroportuária.

Referente à qualidade dos serviços, a Infraero foi uma das principais vencedoras da edição 2020 do prêmio Aeroportos + Brasil, com o Aeroporto Internacional de Curitiba eleito o melhor do País na categoria entre 5 a 15 milhões de passageiros por ano, entre outros quesitos premiados. Também receberam prêmios, em várias categorias, os Aeroportos de Vitória, de Maceió e de Manaus.

INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

A Empresa investiu um total de R$ 443,7 milhões, sendo R$ 412,9 milhões em obras de construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária e R$ 30,8 milhões em aquisição de equipamentos e softwares de informática, incluindo investimentos em infraestrutura aeroportuária.

Em relação aos benefícios destinados à sociedade, em 2020 foram concluídas e entregues 24 grandes obras, em 16 aeroportos, listadas a seguir.

-Belém/PA: fornecimento e instalação de novos elevadores; substituição parcial das telhas da coberta do Terminal de Passageiros (TPS) e ampliação da sala de embarque remoto.

-Congonhas/SP: recuperação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD) 17R/35L e serviços complementares; balizamento noturno; reconstrução do pátio de aeronaves; recomposição de taludes da PPD cabeceira 17 e modernização do sistema de iluminação das áreas públicas.

-Corumbá/MS: adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio.

-Curitiba/PR: execução do muro patrimonial - 2ª Fase.

-Foz do Iguaçu/PR: reforma do TPS e obras complementares e duplicação do acesso ao aeroporto.

-Goiânia/GO: implantação de sinalização vertical.

-Manaus/AM: recapeamento da PPD e regularização da faixa preparada.

-Navegantes/SC: nova estação de tratamento de esgoto (ETE).

-Petrolina/PE: implantação de sistema elétrico de emergência na Seção Contra Incêndio (SCI) e adequação do sistema de reabastecimento de água na SCI.

-Ponta Porã/MS: adequação do sistema de combate ao incêndio (PPCI).

-Santarém/PA: demolição e reconstrução de pavimentos rígidos.

-Santos Dumont/RJ: climatização da Sala de Desembarque do TPS - fechamento com esquadrias.

-São Luis/MA: substituição parcial do forro metálico do TPS.

-Teresina/PI: instalação de placas de sinalização vertical.

-Uberaba/MG: recuperação da PPD.

-Uberlândia/MG: adequação do sistema de balizamento noturno.

Em que pesem os desafios decorrentes da pandemia, a Infraero transformou adversidades em oportunidades para a melhoria contínua da infraestrutura aeroportuária civil. Nesse sentido, houve não somente esforços para a aceleração do ritmo de entrega das obras em andamento, como também a antecipação de outras em função da redução do movimento dos aeroportos, de maneira a realizá-las em menor prazo, com maior segurança operacional e menor potencial de transtornos aos passageiros e às companhias aéreas.

Obras aceleradas ou antecipadas em 2020:

-Belém/PA - acelerou etapas da obra de reforma da pista 06/24 (principal);

-Congonhas/SP - a recuperação da pista principal foi antecipada em 1 ano e executada em 1 mês;

-Foz do Iguaçu/PR - acelerou etapas da obra de ampliação da pista principal;

-Navegantes/SC, Uberlândia/MG e Montes Claros/MG - antecipou frentes das obras de reforma e ampliação de Terminais de Passageiros.

FINANCEIRO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), que afetou todos os setores da economia, tanto no ambiente interno quanto no externo, ocasionando profunda retração e incerteza em relação ao presente e futuro econômico.

Diante desse cenário, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro registrou queda de 4,1% no ano, na comparação com 2019, ao passo que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,52%, acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional de 4%.

A demanda do setor aéreo no Brasil, impactada pelas medidas de isolamento social e proibição de funcionamento de diversos setores, visando ao combate da Covid-19, apresentou forte queda. Os dados de mercado do setor, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), registraram declínio desde março de 2020, quando foi decretada a pandemia mundial. Ao final do ano, a demanda por transporte aéreo no Brasil, voos domésticos e internacionais, foi de 51,9 milhões de passageiros, queda de 56,4% em relação a 2019, de acordo com os dados divulgados pela ANAC.

Nos aeroportos administrados pela Infraero, verificou-se queda de 67,5% no movimento de passageiros em 2020, perfazendo 27,8 milhões de embarques e desembarques, contra 85,7 milhões em 2019. Em relação ao movimento de aeronaves, apurou-se 633,9 mil de operações de pousos e decolagens, 48,7% inferior ao verificado no exercício anterior.

Em continuidade ao processo de concessão de aeroportos pelo Governo Federal, em 2020 foi concluída a transferência à iniciativa privada da operação dos aeroportos de Vitória, Macaé, Cuiabá (a partir de janeiro), Campina Grande, Juazeiro do Norte (a partir de fevereiro), Aracaju, João Pessoa, Maceió (a partir de março) e Recife (a partir de abril), os quais respondiam, em 2019, por cerca de 24% dos passageiros operados na rede, 19% das Aeronaves, 9% da carga aérea, 19% do faturamento e 58% do resultado operacional da Empresa.

A Infraero iniciou o exercício com saldo de caixa operacional de R$ 618,3 milhões, nos meses de janeiro e fevereiro houve geração de caixa de mais de R$ 60 milhões por mês. Com o início da pandemia e as restrições no setor, verificou-se queda de arrecadação e consumo das disponibilidades, assim, o saldo no final do exercício registrou R$ 119,1 milhões.

A redução significativa dos recursos próprios se deu em função da queda de demanda do setor aéreo, ocasionada pela Covid-19, aliado às medidas da Infraero, de conceder redução temporária no percentual das garantias mínimas (fixas) e prorrogação de seus pagamentos, dos contratos comerciais; visando atenuar os reflexos econômico-financeiros dos concessionários. Para as empresas aéreas, Grupo I, foram postergados por 120 dias os vencimentos dos boletos das tarifas de permanência e navegação aérea.

Indicadores	2020	2019	Var. % 2020/19
Receita operacional líquida por passageiro (R$ milhões)	57,1	32,2	77%
Custos dos serviços prestados por Passageiro (R$ milhões)	52,5	22,1	137%
Margem Bruta	8,1%	31,4%	-23 pp
Margem Líquida	-138,8%	-5,4%	-133 pp

Os indicadores financeiros apontam para um declínio na rentabilidade em 2020, com exceção ao índice da receita operacional por passageiro, que apresentou crescimento de 77%, reflexo da queda de 67,6% no movimento de passageiros, ao passo que as receitas comercial e aeronáuticas reduziram em proporção menor, 55,6% e 22,6%, respectivamente.

Os custos dos serviços prestados por passageiro em 2020 totalizaram R$ 52,5 milhões, R$ 30,4 milhões superior ao do exercício anterior. A elevação dos custos se deve pela redução de 58 milhões na quantidade de passageiros.

A margem bruta realizada foi de 8,1%, 23 pontos percentuais inferior ao apurado em 2019. Este resultado decorre do declínio das receitas operacionais líquidas, ocasionado pela crise no setor aéreo, impacto da Covid-19.

A redução de 133 pontos percentuais na margem líquida, decorre da combinação entre a queda do resultado operacional e a elevação das provisões.

Diante do cenário completamente adverso, a performance financeira da Infraero em 2020 foi fortemente impactada pela queda da demanda de passageiros, com isso foi necessário que a alta gestão adotasse medidas de adequação e otimização de gastos, mediante o corte e o contingenciamento de recursos orçamentários, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como garantir a operação dos aeroportos e da navegação aérea.

De forma a reduzir o impacto financeiro nas empresas parceiras, a Infraero adotou diversas medidas, dentre as quais destacam-se a postergação por 120 dias dos vencimentos dos boletos das tarifas aeroportuárias, permanência e navegação aérea, e comerciais, o desconto de 50% na garantia mínima dos contratos de concessão de áreas e a prorrogação de prazo contratual.

Neste contexto, apresentamos a seguir a análise, em consonância com a demonstração do resultado, do desempenho obtido em 2020, na comparação a 2019, em que serão relacionados os fatores e justificativas que impactaram as principais variações ocorridas no período.

As receitas aeroportuárias apresentaram queda de 55,6%, o que representou redução de R$ 1.039,2 milhões na comparação a 2019. Tal declínio foi motivado, especialmente, pela Covid-19 que afetou a demanda do setor aéreo e por consequência o movimento de passageiros e aeronaves de todos os aeroportos administrados pela Infraero.

As receitas de embarque doméstico apresentaram queda de 62,7%, o que corresponde a redução de R$ 707,4 milhões na comparação com o ano anterior. Essa redução foi impulsionada, em grande parte, pelos aeroportos de Congonhas (-66,6%), Santos Dumont (-43,7%), Curitiba (-59,2%), Goiânia (-52,7%), Foz de Iguaçu (-62,1%), Manaus (-39,6%) e Belém (-42,7%), que em conjunto totalizaram R$ 379,3 milhões a menos que no ano anterior e foram responsáveis por 54% do total da queda.

As tarifas de pouso doméstico atingiram o montante de R$ 143,1 milhões em 2020, com declínio de 50,6% em relação a 2019, reflexo, especialmente, do baixo desempenho dos aeroportos de Congonhas (-55,8%), Santos Dumont (-37,6%) e Curitiba (-51,9%), que totalizaram redução de R$ 62,9 milhões. O aeroporto de Congonhas registrou ainda queda de 70,4% nas receitas de conexão, o que representou 58% do total de redução desse segmento, que foi de R$ 43,1 milhões.

As receitas comerciais no exercício, também impactadas pela Covid-19, sofreram redução de R$ 240,3 milhões, menos 22,6% na comparação a 2019. Em relação à receita de armazenagem e capatazia, verificou-se aumento de 3,1%, R$ 6,3 milhões. O crescimento reflete o bom desempenho do terminal de cargas de Manaus, ocasionado, especialmente pelos seguintes fatores: crescimento aproximado de 7,9% em todas as atividades (importação, exportação, internação e carga nacional); elevação da taxa cambial; fidelização de clientes, e aumento da demanda ocasionado pela instalação de novos segmentos no Polo Industrial de Manaus.

As receitas de concessão de áreas atingiram R$ 531,0 milhões em 2020, 32,5% inferior na comparação ao desempenho de 2019. A performance negativa deve-se, em sua maioria, pelas medidas restritivas voltadas para a área comercial, adotadas pela Infraero por meio do plano de contingência operacional, visando amenizar o impacto econômico-financeiro dos concessionários, uma vez que as ações de contenção da Covid-19, definidas pelos governantes, afetou de forma significativa a arrecadação dos estabelecimentos comerciais.

Dentre as medidas adotadas pela Infraero, destaca-se a redução temporária no percentual das garantias mínimas (fixas) no período de abril a dezembro de 2020, sendo que de abril a agosto o desconto foi de 50%, em setembro e outubro 30% e, em novembro e dezembro 20%. Além do referido desconto, foi autorizada a prorrogação no vencimento dos boletos e do prazo contratual.

As despesas de pessoal atingiram o montante de R$ 1.313,5 milhões no ano, o que representa R$ 264,8 milhões ou 16,8% a menos, na comparação ao ano anterior. Tal desempenho foi possível pela redução do quadro efetivo de empregados, decorrente da continuidade das políticas de desligamento por meio do PEAE, em que foram desligados 592 empregados em 2020, bem como, em função da cessão de empregados a outros órgãos públicos e mudança na metodologia de subsídio do plano odontológico. Para fazer frente aos reflexos negativos provocados pela Covid-19, houve ainda contenção de gastos com formação profissional e abono pecuniário.

As despesas com serviços de terceiros totalizaram o valor de R$ 535,6 milhões, frente ao montante de R$ 664,5 milhões do exercício anterior, correspondendo a uma economia de R$ 128,9 milhões. A performance positiva se deu, em grande parte, pelas medidas de contingenciamento dos gastos adotados pela Empresa, com o propósito de atenuar os efeitos negativos da Covid-19 no resultado operacional, para tanto foram realizados aditivos e repactuações em diversos contratos.

O lucro operacional bruto do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades aeroportuárias, foi de R$ 128,0 milhões, 85,3% inferior ao realizado em 2019, o que representou déficit de R$ 740,8 milhões no resultado. A performance negativa em 2020 foi ocasionada pela redução de R$ 1.279,5 milhões nas receitas brutas.

O resultado operacional apurado antes dos investimentos em Obras em Bens da União (OBU) totalizou prejuízo de R$ 1.821,4 milhões, frente ao lucro de R$ 288,8 milhões apurado em 2019. Após o registro dos investimentos em OBU, cujo montante totalizou R$ 378,0 milhões, apurou-se Prejuízo Líquido do Exercício de R$ 2.199,4 milhões, representando crescimento de 1370% ante ao prejuízo apurado em 2019 de R$ 149,6 milhões.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

31 de dezembro de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	1.100.612	2.264.226
Contas a receber	**7**	182.045	303.679
Estoques		39.682	45.426
Impostos a recuperar	**8**	84.111	144.733
Adiantamento para empregados		7.056	4.420
Despesas antecipadas		9.000	6.792
Outros ativos	**11**	64.484	27.295
Total do ativo circulante		**1.486.990**	**2.796.571**
Não circulante			
Caixa restrito	**6**	125.212	137.265
Contas a receber	**7**	307.036	267.428
Depósitos judiciais	**13**	207.092	275.294
Investimentos	**9**	496.432	1.451.101
Imobilizado	**10**	216.084	231.194
Intangível	**10**	36.439	44.143
Total do ativo não circulante		**1.388.295**	**2.406.425**
Total do ativo		**2.875.285**	**5.202.996**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanço Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços		197.436	231.435
Empréstimo Bancário	**12**	54.400	-
Cauções de terceiros		25.831	27.926
Encargos trabalhistas	**14**	262.512	234.536
Provisão para PDITA/DIN		52.204	118.571
Tributos a recolher	**8**	27.916	43.536
Recursos de terceiros	**26**	70.285	100.369
Previdência complementar		7.729	9.308
Programa de assistência médica - PAMI		-	51.750
Receitas Antecipadas	**16**	229.961	236.144
Outras obrigações	**17**	10.043	6.142
Total do passivo circulante		**938.317**	**1.059.717**
Não circulante			
Benefício pós-emprego	**15**	832.599	1.004.655
Provisão para contingências	**13**	570.605	529.509
Recursos para aumento de capital	**18**	705.204	686.278
Outras obrigações	**17**	18.642	17.028
Total do passivo não circulante		**2.127.050**	**2.237.470**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	**19**	3.399.439	2.855.940
Adiantamento para futuro aumento de capital	**19**	1.349.643	1.883.143
Prejuízos acumulados		(3.980.879)	(882.532)
Ajuste de avaliação patrimonial	**19**	(958.285)	(1.950.742)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(190.082)**	**1.905.809**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**2.875.285**	**5.202.996**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado

	Notas explicativas	2020	2019
Receita operacional líquida	**20**	1.584.423	2.762.884
Custos dos serviços prestados	**21**	(1.456.438)	(1.894.080)
Lucro operacional bruto		**127.985**	**868.804**
Despesas gerais e administrativas	**21**	(1.138.836)	(148.928)
Outras despesas		(29.610)	(2.908)
Outras receitas		46.042	443.578
Resultado de equivalência patrimonial	**9**	(954.092)	(978.318)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**(1.948.511)**	**182.228**
Despesas financeiras		(22.171)	(40.675)
Receitas financeiras		149.326	147.247
Resultado financeiro líquido	**22**	**127.155**	**106.572**
Resultado operacional antes do OBU		**(1.821.356)**	**288.800**
Recursos aplicados em bens da união	**24**	(378.034)	(438.375)
Resultado líquido do período		**(2.199.390)**	**(149.575)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2020	2019
Prejuízo / lucro do período	**(2.199.390)**	**(149.575)**
Benefício pós-emprego	992.457	(580.643)
Total de resultados abrangentes do período	**(1.206.933)**	**(730.218)**
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	**(1.206.933)**	**(730.218)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2019		**2.855.940**	**1.883.143**	**(882.532)**	**(1.950.742)**	**1.905.809**
Aportes de Capital (PAC)		-	10.000	-	-	**10.000**
Integralização de Aportes	AGE 08/07/2020	543.499	(543.499)	-	-	**-**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(898.958)	992.457	**93.499**
Prejuízo do período		-	-	(2.199.390)	-	**(2.199.390)**
Em 31 de dezembro de 2020	**19**	**3.399.439**	**1.349.644**	**(3.980.880)**	**(958.285)**	**(190.082)**

Em 31 de dezembro de 2019

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2018		**4.424.062**	**1.437.579**	**(3.353.967)**	**(1.370.099)**	**1.137.575**
Absorção dos prejuízos acumulados	AGE 29/04/2019	(2.621.010)	-	2.621.010	-	**-**
Aportes de Capital	LOA 2019	-	1.477.158	-	-	**1.477.158**
Integralização de Aportes	AGE 29/04/2019	1.052.888	(1.031.594)	-	-	**21.294**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(580.643)	**(580.643)**
Prejuízo do período		-	-	(149.575)	-	**(149.575)**
Em 31 de dezembro de 2019	**19**	**2.855.940**	**1.883.143**	**(882.532)**	**(1.950.742)**	**1.905.809**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	**(2.199.390)**	**(149.575)**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Recursos aplicados em bens da união	378.034	438.375
Ajuste de avaliação patrimonial	93.499	(580.643)
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	41.096	(18.070)
Depreciação e amortização	60.211	76.311
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	(50.569)	(56.129)
Valor residual dos bens baixados	34.839	2.179
Benefício pós-emprego	(172.056)	(627.594)
Indenizações PDITA	(66.367)	118.571
Correção monetária do adiantamento p/aumento de Capital social	18.926	39.021
Resultado de Equivalência Patrimonial	954.092	978.318
Ajuste ao Valor Justo	(239)	857
	(907.924)	**221.621**
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	12.053	(28.578)
Contas a receber	82.026	6.400
Estoques	5.744	1.793
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	60.622	(16.206)
Adiantamento para empregados	(2.636)	3.390
Despesas antecipadas	(2.209)	280
Antecipações PDITA/DIN	-	3.672
Outros ativos	(37.189)	(5.626)
Depósitos judiciais	68.202	87.347
Fornecedores de bens e serviços	(27.505)	(9.726)
Cauções de terceiros	(2.095)	(3.917)
Encargos trabalhistas	27.975	(7.461)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(15.620)	(1.192)
Previdência complementar	(1.579)	(1.004)
PAMI	(51.750)	(19.253)
Receitas Antecipadas	(6.183)	15.192
Outras obrigações	5.517	(33.093)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(792.552)**	**213.639**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(20.849)	(16.507)
Investimentos	(6.494)	(120.877)
Recursos aplicados em bens da união	(378.034)	(438.375)
Recursos de terceiros	(30.085)	26.349
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(435.462)**	**(549.410)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	10.000	1.477.158
Empréstimo Bancário	54.400	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**64.400**	**1.477.158**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.163.614)**	**1.141.387**
Caixa do início do período	2.264.226	1.122.839
Caixa do final do período	1.100.612	2.264.226
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.163.614)**	**1.141.387**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Notas explicativas	2020	2019
(=) Receitas			
Receita operacional		1.650.647	2.930.171
Outras receitas		46.042	443.578
		1.696.689	**3.373.749**
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(695.353)	(909.323)
Perdas		(125.690)	(95.785)
Outras despesas		(29.611)	(2.909)
		(850.654)	**(1.008.017)**
(=) Valor adicionado bruto		**846.035**	**2.365.732**
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		(184.846)	902.106
(-) Depreciação / amortização		**(60.211)**	**(76.311)**
(=) Valor adicionado líquido		**600.978**	**3.191.527**
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	**22**	149.326	147.247
Resultado de equivalência patrimonial		(954.092)	(978.318)
(=) Valor adicionado total a distribuir		**(203.788)**	**2.360.456**
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		1.365.767	1.654.229
Tributos		229.630	376.752
Despesas financeiras	**22**	22.171	40.675
Obras em bens da união	**24**	378.034	438.375
Lucro (prejuízo) do exercício		(2.199.390)	(149.575)
Valor adicionado total distribuído		**(203.788)**	**2.360.456**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Nota 1 - Contexto Operacional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 48 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do país, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 44 aeroportos, 55 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) e 15 Terminais de Logística de Carga (Teca), com operação direta e mediante parcerias com a iniciativa privada. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

Em continuidade ao processo de concessão de aeroportos pelo Governo Federal, em 2020 foi concluída a transferência à iniciativa privada da operação dos aeroportos de Vitória, Macaé, Cuiabá (a partir de janeiro), Campina Grande, Juazeiro do Norte (a partir de fevereiro), Aracaju, João Pessoa, Maceió (a partir de março) e Recife (a partir de abril).

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

Para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa foram realizadas as seguintes ações:

-Arrecadação de novas receitas com a prestação de serviços;

-Adequação da estrutura de custos e reestruturação organizacional com extinção de 3 diretorias, 8 centros de suporte e adequação de cargos e funções de confiança;

-Reformulação do plano de saúde dos empregados;

-Continuidade do Programa Especial de Adequação do Efetivo - PEAE com a adequação sistematizada do efetivo, por meio dos programas de desligamento PDITA - Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria e DIN - Programa de Desligamento Incentivado;

-Cessão de empregados para órgãos do Governo Federal, no qual está previsto o ressarcimento integral dos custos diretos e indiretos.

Com a política do Governo Federal de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada, estão em planejamento e em implantação diversas medidas para construir uma nova empresa voltada para a comercialização de portfólio de serviços e produtos altamente especializados, atuando em áreas estratégicas, dentre as quais se destaca:

-Elaboração de Plano Diretor;

-Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;

-Planejamento Aeroportuário;

-Licenciamento ambiental de aeroportos;

-Infraero Educação para consultoria e treinamentos;

-Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;

-Prestação de serviços técnicos especializados;

-Consultoria ambiental, dentre outros

Além disso, será realizada a cisão da atividade de navegação aérea, nos termos da Lei n.º 13.903, de 19 de novembro de 2019, a qual apresenta resultados deficitários conforme disposto na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresentou prejuízo no montante de R$ 2.199.390 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R$ 190.082. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

Declaração de Pandemia de coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

Em 20 de março de 2020, foi editado o Decreto Legislativo n° 6, reconhecendo, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n° 93, de 18 de março de 2020.

De forma a conter o avanço do vírus vários países decretaram o fechamento de fronteiras o que impossibilitou as operações das empresas aéreas.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) divulgou, em 27/3/2020, a malha aérea essencial para que o País continuasse conectado durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Foram estabelecidos 1.241 voos semanais para as capitais dos 26 estados mais o Distrito Federal, além de outras 19 cidades, no período de 28 de março até o fim de abril. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR, este movimento representa redução de 91,6% na malha aérea normalmente operada pelas empresas nacionais, comparando com o mesmo período de 2019.

O movimento operacional nos aeroportos administrados pela Infraero foi severamente impactado, registrou-se queda de 48,7% e 67,6% no movimento de aeronaves e passageiros, respectivamente, no exercício de 2020, em relação ao realizado em 2019. Destaca-se que em abril/2020 a queda do movimento de passageiros foi de 96,2%, em relação a abril/2019.

Desde o início da pandemia foram adotadas diversas medidas de contingenciamento, dentre elas reduções nas parcelas fixas dos contratos comerciais e postergação de vencimentos dos boletos com prorrogação contratual, de forma a mitigar os efeitos da pandemia em seus parceiros. Foram também postergados por 120 dias os vencimentos dos boletos das tarifas aeroportuárias (pouso, permanência e conexão) do Grupo I.

Foram adotadas medidas de adequação e otimização de gastos, mediante o corte e o contingenciamento de recursos orçamentários, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como garantir a operação dos aeroportos e da navegação aérea.

Cisão da Atividade de Navegação Aérea

Foi sancionada em 19 de novembro de 2019 a Lei n.º 13.903, relativa à Medida Provisória n.º 866, de 20 de dezembro de 2018, autorizando o Poder Executivo a criar a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero.

Conforme disposto no artigo 2º da referida Lei, a cisão parcial da Infraero ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia de Acionistas, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observado o procedimento previsto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 24/12/2020, foi editado o Decreto n.º 10.589, que cria a empresa NAV Brasil a partir da versão do patrimônio cindido da Infraero.

Na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades é apresentado o desempenho financeiro da atividade de navegação aérea (Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea) realizada pela Infraero nos exercícios de 2019 e 2020.

Nota 2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

-Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

-Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

-Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

-Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Nota 3 - Principais Políticas Contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

-Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

-Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Empresa também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e as aplicações do Tesouro.

-Ativos financeiros não derivativos

Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

-Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

-Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

-Aplicações financeiras; e

-Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

-Caixa e bancos;

-Aplicações em contas de poupança;

-Contas a receber;

-Títulos públicos; e

-Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, empréstimos bancários, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber faturados em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

-Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (Impairment).

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

-Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

-Investimentos

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo efetivo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa.

-Impostos, taxas e contribuições

-Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

-Impostos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC n.º 32. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A Infraero, de acordo com o CPC n.º 32 - Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. Não constituímos o ativo fiscal diferido, uma vez que não temos expectativa de realização.

-Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

-Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (Impairment).

-Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

- Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações, o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 13.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 13.

-Benefícios a empregados

A Empresa concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde - PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico é administrado pela própria Empresa e financiado pelo regime de caixa. Em 2018, foi instituído novo modelo de custeio do Plano de Assistência Médica - PAMI, mediante a fixação de parcela mensal de contribuição dos empregados, com valores predeterminados, fixos e conhecidos. Os beneficiários arcam também com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, de 30% nos procedimentos de consulta e de 15% para exames ambulatoriais, tratamentos seriados e procedimentos cirúrgicos sem internação. A partir de 2020, o PAMI passou a ser administrado na forma de auxílio-saúde, mediante reembolso, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefícios Definidos - Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 - Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

-Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

- Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

-Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

-Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

-Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa.

-Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

-Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

-Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria PDITA e Demissão Incentivada - DIN

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada - DIN. Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a empresa constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão é composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

-Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Neste sentido, considerando que a Administração não espera nenhuma realização desses ativos (recuperação em decorrência da venda dos aeroportos constantes no PND - Programa Nacional de Desestatização), estes não serão classificados para o Ativo Circulante.

-Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

-Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.o 6.404/76, alterados pelas Leis n.os 11.638/07 e 11.941/09.

Nota 4 - Novas normas, alterações e interpretações contábeis

Novas normas, alterações e interpretações contábeis que entraram em vigor para períodos iniciados em/ou após 1° de janeiro de 2020:

-Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão.

-Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

-a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

-qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021);

-não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

A Infraero contabiliza arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do contrato, conforme item 6 do CPC 06 (R2).

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020:

-Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Empresa ainda não determinou se haverá impactos significativos quando da adoção desta norma.

-Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em ou após 01/01/2022;

- alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;

-alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

-alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	206	168
Conta corrente	1.247	19.443
Aplicação financeira	1.099.159	2.244.615
Total	**1.100.612**	**2.264.226**

As aplicações de liquidez imediata totalizam R$ 1.100.612 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Resolução n.º 3.284, de 25/5/2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

O Fundo de Aplicação do Extramercado recebe aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

Nota 6 - Caixa Restrito

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação do tesouro	77	72
TCCA's e convênios	99.304	109.267
Garantias caucionárias	25.831	27.926
Total	**125.212**	**137.265**

As aplicações de Notas do Tesouro correspondem à venda de participações societárias em cumprimento do Decreto n.º 1.068/94, que trata do Programa Nacional de Privatização - PND. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série "P", resgatáveis até janeiro de 2030, ou seja, mantidas até o seu vencimento e que estão sob custódia do Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 77.

Os valores relativos aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo estão aplicados em conta poupança, no total de R$ 17.830.

Os saldos dos convênios celebrados com o Governo da Bahia, Ministério do Turismo e Itaipu Binacional destinam-se a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero. Atualmente o saldo relativo a esses convênios corresponde ao montante de R$ 81.474.

As garantias caucionárias registradas em caixa restrito são da modalidade de moeda corrente, prevista no art. 56, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93. São créditos efetuados diariamente, na conta da Infraero, correspondentes a 5% sobre o valor global dos contratos. Esses créditos serão corrigidos, e restituídos às empresas a medida que os contratos se encerram, ou quando as empresas solicitam a sua substituição por outra modalidade de garantia que totalizaram o valor de R$ 25.831.

Nota 7 - Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original deduzido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

-Composição do Contas a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	430.839	390.725
Embarques e Conexão	22.283	87.078
Armazenagem e Capatazia	2.712	18.936
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	348.730	233.506
Outros	335.377	365.204
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(650.860)	(524.342)
Total	**489.081**	**571.107**
Circulante	182.045	303.679
Não Circulante	307.036	267.428
Total	**489.081**	**571.107**

-Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

O valor da PECLD está classificado em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado:

	31/12/2020	31/12/2019
A Vencer	38.181	40.099
Vencidos até 30 dias	35.679	20.018
Vencidos até 90 dias	42.852	21.436
Vencidos até 120 dias	23.841	5.994
Vencidos até 180 dias	37.790	8.534
Vencidos há mais de 180 dias	472.517	428.261
Total	**650.860**	**524.342**

-Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece a Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei n.º 9.430/96, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância. No cálculo da provisão são considerados todos os valores de receitas próprias que estejam em débito no período de apuração, e as empresas que apresentarem débitos no período de apuração,

PECLD - Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no inicio do período	(452.302)	(424.809)
Adições	(510.033)	(326.809)
Transferência	(53.288)	(57.700)
Reversões	387.953	357.016
Saldo no fim do período	(627.670)	(452.302)

PECLD - Não circulante	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no inicio do período	(72.040)	(35.934)
Adições	(138.020)	(221.967)
Transferência	53.288	57.700
Reversões	133.582	128.161
Saldo no fim do período	(23.190)	(72.040)
Total	**(650.860)**	**(524.342)**

Nota 8 - Impostos, taxas e contribuições

-Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R$ 84.111, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	13.565	13.664
INSS	10.269	10.269
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	3.879	3.035
IRRF e IRPJ/CSLL	66.440	117.634
ISS	131	131
(-) Perda estimada crédito tributário	(10.173)	-
Total	**84.111**	**144.733**

Os tributos a recuperar PIS/COFINS decorrem de Pedidos de Restituições em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB oriundos de retenções na fonte, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação da RFB para realização das compensações com débitos vincendos.

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido), Lei n.º 9.430/96, referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da referida lei regulamentada pela IN RFB, n.º 1.234, de 11/1/2012.

-Tributos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	8.358	12.781
INSS s/ terceiros	3.922	5.745
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	11.985	20.122
ISS a recolher	3.614	4.786
Outros	37	102
Total	**27.916**	**43.536**

-Imunidade recíproca - ISS e IPTU

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Empresa decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços - ISS.

Nota 9 - Investimentos

-Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Participação em fundos	1.250	1.011
Obras de arte	873	1.689
SPE	6.014.730	6.014.730
Equivalência patrimonial	(5.520.421)	(4.566.329)
Total	**496.432**	**1.451.101**

As participações em fundos, R$ 1.250, que possuem mercado ativo e são negociadas em bolsa de valores, foram atualizadas ao valor de mercado e reconhecidas a valor justo. O valor líquido de R$ 494.309 corresponde ao valor total da participação da Infraero nas SPE considerando sua responsabilidade societária até o limite do saldo de investimento em cada SPE, na forma da Lei n.º 6.404/76.

-Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2020	31/12/2019
Telefônica Brasil S.A. - ON (VIVT3)	68	-
Telefônica Brasil S.A. - PN (VIVT4)	-	84
Cotas FINAM (FNAM11)	1.099	879
Cotas FINOR (FNOR11)	81	46
Outros	2	2
Total	**1.250**	**1.011**

-Investimentos em coligadas

Em 31 de dezembro de 2020	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	708.050	(708.050)	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	2.798.861	(2.388.340)	410.521
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(360.613)	83.788
Total	**6.014.730**	**(5.520.421)**	**494.309**

O quadro a seguir apresenta a movimentação da participação da Infraero (49% do Capital Social) nas Sociedades de Propósitos Específicos - SPE de Brasília, Rio de Janeiro e Confins.

	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária Aerobrasil - Confins	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**32.351**	**2.105.225**	**186.242**	**2.323.818**
Aporte de capital	102.900	-	-	102.900
Resultado de equivalência patrimonial	(135.251)	(804.392)	(38.674)	(978.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**1.300.833**	**147.568**	**1.448.401**
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(890.312)	(63.780)	(954.092)
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**410.521**	**83.788**	**494.309**

De acordo com o item 22 - (c) do pronunciamento técnico CPC 45 - Divulgação de Participação em Outras Entidades, a investidora deve divulgar a parcela do prejuízo da investida cujo reconhecimento foi suspenso em função de ter zerado o saldo líquido das contas que integram o investimento total líquido. Em três das cinco Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Viracopos, Inframerica e Guarulhos), investidas pela Infraero, os prejuízos apurados superaram o montante investido.

A Infraero não possui obrigações legais ou constitutivas de fazer pagamentos ou de arcar com compromissos decorrentes do passivo a descoberto de suas coligadas. Desta forma, não foi constituído passivo do excedente da equivalência patrimonial, já que a responsabilidade da Empresa é adstrita às ações integralizadas no Capital Social das coligadas.

Nota 10 - Imobilizado e Intangível

-Composição imobilizado

	31/12/2020	31/12/2019
Custo histórico	1.061.537	1.187.750
Depreciação	(692.469)	(750.567)
Bens disponíveis para venda	-	(105)
Redução ao valor recuperável	(152.984)	(205.884)
Total	**216.084**	**231.194**

-Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Edificações e Benfeitorias		45.775	-	(326)	(56)	45.393
Imobilização em Andamento		76.882	8.129	(6.487)	(342)	78.182
Instalações, Maquinas e Equips		549.839	9.535	(62.576)	(3.640)	493.158
Móveis e Utensílios		119.551	1.163	(18.702)	(391)	101.621
Terrenos		39.870	-	-	-	39.870
Veículos		355.057	965	(52.797)	(2.391)	300.834
Outros		671	83	-	-	754
Redução ao Valor Recuperável		(174.264)	-	21.280	-	(152.984)
Redução ao Valor Recuperável - concessão		(31.620)	-	31.620	-	-
Bens em Comodato		0	-	-	1.725	1.725
Total		**981.761**	**19.875**	**(87.988)**	**(5.095)**	**908.553**
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(4.545)	(1.706)	81	56	(6.114)
Instalações, Maquinas e Equips	10% e 5% a.a.	(383.371)	(28.353)	48.088	2.798	(360.838)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(84.271)	(7.983)	14.815	319	(77.120)
Veículos	25% a.a.	(278.350)	(15.557)	44.098	1.935	(247.874)
Outros		(30)	(31)	2	-	(59)
Bens em Comodato		0	(464)	-	-	(464)
Total		**(750.567)**	**(54.094)**	**107.084**	**5.108**	**(692.469)**
Imobilizado líquido		**231.194**	**(34.219)**	**19.096**	**13**	**216.084**

-Composição intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Custo histórico	153.972	162.107
Amortizações	(108.018)	(110.780)
Redução ao valor recuperável	(9.515)	(7.184)
Total	**36.439**	**44.143**

-Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Licença de uso de software		154.067	974	(9.109)	-	145.932
Marcas, direitos e patentes		16	-	-	-	16
Software em desenvolvimento		8.024	-	-	-	8.024
Redução ao valor recuperável		(7.154)	-	(2.361)	-	(9.515)
Redução ao Valor Recuperável - concessão		(30)	-	30	-	-
Total		**154.923**	**974**	**(11.440)**	**-**	**144.457**
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(110.765)	(6.131)	8.893	-	(108.003)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(15)	-	-	-	(15)
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-
Total		**(110.780)**	**(6.131)**	**8.893**	**-**	**(108.018)**
Intangível líquido		**44.143**	**(5.157)**	**(2.547)**	**-**	**36.439**

-Teste de recuperabilidade

Os critérios para projeção de receitas e despesas utilizados na elaboração do fluxo de caixa são revisados anualmente pela Alta Administração da Infraero e são os mesmos adotados no Orçamento e no Planejamento Empresarial, sendo que, neste exercício, em face à queda brusca do movimento operacional decorrente a Pandemia do Covid-19, adotamos critérios de projeção diferentes dos adotados anteriormente.

Para o ano de 2021, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional pessimista para 2019 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário). Salientamos, que para o ano de 2022 os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, salvo o dispêndio de pessoal, o qual consideramos reajustes igual a metade da inflação, acrescida de 1% a partir de agosto em face a progressão de carreira. A tabela abaixo demonstra os critérios adotados:

Descrição	Critérios 2020	Critérios 2021
Receitas Operacionais		
Pouso Doméstico	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Pouso Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Permanência Doméstica	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Permanência Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes.de 2019 + Reajuste Tarifário
Embarque Doméstico	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Embarque Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
DAI	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
DAPE	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
TECAS Concedidos	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Navegação Aérea TAT	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
Conexão	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Concessão de Áreas	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Exploração de Serviços	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
DAE	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
Cancel. de Receita, Pasep e Cofins	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Recuperação de Despesas	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Despesas Operacionais		
Pessoal, Encargos Diretos e Indiretos	IPCA	Desconsiderou-se reajuste salarial
Material de Consumo	IPCA	Mov. Op. Pessimista de 2019 +IPCA
Serviços Contratados	IPCA x 2	Mov. Op. Pessimista de 2019 +IPCA
Serviços Públicos	IPCA x 1,5	Mov. Op. Pessimista de 2019 +IPCA
Despesas Gerais	IPCA	Mov. Op. Pessimista de 2019 +IPCA

Na apuração do VPL e Payback Econômico, foi adotado como referência para o custo de capital a Taxa de Longo Prazo - TLP, divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES.

Desta forma, foi identificada em 2020 uma reversão da perda por desvalorização no ativo imobilizado e intangível de R$ 50.570, havendo uma redução em relação à perda constituída em 2019, na ordem de R$ 5.559 mil.

Resultados Financeiros	2020	2019
Período de Análise	*	*
Redução por Impairment	(50.570)	(56.129)
Custo de Capital - TLP	6,35%	5,40%
Taxa Cresc. Perpetuidade	-	3,12%

* Considerando as datas previstas para entrega dos aeroportos em concessão (22 em mai/2021 e 22 em nov/2022) e navegação aérea até dez/2020.

-Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2020 totalizam R$ 60.211, sendo R$ 54.080 referentes a depreciação e R$ 6.131 amortização (R$ 76.311 em 31 de dezembro de 2019, sendo R$ 63.817 depreciação e R$ 12.494 amortização).

Nota 11 - Outros Ativos

Outros Ativos

Ativos	31/12/2020	31/12/2019
Empregados cedidos (i)	47.753	18.916
PAMI coparticipações a receber	14.476	7.847
Outros ativos	2.255	532
Total	**64.484**	**27.295**

São valores a receber relativo ao custo dos empregados cedidos à órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Nota 12 - Empréstimo Bancário

Em outubro/2020, foi realizada a contratação do Banco Santander (Brasil) S.A., para o fornecimento de empréstimo financeiro, com Linha de Crédito específica para Capital de Giro de Curto Prazo, em operação de 12 meses com 7 meses de carência, no valor de R$ 54.400, acrescido do custo financeiro decorrente (CDI + 3,5% a.a). Foi ofertado, como garantia, os valores do contas a receber das receitas de Tarifas Aeroportuárias e Tarifa de Embarque, na mesma proporção do empréstimo.

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

A Infraero é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos administrativos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido pelo departamento jurídico próprio e por advogados internos.

A Empresa avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e os valores estimados, são elaborados com base em análise da Superintendência Jurídica e melhor julgamento da Administração, de acordo com os seguintes níveis de risco:

Provável - Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da Infraero, como risco alto ou praticamente certo.

Possível - Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto - Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao CPC 25, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.

Com base em informações do jurídico, a Administração efetuou análise dos processos judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, analisou, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituição de provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A Empresa constituiu provisões para contingências suficientes para cobrir as perdas referentes aos processos judiciais, pelos quais a mesma é considerada como ré. Já os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas.

A Infraero é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- Ações Trabalhistas

-Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários - Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

-Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

-Ações Cíveis

-Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

-Ações Tributárias

-A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, a Empresa busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.

-Ações Administrativas

-A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfandegamento), PROCON, ANATEL e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

-Ações ambientais

-A Infraero constitui provisões para ações ambientais decorrentes de multas aplicadas por órgãos públicos, que estão em discussão na esfera administrativa, originadas do curso normal de suas atividades ou de alegado descumprimento/não atendimento de condicionantes ambientais.

Processos judiciais e extrajudiciais provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2020	31/12/2019
Processos fiscais	23.548	32.047
Processos administrativos	82.895	87.209
Processos trabalhistas	392.837	344.009
Processos cíveis	69.852	65.765
Processos ambientais	1.473	479
Total	**570.605**	**529.509**

A seguir, demonstramos a movimentação das ações prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2019	Adições	Reversão	31/12/2020
Processos fiscais	32.047	9.348	(17.847)	23.548
Processos administrativos	87.209	7.100	(11.414)	82.895
Processos trabalhistas	344.009	210.905	(162.076)	392.838
Processos cíveis	65.765	44.129	(40.042)	69.852
Processos ambientais	479	993	-	1.472
Total	**529.509**	**272.475**	**(231.379)**	**570.605**

Contingências judiciais e extrajudiciais não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R$ 1.445.914, conforme demonstrado:

	Processos possíveis	
	31/12/2020	31/12/2019
Processos fiscais	387.060	890.680
Processos administrativos	279.642	284.213
Processos trabalhistas	172.331	221.897
Processos cíveis	603.324	943.860
Processos diversos	3.557	3.129
Total	**1.445.914**	**2.343.779**

Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos das ações judicialmente discutidas pela Empresa. Em 31/12/2020, os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R$ 324.046 deduzidos de uma provisão para perda no montante de R$ 116.954, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais trabalhistas	312.402	442.362
Depósitos judiciais cíveis	11.611	25.928
Depósitos judiciais diversos	33	4.188
(-) Provisão para perda	(116.954)	(197.184)
Total	**207.092**	**275.294**

Ativos Contingentes
A Infraero não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como praticamente certa.
Nota 14 - Encargos trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos sobre férias	48.798	42.042
Férias a pagar	110.729	100.358
Ordenados e salários a pagar	40.221	18.744
FGTS a Recolher	6.179	9.417
INSS a Recolher	29.442	32.693
IRRF s/ folha de pagamento	27.143	31.282
Total	**262.512**	**234.536**

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando os mesmos são liquidados.
Nota 15 - Benefícios a empregados
- Programas Especial de Adequação do Efetivo (PEAE)
O Programa Especial de Adequação do Efetivo - PEAE visa a redução de empregados excedentes e equalização do quadro de pessoal entre as unidades da Infraero, em virtude da política de concessão de aeroportos adotada pelo Governo Federal a partir de 2011. O PEAE é composto de três módulos: Incentivo à Transferência para Concessionárias ou à Aposentadoria - PDITA, Desligamentos Incentivados - DIN e Transferência Especial de empregados entre unidades da empresa - TE. As oportunidades de desligamento são oferecidas em ciclos, com cronogramas pré-definidos, nos quais constam períodos determinados desde a fase de inscrição até o prazo de desligamento.
-Desligamento incentivado - DIN
O desligamento incentivado - DIN é uma modalidade de desligamento a pedido, prevista no Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE), que visa à adequação do efetivo excedente na empresa, em decorrência do processo de concessão de aeroportos.

	2020	2019
Quantidade de desligamentos	157	204
Montante envolvido - R$ mil	34.327	34.366

- Movimentação no Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

	2020	2019
Quantidade de desligamentos	435	596
Montante envolvido - R$ mil	165.815	235.066

Os desligamentos pelo PDITA e pelo DIN estão sendo realizados com recursos oriundos do Programa Nacional de Desestatização - PND, assumidos pelas concessionárias vencedoras dos leilões dos aeródromos concedidos.
-Plano de Previdência Complementar
A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefício Definido Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representa o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.
Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.
O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano BD I	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.
Perfil de Participantes dos planos

	31/12/2020			31/12/2019		
Planos	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano BD I	15	146	161	16	151	167
Plano BD II	0	20	20	0	20	20
Plano CV	6.947	4.793	11.740	7.738	4.424	12.162

* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.
** Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença.
A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2020.
Premissas atuariais e econômicas

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	7,28% a.a.	7,28% a.a.	7,28% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	3,40% a.a.	3,40% a.a.	3,40% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	3,75% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2019		
Tábua de rotatividade (Turnover)	0,00%		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M		
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas

Composição Familiar
Plano I de Benefícios Saldado, Plano II de Benefício Definido e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:
-Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2020", disponibilizado pelo Infraprev.
-Percentual de Casados: 80%.
-Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
-Filho temporário até os 24 anos.
-Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo Infraprev.
-Percentual de Casados: 80%.
-Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
-Filho temporário até os 24 anos.
Taxa de Desconto Atuarial Real
A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 15/8/2026, com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

	Duration (anos)	Taxa de desconto
Plano I de Benefícios Saldados	11,17	3,40%
Plano II de Benefício Definido	11,80	3,40%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variáv	12,03	3,40%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento mais próximo, porém não superior à duration do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 10, de 30/11/2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
Valor Justo dos Ativos do Plano

	31/12/2020		
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	110.103	16.850	2.225.074
Receita de juros	7.461	1.142	150.789
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(2.013)	(1.763)	101.423
Contribuições do patrocinador	-	-	3.580
Contribuições dos participantes	-	-	3.622
Benefícios pagos pelo plano	(6.221)	(575)	(252.069)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	109.330	15.654	2.232.419

	31/12/2019		
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	98.501	14.857	1.401.330
Receita de juros	8.632	1.302	122.804
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	8.917	1.242	937.457
Contribuições do patrocinador	-	-	3.963
Contribuições dos participantes	-	-	4.008
Benefícios pagos pelo plano	(5.947)	(551)	(244.488)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	110.103	16.850	2.225.074

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

	31/12/2020			31/12/2019		
Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço	**Plano BD I**	**Plano BD II**	**Plano CV**	**Plano BD I**	**Plano BD II**	**Plano CV**
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano						
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	109.330	15.654	2.232.419	110.103	16.850	2.225.074
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190
3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido						
Status do Plano de Benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
Valor justo dos ativos do plano	109.330	15.654	2.232.419	110.103	16.850	2.225.074
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190
Efeito do teto do ativo	(13.588)	(6.230)	(172.817)	(9.003)	(6.962)	(245.190)
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano						
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	-	-	-	-	-	(49.497)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	28.181	-	-	(12.957)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-	(28.181)	-	-	62.454
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	-	-	-	-	-
Apuração do efeito do teto do limite do ativo						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190

* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.
Para os Planos BD I, BD II e CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.
-Programa de assistência médica da Infraero - PAMI
A Infraero e o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos (SINA), por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado em 3/12/2019, com vigência entre o período de 1/5/2019 a 30/4/2021, instituíram novo modelo de custeio do PAMI, agora de caráter indenizatório, conforme Cláusula 48, parágrafo 9º, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.
Premissas atuariais e econômicas

Premissas	31/12/2020
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	3,75% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2019
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	7,28% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	3,40% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Tábua de rotatividade (Turnover)	2,34% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	3,00% a.a. real
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria

** A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.
- Análise de Permanência no Plano de Saúde
A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.
- Composição familiar:
Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da Infraero, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.
A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(1.004.655)	(1.582.752)
Custo do serviço corrente	(59.629)	(59.629)
Custo de juros	(75.502)	(146.772)
Ganhos/(perdas) de alterações/reduções	-	1.271.035
Ganhos/(perdas) atuariais	121.681	(643.097)
Benefícios pagos	185.506	156.560
Saldo no final do exercício	(832.599)	(1.004.655)

Nota 16 - Receitas antecipadas
A receita antecipada corresponde ao preço fixo inicial previsto nos contratos comerciais com lojistas referente à cessão de espaço onde há previsão, no edital, de restituição ao concessionário, caso haja interesse na rescisão unilateral por parte da Infraero sem que o concessionário tenha dado causa.
Diante ao exposto, o reconhecimento dessa obrigação, em dezembro de 2020, corresponde ao valor de R$ 229.961 a ser futuramente registrada no resultado de acordo com o princípio da competência, pelo prazo de vigência do contrato. Em dezembro de 2019 o montante era de R$ 236.144.
Nota 17 - Outras obrigações

Obrigações - Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Consignações a recolher	4.457	5.104
Pensões judiciais a pagar	1.186	1.038
PAMI a pagar - diversos	4.400	-
Total Circulante	**10.043**	**6.142**

Obrigações - Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Pagar - TCCA	14.091	13.635
Repasse Lei nº 9.430/96	4.551	3.393
Total Não Circulante	**18.642**	**17.028**

Total	**28.685**	**23.170**

Nota 18 - Recursos para futuro aumento de capital

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento para futuro aumento de capital	530.763	530.763
Atualização monetária	174.441	155.515
Total	**705.204**	**686.278**

Os valores registrados no Passivo não Circulante - PNC, são recursos recebidos da União aportados até 31 de dezembro de 2016, destinados a futuro aumento de capital da Infraero, cuja capitalização ainda não foi autorizada, totalizando o montante de R$ 705.204. Enquanto a Empresa aguarda autorização para integralização, sobre estes recursos incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização em conformidade com o art. 2º do decreto n.º 2.673 de 16/7/1998.

Nota 19 - Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	3.399.439	2.855.940
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.349.643	1.883.143
Prejuízos acumulados	(3.980.879)	(882.532)
Ajuste de avaliação patrimonial	(958.285)	(1.950.742)
Total	**(190.082)**	**1.905.809**

-Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da Infraero é constituído integralmente pela União, nos termos do Art. 4º da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972.

Na Assembleia Geral Extraordinária foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, no período de 13.7.2018 a 30.8.2019, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no valor de R$ 543.499, passando o Capital Social da Infraero de R$ 2.855.940 para R$ 3.399.439, subscrito e integralizado, representado por 12.825.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

-Recursos para aumento de capital

	31/12/2020
Aportes 2020	10.000
Aportes 2019	1.337.170
Aportes 2018	-
Aportes 2017	2.473
Total	**1.349.643**

De acordo com o Decreto n.º 8.945/2016, os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento de capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic. O montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência. Assim, os recursos recebidos pela Infraero a partir desta data, foram classificados como instrumentos patrimoniais, uma vez que, os repasses serão capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 8/7/2020 foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União em 2018 e 2019, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescidos de correção monetária pela SELIC.

-Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R$ 958.285 corresponde aos valores que transitaram pelo resultado abrangente da Empresa referente aos ganhos e perdas atuariais do benefício pós emprego.

Nota 20 - Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	2020	2019
Receita Bruta	**1.650.647**	**2.930.171**
Comerciais	650.427	897.507
Embarque	426.151	1.157.892
Armazenagem e Capatazia	127.295	106.452
Pouso e Permanência	193.206	358.850
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	189.041	287.716
Exploração de Serviços	39.274	52.684
Conexão	19.979	63.169
Cursos e Treinamentos	5.274	5.901
Deduções	**(66.224)**	**(167.287)**
PIS	(11.813)	(29.840)
COFINS	(54.411)	(137.447)
Receita Líquida	**1.584.423**	**2.762.884**

Nota 21 - Despesas por natureza

	2020	2019
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	429.616	525.581
Encargos diretos com pessoal	234.072	300.555
Encargos indiretos com pessoal	166.791	202.133
Serviços contratados e locações	400.399	516.970
Utilidades - serviços públicos	118.886	190.540
Depreciação e amortização	49.562	59.647
Outros custos / gastos	57.112	98.654
Total	**1.456.438**	**1.894.080**
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	240.057	280.124
Encargos diretos com pessoal	345.143	431.495
Encargos indiretos com pessoal	97.981	107.831
Serviços Contratados e Locações	78.928	74.176
Utilidades - Serviços Públicos	13.401	12.432
Despesas Gerais	42.142	32.528
PECLD	252.208	159.384
Provisão para contingências	232.753	193.021
Benefício pós emprego	(78.557)	(1.208.238)
Outras provisões	(95.868)	49.511
Depreciações e Amortizações	10.648	16.664
Total	**1.138.836**	**148.928**

Nota 22 - Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas financeiras		
Atualização monetária (i)	(20.601)	(40.464)
IOF	(28)	(20)
Juros	(756)	-
Multas	-	(5)
Variação cambial	(696)	(7)
Perdas	(90)	(179)
Total	**(22.171)**	**(40.675)**
Receitas financeiras		
Juros	42.722	56.393
Multas	-	1.213
Atualização monetária	13.739	9.289
Rendimentos de aplicações	92.536	80.194
Ganhos	329	158
Total	**149.326**	**147.247**
Resultado financeiro líquido	**127.155**	**106.572**

- Do total registrado na rubrica atualização monetária, R$ 18.926 refere-se à atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União até 31/12/2016, registrados como AFAC.

Nota 23 - Ativo e passivo compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações contábeis.

O ativo e passivo compensado da Empresa são representados pelos bens da União, garantias caucionárias de terceiros e almoxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União:

	31/12/2020					31/12/2019
	Taxa de Depreciação	Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	13.304	(107.154)	(8)	293.552	387.410
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	177.291	(2.320.330)	553.368	9.043.948	10.633.619
Custo		190.595	(2.427.484)	553.360	9.337.500	11.021.029
Depreciações/Amort. Acumuladas		(17.951)	707.692	(553.531)	(2.855.449)	(2.991.659)
TOTAL		172.644	(1.719.792)	(171)	6.482.051	8.029.370

Nota 24 - Recursos aplicados em bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR n.º 2.100/1980, confirmado pela Decisão n.º 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19/12/1986). Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício. Foram aplicados R$ 378.034 em investimentos no exercício.

Nota 25 - Informações por atividades

O desempenho financeiro por atividade foi definido com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: Comerciais, Embarque, Armazenagem e Capatazia, Pouso e Permanência, Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea, Exploração de Serviços, Conexão e Cursos e Treinamentos.

2020

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	621.144	408.280	123.607	185.104	183.346	38.748	19.141	5.052	1.584.422
Custo dos Serviços Prestados	(30.207)	(368.271)	(55.212)	(439.773)	(506.419)	(54.152)	(2.327)	(76)	(1.456.437)
Lucro Operacional do Exercício	**590.937**	**40.009**	**68.395**	**(254.669)**	**(323.073)**	**(15.404)**	**16.814**	**4.976**	**127.985**
Despesas	(29.911)	(204.790)	(23.362)	(259.265)	(156.768)	(32.937)	(2.504)	(83)	(709.620)
Outras Receitas / (Despesas)	(52.255)	(357.774)	(40.813)	(452.943)	(273.878)	(57.542)	(4.375)	(141)	(1.239.721)
Prejuízo Operacional do Exercício	**508.771**	**(522.555)**	**4.220**	**(966.877)**	**(753.719)**	**(105.883)**	**9.935**	**4.752**	**(1.821.356)**

2019

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	853.691	1.091.550	91.208	338.290	271.231	51.800	59.550	5.564	2.762.884
Custo dos Serviços Prestados	(30.016)	(620.193)	(63.116)	(534.423)	(550.339)	(88.759)	(7.089)	(145)	(1.894.080)
Lucro Operacional do Exercício	**823.675**	**471.357**	**28.092**	**(196.133)**	**(279.108)**	**(36.959)**	**52.461**	**5.419**	**868.804**
Despesas	17.274	207.296	16.107	186.045	112.617	33.094	4.566	54	577.053
Outras Receitas / (Despesas)	(34.636)	(415.652)	(32.296)	(373.040)	(225.810)	(66.358)	(9.156)	(109)	(1.157.057)
Lucro Operacional do Exercício	**806.313**	**263.001**	**11.903**	**(383.128)**	**(392.301)**	**(70.223)**	**47.871**	**5.364**	**288.800**

Nota 26 - Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Convênios (a)	56.504	78.958
Fundo nacional de aviação civil (b)	904	988
Prefeituras e administradoras (c)	7.322	4.805
Comando da aeronáutica (d)	5.555	4.992
Concessionária - SBGL (e)	-	10.626
Total	**70.285**	**100.369**

-Recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

-Recursos relativos ao recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional -TEI, nos termos da Medida Provisória n.º 551, de 22/11/2011, convertida na Lei n.º 12.648, de 17/5/2012.

-Valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.

-Recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

-Recursos referentes à Concessionária Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão que estavam sendo negociados com a Infraero.

Nota 27 - Parte relacionadas

Controladora

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero é uma empresa pública, constituída nos termos da Lei n.º 5.862/1972, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

Coligadas

Os saldos das operações da Infraero com as Sociedades de Propósito Específico - SPE (coligadas) no período são os seguintes:

Transação	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Receita	**5.307**	**254**	**10.471**	**5.316**	**1.635**
Serviços de tecnologia	4.797	254	5.190	4.986	1.201
Tarifa de navegação aérea	510	-	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	5.281	-	-
Alienação de bens	-	-	-	330	-
Aluguel de equipamentos	-	-	-	-	434
Custo	**(1.066)**	**(287)**	**-**	**(27.570)**	**(42.500)**
Treinamento	(4)	-	-	-	-
Utilização de área	(1.062)	(287)	-	-	-
Reembolso de obras de responsabilidade do Poder Público	-	-	-	(27.570)	(42.500)
Total	**4.241**	**(33)**	**10.471**	**(22.254)**	**(40.865)**

	Ativo
Concessionária	
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	**-**
Valores a receber	6.294
PECLD	(6.294)
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	**5.831**
Valores a receber	5.831
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	**1.575**
Valores a receber	1.575
Total	**7.406**

Ressaltamos que, além dos valores a receber demonstrados, a Infraero e as SPE: Viracopos S.A, Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A e Aeroporto Internacional Rio de janeiro S.A discutem valores a serem repassados oriundos da transição da operação. Destacamos que, em função da situação de recuperação judicial de Viracopos S.A, o saldo foi incluído no Plano de Recuperação Judicial e deverá ser quitado nos termos previstos no referido PRJ.

Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social (nota explicativa 15).

Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Infraero estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R$:

Diretoria	2020	2019
Maior Remuneração:	38.174	38.174
Remuneração Média:	36.810	36.810
Menor Remuneração:	36.356	36.356

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R$ 3.938,57.

Em janeiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Infraero com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário - Coaud, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do Coaud foi fixada em R$ 5.000,00.

Nota 28 - Remuneração aos empregados

O plano de cargos e salários e benefícios da Infraero, de acordo com a legislação e o acordo coletivo de trabalho, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Empresa a seus empregados. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas aos meses de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes, em R$:

Empregados	2020	2019
Maior Remuneração:	43.696	42.529
Remuneração Média:	7.902	6.154
Menor Remuneração:	2.227	1.912

Nota 29 - Operações descontinuadas

-Concessão de Aeroportos

A União, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tornou público o EDITAL do Leilão, em 18/12/2020, que trata das condições da licitação para selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos, dentre os quais pertenciam a rede da Infraero: Bloco Norte - Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (SBEG), Aeroporto Internacional de Tabatinga (SBTT), Aeroporto de Tefé (SBTF); Aeroporto Internacional de Rio Branco - Plácido de Castro (SBRB), Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul (SBCZ), Aeroporto de Porto Velho - Gov. Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV) e Aeroporto de Boa Vista - Atlas Brasil Cantanhede (SBBV); Bloco Central - Aeroporto de Goiânia - Santa Genoveva (SBGO), Aeroporto de Palmas/Tocantins (SBPJ), Aeroporto Senador Petrônio Portella (SBTE), Aeroporto de Petrolina (SBPL), Aeroporto Internacional de São Luís - Marechal Cunha Machado (SBSL) e Aeroporto de Imperatriz - Prefeito Renato Moreira (SBIZ); e Bloco Sul - Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (SBCT), Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (SBFI), Aeroporto de Londrina - Gov. José Richa (SBLO), Aeroporto de Bacacheri (SBBI), Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder (SBNF), Aeroporto de Joinville (SBJV), Aeroporto de Pelotas (SBPK), Aeroporto Internacional de Uruguaiana - Rubem Berta (SBUG) e Aeroporto Internacional de Bagé (SBBG). A previsão é que o Leilão seja realizado no dia 7 de abril de 2021 na B3, Bolsa Balcão Brasil, em São Paulo - SP. O resultado líquido destes aeroportos é apresentado a seguir:

	2020	2019
Receita operacional líquida	590.142	809.972
Custos dos serviços prestados	(560.769)	(489.391)
Lucro operacional bruto	**29.373**	**320.581**
Despesas gerais e administrativas	54.473	(112.018)
Outras receitas e despesas	5.863	5.927
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**89.709**	**214.490**
Despesas financeiras	(1)	(5)
Receitas financeiras	-	-
Resultado financeiro líquido	**(1)**	**(5)**
Resultado operacional antes do OBU	**89.708**	**214.485**
Recursos aplicados em bens da união	(101.982)	(113.200)
Resultado líquido do período	**(12.274)**	**101.285**

-Cisão parcial da Infraero

Foi sancionada em 19 de novembro de 2019 a Lei n.º 13.903, relativa à Medida Provisória n.º 866, de 20 de dezembro de 2018, autorizando o Poder Executivo a criar a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero.

Conforme disposto no artigo 2º da referida Lei, a cisão parcial da Infraero ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia de Acionistas, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observado o procedimento previsto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 24/12/2020, foi editado o Decreto n.º 10.589, que cria a empresa NAV Brasil a partir da versão do patrimônio cindido da Infraero.

Na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades é apresentado o desempenho financeiro da atividade de navegação aérea (Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea) realizada pela Infraero nos exercícios de 2019 e 2020.

Nota 30 - Eventos Subsequentes

-Aumento do Capital Social

Proposta de Integralização de Capital Social em R$ 443.745.850,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) referentes a recursos provenientes dos aportes de capital autorizados pela União, com a respectiva alteração do seu Estatuto Social. Se aprovada a proposta, o capital social da Infraero, que é de R$ 3.399.439.424,24 (três bilhões, trezentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) passará a ser de R$ 3.843.185.274,24 (três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

-Força tarefa Infraprev

Em março de 2018, o Infraprev instituiu o projeto denominado "força tarefa" objetivando elucidar pontos de atenção em investimentos mal sucedidos adotados pelo Instituto em gestões passadas. O projeto visa também gerar informações para possíveis ações de reparação, garantir a interlocução, cooperação e compartilhamento de informações com os órgãos de controle, além de robustecer a governança corporativa do Instituto.

Os trabalhos ainda não foram concluídos e não há elementos suficientes para reconhecer eventuais provisões.

A Empresa vem aprimorando o modelo de supervisão sobre o Infraprev por meio de melhorias dos controles internos, de acompanhamento gerencial dos resultados e de assessoria aos membros indicados pela patrocinadora aos Conselhos Deliberativos e Fiscal.

Brasília (DF), 23 de março de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR

Presidente

ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA

Diretor de Operações e Serviços Técnicos

THIAGO PEREIRA PEDROSO

Diretor de Finanças e Novos Negócios

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

Diretor de Soluções Jurídicas e Administrativas

CONTADOR

JOELSON DA MOTA

Gerente de Contabilidade e Desempenho Financeiro

CRC - MT-004774/O-3 T-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronei Saggioro Glanzmann

Presidente

Luiz Gylvan Meira Filho

Aramis Sá de Andrade

Bruno Westin Prado Soares Leal

Luis Roberto do Carmo Lourenço

Rodrigo Otavio Moreira da Cruz

Rodrigo Silva Gonçalves

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em reunião realizada nesta data, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, Lei n.º 6.404/76, de 15.12.1976 e Decisão Normativa TCU nº 187/2020, de 09.09.2020, considerando o Relatório Anual - Exercício 2020, composto pelo Relatório Integrado, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Independente, sem ressalvas e com ênfase constante do Parecer da Moore VR Auditores e Consultores S.S., cientes da manifestação do Comitê de Auditoria da Infraero, de 23.03.2021 referente as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2020, considerando os documentos constantes da aprovação pela Diretoria Executiva em reunião de 22.03.2021, entendeu que os referidos documentos retratam a situação patrimonial, contábil e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 23 de março de 2021.

Nerylson Lima da Silva

Presidente

Eduardo Henn Bernardi

Membro

Rogério Jesus Alves de Oliveira

Membro

EXTRATO DO RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2020 DAS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Infraero.

CONCLUSÃO

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuaria - INFRAERO, de 31 de dezembro de 2020.

Brasília, 23 de março de 2021.

Aramis Sá de Andrade

Coordenador

Miguel da Silva Neubrn Júnior

Membro

Pedro Carlos de Mello

Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionista, administradores e conselheiros

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Brasília - DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO ("Empresa' ou 'Infraero") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Infraero, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE QUANTO À CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1, às demonstrações contábeis, para o fato de que a Infraero vem apresentando prejuízos contínuos, o que levaram ao consumo de todo o patrimônio líquido evidenciando um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2020. Ademais, o acionista controlador tem a intenção de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada. Dessa forma, a continuidade operacional da Infraero dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de recursos financeiros por parte do seu controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado em 28 de março de 2020, sem ressalvas.

Demonstração do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Infraero, e apresentada de forma voluntária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Infraero. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Infraero continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Infraero e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Infraero e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Infraero.

-Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Infraero.

-Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Infraero. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Infraero a não mais se manter em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas eventualmente identificadas nos controles internos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 23 de março de 2021
MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 02962/F
Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
CRC DF 18838/O-0
Rodrigo Costa Silva
CRC 1 GO 016905/O-4

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.926, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11338 - DPF/UDI/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FUERZA SEGURANÇA PRIVADA - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 33.924.772/0001-79, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
130 (cento e trinta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.927, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18752 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FLAMA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.990.553/0001-90, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ESC FONSECCAS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.408.389/0001-22:
51 (cinquenta e um) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente GOLDEN STAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.099.950/0001-00:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente ESC FONSECCAS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.408.389/0001-22:
642 (seiscentas e quarenta e duas) Munições calibre 38
Da empresa cedente GOLDEN STAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.099.950/0001-00:
270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.928, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18794 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0003-61, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0001-31:
10 (dez) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:
20 (vinte) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 38
210 (duzentas e dez) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.929, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19321 - DPF/VRA/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE AGENTES PATRIMONIAIS LTDA, CNPJ nº 86.704.418/0001-03, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 12
45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
12312 (doze mil e trezentos e doze) Gramas de pólvora
45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis calibre 38
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.932, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7160 - DPF/ATM/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TROPA SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 04.211.676/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 659/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.933, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7276 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ATTACK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 38.476.071/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 492/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.934, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7279 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E F P SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 15.414.463/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 435/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.935, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7308 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUERREIRO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 30.994.795/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 456/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.936, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7310 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATHENAS FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 05.880.921/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 409/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.937, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7773 - DELESP/DREX/SR/PF/RR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0021-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Roraima, com Certificado de Segurança nº 689/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.938, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12004 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.886.266/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 560/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.939, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13015 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa M H O C DA ROCHA SEGURANÇA, CNPJ nº 11.767.961/0001-42, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Da empresa cedente MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.236.934/0001-03:

40 (quarenta) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.236.934/0001-03:

40 (quarenta) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

680 (seiscentas e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.940, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/14371 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAVEL MAQUINAS E VEICULOS LTDA, CNPJ nº 11.342.912/0001-68 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 690/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.941, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16937 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELLA BRASILIA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 70.594.254/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 679/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.946, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94517 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES MAGNACAD LTDA, CNPJ nº 37.749.859/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 673/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.947, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/4714 - DPF/GVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PHILADELPHIA ESCOLA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 29.227.237/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 698/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.948, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/6490 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.206.811/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 484/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.949, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11535 - DPF/URA/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTE CONCEITO LTDA , CNPJ nº 08.606.416/0001-60, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

6 (seis) Pistolas calibre .380

6 (seis) Revólveres calibre 38

1080 (uma mil e oitenta) Munições calibre .380

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.950, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16295 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0007-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2700 (duas mil e setecentas) Munições calibre 38

3400 (três mil e quatrocentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.951, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17605 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1600 (uma mil e seiscentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.952, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18494 - DPF/GOY/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AFORVIG- ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.920.885/0001-72, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
49332 (quarenta e nove mil e trezentas e trinta e duas) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
12416 (doze mil e quatrocentos e dezesseis) Gramas de pólvora
49382 (quarenta e nove mil e trezentos e oitenta e dois) Projéteis calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre .380
3000 (três mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.953, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18579 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RIOFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.324.127/0001-69, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9 (nove) Revólveres calibre 38
246 (duzentas e quarenta e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.954, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19248 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGESP CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 37.918.762/0001-81, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.086, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.000523/2019-59, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, THIERRY NAINA DECIM, de nacionalidade francesa, filho de Bernard Decima e de Ramanitra Hortense, nascido na República Francesa, em 20 de fevereiro de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 18 (dezoito) dias., a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.087, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.018454/2019-67, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEJANDRO CASTIBLANCO FORENO, de nacionalidade colombiana, filho de Flor Rocio Castiblanco Mama, nascido na República da Colômbia, em 9 de outubro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.088, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.000866/2018-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN RODOLFO ROJAS GENEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Claudelino Rojas e de Eldilburgar Genez, nascido na República do Paraguai, em 9 de outubro de 1985, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 8 (oito) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.089, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.002600/2018-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, WILSON ANTOINE CRUZ GUZMAN ou JHONATAN SNEIDER ACOSTA AMAYA, de nacionalidade colombiana, filho de Jonh Wilson Cruz e de Clara Ines Guzman, nascido em Bogotá, na República da Colômbia, em 15 de junho de 1996, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.090, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.005936/2010-19, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALITO JOSÉ MATHE, de nacionalidade moçambicana, filho de José Mathe e de Maria Tam Fred, nascido em Maputo, na República de Moçambique, em 30 de dezembro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.091, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.009615/2008-80, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIO KRONENBERG, de nacionalidade austríaca, filho de Slav Kronenberg e de Nadia Kronenberg, nascido na República da Áustria, em 11 de abril de 1960, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.092, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALI YAAKOUBI, RNM G459400-C, de nacionalidade tunisiana, nascido em 10 de novembro de 1990, filho de Zina Bent Mohamed Ben Amor Yaakoubi, com fundamento no art. 135, inciso I, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo n° 08001.003479/2020-90.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.093, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

MIRANDA SAILET MORILLO DUARTE - G376859-A, natural da Venezuela, nascida em 17 de setembro de 2014, filha de Franklin Elias Morillo e de Ana Valle Duarte Castillo, residente no Estado do Pará (Processo n° 08360.007575/2019-94).

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.094, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AMIR AL JBAWI - G068683-1, natural da Síria, nascido em 18 de agosto de 1987, filho de Mohamad Al Jbawi e de Rahmeh Al Jbawi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008738/2020-06);

ATUL CHOPRA que ao amparo no artigo 71, § 1º, da Lei 13.445 de 2017, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ARTHUR CHOPRA- G364686-V, natural da India, nascido em 22 de 11 de 1.978, filho de Ramesh Chopra e Neelam Chopra, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.007612/2019-64)

AYHAM BAHBOUH - G181425-2, natural da Síria, nascido em 15 de setembro de 2002, filho de Munif Bahbouh e de Amira Kalkoush, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08495.000241/2020-06);

CATARINA DIAMENA MONTEIRO DAVID - G308844-I, natural da Angola, nascida em 06 de julho de 1990, filha de Dienga Nsanga Luis e de Fukudina Elizatte Flora, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.007662/2020-93);

EDNER D ASSUNÇÃO FERNANDES DE CASTRO - N1550616, natural da Angola, nascido em 16 de junho de 1971, filho de Ilda D'Assunção de Castro e Martinho Silveiro da Conceição de Castro, residente no estado do Maranhão (Processo n° 08310.003793/2020-89)

ELIAKINS LOPEZ MARIN - G013232-F, natural da Venezuela, nascido em 06 de abril de 1986, filho de Antonio Elias Lopez e de Joaquina de Jesus Marin de Lopez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08701.002686/2019-04);

FARHAN ALSAED - G347590-4, natural da Síria, nascido em 01 de junho de 1965, filho de Turki Alsaed e de Salwa Alsamara, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08385.010610/2020-16);

FARMAN ALI SHAH - V928844-T, natural do Paquistão, nascido em 15 de outubro de 1982, filho de Noor Bahadar e de Jamsheeda, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.001298/2020-30);

FATIMA HOUSSEIN ALHEREZ - G453649-4, natural do Líbano, nascida em 10 de junho de 1993, filha de Noussein Alherez e de Mariam Herez, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002498/2020-28);

HASSAN HERZ - V656158M, natural do Líbano, nascido em 16 de maio de 1985, filho de RAJAA SLEIMAN e AHAMAD HERZ, residente no estado de São Paulo (Processo n° 08505.002508/2020-25)

HAYTHAM AHMED SHOKRY AHMED ELMAGHRABY - F085513-0, natural do Egito, nascido em 07 de setembro de 1986, filho de Suhair Mohammed Mohammed Elmaghraby e de Ahmed Shokry Ahmed Elmaghraby, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.006698/2020-50);

HERNAN MONTES BARREIRO BACIGALUPI - G409043-3, natural do Uruguai, nascido em 16 de dezembro de 1972, filho de Juan Jesus Barreiro e de Daicy Renee Bacigalupi, residente no Estado do Espírito Santo (Processo n° 08286.000387/2020-17);

JAMELLI ALISON DEBORA ORELLANA ZEGARRA DE OLIVEIRA - V947424-7, natural da Venezuela, nascida em 18 de maio de 1988, filha de Maria Elena Zegarra Diaz e Alfredo Carlos Orellana Jimenez, residente no estado de Pernambuco (Processo n° (08400.002476/2020-36);

LARA SHAKER - G321753-7, natural da Palestina, nascida em 31 de outubro de 1990, filha de Mohamad Shaker e de Khozama Rostom, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008914/2020-00);

NOUR HAMADI - G354751-F, natural do Líbano, nascida em 27 de janeiro de 1998, filha de Ali Hamadi e de Fátima Hamadi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008844/2020-81);

RAMI RKEIN - V603714-Q, natural do Líbano, nascido em 03 de janeiro de 1984, filho de Samia El Adwi r Houssein Rikein, residente no estado de Pernambuco (Processo n° 08400.010319/2019-61);

SAMER ALDIB - V9358514 - natural da Síria, nascido em 25 de janeiro de 1985, filho de Amina Aleosef e Adel Aldib, residente no estado de São Paulo (Processo n° 08505.000810/2020-49) e

WISSAM MANSOUR - V600145-H, natural do Líbano, nascido em 16 de setembro de 1987, filho de Ahmad Mansour e de Samar Kisrwen, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002544/2020-99).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

DIVISÃO DE RESIDÊNCIA

DESPACHOS

A Chefe da Divisão de Residência, do Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais, decide:

TORNAR PÚBLICA A INSTAURAÇÃO do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. VINCENZO ROCCAFIORITA, processo nº 08492.009352/2016-13, determinada pelo Coordenador de Processos Migratórios, substituto através do DESPACHO Nº 7/2021/DIRED_Perda_canc_auto_de_resid/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, sendo considerada como notificação para todos os atos do referido procedimento.

A Chefe da Divisão de Residência, do Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais, decide:

TORNAR PÚBLICA A INSTAURAÇÃO do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. VINCENZO ROCCAFIORITA, processo nº 08270.006850/2020-03, determinada pelo Coordenador de Processos Migratórios, substituto através do DESPACHO Nº 9/2021/DIRED_Perda_canc_auto_de_resid/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, sendo considerada como notificação para todos os atos do referido procedimento.

MARTHA PACHECO BRAZ

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 447, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Ato de Concentração nº 08700.001339/2021-81. Requerentes: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações e REC 2017 Empreendimentos e Participações IV S.A.. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Elen Caroline Correia Lizas, Juliana Maia Daniel Pinheiro e Diogo Maron Pinheiro Alves. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 202, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2, CONSIDERANDO o fim da vigência, em 31 de dezembro de 2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil; CONSIDERANDO a Portaria Nº 853, de 10 de agosto de 2020, que autoriza a concessão de descontos sobre o valor do ingresso de acesso ao Parque Nacional da Tijuca, e a Portaria Nº 1.162, de 30 de dezembro de 2020, que prorrogou até 31 de março de 2021 a concessão do desconto sobre o valor do ingresso de acesso ao Parque Nacional da Tijuca; CONSIDERANDO a oportunidade de estimular o turismo local e diminuir, a curto prazo, os impactos negativos no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, causados pela pandemia da COVID-19, no Parque Nacional da Tijuca, resolve:

Art. 1º Autorizar, excepcionalmente, a prorrogação da concessão de desconto de 80% (oitenta por cento), sobre o valor do ingresso do Parque Nacional da Tijuca para moradores do Estado do Rio de Janeiro, referente aos valores do ingresso a ser repassados ao Poder Concedente, nos atuais termos contratuais, visando incentivar a visitação e minimizar a frustração de receitas decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19). Art. 2º As Concessionárias ficam obrigadas, durante o período de vigência desta Portaria, a adotar procedimentos de controle do número de visitantes diário classificados como moradores do Estado do Rio de Janeiro e informar o quantitativo, em relatório mensal específico ao Poder Concedente. Art. 3º A concessão do desconto para moradores do Estado do Rio de Janeiro terá validade até 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogada no interesse do ICMBio. Art. 4º Os efeitos oriundos da presente política de desconto serão considerados para compensar o atingimento do equilíbrio da matriz econômico-financeira dos contratos de concessão celebrados no parque e não configura, por parte do Poder Concedente, em reconhecimento automático de desequilíbrio contratual, o qual será analisado em processo administrativo próprio e disciplinado por meio de termo aditivo. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 25 DE MARÇO DE 2021

Nº 835. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 04 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044403-0.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 04 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.883.243/0001-37.

Nº 836. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 05 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044405-7.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 05 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.911.700/0001-50.

Nº 837. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 06 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044406-5.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 06 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.866.724/0001-34.

Nº 838. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 14 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira XIV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.046935-1.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 14 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.847.536/0001-69.

Nº 839. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 07 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044407-3.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 07 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.848.111/0001-74.

Nº 840. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 13 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira XIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.046934-3.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 13 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.864.390/0001-60.

Nº 841. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 12 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.046933-5.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 12 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.847.547/0001-49.

Nº 842. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 11 Ltda. Decisão: (i) Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044410-3.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 11 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.866.719/0001-21.

Nº 843. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 10 Ltda. Decisão: (i) Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira X, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044409-0.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 10 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.850.398/0001-77.

Nº 844. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 09 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044404-9.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 09 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.848.108/0001-50.

Nº 845. Processo nº: 48500.000042/2021-79. Interessado: Castanheira Energia Solar 08 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Castanheira VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.044408-1.01, com 33.620 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia em favor da empresa Castanheira Energia Solar 08 Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 34.861.573/0001-21.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2021

Nº 862. Processos nºs: Relacionados no anexo i. Interessado: PACTO Geração e Transmissão S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no anexo i deste Despacho, localizadas nos municípios e estados apontados no ANEXO I. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2021

Nº 874. Processos nºs 48500.000523/2021-84 e 48500.000521/2021-95. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga das EOL Pedra Pintada XIX e XXI, localizadas no município de Ourolândia, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 789, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003866/2017-14, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Copel Distribuição S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ANTONI MARCOS CRUZ CIA LTDA ME	MAYARA ALVES DA SILVA E SILVA ME	JULIO CESAR AZEVEDO COMUNICAÇÃO
DR INTERNET LTDA	WAN FIBER TELECOM LTDA	LONDRINET TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ESMILENE GOIS FRANCA	GEOVANI FABRICIO WELTER TELECOMUNICAÇÕES	LYKE NET TELECOM LAPA LTDA ME
GCU SERVIÇOS DE PROVEDOR LTDA ME	GLINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA	M F B PEREIRA E CIA LTDA
HEBIO APARECID DALLA LASTRA ME	SOKOLOSKI E SOKOLOSKI INFORMÁTICA LTDA ME	AJATONET SISTEMA MULTIMIDIA LTDA ME
LYKE NET TELECOM ARAUCARIA LTDA ME	MMER PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME	ASSAINET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
P. GEFFER DA SILVA ME	MOTTANET SCM SERVIÇOS DE INTERNET TECNOLOGI	B3 TELECMUNICAÇÕES LTDA
SANS TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	P C CHABOWSKI SERVIÇOS BANDA LARGA	BOA VISTA NET LTDA
TRIFIBRAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ROGER FRAGOSO BRITO ROCHA	CONECTAW TELECOM LTDA - ME
V MACOSKI E CIA LTDA	TELENET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	DI GENARO TELECOM EIRELI
CBR INFORMÁTICA LTDA ME	WELLINGTON O PASQUAL ME	DOMLNION UAULL NET TECNOLOGIA DE CONEXÕES
DIEGO JOSÉ MAUSSON ME	WIREMAX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMAICA LTDA ME	A. S. DE ANDRADE FERRONATTO ME
E M FERNANDES EIRELI ME	FABIO RODRIGO FERREIRA ME	ASM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME
FIBER ONE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	FOZ LIVE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ELORIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
GONZAGA E OLIVEIRA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	FUSION NET COMUNICAÇÕES EIRELI ME	JAGUARNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA
JAIRO RODRIGUES JOINHAS-ME	G 5 NET INTERNET DIGITAL LTDA	L& R DIGITAL INTERNET LTDA ME
KURTEN & MORAIS LTDA	HIGOR DOS SANTOS HIPOLITO ESTAÇÃO TELECOM	

DESPACHO Nº 790, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003867/2017-69, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Goiás e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela a Enel Distribuição Goiás, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

WILLY LOPES QUEIROZ	MEGA WORLD INFORMÁTICA LTDA	BRASIL INFORMATICA LTDA
ADM VIVA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA	NETSUL INFORMÁTICA EIRELI	DEVAILTON GABRIEL MATIAS BR TELECOM
ALPA NETWORKS LTDA	OPTIMUS NETWORK - EIRELI	FALCONNET PROVEDORES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃOE MULTIMÍDIA EIRELE
BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA FLORISBELO	PHOENIX FIBRA DO BRASIL S.A	KESLEY MATIAS DA SILVA ME
CAMPNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SMC INFORMÁTICA TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - ME	LINE TELECOM LTDA
CONECTA SOLUÇÕES EM TELECOM LTDA	SOUSA & MORAIS COMPUTAÇÃO E REDE DE DADOS EIRELI	LUCIANA F LUIZ
CYBER LNK TECNOLOGIA LTDA	TGX CONECTIVIDADE E ENTRETENIMENTO LTDA	MOURA & SILVA TELECOM LTDA
FREITAS SILVA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	TURBOMAIS NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NIQTURBO TELECOM EIRELI
HERBRT RODRIGUES SOARES - ME	WJL TECNOLOGIA & TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SIM GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES LTDA
IGNETWORK SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	WOOMER REIS DE LACERDA	SKYNETLINK COMERCE & SERVICE EIRELI
INFINITY GO TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	ADRIANO ROSA DOS SANTOS	TBN TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
J & K INFORMÁTICA LTDA	AIRLIFE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	VELOX MULTIMÍDIA LTDA
LINCKNETBR TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA EIRELI	AMP NET LTDA	XIS 1 INTERNET FIBRA EIRELI
LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ATIVA TEECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	

DESPACHO Nº 791, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005613/2017-85, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COELBA, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

NEW CORE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME	REDE FIBRA LLETECOM LTDA

DESPACHO Nº 792, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003890/2017-53, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição São Paulo e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Enel Distribuição São Paulo, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

JONATAN DE SOUZA SANTOS	RICARDO B. JUAN	MAYARA MARQUES FIGUEIREDO MANUTENÇÃO EIRELI
NETELL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	HELLO BRAZIL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	MAGIC WINDOWS LTDA
UFINET BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	DIGINET BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SPIN TELECOMUNICAÇÕES LTDA
EMERSON PALMEIRA FIQUEIREDO	FUSION INTERNET WI-FI LTDA	V. C. DE CARVALHO TELECOMUNICAÇÕES
ISP SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI	WHD COMUNICAÇÃO EM FIBRA ÓPTICA LTDA	VIACLIP INTERNET E TELELCOMUNICAÇÕES LTDA
F.N. DE JESUS SILVA	SINAL DO CÉU TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	HSP TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
M.A. DE CARVALHO TELECOMUNICAÇÕES -ME	SAMUEL DE FIGUEIREDO SILVA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - ME	SINBRAS INTERNET & TELECOM LTDA
REDE FAST DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	PANDA NETWORK SOLUÇÕES EM TELECOM EIRELI	TRIPLONET TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA
SS FIBER TELECOM EIRELI	NIVALDO MANOEL DA SILVA	REDE TELENEW EIRELI
DANIELA CASSIA DE OLIVEIRA SOMÕES -ME	MF BANDA LARGA	FIBER FAMILY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
WICONECTA BANDA LARGA LTDA	JMS TELECOM LTDA - ME	MARCOS DIEGO COAN
ROGÉRIO CREMM JUNIOR	HP TELECM LTDA	E L GARCIA LTDA
PLUS TELECOM DO BRASIL LTDA	G.A DE MATOS	WORD WIFI TELECOMUNICAÇÕES LTDA
TURBINADO TELECOM LTDA	CLAUDIO SALES DE SOUZA	NOVAINFO TELECOM LTDA
ARIAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	THIAGO APARECIDO SCARAMUZZA SANTANA	CONNECTVY TELECOMUNICAÇÕES LTDA

DESPACHO Nº 810, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001240/2021-50, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Coprel Cooperativa de Energia e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COPREL, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ADYI NET ACESSO A INTERNET LTDA	BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CB NET INTERNET LTDA-ME
COMMNET INFORMÁTICA LTDA	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DGNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA-EPP
XMAX TELECOM LTDA-ME	MHNET TELECOMUNICAÇÕLES EIRELI	CLARO S.A
VIVO S.A		

DESPACHO Nº 811, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003891/2017-06, resolve: (i) homologar, nos termos

do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP e a Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CTEEP, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 29 DE MARÇO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 30 de março de 2021.

Nº 878. Processo nº: 48500.002533/2018-59. Interessados: Salgueiro III Energias Renováveis S.A. Usina: UFV Solar Salgueiro III. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.333 kW cada, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Terra Nova, estado de Pernambuco.

Nº 879. Processo nº: 48500.000303/2004-61. Interessados: Sonora Estância S.A. Usina: UTE Sonora. Unidades Geradoras: UG2, de 25.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sonora, estado de Mato Grosso do Sul.
As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

DESPACHO Nº 881, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003440/2020-66, decide liberar as unidades geradoras UG1 a UG24, de 3.465 kW cada, totalizando 83.160 kW de capacidade instalada, da EOL São Fernando 4, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.037077-0.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa Ventos de São Fernando IV Energia S.A., para início da operação comercial a partir de 30 de março de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 762, DE 19 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 149, de 28 de fevereiro de 2005; e o que consta do Processo nº 48500.001202/2021-05, decide: anuir previamente ao pedido da Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A. para alteração em seu Estatuto Social visando a redução de seu capital social, conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 786, DE 23 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659 de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012 e o que consta do Processo nº 48500.006462/2020-88, decide: anuir previamente à operação de transferência de controle societário direto da Transmissora Campina Grande Igaraçu S.A. (nova denominação da Rialma Transmissora de Energia II S.A.), que passará a ser controlada pela Apollo 17 Participações S.A. O prazo para implementação da operação é de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação deste Despacho e a empresa, cujo controle foi alterado, deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua efetivação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 804, DE 23 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 149, de 28 de fevereiro de 2005 e o que consta do Processo nº 48500.001660/2020-55, decide: anuir previamente ao pleito da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. para alterações em seu Estatuto Social.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 875, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, no Leilão nº 2/2016 - 2º Etapa e o que consta no Processo nº 48500.003493/2019-43, resolve não homologar o Contrato de Comercialização de Energia no Sistema Isolado - CCESI (CCESI n° 05/2017) celebrado entre a compradora Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a vendedora Powertech Engenharia Serviço e Locações de Geradores de Energia.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 74/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.612/2017-PEDRO MARIO GOMES DA GRAÇA ME-OF. N°7064/2021/DIREM-MG/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.598/2011-MINERAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA ME-Areia (construção civil)-Uberaba e Veríssimo/MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.890/2012-MIRANDA E ASSUNÇÃO LTDA ME- Área de 580,15 ha para 49,34 ha-Areia (construção civil)-Comendador Gomes e Prata/MG
830.155/2012-CLEITO CARLOS DE CASTRO- Área de 1.831,0 ha para 49,67 ha-Areia (construção civil)-Comendador Gomes e Itapagipe/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
834.224/2010-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°7929/2021/DIREM-MG/ANM
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
832.530/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA
831.150/2008-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.
832.534/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(2284)
832.689/2016-CENTRO MINAS EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°646/2021/GER-MG/DIREM-MG - Processo Referência nº: 48054.930508/2021-78
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
832.528/2010-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-NOVA MÓDICA/MG, SÃO FÉLIX DE MINAS/MG - Guia n° 121/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental).
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.053/2003-VILA PEDRAS MINERACAO LTDA-OF. N°7611/2021/UAGV - MG/GER - MG
Despacho publicado(356)
830.280/1985-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-Ofício nº 8168/2021/UAPM-MG/ANM - Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Decreto 9406/2018, Art. 31, § 4º.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.134/1991-STAR DIAMANTES LTDA-SÃO GONÇALO DO ABAETÉ/MG - Guia n° 138/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-132 ct/ano-DIAMANTE INDUSTRIAL e DIAMANTE-Vigência da Guia:36 meses

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 22/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
870.872/2016-MILANI MERCÊS DE ARAÚJO SOARES
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
871.083/2019-MILANI MERCÊS DE ARAÚJO SOARES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
870.958/2020-NILSON NATAL SILVA-OF. N°5693/2021/DIFAM-BA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
871.081/2020-CERÂMICA NOVO OESTE LTDA ME-OF. N°5279/2021/DIFAM-BA/ANM
871.082/2020-A4 INDÚSTRIA DE PRODUTOS CERAMICOS LTDA ME-OF. N°5330/2021/DIFAM-BA/ANM
871.044/2020-CERÂMICA RIACHÃO DAS NEVES LTDA.-OF. N°6296/2021/DIFAM-BA/ANM
870.973/2020-COOPERATIVA DE QUARTZO DA BAHIA LTDA CQB-OF. N°6522/2021/DIFAM-BA/ANM
870.959/2020-CERAMICA CRUZ LTDA-OF. N°6728/2021/DIFAM-BA/ANM
870.524/2020-CRS -CERÂMICA RACANELLI & SIMONASSI LTDA-OF. N°6846/2021/DIFAM-BA/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
871.052/2020-CERÂMICA CAMPINENSE LTDA-Registro de Licença N° 10/2021 - Vencimento em Indeterminada
871.030/2020-FERNANDO BARROS MARTINS-Registro de Licença N° 11/2021 - Vencimento em 11/09/2026

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente Regional

DESPACHO
Relação Nº 27/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
871.183/2019-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA. -Alvará N°1255/2019
870.868/2019-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA. -Alvará N°7170/2019
871.086/2020-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME -Alvará N°4473/2020
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.487/2015-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-BARRA DA ESTIVA/BA, ITUAÇU/BA - Guia n° 16/2021-16000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
874.669/2011-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°7657/2021
871.043/2013-BRS HILL STONES MINERACAO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°7864/2021
872.015/2011-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°8066/2021
870.621/2010-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°8087/2021
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
871.528/2012-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.306/2018-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.
870.299/2018-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
872.600/2016-JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°1.597/2017
872.455/2016-JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°1.577/2017
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
871.412/2015-M.S.A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-JEQUIÉ/BA - Guia n° 14/2021-50.000ton/ano-Areia- Vigência da Guia:3 anos
Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)
871.649/2013-LINDINARK MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DE IPUPIARA LTDA ME
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
871.701/2014-AGROLAGE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
875.018/2008-AQUARIUS MINERADORA LTDA.-PAU BRASIL/BA - Guia n° 15/2021-16000ton/ano-Granito- Vigência da Guia:3 anos
873.879/2007-MINERAÇÃO SANTA BRASIL LTDA.-PARATINGA/BA - Guia n° 17/2021-6.000ton/ano-Minério de Manganês- Vigência da Guia:3 anos
Fase de Requerimento de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
871.349/2019-FABRICIO MOREIRA SANTOS ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
871.522/2020-PLANALFERTIL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CEREAIS EIRELI

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente Regional

DESPACHO
Relação Nº 28/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
870.436/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.- Publicado DOU de 10/12/2020
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Torna sem efeito exigência(2265)
871.649/2013-LINDINARK MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DE IPUPIARA LTDA ME-OF. N°7169/2021-DOU de 23/03/2021

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente Regional

DESPACHO
Relação Nº 29/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Santa Rita-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-871.369/1989-OF. N°8520/2021/SESBM-BA/ANM
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
Santa Rita-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-871.369/1989-AI. N°759/2021/GER-BA/SESBM-BA

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 5/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
860.198/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA- DOU de 22/12/2020
Torna sem efeito despacho publicado(192)
860.996/2016-MARIA COSTA DOS REIS ME- DOU de 22/01/2021

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 20/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2177)
960.146/2003-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-Minério de níquel-Registro de Grupamento Mineiro nº 191, Outorgado publicado no D.O.U. de 15/08/2003
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.393/1993-AGUA NINA INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.-OF. N°5313/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.412/2020-JOAO GERALDO DA SILVA-OF. N°5124/2021
861.806/2012-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°5704/2021
861.917/2012-MINERACAO NOVA ESPERANCA LTDA-OF. N°5573/2021
860.860/2011-MINERACAO 2M LTDA-OF. N°5571/2021
861.698/2012-PEDREIRA CATHALÃO LTDA-OF. N°5569/2021
860.730/2009-PEDREIRA CAMPO LIMPO LTDA-OF. N°5566/2021
860.686/1997-PEDREIRA RIO VERDE LTDA-OF. N°5570/2021
861.647/2011-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°5900/2021
860.601/2009-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°5827/2021
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.050/2011-WILTON BATISTA DA SILVA- Registro de Licença N° 114/2011 - Vencimento em 22/02/2022
860.219/2011-AP AREIAL LTDA- Registro de Licença N° 105/2013 - Vencimento em 19/02/2022
861.917/2012-MINERACAO NOVA ESPERANCA LTDA- Registro de Licença N° 38/2013 - Vencimento em 11/06/2025
860.671/2013-NELSON CURADO BERQUO- Registro de Licença N° 21/2015 - Vencimento em 31/12/2021
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
861.230/2011-FABERTE DE SOUZA LAGE
862.169/2012-ANTONIO GILVA DE ANDRADE
860.548/2019-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
861.376/2012-LUIZ CARLOS CUZINATO
860.166/2010-THIAGO TERRA DE SOUZA
861.267/2008-LEONARDO DE BARROS BARRETO
860.773/2000-FÁBIO LAGE
860.228/2003-FÁBIO LAGE
860.318/2004-SAMUEL TAVARES CAETANO
861.118/2011-ELECIO GUIMARÃES JUNNIOR
860.831/2014-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA
861.653/2012-CLEUMAR DE JESUS BORGES
860.543/2013-FABERTE DE SOUZA LAGE
860.900/2016-BARC NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
860.710/2015-ANTÔNIO SOARES DE LIMA JUNIOR - Registro de Licença N° 193/2015 - Publicado no DOU de 02/12/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.112/2021-ADIGINTON DA SILVA FERREIRA-OF. N°5263/2021
860.022/2018-MARIA DA GLORIA LEITE VILELA-OF. N°5024/2021
860.103/2021-DHEFFERSON MOREIRA SUCIA-OF. N°4787/2021
860.155/2021-SLC AGRÍCOLA S.A.-OF. N°5368/2021
860.156/2021-JABURU AGROPECUARIA E CONSTRUCOES LTDA-OF. N°5373/2021
860.144/2021-JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS-OF. N°5903/2021
860.151/2021-EURIPEDES DE ARAÚJO LIMA-OF. N°5901/2021
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
860.465/2013-USINA BOA VISTA S)A
860.945/2013-EDIELITON GONZAGA DE OLIVEIRA
860.343/2017-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA
860.477/2017-LCM CONSTRUÇAO E COMERCIO S A
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.772/2020-RAFAEL NASCIMENTO MAIA-Registro de Licença N° 19/2021 - Vencimento em 17/12/2028
860.556/2020-DISTRAN DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA ME-Registro de Licença N° 18/2021 - Vencimento em 11/09/2021
860.610/2019-RANDER MARQUES DE QUEIROZ-Registro de Licença N° 17/2021 - Vencimento em Indeterminado
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
861.332/2014-PEDRO VIEIRA DE ALELUIA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.123/2021-PAULO ROBERTO PINTO
860.175/2021-JOSINIRO DA SILVA COELHO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 64/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.071/2016-CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA EIRELI- Registro de Licença N° 039/2018 - Vencimento em 04/03/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.249/2021-EDMAR SANTOS DE ALMEIDA-Registro de Licença N° 14/2021 - Vencimento em 13/01/2026
850.042/2021-RUBENS GONCALVES-Registro de Licença N° 13/2021 - Vencimento em 10/03/2024

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 65/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
850.539/2019-JOAQUIM RODRIGUES- Cessionário:850.445/2020-JOÃO BATISTA FERNANDES DA SILVA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.095/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
851.143/2020-CESAR PENA FERNANDES
850.077/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.071/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
851.107/2020-DIEYMISSON JOSE DA SILVA CHAVES
850.695/2020-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MINERADORES DO PARA E DO AMAZONAS - COMPAM
850.691/2020-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MINERADORES DO PARA E DO AMAZONAS - COMPAM
850.768/2020-COORINGAS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DOS DOIS CORINGAS
850.762/2020-HEVERTON CAMARGOS REIS
850.067/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.096/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.091/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.094/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.093/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.092/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
851.144/2020-CESAR PENA FERNANDES
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.428/2020-LUCAS PERALTA PAVARINA
851.006/2020-EDUARDO SILVA DE FREITAS
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.254/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA COOGER LTDA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 63/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.223/2021-GEOLOGIA CANAÃ EXTRATIVISMO MINERAL EIRELI
850.279/2021-ALLAN DA SILVA ABREU
851.513/2020-CERÂMICA FERNANDES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.394/2017-G. L. DISTRIBUIDORA EIRELI ME-OF. N°6345/2021/DIFAM-PA/ANM

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 66/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.067/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA
851.068/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA
851.221/2020-RICARDO BATISTA TAMANHO
857.976/1996-VALE S.A.
851.072/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA
857.972/1996-VALE S.A.

857.947/1996-VALE S.A.
750.393/1996-HOMESTAKE DO BRASIL SA
851.010/2020-CASTRO & CASTRO MINERACAO & TRANSPORTES LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
857.943/1996-VALE S.A.
857.939/1996-VALE S.A.

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 34/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
811.065/2013-SERGIO RASSWEILER-OF. N°112/2020
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)
810.076/2021-LEONARDO GONCALVES FOLETTO- NOT NºDespacho nº 38013/SEFAM-RS/ANM/2021
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.121/2011-JANE ELISETE DE LIMA PINTO- Registro de Licença N° 128/2017 - Vencimento em 17/11/2025
810.237/2010-MATAN EXTRACAO DE BASALTO LTDA- Registro de Licença N° 200/2014 - Vencimento em 23/03/2031
810.625/2012-CERAMICA CIRILO VOGEL LTDA- Registro de Licença N° 134/2012 - Vencimento em 24/03/2025
810.286/2001-SAIBREIRA DA DIVISA LTDA.- Registro de Licença N° 1981/2001 - Vencimento em 23/03/2023
810.083/2001-SIMONAGGIO & CIA LTDA.- Registro de Licença N° 12024/2005 - Vencimento em 15/03/2025
810.260/2014-SPIEGEL & CIA LTDA ME- Registro de Licença N° 002/2018 - Vencimento em 17/02/2025
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.480/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE SEGREDO- Registro de Extração N°22/2021 de 26/03/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente Regional
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 27/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.057/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI.- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°2829/2019
848.065/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°3944/2019
848.066/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°3191/2020
848.069/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°3947/2019
848.067/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°3945/2019
848.068/2019-J & R MINERACAO LTDA.- Cessionário:CATALISA MINERADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 34.456.025/0001- 16- Alvará n°3946/2019
848.013/2021-FRANCISCO DAS CHAGAS DE MEDEIROS- Cessionário:ÁGUA CLARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS EIRELI- CPF ou CNPJ 22.971.207/0001- 46- Alvará n°1018/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.553/2010-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA
848.554/2010-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.084/2019-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°3930/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.261/2014-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°7659/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
848.146/2011-RNX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MINERARIOS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.242/2018-HELDER LINCOLN DA SILVA-OF. N°8336/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.040/2015-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.-OF. N°7848/2021/SEFAM-RN/ANM
848.433/2012-METACOM MINERAÇÃO S A.-OF. N°8532/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
848.007/2021-COOPERATIVA DOS MINERADORES DE SAO TOME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
848.139/2020-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S A

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 28/2021

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
848.364/2014-MAIA GRANITO, DECORACAO E REPRESENTACAO EIRELI - Publicado DOU de 11/07/2018, Relação n° 76, Seção 1, pág. 109- Onde se lê: "...848.364/2014-Ilena Maria Albuquerque ME-Xisto-Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, Junco do Seridó e São José do Sabugi, Estado da Paraíba..."; Leia-se: "...848.364/2014-Ilena Maria Albuquerque-Xisto-Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, Junco do Seridó, Estado da Paraíba..."

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 29/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.046/2019-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 42/2020 - Vencimento em 09/01/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.102/2020-ANTONIO ARENILDO MACEDO FIRMINO FILHO-Registro de Licença N° 9/2021 - Vencimento em 12/07/2021

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação Nº 8/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
878.025/2019-MINERAÇÃO SÃO JORGE- DOU de 08/03/2021

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 85/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito, devidamente atualizado e com seus encargos legais, ou apresentar defesa (TAH)/prazo 10(dez) dias (178)
Dn.edr Extrativismo, Mineração e Plantio Ltda - 834256/2012 - Not Adm 9/2020 - R$ 101,97.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 28/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
851.294/2020-WAGNER AUGUSTO DE OLIVEIRA - PLG N°33/2021 - Prazo 5 anos
850.061/2020-SILVIO DE PAIVA MACEDO - PLG N°32/2021 - Prazo 5 anos

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.143, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Publicação de resumo oficial da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 15 de julho de 2020, referente ao caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Sentença de 15 de julho de 2020, proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil, resolve:

Publicar resumo oficial da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil, em atendimento ao Ponto Resolutivo 13, referente ao parágrafo 277 da Sentença, o qual dispõe sobre a publicação de resumo oficial da Sentença no Diário Oficial, conforme anexo.

DAMARES REGINA ALVES

ANEXO

CASO EMPREGADOS DA FÁBRICA DE FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SEUS FAMILIARES VS. BRASIL
RESUMO OFICIAL EMITIDO PELA
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS*
SENTENÇA DE 15 DE JULHO DE 2020
(Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas)

Em 15 de julho de 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "Corte" ou "Tribunal") proferiu sentença mediante a qual declarou a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil pelas violações a diversos direitos, em prejuízo a 60 pessoas falecidas e seis sobreviventes da explosão de uma fábrica de fogos de artifícios, no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, assim como a 100 familiares das pessoas falecidas e sobreviventes da explosão. A Corte constatou que, como consequência da explosão, foram violados os direitos à vida, à integridade pessoal, ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias, direitos da criança, à igualdade e não discriminação, à proteção judicial e às garantias judiciais. Por conseguinte, a Corte declarou que o Estado é responsável pela violação dos artigos 4.1, 5.1, 19, 24 e 26, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

I. Fatos

Em 11 de dezembro de 1998, produziu-se uma explosão em uma fábrica de fogos de artifício localizada no Município de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia. A fábrica consistia em um conjunto de tendas, localizadas em uma área de pasto, com algumas mesas de trabalho compartilhadas. Como consequência da explosão, morreram 60 pessoas e seis sobreviveram. Entre as pessoas que perderam a vida, encontravam-se 59 mulheres - das quais 19 eram meninas - e um menino. Entre as pessoas sobreviventes, encontravam-se três mulheres adultas, dois meninos e uma menina. Quatro das mulheres falecidas eram gestantes. Nenhum dos sobreviventes recebeu tratamento médico adequado para se recuperar das consequências do acidente.

A grande maioria das trabalhadoras da fábrica eram mulheres afrodescendentes que viviam em condições de pobreza e tinham baixo nível de escolaridade. Eram contratadas informalmente e recebiam salários muito baixos. Tampouco lhes era oferecido equipamentos de proteção individual, treinamento ou capacitação para executar seu trabalho. Ademais, havia várias crianças trabalhando na fábrica, embora a Constituição brasileira e as normas infraconstitucionais já proibissem o trabalho de crianças nesse tipo de atividade.

Segundo o que se estabeleceu na sentença, a fábrica contava com autorização do então Ministério do Exército e do Governo Municipal para o seu funcionamento. No entanto, desde o registro da fábrica de fogos de artifício, até o momento da explosão, não houve fiscalização alguma por parte das autoridades estatais em relação às condições de trabalho ou ao controle de atividades perigosas, apesar de que essa era uma exigência legal em razão do risco que implicava a atividade realizada na fábrica.

Em relação à explosão, iniciou-se um processo penal e um processo administrativo, bem como vários processos cíveis e trabalhistas. Até o momento da emissão da Sentença, somente haviam sido concluídos o processo administrativo e alguns processos nas esferas civil e trabalhista, sem que se tivesse obtido a execução completa da reparação nesses últimos. Os demais processos, transcorridos mais de 18 anos, encontravam-se pendentes, em etapas distintas.

II. Exceções Preliminares

O Estado apresentou três exceções preliminares, que foram rejeitadas pelo Tribunal. Quanto à alegada inadmissibilidade da apresentação do caso em virtude da publicação do Relatório de Admissibilidade e Mérito por parte da Comissão, a Corte reiterou que tal publicação não implica a preclusão do caso, nem viola norma convencional ou regulamentar. Quanto à alegada incompetência ratione materiae a respeito das supostas violações do direito ao trabalho, a Corte reafirmou sua competência para conhecer e resolver controvérsias relativas ao artigo 26 da Convenção Americana. Finalmente, quanto à alegada falta de esgotamento dos recursos internos, a Corte considerou que houve uma mudança na posição previamente adotada pelo Estado, o que era inadmissível segundo o princípio de estoppel. Isso, porque o Estado havia afirmado, perante a Comissão Interamericana, que não impugnaria a admissibilidade do caso.

III. Mérito

1. Direito à vida e à integridade pessoal. A Corte recordou que, ainda que um ato, omissão ou fato de um particular tenha como consequência jurídica a violação dos direitos de outrem, este não é automaticamente atribuível ao Estado, sendo necessária a análise das circunstâncias particulares do caso e da observância das obrigações de garantia. Nesse sentido, a Corte estabeleceu que os Estados têm o dever de regular, supervisionar e fiscalizar a prática de atividades perigosas, que implicam riscos significativos à vida e à integridade das pessoas submetidas a sua jurisdição, como medida para proteger e preservar esses direitos. A Corte constatou que, neste caso, o Estado catalogou a fabricação de fogos de artifício como uma atividade perigosa e, com efeito, regulamentou as condições em que deveria ser realizada. Assim, a fabricação de fogos de artifício exigia um registro prévio, estritas licenças e fiscalização. Tais licenças foram concedidas, mas, apesar disso, o Estado não levou a cabo nenhuma ação de controle ou fiscalização previamente à explosão, ao ponto de ter reconhecido perante a Comissão Interamericana que "falhou em fiscalizar". De acordo com a Corte, essa conduta omissiva do Estado deu lugar à violação dos direitos à vida das 60 pessoas que faleceram como consequência da explosão da fábrica de fogos e do direito à integridade pessoal das seis pessoas que ficaram feridas. Ademais, devido a que, entre as pessoas falecidas e sobreviventes, havia crianças, a Corte declarou que neste caso se violou o artigo 19 da Convenção Americana a respeito desse grupo de pessoas.

2. Direito a condições equitativas e satisfatórias que garantam a segurança, a saúde e a higiene no trabalho, direitos das crianças, direito à igualdade e proibição de discriminação. A Corte concluiu que, a luz do artigo 26 da Convenção Americana, o Brasil tinha a obrigação de garantir condições de trabalho equitativas e satisfatórias que garantissem a segurança, a saúde e a higiene, e prevenissem acidentes de trabalho, o que é especialmente relevante quando se tratam de atividades que implicam riscos significativos à vida e à integridade das pessoas. No entanto, a Corte constatou que as empregadas da fábrica de fogos de artifício trabalhavam em condições de precariedade, insalubridade e insegurança, em tendas localizadas em uma área de pasto, que não reuniam os mínimos padrões de segurança, nem condições que permitissem evitar ou prevenir acidentes de trabalho. Tampouco receberam instruções sobre medidas de segurança, nem materiais de proteção para a realização de seu trabalho. Isso, sem que o Estado exercesse nenhuma atividade de supervisão ou fiscalização destinada a verificar as condições de trabalho, nem empreendesse qualquer ação voltada a prevenir acidentes. Em razão do exposto, a Corte determinou que o Estado é responsável pela violação do artigo 26 da Convenção Americana.

A Corte também constatou que várias crianças e adolescentes trabalhavam na fábrica de fogos, ao ponto de que, das 60 pessoas falecidas, 19 eram meninas e um era menino. Entre as sobreviventes, havia uma menina e dois meninos. Isso, apesar de que a Convenção Americana e a Convenção sobre os Direitos da Criança indicam que as crianças têm direito a medidas de proteção especiais, que incluem a proteção frente a trabalhos que possam prejudicar sua educação ou afetar sua saúde e desenvolvimento, e apesar de o ordenamento brasileiro proibir o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos. Por conseguinte, a Corte declarou a violação do artigo 19 da Convenção Americana, em relação ao artigo 26 do mesmo instrumento, a respeito das crianças falecidas e sobreviventes da explosão da fábrica de fogos de artifício.

Em relação ao direito à igualdade e à proibição de discriminação, a Corte estabeleceu que as vítimas deste caso estavam imersas em padrões de discriminação estrutural e interseccional, pois se encontravam em uma situação de pobreza estrutural e eram, em uma amplíssima maioria, mulheres e meninas afrodescendentes, algumas gestantes, que não contavam com nenhuma outra alternativa econômica. A Corte concluiu que a confluência desses fatores facilitou a instalação e funcionamento de uma fábrica dedicada a uma atividade especialmente perigosa, sem fiscalização nem da atividade perigosa, nem das condições de higiene e segurança no trabalho por parte do Estado, e levou as vítimas a aceitar um trabalho que colocava em risco sua vida e integridade e a de seus filhos e filhas menores de idade. Ademais, a Corte concluiu que o Estado não adotou medidas destinadas a garantir a igualdade material no direito ao trabalho a respeito dessas pessoas. Em razão do exposto, a Corte constatou que o Estado violou os artigos 24 e 26, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana, em prejuízo a 60 pessoas falecidas e seis sobreviventes da explosão da fábrica de fogos.

3. Direito às garantias judiciais e à proteção judicial. A Corte dividiu a análise das alegadas violações a esses direitos em função dos processos conduzidos. Em relação ao processo penal, estabeleceu que a demora de quase 22 anos sem uma decisão definitiva configurou uma falta de razoabilidade no prazo. Ademias, constatou que as autoridades judiciais não atuaram com a devida diligência para que se chegasse a uma decisão.

Em relação aos processos civis, a Corte considerou que, quanto à ação cível de indenização por danos morais e materiais contra a União, o Estado da Bahia, o Município e a empresa, as primeiras sentenças foram proferidas oito anos após o início da demanda principal e, até aquele momento, somente havia duas decisões definitivas, as quais não tinham sido executadas. Por essa razão, a Corte concluiu que o Estado violou a garantia do prazo razoável e da devida diligência. Quanto à ação civil ex delicto contra os proprietários da fábrica, a Corte constatou que passaram mais de 20 anos sem que as vítimas pudessem ter acesso a uma soma indenizatória, que era o que se pretendia com esse processo, e, nessa medida, a Corte concluiu que o Estado não cumpriu a garantia do prazo razoável.

Em relação aos processos trabalhistas, a Corte constatou que, somente 18 anos após iniciados os processos, conseguiu-se embargar um bem que parece ser suficiente para a execução das sentenças, e que os processos com sentenças favoráveis às trabalhadoras da fábrica foram arquivados por muitos anos, devido a que não foi reconhecido o vínculo trabalhista entre as trabalhadoras e o proprietário real da fábrica. Por essas razões, a Corte concluiu que, em relação a esses processos, o Estado violou a garantia do prazo razoável e o dever de devida diligência, em prejuízo às seis vítimas sobreviventes da explosão da fábrica de fogos e aos 100 familiares das vítimas falecidas.

Finalmente, a Corte concluiu que, neste caso, não se garantiu uma proteção judicial efetiva às trabalhadoras da fábrica de fogos porque, ainda que se lhes tenha permitido fazer uso dos recursos judiciais previstos legalmente, tais recursos ou não tiveram uma solução definitiva depois de mais de 18 anos do início de sua tramitação, ou contaram com uma decisão favorável às vítimas, mas esta não pôde ser executada por atrasos injustificados por parte do Estado.

4. Direito à integridade dos familiares das pessoas falecidas e sobreviventes da explosão: A Corte recordou que os membros dos núcleos familiares podem, por direito próprio, ser vítimas de violações do artigo 5 da Convenção, por conta dos sofrimentos de que padeceram em razão das violações a seus entes queridos. Nesse sentido, constatou que o Estado é responsável pela violação do direto à integridade pessoal, em relação ao artigo 1.1 da Convenção, em prejuízo a 100 familiares das pessoas falecidas e sobreviventes da explosão.

IV. Reparações

A Corte estabeleceu que sua sentença constitui, por si mesma, uma forma de reparação. Outrossim, ordenou as seguintes medidas de reparação integral: A) Obrigação de investigar: 1) continuar com a devida diligência e em um prazo razoável o processo penal, as ações cíveis de indenização por danos morais y materiais e os processos trabalhistas; B) Reabilitação: 1) oferecer o tratamento médico, psicológico e psiquiátrico que requeiram as vítimas; C) Satisfação: 1) publicar o resumo oficial da Sentença no diário oficial e em um jornal de grande circulação nacional, e a sentença, na íntegra, em uma página web oficial do Estado da Bahia e do Governo Federal, e produzir um material para rádio e televisão no qual apresente o resumo da sentença; e 2) realizar um ato de reconhecimento de responsabilidade internacional; D) Garantias de não repetição: 1) Implementar uma política sistemática de inspeções periódicas nos locais de produção de fogos de artificio; e 2) Desenhar e executar um programa de desenvolvimento socioeconômico destinado à população de Santo Antônio de Jesus; E) Indenizações Compensatórias: 1) pagar os valores fixados na Sentença em função dos danos materiais e imateriais, e 2) o reembolso das custas e gastos.

Os juízes L. Patricio Pazmiño Freire, Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot e Ricardo Pérez Manrique deram a conhecer à Corte seus votos individuais concordantes. Os juízes Eduardo Vio Grossi e Humberto Antonio Sierra Porto deram a conhecer à Corte seus votos individuais parcialmente dissidentes.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos supervisionará o cumprimento integral da Sentença, no exercício de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e dará por concluído o caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na Sentença.

O texto da Sentença, na íntegra, pode ser consultado através do seguinte link: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_407_esp.pdf

*Integrada pelos seguintes juízes e juíza: Elizabeth Odio Benito, Presidenta; L. Patricio Pazmiño Freire, Vice-presidente; Eduardo Vio Grossi; Humberto Antonio Sierra Porto; Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot; Eugenio Raúl Zaffaroni; e Ricardo Pérez Manrique.

COMISSÃO DE ANISTIA

ENUNCIADO Nº 4/2021

O Conselho da Comissão de Anistia, no uso da competência que lhe conferem a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 e a Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, e conforme entendimento adotado, por unanimidade, na 1ª Reunião Administrativa do Conselho da Comissão de Anistia, realizada em 23 de fevereiro de 2021, resolve editar o presente Enunciado:

"O licenciamento do militar por conclusão de tempo de serviço ou por atos legais de exclusão do serviço, por si só, não configura perseguição de caráter exclusivamente político, nos termos da Lei nº 10.559/2002."

JOÃO HENRIQUE DE NASCIMENTO FREITAS
Presidente da Comissão de Anistia

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 567, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando as solicitações dos Gestores Estaduais e Municipais de Saúde, encaminhadas por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS, analisadas e aprovadas tecnicamente pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.045913/2021-19, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19 Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcelas mensais, no montante de R$ 47.328.000,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e oito mil reais).

Art. 3º As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 5º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVB0 - Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº Proposta SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód. 2612	LEITOS NOVOS UTI PEDIÁTRICA COVID-19 Cód. 2613	VALOR CUSTEIO MÊS R$
AL	270430	MACEIO	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA.NISE DA SILVEIRA	ESTADUAL	140311	-	10	480.000,00
AL Total							-	10	480.000,00
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2487756	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	MUNICIPAL	140575	10	-	480.000,00
BA Total							10	-	480.000,00
CE	230190	BARBALHA	2564238	HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA	MUNICIPAL	138777	-	10	480.000,00
CE Total							-	10	480.000,00
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA VIVA MAIS	ESTADUAL	139850	20	-	960.000,00
ES	320520	VILA VELHA	7530706	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA	ESTADUAL	138805	19	-	912.000,00
ES Total							39	-	1.872.000,00
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP	MUNICIPAL	140582	50	-	2.400.000,00
GO	520870	GOIANIA	2337800	HOSPITAL JACOB FACURI	MUNICIPAL	140570	16	-	768.000,00
GO	520870	GOIANIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFG	MUNICIPAL	140568	30	-	1.440.000,00
GO	520870	GOIANIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL	MUNICIPAL	140575	27	-	1.296.000,00
GO	521190	JATAI	2535556	HOSPITAL DAS CLINICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO	ESTADUAL	140573	10	-	480.000,00
GO Total							133	-	6.384.000,00
MA	211130	SAO LUIS	2309254	MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHAO	ESTADUAL	140608	8	-	384.000,00
MA	211130	SAO LUIS	5446546	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DA MULHER	MUNICIPAL	140602	10	-	480.000,00
MA Total							18	-	864.000,00
MG	310150	ALEM PARAIBA	2122677	HOSPITAL SAO SALVADOR	ESTADUAL	139750	5	-	240.000,00
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS	MUNICIPAL	139796	20	-	960.000,00
MG	310340	ARACUAI	2134276	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	MUNICIPAL	139456	10	-	480.000,00
MG	310490	BAEPENDI	2761106	HOSPITAL CONEGO MONTE RASO	MUNICIPAL	139761	10	-	480.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	0026840	COMPLEXO HOSPITALAR SAO FRANCISCO	MUNICIPAL	139603	8	-	384.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	0027014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	MUNICIPAL	139660	16	-	768.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	0027863	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES	MUNICIPAL	139662	9	-	432.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	2192896	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	MUNICIPAL	139668	10	-	480.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	2200457	ASSOCIACAO MARIO PENNA	MUNICIPAL	139874	5	-	240.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	7866801	HOSPITAL METROPOLITANO DR. CÉLIO DE CASTRO HMDCC	MUNICIPAL	139665	10	-	480.000,00
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGÉLICO DE CARANGOLA	ESTADUAL	139602	6	-	288.000,00
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTÔNIO	MUNICIPAL	139149	5	-	240.000,00
MG	312510	EXTREMA	2127881	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS DE EXTREMA	ESTADUAL	139751	5	-	240.000,00
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA	MUNICIPAL	139265	8	-	384.000,00
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA	MUNICIPAL	139260	10	-	480.000,00
MG	313670	JUIZ DE FORA	2208156	HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA	MUNICIPAL	139659	8	-	384.000,00
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI	MUNICIPAL	139667	10	-	480.000,00
MG	313940	MANHUACU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE	MUNICIPAL	140144	30	-	1.440.000,00
MG	314800	PATOS DE MINAS	2726726	HOSPITAL REGIONAL ANTÔNIO DIAS	MUNICIPAL	139405	10	-	480.000,00
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE	MUNICIPAL	139395	1	-	48.000,00
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129469	SANTA CASA DE POÇOS DE CALDAS	MUNICIPAL	2129469	10	-	480.000,00
MG	315580	RIO POMBA	2149419	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO RIO POMBA	ESTADUAL	139261	10	-	480.000,00
MG	316860	TEOFILO OTONI	2184834	HOSPITAL BOM SAMARITANO	MUNICIPAL	138893	10	-	480.000,00
MG	316860	TEOFILO OTONI	2208172	HOSPITAL SANTA ROSALIA	MUNICIPAL	138894	4	-	192.000,00
MG Total							230	-	11.040.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	0009717	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTESANTA CASA DE CAMPO GRANDE	MUNICIPAL	140637	10	-	480.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	2599856	CLINICA DE CAMPO GRANDE SA	MUNICIPAL	140635	5	-	240.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	3984338	HOSPITAL GERAL EL KADRI LTDA	MUNICIPAL	140634	10	-	480.000,00
MS	500320	CORUMBA	2376334	SANTA CASA DE CORUMBÁ	MUNICIPAL	139685	10	-	480.000,00
MS	500325	COSTA RICA	2375826	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE COSTA RICA	MUNICIPAL	139814	5	-	240.000,00
MS	500330	COXIM	6426190	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA	MUNICIPAL	139648	5	-	240.000,00
MS	500370	DOURADOS	2371375	HOSPITAL EVANGÉLICO DR. SRA. GOLDSBY KING	MUNICIPAL	140075	10	-	480.000,00
MS	500500	JARDIM	2558289	HOSPITAL MARECHAL RONDON	MUNICIPAL	139873	6	-	288.000,00
MS	500570	NAVIRAI	2710498	HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAI	MUNICIPAL	139440	10	-	480.000,00
MS	500660	PONTA PORA	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO	ESTADUAL	139683	10	-	480.000,00
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	MUNICIPAL	139431	10	-	480.000,00
MS Total							91	-	4.368.000,00
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	2395886	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK	MUNICIPAL	136503	4	-	192.000,00
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABÁ	MUNICIPAL	136862	20	-	960.000,00
MT Total							24	-	1.152.000,00
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA	ESTADUAL	140600	10	-	480.000,00
PE	260120	ARCOVERDE	2551764	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA	ESTADUAL	139887	8	-	384.000,00
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	6559379	HOSPITAL DOM HELDER CÂMARA	ESTADUAL	139888	40	-	1.920.000,00
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO	ESTADUAL	138404	20	-	960.000,00

PE	261000	PALMARES	2428393	HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR SILVIO MAGALHÃES	ESTADUAL	139886	20	-	960.000,00
PE	261160	RECIFE	0001120	REAL HOSPITAL PORTUGUES	ESTADUAL	140605	10	-	480.000,00
PE	261160	RECIFE	0147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA	ESTADUAL	139882	30	-	1.440.000,00
PE	261390	SERRA TALHADA	0226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS	ESTADUAL	139881	10	-	480.000,00
PE Total							148	-	7.104.000,00
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS	MUNICIPAL	140609	29	-	1.392.000,00
PR Total							29	-	1.392.000,00
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS	ESTADUAL	140470	6	-	288.000,00
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI	ESTADUAL	140452	11	-	528.000,00
						140473			
RS	431350	OSORIO	2257815	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	ESTADUAL	140474	10	-	480.000,00
RS	431440	PELOTAS	2253054	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS	MUNICIPAL	140454	6	-	288.000,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	2778718	HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO	MUNICIPAL	140471	10	-	480.000,00
RS	431740	SANTIAGO	2244357	HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO	ESTADUAL	140476	16	-	768.000,00
RS	431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	6389104	HOSPITAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA	ESTADUAL	140477	10	-	480.000,00
RS	432180	TRES DE MAIO	2250837	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	ESTADUAL	140453	5	-	240.000,00
RS	432300	VIAMAO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO	ESTADUAL	140451	5	-	240.000,00
RS Total							79	-	3.792.000,00
SE	280030	ARACAJU	0002283	HOSPITAL DE CIRURGIA	ESTADUAL	139716	5	-	240.000,00
SE	280030	ARACAJU	2816210	HOSPITAL GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO	ESTADUAL	139717	12	-	576.000,00
SE	280210	ESTANCIA	6901743	HOSPITAL REGIONAL DE ESTÂNCIA JESSÉ FONTES	ESTADUAL	139711	7	-	336.000,00
SE Total							24	-	1.152.000,00
SP	350570	BARUERI	6095666	HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR. FRANCISCO MORAN	MUNICIPAL	139795	46	-	2.208.000,00
SP	350650	BIRIGUI	2078252	SANTA CASA DE BIRIGUI	MUNICIPAL	140701	10	-	480.000,00
SP	350940	CAJURU	2023016	CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU	MUNICIPAL	140658	6	-	288.000,00
SP	353870	PIRACICABA	9425802	HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA	ESTADUAL	140237	18	-	864.000,00
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE	ESTADUAL	140288	10	-	480.000,00
SP	354850	SANTOS	2698471	SECAO HOSPITAL MUNICIPAL DR ARTHUR DOMINGUES PINTO	MUNICIPAL	140707	13	-	624.000,00
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	0105759	H. DE CAMPANHA COVID 19-HOSPITAL DE URGENCIA	MUNICIPAL	140735	9	-	432.000,00
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	0105767	H. DE CAMPANHA COVID 19-HOSPITAL ACHIETA	MUNICIPL	140732	10	-	480.000,00
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SÃO JOSÉ DOS RIO PRETO	ESTADUAL	140280	-	14	672.000,00
SP	355400	TATUI	2079135	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TATUÍ	MUNICIPAL	140621	5	-	240.000,00
SP Total							127	14	6.768.000,00
TOTAL							952	34	47.328.000,00

PORTARIA GM/MG Nº 568, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando a solicitação do Gestor Municipal de Saúde, encaminhadas por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS, analisadas e aprovadas tecnicamente pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.046298/2021-68, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19 Adulto Tipo II, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Ipatinga, em parcelas mensais, no montante de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Art. 3º As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 5º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVB0 - Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 2ª (segunda) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITO UTI COVID-19 ADULTO CÓD 26.12	VALOR MENSAL R$
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA	Municipal	137940	5	R$ 240.000,00
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA	Municipal	137939	10	R$ 480.000,00
TOTAL AUTORIZAÇÕES - LEITOS UTI COVID-19							15	R$ 720.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 110, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar os seguintes resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Amigos do Autista - AMA

CNPJ: 52.802.295/0001-13.

Município/UF: São Paulo/SP

Título do projeto: Capacitação em autismo na rede de saúde mental e básica do estado de São Paulo.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2014 e 2015

Processo NUP: 25000.182737/2013-95

Embasamento: Parecer Técnico nº 153/2019-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0010905421) e Despacho GAB/SGTES (0018792635).

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

PORTARIA Nº 112, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que

institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.022570/2018-19

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de José de Freitas

CNPJ: 12.182.788/0001-83

Município/UF: José de Freitas/PI

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: APAE Itinerante - Em busca de Igualdade e Oportunidade para Todos

Extrato do Projeto (Resumo): O projeto APAE Itinerante - Em busca de Igualdade e Oportunidade para Todos tem o objetivo de garantir a melhora da qualidade de vida das pessoas que necessitam de tratamentos fisioterápicos e não possuem condições físicas de se deslocar até o Serviço de Fisioterapia do município.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 12 meses

Valor inicialmente aprovado: R$ 654.667,44 (seiscentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 504.999,80 (quinhentos e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Fundamento Legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/2017/GM/MS.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 38/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0019083726).

Resultado: APROVADO O PEDIDO DE READEQUAÇÃO

Valor aprovado da readequação: R$ 502.141,57 (quinhentos e dois mil cento e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 2º Revogar o art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.192, de 21 de novembro de 2019, publicada no DOU nº 227, na data de 25 de novembro de 2019, Seção 1, página 73.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

PORTARIA Nº 113, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas do Paraná - AAHC

CNPJ: 79.698.643/0001-00

Município/UF: Curitiba/PR

Título do projeto: Caracterização dos Anticorpo Anti-HLA em Pacientes com Doenças Hemato-Oncológicas e Investigação do Impacto de Anticorpos Específicos Contra o Doador no Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício de 2019

Processo NUP: 25000.001142/2017-71

Embasamento: Parecer Técnico nº 11/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0018603953) e Despacho SCTIE/GAB/SCTIE/MS (0018710846)

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

PORTARIA Nº 114, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.012734/2019-81

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNPJ: 76.579.630/0001-24

Município/UF: Curitiba/PR

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: Ampliação e Qualificação do Atendimento Multidisciplinar da APAE Curitiba

Extrato do Projeto (Resumo): O Projeto Ampliação e Qualificação do Atendimento Multidisciplinar da APAE Curitiba busca ampliar o impacto de serviços médico-assistenciais para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas deficiências em situação de vulnerabilidade, atendidas pela APAE Curitiba, por meio da ampliação do número de atendimentos em reabilitação/habilitação e através da inovação em especialidades de saúde oferecidas. Além da ampliação dos serviços de reabilitação/habilitação, pretende-se introduzir a musicoterapia ao rol de especialidades oferecidas pela Instituição. Vale ressaltar que tal especialidade não é oferecida atualmente pela APAE Curitiba e revela-se de suma importância ao ser trabalhada de forma complementar e integrada às demais terapias.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 meses

Valor inicialmente aprovado: R$ 637.392,18 (seiscentos e trinta e sete mil trezentos e noventa e dois reais e dezoito centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 604.121,33 (seiscentos e quatro mil cento e vinte e um reais e trinta e três centavos).

Fundamento Legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 36/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0019037462).

Resultado: APROVADO O PEDIDO DE READEQUAÇÃO

Valor aprovado da readequação: R$ 603.799,22 (seiscentos e três mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º Revogar o inciso VIII, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.212, de 27 de novembro de 2019, publicada no DOU nº 231, na data de 29 de novembro de 2019, Seção 1, página 334.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

PORTARIA Nº 115, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: União Brasileira de Educação e Assistência

CNPJ: 88.630.413/0001-09

Município/UF: Porto Alegre/RS

Título do projeto: O próprio corpo contra o câncer: explorando a relação entre sistema imune e metabolismo tumoral para o desenvolvimento inicial de novos fármacos junto com técnicas inovadoras como alternativas ao uso de animais de laboratório.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício de 2018

Processo NUP: 25000.159946/2014-16

Embasamento: Parecer Técnico nº 6/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0018583801) e Despacho GAB/SCTIE (0018910690).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

PORTARIA Nº 118, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade à analise do projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), reprovado no mérito.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, nos termos dos art. 50 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - NUP: 25000.024939/2019-17.

Título do Projeto: Ampliação do Setor de Radiologia Intervencionista para atendimento oncológico no HCFMRP-USP.

Razão Social da Instituição: FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO PESQUISA E ASSISTÊNCIA HCFMRPUSP.

CNPJ: 57.722.118/0001-40.

Fundamento: Parecer de Mérito nº 728/2020-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0017505467).

Art. 2º Nos termos do art. 56 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, caberá recurso em face dos resultados no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GAB/SE nº 105, de 15 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de março de 2021, Seção 1, pág. 151:

onde se lê:

"SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS)

Meta global: Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério da Saúde"

leia-se:

"SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS)

Meta global: Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle".

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE MARÇO DE 2021

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/ SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRAC/SAES/MS;

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS;

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.041190/2021-89, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionados:

H. B. Saúde S.A. - ANS nº 35024-9

NOME	CPF	REGISTRO
Simone Casteluci	228.370.858-39	CRM - SP 146748
Cassia Fernanda Estofolete	354.080.218-58	CRM - SP 151067
Ana Carolina de Freitas Rodrigues	322.166.058-83	CRM - SP 146949
Claudemir Marcos Machado	320.866.398-64	CRM - SP 168041

Garantia de Saúde Ltda. - ANS 34.306-4

NOME	CPF	REGISTRO
José Krauthamer	037.255.024-04	CRM - SP 17830
Daniela Antunes Krauthamer	310.512.668-66	CRM - SP 134820
Waldisa Ricardo da Silva Marçal	191.889.193-15	COREN - SP 221573

Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda. - ANS 39.473-4

NOME	CPF	REGISTRO
Marcelo da Silva Ruiz	103.093.988-86	CRM - SP 66447

Art. 2º - Descadastrar os profissionais de saúde, da atribuição de auditor da Operadora de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionados:

Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. - ANS 39.332-1

NOME	CPF
Frederico Araújo de Lucena	338.635.474-20
Helmer Cardoso de Mattos	890.614.977-87
Solange Couto Luiz	008.509.327-00
Susana elena Paes de Oliveira	233.943.404-10
Simone Leal de Almeida Salles	046.369.117-25

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.290, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Camber Farmaceutica Ltda 24633934000129
propofol 25351.073149/2020-19 03/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3349061/20-9
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0643289/20-1 - 25351.142875/2020-81)
1.6507.0011.001-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 20 ML
1.6507.0011.002-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/DIL INFUS IV CT 5 FA VD TRANS X 20 ML
1.6507.0011.003-8 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 20 ML

RESOLUÇÃO RE Nº 1.291, DE 26 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - 56.998.982/0001-07
BMS-986263
29/2021
25351.421543/2020-60 1511827/20-4
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.725324/2020-57 1511827/20-4
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
25351.725324/2020-57 0179763/21-8
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PAREXEL International Pesquisas Clínicas Ltda. - 04.611.797/0001-14
Carrimicina
31/2021
25351.143598/2021-12 0869692/21-6
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.188937/2021-81 1004678/21-0
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
Vacina BNT162
59/2020
25351.666540/2020-53 0953032/21-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
Mirikizumab
04/2018
25351.599711/2019-98 2807029/20-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Faricimabe
25/2019
25351.425762/2020-18 1523637/20-4
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RETIFICAÇÃO

Na identificação do Ato, publicado no DOU de 29-3-2021, Seção 1, página 139, onde se lê: RESOLUÇÃO RE Nº 1.257, DE 25 DE MARÇO DE 2021; Leia-se: RESOLUÇÃO RE Nº 1.256, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

(p/Coejo)

RETIFICAÇÃO

Na identificação do Ato, publicado no DOU de 29-3-2021, Seção 1, página 140, na primeira coluna, onde se lê: RESOLUÇÃO RE Nº 1.258, DE 25 DE MARÇO DE 2021; Leia-se: RESOLUÇÃO RE Nº 1.257, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

(p/Coejo)

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.292, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: GLEISMI INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA (GAFFER INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS) - CNPJ: 03.295.982/0001-84
Produto - (Lote): TODOS (TODOS a partir de 14/09/2020);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1176506/21-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão,Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda e fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento desde 14/09/2020 para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.293, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Não identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): THE BEST SLIM (TODOS); SLIM PREMIUM (TODOS); SLIM BLACK (TODOS); SLIM GOLD (TODOS); SLIM RESULT (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1136825/21-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site http://www.slimresult.com dos produtos sem registro, na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca SLIM bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.295, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Emergent Manufacturing Operations Baltimore LLC
Endereço: 5901 East Lombard Street, Baltimore, Maryland (MD) 21224
País: Estados Unidos da América Código único: A.1491
Solicitante: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda CNPJ: 51.780.468/0001-87
Autorização de Funcionamento: 1.01.236-1 Expediente: 1051785/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: vetor adenovírus recombinante humano, deficiente para replicação, para expressão da glicoproteína Spike (S) do vírus SARS-CoV-2.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.296, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ASPEN SVP
ENDEREÇO: 8B GIBAUD ROAD, KORSTEN, PORT ELIZABETH, 6020 - PAÍS: ÁFRICA DO SUL, REPÚBLICA DA - CÓDIGO ÚNICO: A.1163
EMPRESA SOLICITANTE: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0001-87
AUTORIZ/MS: 1012361 - EXPEDIENTE(s): 1051786/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA: INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 27.864.378/0001-90 - AUTORIZ/MS: 1173254
ENDEREÇO: Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 1555
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 0413800/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT INDIANA,LLC
ENDEREÇO: 1300 S. PATTERSON DRIVE, BLOOMINGTON, INDIANA (IN) 47403 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.1241
EMPRESA SOLICITANTE: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0001-87
AUTORIZ/MS: 1012361 - EXPEDIENTE(s): 1051926/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados

RESOLUÇÃO RE Nº 1.297, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Bharat Biotech International Limited
Endereço: Sy No 230, 231 &235, Genome Valley, Turkapally, Shamirpet Mandal, Medchal - Malkajgiri District - 500 078, Telangana.
País: Índia Código único: A.1467
Solicitante: Precisa Comercialização de Medicamento Ltda. CNPJ: 03.394.819/0001-79
Autorização de Funcionamento: 1.17.670-5 Expediente(s): 0334514/21-5
Linha(s): Insumos farmacêuticos ativos biológicos
Motivo: em atendimento ao artigo 376 da RDC 301/2019, pelo descumprimento das Boas Práticas de Fabricação com relação aos artigos 129, 219 e 245 da RDC 69/2014; artigos 67, 76, 77, 78 e 79 da IN 36/2019; artigos 108, 154 e 158 da IN 35/2019; e artigo 94 da IN 47/2019.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.298, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: BHARAT BIOTECH INTERNATIONAL LIMITED
ENDEREÇO: SY NO 230, 231 &235, GENOME VALLEY, TURKAPALLY, SHAMIRPET MANDAL, MEDCHAL - MALKAJGIRI DISTRICT - 500 078 - TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1467
EMPRESA SOLICITANTE: PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTO LTDA - CNPJ: 03.394.819/0001-79
AUTORIZ/MS: 1176705 - EXPEDIENTE(s): 0048715/21-2
ASSUNTO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao artigo 376 da RDC 301/2019, pelo descumprimento das Boas Práticas de Fabricação com relação aos artigos 14 (III), 124, 132, 137 e 182 da RDC 301/2019; artigos 101, 108, 154 e 158 da IN 35/2019; e artigos 84, 85, 86, 87 e 88 da IN 47/2019.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.299, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução - RE nº 3.698, de 31 de dezembro de 2019, no Diário Oficial da União nº 3, de 6 de janeiro de 2020, Seção 1, págs. 37 e 38, conforme expedientes nº 0001524/19-5 e 0808193/21-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA: INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 27.864.378/0001-90 - AUTORIZ/MS: 1173254
ENDEREÇO: Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 1555
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 1138228/21-4
ASSUNTO: 70211 - MEDICAMENTO E INSUMOS FARMACÊUTICOS - Cancelamento de CBPF/CBPDA de INDÚSTRIA/DISTRIBUIDORA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - uso exclusivo EMPRESA

LINHA(S) DE CERTIFICAÇÃO CANCELADA(S): Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

MOTIVO DE CANCELAMENTO: A linha de produção foi desativada..

RESOLUÇÃO RE Nº 1.287 , DE 26 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: EBAZAR.COM.BR LTDA. - CNPJ: 03.007.331/0001-41
Produto - (Lote): ANGELSOUNDS(LOTES A PARTIR DE 01/01/1990);BABY SOUND - DOPPLER FETAL DE BOLSO - BABY SOUND B (LOTES A PARTIR DE 25/05/2015);BABY SOUND - DOPPLER FETAL DE BOLSO - BABY SOUND A(LOTES A PARTIR DE 25/05/2015);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1053172/21-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação dos produtos sem regularização na Anvisa, por empresas que não possuem autorização de funcionamento - AFE,em desacordo com os Arts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.288 , DE 26 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - CNPJ: 03580620000135
Produto - (Lote): NOVEL CORONAVÍRUS COVID-19 IGM/IGG TEST KIT(20200514);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1119941/21-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e o Laudo de Análise Fiscal inicial nº 3636.1P.0/2020, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de sensibilidade e especificidade.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.289, DE 26 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA - CNPJ: 01.772.798/0001-52
Produto - (Lote): STENT CORONÁRIO DE TROCA RÁPIDA INTEGRITY(0009433131 e 0009328538);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1117505/21-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando a ação de campo de recolhimento iniciada pela empresa Medtronic Comercial Ltda, enquadrada no art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23/2012, e o alerta de tecnovigilância 3474.
.....

RETIFICAÇÃO

Na identificação do Ato, publicado no DOU de 29-3-2021, Seção 1, página 56, onde se lê: RESOLUÇÃO RE Nº 1.215, DE 24 DE MARÇO DE 2021; Leia-se: RESOLUÇÃO RE Nº 1.196, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

(p/Coejo)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 1.564 de 26/3/2021, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. n.º 59 de 29/3/2021, Seção 1, página 165, onde se lê: "... da Portaria GM/MS nº 402, de 08 de março de 2021, publicada no DOU de 08/03/2021, Seção 1, c/c o § 3º do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:" leia-se: "... da Portaria GM/MS nº 402, de 08 de março de 2021, publicada no DOU de 15/03/2021, Seção 1, c/c o § 3º do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:"

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTUR Nº 9, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem previamente submetidas à Consultoria Jurídica as minutas de atos normativos a serem editados no âmbito do Ministério do Turismo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso IV, do Anexo I, do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º As minutas dos atos normativos a serem editados no âmbito do Ministério do Turismo deverão ser encaminhadas à Consultoria Jurídica para exame prévio e conclusivo, mesmo quando não exigir a assinatura do Ministro de Estado do Turismo.

§ 1º Entende-se por atos normativos as portarias, as resoluções e as instruções normativas, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº10.139, de 28 de novembro de 2019, a serem publicadas com atributos de generalidade e impessoalidade, aptos a produzirem efeitos para terceiros interessados, a exemplo de convenentes, beneficiários de projetos incentivados e prestadores de serviços turísticos.

§ 2º Não se incluem no conceito de atos normativos de que trata o caput as portarias de pessoal, que são os atos referentes a agentes públicos nominalmente identificados, e atos cuja aplicação é restrita a sujeitos específicos e determinados, seja pessoa natural ou jurídica.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às entidades vinculadas ao Ministério do Turismo por meio da Secretaria Especial da Cultura.

Art. 2º As minutas de atos normativos de que trata o art. 1º devem ser elaboradas pela unidade proponente e estar acompanhadas de pareceres de mérito aprovados expressamente pelo seu dirigente máximo.

§ 1º As minutas de atos normativos e pareceres de mérito a que se refere o caput deverão seguir as regras previstas na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, no Decreto n° 9.191, de 1° de novembro de 2017, inclusive em relação às questões do seu anexo que sejam aplicáveis ao caso, no Decreto nº10.139, de 2019, e no Manual de Redação da Presidência da República

§ 2º As minutas de atos normativos que visem à criação de colegiados deverão seguir as normas previstas no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, além do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 3º As competências especificadas nesta Portaria não excluem as demais atribuições da Consultoria Jurídica estabelecidas na legislação federal, em especial no art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 10.359, de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 179, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a aprovação do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210751 - Nós Fazemos Cultura 2022 Plano Anual
Associação Beneficente São Roque
CNPJ/CPF: 80.790.421/0002-83
Processo: 01400000751202119
Cidade: Piraquara - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.083.197,50
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Plano Anual de manutenção de ações educacionais destinadas a moradores de Piraquara, Paraná. Prevê a manutenção dos grupos artísticos já existentes de formação nas áreas de Música e Literatura e a execução de oficinas continuadas. Prevê ainda Concertos, Apresentações Artísticas e Ações Educativas para a comunidade local e arredores.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210307 - CONHECER PARA CUIDAR MG
ASAS PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.949.458/0001-61
Processo: 01400000307202101
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 696.927,00
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Projeto contribui para o interesse pela memória e cuidado com quatro ícones patrimoniais do Brasil e do mundo, por meio da representação: da Igreja São Francisco de Assis (Conjunto Moderno da Pampulha - Belo Horizonte/MG); Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (Congonhas/MG); Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG) e Museu do Diamante (Diamantina/MG). Nesta edição, o projeto, que ostenta 10 anos de existência, apresenta enriquecimento em sua metodologia. Às atividades de formação cultural será somada a distribuição dos livros de cada um dos 4 bens representados. Os livros possuem 03 dimensões: conteúdo, cartas que interagem com um aplicativo digital e material para a montagem de maquetes, em papel, dos bens. Serão distribuídos, gratuitamente, 2.500 exemplares de cada livro, durante a realização de 80 "Vivências Conhecer Para Cuidar" e 80 "Interações Digitais Conhecer Para Cuidar", para até 6.400 participantes, e distribuição de 3.600 livros para as bibliotecas públicas.

210310 - Livro Circulus - Contos Obscuros e Oficina de Escrita Criativa
Jandeilsom Galvão Bezerra
CNPJ/CPF: 098.253.867-70
Processo: 01400000310202117
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 76.841,42
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto destina-se a edição, publicação do Livro Circulus - Contos Obscuros, seguido de uma Contrapartida Social à ser realizada por meio de Oficina On-Line e Gratuita de Escrita Criativa para jovens e adultos à ser realizados para as pessoas de Favelas e Periferias afetadas pela Pandemia do Covid-19, fomentando a Cultura através da leitura e contribuindo para a formação de novos leitores nas favelas e periferias, incentivando a Leitura e Criatividade dos Jovens e Adultos no gosto pela Literatura.

210312 - Álbum de memórias
IKREK EDIÇÕES LTDA Â- ME
CNPJ/CPF: 15.570.312/0001-08
Processo: 01400000312202114
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 264.110,50
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: Álbum de memórias é um livro sensorial inspirado em álbuns de fotografia que explora o conceito de memória além de imagens fotográficas. As fotos são substituídas por cartões olfativos e o espectador é surpreendido por uma variedade de cheiros que se relacionam a memórias individuais mas que também podem ser culturalmente compreendidos. O material apresentado é inédito e propiciará ao grande público um contato mais próximo com a produção da artista Karola Braga, que nos últimos anos vem se destacando ao utilizar cheiros na construção de narrativas e como uma ferramenta fundamental para a memória.

210319 - Correspondência completa: Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade
Simone Raquel Senra silva 54644798649
CNPJ/CPF: 18.071.840/0001-00
Processo: 01400000319202128
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 229.777,76
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: O livro Correspondência completa: Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade apresenta um sólido conjunto de cartas que se inicia em 1928, tratando inicialmente de temas literários e pessoais, comuns à geração modernista, e que evolui e se intensifica a partir de 1936, quando Rodrigo é convidado para assumir oSphan(Iphan), órgão que iria dirigir até o ano de sua aposentadoria, em 1967, e que foi criado a partir doAnte-projetoelaborado por Mário de Andrade. A obra tem organização e notas de Clara de Andrade Alvim, filha de Rodrigo M. F. de Andrade e ex-funcionária do Instituto Pró-Memória. Somam-se às notas de Clara, as da editora e pesquisadora, então presidente do Iphan, Lélia Coelho Frota, publicadas no livroCartas de trabalhoque, em 1986, apresentou em edição institucional da Fundação Pró-memória apenas o lado das cartas de autoria de Mário, remetidas para Rodrigo.

210350 - Ocupação
TATYNNE VENTUROTTI LAURIA DA SILVA
CNPJ/CPF: 082.645.187-02
Processo: 01400000350202169
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 196.918,15
Prazo de Captação: 30/03/2021 à 31/08/2021
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição e publicação de um livro com de fotografia documental da ocupação "Unidos Venceremos", no bairro dos Jesuítas, em Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro. Os registros acontecem desde junho de 2020, feitos pela fotógrafa é Tatynne Lauria. Além do livro, será realizada também uma exposição fotográfica + instalação + vídeo instalação e palestras sobre fotografia como contrapartida social.

PORTARIA N.º 180, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203063 - Reciclamundo
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Complementado: R$ 6.812,41
Valor total atual: R$ 599.879,61

203738 - Ballet Água Viva (Titulo Provisório)
IAV - INSTITUTO AGUA VIVA
CNPJ/CPF: 22.941.057/0001-28
Cidade: Serra - ES;
Valor Complementado: R$ 180.246,00
Valor total atual: R$ 744.018,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204101 - Plano Anual Orquestra Jovem Cordas do Iguaçu
QUARTETO DE CORDAS ALBERTO NEPOMUCENO
CNPJ/CPF: 01.201.878/0001-58
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 443.257,60
Valor total atual: R$ 1.379.824,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
202133 - WimBelemDon: 20 anos de transformação social por meio da cultura e do esporte
INSTITUTO CULTURAL QUATTRO
CNPJ/CPF: 33.339.254/0001-98
Cidade: Viamão - RS;
Valor Complementado: R$ 4.706,25
Valor total atual: R$ 446.193,44

203307 - Sempre Um Papo
Associação Cultural Sempre Um Papo
CNPJ/CPF: 04.823.354/0001-97
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 122.758,20
Valor total atual: R$ 1.382.769,40

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204740 - Plano Anual de Atividades do Museu das Minas e do Metal - 2021
Associação Mantenedora do Museu das Minas e do Metal
CNPJ/CPF: 12.022.605/0001-62
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 1.762.706,08
Valor total atual: R$ 5.320.852,49

PORTARIA N.º 181, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161811 - DOGVILLE
Sevenx Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 11.419.895/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/07/2020 à 31/12/2020

190411 - Carrossel Cultural
STEFFEN PROJETOS & EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.670.979/0001-94
Cidade: Nova Petrópolis - RS;
Prazo de Captação: 29/03/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180655 - Festival Ambienta - Música, Arte e Meio Ambiente II
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Cidade: Belém - PA;
Prazo de Captação: 21/03/2021 à 31/12/2021

192776 - OUTRO SUL - CONCERTOS DA ORQUESTRA SANFÔNICA DE PATO BRANCO - II EDIÇÃO
Orquestra Sanfônica de Pato Branco
CNPJ/CPF: 12.547.283/0001-75
Cidade: Pato Branco - PR;
Prazo de Captação: 01/02/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
194188 - O futuro além da paisagem
MaisArte Marketing Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 04.936.750/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/03/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 182, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
184347 - Parada de Natal do Batel
C C DOS SANTOS SLUD LPIS DE COR ECONOMIA CRIATIVA ME
CNPJ/CPF: 01.914.535/0001-30
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 464.904,00
Valor total atual: R$ 3.625.684,78

190262 - CULTURA NA 10ª FEAAGRI MISSÕES
MK PROJETOS & PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.383.532/0001-20
Cidade: Santo Ângelo - RS;
Valor Reduzido: R$ 11.781,00
Valor total atual: R$ 360.320,58

193433 - FRINGE
ARAUCARIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.420.045/0001-39
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 279.982,09
Valor total atual: R$ 5.449.720,41

193852 - HAHANAGUÁ 2020
PORTUGAL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 11.299.311/0001-10
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 19.305,00
Valor total atual: R$ 748.826,10

200042 - CARAVANA CULTURAL
ARAUCARIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.420.045/0001-39
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 57.658,50
Valor total atual: R$ 1.994.050,00

201523 - Maluquimica! (nome provisório)
Kommitment Produções Artísticas ltda
CNPJ/CPF: 12.602.246/0001-12
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 23.077,12
Valor total atual: R$ 513.159,68

202606 - XI MOVA-SE FESTIVAL : SOLOS, DUOS E TRIOS
C TEATRAL DE IDEIAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.104.162/0001-44
Cidade: Manaus - AM;
Valor Reduzido: R$ 4.252,50
Valor total atual: R$ 68.748,75

202876 - 8ª Mostra Internacional de Teatro de São Paulo - MITsp 2021
Olhares - Instituto Cultural
CNPJ/CPF: 12.521.546/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 68.320,00
Valor total atual: R$ 3.259.513,31

203373 - Plano Anual Instituto Sociocultural Hospital de Câncer de Barretos 2021
INSTITUTO SOCIOCULTURAL HOSPITAL DE CANCER DE BARRETOS
CNPJ/CPF: 10.578.841/0001-34
Cidade: Barretos - SP;
Valor Reduzido: R$ 970.461,00
Valor total atual: R$ 6.296.824,00

203923 - Plano Anual | Casa do Povo 2021
Instituto Cultural Israelita Brasileiro
CNPJ/CPF: 62.778.576/0001-31
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 250.065,55
Valor total atual: R$ 2.407.926,73

204081 - Â"SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA - PLANO BI-ANUAL 2021-2022Â"
ASSOCIACAO PRO-DANCA
CNPJ/CPF: 11.035.916/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 16.625,00
Valor total atual: R$ 5.047.906,25

204228 - PLANO ANUAL ICA - ANO 3
Instituição de Incentivo à criança e ao Adolescente de Mogi Mirim
CNPJ/CPF: 02.030.097/0001-00
Cidade: Mogi Mirim - SP;
Valor Reduzido: R$ 92.417,56
Valor total atual: R$ 1.039.895,59

204281 - Grupo Galpão - Manutenção e Programação 2021 - Plano Anual
Associação Galpão
CNPJ/CPF: 16.741.480/0001-81
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 339.958,07
Valor total atual: R$ 5.113.940,70

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
191065 - 1º FESTICOR - PRIMEIRO FESTIVAL DE CORAIS DE CORUPÁ
Instituto Catarina Brasilis
CNPJ/CPF: 33.037.364/0001-03
Cidade: Corupá - SC;
Valor Reduzido: R$ 936,33
Valor total atual: R$ 164.892,89

200444 - CONCERTOS COM CONVERSA... (II)
ASSOCIACAO MUSICA & CENA BRASIL
CNPJ/CPF: 05.626.937/0001-90
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 311.919,84

202376 - Mais Música no Pequeno Príncipe
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 26.086,60
Valor total atual: R$ 633.042,39

203711 - Plano Anual 2021 da Associação Sol Maior
Associação Sol Maior
CNPJ/CPF: 05.989.888/0001-50
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 62.396,34
Valor total atual: R$ 1.197.540,24

203929 - Plano Anual de Atividades da Casa do Bom Menino de Arapongas 2021
Casa do Bom Menino de Arapongas
CNPJ/CPF: 77.355.675/0001-88
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Reduzido: R$ 65.194,96
Valor total atual: R$ 2.496.038,99

203983 - Plano Anual Atividades e Manutenção 2021- Fábrica de Gaiteiros (Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música-IRB)
Instituto Renato Borghetti e Cultura e Música (IRB)
CNPJ/CPF: 11.658.205/0001-85
Cidade: Barra do Ribeiro - RS;
Valor Reduzido: R$ 121.286,87
Valor total atual: R$ 873.015,43

204001 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2021
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 18.600,94
Valor total atual: R$ 4.948.096,92

204023 - Projeto Regendo o Futuro - Plano Anual 2021
INSTITUTO HATUS
CNPJ/CPF: 11.118.266/0001-50
Cidade: Osasco - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,02
Valor total atual: R$ 1.262.870,67

204132 - Programa Cubatão Sinfonia - Série V
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA BANDA SINFONICA DE CUBATAO
CNPJ/CPF: 04.733.938/0001-71
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Reduzido: R$ 83.902,49
Valor total atual: R$ 551.923,08

204162 - Associação Cultural e Social de Nova Mutum - Plano Anual de Atividades 2021
Associação Cultural e Social de Nova Mutum
CNPJ/CPF: 10.915.408/0001-47
Cidade: Nova Mutum - MT;
Valor Reduzido: R$ 1.790,10
Valor total atual: R$ 1.044.284,67

204506 - Plano Anual Orquestra Jovem Recanto Maestro 2021/2022
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Cidade: São João do Polêsine - RS;
Valor Reduzido: R$ 15.818,39
Valor total atual: R$ 1.874.888,25

204870 - Plano Anual de Atividades Culturais do Programa Cubatão Sinfonia
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA BANDA SINFONICA DE CUBATAO
CNPJ/CPF: 04.733.938/0001-71
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Reduzido: R$ 94.934,64
Valor total atual: R$ 604.462,77

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
200006 - Escola do Olhar
ImageMagica
CNPJ/CPF: 04.159.753/0001-03
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 24.882,00
Valor total atual: R$ 786.843,20

204072 - Plano Anual de Atividades 2021
INSTITUTO ADELINA
CNPJ/CPF: 28.812.479/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 72.600,00
Valor total atual: R$ 741.702,50

204074 - Plano Plurianual de Atividades Culturais 2021/2022 - Fundação Iberê Camargo
FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO
CNPJ/CPF: 01.204.099/0001-06
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 157.560,00
Valor total atual: R$ 11.652.804,11

204289 - 13ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul - Plano Plurianual
Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul
CNPJ/CPF: 01.546.913/0001-70
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 3,19
Valor total atual: R$ 13.114.472,61

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
179392 - Rico de Souza - o embaixador do surfe brasileiro
Estudio F Design e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 03.925.469/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 122.240,68
Valor total atual: R$ 59.998,82

181056 - Exposição fotográfica e livro Mecânicos do Brasil
Editora Barro de Chão LTDA
CNPJ/CPF: 18.526.698/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 122.433,95
Valor total atual: R$ 676.882,80

182749 - MEMORIA E CULTURA HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA
STARSHOW PROMOCOES MARKETING LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.641.488/0001-85
Cidade: Canoas - RS;
Valor Reduzido: R$ 60.153,81
Valor total atual: R$ 248.581,19

190849 - Livro: Centenários, e Minutos Mais: Os Seculares em Belo Horizonte
ALEXANDRE PINTO SIQUEIRA
CNPJ/CPF: 298.253.776-15
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 13.422,24
Valor total atual: R$ 185.664,96

191569 - BIENAL MINEIRA DO LIVRO 2020
ASAS PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.949.458/0001-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.825.678,81
Valor total atual: R$ 1.213.716,00

191854 - Ler é Bom, Experimente
Antonio José Laé de Souza
CNPJ/CPF: 514.107.378-53
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 17.611,14
Valor total atual: R$ 38.403,65

192352 - O Rio Grande de Erico Verissimo - Edição Especial
Leonid Streliaev
CNPJ/CPF: 97.144.356/0001-30
Cidade: Gramado - RS;
Valor Reduzido: R$ 71.101,78
Valor total atual: R$ 364.943,90

192416 - CineMundo
Fotografia e Editora Kongo Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.479.235/0001-82
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Reduzido: R$ 45.540,00
Valor total atual: R$ 953.785,79

192602 - SOPROS LITERARIOS
ATIVA REDE - EDUCACAO E CULTURA (REDE)
CNPJ/CPF: 10.979.440/0001-96
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Reduzido: R$ 47.110,80
Valor total atual: R$ 93.376,80

193789 - Carreta Literária Terceira Edição
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 51.422,80
Valor total atual: R$ 786.536,95

193890 - Arte da Fotografia
AUDICHROMO CRIACAO EM AUDIO VISUAIS E EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 46.228.250/0001-84
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 96.346,25
Valor total atual: R$ 901.243,75

194009 - Somos Todos Brasileirinhos - 2ª Edição
Liz Editora LTDA
CNPJ/CPF: 13.975.515/0001-59
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 16.685,20
Valor total atual: R$ 360.286,56

194311 - Cultura e Natureza - Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo: RPPNs
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 47.223,55
Valor total atual: R$ 374.503,25

200053 - Livro Caminhos da Saúde
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 118.968,96
Valor total atual: R$ 538.703,44

200220 - História em Quadrinhos do Benny e Sua Turma
CELSO NESANELOVICZ
CNPJ/CPF: 078.298.867-92
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 3.168,00
Valor total atual: R$ 193.380,00

200405 - PORTO MEMÓRIA
JOÃO EDUARDO KEIBER ME
CNPJ/CPF: 14.633.954/0001-46
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Reduzido: R$ 10.522,48
Valor total atual: R$ 28.122,52

200493 - EVOLUIR MAIS LEITURA 2020
INSTITUTO EVOLUIR
CNPJ/CPF: 08.025.968/0001-84
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Reduzido: R$ 170.147,12
Valor total atual: R$ 578.366,03

200708 - Reedição do livro Debret e o Brasil - Obra Completa
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 232.606,00
Valor total atual: R$ 419.530,10

201080 - Pró-Biblioteca 2020
PUBLIBOOK LIVROS E PAPEIS LTDA
CNPJ/CPF: 87.932.463/0001-70
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 48.790,50
Valor total atual: R$ 944.341,21

201441 - Feira do Livro Chapecó
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
CNPJ/CPF: 82.804.642/0001-08
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Reduzido: R$ 9.529,92
Valor total atual: R$ 474.916,13

201859 - Rainha Leona em: O mistério da floresta azul
REINO BAMBINI SERVICOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 30.840.915/0001-76
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Reduzido: R$ 4.649,40
Valor total atual: R$ 195.342,84

202635 - CONTOS E LENDAS PARA CRIANÇAS
Hardy Guedes Alcoforado Filho
CNPJ/CPF: 047.217.487-87
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 621,50
Valor total atual: R$ 386.622,71

202906 - Rainha Leona em: Milho Espacial
REINO BAMBINI SERVICOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 30.840.915/0001-76
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Reduzido: R$ 84.615,30
Valor total atual: R$ 217.051,01

203219 - Coleção AEIOU Acessibilidade
DANIELA TARTARI BRUSCO - ME
CNPJ/CPF: 14.023.350/0001-88
Cidade: Sananduva - RS;
Valor Reduzido: R$ 64.680,00
Valor total atual: R$ 295.218,00

203329 - Publicação Literária: Manaós - Uma Saga de Luz e Sombra ou A Pequena Abelha e a Árvore Alta
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 7.045,32
Valor total atual: R$ 408.874,91

203330 - Publicação Literária - Tchekhov
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 1.897,50
Valor total atual: R$ 368.431,25

203500 - Leitura no Campo 4º edição
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 10.058,40
Valor total atual: R$ 975.977,73

203508 - Oceanos - Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa 2021
OCEANOS CULTURA E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 02.415.571/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 822.835,00
Valor total atual: R$ 2.047.595,00

203662 - PAN -DE- MIA - Como falar com as crianças sobre tudo que aconteceu
Wanêssa Borges Alves
CNPJ/CPF: 071.636.766-11
Cidade: Araxá - MG;
Valor Reduzido: R$ 252.818,15
Valor total atual: R$ 130.000,00

203881 - Plano Anual Vaga Lume 2021
Associação Vaga Lume
CNPJ/CPF: 04.711.157/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 474.493,09
Valor total atual: R$ 5.288.654,88

203958 - Coleção Bonecar
ASSOCIACAO CASAZUL
CNPJ/CPF: 33.032.310/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 30.107,00
Valor total atual: R$ 168.991,90

203975 - SIMPLIFICA DIREITO - O DIREITO SEM AS PARTES CHATAS
Renato Zouain Zupo
CNPJ/CPF: 802.000.106-97
Cidade: Araxá - MG;
Valor Reduzido: R$ 190.854,95
Valor total atual: R$ 275.847,00

204019 - 1ª Bienal Virtual Internacional do Livro de São Paulo
CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO
CNPJ/CPF: 60.792.942/0001-81
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 79.112,00
Valor total atual: R$ 1.371.237,04

204163 - Confraria do Vinho Bento Gonçalves - 25 anos
CONFRARIA DO VINHO DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 02.508.970/0001-28
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Reduzido: R$ 307,65
Valor total atual: R$ 92.538,60

204211 - Baú das Artes VII
FBF Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.632.558/0001-15
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.352,50
Valor total atual: R$ 1.009.243,13

204442 - A história ilustrada do mercado de capitais no Brasil
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 58.878,60
Valor total atual: R$ 342.676,84

204443 - A busca pelo U-513, por Vilfredo Schurmann (nome provisório)
SCHURMANN PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 00.132.102/0001-60
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 67.165,72
Valor total atual: R$ 614.672,03

204685 - Embalagem e Design Uma História Mundo Afora
FUTUREPACK COMERCIO E SERVICOS DE EMBALAGENS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.270.847/0001-35
Cidade: Barueri - SP;
Valor Reduzido: R$ 244,02
Valor total atual: R$ 198.960,04

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
202177 - PLANETA INSETO Â- 10 anos
Arquiprom Ltda
CNPJ/CPF: 43.306.224/0001-39
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.927,00
Valor total atual: R$ 846.216,14

204483 - Plano Anual de Atividades - Museu da Língua Portuguesa 2021
IDBRASIL CULTURA, EDUCACAO E ESPORTE
CNPJ/CPF: 10.233.223/0002-33
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 99.240,03
Valor total atual: R$ 5.130.744,97

210025 - Plano Anual do Museu Inimá de Paula - 2021
Fundação Inimá de Paula
CNPJ/CPF: 02.779.043/0001-42
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 610,14
Valor total atual: R$ 1.797.109,36

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
204008 - A Saga de Anita Garibaldi - Bicentenário
claudio rodrigues da silveira
CNPJ/CPF: 347.335.319-15
Cidade: Lages - SC;
Valor Reduzido: R$ 1.716,00
Valor total atual em: R$ 170.382,78

205221 - Talentos da Vez 09
Instituto Stimulu Brasil
CNPJ/CPF: 06.245.887/0001-64
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 429.780,00
Valor total atual em: R$ 3.379.172,00

PORTARIA Nº 183, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193826 - Facmol - Temporada de apresentações 2020, publicado na portaria nº 0734/19 de 16/12/2019, no D.O.U. em 17/12/2019, para Facmol - Temporada de apresentações.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

Conselho Nacional do Ministério Público

CONSELHO NACIONAL

PORTARIA CNMP-PRESI N° 48, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria CNMP-PRESI n° 60, de 18 de maio de 2015, que institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental Sustentável do CNMP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas nos arts. 130-A, I, da Constituição Federal, e 11, 12, XVII, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista a Recomendação n° 6, de 22 de outubro de 2007, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 19.00.5000.0011402/2018-31, resolve:

Art. 1° Alterar o inciso I do art. 2º e acrescer o inciso XI a esse mesmo dispositivo da Portaria CNMP-PRESI nº 60, de 18 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, edição de 19 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2°.....

I - Fernanda Balbinot, Membro Auxiliar da Presidência do CNMP;

.....

XI - Erick Biill Vidigal, matrícula n° 82.008, Analista Jurídico do CNMP.

§ 1°.....

....." (NR)

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 271, de 12 de março de 2021, publicada no DOU nº 49, Seção 1, págs. 167 a 174, de 15 de março de 2021, retifique-se da seguinte maneira:

ONDE SE LÊ:

Art. 9º (...)

XIX - indicação dos percentuais mínimos de vagas reservadas aos candidatos negros e aos com deficiência; (...)

LEIA-SE:

Art. 9º (...)

IX - indicação dos percentuais mínimos de vagas reservadas aos candidatos negros e aos com deficiência; (...)

ONDE SE LÊ:

Art. 29 (...)

§ 2º - Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

LEIA-SE:

Art. 29 (...)

§ 3º - Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 251ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021

Início: 10h36.

Sessão realizada por videoconferência.

Presidência: Alberto Bastos Balazeiro. Presentes as(os) Conselheiras(os): Maria Aparecida Gugel (Conselheira Secretária), Lucinea Alves Ocampos, Vera Regina Della Pozza Reis, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Oksana Maria Dziura Boldo, Júnia Soares Nader, Alvacir Correa dos Santos, José de Lima Ramos Pereira (Vice-Presidente) e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. Presentes o Corregedor-Geral do MPT André Luís Spies, a Ouvidora do MPT Heloísa Maria Moraes Rego Pires e a representante da ANPT, Lydiane Machado e Silva.

Deliberações:

I - Aprovação das atas da 250ª Sessão Ordinária e da 205ª Sessão Extraordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, aprovou as atas da 250ª Sessão Ordinária e da 205ª Sessão Extraordinária. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

II - Feitos deliberados.

01 - PGEA/IAD nº 23.02.0004.0000566/2020-54.

Interessada: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

Indiciado(a): Membro(a) do MPT.

Assunto: Indicação de Membro(a) para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em substituição à Presidenta, Procuradora Regional Trabalho LUÍZA YUKIKO KINOSHITA AMARAL, em virtude de solicitação de dispensa.

Relatora: Conselheira Lucinea Alves Ocampos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, indicar a Procuradora Regional do Trabalho Silvana Ribeiro Martins (PRT 4ª Região), na condição de membra presidenta, para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em substituição à Procuradora Regional Trabalho Luíza Yukiko Kinoshita Amaral. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

02 - PGEA nº 20.02.0004.00000045/2018-16 (Anexados: PGEA 20.02.0004.000365/2018-09, 20.02.0001.0009070/2019-47 e 20.02.0001.0008474/2020-34).

Interessados: Corregedoria do MPT e Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Proposta de resolução que dispõe sobre promoção por antiguidade e os critérios de aferição do merecimento nas promoções dos membros e das membras do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator pelo acolhimento da proposição, nos termos apresentados em seu voto, pediram vistas regimentais sucessivas os(as) Conselheiros(as) Vera Regina Della Pozza Reis, Alberto Bastos Balazeiro, Oksana Maria Dziura Boldo, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 245ª Sessão Ordinária, 28/08/2020.

Decisão anterior: Renovaram pedido de vistas simultâneas os(as) Conselheiros(as) Vera Regina Della Pozza Reis, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 246ª Sessão Ordinária, 24/09/2020.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho aferindo questão de ordem suscitada pelo Presidente, decidiu, à unanimidade, incluir no presente feito a matéria tratada no PGEA nº 20.02.0001.0008474/2020-34, que versa sobre solicitação de manifestação acerca da Proposição CNMP n° 1.00744/2020-6 e visa estabelecer prioridade da análise da candidatura de membros remanescentes de listas tríplices anteriores nos processos de promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público brasileiro, para acrescentar os §§ 2º e 3º no art. 2º da Resolução CNMP nº 2, de 21 de novembro de 2005. Na sequência, renovaram pedidos de vistas regimentais simultâneas o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira e as Conselheiras Oksana Maria Dziura Boldo, Vera Regina Della Pozza Reis e Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano. CSMPT, 247ª Sessão Ordinária, 29/10/2020.

Decisão anterior: Renovaram pedidos de vistas regimentais simultâneas o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira e as Conselheiras Vera Regina Della Pozza Reis e Oksana Maria Dziura Boldo. CSMPT, 248ª Sessão Ordinária, 26/11/2020.

Decisão anterior: Após os votos vistas das Conselheiras Oksana Maria Dziura Boldo e Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, renovaram pedidos de vistas regimentais simultâneas o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira e a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 249ª Sessão Ordinária, 18/12/2020.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista do Conselheiro José de Lima Ramos Pereira, renovaram pedidos de vistas regimentais simultâneas as Conselheiras Vera Regina Della Pozza Reis e Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano. Concedeu-se vista regimental simultânea à Conselheira Maria Aparecida Gugel. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: Apresentado o voto de vista pela Conselheira Maria Aparecida Gugel, renovaram pedidos de vistas regimentais simultâneas as Conselheiras Vera Regina Della Pozza Reis e Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

03 - PGEA nº 20.02.0004.0000045/2021-07

Requerentes: Corregedoria do MPT e Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Ofício CMPT nº 42.2021 - Solicitação de ações para alteração tópica do Regimento Interno do CSMPT, na forma do art. 44 da Resolução CSMPT nº 121/2015, da Lei de Acesso à Informação, e da Resolução CNMP nº 89/2012.

Relator: Conselheiro Alvacir Correa dos Santos.

Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator no sentido de submeter o pleito ao Colegiado a fim de que se delibere na forma do artigo 44, da Resolução 121/2015, visando que a proposta seja subscrita por pelos menos três Conselheiros, conforme o disposto no art. 28 da mesma Resolução nº 121/2015 que prevê a obrigatoriedade de a proposição conter a devida exposição de motivos e a minuta do ato, sob pena de indeferimento liminar, pediu vista regimental o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, após a análise da matéria, decidiu, à unanimidade, suprir a ausência de assinaturas de três Conselheiros(as), voluntariando-se para assinar a proposta de alteração do Regimento Interno deste Conselho Superior os Conselheiros José de Lima Ramos Pereira, Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis, que encaminharão a minuta da proposta de resolução e a exposição dos motivos ao Conselheiro Relator para prosseguimento. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

04 - PGEA/EP nº 28.02.0004.0000039/2021-33.

Interessado: Anderson de Mello Reichow - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório (20º Concurso, 7ª Posse em 15/07/2019).

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

Decisão anterior: Adiado em razão do adiantado da hora, podendo ser incluído em pauta da próxima sessão extraordinária. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar o estágio probatório do Procurador do Trabalho Anderson de Mello Reichow e seu vitaliciamento no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, a partir de 15 de julho de 2021, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

05 - PGEA/EP nº 28.02.0004.0000041/2021-76.

Interessada: Elizabeth Pereira Pacheco - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório (20º Concurso, 7ª Posse em 15/07/2019).

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.

Decisão anterior: Adiado em razão do adiantado da hora, podendo ser incluído em pauta da próxima sessão extraordinária. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar o estágio probatório da Procuradora do Trabalho Elizabeth Pereira Pacheco e seu vitaliciamento no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, a partir de 15 de julho de 2021, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

06 - PGEA/EP nº 28.02.0004.0000090/2021-14.

Interessado: Eduardo Sidney Serra Filho - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de Estágio Probatório - 20º Concurso - 8ª Posse em 16/08/2019.

Relatora: Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis.

Decisão anterior: Adiado em razão do adiantado da hora, podendo ser incluído em pauta da próxima sessão extraordinária. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar o estágio probatório do Procurador do Trabalho Eduardo Sidney Serra Filho e seu vitaliciamento no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, previsto para o dia 16 de agosto de 2021, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

07 - PGEA/EP 28.02.0004.0000040/2021-06.

Interessado: Carlos Lins de Oliveira Júnior - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de Estágio Probatório - 20º Concurso - 7ª Posse em 15/07/2019.

Relator: Conselheiro Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar o estágio probatório do Procurador do Trabalho Carlos Lins de Oliveira Júnior, matrícula nº 1127-4 e seu vitaliciamento no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, com previsão para a data de 15/07/2021, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, momentânea e justificadamente, a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

08 - PGEA nº 20.02.2200.0000038/2021-42.

Requerente: Procuradoria Regional Trabalho 22ª Região/PI.

Assunto: Consulta acerca da interpretação a ser conferida ao art. 1º da Resolução CSMPT nº 179/2020.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão anterior: Adiado em razão do adiantado da hora, podendo ser incluído em pauta da próxima sessão extraordinária. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, não conhecer da consulta formulada pelo Procurador do Trabalho Ednaldo Rodrigo Brito da Silva, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

09 - PGEA nº 20.02.0003.0000004/2021-62.

Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.

Assunto: Aprovação da lista de antiguidade dos(as) Membros(as) do Ministério Público do Trabalho, apurada até 31/12/2020.

Relatora: Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis.

Decisão anterior: Adiado em razão do adiantado da hora, podendo ser incluído em pauta da próxima sessão extraordinária. CSMPT, 250ª Sessão Ordinária, 25/02/2021.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar a lista de antiguidade dos Membros do Ministério Público do Trabalho, fls 04- 41 dos autos eletrônicos, em vigor na data de 31 de dezembro de 2020, por meio da Resolução CSMPT nº 180, de 25 de março de 2021, encaminhando-a à publicação oficial, nos termos do voto da Conselheira Relatora,. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

10 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0300.0000103/2021-15.

Requerente: Arlélio de Carvalho Lage - Procurador Regional do Trabalho.

Assunto: Pedido de reconsideração e a manutenção da sua classificação da antiguidade na Carreira considerando o momento da aposentadoria não reconhecida pelo TCU, que culminou no retorno ao trabalho nas mesmas condições anteriores.

Relatora: Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, redistribuir livremente o presente feito. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

11 - PGEA nº 20.02.0001.0001174/2021-27

Interessado: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Designação ad referendum do CSMPT do Procurador Regional do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira para exercer as funções de Subprocurador-Geral do Trabalho na Coordenadoria de Órgão Interveniente, em Ofício vago em razão da aposentadoria do Dr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho, até que se ultime o processo de promoção decorrente do Edital CSMPT nº 60.2021.

Processo sem relator(a).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar o ato do Procurador Geral do Trabalho que designou o Procurador Regional do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira para exercer as funções de Subprocurador-Geral do Trabalho na Coordenadoria de Órgão Interveniente, em Ofício vago decorrente da aposentadoria do Subprocurador-Geral do Trabalho Rogério Rodriguez Fernandez Filho, até a ultimação do processo de promoção oriundo do Edital CSMPT nº 60.2021. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

12 - PGEA nº 20.02.1201.00167/2019-07

Interessado: Guilherme Kirtschig - Procurador do Trabalho

Assunto: Pedido de prazo complementar para apresentação de diploma e histórico escolar - Afastamento para elaboração de Dissertação de Mestrado da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALE.

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, deferir o prazo de 90 (noventa) dias para que o interessado proceda a juntada do diploma e do histórico escolar ao presente feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

13 - PGEA nº 20.02.0004.0000034/2021-13.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Proposta de alteração do § 2º, do artigo 37, da Resolução CSMPT nº 144, de 27 de abril de 2017, que dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria do MPT.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, acolher a proposição, aprovar e aditar a Resolução CSMPT nº 181, de 25 de março de 2021, que altera o § 2º do art. 37 da Resolução nº 144/2017, que dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

14 - PGEAS nº 20.02.0001.0004609/2017-26.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região - MT.

Assunto: Pedido de prorrogação da redistribuição temporária dos 1º e 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/Barra do Garças/MT para a Sede da PRT da 23ª Região (Cuiabá/MT).

Relator: Conselheiro Alvacir Correa dos Santos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, prorrogar a redistribuição temporária dos 1º e do 2º Ofícios Gerais da PTM de Água Boa/Barra do Garças para a Sede da PRT da 23ª Região (Cuiabá), limitada a 2 (dois) anos, até o dia 12.04.2023, sem prejuízo de o retorno das atividades acontecer antes dessa data, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

15 - PGEAS nº 20.02.2300.0001352/2019-27.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região - MT.

Assunto: Pedido de prorrogação da redistribuição temporária do 1º e do 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/Barra do Garças/MT para a Sede da PRT da 23ª Região (Cuiabá/MT).

Relator: Conselheiro Alvacir Correa dos Santos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, prorrogar a redistribuição temporária dos 1º e do 2º Ofícios Gerais da PTM de Água Boa/Barra do Garças para a Sede da PRT da 23ª Região (Cuiabá), limitada a 2 (dois) anos, até o dia 12.04.2023, sem prejuízo de o retorno das atividades acontecer antes dessa data, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

16 - PGEA nº 20.02.1506.0000010/2021-53.

Requerente: Élisson Miessa dos Santos - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Relatora: Conselheira Lucinea Alves Ocampos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pelo deferimento do afastamento do Procurador do Trabalho Élisson Miessa dos Santos, lotado na PTM de Ribeiro Preto (PRT/15ª Região), pelo período de 03/05/2021 a 30/06/2021, para elaboração da dissertação de mestrado no âmbito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

17 - PGEA nº 20.02.0909.0000001/2021-36.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região.

Assunto: Pedido de retificação de alteração da abrangência territorial na PRT da 9ª Região.

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, homologar a retificação da alteração das circunscrições municipais no Estado do Paraná, na forma requerida, promovendo-se a alteração da Portaria PGT nº 463, de 28/10/2010, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

18 - PGEA 20.02.0001.0001161/2021-87.

Interessada: Procuradoria Regional Trabalho 15ª Região/Campinas.

Assunto: Pedido de alterações nos 7º e 11º Ofícios Gerais da PRT da 15ª Região.

Relator: Conselheiro José de Lima Remos Pereira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, ter competência para apreciar e decidir o pedido de "alterações sobre o 7º e o 11º Ofícios Gerais da PRT da 15ª Região" e, no mérito, deferir o requerimento da regional para contemplar os pedidos formulados pela PRT15, homologando, por consequência, a proposta apresentada, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

19 - PGEA 20.02.0200.0004164/2019-29.

Interessadas: Coordenação da Coordenadoria de 1º Grau/PRT2 e Procuradoria Regional Trabalho da 2ª Região -SP.

Assunto: Solicitação de retificação da Portaria PGT nº 1335, de 11/09/2020, que dispõe sobre as divisões temáticas especializadas dos Ofícios das Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

Relator: Conselheiro José de Lima Ramos Pereira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, ter competência para apreciar e decidir o pedido de "solicitação de retificação da Portaria PGT nº 1335, de 11/09/2020, que dispõe sobre as divisões temáticas especializadas dos Ofícios das Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região - em complemento ao OFÍCIO MPT/PRT-2/GAB nº 350/2020" e, no mérito, deferir o requerimento da Regional para que seja retificada a referida portaria do PGT para contemplar os pedidos formulados pela PRT2, homologando, por consequência, a proposta apresentada, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

20 - PGEA 20.02.0507.0000112/2019-68.

Interessada: Rachel Freire de Abreu Neta - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento - Requerimento de afastamento do país para frequentar o Curso Master en Derecho Constitucional da Universidade de Sevilha/Espanha.

Relator: Conselheiro Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pelo deferimento do novo período de afastamento da Procuradora do Trabalho Rachel Freire de Abreu Neta, Matrícula: 1007-3, lotada na Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Antônio de Jesus/BA, compreendido entre 12 de agosto de 2021 a 12 de outubro de 2021, para elaboração de dissertação como trabalho final do curso "Master en Derecho Constitucional", com prazo para apresentação até 15 de novembro de 2021, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

21 - PGEA 20.02.0004.0000050/2021-66.

Requerente: Corregedoria do MPT.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 169/2019, para revogar o parágrafo 2º do artigo 9º.

Relator: Conselheiro José de Lima Ramos Pereira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, acolher o pedido para revogar o § 2° do artigo 9º da Resolução CSMPT nº 169/2019 e, em consequência, aprovar e editar a Resolução CSMPT n° 182, de 25 de março de 2021, dispondo sobre a revogação do referido dispositivo, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPT, 251ª Sessão Ordinária, 25/03/2021.

Término: 13h15.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Presidente do CSMPT

MARIA APARECIDA GUGEL
Conselheira Secretária do CSMPT

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 186, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela senhora NASIAN SOUZA DO BOMFIM MELO, autuada sob o número 001336.2020.20.000/9, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a ASSÉDIO MORAL e ABUSO DO PODER DIRETIVO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);, resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE BOLOS CAZINHA DO BOLO EIRELI (CNPJ 35.610.768/0001-61, nome de fantasia CASINHA DO BOLO, localizada na Rua Perolina Silva Lima, 221, Bairro Luzia, Aracaju, CEP 49045-580). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ
Procurador do Trabalho

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 8, DE 23 DE MARÇO DE 2021

(Sessão Telepresencial da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por estar substituindo Ministro titular da Primeira Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 7, referente à sessão realizada em 16 de março de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-028.800/2019-2, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-005.278/2020-1, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro;

- TC-018.051/2020-0 e TC-033.628/2020-3, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas; e

- TC-002.940/2020-5, TC-022.596/2020-8, TC-023.672/2015-3, TC-027.457/2019-2, TC-033.133/2020-4, TC-033.330/2019-0, TC-033.372/2019-5, TC-033.991/2019-7, TC-034.560/2017-3, TC-036.707/2018-0, TC-038.437/2020-1, TC-039.395/2020-0, TC-039.741/2019-2, TC-040.092/2018-6, TC-040.278/2018-2 e TC-046.577/2020-3, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4660 a 5009.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos nºs 4570 a 4635 e 4637 a 4659.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-019.069/2015-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Edson Luís Kossmann, apresentou sustentação oral em nome de José Sidney Nunes de Almeida.

Na apreciação do processo nº TC-020.165/2010-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Elísio de Azevedo Freitas, apresentou sustentação oral em nome da empresa HECA Comércio e Construções Ltda.

Na apreciação do processo nº TC-018.940/2020-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Rogério Telles Correia das Neves, declinou de apresentar sustentação oral em nome da Advocacia Geral da União.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº 019.069/2015-4, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz, foi adiada para a sessão telepresencial da Segunda Câmara de 20 de abril de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado. O Dr. Edson Luís Kosmann apresentou sustentação oral em nome de José Sidney Nunes de Almeida.

PEDIDO DE REEXAME

Nos termos do 129 do Regimento Interno, o relator, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho pediu reexame do processo nº TC-033.133/2020-4, para excluí-lo de pauta.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 4636.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 4660 a 5009, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 4570 a 4635 e 4637 a 4659, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 4570/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.297/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: José Galeno Diógenes Torquato (513.347.394-04).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. José Augusto Delgado (7490/OAB-RN) e outros, representando José Galeno Diógenes Torquato.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor de José Galeno Diógenes Torquato (CPF 513.347.394-04), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 01434/2009 (peça 5), registro Siafi 718495, firmado com o Município de São Miguel/RN, tendo por objeto a realização do evento denominado "13ª Vaquejada de São Miguel".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. rejeitar, em parte, as razões de justificativas e alegações de defesa apresentadas pelo responsável José Galeno Diógenes Torquato (CPF 513.347.394-04);
9.2. julgar, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, irregulares as contas do responsável José Galeno Diógenes Torquato (CPF: 513.347.394-04), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, abatendo-se, na ocasião, os valores já ressarcidos, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei,c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

1.1.1.1. Data de ocorrência	1.1.1.2. Valor histórico (R$)	1.1.1.3. Tipo da parcela
1.1.1.4. 23/04/2010	1.1.1.5. 445,00	1.1.1.6. Crédito
1.1.1.7. 27/7/2011	1.1.1.8. 6.324,90	1.1.1.9. Crédito
1.1.1.10. 8/2/2010	1.1.1.11. 4.777,07	1.1.1.12. Débito
1.1.1.13. 8/2/2010	1.1.1.14. 90.764,00	1.1.1.15. Débito

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando ao responsável o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. dar ciência desta decisão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e
9.6. dar ciência desta decisão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4570-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4571/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.723/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Franklin Chardam Gabriel dos Santos (033.568.323-10); Gisele Silveira Felizardo (038.328.889-42); Jonathan Barros de Mesquita (022.807.993-40).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Jonathan Barros de Mesquita, Franklin Chardam Gabriel dos Santos e Gisele Silveira Felizardo, negando-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4571-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4572/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.737/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV- Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Eliana Bispo de Brito (039.293.659-36); Kellyton Silva Mendes (012.951.715-11) e Wanderleia Suzane Wruk Vila Nova (057.484.349-38).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Wanderleia Suzane Wruk Vila Nova, Eliana Bispo de Brito e Kellyton Silva Mendes, negando-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4572-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4573/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.746/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Edla Lopes Barros (016.124.621-46); Wellington Cavalcanti Camargo (373.113.478-07) e Xerxes Ricardo Alberti (903.586.781-53).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são examinados atos de admissão expedidos pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as admissões de Edla Lopes Barros, Wellington Cavalcanti Camargo e Xerxes Ricardo Alberti, negando os respectivos registros;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu até o trânsito em julgado a validade do concurso público regido pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4573-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4574/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.753/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Andrea Fatima Felipelli Savietto (167.534.178-85); Dyesley Carlos Alves da Silva (027.347.593-22); Jessica de Sene Alvim Colombo (373.934.178-55).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Andrea Fatima Felipelli Savietto, Dyesley Carlos Alves da Silva e Jessica de Sene Alvim Colombo, negando-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4574-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4575/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.755/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Davi da Silva Costa (679.546.692-20); Pamella Suellyn de Oliveira Paulino (066.038.804-90) e Welson Fernandes Rodrigues (828.515.301-00).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Welson Fernandes Rodrigues, Davi da Silva Costa e Pamella Suellyn de Oliveira Paulino, negando-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4575-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4576/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.759/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ananda Caroline Medeiros Bruschi Amorim (377.329.888-92); Danilo Mastrandea (352.563.728-40); Mauricio Freire de Oliveira (990.238.735-72).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais as atos de admissão de Danilo Mastrandea, Mauricio Freire de Oliveira e Ananda Caroline Medeiros, negando-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4576-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4577/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.781/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Carlos Augusto de Castro Soares (039.595.711-78); Juvenal Aparecido da Costa Prado (253.979.478-57) e Magdiel de Oliveira Nunes (036.088.101-70).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são examinados atos de admissão expedidos pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as admissões de Carlos Augusto de Castro Soares, Juvenal Aparecido da Costa Prado e Magdiel de Oliveira Nunes, negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu até o trânsito em julgado a validade do concurso público regido pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4577-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4578/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.822/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Jessica Muniz Veloso (093.802.169-98); Katherine Viana Pedroso (013.633.540-35) e Thiago Ribeiro de Bona Sartor (076.588.799-16).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são examinados atos de admissão expedidos pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as admissões de Jessica Muniz Veloso, Katherine Viana Pedroso e Thiago Ribeiro de Bona Sartor, negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu até o trânsito em julgado a validade do concurso público regido pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4578-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4579/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.542/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Edleia dos Santos (084.215.928-23); União das Escolas de Samba Paulistanas (43.837.368/0001-11).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em desfavor da União das Escolas de Samba Paulistanas e seus ex-presidentes, Sra. Edleia dos Santos (entre 11/5/2005 a 10/5/2009) e Sr. Kaxitu Ricardo Campos (entre 1/5/2009 e 2017), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 035/2007, firmado entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a referida entidade, que tinha por objeto o "*Apoio financeiro ao projeto denominado Promoção da Igualdade Racial nos 120 anos de Abolição*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Kaxitu Ricardo Campos;

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, a União das Escolas de Samba Paulistanas e a Sra. Edleia dos Santos, ex-presidente dessa entidade, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis União das Escolas de Samba Paulistanas e Edleia dos Santos, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância de R$ 150.000,00, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data de 24/12/2007 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e aos responsáveis, para ciência, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4579-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4580/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.439/2015-5.

1.1. Apenso: 006.625/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antônio José Gomes de Matos (393.153.041-87); Associação Gomes de Matos (26.502.625/0001-45).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Cidadania; Ministério do Esporte (extinto); Secretaria Especial do Esporte.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: então Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho) (atual Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social - SecexPrevidência).

8. Representação legal:

8.1. Henrique de Sousa Lima (53.484/OAB-DF) e outros, representando Associação Gomes de Matos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte - ME (extinto, atual Secretaria Especial do Esporte - Ministério da Cidadania), em desfavor da Associação Gomes de Matos/DF e do Sr. Antônio José Gomes de Matos, ex-Presidente da Associação, em razão da não devolução ao erário do percentual de 42% do recurso desembolsado na execução do objeto do Convênio/ME/Associação Gomes de Matos/DF 164/2006, em face da inexecução parcial do objeto proposto e irregularidades na execução física e financeira do referido ajuste;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Antônio José Gomes de Matos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Associação Gomes de Matos/DF;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da Associação Gomes de Matos/DF e Antônio José Gomes de Matos, Presidente da Associação, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância de R$ 678.579,85, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir da data de 27/8/2007 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste acórdão ao Ministério da Cidadania, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal e aos responsáveis, informando que o Relatório e o Voto que o fundamentam estão disponíveis no Portal do Tribunal (www.tcu.gov.br/acordaos);

9.7. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando que o Relatório e o Voto que o fundamentam estão disponíveis no Portal do Tribunal (www.tcu.gov.br/acordaos);

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4580-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4581/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.569/2019-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação Cultural e Educacional Brasil - Aceb (03.680.305/0001-80); Ricardo Bulcão Vianna (432.658.209-04).

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Turismo; Secretaria Especial da Cultura; Secretaria -Executiva do Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura em desfavor da Associação Cultural e Educacional Brasil - Aceb e de Ricardo Bulcão Vianna, em razão de omissão no dever de prestar contas, relativas aos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 069460, descrito da seguinte forma: "Publicação de um livro com fotos e textos sobre a construção da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, e confecção de 16 painéis fotográficos para exposição itinerante."

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas e acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ricardo Bulcão Vianna;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso III; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas do Sr. Ricardo Bulcão Vianna e da Associação Cultural e Educacional Brasil - Aceb, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
33.446,00	17/11/2008	D
2.241,83	23/10/2019	C
28,79	23/10/2019	C

9.3. aplicar individualmente ao Sr. Ricardo Bulcão Vianna e à Associação Cultural e Educacional Brasil - Aceb, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial de Cultura e aos responsáveis, para ciência, informando-lhes que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentarem, estará disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4581-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4582/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.080/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (34.028.316/0001-03).

3.2. Responsáveis: Alexo Martins Moreira (408.924.763-20); Caroline Marques Soares Ferreira (054.203.983-46); Dhiego Wallace Louzeiro Silva (019.168.253-54); Luciano Soares da Silva (816.321.343-49); Natália Cavalcante Azevedo (040.685.663-05).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações no Maranhão.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. José Benedito da Silva Neto, representando Caroline Marques Soares Ferreira.

8.2. João Vitor Mendes de Miranda (13.002/OAB-MA), representando Natália Cavalcante Azevedo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em desfavor dos Srs. Dhiego Wallace Louzeiro Silva, Gerente da Agência dos Correios (AC) de Água Doce do Maranhão/MA, Alexo Martins Moreira, Gerente da AC de Araioses/MA, Caroline Marques Soares Ferreira, gerente da AC de Tiririca/MA, Luciano Soares da Silva, funcionário da AC de São Bernardo/MA, e Natalia Cavalcante Azevedo, gerente interina da AC de Mirinzal/MA, em razão da ausência de numerário e da emissão fraudulenta e pagamentos irregulares de vales postais nacionais eletrônicos (VPNE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, os responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva, Alexo Martins Moreira e Luciano Soares da Silva;

9.2. rejeitar as alegações de defesa prestadas pelas responsáveis Caroline Marques Soares Ferreira e Natalia Cavalcante Azevedo;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva, Caroline Marques Soares Ferreira, Natalia Cavalcante Azevedo, Alexo Martins Moreira e Luciano Soares da Silva, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Débitos relacionados exclusivamente ao responsável Dhiego Wallace Louzeiro Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
02/12/2016	1.000,00
02/12/2016	500,00
23/12/2016	1.000,00
28/12/2016	500,00
30/12/2016	1.000,00
16/01/2017	1.000,00
16/01/2017	1.000,00
19/01/2017	1.000,00
19/01/2017	1.000,00
19/01/2017	1.000,00
23/01/2017	1.000,00
23/01/2017	1.000,00
23/01/2017	1.000,00
27/01/2017	1.000,00
31/01/2017	1.000,00
31/01/2017	1.000,00
01/02/2017	1.000,00
02/02/2017	1.000,00
03/02/2017	1.000,00
03/02/2017	1.000,00
08/02/2017	1.000,00
08/02/2017	1.000,00
10/02/2017	1.000,00
10/02/2017	1.000,00
14/02/2017	1.000,00
14/02/2017	1.000,00
14/02/2017	1.000,00
16/02/2017	1.000,00
16/02/2017	1.000,00
16/02/2017	1.000,00
17/02/2017	1.000,00
17/02/2017	1.000,00
21/02/2017	1.000,00
21/02/2017	1.000,00
22/02/2017	1.000,00
22/02/2017	1.000,00
22/02/2017	1.000,00
24/02/2017	1.000,00
24/02/2017	1.000,00
24/02/2017	1.000,00
01/03/2017	1.000,00
01/03/2017	1.000,00
03/03/2017	1.000,00
03/03/2017	1.000,00
06/03/2017	1.000,00
06/03/2017	1.000,00
13/03/2017	1.000,00
13/03/2017	1.000,00
13/03/2017	1.000,00
29/03/2017	1.000,00
29/03/2017	1.000,00
29/03/2017	1.000,00
10/04/2017	1.000,00
10/04/2017	1.000,00
10/5/2017	199.374,04
10/5/2017	6.625,98

Débitos relacionados aos responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva em solidariedade com Caroline Marques Soares Ferreira:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/4/2017	1.000,00
13/4/2017	1.000,00
13/4/2017	1.000,00
13/4/2017	1.000,00
13/4/2017	1.000,00
13/4/2017	1.000,00
20/4/2017	1.000,00
20/4/2017	1.000,00
20/4/2017	1.000,00
20/4/2017	1.000,00
20/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
26/4/2017	1.000,00
24/2/2017	1.000,00
24/2/2017	1.000,00
24/2/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
20/3/2017	1.000,00
4/4/2017	1.000,00
4/4/2017	1.000,00
4/4/2017	1.000,00
4/4/2017	1.000,00
6/4/2017	1.000,00
6/4/2017	1.000,00
6/4/2017	1.000,00

Débitos relacionados aos responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva em solidariedade com Luciano Soares da Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/1/2017	1.000,00
2/1/2017	1.000,00
9/1/2017	1.000,00
9/1/2017	1.000,00

Débitos relacionados aos responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva em solidariedade com Natalia Cavalcante Azevedo:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/1/2017	1.000,00
5/1/2017	1.000,00
5/1/2017	1.000,00

Débitos relacionados aos responsáveis Dhiego Wallace Louzeiro Silva em solidariedade com Alexo Martins Moreira:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/12/2016	1.000,00
29/12/2016	1.000,00
29/12/2016	1.000,00

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, aos responsáveis nos valores individuais de: Dhiego Wallace Louzeiro Silva, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Caroline Marques Soares Ferreira, R$ 6.000,00 (seis mil reais); Natalia Cavalcante Azevedo, Alexo Martins Moreira e Luciano Soares da Silva, R$ 1.000,00 (hum mil reais) cada um, fixando para todos o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações no Maranhão e aos responsáveis, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4582-08/21-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4583/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.668/2018-7.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessada/Recorrente/Responsáveis:
3.1. Interessada: Secretaria Especial da Cultura/Ministério da Cidadania.
3.2. Recorrente: Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91).
3.3. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antônio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91).
4. Unidade jurisdicionada: Secretaria Especial da Cultura/Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação Legal:
8.1. Glauter Fortunato Dias Del Nero (356.932/OAB-SP), Filipe da Silva Vieira (356.924/OAB-SP) e outros, representando Felipe Vaz Amorim (peça 50).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Felipe Vaz Amorim contra o Acórdão 8.187/2019-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas e condenou-o ao pagamento do débito apurado e da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados por intermédio da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet) no âmbito do projeto cultural Pronac 06-8537, Projeto "O artesanato da Mata Atlântica",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à interessada, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4583-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4584/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.931/2014-7.
1.1. Apenso: 029.941/2017-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Ana Isabel Mesquita de Oliveira (962.989.608-72); Cristina Lopes da Silva - ME (03.350.181/0001-74); Jucelino Lima de Farias (025.554.094-91); Luiza Produções e Promoções Ltda - Me (09.617.999/0001-97).
3.3. Recorrente: Jucelino Lima de Farias (025.554.094-91).
4. Órgão/Entidade: Município de Igaracy - PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. José Lacerda Brasileiro (3911/OAB-PB) e outros, representando Jucelino Lima de Farias.
8.2. Antônio Joaquim Ribeiro Júnior (28712/OAB-PE), representando Luiza Produções e Promoções Ltda - ME.
8.3. Wellington Alves Valente (9.617-b/OAB-PA) e outros, representando Ana Isabel Mesquita de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos o presente recurso de reconsideração (peça 73) interposto por Jucelino Lima de Farias, ex-Prefeito, contra o Acórdão 3.224/2018-TCU-2ª Câmara (peça 69), retificado por erro material pelo Acórdão 2.324/2019-TCU-2ª Câmara (peça 77),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do RI/TCU, do recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente o acórdão recorrido.
9.2. julgar, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, regulares com ressalva as contas do Sr. Jucelino Lima de Farias, dando-lhe quitação;
9.3. enviar cópia do presente Acórdão ao recorrente, ao Ministério do Turismo, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4584-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4585/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.124/2015-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR.
3.2. Responsáveis: Aiporé Rodrigues de Moraes (211.451.561-34); Edeijavá Rodrigues Lira (120.353.601-10); Fundação Universitária de Brasília - Fubra, posteriormente Fundação de Gestão e Inovação - FGI (03.151.583/0001-40).
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.
8. Representação legal:
8.1. Valmir Floriano Vieira de Andrade (26778/OAB-DF) e outros, representando Edeijavá Rodrigues Lira.
8.2. Melillo Dinis do Nascimento (13.096/OAB-DF) e outros, representando Paulo Celso dos Reis Gomes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos oriundos do Convênio 2/2004, firmado entre a então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir da Presidência da República e a extinta Fundação Universitária de Brasília - Fubra, posteriormente Fundação de Gestão e Inovação - FGI, tendo por objeto o apoio financeiro ao projeto de "diagnóstico socioeconômico da população remanescente dos quilombos, em áreas prioritárias e cursos de capacitação e seminários para estas comunidades",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, para todos os efeitos, o Sr. Aiporé Rodrigues de Moraes, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Fundação Universitária de Brasília - Fubra (posteriormente Fundação de Gestão e Inovação - FGI), pela Fundação Universidade de Brasília - FUB, sua sucessora, e pelo Sr. Edeijavá Rodrigues Lira;
9.3. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas da Fundação Universitária de Brasília - Fubra (posteriormente Fundação de Gestão e Inovação - FGI) e dos Srs. Aiporé Rodrigues de Moraes e Edeijavá Rodrigues Lira e condenar esses dois últimos responsáveis, solidariamente com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, pelos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, limitados, no caso da FUB, ao montante que porventura venha a receber, na condição de sucessora, após a liquidação dos bens da Fubra/FGI, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

VALOR (R$)	DATA
115.251,31	12/7/2004
568.379,50	5/10/2004
180.000,00	8/4/2005
41.245,30	31/3/2006
9.963,19	31/3/2006

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;
9.6. dar ciência desta decisão aos responsáveis, à Fundação Universidade de Brasília - FUB, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, à Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT e à Procuradoria da República no Distrito Federal, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4585-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4586/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.180/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria do Socorro Fontenele (274.286.483-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria concedidas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Maria do Socorro Fontenele;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU n. 106;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.1. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e à interessada.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4586-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4587/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.165/2010-2.
1.1. Apensos: TC 015.558/2010-0, TC 020.419/2007-9, TC 020.438/2007-4, TC 015.554/2010-4 e TC 015.562/2010-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.2. Responsáveis: Albano do Prado Pimentel Franco (002.533.915-04); Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (149.108.535-53); Construtora do Nordeste Ltda. (13.005.178/0001-77); Gilmar de Melo Mendes (236.452.105-04); Heca Comércio e Construções Ltda. (13.173.885/0001-72); João Alves Filho (002.588.495-68)
3.3. Recorrentes: Construtora do Nordeste Ltda. (13.005.178/0001-77); Heca Comércio e Construções Ltda. (13.173.885/0001-72); Gilmar de Melo Mendes (236.452.105-04); Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (149.108.535-53).
4. Órgão/Entidade: Companhia de Saneamento de Sergipe.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal:
8.1. Gryecos Attom Valente Loureiro (54.459/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.2. Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Heca Comércio e Construções Ltda.
8.3. Rafael Resende de Andrade (5201/OAB-SE) e outros, representando Arivaldo Ferreira de Andrade Filho.
8.4. Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE), representando Albano do Prado Pimentel Franco.
8.5. Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF), representando Construtora do Nordeste Ltda e Heca Comércio e Construções Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam Recursos de Reconsideração interpostos por Heca Comércio e Construções Ltda., pela Construtora do Nordeste Ltda., por Gilmar de Melo Mendes e por Arivaldo Ferreira de Andrade Filho, contra o Acórdão 5.785/2017-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 7.588/2017-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU em:
9.1. conhecer dos presentes Recursos de Reconsideração, e, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe;
9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para que adote as providências que entender cabíveis no resguardo dos recursos sob sua jurisdição em relação ao Contrato 800.095/98, celebrado entre a Governo do Estado de Sergipe e a União, tendo como interveniente executora a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), em virtude da irregularidade que foi apurada nestes autos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4587-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4588/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.940/2020-0.
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Representante: Ministério Público junto ao TCU.
4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal:
8.1. Rogerio Telles Correia das Neves (OAB/SP 133.445), representando a Advocacia-Geral da União e Secretaria Especial de Comunicação Social (extinta).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pelo MPTCU, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU, sobre os indícios de irregularidade pelo subsequente dano ao erário e ao patrimônio ambiental resultante da eventual aplicação do Despacho n.º 4.410/2020 (Peça 4) expedido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, com a sua publicação em 6/4/2020, a partir da correspondente edição da nova nota técnica e do parecer pela Advocacia-Geral da União (AGU) no sentido do estabelecimento do novo entendimento sobre a aplicabilidade dos arts. 61-A e 61-B da Lei nº 12.651 (Código Florestal), de 2012, em detrimento da aplicação da Lei nº 11.428 (Lei da Mata Atlântica), de 2006, tornando eventualmente possível, assim, a consolidação de propriedades rurais instaladas em Área de Preservação Permanente (APP) desmatadas e ocupadas até julho de 2008, além do eventual cancelamento dos processos e das penalidades pelas infrações ambientais perpetradas no correspondente bioma;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, assinalá-la como prejudicada, por perda de objeto, além de assinalar como prejudicado o referido pedido de cautelar suspensiva, em face dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU e em face, especialmente, da revogação do Despacho MMA 4.410/2020 pelo Despacho MMA 19.258/2020;
9.2. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ibama, para ciência, e ao Ministério do Meio Ambiente, para ciência e adoção das eventuais providências cabíveis; e
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4588-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4589/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.993/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Albp - Projetos e Empreendimentos Socio-culturais Ltda. (05.815.715/0001-16); Ronaldo Santana Anias (892.756.595-91).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC) em desfavor da ALBP Projetos e Empreendimentos Sócio-Culturais Ltda. (ALBP Cultural) e do Sr. Ronaldo Santana Anias, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet", para a realização do Projeto "Festival de Forró do Recôncavo Baiano - Cem Anos de Luiz Gonzaga", tendo por objeto a apresentação de shows de bandas locais e nacionais, de 16/7 a 31/12/2012, em Maragogipe/BA, com músicas de Luiz Gonzaga, em comemoração do centenário do "Rei do Baião";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:
9.1. julgar irregulares as contas da ALBP Projetos e Empreendimentos Sócio-Culturais Ltda. (ALBP Cultural) e do Sr. Ronaldo Santana Anias, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
27/12/2012	300.000,00
28/6/2013	25.000,00
30/12/2013	85.000,00
25/6/2014	210.000,00

9.2. aplicar, individualmente, à ALBP Projetos e Empreendimentos Sócio-Culturais Ltda. (ALBP Cultural) e ao Sr. Ronaldo Santana Anias a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.3.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.3.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4589-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4590/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.143/2013-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Espólio de Augusto Nilton de Sousa (067.017.449-15); Haeming Produções Cinematográficas Ltda. - ME (83.944.413/0001-51).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Roberta Zumblick Martins da Silva (52.614/OAB-DF) e outros, representando Augusto Nilton de Sousa.
8.2. Alexandre Haeming Zacchi (6.788/OAB-SC), representando Liliam Mazzuco de Sousa e Haeming Produções Cinematográficas Ltda. - ME.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em face da empresa Haeming Produções Cinematográficas Ltda. e do espólio de Augusto Nilton de Souza, ex-presidente da empresa, em razão da inexecução do projeto denominado "Stradivarius Haenming" e da impugnação total das despesas realizadas com os recursos captados sob as regras da Lei n.º 8.313/1991 e da Lei n.º 8.685/1993;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do espólio de Augusto Nilton de Sousa e da empresa Haeming Produções Cinematográficas Ltda., com fulcro no art. 1º, inciso I e no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os, solidariamente, ao pagamento dos valores discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento desses valores aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, abatendo-se os valores já devolvidos, na forma prevista na legislação em vigor, em especial a Lei n.º 8.313, de 1991, e a Lei n.º 8.685, de 1993 e regulamentos;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
200.000,00	10/9/1997	D
200.000,00	13/1/1998	D
87.000,00	30/1/1998	D
790.322,30	21/10/2009	C
170.000,00	30/12/1999	D
455.651,10	11/12/2009	C

9.2. aplicar à empresa Haeming Produções Cinematográficas Ltda.:

9.2.1. a multa referida no art. 57 da Lei n.º 8.443/92, no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das notificações, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2.2. a multa referida no art. 6º, § 1º, da Lei n.º 8.685, de 20 de julho de 1993, no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) corrigidos a partir 30/12/1999 até a data do recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das notificações, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, na forma da legislação em vigor.

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. enviar cópia desta deliberação à Secretaria Especial de Cultura e aos responsáveis; e

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4590-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4591/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.854/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rita de Cassia Lima Pereira (163.383.998-23).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria exarado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Rita de Cassia Lima Pereira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal; do art. 1º, inciso V, e do art. 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992; do art. 1º, inciso VIII, do art. 259, inciso II, do art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1 reconhecer o registro tácito do ato inicial de concessão de aposentaria de Rita de Cassia Lima Pereira;

9.2 dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e à interessada, informando-os de que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico <www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4591-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4592/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.829/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Manoel Rogaciano de Oliveira (013.508.034-72); Nelson Lopes Vidal (101.686.801-49); Norberto da Silva Baptista (197.673.070-87).

4. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relativos a atos iniciais e de alteração de concessão de reforma exarado pelo Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais, em favor de Manoel Rogaciano de Oliveira (013.508.034-72); Nelson Lopes Vidal (101.686.801-49) e Norberto da Silva Baptista (197.673.070-87);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal; do art. 1º, inciso V, e do art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; do art. 1º, inciso VIII, do art. 259, inciso II, do art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1 reconhecer o registro tácito dos atos iniciais e de alteração de concessão de reforma dos interessados acima citados;

9.2 dar ciência deste acórdão ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais e aos interessados, informando-lhes de que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4592-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4593/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.894/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Francisca Gilda Gonçalves (120.640.331-49); Maria do Carmo Silva Barbosa (381.485.101-30); Samara Silva Barbosa (041.911.641-98).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão exarados pelo Senado Federal em favor de Francisca Gilda Gonçalves (120.640.331-49); Maria do Carmo Silva Barbosa (381.485.101-30); Samara Silva Barbosa (041.911.641-98);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal; do art. 1º, inciso V, e do art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; do art. 1º, inciso VIII, do art. 259, inciso II, do art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1 reconhecer o registro tácito dos atos de concessão de pensão em favor das beneficiárias;

9.2 dar ciência deste acórdão ao Senado Federal e às interessadas, informando-lhes de que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4593-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4594/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.632/2017-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Benedito de Pontes Santos (CPF 239.855.504-68) e José Marcelino da Silva (CPF 650.640.544-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes - AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Fernando Antonio Jambo Muniz Falcao (5.589/OAB-AL) e outros, representando Benedito de Pontes Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor dos Srs. Benedito de Pontes Santos (gestão1/1/2009 a 31/12/2010) e José Marcelino da Silva, ex-prefeitos de Joaquim Gomes-AL (gestão 1/1/2011 a 11/12/2011) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. José Marcelino da Silva e Benedito de Pontes Santos e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia de 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dos valores aos cofre do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 31/12/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar aos Srs. José Marcelino da Silva e Benedito de Pontes Santos, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove(m), perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno-TCU;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5 encaminhar cópia do Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º, do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações cabíveis, informando-lhe que o inteiro teor da decisão pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acórdãos;

9.6. enviar cópia do Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4594-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4595/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.727/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Assumpta Patte Guertas (149.097.798-84); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Tania Regina Guertas (075.520.708-46).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Filipe da Silva Vieira (356924/OAB-SP) e outros, representando Felipe Vaz Amorim, Assumpta Patte Guertas e Tania Regina Guertas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC) em desfavor da empresa Amazon Books & Arts Ltda. e de seus sócios, Antônio Carlos Belini Amorim, Tânia Regina Guertas, Felipe Vaz Amorim e Assumpta Patte Guertas, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos pactuados por intermédio do projeto cultural "Arte e Vida Digital" (Pronac 03-1839), no valor integral de R$ 563.398,00, captados entre 18/2/2003 e 31/12/2005;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis a Amazon Books & Arts Eireli (CNPJ: 04.361.294/0001-38) e o Sr. Antônio Carlos Belini Amorim (CPF: 039.174.398-83), com fundamento no § 3º, art. 12, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.2. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Assumpta Patte Guertas (CPF: 149.097.798-84) para, no mérito, excluí-la do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial;
9.3. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Felipe Vaz Amorim (CPF: 692.735.101-91) e pela Sra. Tânia Regina Guertas (CPF: 075.520.708-46);
9.4. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, as contas da Amazon Books & Arts Eireli (CNPJ: 04.361.294/0001-38), na condição de pessoa jurídica beneficiária de incentivos à cultura da Lei Rouanet, e de seus sócios à época, Sra. Tânia Regina Guertas (CPF: 075.520.708-46), Sr. Antônio Carlos Belini Amorim (CPF: 039.174.398-83) e Sr. Felipe Vaz Amorim (CPF: 692.735.101-91); e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Tipo	Responsáveis Solidários
200.000,00	30/12/2004	Débito	Amazon Books & Arts Eireli Sra. Tânia Regina Guertas
83.727,00	30/6/2005	Débito	
1.208,64	5/4/2006	Crédito	

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Tipo	Responsáveis Solidários
279.670,77	30/6/2005	Débito	Amazon Books & Arts Eireli Sr. Antônio Carlos Belini Amorim Sr. Felipe Vaz Amorim
1.191,36	5/4/2006	Crédito	

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, caso solicitado, o pagamento da dívida dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7. alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.8. dar ciência aos responsáveis, à Secretaria Especial de Cultura e aos demais interessados, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando-os que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4595-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4596/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.380/2015-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)
3.2. Responsável: Iracema Nelis de Araújo Dantas (521.195.644-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi - PB.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. José Alberto Rodrigues Teixeira (16163/OAB-DF) e outros, representando Iracema Nelis de Araújo Dantas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor da Sra. Iracema Nelis de Araújo Dantas, prefeita do município de São José do Sabugi-PB na gestão 2009-2012, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 469/2009 - Siconv 703701, firmado com o Ministério do Turismo, e que tinha por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "São Pedro", em razão de irregularidades na execução financeira;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Iracema Nelis de Araújo Dantas;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, combinados com os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno-TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Iracema Nelis de Araújo Dantas;
9.3. dar ciência desta deliberação à responsável em epígrafe e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4596-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4597/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.845/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Cultura (extinta)
3.2. Responsáveis: Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (09.176.474/0001-63); Douglas Gomes da Silva (125.991.018-08).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura (MinC) - cujas atribuições foram incorporadas ao Ministério da Cidadania mediante Decreto 9.674, de 2/1/2019, em desfavor da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e do Sr. Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08), em virtude de impugnação parcial das despesas relativas do projeto cultural Pronac 08-2343, no âmbito do Projeto "Temporada Orquestra Filarmônica de São Carlos", com o objeto consistente em elaborar um espetáculo musical com programação de concertos sinfônicos e didáticos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acatar parcialmente as alegações de defesa da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e de Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08), Presidente da Diretoria Executiva da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e de Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08), Presidente da Diretoria Executiva da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei;

Data da ocorrência	Valor (R$)	Débito/Crédito
20/04/2011	804,89	Débito
20/04/2011	850,22	Débito
20/05/2011	1.161,61	Débito
10/06/2011	800,00	Débito
20/06/2011	764,98	Débito
19/07/2011	800,00	Débito
20/07/2011	1.161,62	Débito
19/08/2011	1.161,62	Débito
20/09/2011	1.168,54	Débito
27/09/2011	800,00	Débito
13/10/2011	800,00	Débito
20/10/2011	1.540,07	Débito
14/11/2011	800,00	Débito
18/11/2011	1.152,53	Débito
19/11/2011	1.335,00	Débito
20/12/2011	1.152,53	Débito
18/01/2012	1.096,17	Débito
27/2/2012	12.611,66	Crédito

9.3. aplicar individualmente à Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e a Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08), Presidente da Diretoria Executiva da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 1000,00 (mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
9.7. enviar cópia deste acórdão ao Ministério da Cidadania e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4597-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4598/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.247/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Adalberto Paiva Verçosa Junior (209.437.254-53).
4. Órgão/Entidade: Município de São Miguel dos Milagres - AL.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Arthur de Araújo Cardoso Netto (3.901/OAB-AL) e outros, representando Adalberto Paiva Verçosa Junior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor do Sr. Adalberto Paiva Verçosa Junior, ex-prefeito do Município de São Miguel dos Milagres (AL), em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exercício de 2016, que tinha por objeto "Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "b"; 19, parágrafo único; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 58 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; 217 e 268, inciso I do Regimento Interno do Tribunal, em:
9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa do responsável para considerar comprovada a aplicação regular de 98,8% dos valores objeto da presente tomada de contas especial e afastar o débito remanescente, por economia processual;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/1992, as contas do responsável Adalberto Paiva Verçosa Junior (CPF 209.437.254-53);
9.3. aplicar ao responsável Adalberto Paiva Verçosa Junior (CPF 209.437.254-53), a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo:
9.4.1. a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4.2. o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, com fulcro no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, se requerido pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela; e
9.5. enviar cópia do presente Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, para ciência, informando-lhes que o inteiro teor desta deliberação está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, cujas cópias poderão ser fornecidas pelo TCU de forma impressa, sem custos, caso requerido.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4598-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4599/2021 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 041.326/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Solução Cultural Consultoria Em Projetos Culturais Ltda. - Me (07.481.398/0001-74).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), em desfavor da empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - ME, e dos Srs. Antonio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, em virtude da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União mediante o projeto cultural Pronac 09-0418, no âmbito do Projeto "Sons e Estilos de Música Instrumental Brasileira", com o objetivo de apresentar quatro espetáculos musicais sob a regência do maestro Júlio Medaglia;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:
9.1. considerar revéis os responsáveis Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.-ME, Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim;
9.2. julgar irregulares as contas da empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.-ME e dos Srs. Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, condenando-os ao pagamento das importância abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Débito/Crédito
30/12/2010	209.450,00	Débito
28/3/2011	123.500,00	Débito
4/4/2011	123.500,00	Débito
13/10/2011	200.000,00	Débito
5/6/2012	358.000,00	Débito
22/5/2013	2.438,22	Crédito

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis, Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.-ME, Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;
9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4599-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4600/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.166/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Nilva Mota Torquato Leodido (313.663.331-87)
3.2. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal, em face do Acórdão nº 3.990/2020-TCU-2ª Câmara (Peça 7), que considerou ilegal o ato de aposentadoria da interessada Nilva Mota Torquato Leodido, negando-lhe o registro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal em face do Acórdão nº 3.990/2020-TCU-Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Consultoria Jurídica do TCU as informações necessárias ao acompanhamento dos processos de autos 1041687-08.2019.4.01.0000 e 1005757-89.2020.4.01.0000 (ambos em trâmite no TRF-1ª Região), 1035883-44.2019.4.01.3400 (5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal) e 104324075.2019.4.01.3400 (17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal) e avaliação de eventuais repercussões concretas nestes autos administrativos de controle externo; e
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, à Interessada, aos demais Órgãos/Entidades interessados e ao Recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4600-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4601/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.501/2016-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Recorrente: Joao Batista Lacerda Cavalcanti (067.859.564-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas - PB.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto por Joao Batista Lacerda Cavalcanti contra o Acórdão 1.938/2019-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência ao recorrente e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4601-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4602/2021 - TCU -Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.760/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Mauro Antônio Lopes Vieira (033.267.453-38); Sandra Gomes da Silva (016.405.601-73); Tairo Ramon Silva Araújo Luz (041.820.783-65).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Mauro Antônio Lopes Vieira (033.267.453-38), Sandra Gomes da Silva (016.405.601-73) e Tairo Ramon Silva Araújo Luz (041.820.783-65), junto à Caixa Econômica Federal - CEF;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;
9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4602-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4603/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.761/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Elisangela Cassinelli (020.413.509-54); Janaira Deusimagna Silva Loiola (035.768.553-94); Raissa Milena Leite de Almeida (402.910.208-52).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Elisangela Cassinelli (020.413.509-54), Janaira Deusimagna Silva Loiola (035.768.553-94) e Raissa Milena Leite de Almeida (402.910.208-52), junto à Caixa Econômica Federal - CEF;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;
9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4603-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4604/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.792/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Erika Aparecida de Oliveira Silva Mota (022.381.591-85); Samantha Soterio Braga Martins (421.383.962-15).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Erika Aparecida de Oliveira Silva Mota (022.381.591-85) e Samantha Soterio Braga Martins (421.383.962-15), junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;
9.2. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4604-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4605/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.795/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Mario Hashimoto (392.419.981-72); Nazareno Ferreira Silva (717.607.251-53); Nilton Cesar dos Santos (471.453.581-15).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Mario Hashimoto (392.419.981-72), Nazareno Ferreira Silva (717.607.251-53) e Nilton Cesar dos Santos (471.453.581-15), junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;
9.2. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4605-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4606/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.820/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Alexsandro Florencio Silva (031.916.374-19); Rafael Gomes de Brito (052.722.484-73); Vanderlei Salamaia (037.147.889-80).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Alexsandro Florêncio Silva (031.916.374-19), Rafael Gomes de Brito (052.722.484-73) e Vanderlei Salamaia (037.147.889-80), junto à Caixa Econômica Federal - CEF;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;
9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4606-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4607/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 005.824/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Heloiza Mayara Albino de Lima (017.631.754-64); Isabelle Silvério Correia (069.371.674-66); Mariana Santos de Oliveira (076.073.589-19).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Heloiza Mayara Albino de Lima (017.631.754-64), Isabelle Silvério Correia (069.371.674-66) e Mariana Santos de Oliveira (076.073.589-19), junto à Caixa Econômica Federal - CEF;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos e negar-lhes o registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;

9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4607-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4608/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.979/2015-3.

1.1. Apensos: 026.490/2020-0; 032.479/2014-0

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração (TCE)

3. Embargante: José Ilário Gonçalves Marques (161.388.803-15)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quixadá/CE

4.1. Responsáveis: José Ilário Gonçalves Marques (CPF 161.388.803-15), ex-prefeito de Quixadá, e Rômulo Nepomuceno Bezerra Carneiro (CPF 340.288.033-49), ex-prefeitos de Quixadá/CE nos períodos, respectivamente, de 2001-2008 e 2009-2012

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Serur

8. Representação legal: Gabriella Rollemberg (OAB/DF 25.157) e outros, representando José Ilário Gonçalves Marques; Antonio Carlos Fernandes Pinheiro (22941/OAB-CE) e outros, representando Rômulo Nepomuceno Bezerra Carneiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração (TCE) oposto por José Ilário Gonçalves Marques contra os termos do Acórdão 6.171/2020-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fundamento no artigo 34, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterado o Acórdão 6.171/2020-TCU-2ª Câmara:

9.2. Esclarecer que:

9.2.1. a previsão expressa no plano de trabalho da etapa de "processo de liberação das unidades demonstrativas nos açudes, em atendimento à INI 06/2004" evidencia que o proponente do convênio - José Ilário Marques - entendia, à época da assinatura do termo do convênio, que as águas dos açudes municipais eram de domínio da União e não do Estado do Ceará.

9.2.2. o desconhecimento do domínio das águas dos açudes municipais, por parte do embargante - fato que atrapalhou a obtenção da outorga em tempo hábil - não pode ser aproveitado a seu favor, segundo o princípio geral de direito de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

9.2.3. esse equívoco, que levou o encaminhamento dos pedidos de outorga à apreciação de autoridade incompetente, aliado à demora do embargante por vinte e dois meses e à ilegitimidade do município para requerer a outorga, atrasou irreversivelmente o seu processamento.

9.2.4. a orientação da Seap/PR contida no Ofício 143/2006, de 20/10/2006, por si só, não teria o condão de induzir o prefeito a erro, pois, além de se referir somente à outorga de competência da União, a informação de que os açudes municipais do convênio se sujeitavam à INI 06/2004 foi primeiramente apresentada pelo embargante no plano de trabalho do convênio. Portanto, não houve equívoco por parte da Seap/PR, que apontou adequadamente as ações a serem realizadas, em conformidade com as informações trazidas pelo embargante.

9.2.5. ainda que tenha ocorrido a delegação de competência a subordinado, não houve a demonstração inequívoca das providências adotadas pelo embargante para que se fizesse processar o pedido de outorga do uso hídrico dos açudes, remanescendo, assim, sua culpa *in elegendo* e culpa *in vigilando*. A delegação de competência não retira a responsabilidade de quem delega, especialmente pela importância do convênio, como instrumento de realização da política de segurança alimentar;

9.3. dar ciência às partes, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, aos órgãos/entidades interessados, bem como aos demais cientificados no acórdão recorrido.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4608-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4609/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.555/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ricardo Achcar (842.373.688-15)

3.2. Recorrente: Ricardo Achcar (842.373.688-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de pedido de reexame interposto pelo Sr. Ricardo Achcar, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em face do Acórdão nº 7.731/2020-TCU-2ª Câmara (Peça 7), que considerou ilegal o ato de aposentadoria do interessado, negando-lhe o registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto pelo Sr. Ricardo Achcar (CPF 842.373.688-15) em face do Acórdão nº 7.731/2020-TCU-Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, aos Órgãos/Entidades interessados e ao Recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4609-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4610/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.561/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Eliana Márcia Coelho de Andrade (475.210.826-72)

3.2. Recorrente: Eliana Marcia Coelho de Andrade (475.210.826-72).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de pedido de reexame interposto pela Sra. Eliana Márcia Coelho de Andrade, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em face do Acórdão nº 7.166/2020-TCU-2ª Câmara (Peça 7), que considerou ilegal o ato de aposentadoria da interessada, negando-lhe o registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto pela Sra. Eliana Márcia Coelho de Andrade (CPF 475.210.826-72) em face do Acórdão nº 7.166/2020-TCU-Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, aos Órgãos/Entidades interessados e à Recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4610-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4611/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.978/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Petição (pedido de parcelamento de débito e multa)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Antonio Geraldo Cardoso (338.662.876-15); Pereira Campos Engenharia Ltda. (03.170.010/0001-63).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de João Pinheiro - MG.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Pedro Gil Cardoso Vieira (178461/OAB-MG), representando Antonio Geraldo Cardoso.

8.2. Abelardo Medeiros Mota (85115/OAB-MG) e outros, representando Pereira Campos Engenharia Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de requerimento apresentado pelo Sr. Antônio Geraldo Cardoso para o parcelamento do débito e da multa impostos por meio do Acórdão 2.147/2016 - 1ª Câmara (Relator: Ministro José Múcio Monteiro).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92, autorizar, em caráter excepcional, o pagamento do débito imputado ao Sr. Antônio Geraldo Cardoso por meio do item 9.1 do Acórdão 2.147/2016 - 1ª Câmara (Relator: Ministro José Múcio Monteiro), em 72 parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.2. nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92 c/c o art. 217 do RI/CTU, autorizar o pagamento da multa aplicada ao Sr. Antônio Geraldo Cardoso por meio do item 9.2 do Acórdão 2.147/2016 - 1ª Câmara (Relator: Ministro José Múcio Monteiro), em 36 parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4611-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4612/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.049/1996-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento (Aposentadorias e Pensões Civis)

3. Responsáveis/Interessados:

3.1 Responsável: Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87), Superintendente de Recursos Humanos

3.2 Interessados: Afrânio Piauiense de Souza (CPF 025.506.793-34), Francisca Maria da Rocha Martins Mesquita (CPF 030.194.033-91), Francisco da Costa e Silva Sobrinho (CPF 039.197.653-20), Isabel dos Santos Araújo (CPF 038.487.283-20), Maria Bruno de Carvalho Silva (CPF 038.370.763-34), Maria Ceres Freire Miranda (CPF

035.924.213-87), Maria da Conceição Sousa de Carvalho (CPF 025.581.813-00), Maria das Graças Rodrigues de Sá Silva (CPF 327.971.843-00), Maria Ester de Araújo (CPF 068.108.103-15), Maria José de Moura (CPF 038.725.643-15), Maria José Soares Monte (CPF 131.708.483-72), Maria Luiza Lima do Vale (CPF 096.250.383-53), Maria Raimunda dos Santos Ferreira (CPF 077.555.033-72) e Salvador Soares Gomes (CPF 001.469.603-78)

4. Unidade: Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido estes autos que tratam de atos de aposentadoria e pensões civis de servidores da Universidade Federal do Piauí, examinando-se, nesta fase, monitoramento dos Acórdãos 1.226/2008-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Marcos Vilaça, e 7.587/2015-TCU-1ª Câmara, relator Ministro José Múcio Monteiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revel o responsável Lauro Oliveira Viana, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2 aplicar a Lauro Oliveira Viana a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992 e no art. 268, VII, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.3 determinar, com base no art. 28, I, da Lei 8.443/1992, o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração de Lauro Oliveira Viana, observados os limites impostos pela legislação pertinente e, em especial, o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.4 autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida, na hipótese de não atendimento das notificações, cumulada com a ineficácia dos descontos determinados no subitem anterior, com base no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5 determinar ao Reitor da Fundação Universidade Federal do Piauí, nos termos do art. 4º, I, da Resolução-TCU 315/2020, sob pena de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/92, que:

9.5.1 proceda, com efeitos iniciados em 15/5/2014, data do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, à absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga aos servidores Afrânio Piauiense de Souza, Francisca Maria da Rocha Martins Mesquita, Francisco da Costa e Silva Sobrinho, Isabel dos Santos Araújo, Maria Bruno de Carvalho Silva, Maria Ceres Freire Miranda, Maria Ester de Araújo, Maria José de Moura, Maria José Soares Monte, Maria Luiza Lima do Vale, Maria Raimunda dos Santos Ferreira, e Salvador Soares Gomes, mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão, a exemplo da Lei 13.325/2016;

9.5.2 no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e mediante prévia instauração de processo administrativo, apure o montante recebido a título da parcela relativa à URP, em desconformidade com a sistemática no item precedente, por Afrânio Piauiense de Souza, Francisca Maria da Rocha Martins Mesquita, Francisco da Costa e Silva Sobrinho, Isabel dos Santos Araújo, Maria Bruno de Carvalho Silva, Maria Ceres Freire Miranda, Maria Ester de Araújo, Maria José de Moura, Maria José Soares Monte, Maria Raimunda dos Santos Ferreira, desde a ciência do Acórdão 7.587/2015-TCU-1ª Câmara, promova sua restituição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, e comprove ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas;

9.5.3 no prazo de 30 (trinta) dias, envie novos atos de concessão de aposentadoria em favor de Afrânio Piauiense de Souza, Francisca Maria da Rocha Martins Mesquita, Francisco da Costa e Silva Sobrinho, Isabel dos Santos Araújo, Maria Bruno de Carvalho Silva, Maria Ceres Freire Miranda, Maria Ester de Araújo, Maria José de Moura, Maria José Soares Monte, Maria Raimunda dos Santos Ferreira; bem como novos atos de concessão de pensão civil instituídas por Maria Luiza Lima do Vale e por Salvador Soares Gomes, livres das irregularidades apontadas nos autos, conforme Acórdãos 1.226/2008-TCU-1ª Câmara e 7.587/2015-TCU-1ª Câmara, c/c artigo 262, § 2, do Regimento Interno do TCU;

9.5.4. autorizar a Sefip a monitorar as determinações constantes do presente Acórdão.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4612-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4613/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-013.556/2020-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Pensão Militar)

3. Recorrente: Sônia João Marinho (CPF 745.572.977-49)

4. Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de pensão militar submetida à apreciação deste Tribunal pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica, em que se aprecia pedido de reexame interposto por Sônia João Marinho, beneficiária de pensão militar, na condição de viúva de Orlando Marinho da Cruz, contra o Acórdão 8.058/2020-TCU-2ª Câmara, relatora Ministra Ana Arraes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 48, c/c o art. 33, ambos da Lei 8.443/1992 e do art. 286, c/c o art. 285, ambos do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame interposto por Sônia João Marinho para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4613-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4614/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 013.701/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60)

3.2. Responsáveis: Eduardo da Silva Kataoka (057.443.342-20); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA (05.402.797/0001-77); Milton Zimmer Schneider (522.586.450-34); Williamson do Brasil de Sousa Lima (352.992.742-20).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Roberta Diniz de Souza (23666/OAB-PA) e outros, representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA.

8.2. Miguel Biz (15.409-B/OAB-PA), representando Williamson do Brasil de Sousa Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Sul do Pará do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em razão de irregularidades em razão de irregularidades na prestação de contas final do Convênio CRT/MB 10024/2005, que tinha por objeto a prestação de serviços de assistência técnica, social e ambiental (ATES) e a elaboração de plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) e de plano de recuperação de assentamento (PRA) a diversas famílias em diferentes assentamentos do Incra.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade dos Srs. Eduardo da Silva Kataoka e Milton Zimmer Schneider na presente relação processual;

9.2. considerar revel o Sr. Williamson do Brasil de Sousa Lima, com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará;

9.4. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, alínea "a", da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 5º, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (05.402.797/0001-77) e do Sr. Williamson do Brasil de Souza Lima (352.992.742-20), e condená-los, nas formas a seguir indicadas, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Responsável individual: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
16/03/2007	4.145,92
19/03/2007	114.882,86
19/04/2007	200.679,64

Responsáveis solidários: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará e Williamson do Brasil de Sousa Lima:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
10/12/2007	3.704,70
10/12/2007	229.874,82
11/12/2007	162.032,56
04/04/2008	1.752,07
08/04/2008	157.258,95

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso solicitado, o pagamento da dívida dos responsáveis em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao Sr. Williamson do Brasil de Sousa Lima e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que a integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4614-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4615/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.598/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Humberto Salvador Filho (050.328.732-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Salvaterra - PA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Humberto Salvador Filho (CPF 050.328.732-68), ex-prefeito do município de Salvaterra/PA (gestão 2001-2004), em razão de irregularidades na execução dos recursos repassados ao município pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA, no exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Humberto Salvador Filho (CPF 050.328.732-68), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Sr. Humberto Salvador Filho (CPF 050.328.732-68), condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas abaixo até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal de Contas da União, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno:

Valor (R$)	Data
10.350,16	3/5/2004
10.350,16	26/5/2004
10.350,16	29/6/2004
10.350,16	30/7/2004
10.350,16	15/9/2004
10.350,16	14/10/2004
10.350,16	13/11/2004
10.350,16	1º/12/2004
10.350,16	26/12/2004

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. dar ciência sobre o presente Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao Sr. Sr. Humberto Salvador Filho (CPF 050.328.732-68), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4615-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4616/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.927/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Roberto Bocaccio Piscitelli (003.941.220-20

3.2. Recorrente: Roberto Bocaccio Piscitelli (003.941.220-20).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF) e outros, representando Roberto Bocaccio Piscitelli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Roberto Bocaccio Piscitelli contra o Acórdão 6.159/2020 - 2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 8.022/2020 - TCU - 2ª Câmara, ambos de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Roberto Bocaccio Piscitelli para, no mérito, dar-lhe provimento para tornar insubsistente o Acórdão 6.159/2020 - 2ª Câmara (Relator: Ministro Aroldo Cedraz);

9.2. por economia processual, encaminhar os autos à Sefip para que proceda às necessárias análise e posterior encaminhamento do processo ao Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz, Relator *a quo*, via MP/TCU;

9.3. enviar cópia do presente Acórdão ao recorrente, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4616-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4617/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 018.729/2020-7

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor de Ricardo Enrique Moreno Briones em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos para realização de projeto denominado "Consolidação da Padronização de Resistência Elétrica Baseada no QHE",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Débitos relacionados ao responsável Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
4/7/2012	1.450,00	Débito
3/8/2012	1.450,00	Débito
4/9/2012	1.450,00	Débito
3/10/2012	1.450,00	Débito
5/11/2012	1.450,00	Débito
6/12/2012	1.450,00	Débito
27/12/2012	1.450,00	Débito
6/2/2013	1.450,00	Débito
11/3/2013	1.450,00	Débito
3/4/2013	1.450,00	Débito
6/5/2013	1.450,00	Débito
6/6/2013	1.450,00	Débito
3/7/2013	1.450,00	Débito
2/8/2013	1.450,00	Débito
4/9/2013	1.450,00	Débito
3/10/2013	1.450,00	Débito
4/11/2013	1.450,00	Débito
4/12/2013	1.450,00	Débito
30/12/2013	1.450,00	Débito
5/2/2014	1.450,00	Débito
10/3/2014	1.450,00	Débito
3/4/2014	1.450,00	Débito
5/5/2014	1.450,00	Débito
3/6/2014	1.450,00	Débito
3/7/2014	1.450,00	Débito
5/8/2014	1.450,00	Débito
3/7/2014	1.450,00	Débito
5/8/2014	1.450,00	Débito
3/9/2014	1.450,00	Débito
2/10/2014	1.450,00	Débito
7/11/2014	1.450,00	Débito
3/12/2014	1.450,00	Débito
2/1/2015	1.450,00	Débito
3/2/2015	1.740,00	Débito
9/3/2015	1.740,00	Débito
9/4/2015	1.740,00	Débito
6/5/2015	1.740,00	Débito
9/6/2015	1.740,00	Débito
6/2/2013	3.700,00	Débito
11/3/2013	3.700,00	Débito
3/4/2013	3.700,00	Débito
6/5/2013	3.700,00	Débito
7/7/2015	1.740,00	Débito
7/8/2015	1.740,00	Débito
16/9/2015	1.740,00	Débito
7/10/2015	1.740,00	Débito
19/11/2015	1.740,00	Débito
7/12/2015	1.740,00	Débito
4/1/2016	1.740,00	Débito
3/2/2011	5.800,00	Débito
3/3/2011	5.800,00	Débito
4/4/2011	5.800,00	Débito
3/5/2011	5.800,00	Débito
2/6/2011	5.800,00	Débito
4/7/2011	5.800,00	Débito
2/8/2011	5.800,00	Débito
5/9/2011	5.800,00	Débito
6/10/2011	5.800,00	Débito
7/11/2011	5.800,00	Débito
6/12/2011	5.800,00	Débito
5/1/2012	5.800,00	Débito
10/2/2012	5.800,00	Débito
7/3/2012	5.800,00	Débito
3/4/2012	5.800,00	Débito
4/5/2012	5.800,00	Débito
5/6/2012	5.800,00	Débito
4/7/2012	5.800,00	Débito
3/8/2012	5.800,00	Débito
4/9/2012	5.800,00	Débito
3/10/2012	5.800,00	Débito
5/11/2012	5.800,00	Débito
6/12/2012	5.800,00	Débito
27/12/2012	5.800,00	Débito
6/2/2013	5.800,00	Débito
11/3/2013	5.800,00	Débito
3/4/2013	5.800,00	Débito
6/5/2013	5.800,00	Débito
6/6/2013	5.800,00	Débito
3/7/2013	8.000,00	Débito
2/8/2013	6.900,00	Débito
4/9/2013	6.900,00	Débito
3/10/2013	6.900,00	Débito

4/11/2013	6.900,00	Débito
4/12/2013	6.900,00	Débito
30/12/2013	6.900,00	Débito
5/2/2014	6.900,00	Débito
10/3/2014	6.900,00	Débito
3/4/2014	6.900,00	Débito
5/5/2014	6.900,00	Débito
3/6/2014	6.900,00	Débito
3/7/2014	6.900,00	Débito
5/8/2014	6.900,00	Débito
3/9/2014	6.900,00	Débito
2/10/2014	6.900,00	Débito
7/11/2014	6.900,00	Débito
3/12/2014	6.900,00	Débito
2/1/2015	6.900,00	Débito
3/2/2015	8.280,00	Débito
9/3/2015	8.280,00	Débito
9/4/2015	8.280,00	Débito
6/5/2015	8.280,00	Débito
9/6/2015	8.280,00	Débito
7/7/2015	8.280,00	Débito
7/8/2015	8.280,00	Débito
16/9/2015	8.280,00	Débito
7/10/2015	8.280,00	Débito
19/11/2015	8.280,00	Débito
7/12/2015	8.280,00	Débito
7/1/2016	8.280,00	Débito
3/2/2011	11.000,00	Débito
14/9/2011	6.700,00	Débito
7/12/2011	6.300,00	Débito
7/12/2011	6.000,00	Débito
21/12/2011	6.000,00	Débito
21/12/2011	24.000,00	Débito
14/1/2016	345,17	Crédito

Valor atualizado do débito (com juros) em 25/11/2020: R$ 885.831,90.

9.3. aplicar ao responsável Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R4 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5.autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. esclarecer ao responsável Ricardo Enrique Moreno Briones (CPF: 057.396.947-79) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável, para ciência;

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4617-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4618/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.223/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Martha Simei Teles Pereira (334.115.061-72)

3.2. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO (02.011.574/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de pedido de reexame interposto pela Sra. Martha Simei Teles Pereira, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em face do Acórdão nº 12.269/2019-TCU-2ª Câmara (Peça 7), que considerou ilegal o ato de aposentadoria da interessada, negando-lhe o registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto pela Sra. Martha Simei Teles Pereira (CPF 334.115.061-72) em face do Acórdão nº 12.269/2019-TCU-Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região; e

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, aos Órgãos/Entidades interessados e à Recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4618-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4619/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.228/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ciro Doneda Castravechi (455.247.009-44)

3.2. Responsável: Ciro Doneda Castravechi (455.247.009-44)

3.3. Recorrente: Ciro Doneda Castravechi (455.247.009-44).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Pedro Mauricio Pita da Silva Machado (24372/OAB-RS) e outros, representando Ciro Doneda Castravechi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de pedido de reexame interposto pelo Sr. Ciro Doneda Castravechi, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 12 Região, em face do Acórdão nº 804/2020-TCU-2ª Câmara (Peça 7), que considerou ilegal o ato de aposentadoria do interessado, negando-lhe o registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto pelo Sr. Ciro Doneda Castravechi (CPF 455.247.009-44) em face do Acórdão nº 804/2020-TCU-Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento dos Processos 5031026-46.2019.4.04.7200 e 5009832-22.2020.4.04.0000/SC (Agravo de Instrumento), em trâmite, respectivamente, na 4ª Vara Federal de Florianópolis e no TRF-4ª Região; e

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, aos Órgãos/Entidades interessados e ao Recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4619-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4620/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.312/2019-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Daniel Sidrim Vasconcelos (425.843.613-53); Ds&a Producoes Artisticas e Publicidade Ltda (04.159.740/0001-26).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura/MinC, atual Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, em desfavor de DS&A Produções Artísticas e Publicidade Ltda. e de seu administrador Daniel Sidrim Vasconcelos, em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Projeto Pronac 04-3123, destinado à realização do projeto "Itapebussu 2004".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 21 da Lei 8.443/92 c/c art. 212 do Regimento Interno do TCU, referente ao Projeto Pronac 04-3123;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4620-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4621/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 033.753/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
3.2. Responsável: Antônio Valadares de Souza Filho (003.831.634-04)
3.3. Recorrente: Antônio Valadares de Souza Filho (003.831.634-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira - PE.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. Alisson Emmanuel de Oliveira Lucena (37.719/OAB-PE) e outros, representando Antônio Valadares de Souza Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Antônio Valadares de Souza Filho contra o Acórdão 3.564/2020-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o em débito e multa, em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio 01.0084.00/2006-Siafi 579.468, cujo objeto consistiu na implantação do Centro Vocacional Tecnológico Escola de Habitação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1 nos termos dos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para conferir a seguinte redação ao item 9.1 do Acórdão 3.564/2020-TCU-2ª Câmara:
9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas c e d, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Valadares de Souza Filho e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
14/05/2007	13.838,00
12/11/2007	10.703,95
02/01/2008	7.994,13
03/01/2008	1.168,62
29/02/2008	36.434,03
18/03/2008	13.610,44
27/03/2008	1.086,11
08/04/2008	4.857,85
21/05/2008	5.000,00
29/05/2008	32.539,52
20/06/2008	64.412,11
21/07/2008	41.371,08
23/10/2008	6.323,10
11/11/2008	6.357,56
02/01/2009	15.473,42
20/04/2009	19.845,92

9.2 dar ciência desta deliberação à recorrente e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4621-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4622/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.923/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Gilson Silva Ribeiro (931.554.503-63); Jose Daniel Dias Moura (012.934.563-65).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT) - Gerência de Recursos Humanos no Ceará.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Gerência de Recursos Humanos no Ceará
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão de Gilson Silva Ribeiro (peça 2); Jose Daniel Dias Moura (peça 3), em virtude de os respectivos atos terem ocorrido após a validade do respectivo concurso público, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, abstendo-se este Tribunal de expedir determinações corretivas imediatas em respeito à decisão liminar proferida na Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015;
9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da ECT no Ceará que:
9.2.1. acompanhe a Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça do Trabalho da 10ª Região, especialmente quanto à decisão liminar que estendeu por prazo indeterminado a validade do concurso público regido pelo Edital 11/2011, e, caso seja desconstituída a mencionada ordem judicial, torne sem efeito os atos de admissão ora apreciados, providenciando os respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal, e cientifique este Tribunal sobre as providências adotadas;
9.2.2. notifique os empregados interessados acerca da presente deliberação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência pela unidade jurisdicionada;
9.3 dar ciência deste Acórdão à unidade jurisdicionada, informando que o teor integral da deliberação (Relatório, Voto e Acórdão) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças processuais poderá ser feito no endereço www.tcu.gov.br, opção "Conecta TCU".

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4622-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4623/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-046.582/2020-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Umbelina Miranda de Oliveira (CPF 401.653.296-53), Carlos Eduardo de Freitas Ramos (CPF 366.699.389-34) e Jaeder Ferraz Ferreira (CPF 077.367.116-15)
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria em favor de servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Umbelina Miranda de Oliveira, Carlos Eduardo de Freitas Ramos e Jaeder Ferraz Ferreira, negando-lhes registro;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e 19, *caput*, da Instrução Normativa TCU 78/2018:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos de concessão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas, e transforme-os em "Parcelas Compensatórias", a serem absorvidas por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;
9.3.3. comunique aos servidores acerca do teor deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de concessão, escoimados da irregularidade apontada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
9.3.5. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, os comprovantes de que os interessados tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.5. restituir os autos à Sefip, para que monitore o cumprimento das determinações constantes do item 9.3 supra, e represente ao TCU em caso de não cumprimento das providências determinadas.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4623-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4624/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-046.641/2020-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Sebastião Donizete de Souza (CPF 005.657.478-94), Alcir Bortoluzzo (CPF 286.365.548-53) e Rubens Francisco Carlucci (CPF 528.674.048-00)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria em favor de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Sebastião Donizete de Souza, Alcir Bortoluzzo e Rubens Francisco Carlucci, negando-lhes registro;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, nos termos do art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, do art. 19, *caput*, da Instrução Normativa TCU 78/2018 e do art. 6º, § 1º, I, da Resolução TCU 206/2007:
9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos de concessão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2 promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001 e transforme-as em "Parcelas Compensatórias", a serem absorvidas por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3 comunique aos servidores acerca do teor deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4 emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de concessão, escoimados da irregularidade apontada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
9.3.5 encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, os comprovantes de que os interessados tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;

9.4 dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5 restituir os autos à Sefip, para que monitore o cumprimento das determinações constantes do item 9.3 supra, e represente ao TCU em caso de não cumprimento das providências determinadas.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4624-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4625/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.645/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Mario Tomas Litaiff (CPF 274.139.692-20).
4. Entidade: Município de Alvarães - AM.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Mario Tomas Litaiff, como então prefeito de Alvarães - AM (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos sob o valor de R$ 339.358,00 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2015;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de Mario Tomas Litaiff, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Mario Tomas Litaiff, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (em R$)
30/12/2014	34.636,00
6/3/2015	33.858,00
9/4/2015	33.858,00
1/9/2015	169.290,00
1/10/2015	33.858,00
4/11/2015	33.858,00

9.3. aplicar em desfavor de Mario Tomas Litaiff a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e o Voto, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4625-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4626/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.908/2020-4.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Mecias Pereira Batista (CPF 239.734.552-87).
4. Entidade: Município de Barreirinha - AM.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Mecias Pereira Batista, como então prefeito de Barreirinha - AM (gestões: 1º/1/2009 a 31/12/2012 e 1º/1/2013 a 31/12/2016), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos sob o valor de R$ 877.754,00 no âmbito Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2016;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de Mecias Pereira Batista, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Mecias Pereira Batista, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
5/1/2016	82.362,00
4/3/2016	99.424,00
6/4/2016	99.424,00
6/5/2016	99.424,00
3/6/2016	99.424,00
7/7/2016	99.424,00
8/8/2016	99.424,00
8/9/2016	99.424,00
6/10/2016	99.424,00

9.3. aplicar em desfavor de Mecias Pereira Batista a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4626-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4627/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.816/2016-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Carlos Cavalcanti Fernandes (CPF 459.628.204-87).
4. Entidade: Município de Afrânio - PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Carlos Cavalcanti Fernandes, como então prefeito de Afrânio - PE (gestão: 2009-2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio n.º 485/2010 destinado à realização do projeto intitulado como "I Afrânio Fest" a partir do aporte de recursos federais sob os valores de R$ 100.000,00 em recursos federais e de R$ 4.166,67 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período 30/5/2010 a 16/9/2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de Carlos Cavalcanti Fernandes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Cavalcanti Fernandes, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), o recolhimento da dívida em favor do Tesouro Nacional sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
26/5/2011	100.000,00

9.3. aplicar em desfavor de Carlos Cavalcanti Fernandes a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial

da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4627-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4628/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.600/2018-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: José de Jesus Carvalho (CPF 666.660.748-15); Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda. - ME (CNPJ 68.608.041/0001-07).
4. Órgão: então Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor, originalmente, de José Vandembergue Carvalho Coelho e José de Jesus Carvalho, além da Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda. - ME, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais captados sob o valor de R$ 324.000,00 no âmbito do Pronac 12-0985 destinado à execução do projeto intitulado como "As Belas Tardes" para realizar 4 shows gratuitos de música popular brasileira em São Paulo - SP durante o período de 29/3 a 31/12/2012;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de José de Jesus Carvalho e da Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda. - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de José de Jesus Carvalho e da Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda. - ME, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional da Cultura, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
26/4/2012	160.000,00
23/5/2012	70.000,00
29/6/2012	64.000,00
10/7/2012	30.000,00

9.3. aplicar em desfavor de José de Jesus Carvalho e da Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4628-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4629/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.972/2020-2.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ceraze & Lima Ltda. (CNPJ 01.755.398/0001-39); Juscelino Ceraze (CPF 109.308.438-35); e Sebastiao de Souza Lima (CPF 040.360.338-24).
4. Instituição: Fundo Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor da Ceraze & Lima Ltda., além de Juscelino Ceraze e Sebastião de Souza Lima, como sócios-administradores, sob o valor original de R$ 160.820,94, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB) durante o período de 18/12/2012 a 15/6/2015;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia da Ceraze & Lima Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.2. rejeitar integralmente as alegações de defesa apresentadas por Juscelino Ceraze e Sebastião de Souza Lima;
9.3. julgar irregulares as contas da Ceraze & Lima Ltda., além de Juscelino Ceraze e Sebastião de Souza Lima, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
18/12/2012	26,73
30/12/2012	46,80
30/12/2012	26,73
19/02/2013	26,73
07/03/2013	46,80
14/03/2013	1.239,30
14/03/2013	1.122,66
14/03/2013	66,00
08/04/2013	2.658,00
08/04/2013	46,80
17/04/2013	1.500,93
31/05/2013	1.366,80
31/05/2013	1.881,63
04/06/2013	1.147,20
04/06/2013	1.866,24
04/06/2013	46,80
02/07/2013	2.792,55
02/07/2013	46,80
02/07/2013	1.657,26
25/07/2013	801,90
25/07/2013	3.793,50
25/07/2013	46,80
30/08/2013	4.320,00
30/08/2013	1.751,22
01/10/2013	4.204,35
02/10/2013	1.104,03
12/11/2013	1.829,79
12/11/2013	2.825,10
12/11/2013	46,80
09/12/2013	1.764,18
09/12/2013	4.906,65
09/12/2013	46,80
09/12/2013	10,80
30/12/2013	708,75
30/12/2013	4.977,60
30/12/2013	26,55
30/12/2013	10,80
07/02/2014	3.552,30
07/02/2014	10,80
28/02/2014	912,06
28/02/2014	2.292,30
05/03/2014	7.007,70
05/03/2014	10,80
16/04/2014	4.737,60
16/04/2014	1.837,89
16/04/2014	14,40
16/04/2014	10,80
12/05/2014	1.443,42
12/05/2014	4.294,95
12/05/2014	46,80
12/05/2014	10,80
02/06/2014	748,44
02/06/2014	1.574,10
02/06/2014	46,80
02/06/2014	53,46
02/06/2014	57,60
07/07/2014	2.956,50
07/07/2014	3.637,50
07/07/2014	46,80
31/07/2014	5.002,20
31/07/2014	10,80
01/08/2014	2.574,18
01/09/2014	4.391,10
01/09/2014	46,80
01/09/2014	63,00
09/09/2014	2.796,93
09/09/2014	26,73
01/10/2014	5.655,00
01/10/2014	19,20
01/10/2014	52,20
02/10/2014	1.840,32
02/10/2014	53,46
03/11/2014	4.642,80
03/11/2014	5,40
03/11/2014	2.988,09
28/11/2014	53,46
28/11/2014	912,06
01/12/2014	46,80
01/12/2014	2.401,05
01/12/2014	52,20
14/01/2015	1.929,42
14/01/2015	5.065,80
14/01/2015	46,80

14/01/2015	46,80
09/02/2015	3.163,20
09/02/2015	46,80
09/02/2015	3.021,30
03/03/2015	7.705,50
03/03/2015	2.123,01
02/04/2015	8.739,75
02/04/2015	1.256,31
05/05/2015	1.833,03
05/05/2015	4.502,70
12/06/2015	615,00
15/06/2015	999,54

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor, individualmente, de Ceraze & Lima Ltda., de Juscelino Ceraze e de Sebastião de Souza Lima, sob o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.7. enviar cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4629-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4630/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.024/2016-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa (CNPJ 05.888.454/0001-64); José Biondi Nery da Silva (CPF 014.364.224-34); e Maria de Oliveira (CPF 201.893.119-91).

4. Instituição: Superintendência Regional de Pernambuco do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-SR-03).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Breno Muniz Durães Maia (OAB-PE 31.487), entre outros, representando a Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa;

8.2. Maria Gorette de Vasconcelos Aquino (OAB-PE 17.859), representando Maria de Oliveira; e

8.3. Elber Alencar Nery Biondi (OAB-PE 21.906), representando José Biondi Nery da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional de Pernambuco do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-SR-03) em desfavor da Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro (Fundesa), além de José Biondi Nery da Silva, como então diretor-executivo da entidade, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio CRT/BA nº 11/2005 destinado à "*construção, ampliação, limpeza de açudes, passagens molhadas, estradas vicinais com e sem bueiros, redes de distribuição de água, recuperação de barragens de terra e de alvenaria, adutora, sistema de distribuição de água, instalação de poços, construção e recuperação de poços profundos em 47 projetos de assentamentos, localizados em 21 municípios de estado de Pernambuco*" sob o montante de R$ 3.635.172,00 por meio do aporte de R$ 3.233.776,00 em recursos federais e de R$ 401.396,00 em recursos da contrapartida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade da Alves e Ramo Construtora Ltda. e da Edificarte Construtora e Incorporadora Ltda. na presente relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. rejeitar parcialmente as correspondentes alegações de defesa oferecidas pela Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa, além de José Biondi Nery da Silva e Maria de Oliveira;

9.3. julgar irregulares as contas de José Biondi Nery da Silva, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo, individual ou solidariamente com a Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional sob as seguintes condições:

9.3.1. débito sob a responsabilidade solidária de José Biondi Nery da Silva e Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa pelos seguintes valores:

9.3.1.1. grupo de itens de serviço com irregularidades:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
40.000,00	2/5/2005
53.240,00	28/7/2005
137.435,48	23/12/2005
31.663,02	29/12/2005
2.487,80	29/12/2005
14.586,27	17/4/2006
60.000,00	14/6/2006
18.213,50	4/7/2006

9.3.1.2. grupo de itens de serviço com irregularidades:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
425,00	1/4/2005
175,00	11/4/2005
143,20	25/5/2005
120,26	4/8/2005
120,26	4/8/2005
300,75	24/4/2006
1.456,85	27/7/2005
1.030,95	2/8/2005
1.456,85	9/9/2005
1.243,90	28/9/2005
2.487,80	22/11/2005
2.487,80	21/12/2005
2.487,80	17/1/2006
2.487,80	17/2/2006
2.487,80	24/3/2006
2.487,80	10/5/2006
2.487,80	7/6/2006
2.487,80	16/6/2006
1.941,01	23/10/2006
1.498,35	23/10/2006

9.3.1.3. indevidas tarifas bancárias:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
25,00	5/1/2005
71,59	29/3/2005
188,52	29/4/2005
45,86	25/5/2005
21,07	29/6/2005
21,00	17/8/2005
42,24	22/11/2005
11,23	29/12/2005
108,26	24/2/2006
12,90	31/3/2006
99,38	28/4/2006
28,05	16/6/2006

9.3.1.4. indevidas multas e juros sobre documentos de arrecadação de receitas federais (Darf) e Guias da Previdência Social (GPS):

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.224,19	23/10/2006

9.3.1.5. grupo de itens de serviço com irregularidades:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
4.340,92	9/2/2006

9.3.1.6. grupo de itens de serviço com irregularidades:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
14.032,96	9/2/2006
34.151,98	25/4/2006
7.297,90	31/3/2006
1.698,00	22/2/2006
17.674,05	12/1/2006
2.159,34	13/6/2006
4.960,50	12/6/2006
5.614,35	28/4/2006
1.115,04	14/6/2006

9.3.1.7. valores indevidamente transferidos:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
53.094,99	19/1/2006

9.3.1.8. tributos e contribuições ausentes ou incompletos:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
40.723,37	26/6/2006

9.3.1.9. grupo de itens de serviço com irregularidades:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
127.933,74	18/11/2005

9.3.2. débito sob a individual responsabilidade da Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro - Fundesa ante a ausência de comprovação sobre a efetiva aplicação da contrapartida:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
116.806,18	26/6/2006

9.4. julgar irregulares as contas de Maria de Oliveira, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b", 19 e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, deixando, contudo, de lhe aplicar a multa prevista no art. 58, I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, em face da prescrição da pretensão punitiva do TCU, nos termos do Acórdão 1.441/2016-Plenário;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não

subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.7. enviar cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4630-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4631/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.954/2020-2.
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Representante: Alberto de Barros Lima Filho (CPF 081.503.154-89).
4. Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Pernambuco (Sesc-PE).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Leonardo Oliveira Silva (21761/OAB-PE), entre outros, representando a Plinio Cavalcanti & Cia Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada por Alberto de Barros Lima Filho, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade na Concorrência n.º 14/2019 promovida pela Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Pernambuco (Sesc-PE) para a contratação de serviços de engenharia destinados à construção de salas técnicas, quiosques, reservatório de captação de água e cobertura em quadra poliesportiva sob o valor estimado de R$ 7.331.015,42;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RITCU, para, no mérito, assinalar a sua parcial procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo Tribunal, dando, por prejudicado, o suscitado pedido de cautelar suspensiva;
9.2. promover o envio de ciência à Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Pernambuco (Sesc-PE), nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que, nos futuros certames, abstenha-se de incorrer nas irregularidades ora identificadas neste processo sob as seguintes condições:
9.2.1. indevida desclassificação de propostas das licitantes optantes pelo regime tributário do Simples Nacional a partir da equivocada interpretação dada ao Acórdão 1.784/2018-Plenário no sentido de as disposições sobre os benefícios tributários previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, não serem necessariamente aplicadas às licitações promovidas por entidades do Sistema "S";
9.2.2. ausência da diligência em prol da correção de erro formal nas propostas com salários de categoria profissional inferiores ao piso estabelecido nos acordos ou nas convenções coletivas de trabalho, em dissonância, assim, com a jurisprudência fixada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 719/2018-Plenário;
9.3. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao ora representante, para ciência, e à Administração Regional do Sesc no Estado de Pernambuco, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.2 deste Acórdão; e
9.4. arquivar o presente processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo da superveniente reabertura do presente feito a partir da posterior apresentação de novos elementos de convicção relevantes.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4631-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro que declarou impedimento nos autos: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4632/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.225/2017-8.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Instituto de Qualidade de Vida - Iquavi (CNPJ 01.983.244/0001-02); Luís Ricardo Pereira da Silva (CPF 949.279.957-04); e Paloma Martins Mendonça (CPF 054.018.467-54).
4. Órgão: então Ministério do Desenvolvimento Social.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. Solange de Vasconcelos Lima, representando Paloma Martins Mendonça;
8.2. Luiz Alberto Borges de Sousa (167.238/OAB-RJ), representando Luís Ricardo Pereira da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social em desfavor do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI), além de Paloma Martins Mendonça, como seu presidente no período de 2/2/2010 a 28/3/2011, e de Luís Ricardo Pereira da Silva, como presidente no período de 29/3/2011 a 30/6/2012, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social por meio do Convênio 5/2009, durante os exercícios de 2010 e 2011, para o desenvolvimento das ações de qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho em prol de jovens com a idade entre 16 e 29 anos no Município do Rio de Janeiro dentro do projeto intitulado como "Quem sabe faz a Hora";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Paloma Martins Mendonça e rejeitar integralmente as alegações de defesa apresentadas por Luís Ricardo Pereira da Silva;
9.3. julgar irregulares as contas do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI), além de Luís Ricardo Pereira da Silva e de Paloma Martins Mendonça, nos termos dos arts. 16, III, alínea "c", e 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:
9.3.1. débito solidário em desfavor de Paloma Martins Mendonça e do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI) pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
24/6/2010	97.528,40
27/7/2010	161.178,74
20/8/2010	73.416,69
20/9/2010	39.047,98
27/10/2010	41.792,98
30/11/2010	45.684,11
20/12/2010	32.896,41
27/1/2011	138.205,75
28/2/2011	78.631,46
18/3/2011	72.490,80

9.3.2. débito solidário em desfavor de Luís Ricardo Pereira da Silva e do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI) pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
30/3/2011	52.700,00
20/4/2011	66.525,04

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor, individualmente, de Paloma Martins Mendonça sob o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI) sob o valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), além de Luís Ricardo Pereira da Silva sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações, informando que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e
9.7. enviar cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4632-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4633/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.867/2019-6.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Christophe Jean Philippe Coffrant (CPF 060.401.427-90); e Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda. (CNPJ 08.940.880/0001-98).
4. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania em desfavor de Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda., além de Christophe Jean Philippe Coffrant como dirigente da entidade, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais captados sob o valor de R$ 108.000,00 no âmbito do Pronac 11-4489 destinado à execução do projeto cultural intitulado como "Uma Flauta Mágica, Peter Brook / Mozart", com vigência estipulada para o período de 28/7/2011 a 31/12/2013, tendo o objetivo de apresentar a adaptação livre sobre a ópera intitulada como "A Flauta Mágica, de W.A. Mozart por Peter Brook" por meio de três apresentações no Rio de Janeiro - RJ;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia da Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda., além de Christophe Jean Philippe Coffrant, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas da Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda., além de Christophe Jean Philippe Coffrant, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
26/9/2011	60.000,00
26/9/2011	48.000,00

9.3 aplicar em desfavor da Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda e de Christophe Jean Philippe Coffrant, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.6 enviar cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4633-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4634/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.102/2019-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá (CNPJ 80.614.423/0001-30); Miguel Tetsuo Yamaue (CPF 167.344.169-68).

4. Órgão: então Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. José Carlos Christiano Filho (40392/OAB-PR), representando Miguel Tetsuo Yamaue.

8.2. Andrea Alessandra dos Santos (150853/OAB-SP), representando a Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor de Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, além de Miguel Tetsuo Yamaue como presidente da entidade, diante da omissão no dever de prestar contas do projeto cultural intitulado como Pronac 09-1233 - "Academia de Música da Fundação Cultural Luzamor" sob o valor de R$ 118.060,79 durante o período de 16/9/2009 a 31/12/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Miguel Tetsuo Yamaue, como então presidente da Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá durante o período de 2/2/2007 a 23/2/2011, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá;

9.3. julgar irregulares as contas de Miguel Tetsuo Yamaue, além da Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "a", "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU, o recolhimento da dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura sob as seguintes condições:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	Observação
72.438,02	28/9/2009	-
24.000,00	22/12/2009	-
27.768,99	10/8/2012	já restituído
3,19	13/8/2012	já restituído

9.4. aplicar individualmente em desfavor de Miguel Tetsuo Yamaue, além da Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo, se for o caso, de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4634-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4635/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.290/2018-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3 Responsáveis: Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA (CNPJ 05.977.454/0001-30); e Paulo Hermanny Jobim (CPF 316.065.047-20).

4. Órgão: então Ministério dos Direitos Humanos (MDH).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Thiago Peleja Vizeu Lima (OAB-DF 35.108), entre outros, representando Paulo Hermanny Jobim e a Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério dos Direitos Humanos (MDH) em desfavor da Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA, como entidade convenente, além de Paulo Hermanny Jobim, como então presidente dessa entidade, diante da total impugnação dos dispêndios com os recursos federais destinados pelo Convênio n.º 700.260/2008 para a realização do evento cultural intitulado como "Cinema Negro Brasil, África e América Latina" sob o montante de R$ 129.400,00 pelo aporte de R$ 121.400,00 em recursos federais e de R$ 8.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 18/11/2008 a 31/3/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Paulo Hermanny Jobim e pela Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA;

9.2. julgar irregulares as contas de Paulo Hermanny Jobim e da Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
15/12/2008	96.348,27

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, em desfavor de Paulo Hermanny Jobim e da Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA, individualmente, sob o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, a, do RITCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; informando que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4635-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4637/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.718/2020-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Elizabeth Veronica Silva Guerreiro de Figueiredo (CPF 241.196.872-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em favor de Elizabeth Veronica Silva Guerreiro de Figueiredo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Elizabeth Veronica Silva Guerreiro de Figueiredo (à Peça 2 sob o n.º 72948), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção cumulativa da parcela como "opção" com os respectivos "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal diante da indevida percepção cumulativa da parcela como "opção" com os respectivos "quintos" de função, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação sobre a vantagem como "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4637-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4638/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 046.625/2020-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessadas: Maria Jean Sousa Lima (CPF 223.666.011-15); Sarah Maria Ramos Selveira (CPF 102.016.021-72).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em favor de Sarah Maria Ramos Selveira e Maria Jean Sousa Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade dos atos iniciais de aposentadoria em favor de Sarah Maria Ramos Selveira (à Peça 2 sob o n.º 40489/2020) e Maria Jean Sousa Lima (à Peça 3 sob o n.º 44.812/2020), negando-lhes o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, os novos atos de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.3.5. atente, se ainda não fez, para a necessidade de corrigir a ficha financeira do ato de aposentadoria em favor de Sarah Maria Ramos Selveira, promovendo, em sintonia com a decisão proferida pelo STF ante a Reclamação 14.872, a subsequente exclusão da vantagem pecuniária individual (VPI) instituída sob o original valor fixo de R$ 59,87 pela Lei n.º 10.698, de 2003, a partir das subsequentes absorções posteriores dessa parcela;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4638-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4639/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.651/2020-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Marli Melchior Portilho (CPF 399.945.111-49); Nilma Nonato da Silva Santos (CPF 259.278.501-97); e Roberto Reis Stefanelli (CPF 568.490.108-59).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela administração da Câmara dos Deputados em favor de Marli Melchior Portilho, Nilma Nonato da Silva Santos e Roberto Reis Stefanelli;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade dos atos iniciais de aposentadoria em favor de Marli Melchior Portilho (à Peça 2 sob o n.º 36623/2020), Nilma Nonato da Silva Santos (à Peça 3 sob o n.º 36964/2020) e Roberto Reis Stefanelli (à Peça 4 sob o n.º 37334/2020), negando-lhes os respectivos registros, diante das indevidas incorporações das vantagens como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Câmara dos Deputados adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, os novos atos de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto à Câmara dos Deputados verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno da Câmara dos Deputados, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4639-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4640/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.309/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Jesus Benevides de Sousa Filho (425.969.801-00).

4. Entidade: Município de São Miguel do Tocantins - TO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Jesus Benevides de Sousa Filho, ex-prefeito de São Miguel do Tocantins - TO, em razão da não comprovação da execução física do Convênio 00883/2010 (Siafi 738805), que tinha por objeto a realização da I Festa Junina Arraia do Miguelão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Jesus Benevides de Sousa Filho revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Jesus Benevides de Sousa Filho, condenando-o ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,00	22/11/2010

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Jesus Benevides de Sousa Filho multa no valor de R$ 20.0000 (vinte mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Tocantins, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4640-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4641/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.310/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Antonio Lucio Marques (009.864.101-87); Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba (16.911.489/0001-93).
4. Entidade: Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba (16.911.489/0001-93).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba e seu então dirigente, Antônio Lúcio Marques, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados do Convênio 00723/2010 (Siafi 737557), que tinha por objeto a realização da "I Juninão";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar a Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba e Antônio Lucio Marques revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba e de Antônio Lúcio Marques, condenando-os ao pagamento solidário do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 150.000,00	08/11/2010

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, à Associação dos Ruralistas do Alto do Paranaíba e a Antônio Lúcio Marques, multa no valor de R$ 30.000 (trinta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4641-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4642/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.411/2015-4.
1.1. Apenso: 034.960/2011-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: MK Construções Ltda. (06.074.105/0001-71); Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (460.798.404-30); Prefeitura Municipal de Patos - PB (09.084.815/0001-70).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Patos - PB.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Washington Luis Soares Ramalho (6589/OAB-PB) e outros, representando MK Construções Ltda.
8.2. Joanilson Guedes Barbosa (13295/OAB-PB) e outros, representando Nabor Wanderley da Nóbrega Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada por este Tribunal em desfavor de Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, na condição de prefeito do Município de Patos/PB no período de 2005 a 2008, e da empresa MK Construções Ltda., em razão de superfaturamento na execução do contrato celebrado entre o município e a referida empresa, com recursos do Contrato de Repasse 0159522-53/2003 (Siafi 492739) firmado com o antigo Ministério das Cidades, atual Ministério do Desenvolvimento Regional;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Município de Patos/PB, condenando-o ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Valor R$	Data
27/12/2006	45.142,35
19/03/2007	34.951,56
23/08/2007	4.082,40

9.2. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.5. dar ciência deste acórdão ao Município de Patos/PB, a MK Construções Ltda. (06.074.105/0001-71), a Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba/PB e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4642-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4643/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.967/2019-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Iraci Jarnalo (567.368.009-00).
4. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legal a aposentadoria de Maria Iraci Jarnalo, concedendo o registro ao ato correspondente;
9.2. orientar a Sefip no sentido de que corrija o CPF da interessada (567.368.009-00) no formulário Sisac;
9.3. dar ciência deste acórdão ao Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4643-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4644/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.675/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francisco Pereira do Vale (330.725.314-04); Município de Pureza - RN (08.290.223/0001-42).
4. Entidade: Município de Pureza - RN.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos públicos repassados pela União ao município de Pureza-RN por meio do Convênio PT/SEAS/MPAS/2091 (Siafi/Siconv 464052), o qual tinha por objeto a construção de uma creche e a promoção de ações sociais e comunitárias no enfrentamento à pobreza na municipalidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o município de Pureza-RN da relação processual;

9.2. considerar Francisco Pereira do Vale revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Francisco Pereira do Vale, condenando-o ao pagamento do débito a seguir discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
11/3/2003	24.000,00	Débito
5/5/2003	20.000,00	Débito
28/5/2003	10.000,00	Débito
9/7/2003	10.000,00	Débito
17/7/2003	6.750,00	Débito
23/7/2003	3.000,00	Débito
7/1/2004	6.600,00	Débito
3/1/2012	13.815,94	Crédito

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, ao município de Pureza-RN e ao responsável.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4644-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4645/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.728/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Rafael Nora Tannus (264.020.798-98); Tamoios Tecnologia e Consultoria Ltda. (10.411.029/0001-10).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados no âmbito do Contrato de Concessão de Subvenção Econômica 03.10.0472.00, firmado com a Tamoios Tecnologia e Consultoria Ltda., e que tinha por objeto a execução do projeto "Beneficiamento tecnológico de fibras naturais para uso industrial",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Rafael Nora Tannus (264.020.798-98) e Tamoios Tecnologia e Consultoria Ltda. (10.411.029/0001-10) revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Rafael Nora Tannus (264.020.798-98) e Tamoios Tecnologia e Consultoria Ltda. (10.411.029/0001-10), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

DATA	VALOR (R$)
15/10/2010	84.998,00
5/5/2012	104.758,00
5/10/2012	104.758,00
18/10/2013	89.222,00
21/10/2013	700,00
13/10/2014	90.664,00

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar individualmente a Rafael Nora Tannus (264.020.798-98) e a Tamoios Tecnologia e Consultoria Ltda. (10.411.029/0001-10) multas no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. remeter cópia deste acórdão à Financiadora de Estudos e Projetos e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4645-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4646/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.191/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Regina Helena de Miranda (670.632.928-20); Roseli Silvestre Donato (006.857.768-08); Solange Aparecida Espalaor Ferreira (075.166.648-39).

4. Entidade: Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em razão da habilitação e concessão irregular de benefícios previdenciários em decorrência de atos praticados na Agência de Previdência Social Brás, vinculada à Gerência Executiva do INSS em SãoPaulo-Centro/SP (GEXSPCENTRO),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Regina Helena de Miranda, Roseli Silvestre Donato e Solange Aparecida Espalaor Ferreira revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Regina Helena de Miranda, Roseli Silvestre Donato e Solange Aparecida Espalaor Ferreira, condenando-as ao pagamento do débito a seguir discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Débitos relacionados a Regina Helena de Miranda em solidariedade com Roseli Silvestre Donato e Solange Aparecida Espalaor Ferreira:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/12/1998	983,24
21/12/1998	65,54
21/12/1998	163,87
11/1/1999	983,24
5/2/1999	983,24
5/3/1999	983,24
12/4/1999	983,24
7/5/1999	983,24
10/6/1999	983,24
8/7/1999	1.013,22
6/8/1999	1.013,22
13/9/1999	1.013,22
7/10/1999	1.013,22
8/11/1999	1.013,22
7/12/1999	1.013,22
7/12/1999	1.013,22
10/1/2000	1.013,22
9/2/2000	1.013,22
9/3/2000	1.013,22
7/4/2000	1.013,22
9/5/2000	1.013,22
18/6/1998	2.017,28
18/6/1998	738,03
15/7/1998	749,69
12/8/1998	749,69
11/9/1998	749,69
13/10/1998	749,69
12/11/1998	749,69
10/12/1998	749,69
10/12/1998	687,21
13/1/1999	749,69
10/2/1999	749,69
10/3/1999	749,69
14/4/1999	749,69
12/5/1999	749,69
11/6/1999	749,69
13/7/1999	784,25
11/8/1999	784,25

16/9/1999	784,25
14/10/1999	784,25
11/11/1999	784,25
10/12/1999	784,25
10/12/1999	784,25
12/1/2000	784,25
11/2/2000	784,25
14/3/2000	784,25
12/4/2000	784,25
11/5/2000	784,25

Débitos relacionados à responsável Solange Aparecida Espalaor Ferreira em solidariedade com Roseli Silvestre Donato:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/10/1998	984,35
13/10/1998	328,11
13/11/1998	984,35
9/12/1998	984,35
9/12/1998	328,11
12/1/1999	984,35
10/2/1999	984,35
9/3/1999	984,35
13/4/1999	984,35
11/5/1999	984,35
10/6/1999	984,35
12/7/1999	1.022,05
10/8/1999	1.022,05
10/9/1999	1.022,05
11/10/1999	1.022,05
10/11/1999	1.022,05
9/12/1999	1.022,05
9/12/1999	1.022,05
11/1/2000	1.022,05
9/2/2000	1.022,05
14/3/2000	1.022,05
11/4/2000	1.022,05
11/5/2000	1.022,05
9/6/2000	1.022,05

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência deste acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social e às responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4646-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4647/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.796/2017-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Paulo Rosa da Silva (379.220.683-87).

4. Entidade: Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Curu-Pentecoste (04.167.336/0001-02)

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) contra Paulo Rosa da Silva, na condição de Presidente da Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Curu-Pentecoste, em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio 30/2004 (Siafi 506.177), cujo objeto consistia em conferir, à referida Associação, a administração, gestão, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum do perímetro Irrigado Curu-Pentecoste, localizado no Município de Pentecoste/CE, bem como a guarda e utilização dos bens inerentes à execução desses serviços e atividades,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel para todos os efeitos Paulo Rosa da Silva (379.220.683-87), dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Paulo Rosa da Silva (379.220.683-87), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/12/2006	929.170,00
31/1/2008	1.859.260,00

9.3. aplicar a Paulo Rosa da Silva (379.220.683-87) multa individual no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. enviar cópia deste acórdão ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, à Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Curu-Pentecoste e ao responsável.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4647-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4648/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.120/2019-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Francisca Alves dos Reis (205.484.003-34).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Fortuna/MA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Francisca Alves dos Reis, ex-prefeita de Fortuna/MA (gestão 2009-2012), em razão de irregularidades na execução do Convênio 656854/2009 e da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar no exercício de 2012 (Pnae/2012),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Francisca Alves dos Reis revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Francisca Alves dos Reis, condenando-a ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/4/2010	184,36
19/5/2010	678,47
19/8/2011	123,61
28/03/2012	21.666,00
3/04/2012	21.666,00
30/4/2012	21.666,00
4/6/2012	21.666,00
3/7/2012	24.546,00
2/8/2012	27.606,00
5/9/2012	27.606,00
2/10/2012	27.606,00
5/11/2012	27.606,00
4/12/2012	27.606,00

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Francisca Alves dos Reis multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Maranhão, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ao Município de Fortuna/MA e à responsável.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4648-08/21-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4649/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.826/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Cleiton Teixeira Silva (623.175.551-72); Drogaria Setor O Ltda - ME (06.926.263/0001-02).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar Drogaria Setor O Ltda. - ME e Cleiton Teixeira Silva revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Drogaria Setor O Ltda. - ME e de Cleiton Teixeira Silva, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito no valor discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
23/06/2010	23,22
23/06/2010	4,05
23/07/2010	48,60
22/09/2010	23,22
31/12/2010	23,22
31/03/2011	23,40
31/05/2011	4,80
10/08/2011	33,60
31/08/2011	309,60
31/08/2011	13,46
27/09/2011	819,00
18/11/2011	1143,90
09/12/2011	385,20
30/12/2011	3012,00
30/12/2011	23,52
08/02/2012	1176,30
12/03/2012	4860,90
27/03/2012	2682,06
27/03/2012	13,46
27/04/2012	6593,16
27/04/2012	13,46
13/06/2012	7644,90
14/06/2012	26,73
26/07/2012	9639,00
23/08/2012	8745,60
10/09/2012	5502,50
10/09/2012	13,46
11/10/2012	5186,10
15/10/2012	133,20
09/11/2012	2904,20
09/11/2012	46,80
20/11/2012	53,28
20/11/2012	26,64
18/12/2012	5768,40
19/12/2012	26,64
31/12/2012	4911,60
07/03/2013	1272,90
14/03/2013	11133,60
29/04/2013	53,28
08/05/2013	9002,10
08/05/2013	42,00
31/05/2013	3381,00
31/05/2013	26,64
31/05/2013	11,70
31/05/2013	60,3
04/06/2013	1718,98
28/06/2013	152,70
31/07/2013	393,00
02/09/2013	3148,30
02/10/2013	1300,70
12/11/2013	4197,80
12/11/2013	25,80
12/11/2013	7,02
06/12/2013	1287,10
06/12/2013	106,56
06/12/2013	104,10
06/12/2013	67,95
30/12/2013	26,64
30/12/2013	3057,50
30/12/2013	67,95
30/12/2013	2,40
07/02/2014	2972,60
07/02/2014	266,40
07/02/2014	27,54
07/02/2014	19,20
31/03/2014	5926,50
31/03/2014	213,12
31/03/2014	27,54
31/03/2014	85,20
09/04/2014	426,24
09/04/2014	55,08
16/04/2014	13384,40
16/04/2014	78,00
13/05/2014	645,66
13/05/2014	68,85
30/05/2014	15007,55
30/05/2014	247,50
02/06/2014	23489,55
02/06/2014	96,00
06/06/2014	877,05
06/06/2014	26,64
04/07/2014	30040,15
04/07/2014	1486,53
04/07/2014	24,00
04/07/2014	33,66
31/07/2014	24776,35
31/07/2014	2,40
31/07/2014	16,8
01/08/2014	1638,00
01/08/2014	26,64

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Drogaria Setor O Ltda. - ME e a Cleiton Teixeira Silva, individualmente, multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4649-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4650/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.056/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Miguel Santos Leal (251.678.715-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Miguel Santos Leal, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4650-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4651/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.267/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Regina Celia Bilhim Pereira (848.470.187-53).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Regina Celia Bilhim Pereira, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4651-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4652/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.720/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo de Moura (976.476.838-53).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Paulo de Moura, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4652-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4653/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.681/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria do Socorro de Sousa (256.194.891-91).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria do Socorro de Sousa, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Ministério Público Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades apuradas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4653-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4654/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.704/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo Roberto Santos Rosa (095.450.505-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Paulo Roberto Santos Rosa, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4654-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4655/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.720/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Delia de Jesus (167.986.355-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Delia de Jesus, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão a interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4655-08/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4656/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.809/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Marcelle Leite Ribeiro (385.539.371-00).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marcelle Leite Ribeiro, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Senado Federal.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4656-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4657/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.664/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Joaquim Santana Ramos Batista (126.092.771-72); Savio de Sousa Soares Batista (022.197.141-60).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Pilar de Goiás - GO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da inexecução do objeto pactuado por meio do Contrato de Repasse 243.317-47/2007 (Siafi/Siconv 620891), que tinha por objeto a execução de calçadas, meios fios, recapeamento e redes de águas pluviais no município de Pilar de Goiás/GO;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar Joaquim Santana Ramos Batista revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Joaquim Santana Ramos Batista e de Sávio de Sousa Soares Batista, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
04/02/2011	57.466,08
30/11/2011	41.153,92

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Joaquim Santana Ramos Batista e a Sávio de Sousa Soares Batista, individualmente, multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Goiás, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4657-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4658/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.560/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Ana Svartman Poyares (695.248.318-72); Valeria da Silva Cripa Pires (022.999.358-35).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Ana Svartman Poyares e a de Valeria da Silva Cripa Pires, negando o registro aos atos correspondentes;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão às interessadas cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4658-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4659/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.570/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Eliane da Conceicao Silva (551.049.167-15); Maria Lindalva Pinheiro (612.713.817-53); Maristela Zandomenico Caldas (493.928.837-49).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Eliane da Conceicao Silva, Maria Lindalva Pinheiro e Maristela Zandomenico Caldas, negando o registro aos atos correspondentes;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão às interessadas cujo ato ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

10. Ata n° 8/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4659-08/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4660/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.341/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Erminia Netto D Assumpcao (621.988.587-20); Joana Maria Belo de Souza (640.832.337-53); Jose Wilson Duarte Martins (677.872.827-20); Legina da Graca Barbosa Marcelino (042.544.062-15); Leonardo Camacho Ormond (766.213.757-00); Manoel Antonio Nunes (724.388.787-20); Manoel Dantas de Faria Miranda (430.815.257-72); Marcos Jose de Barros (490.814.037-53); Orlando Xavier de Carvalho (390.110.547-68); Zenaide da Silva Ribeiro (414.223.847-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4661/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.455/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adair Kappel (453.728.106-53); Antonio Carlos Resende (454.953.606-30); Carlos Augusto Gomes (382.469.296-15); Dioclecio Siqueira de Araujo (072.529.434-53); Edna Ribeiro Hernandez Martin (478.643.466-34); Marilia de Padua Dornelas Correa (421.329.596-68); Potiguara Mendes da Silveira Junior (241.127.397-53); Regina Celia da Silva Campos (521.188.196-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4662/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Etel Cleia Almeida Dias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.666/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Etel Cleia Almeida Dias (074.652.200-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4663/2021 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de aposentadoria de ex-servidoras do Ministério da Saúde.
Considerando que, em pesquisa eletrônica no sistema Sisac, a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip constatou que os atos em análise foram cadastrados em duplicidade, visto que há outros na base do referido sistema com os mesmos CPF e as mesmas datas de aposentadoria, consoante a documentação à peça 7, páginas 5 e 6;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em excluir, por terem sido cadastrados em duplicidade, os atos de Salete Benetti Frassini, Ilma de Oliveira e Nilza Reuter.

1. Processo TC-003.725/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ilma de Oliveira (313.339.589-00); Nilza Reuter (199.070.010-15); Salete Benetti Frassini (250.597.349-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. ordernar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip que exclua os atos de aposentadoria alusivos a Salete Benetti Frassini, Ilma de Oliveira e Nilza Reuter do sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 4664/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Fernando Lyra Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.800/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Lyra Martins (003.417.204-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4665/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.975/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelson Galdino do Amaral (580.472.397-91); Anorildo Francisco de Jesus (575.316.767-53); Carlos Alberto Martins Dias (575.645.587-68); Dirceu Florencio de Alencar (035.399.198-80); Jose Pereira Novaes (762.846.548-04); Monica Elicia Pieper Uhlig (552.383.356-87); Nadir dos Santos Moreira (003.738.227-66); Ricardo Eduardo Kuster (215.466.067-34); Valdeci Domingos dos Santos (559.228.217-68); Wilson Ayub Lopes (478.992.047-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4666/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Adeli Darouque Cereta, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.984/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adeli Darouque Cereta (045.081.300-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4667/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de alteração de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.823/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Celia Guedes Castilho Cavalcante (177.575.176-72); Gisele Maria Sousa Diamantino (270.621.636-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4668/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.682/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmelia da Silva Maranhao (210.844.164-68); Fernando Antonio de Souza Cunha (210.106.334-49); Marcus Antonio do Nascimento (164.305.494-53); Maria Lucia de Freitas Gama (227.815.014-68); Maria do Perpetuo Socorro Freire Furtado (411.195.844-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4669/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.691/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalgisa Bezerra dos Santos (146.478.184-20); Analita de Brito Souza (181.107.034-53); Antonia Maria dos Santos (100.342.504-68); Ednalva de Oliveira (160.058.214-15); Eliane dos Santos Ribeiro (203.854.394-15); Luiz Gonzaga Medeiros de Freitas (299.293.424-00); Maria Eugenia Aires Cabral (238.170.034-04); Maria de Lourdes de Souza Ferreira (467.808.904-72); Reginaldo Moreira da Silva (071.015.894-72); Vera Lucia Brandao Gomes (338.181.264-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4670/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.938/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Humberto Gripp Diniz (051.840.947-33); Stela Santos Fernandes (940.895.155-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4671/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.004/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcides Ferreira Junior (020.516.287-85); Guilherme Nazareth Villas Boas (102.762.527-48); Heleonora Diva Borges Rodrigues (018.172.167-83); Isabel Cristina Sousa Sergio (828.905.797-00); Isabella de Souza Ramos da Silva (137.829.437-83); Jacyara Katia do Espirito Santo (051.386.227-73); Julio Cesar de Sousa Neto (900.581.607-44); Karen Barboza Ferreira (011.797.357-22); Larissa Barbosa Coelho de Franca (102.501.097-35); Leni Ferreira Ponce Nogueira (854.113.377-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4672/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Renan Campagnaro Soprani, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.038/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Renan Campagnaro Soprani (139.665.957-96)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4673/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Caio Guimaraes Maioli, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.039/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Caio Guimaraes Maioli (058.142.497-22)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4674/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.154/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda de Lima Lenci Araujo (306.829.908-09); Francisco Deoclecio de Araujo (019.380.143-40); Gustavo Roberto de Carli (090.877.629-25); Henrique Sampaio Aletto de Lima (124.190.617-30); Jorge Henrique Ramos Xavier (832.718.212-91); Leonardo Faria Carvalho (069.028.056-44); Lucas Brunelli de Moura (352.953.068-95); Lucivaldo de Almeida dos Santos (518.366.962-72); Romulo Bernardo Vieira Lima (024.504.413-28); Victor Lima Silva (158.545.487-71)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4675/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.155/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Batista Lins Benevides (796.100.805-53); Aryanny Thays da Silva (089.191.104-92); Camila dos Reis Alves (108.257.376-05); Cibelly Sampaio de Alencar (049.212.614-31); Daynara Aparecida Rodrigues Goncalves (025.902.345-03); Edilma Ramos Coelho (083.771.494-00); Fabricio de Oliveira Nobre (066.001.543-90); Ingrid Torres Barbosa (080.323.124-55); Railson Gomes Almeida (101.428.824-02); Raissa Maria Pimentel Neves (064.655.494-84)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4676/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Dinah Britto Palmeira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.398/2021-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dinah Britto Palmeira (024.579.977-04)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4677/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.475/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iraci Alves da Silva Ribeiro de Castro (053.689.887-10); Maria Carlos dos Santos (002.697.857-10); Silvania Euzebio Sant Anna (025.842.917-89)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4678/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.503/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ramon Livius dos Santos Ledo (966.142.345-87); Zildir Maria dos Santos Ledo (277.577.225-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4679/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.516/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elizabeth Cavalcante de Lima (595.400.012-34); Felipe de Oliveira Sona (024.953.792-30)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4680/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Irene dos Santos de Albuquerque Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.522/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Irene dos Santos de Albuquerque Nascimento (604.519.127-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4681/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.667/2021-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iolanda Lins Cavalcanti (164.543.244-00); Jose Benedito da Silva (015.759.024-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4682/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Helena Maria Azevedo Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.873/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Helena Maria Azevedo Martins (174.716.992-72)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4683/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Adalgiza Rodrigues Pinheiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.034/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Adalgiza Rodrigues Pinheiro (030.476.949-58)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4684/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.053/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Apparecida Conceicao Cunha de Oliveira (097.341.157-07); Aracilda Pereira de Oliveira (807.253.177-87); Claudia Marcia Natividade da Silva (866.461.177-72); Enir Ercilia de Macedo Gomes (052.046.047-23); Marlene Fernandes Paes (107.452.787-95); Maura da Silva Mello (973.924.997-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4685/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.085/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Fonseca Leme Affonso (257.784.408-55); Dirce Goncalves dos Santos (219.334.438-80); Gislaine Cristina Pereira (053.667.708-58); Ivone dos Santos Munhoz (001.064.438-52); Julia Maria Thereza Murback (067.768.948-92); Maria da Graca Cardoso Leite (973.418.436-91); Mariana Thereza Murback (431.217.398-24); Marina Cardoso Leite (134.603.396-08)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4686/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.881/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nemesio de Jesus Durans (067.243.533-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip que corrija o código do fundamento legal da pensão, no formulário e-Pessoal, para que passe a indicar PCIV-15, que corresponde à fundamentação legal de pensão civil com paridade.

ACÓRDÃO Nº 4687/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Marcia Tais Traple, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.071/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marcia Tais Traple (491.871.209-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4688/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 8944/2020-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 25/8/2020-Telepresencial, inserido na Ata nº 29/2020-2ª Câmara, relativamente ao seu subitem 9.3, onde se lê: "(...) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional; (...)", leia-se: "(...) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; (...)" mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.437/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Antônio Carlos de Souza Medeiros (920.431.356-00); Instituto de Tecnologia Aplicada à Educação - Novo Horizonte (04.482.911/0001-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: Raquel Simao Almeida e outros, representando Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4689/2021 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa em desfavor de Pedro Augusto Pereira Guedes (gestão 2009-2012) e de Flávio Travassos Régis de Albuquerque (gestão 2013-2016), ex-prefeitos do Município de São Vicente Ferrer /PE, diante da não execução do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse 306.537-53/2009, destinado à "execução de ampliação e reforma com urbanização de praça pública no município".

Mediante o Acórdão 6.734/2020-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, este Tribunal decidiu julgar irregulares as presentes contas e condenar os responsáveis em débito, além de aplicar-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

Notificado do acórdão condenatório em 17/7/2020 (peça 99), o Sr. Flávio Travassos Régis de Albuquerque opôs embargos de declaração em 29/7/2020 (peça 100), os quais foram rejeitados, consoante Acórdão 8.484/2020-TCU-2ª Câmara;

Regularmente notificado desse decisum em 11/9/2020 (peça 117), o aludido responsável interpôs recurso de reconsideração em 25/9/2020 (peça 118), que ora se aprecia.

Considerando que, nos termos do art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU e o art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de 15 (quinze) dias corridos;

Considerando que, ante o disposto no art. 185 do Regimento Interno do Tribunal, a contagem do prazo para interposição dos embargos de declaração e de recurso de reconsideração é feita dia-a-dia a partir da notificação, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, sendo que o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal;

Considerando que, nos termos do art. 34, § 2º, da Lei 8.443/1992, a oposição de embargos de declaração é causa de suspensão do prazo para interposição dos demais recursos, ainda que interpostos por terceiros, de forma que, para efeitos de averiguação da tempestividade desses recursos, devem ser considerados tanto o lapso ocorrido entre a notificação do acórdão condenatório e a oposição dos embargos declaratórios como o transcorrido entre a notificação do julgamento desses embargos e a interposição dos demais recursos;

Considerando, nesse sentido, que, no primeiro lapso temporal, entre a notificação da decisão original (termo a quo para análise da tempestividade: 20/7/2020) e a oposição de embargos (29/7/2020), transcorreram 10 dias e que, no segundo lapso, entre a notificação acerca do julgamento dos embargos (termo a quo para análise da tempestividade: 14/9/2020) e a interposição do recurso de reconsideração (25/9/2020), transcorreram 12 dias, de forma que o recurso de reconsideração foi interposto após o período total de 22 dias, ou seja, fora do prazo legal estabelecido, sendo, portanto, intempestivo;

Considerando que, ante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 285, § 2º, do RI/TCU, não se conhecerá de recurso de reconsideração interposto fora do prazo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo original, caso em que não terá efeito suspensivo;

Considerando que, no recurso de reconsideração que ora se aprecia, o recorrente suscita meros argumentos e teses jurídicas na tentativa de provocar a pura e simples rediscussão da deliberação do TCU com base em discordância com as conclusões deste Tribunal, os quais não podem ser considerados fatos novos aptos a suplantarem a referida intempestividade;

Considerando, por fim, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peça 123 a 125) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 127) pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do recurso de reconsideração, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, dando-se ciência ao recorrente desta decisão e do exame de admissibilidade promovido pela unidade técnica (peça 123).

1. Processo TC-035.823/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Flávio Travassos Régis de Albuquerque (650.445.174-53); Pedro Augusto Pereira Guedes (371.521.304-34).
1.2. Recorrente: Flávio Travassos Régis de Albuquerque (650.445.174-53).
1.3. Órgão/Entidade: Município de São Vicente Ferrer/PE.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Marcus Vinícius Alencar Sampaio (29528/OAB-PE) e outros, representando Flávio Travassos Régis de Albuquerque e Município de São Vicente Ferrer/PE.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4690/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em;

a) conhecer do pedido de reexame interposto por Marcelo Teixeira Cavalcante, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.3, 9.5 e 9.6 do Acórdão 8213/2020-TCU-2ª Câmara em relação ao recorrente, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/92 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; e

b) não conhecer do pedido de reexame interposto por Claudia de Oliveira Tenorio, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, 143, inciso IV, alínea b e § 3º do Regimento Interno do TCU;

b.1) considerando que a recorrente foi notificada da deliberação recorrida na data de 24/9/2020 e apresentou o recurso em 29/10/2020;

b.2) considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de 15 (quinze), nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c art. 285, do Regimento Interno do TCU;

b.3) considerando, ainda, a proposta de mérito da unidade técnica pelo não conhecimento, por intempestividade e ausência de superveniência de fatos novos;

Sem prejuízo da determinação consignada no subitem 1.11 desta deliberação.

1. Processo TC-022.943/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 028.971/2018-3 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Claudia de Oliveira Tenorio (842.415.604-82); Jose Julio Vieira Paiva (035.815.554-17); Marcelo Teixeira Cavalcante (021.912.374-87); Ricardo Barros Méro (088.483.784-04).
1.3. Recorrentes: Marcelo Teixeira Cavalcante (021.912.374-87); Claudia de Oliveira Tenorio (842.415.604-82).
1.4. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/AL (00.414.607/0002-07).
1.5. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Alagoas.
1.6. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.7. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.10. Representação legal: Talita Nunes de Souza Baeta Feijo (6.904/OAB-AL), representando Claudia de Oliveira Tenorio; Carlos Frederico Braga Martins (48.750/OAB-DF) e outros, representando Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - Anape; Caroline Maria Pinheiro Amorim (6557/OAB-AL) e outros, representando Marcelo Teixeira Cavalcante; Bruno Mendes (44.498/OAB-DF) e outros, representando José Luciano Barbosa da Silva.
1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: dar ciência aos recorrentes e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 4691/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, 169, II, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-039.695/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4692/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.446/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Dulcenor Batista (047.728.652-68); Iaci de Nazare Silva Abdon (391.524.642-53); Jorge Moraes Costa (165.516.212-87); Jose Lasaro Coelho Almeida (056.328.542-72); Moacir Silva de Moraes (128.818.212-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4693/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.471/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Dias (465.350.556-04); Marlete Ribeiro da Silva (255.527.671-87); Maura Ferreira Santos Oliveira (481.824.516-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4694/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.089/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Ines Gomes de Almeida (236.306.556-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4695/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.093/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isleneide Santos Mathias (159.782.062-87); Oldemar Ianck (042.782.592-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4696/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.126/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Cristiano Filho (235.602.409-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4697/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.175/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sheila Suely da Silva Maciel (321.491.152-04)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4698/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.229/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Cristina Caetano Kuschnir (755.926.227-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4699/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.240/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Giselda Paula Tedesco (466.265.901-97); Maria Alves Rondon Martins (173.653.501-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4700/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.301/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hediene Maria de Farias Galindo (397.603.164-04); Jose Antonio de Souza Filho (336.978.924-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4701/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.323/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudia Marcia da Silva Andrade (570.371.757-49); Eva Machado de Souza (477.459.677-91); Maria Ignes de Oliveira Lau (634.984.997-34); Maria da Conceicao C Natalino (524.326.457-15); Vanair Cristiano (314.689.347-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4702/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, §§ 1º e 2º, todos do Regimento Interno; e art. 7º da Resolução 206/2007, alterado pela Resolução 237/2010, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de aposentadoria de Eliezer Leiderman, Benedito José da Silva e Djalma de Oliveira Filho; excluir, por duplicidade, o ato de Maria Alice Campos da Silva; e considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão referentes aos demais interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.742/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Tomaz Marcondes Nassif (721.670.928-49); Benedito Jose da Silva (460.744.307-72); Benedito Pinto (504.736.627-87); Brilhantino Pinto dos Santos (273.933.807-49); Cristina Carvalho Carneiro (673.214.457-04); Djalma de Oliveira Filho (372.744.737-00); Eliezer Leiderman (009.482.257-34); Juan Carlos Rosso Verdeal (667.273.407-49); Maria Alice Campos da Silva (226.787.007-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4703/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.887/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Evandro Campelo Coutinho (275.410.701-06); Joao Pinto Rosa (375.895.476-20); Maria Celeste de Cerqueira Veras (153.082.513-04); Valter do Carmo Barbosa (400.523.976-53)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4704/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.889/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Armando Goncalves Madeira (029.092.947-49); Maria Angela Guimaraes Ribeiro (773.762.267-53)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4705/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.897/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ricardo Lucio Braga (010.515.168-89)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4706/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.976/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedicto Fontoura (674.919.607-15); Gilsara Marilia Teixeira Marques (722.351.607-00); Roberto Rosa de Lima (033.912.198-07); Salvador Pelicioni Vasconcelos (343.106.657-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4707/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.392/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ilse Seubert Coelho Vieira (359.243.816-68); Zuleika Martins Duarte de Lima (486.287.276-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4708/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.800/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Leny Batista Reis (106.869.753-91); Nelson Dias Campos (330.926.303-78)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4709/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.959/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marilena dos Santos Malta (597.576.206-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4710/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.967/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco de Assis Hanauer (333.646.059-04)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4711/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.026/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelcilio Rocha de Sousa (008.389.181-15); Ana Coelho Miranda (055.184.311-04); Jose de Souza (033.754.041-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4712/2021 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Sr. Antônio Borges contra os termos do Acórdão 8.477/2020-TCU-2ª Câmara (peça 12), que considerou ilegal e negou registro ao ato inicial de aposentadoria do ora recorrente.

considerando que o interessado acima nominado foi notificado da deliberação recorrida na data de 16/9/2020, conforme atesta o aviso de recebimento acostado à peça 31 dos autos;

considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de quinze dias, nos termos do art. 48, parágrafo único, c/c o art. 33, da Lei 8.443/92;

considerando que o recorrente apresentou o recurso em 2/10/2020, sendo, portanto, intempestivo;

considerando, que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes, para que venha a ser admitida nos termos do parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, e 286 do Regimento Interno;

considerando, ainda, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU, no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Antônio Borges (R002, peças 23-24), por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em determinar o envio dos autos à unidade de origem, para ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados no teor da presente deliberação.

1. Processo TC-009.652/2020-5 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Antonio Borges (393.831.216-53)
1.2. Interessados: Ana Angelica Almeida Barbosa (149.768.111-15); Antonio Borges (393.831.216-53); Antônio Borges (393.831.216-53); Ariovaldo Jose Pires (060.191.338-85); Ariovaldo José Pires (060.191.338-85); Clauton Guerra (340.928.546-68); Cláudia Lúcia Carneiro Matos (288.035.316-53)
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Jose Carlos Cunha Muniz Filho (161.166/OAB-MG) e outros, representando Antonio Borges; Juliana Pedrosa Monteiro (90.788/OAB-MG), representando Ariovaldo Jose Pires.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4713/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.029/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdynei Luiz Trevisan (355.986.209-44)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4714/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.475/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Joaquim dos Santos (020.341.448-99); Carlos Alberto Ferro Gobato (019.809.148-69); Carlos Augusto Soares (005.776.768-81); Cecilia Candolo (093.415.868-10); Edgar Dutra Zanotto (930.410.478-53); Jose Augusto Marcondes Agnelli (746.691.258-34); Jose Roberto Verani (556.056.568-72); Luis Aparecido Milan (002.312.698-11); Thelma Simoes Matsukura (088.615.158-94); Vagner Martins Michilini (062.620.808-48)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4715/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-047.293/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jair Oliveira Silva (703.342.008-06); Valter Izidoro (343.420.368-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4716/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.909/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brenda Mayra Maciel Vasconcelos Reis (061.894.456-75); Camila Isabela Almeida Caixeta Mesquita (013.226.386-67); Felipe Lopes de Santana (011.796.575-86); Gleidson Rocha Dias (061.899.936-13); Izabela Figueiredo Oliveira (095.766.556-33); Julio Cesar Ferreira Braz (067.249.856-17); Nathalia Bernardes Fortes (110.710.396-79); Sergio Luiz Boscatte Drummond (062.353.396-07); Tainara Doretto Eugenio (023.774.301-98); Thais Ribeiral Vieira Condessa (055.075.626-44)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4717/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.921/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexssandra de Souza Pereira (054.301.143-75); Cristiane Mota dos Santos (957.703.052-15); Nayara Ramires Sousa Pimentel (008.526.962-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4718/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.935/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Sander Silveira de Almeida (788.872.910-04); Aline Helena Mafra Rebelo (064.860.979-06); Bianca Correa Capizzani (342.980.758-18); Bruno Pereira de Lima Aranha (302.764.268-51); Camila Heloiza da Silva (075.214.319-01); Mario Fernandes Ramires (318.254.168-42); Rosangela Silveira Garcia (496.871.820-91); Tiago Duarte do Nascimento (064.433.929-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4719/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.959/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana da Silva Lima (005.121.705-84); Aquiles da Silva Santos (942.879.889-49); Diego Reis Marques (865.275.412-87); Israel da Silva Barros (659.510.692-20); Janaina Kelly Leite Chaves (804.491.312-20); Lyneker Souza de Moura (083.956.104-08); Swilann Mendes Pereira Correa (924.129.202-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4720/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.986/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabella Nunes Pessoa Ubaldino (146.076.917-12); Jakeline Miranda de Moraes Ficagna (093.000.977-09); Jessica Henriques Camini (124.649.717-40); Joyce dos Santos Medeiros Souza (122.218.507-50); Kassia Kelly Ribeiro da Silva Santos (058.016.257-55); Lenilton Manoel dos Anjos (072.298.787-05); Lilia Neto Figueredo (153.369.287-47); Lucilene Amaro Mendes da Cunha (090.078.127-00); Lucilia Pacheco Vieira (053.886.387-07); Marcos Davi Gomes (013.402.787-66)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4721/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.073/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dacenir Amaro Silveira Machado (025.458.890-59); Gisele da Silva Lopes (580.281.960-04); Lucas Neri Keller Kitaiski (025.756.110-24); Luciano Rodrigues da Silva (020.787.110-80); Marcos Maciel Mota Cardoso (005.348.230-17); Paulo Matheus da Luz Camara (020.056.330-03); Priscila Liao dos Santos (011.196.040-10); Rafael Cunha Matiuzzi (001.211.170-81); Rafaela Scheid (833.529.370-87); Valeria Sgnaolin (009.966.420-80)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4722/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.156/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danillo Silva Guimaraes (063.134.354-78); Eduardo Rodrigues Araujo (063.429.824-06); Fabiano Francisco dos Santos (084.872.894-79); Genivaldo Vespasiano dos Santos Filho (080.404.594-19); Hedmun Matias da Cruz (090.960.754-04); Henrique Monteiro dos Santos (086.491.094-03); Julio Luiz de Melo Soares (079.808.154-67); Renato da Silva Marques (013.911.563-31); Rivia de Jesus Santos (041.511.925-14); Uilma Maira Queiroz Silva (073.902.784-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4723/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.411/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Claudia Maria Silva e Souza (023.691.886-93); Gabriel Silva e Souza (154.442.546-54)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4724/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.450/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gina da Cruz Ribeiro Correia de Andrade (153.111.394-04); Maria Lindaura Barbosa de Barros (717.500.614-49); Ricardo de Alcantara Pedrosa (435.063.807-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4725/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.455/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vania Maria Oliveira de Arruda Camara (010.128.194-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4726/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.477/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ivone Nuss Wagner (000.168.368-39)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4727/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.513/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Penha Lima do Nascimento (036.379.604-51)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4728/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.726/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ana Maria Ferreira da Silva (901.208.680-91)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4729/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.814/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amarilza do Rosario dos Santos Souza (422.808.262-91); Cristiano Antonio Souza da Silva (510.802.302-20); Daiane Cristina Souza da Silva (510.802.062-72); Dalete Patricia Souza da Silva (510.802.222-00); Dalila Arlene Souza da Silva (510.801.922-04); Erique Francisco Souza da Silva (510.802.142-91); Keila Maria Souza da Silva (510.801.842-87); Marina Gonzaga de Oliveira (217.341.192-68); Rosangela das Neves e Silva (209.615.371-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4730/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.833/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Regina Maria dos Santos (161.076.594-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4731/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.851/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisca Rozangela de Araujo Castro (091.336.072-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4732/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.835/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ilza Pereira Correa (186.191.502-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4733/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.045/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aloisio Machado Cordeiro (330.982.396-20); Carmina da Conceicao Fraga (952.975.616-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4734/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.057/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisca Maria Jose Vale de Araujo (116.379.603-44)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4735/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.072/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eda do Couto Salim (670.130.400-10); Maria Aparecida Chaves Cruz (412.383.620-87); Roselene da Cunha Bastolla (131.351.980-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4736/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.737/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ilza Martins Sant Anna (092.342.330-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia No Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4737/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.891/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luzia Silva das Neves (027.398.867-05); Maria Aparecida de Barros Silva (026.154.138-21)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4738/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.421/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anna Maria Lameiro Sampaio (314.679.278-80); Helia Maria Figueiredo Ortiz (257.026.531-49); Judith Abdalla Gomes (055.162.818-90); Julieta Pimenta Guimaraes (304.455.708-90); Mara Lucia Mariano Muzzetti (899.407.928-91); Maria Esther Cauduro Damiani (334.132.028-80); Maria Evangelina Ramos Dias (523.713.798-91); Regina Lucia Rodrigues de Queiroz (108.354.048-38)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4739/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.488/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Auda Sodre Rego Bastos (114.193.935-53); Cleide Arboleda de Sales (121.926.977-83); Helenara Marques Paz Rodrigues (459.714.550-87); Margareth Luz da Silva (932.305.160-87); Maria Carolina Dias Lenhardt (730.073.901-68); Maria de Lourdes Viana Ferreira Maia (080.290.593-53); Maria de Lourdes de Moura Marques (075.324.824-72); Marimilia Cavallari dos Santos (543.114.899-00); Noelia Souto Gomes Zaranza (028.801.801-04); Rosely Maria Araujo de Oliveira (261.839.458-54)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4740/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de pensão civil em favor de Agripina Maciel de Souza (553.823.555-68); Avani Pacheco Soares (434.240.905-49); Beatriz Oliveira dos Santos (187.054.805-15); Elvira Teixeira da Rocha (295.793.255-53); Erotilde Batista de Faria (731.031.525-15); Isaac Vieira Santos (056.840.275-80); Ivone Ieda Gomes Vieira (991.625.635-72); Joao de Souza (061.745.665-87); Lucelia Maria Batista dos Santos (060.072.875-72); Marinalva Santos da Silva (216.745.155-53), e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-037.836/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Agripina Maciel de Souza (553.823.555-68); Avani Pacheco Soares (434.240.905-49); Beatriz Oliveira dos Santos (187.054.805-15); Elvira Teixeira da Rocha (295.793.255-53); Erotilde Batista de Faria (731.031.525-15); Isaac Vieira Santos (056.840.275-80); Ivone Ieda Gomes Vieira (991.625.635-72); Joao de Souza (061.745.665-87); Lucelia Maria Batista dos Santos (060.072.875-72); Marinalva Santos da Silva (216.745.155-53); Vanci Silva Moreira (178.730.455-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que promova o sobrestamento da apreciação da concessão relativa à pensão civil deixada por Luiz Fernando de Carvalho (CPF n.º 385.865.767-00), ocupante do cargo de agente de combate a endemias, decorrente de transformação de emprego em cargo público estatutário, por força da Lei n.º 13.026/2014, sem a realização de concurso público, até o trânsito em julgado da ADIn n.º 5.554/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, na qual se questiona a constitucionalidade das transformações de cargos promovidas pela referida lei federal, salientando que o parecer da Procuradoria-Geral da República seria pela procedência da ação (peça n.º 16).

ACÓRDÃO Nº 4741/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir indicados, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-044.253/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Izabel Cavalcanti Cabral (094.368.394-72); Rita de Cassia Ramalho Martins (259.304.108-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.4. Determinação:
1.4.1. determinar à Sefip que providencie a correção do código do fundamento legal da pensão instituída por Djalma Batista Guedes Junior (peça 3), no formulário e-Pessoal, para que passe a indicar PCIV-15.

ACÓRDÃO Nº 4742/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.588/2021-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Marta Maria Wohlers da Fonseca Almeida (021.019.707-24); Maura Wohlers da Fonseca (824.933.757-34)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4743/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.146/2021-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Georgete Brito de Carvalho (074.223.817-28); Lais Carmem Limeira Lisboa (000.774.962-72)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4744/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.018/2020-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adalberta Veron Garcia (456.470.461-34); Ana Luzia Thommen Lobo (993.764.401-10); Cleonice da Rocha Franco (731.996.481-34); Eurinda Carvalho Silva (915.414.171-00); Fabrizia Souza (678.692.463-87); Francisca Rodrigues Souza (436.781.143-34); Maria Ester Carneiro da Luz (302.109.090-72); Raimunda de Oliveira Elias (108.075.861-53); Sonia Regina da Silva (495.336.227-68); Vilma Grace Dorileo Paim (267.484.441-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4745/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, §§ 1º e 5º, todos do Regimento Interno; em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos concessórios das pensões militares instituídas por Jayme Augusto Ermida (ato 110701/2019), por Cícero Ferreira da Silva (ato 112747/2019) e por Eraldo Andrade Lima (113632/2019), e legais, para fins de registro, os atos de concessão referentes aos demais interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.824/2019-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arlete da Silva Ermida (043.544.557-06); Katia da Silva Ermida (043.544.567-70); Lucina Cordeiro Lima (716.529.817-72); Maria Rosa da Silva (097.674.867-39); Maria da Gloria Silva de Souza (058.049.247-88)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4746/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e determinar o arquivamento do feito após ciência aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.172/2019-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)
1.1. Responsáveis: Ahsley Queiroz Costa (113.526.632-87); Claudio Rubens Pinho Nilo (263.229.786-91); Efrain Pereira da Cruz (617.610.602-87); Luiz Marcelo Reis de Carvalho (289.771.492-15); Raimundo Nonato Nunes do Nascimento (085.277.842-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4747/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; 23, inciso II, e 27 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 201, § 2º, 205 e 208, do Regimento Interno, em expedir quitação do débito a que se refere o item 9.4 do Acórdão 8292/2017-TCU-2ª Câmara, imputado ao município de Itaquaquecetuba-SP, e julgar as contas do município de Itaquaquecetuba-SP regulares com ressalva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.489/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 020.126/2018-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Armando Tavares Filho (098.263.435-87); Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba - SP (46.316.600/0001-64)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba - SP
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Wilson Ferreira da Silva (147.284/OAB-SP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba - SP.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4748/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação à responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.731/2019-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Irene Gomes Guedes (862.947.766-00)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG da necessidade de, em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), envidar esforços no sentido de dar plena e urgente aproveitabilidade e efetividade, se ainda não o fez, aos recursos aplicados pelo então Ministério da Integração Nacional, por meio do Termo de Parceria 284/2004 (Siafi 518772), pela via do cumprimento dos termos da manifestação contida no Ofício OF/DG-IFNMG/ARINOS/Nº 610/2016, de 12/9/2016 (peça 8, p. 96 e peça 9, p. 1).

ACÓRDÃO Nº 4749/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2987/2021 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 2/3/2021, Ata 5/2021, relativamente ao subitem "9.1", de modo que onde se lê: "aos cofres do Tesouro Nacional", leia-se: "aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.844/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Dilermando Martins Freitas (284.904.950-68); Odara - Centro de Acao Social, Cultural e Educacional (07.515.884/0001-66)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4750/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.120/2020-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Geraldo Novais Agra Filho (029.349.854-74); Luiz Medeiros Nobre (177.220.634-20)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Carneiros - AL
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4751/2021 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de embargos de declaração opostos por Luiz Carlos de Oliveira ao Acórdão 10.871/2020-TCU-2ª Câmara, que conheceu de recursos de reconsideração interpostos pelo ora recorrente e pelo Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipad) contra o Acórdão 12160/2018-TCU-2ª Câmara, e, no mérito, deu-lhes provimento parcial;
Considerando que o recorrente tomou conhecimento do acórdão embargado em 10/11/2020, conforme peça 102 dos autos;
Considerando que somente em 24/11/2020 compareceu aos autos para apresentar o recurso em apreço, fora, portanto, do prazo fixado no § 1º do artigo 34 da Lei 8.443/92;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 30, inciso I, alínea "d", e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso V, alínea "f" e § 3º, 277, inciso III, e 287, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Luiz Carlos de Oliveira (R003, peça 108) contra o Acórdão 10.871/2020-TCU-2ª Câmara, eis que intempestivo, e dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-013.602/2015-2 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Instituto de Planejamento e Apoio Ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (02.197.495/0001-16); Luiz Carlos de Oliveira (003.726.254-87)
1.2. Recorrente: Luiz Carlos de Oliveira (003.726.254-87)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Garanhuns - PE
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Frederico Guilherme Rodrigues de Lima (18280/OAB-PE) e outros, representando Instituto de Planejamento e Apoio Ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico; Marilia Correa de Oliveira Braga (29102/OAB-PE) e outros, representando Luiz Carlos de Oliveira.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4752/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.323/2018-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Centro de Voluntariado de Rio Claro (03.200.687/0001-05); Milton Jose Hussni Machado Luz (716.988.508-59)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Ana Lucia Carvalho Rohrer (300.740/OAB-SP), representando Centro de Voluntariado de Rio Claro e Milton Jose Hussni Machado Luz.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4753/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno; e artigos 36 e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da representação a seguir relacionada e determinar o seu apensamento definitivo aos autos do processo TC-025.756/2020-6, que trata do processo de desestatização dos atos e procedimentos preparatórios para a concessão da Ferrogrão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.189/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Infraestrutura
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4754/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação a seguir relacionada e considerar prejudicada a continuidade do seu exame da por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto; e fazer as determinações a seguir indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.707/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Superintendência do Iphan No Estado do Rio de Janeiro
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. informar à Superintendência do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Estado do Rio de Janeiro e ao representante acerca da presente deliberação, destacando que o seu inteiro teor pode ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.6.2. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 4755/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.626/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivonete de Sousa (212.238.586-34); Izabel da Cruz Xavier (099.395.122-87); Nelsomar Weber (460.866.926-53)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4756/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.780/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Dores Nascimento Dantas Pereira (139.399.472-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4757/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.805/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Auxiliadora Silva Gomes (009.736.198-48)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4758/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.881/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Pedroza (188.312.654-15); Regia Lucia Lopes (379.560.944-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4759/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.886/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre Queiroz Bracarense (316.997.666-49); Ediltrudes Fernandes (628.929.916-68); Geralda Silva Vieira (174.771.826-20); Iracema Ferreira Silva Costa (419.778.406-63); Jose Celso Pina (245.132.536-49); Maria Ferreira Neta (923.609.716-20); Maria Ines Duarte Camargos de Castro (640.132.606-97); Milton Henrique Caldeireli Filadelfio (251.433.446-20); Silvana Maria Rosa Dalmasio (533.223.206-34); Willer Jose da Rocha Franco (324.584.796-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4760/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.893/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fatima Maria Ferreira de Oliveira (123.899.354-00); Gilvanda Amorim Bezerra Cavalcanti Brayner (399.532.114-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4761/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.907/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Herrerias de Campos (611.065.508-20); Maria do Carmo Vasconcelos de Gois (144.674.374-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4762/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.908/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo Iritsu (007.243.398-17)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4763/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.926/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexia Veloso (402.654.126-68); Vandilson Rodrigues de Santana (048.534.825-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4764/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.970/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eurinea Paulino da Silva (199.718.342-00); Geiza Amorim de Almeida (188.729.992-00); Margarete Brigite Barroso Uchoa (112.397.602-30); Maria Jose da Silva (225.259.802-63); Maria Orgeda Vasconcelos Lessa (124.299.962-00); Marlete Torreia do Nascimento (034.494.402-68); Miramar Nunes (042.704.102-30); Miriam de Sousa Costa (149.658.103-25); Nadia Patricia de Almeida (225.865.802-06); Sonia Maria de Oliveira (074.863.592-00)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4765/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.008/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isabel Idelzuite Lustosa da Costa (090.963.883-72); Mara Sueli Ribeiro Lima (673.877.137-15); Marilia Lutfi (063.179.458-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4766/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.169/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edymari Gomes da Silva (966.488.138-49); Filomena Margarida de Souza Pavao (066.061.448-09); Hamilton Bertocco Landini (035.904.608-81); Rosa Maria Feltran (035.909.958-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4767/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.179/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria de Souza Silva (460.280.486-15); Maria de Fatima Cirino (351.293.106-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4768/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.211/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlene de Jesus Mendes Caldas (067.220.913-68); Celia Maria Nunes Cantanhede (266.683.271-68); Lindomar Sales Silva (175.223.903-20); Marco Cesar Carvalho Almeida (137.787.303-04); Maria Tereza Lyra Lopes (541.568.314-34); Pedro Ribeiro de Alencar (040.475.323-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4769/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.251/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Mary Candida Pires (564.333.447-04); Clelia de Fraga Vieira (429.400.957-87); Daniel Ramos Rosa (563.645.397-34); Ester Francisco de Lima Clemente (723.043.597-87); Jose Potxci de Azevedo (663.376.317-49); Luiz Carlos Sampaio (281.673.767-53); Lyes Assis Garcia (515.354.327-72); Maria de Fatima Aurora Ramos (726.164.907-49); Maria de Fatima de Moura Teixeira (706.784.727-34); Sandra Pereira (870.309.697-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4770/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.272/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Antonio Correa (498.170.866-15); Sebastiao Luzia Fernandes (393.432.436-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4771/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.292/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Eli Pires Rosas (091.806.215-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4772/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.311/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Cristina Rezende Duarte (795.291.357-34)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4773/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.356/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Newton Coutinho (734.939.028-91); Silvia Kitagawa Alves (077.783.648-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4774/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.365/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Andrade Solimoes (111.758.262-00); Raimunda Marly Dabela Vieira (215.545.522-49); Suely Barbosa Pereira (230.373.262-04); Valdelourdes Nascimento (161.578.772-00); Yeda Fonseca Castanhola (137.157.552-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4775/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.372/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Goes Ribeiro (186.774.445-72); Jose Florisvaldo Leitao da Silva (143.660.965-87); Jose Raimundo Maia dos Santos (132.107.345-34); Nilson Nonato Vidal Rossy (038.258.682-49); Pedro Ribeiro de Oliveira (151.298.615-15); Reginaldo Silva dos Anjos (214.117.275-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4776/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.380/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Iadanza da Silva Freire (345.335.167-34); Cleusa de Jesus Paixao (624.667.717-72); Mario Cortes Wanderley (404.185.107-68); Miguel Gadelha (691.422.977-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4777/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.381/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Albaneza Melo Sales (224.431.421-91); Joana Leonarda Rodrigues de Assis (210.339.431-34); Luiz Newton Souza (055.125.571-49)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4778/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.385/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altiva Dorcas Lages Costa (076.453.253-72); Carlos Alberto Castro Andrade (067.455.393-49); Carlos Augusto Ribeiro (074.526.163-91); Raimundo Joao Coqueiro (074.573.083-34); Selma Maria Muniz Marques (288.608.963-04); Thais Machado Moraes Correia (158.447.813-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4779/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.022/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bruno Zolini (409.419.067-87); Celia Regina Ferreira Magdaleno (659.772.627-87); Jovelina de Sousa da Silva (304.163.457-00); Lilian de Mello Lauria (688.680.067-15); Luiz Antonio de Freitas (235.459.256-68); Maria da Gloria Gomes So (439.130.837-15); Nilza Harumi Togashi (918.224.917-20); Pedro Ernesto Simao (501.136.077-68); Rosita Duarte da Silva (358.436.327-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4780/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.060/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia dos Santos (133.166.646-53); Rubens Bento de Morais (203.480.104-00); Susana Alves Coelho (299.702.024-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4781/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.087/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joana Darc Eler dos Reis (183.077.442-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4782/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.212/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Malta Carpi (390.571.787-53); Carlos Alberto Rodrigues de Sa (720.342.627-00); Jose Geraldo Sobral Lixa (627.260.567-68); Julio Vicente Quinellato (279.214.417-34); Luciano Faria Lima Mondolfo (465.923.777-04); Luiz Miranda (519.689.247-87); Maria de Fatima Vieira Miqueline (835.527.907-72); Norton Wellington de Pinho Martins (330.968.996-49); Ricardo Anastasia Ramos (370.078.907-68); Valeria Paula Pinto Mesquita Aquino (718.304.997-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4783/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.215/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto Cesar dos Santos (730.477.167-49); Beatriz Moritz Trope (739.485.197-49); Celeste Filomena do Carmo Cardoso (402.454.897-20); Glacy Kelly Gomes da Cunha Bisaggio (911.687.167-72); Ideval Irani Semeghini Filho (720.560.617-91); Jorge da Silva Torres (530.602.457-20); Maria das Gracas Pacheco da Silva (608.769.997-04); Mauro Lopes Teixeira (342.010.687-49); Paulo Roberto Vieira Furtado (361.719.567-91); Sonia Maria da Conceicao (339.707.427-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4784/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.234/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Figueiredo Correa (313.740.421-53); Artur Eduardo de Brito Fonseca (482.303.676-04); Cesar Augusto Rodrigues Moleda (533.289.227-68); Eneide Cruz Pontes Ribeiro (282.699.935-49); Fabio Scliar (021.059.317-23); Geraldo Amaro Ferreira (255.660.166-34); Lidimeia Delgado Romao Arguello (298.621.401-00); Ligia Nascimento da Silva Schinwelski (637.530.141-68); Mario Agostinho Cavalcante Costa (048.544.383-04); Zulma Alves de Lima de Aquino (080.597.212-91)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4785/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.235/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Lorenzi (265.082.810-20); Celso Tadeu Mendes Pauliquevis (756.845.008-20); Fernando Nascimento (921.783.677-04); Julio Ramos Salazar (758.677.027-15); Leonel de Oliveira Ferreira (935.743.806-82); Marcelo Almeida da Silva (976.040.627-68); Paulo Roberto Salles de Souza (549.667.107-82); Realdir Flores Ribeiro de Carvalho (261.907.371-53)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4786/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.244/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cesario Melantonio Neto (162.898.621-20); Olga Fatima de Souza Brito (116.317.671-00); Zenik Krawctschuk (859.243.348-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4787/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.275/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eufrasia Tavares Reis de Vasconcelos (396.816.455-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4788/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.291/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Balbino Ribeiro (124.285.311-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4789/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.328/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aluizio Lourenco de Araujo (223.312.474-04); Eliane Maria Marinho Siqueira (142.958.224-34); Francisco Ribeiro de Sousa (280.615.434-00); Jose Edmilson Rosa da Silva (212.513.474-87); Jose Gabriel de Souza (285.751.724-68); Luiz Alves Bacurau (081.897.733-72); Maria do Socorro de Carvalho Cruz (220.486.004-25); Mauricea Irelba Pedroza (212.683.204-04); Suzana Tereza Lopes Pessoa (513.668.784-34); Wilce Duarte da Costa Coelho (257.678.015-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4790/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.338/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Cristina Vianna Andrade Vieira (068.474.713-87); Julio da Silva Galvao (080.054.353-04); Margareth Pereira Macedo (242.750.263-49); Maria Francisca Moura Barros de Oliveira (215.318.703-68); Maria Jose Araujo Lemos (250.642.583-72); Maria da Graca Aquino Serra (376.994.743-68); Marivania de Jesus Mendonca de Jesus (089.514.463-87); Raimunda de Araujo Mota (149.483.893-15); Valberto Benicio dos Reis (206.141.013-87); Zilene de Fatima dos Remedios Bogea (106.691.753-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4791/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.354/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Felix Bezerra (130.814.894-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4792/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.608/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Iraneide Luiza dos Santos Vioto (021.826.578-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4793/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.675/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wanderley Guenka (856.653.128-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4794/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.751/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Thiesen (262.571.140-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4795/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria, dos servidores do Tribunal de Contas da União, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federalos os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma do art. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac).

Considerando que, as críticas das informações cadastradas na etapa de coleta do ato foram elaboradas e validadas levando-se em conta as peculiaridades de cada ato. Os itens verificados nessa etapa são inerentes a dados cadastrais, fundamentos legais, mapa de tempo, ficha financeira, assim como eventuais ocorrências de acumulação. Trata-se de verificações abrangentes, minuciosas e precisas e sem a necessidade de ação humana e, portanto, menos suscetível a falhas. As críticas aplicadas estão discriminadas no sistema, no Menu e-Pessoal, opção "Crítica", que podem ser acessadas mediante concessão de perfil específico a servidores do TCU responsáveis pela análise.

Considerando que, além das críticas automatizadas, há verificação humana adicional no caso de haver alertas do sistema ou informações não formatadas, como esclarecimentos do gestor ou do controle interno.

Considerando que, as críticas também consideram os registros do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). O Siape disponibiliza informações atualizadas sobre as parcelas que integram os proventos, diferentemente, portanto, do e-Pessoal, que informa as parcelas no momento do registro do ato.

Considerando que, essa confrontação com o Siape fornece uma visão atual e verdadeira da situação, o que permite descaracterizar irregularidades e inconsistências que, embora constantes do e-Pessoal, já foram corrigidas.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 260, do Regimento Interno, em:

a) considerar prejudicada, por inépcia, o exame de mérito do ato de Aposentadoria de MIRIAM LUCIA GARRIDO DA CUNHA ARAUJO integrante do presente processo, tendo em vista que a servidora exerceu a função FC-6; dessa forma a incorporação deve refletir o valor dessa função comissionada antes da conversão em vpni pela lei n. 9.527/1997, com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Aposentadoria de ALTAMIRO MANOEL DA SILVA, tendo em vista o seu falecimento, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e art. 260, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; e

c) Informar ao Órgão e a interessada que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.782/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altamiro Manoel da Silva (122.473.321-53); Miriam Lucia Garrido da Cunha Araujo (224.663.801-10)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4796/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.974/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ariomar Maciel Bretas (576.397.287-20); Arnidio Fernandes Coitinho (575.983.717-68); Eliana Rocha Souza de Almeida (376.639.177-15); Ester Rosangela Macedo Pereira (856.316.637-91); Giovana Mara Carneiro Deccottignies (893.711.357-00); Helen de Souza Castro (458.760.456-91); Luis Coelho de Sousa Ribeiro (329.440.207-49); Luiz Claudio de Andrade Dutra (645.840.207-44); Marta Moraes Vieira (756.995.677-04); Rosangela Franca Oliveira (862.580.957-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4797/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-046.541/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marlene Freire (379.788.707-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4798/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.791/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eliane Ferreira Pereira Silva (803.578.063-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4799/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.837/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anelise Alves Nunes Schons (056.694.399-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4800/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.854/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Crema Hanna (008.302.180-92); Celi Santana D Avila Alves (459.355.300-82); Cristina Santos Morais (833.744.260-34); Debora Pereira Gomes (008.104.420-86); Denise Tavares Ritta (644.250.100-00); Fabia Peixoto da Silva (007.412.660-16); Maicon Douglas da Silva Rodrigues (021.569.900-93); Marcio Inacio Steinmetz (008.270.480-50); Matheus de Lima Eberts (030.816.340-08); Rosangela Vargas Ribeiro (483.336.460-34)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4801/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.292/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caciara Gonzatto Maciel (007.510.930-17); Munir Klamt Souza (502.910.680-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4802/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.915/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Juliana de Sa Oliveira (060.918.484-96)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4803/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.918/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Emmanuel de Freitas Junior (047.388.394-54)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4804/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.987/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcia Amaral de Castro Almeida (787.760.157-34); Marcia Luz de Souza (019.509.935-40); Marcia Oliveira Ferreira Braga (014.081.067-60); Mauricea Nogueira Pereira de Melo (054.248.807-89); Oliver Santos de Lima Rosa (121.677.587-74); Romulo Junqueira do Nascimento (111.849.337-07); Suany Marques da Silva (118.779.557-79); Vania de Fatima Costa de Freitas (890.509.167-91); Viviane dos Santos Martins (096.785.457-13); Vivianne Libanio Lima (140.414.347-50)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4805/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.993/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Silva da Cruz (131.076.577-43); Barbara Rachel Gomes Augusto (058.743.707-30); Bianca Venancio de Moraes Barbosa (144.272.727-62); Carlos Rondinele da Silva Vieira (040.681.856-89); Cinthia de Araujo dos Santos Costa (135.783.567-19); Edvaldo Tavares de Andrade Junior (011.093.417-25); Juliana Barros Carneiro da Cunha Lucena (173.157.487-84); Rodrigo Leon Lara Fernandes (085.132.157-75); Vera Lucia Fonseca (577.874.172-34); Victor Paulo Rodrigues Magalhaes (105.275.377-99)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4806/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.996/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre de Oliveira Machado (074.448.927-09); Bruna Novelli de Oliveira (139.245.047-09); Daniela Moraes de Araujo da Silva (029.107.087-64); James Chester Aranibar Crespo (105.716.857-22); Julia Cristina Daumas Caldas (130.437.857-89); Lindineia Cabral Nery (030.322.677-30); Natalia de Oliveira Bispo (102.233.277-51); Paula Brazilio Nobrega (094.864.467-25); Thuanny Cristine Correia Rangel (143.087.477-59); Valeria Lira Freire (037.348.227-26)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4807/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.016/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Tiemi Kano Silva (121.799.767-98); Aline da Silva Pacheco (057.742.487-47); Ana Claudia Lobao de Albuquerque Nogueira (070.682.217-00); Angelo Jorge Queiroz Rangel Micuci (031.333.217-73); Carla Andrea Fioramosca Bottino (116.253.467-27); Carla Figueiredo de Andrade (124.030.667-96); Jafe Lopes Natividade Japhet (096.647.077-08); Jandira Fernandes Paranhos (602.113.427-34); Livia Alves Monteiro de Souza (108.698.027-12); Luciana Cerqueira Rego Giro (091.865.527-75)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4808/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.034/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano de Paula Rabelo (774.288.896-34); Dandara Alves Luz (115.430.467-11); Luiza Helena Rodrigues de Abreu Carvalho (113.479.417-70)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4809/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.084/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Ferraz Garcia (030.700.731-66); Fernanda Araujo Rocha Nogueira (032.391.611-25); Gustavo Adolpho Rodrigues Ajala (037.716.571-99); Kadinne Strobel de Souza (036.795.251-33); Mateus Braga Fernandes (898.453.661-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4810/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.143/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe de Oliveira Lima da Silva (375.264.098-74); Marine Luiza de Oliveira Mattos (095.749.596-00); Michel Melo da Silva (091.913.556-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4811/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.145/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juliana Ferri (028.900.769-03)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4812/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.166/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Oliveira Ribeiro (081.807.977-08); Emilia Carolina Santana Teixeira Alves (116.781.897-07); Flora Ferreira Solon (115.993.047-32); Isabel dos Anjos Leandro (076.400.386-00); Julia Cavalcanti Telles de Menezes (104.487.017-66); Paula Braga de Jesus Wyllie (053.068.877-83)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4813/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.385/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria das Gracas Galvao (462.607.149-04); Maria de Lourdes Canavarro Alves (272.129.472-53)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4814/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.401/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Karine da Silveira Pinheiro (615.478.243-87); Guilherme Pinheiro Camelo (068.548.293-64)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4815/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.404/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ana Florinda Mendonca da Silva Dantas (112.394.255-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4816/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.405/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vera Lucia Melo (377.930.559-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4817/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.419/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Milton Lima Lopes (006.018.105-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4818/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.431/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elena Perez Dominguez Pinder (133.952.108-39); Juan Francisco Rodriguez Tabernero (242.751.668-68); Maria Ineia Ferreira Pereira (187.646.958-75); Maria de Lourdes Santos Gomes (033.429.725-72); Rosemary Santos Canazzaro Amendola (157.891.238-56); Sandra Pereira Fukuda (000.865.018-79); Vilma Montroin Faustino (315.508.528-25)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4819/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.439/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adailza Alves da Silva (380.466.364-87); Maria das Neves de Araujo Juvino (031.805.124-90)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4820/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.447/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ines Jastremski Ferreira (518.691.879-20); Luciano Sebage Silveira (802.384.830-53); Maria Amelia Sebage Silveira (215.678.080-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4821/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.466/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Claudivina Tiago Bezerra (011.569.134-03)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4822/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.480/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Pedro Paulo Venancio (412.815.436-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4823/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.502/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Laura Damasceno Cesar Bruno (268.927.156-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4824/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.551/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Josefina Francisca Machado (341.458.005-59)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4825/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.747/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Almir Ribeiro de Arruda (127.734.332-20); Ivorane Alessio de Barros (190.487.692-72)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4826/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.836/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Oscarina de Almeida Pereira (801.027.272-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4827/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.866/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Clezo Rigao Gomes (036.057.299-59)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4828/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.876/2021-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alvaro de Castro Salles (007.374.491-36); Carolina da Costa Salles (020.495.401-08); Elzi Coelho de Castro (113.875.481-15); Henrique da Costa Salles (020.495.351-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4829/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.520/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rita de Cassia Alves Adeodato (186.225.851-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4830/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão Civil em favor de beneficiária de ex-servidor do Senado Federal, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa - TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que a beneficiária de pensão foi excluída por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista que a beneficiária foi excluída das fichas financeiras atuais, devido ao fato de ter atingido a maioridade, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010; e

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.119/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nathalia Cristina de Vasconcelos Dias (041.069.711-78)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4831/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.764/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jorge Augusto de Carvalho (122.173.796-15)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Poços de Caldas/MG - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4832/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.988/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Rafael Blanck Silva (005.218.431-54); Vera Mariza Blanck (120.731.641-53)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4833/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.724/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Georgina Moura da Cunha (030.329.827-82); Lydia Bahi Muruci (022.136.057-34); Mara Lucia Pereira da Costa (427.255.007-10); Maria Cristina da Silva Faraco (090.353.117-87); Maria de Lourdes Otonio (643.838.307-49); Marlene de Oliveira Gomes (662.604.267-04); Nilza Ozorio Alves (885.871.697-34); Sandra do Vale Rivetti (021.398.777-56); Tania Maria de Castro Mattos (005.545.207-88); Terezinha de Jesus Serra Pinheiro (662.312.727-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4834/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.829/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anna Lucia de Toledo Neiva (221.668.901-72); Cirene Amaral Lopes de Oliveira (298.196.367-87); Davi Queiroga Dalla Corte (081.724.371-29); Euselena Alexandre da Silva (097.569.061-20); Irene Coelho de Moura (343.903.671-53); Jose Scarpelli (000.281.931-72); Katherine Formiga Queiroga Dalla Corte (010.232.694-06); Maria da Guia Vasconcelos Tavares (386.554.111-91); Odezia Carvalho Oliveira (689.265.371-53); Rose Mary Momesso (958.821.038-00); Vicente de Paula Dutra (443.701.137-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4835/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.370/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amanda Aparecida Arantes Silva (700.609.911-00); Doranilde Mesquita Santos Laranjeiras (094.029.002-25); Elaine Pecanha Fonseca da Costa (323.379.301-49); Lucia Helena Souza Pereira (437.190.236-72); Luciana Paula Borges Pereira Scafutto (816.756.741-91); Maria Antonieta Tatagiba Goulart (154.859.516-00); Maria Izabel Rodrigues Costa (127.892.083-87); Maria de Jesus Melo Almeida (510.189.421-49); Tito Borges Pereira Scafutto (084.858.141-50)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4836/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores de órgão vinculado a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando tão-somente, em relação a beneficiaria instituída por Jovenirio Rodrigues Machado, em pesquisas aos sistemas internos do TCU identificaram que o CPF da Sra. Nilza Campos Vieira foi cadastrado erroneamente, sendo o número correto o 025.862.497-39. 7. Foi constatado que há outro ato de concessão de pensão militar para o Sr. Jovenirio Rodrigues Machado, já julgado legal por esse Tribunal, o ato 129213/2019, posterior ao ato aqui analisado, situação que implica a cessação dos efeitos financeiros, podendo ser considerado prejudicado por perda de objeto, com base no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU.

Considerando o parecer do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 260, §§ 1º, 2º e *caput*, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar legal e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar instituídas por José Nápoli (CPF 003.721.453-53), José Ribamar de Souza e José Vieira Neto (CPF 058.845.357-91), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1 o , inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1 o , do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de pensão militar instituída por Jovenirio Rodrigues Machado, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; e

c) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.394/2020-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Fernada Santos Nápoli (121.046.123-49); Ina Alcira Machado Gonzalez (008.376.100-44); Maria Helena Souza de Lima (347.210.707-30); Naira Vanda Machado (192.622.130-34); Nilza Campos Vieira (058.845.357-91)
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4837/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.056/2019-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Joao Luiz Aldrighi (269.625.190-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4838/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, ACORDAM em deferir o pedido de prorrogação de prazo de 30 dias juntado à peça 54 e restituir os autos à unidade técnica para que analise o cumprimento das determinações do Acórdão 8.956/2020-TCU-2ª Câmara, em especial o item 9.6.4 do *decisum*.

1. Processo TC-022.788/2019-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Cesar Silva de Melo (756.305.167-87); Cezar Romero da Costa (886.391.698-53); Dion de Assis Tavora (033.320.397-68); Francisco Severino de Franca (790.180.848-91); Getulio Miranda Silva (061.401.067-53); Januario Sawczuk (087.234.357-04); Jorge Luiz Alves de Souza (254.185.729-20); Jose Barbosa da Mota (001.080.493-53); Josias Campos de Oliveira (021.896.587-72)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4839/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.753/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Josivan Rocha (802.980.527-68); Avelino Fontes da Silva (779.991.187-53); Belmiro Monteiro Teixeira Filho (510.927.609-97); Benoino Pich (410.488.499-53); Cicero Jose dos Santos (352.536.734-15); Claudio Anastacio do Nascimento (783.459.607-15); Davi Carlos Ferreira Gomes (748.056.657-34); Flavio dos Santos Rodrigues (783.562.617-91); Francisco Carlos Gregorio da Silva (779.247.707-04); Iudde Amaro de Souza (391.148.489-53)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4840/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.969/2020-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Claudio Batista de Sousa (443.391.864-49); Josivaldo Dias de Araujo (441.917.074-34); Moacir da Silva Evangelista (445.933.684-72); Roberto Fernando dos Santos (234.839.624-68)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4841/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.024/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Luiz Servino Ribeiro (493.567.127-00); Eloa Zanotelli Gomes (845.769.797-87); Maria Helena Luduvico (726.318.217-34); Mateus Rodrigues Marcal (318.124.067-20); Raulino Carlos Silveira (656.540.487-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4842/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.070/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Renata de Souza Queiroz Santos (269.141.666-68); Antonio Soares (267.615.216-53); Aparecida Cristina Dutra Fonseca (453.793.006-34); Edna Bittar (048.308.736-04); Eliane da Conceicao Romao (276.249.866-04); Luciana Rocha de Gomes Ferreira (633.126.546-53); Marcia Castro Buonincontro Meireles (560.016.226-04); Maria Jose Nunes dos Reis Silva (160.733.126-87); Maria da Consolacao dos Santos (228.962.366-00); Robson Geraldo Quadros Figueiredo (283.004.836-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4843/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.094/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anisia Maria Moreira Santos (317.066.061-68)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4844/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.113/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcelo Cordeiro Bertolucci (911.987.397-20); Valeria Cristina da Cruz (089.310.138-92)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4845/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.202/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rita de Cassia Machado de Paula (074.869.487-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4846/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.203/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Simoes Campos (200.760.885-53); Angela Peccini Pereira (546.958.647-20); Edna Cinelli Couto Moreira (919.653.147-91); Jonia Paim Barbosa (884.735.117-00); Luis Gonzaga Lopes Buarque (335.333.187-53); Maria Lucia Pereira da Silva (391.977.607-06); Neuza Pereira de Moura Souza (696.035.707-10); Sheyla Lopes Flores (781.864.717-15); Silvia Rejane do Carmo (645.843.727-72); Silvio Panno Neves (289.317.697-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4847/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.227/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Irene de Carvalho Camargos (310.121.161-15); Maristela Rodrigues dos Santos (372.849.591-34); Maristela dos Reis Luz Alves (088.890.743-53); Teresinha Barbosa Lima Ferreira (066.584.903-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4848/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.251/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aparecida de Fatima Spinula (371.713.136-20); Carlos Eduardo Corradi Fonseca (140.944.446-53); Creusa Atanazia de Carvalho (665.027.646-49); Eliane Azeredo Braga (597.839.666-34); Maria Auxiliadora da Silva (276.889.926-72); Maria do Carmo Friche Passos (457.911.206-72); Rogerio Marcos de Souza (676.904.916-34); Tania Mara Venancio Macedo (009.703.036-88); Vera Lucia Silva Resende (293.952.836-53); Vicente Paulo de Souza (265.435.326-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4849/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.256/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Lazzarin de Souza (548.495.279-49); Ivanete de Jesus (344.376.229-87); Maria das Dores Souza (582.671.239-20); Nilton Lourenco Junior (417.706.509-97)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4850/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.260/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celeste Rodrigues Paixao Paduam (812.257.767-91); Cleusa Vaz Gouveia (265.942.507-87); Eliezita Portugal dos Santos (447.219.607-78); Katia Regina da Silva Calado (946.731.447-91); Luiz Veloso Ramos (312.585.307-91); Rosana da Costa (927.566.707-15); Sonia Pereira de Jesus Conte (643.786.247-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4851/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.286/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Denise Touret de Faria Rios (221.079.911-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4852/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.340/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anivaldo Quirino da Silva (215.858.901-97)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4853/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.357/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Laura Magalhaes Lobato (128.470.892-68); Maria das Gracas Almeida Dias (049.293.812-15); Maria de Fatima Miranda Lopes de Carvalho (198.313.152-00); Nelma Magno Coelho (255.087.332-72); Rita de Cassia Carvalho Silva (164.464.451-72); Terezinha dos Anjos Lima (212.665.812-00); Zinia de Aquino Valente (040.083.082-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4854/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com base no Acórdão nº 2100/2010 -TCU -Plenário e no art. 169, inciso IV do Regimento Interno/TCU, em excluir os seguintes atos de admissão do Sistema Sisac, por haverem sido cadastrados em duplicidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.719/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elidia Tridapalli (249.120.269-72); Ignes Warmling Monguilhott (714.479.979-72); Ivanete Bastos de Andrade (289.625.759-49); Jenesia Manoel Vargas (179.276.849-49); Maria Jose Neves Silveira Cathcart (341.769.349-72); Solon Back (004.874.739-49); Sueli Lucia Vancin Frozza (313.291.799-00); Terezinha Hessmann (375.739.939-00); Valda Terezinha da Silva (245.867.309-00); Wally Goll da Silva (248.904.059-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4855/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.772/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Fatima Santos Rensonnet (174.899.116-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4856/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.899/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Iraci Vieira dos Santos (126.329.023-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4857/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.992/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dulciene da Costa Frazao de Brito (727.178.151-04); Jose Francisco de Oliveira Mattos (380.356.006-30); Maria das Dores Barreto Silva (392.857.071-49); Matilde Bezerra dos Passos (067.952.851-20); Sheila Soares Santana (316.900.761-00); Sonia Maria de Souza Galdino (273.708.791-00); Vivian de Luccia (952.701.598-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4858/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.404/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cristina Vasconcellos Sperle (484.295.467-15)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4859/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.953/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Marcal de Faria (049.278.936-34); Maria das Dores Ferreira (000.618.086-87); Paulo Pinheiro da Silva Neto (199.021.076-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4860/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.954/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Inacio Alves (196.698.444-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4861/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.066/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Batista da Silva (052.426.397-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4862/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.688/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Lucio Couto (600.473.486-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4863/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.175/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Genovil Pereira Tavares (000.235.242-78); Fernando Ygor Fernandes Fonseca (332.668.913-68); Joilson Mendes Arruda (747.721.632-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4864/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.206/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana da Costa (045.316.109-03); Carlos Miguel Ciupa (079.578.339-69); Igor Talarico da Silva Micheletti (010.263.149-25); Ivanilde Teresinha Dutra da Silva Matias (643.724.059-87); Luciana Marta da Silva (087.867.449-76); Luzia Marta da Silva (080.970.859-09); Maicon Allan Martins Gadioli (081.094.879-63); Pedro Augusto Fonseca de Araujo (061.425.999-19); Renata Cibele Cominato Lemes (039.129.089-40); Ulisses Caon (098.045.589-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4865/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.327/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Bednarchuk (075.488.849-58); Aline Sarri Goncalves Benetolli (065.962.339-01); Caio Miguel Viante (067.460.339-70); Claudineia Claro (103.845.559-69); Edson de Oliveira Bastos (551.361.179-15); Ines Ferreira de Oliveira (592.864.319-53); Joao Wilson de Souza Junior (079.041.099-05); Maricesi Traczynski (081.259.579-36); Winglid Aparecida dos Santos (120.881.659-40); Yasmim Bednarchuk (098.137.199-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4866/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.920/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Frizzera Dias (081.545.527-52); Carolina Yuri Panvequio Aizawa (364.134.788-29); Marcos Thiago Gaudio Gomes (092.262.977-38)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4867/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.946/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Junior Marques do Nascimento (010.004.913-31); Arnaldo Rodrigues da Gama Nascimento (615.721.493-70); Cibelle Pinheiro Luz (053.974.173-60); Debora Fonseca Leite (023.620.963-94); Gaio Sousa Quaresma (066.554.253-44); Lalyne Bezerra Lima (668.983.823-49); Lucas Moraes Leocadio de Souza (075.218.843-70); Nayla Soares de Oliveira (031.807.593-80); Rayane Santos da Silva (070.188.473-89); Sergio Araujo Machado (350.025.733-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4868/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.952/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Pires Lobato Rodrigues (101.717.996-40); Felipe Eleuterio Hoffman (076.261.826-42); Juliana Ferreira de Souza (005.023.806-08); Oseas Torres dos Santos (065.378.296-90); Paula Rita Bacellar Gonzaga (046.239.375-50); Roberta Guimaraes Franco Faria de Assis (105.465.167-18); Silvia Cristina Verde Mendes Nolasco (303.786.993-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4869/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.970/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Suelen Sandy de Oliveira Sousa (017.040.315-75)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4870/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.090/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Katherine Pohl (096.540.936-85); Maria Cecilia de Souza Nogueira (027.415.936-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4871/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.110/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Enio Henrique do Nascimento Santos (002.133.281-94); Guilherme Goncalves Brito Cortes (887.455.031-68); Izaque Maciel de Souza (008.553.211-80); Jussara Roberta de Freitas Silva (072.295.597-90)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4872/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.122/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Pastore (066.288.658-51); Claudio Robert Pierini (293.998.128-04); Joao Lucas de Souza Silva (058.053.815-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4873/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.131/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Albertina Flavia de Amorim (067.559.454-55); Angelica Galindo Carneiro Rosal (053.186.764-13); Caio Cesar Goncalves Silva (096.413.464-07); David Henrique da Costa (085.437.074-98); Hiuquem Monteiro Lopes (057.976.014-60); Jacinaldo Balbino de Medeiros Junior (089.552.964-52); Leonardo Monteiro Crespo de Almeida (052.250.524-44); Luana Kalinka Cordeiro Barbosa (072.623.544-00); Maria Ivanucia Mariz Erminio (072.188.764-39); Nathalia da Costa Santos (109.596.714-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4874/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.177/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Oliveira Costa (032.212.950-81); Bruna Moscat de Faria (099.965.107-27); Eduardo Felipe de Quadros (025.666.750-07); Eduardo Rodrigues Dorneles (016.572.290-84); Jeronimo Regio Santos (033.896.950-01); Joao Roque Dias Lopes (547.576.300-34); Larissa Oliveira Santos (018.210.960-70); Laura Fontana Favreto (014.379.870-79); Matheus Fernandes Filgueiras (128.647.047-14); Willian Cooper do Amaral (017.039.480-84)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4875/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.423/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Roberto Weygand de Souza (313.724.088-35); Giselle Marcelino da Silva (336.928.638-61)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4876/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-047.042/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Riceto Fernandes Campanelli (140.437.028-50); Ana Isabel Beserra Macedo (585.833.432-68); Luis Candido Silva Vieira (450.273.232-04); Marcela Monik Dourado Pereira (019.408.845-60); Marcia Rejane de Aguiar Morais (776.546.501-59); Maria das Merces de Jesus Freitas (882.297.851-04); Raimundo Pereira Silva Neto (802.764.313-91); Rosana Ribeiro Moraes (305.834.032-04); Sheila Simone da Silva Pereira (515.215.985-68); Wendel Barbosa Alves (753.890.613-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4877/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.426/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Jose Esteves (026.356.506-83); Maria de Lourdes Faria (013.351.046-82); Ozires Abrantes Barbosa (150.787.016-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4878/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.533/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Fatima da Silva (153.205.964-72)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4879/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.709/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Sebastiana Maria Sanchez (858.867.348-72); Vitor Martinez Zuppo (989.597.008-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4880/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.508/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jurema Anna da Conceicao (022.436.567-36)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4881/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.514/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vincent Victor Formisano (060.956.327-06)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4882/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.876/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Albertina Gonçalves Ferreira (024.955.497-64)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4883/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.131/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bogomila Brzezowski (565.051.161-68); Maria da Penha Camargo Santos (225.705.191-20); Mariana Luiza Felix de Paula (073.033.771-58); Marlene Domingues Durand (443.576.300-10); Pedro Iago de Paula (037.553.891-77); Raimunda Vieira de Oliveira (082.811.222-34); Valdivina Aparecida Lopes Pereira Neves (149.628.611-15); Vera Lucia de Faria Campanella (007.877.721-60); Victor Hugo de Paula (059.753.581-75)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4884/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.965/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Irandir Maria Bezerra de Sousa Faria (033.738.004-04); Maria de Lourdes Martins Medeiros (778.254.624-91); Teresa Lopes de Lima (967.617.414-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4885/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.856/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lilian Fabiane Oliveira Xavier (754.746.200-63); Reny Pereira de Souza (295.853.250-04); Vera Regina Moreira Cezar Junqueira (197.867.000-15); Zila Terezinha de Aguiar Rodrigues (020.312.490-10)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4886/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.097/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Debora Natividade Dutra (202.242.576-68); Rosa Maria Eguinoa Martinez de Nogueira (270.308.736-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4887/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.911/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Conceicao de Moura Rocha Parente Muniz (257.268.114-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4888/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.200/2021-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Damaris Fuchs de Almeida (016.859.189-80); Eveline Santos de Almeida Romanchuc (627.434.659-72); Francisca Meira Matos (062.604.977-68); Lucilia dos Santos (609.208.159-87); Luisa Olivia Santos de Almeida (670.317.309-53); Zila Leal Lemos (743.218.209-44)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4889/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.777/2020-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Cezar Rosa Senhorinho (427.208.000-82); Jairo Celso da Fonseca Soares (402.961.990-87); Jose Alberto Leal (318.478.387-15); Marco Aurelio Schlottefeldt Milost (318.594.297-34); Milton Roberto Brinck (418.053.050-34); Rogerio Cardoso do Nascimento (899.323.070-68); Ronaldo Silva (345.005.290-04); Roque Nestor Eberhardt (418.053.300-63); Sergio Renato Brasil Uberti (318.563.067-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4890/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que esta representação foi autuada para apurar indícios de fraude cometida pela empresa By Information Technology Services Eireli (28.499.773/0001-83), caracterizada pela apresentação de atestado falso para a comprovação de sua qualificação técnica no Pregão 25/2019, conduzido pelo Hospital Universitário do Triângulo Mineiro (HC-UFTM) - Ebserh, cujo objeto era a manutenção de equipamentos de informática;

Considerando que, mediante despacho do relator (peça 26), a representação foi conhecida, o pedido de cautelar formulado pela representante foi negado, e foi determinada a oitiva da unidade jurisdicionada e da licitante acusada;

Considerando que, na resposta à oitiva, o HC-HFTM informou que, em vista da irregularidade, havia anulado o Contrato 51/2020, decorrente da licitação eivada, e aplicado à By Information Technology Services Eireli a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a entidade pelo prazo de sessenta dias (peça 53, parágrafo 9);

Considerando que o HC-HFTM informou que consultaria as demais classificadas no certame sobre o interesse em assumir o objeto e, em caso de fracasso, prepararia novo processo licitatório concomitantemente à contratação emergencial para manutenção dos serviços;

Considerando que, em consulta recente, verificou-se que o HC-HFTM efetivamente contratou uma das licitantes subsequentes do Pregão 25/2019 para a condução do objeto (peça 56);

Considerando que as informações fornecidas ao TCU pela empresa acusada não são suficientes para afastar a irregularidade por ela cometida (peça 56, parágrafo 14);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer a representação e considerá-la procedente, encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, acompanhada da instrução (peça 53) e determinar o arquivamento deste processo.

1. Processo TC-024.820/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: By Information Technology Services Eireli (28.499.773/0001-83)
1.2. Entidade: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM) - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Gabriel Mingrone Azevedo Silva (237.739/OAB-SP) e outros, representando By Information Technology Services Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4891/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.655/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Helena de Souza Pereira (CPF 094.962.228-11).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4892/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.660/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hudson Otoni (CPF 408.347.946-91); Jorge Monteiro de Lima (CPF 277.839.106-10); Maria do Carmo Dourado Souza (CPF 270.693.706-87) e Osvaldo de Souza Lopes (CPF 375.307.806-97).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4893/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.694/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Jocélia de Lima Rodrigues (CPF 149.717.712-04).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4894/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.731/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anaíza Santos da Silva (CPF 149.919.502-87); Eliane da Conceição Franca (CPF 175.851.713-15); Francisco Antônio Silva Vieira (CPF 220.909.161-68); Jose Gomes Pereira (CPF 112.955.541-00); Jose Ribamar Vieira (CPF 055.175.913-53); Maria Aldinéa Ximenes Santiago de Almeida (CPF 102.827.852-72); Maria de Fátima da Silva (CPF 144.450.852-00); Mauricélia Regina Oliveira Bandeira Mendes (CPF 227.277.101-78); Renilda dos Anjos Moreira (CPF 209.629.752-49) e Teresa Brandão de Magalhães (CPF 359.510.011-53).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4895/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.798/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Lúcia Braz de Almeida (CPF 101.422.825-53).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4896/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.867/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Rita Santiago (CPF 237.637.445-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4897/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.877/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Augusto Toledo Machado (CPF 952.584.938-49).
1.2. Órgão: então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4898/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.878/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: César Sguario Arevalo (CPF 070.273.971-53); Jose Ricardo da Costa Aguiar Alves (CPF 057.057.238-06) e Paulo Afonso de Sousa Costa (CPF 204.144.637-49).
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4899/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.887/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cecília Lobato Pinheiro (CPF 208.696.222-34); Ivana Maria Paula de Miranda Figueiredo (CPF 163.850.552-72); Liduíno Furtado de Vasconcelos (CPF 076.537.602-44); Maria Coelis Dias Figueredo (CPF 208.730.932-91); Maria Oneti Alves Correa (CPF 066.875.202-53) e Rosalice Pantoja Pires (CPF 180.879.572-53).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4900/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.897/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edvaldo de Lima Costa (CPF 487.039.317-49); Maria Cláudia Penna de Carvalho (CPF 728.926.847-49); Mariângela Oliveira do Nascimento (CPF 547.370.367-49) e Sílvio Pitkowski (CPF 374.734.847-53).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4901/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.906/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Ricardo Moreira (CPF 383.684.207-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4902/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.914/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arnaldo Padovani (CPF 984.538.318-15).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4903/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.932/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmilson Carvalho de Oliveira (CPF 055.202.233-00).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4904/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.993/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dolores Dias dos Santos (CPF 330.868.342-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4905/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.022/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Rodrigues Borges Junior (CPF 054.061.531-53) e Ebenezer Melo da Silva (CPF 143.476.601-20).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4906/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.037/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernanda Vidal de Sousa Fernandes (CPF 266.713.521-00); Geni Neves Vasquez Mello (CPF 151.241.771-87); Germano Ferreira de Jesus (CPF 119.274.531-00); Jose Alfredo Muniz (CPF 210.483.981-53); Jose Nogueira Laureano Filho (CPF 149.764.551-49) e Juscelino Mariano de Abreu (CPF 183.298.451-68).
1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4907/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.090/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Arantes Bernardo (CPF 345.664.906-10); Antônio Avelino (CPF 192.148.126-91); Antônio Jose Ferreira (CPF 116.398.656-91); Aparecida Trindade de Nazaré Borges (CPF 499.779.896-72); Edilson William Lopes (CPF 192.142.006-53); Geraldo Donizete Silvestre dos Santos (CPF 323.608.786-20); Manoel Aparecido da Silva (CPF 263.121.236-34) e Renato Mendes Guimarães (CPF 258.260.856-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras - UFLA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4908/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.104/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cláudia Schiedeck Soares de Souza (435.644.700-00); Mariângela Andrade Martinatto (391.119.200-25) e Marise Xavier Goncalves (464.950.530-53)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4909/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.161/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Davi Cesar Santos de Santana (CPF 097.074.765-91); Francisco Manoel Soledade de Figueiredo (CPF 160.194.905-72); Georgina Santiago dos Santos Melo (CPF 382.866.537-34); Isis Martins Cidreira Peixoto (CPF 095.735.185-20); Jose Carlos Passos Melo (CPF 131.492.705-10); Letícia Leda Fontoura Nobre (CPF 192.130.935-00); Maria Auxiliadora da Silva Coelho (CPF 372.667.485-34); Maria das Graças Araújo Vivas (CPF 136.346.405-10) e Rosemeyre Menezes Rocha Santos (CPF 241.713.445-49).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4910/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.184/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Darci Mary Moraes de Sousa (CPF 186.179.802-49); Gilda Vianna Mendes (CPF 609.513.117-00); Jorge Luiz dos Santos Delfiachi (CPF 805.659.057-91); Luiz Gomes Caldas (CPF 417.217.997-53); Maria Delfino Rodrigues Mello (CPF 646.974.527-04); Nilton Alves de Sá (CPF 583.556.937-87); Regina Elizabeth Ribeiro Esteves (CPF 607.203.877-87); Rosângela da Silva Ferreira Amaduro (CPF 851.603.187-04); Tânia Lourenco Ramos (CPF 720.594.607-78) e Valter da Conceição Caldeira (CPF 732.731.557-87).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4911/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.186/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miguel de Brito Guimarães Filho (CPF 216.701.616-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4912/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.232/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Núbia Brelaz Nunes (CPF 050.136.232-00).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4913/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.249/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adélia Maria de Nazareth da Silva Ferreira (CPF 812.807.777-53); Ana Luzia Vicente Gomes (CPF 743.789.297-91); Bárbara Siqueira Cardoso (CPF 749.660.737-15); Cláudia Andrea da Silva Matos (CPF 924.747.727-15); Denise de Freitas Marcelo (CPF 642.752.137-34); Genival Eisenhower Rodrigues Pereira (CPF 369.393.907-15); Luís Fernando Silveira (CPF 329.653.627-20); Maria Deise Barbosa de Queiroz (CPF 507.880.867-15); Maria Luiza da Costa Trindade (CPF 259.234.557-49) e Solange Marques Bonfim (CPF 626.390.807-68).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4914/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.257/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Afonso (CPF 395.523.227-15); Romilson Sodre Teixeira (CPF 558.931.127-68); Roosvelt Marques (CPF 450.626.687-00) e Valmir Teixeira (CPF 756.613.657-72).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4915/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.283/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Francisco Recalde Rocha (CPF 373.178.307-04) e Sandra Regina Ferreira Vasconcelos (CPF 864.762.547-15).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4916/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.447/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubem de Almeida Oliveira Ramos (CPF 714.542.767-20).
1.2. Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4917/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.461/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Antônio de Oliveira (CPF 021.082.968-08) e Lenir Maria Bordin (CPF 197.126.770-87).
1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4918/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.989/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Daniel Rodrigues Viana (CPF 035.659.394-00).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4919/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.015/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luciano de Barros Costa (CPF 983.152.428-49); Luís Roberto de Moura Neves (CPF 833.441.958-91); Luiz Antônio Costa Donelli (CPF 573.307.008-00); Luiz Antônio Miorin (CPF 672.390.058-87) e Luiz Antônio Olivieri (CPF 363.711.657-04).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4920/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.088/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nelson Aluízio do Carmo (CPF 423.187.936-20) e Terezinha Francisca Monteiro do Vale (CPF 423.326.306-78).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4921/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.100/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Araci Jacinta Foester (CPF 336.033.839-15); Elizabete Paes de Oliveira (CPF 544.479.766-68); Maria Ester Bernardi Rockenbach (CPF 330.844.910-20); Roberto Chiaranda (CPF 017.080.728-29) e Telma Teodora Borges (CPF 298.896.421-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4922/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.161/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Aurelice Rodrigues dos Reis (CPF 287.234.901-44); Maria das Graças Oliveira de Sena (CPF 138.509.462-15) e Maria do Carmo França de Souza (CPF 260.591.005-97).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4923/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.258/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristiane Nocetti Graciosa (CPF 625.738.029-49).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4924/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.312/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Salete de Fátima Copati Back (CPF 546.576.369-87).
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4925/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.335/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antônio de Castro (CPF 150.458.894-00); Elemberg Antônio de Souza (CPF 148.110.142-00); Geraldo da Silva Ribeiro (CPF 262.023.524-34); Jorge Trigueiro de Carvalho (CPF 130.194.814-49) e Reginaldo Jose Figueiredo Bezerra (CPF 229.429.714-87).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4926/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.351/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Rosa Oliveira Marins Azevedo (CPF 717.447.547-72) e Suzana de Oliveira Brito (CPF 314.311.512-20).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4927/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.674/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marineyde Barros Silva (CPF 033.267.052-04).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4928/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, e 259, II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria em favor de Carlos Henrique Rangel (CPF 335.158.676-00), diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria em favor de Gilberto Teixeira Almeida (CPF 268.360.926-49), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.677/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Henrique Rangel (CPF 335.158.676-00) e Gilberto Teixeira Almeida (CPF 268.360.926-49).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4929/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.885/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Selma Maria de Brito Cardoso Oliveira (CPF 287.947.453-15).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4930/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.950/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arnóbio Silva (CPF 027.928.692-91) e João Martins Teixeira (CPF 030.900.862-04).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4931/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.006/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Guilherme de Paiva (CPF 045.405.066-68) e José Luiz Aarestrup Alves (CPF 007.213.446-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4932/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.376/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Leila Magda Frizzone Cardoso (CPF 675.405.206-63) e Marta Diogo Ramos de Lima (CPF 327.203.864-72).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4933/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.463/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Américo Rodrigues da Silva (CPF 094.602.923-72); Maria Tereza de Jesus Sá Luz (CPF 137.566.993-15) e Núbia Maria Brandão de Sá (CPF 205.543.383-00).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4934/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.464/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Inez de Oliveira Alvino (CPF 056.958.052-87) e Maria de Lourdes de Lima Amarante (CPF 019.649.092-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará - UFPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4935/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.796/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriana Zandonade (CPF 931.032.717-00); Carmem Cabral Arruda (CPF 558.855.277-68); Elaine Maria Marochio de Freitas (CPF 896.519.107-63); Inez Monfardini de Freitas (CPF 768.544.267-15); Júlio Sérgio da Silva (CPF 576.327.827-53); Maria Augusta Del Caro Dalvi (CPF 623.082.387-04) e Maria Marta Pessoti Vescovi (CPF 525.429.047-15).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4936/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.818/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mário Nei Alves (CPF 201.064.241-49) e Solange Denize Fernandes de Luna (CPF 426.665.464-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4937/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.952/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilberto Rodrigues Veras (CPF 199.510.002-15).
1.2. Órgão: então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4938/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.963/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moisés Moreira dos Santos (CPF 043.650.702-15).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4939/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.971/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Nilo Dantas (CPF 080.594.545-87).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4940/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.070/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eva Romana da Conceição (CPF 645.514.076-15); Júlio Cesar Mendes (CPF 300.726.206-25) e Walter de Oliveira André (CPF 205.059.146-20).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4941/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.321/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Teixeira (CPF 149.895.221-68); Elvira Maria Leite Souza (CPF 223.551.971-72); Hugo Luís Castro de Mello (CPF 285.022.567-34); Jose Eduardo Pinto (CPF 032.623.241-91); Jose Lourielson Pereira dos Santos (CPF 895.676.508-10); Maria Waleska Câmara Hitzchky Barreto (CPF 155.078.583-49); Nadyr Alves dos Santos (CPF 182.834.381-15); Nelson Campos (CPF 042.428.581-91); Nivaldo de Queiroz (CPF 120.285.411-72) e Sandra Lopes de Oliveira Santos (CPF 225.574.151-20).
1.2. Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4942/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.357/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Célia Pereira de Sousa Silva (CPF 764.674.228-72); Elza Rodrigues (CPF 235.612.629-53); Hideo Onishi (CPF 254.135.119-49); Jair Ribeiro do Nascimento (CPF 317.395.809-82); Jardete Vitor Sato (CPF 320.384.619-53); Luciana Camacho Pansera (CPF 566.546.269-15); Maria de Fátima Martins de Oliveira (CPF 232.555.609-34); Marta Kasuko Kioshima Kato (CPF 467.826.999-15); Romilda Almeida dos Santos (CPF 331.957.149-49) e Trajano Maria da Silva (CPF 150.910.319-87).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4943/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.519/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Passos Barretto Molina (CPF 023.327.508-86); Célia Aparecida Borges Firmino da Silva (CPF 031.243.878-80); Flávio Nogueira Cabral (CPF 029.926.908-64); Maria Aparecida de Alencar Elias Boaventura (CPF 078.649.898-61); Maria Conceição Perin Gazioli (CPF 033.240.178-23); Maria Lígia Vallim Goulart (CPF 050.850.658-16); Regina Conceição Marques (CPF 027.861.668-29); Sandra Sayuri Kaneno Siviero (CPF 054.366.528-32); Selma Maria Rossini (CPF 035.863.798-89) e Wilson Fernandes (CPF 667.620.658-72).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho,
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima,
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4944/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.570/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anselmo Salles Pires (CPF 223.197.781-87); Carlos Antônio Virgolino Guedes (CPF 003.514.665-68); Edina Maria Alvarenga (CPF 281.547.971-00); Edleuda Gomes de Sousa Cardoso (CPF 286.131.711-68); Gláucia Mirtes Guimarães Carneiro (CPF 153.885.731-68); Humberto Barata do Amaral Maciel (CPF 050.192.062-53); Jaira Dias Figueiredo (CPF 245.772.271-34); Joaquim Rodrigues dos Santos Filho (CPF 153.775.551-04); Marília Rodrigues (CPF 266.713.601-20) e Vilma Garcez e Silva (CPF 339.100.901-25).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4945/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.585/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônia Maria Rodrigues Sousa (CPF 216.193.873-87); Antônio Carlos Belarmino Lago (CPF 151.010.701-06); Antônio Teixeira da Silva (CPF 199.951.053-49); Edivanildo Ferreira Neves (CPF 072.625.402-97); Francisco Carlos Ramos (CPF 117.340.601-82); Huyghens Caetano da Fonseca (CPF 287.062.346-15); Ivone Maria Carvalho Rocha (CPF 148.899.603-25); Lauro Cirilo de Oliveira Filho (CPF 078.306.372-53); Luzia Alves da Macena (CPF 145.755.311-20) e Reginaldo Anaissi Costa (CPF 050.149.562-20).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4946/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.686/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Édila da Cruz (CPF 378.606.586-15).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4947/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.894/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Abrantes Teixeira Siqueira da Gama (CPF 056.025.417-21).
1.2. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: Isamara Seabra (OAB/DF 27.685), entre outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4948/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.900/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Honorato de Souza (CPF 861.008.072-20); André Luiz Laranjeira Rocha (CPF 942.810.252-00); Clayton Michel de Souza Goncalves (CPF 518.992.722-91); David Oliveira da Silva (CPF 832.237.892-00); Domingos Sávio Martins (CPF 656.986.066-68); Edson Rodrigues de Aguiar (CPF 433.720.402-44); Ezequiel de Souza (CPF 824.590.880-00); Jordan Lima Perdigão (CPF 230.241.862-04) e Marcos Sicsu Cardoso (CPF 088.792.647-96).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4949/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.929/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Paulo Bastos Vasconcelos (CPF 051.420.126-66).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4950/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.932/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alexandre Pires de Carvalho Neto (CPF 647.262.151-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Unb.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4951/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.945/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Antônio Augusto Gomes (CPF 258.064.406-72); Marielly Mateus Obo (CPF 043.313.376-77); Paulo Sérgio Coelho de Sá Filho (CPF 055.971.151-46) e Vinicius Vasconcelos Teodoro (CPF 007.396.827-76).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4952/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.960/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Amanda Cecília da Silva (CPF 109.940.397-94).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4953/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.013/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Leonardi Dutra (CPF 010.149.710-55); Andressa Saneski (CPF 010.793.830-85); Camila Gomes Goulart (CPF 016.295.090-00); Cassiana da Silva Araújo (CPF 012.611.760-81); Douglas Felipe Teixeira (CPF 847.393.800-30); Heron Perez Fagundes (CPF 008.476.720-00); Janaína Rodrigues dos Santos (CPF 744.856.520-68); Juliana Manera Saraiva (CPF 011.432.990-78); Juliana Neves Marranghello (CPF 003.203.450-41) e Lúcia Schapochnicof (CPF 382.912.660-34).
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4954/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.079/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudir Peixoto Goularte (CPF 914.907.150-53); Luciano Vieira Ferreira (CPF 820.220.460-72); Maiara Pereira da Silva (CPF 032.970.830-93); Márcia Maria Rodrigues de Oliveira (CPF 881.258.310-53); Mariana Nader Fossa (CPF 822.396.570-49); Patrícia Boll (CPF 013.554.880-28); Patrícia da Silva Fernandes (CPF 062.368.749-64); Rafael Gomes da Silva (CPF 791.712.060-00); Rosângela Correa da Silva (CPF 650.499.850-72) e Vanessa Munhos Brito (CPF 013.254.160-29).
1.2. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4955/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.101/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Alessandra Andrade Fantinelli (CPF 825.563.500-91); Ariane Gonçalves Raupp (CPF 023.984.880-20); Carine de Moura Machado (CPF 828.219.090-04); Lorena Ferreira Gouvêa (CPF 018.536.220-60); Marieli Carine Laste (CPF 008.614.620-33); Natália Pereira Marques (CPF 028.501.420-00); Paolla Pauli (CPF 037.577.970-19); Paula Heloísa da Silva Freitas (CPF 030.742.330-10); Rafaella Amaral da Silva Honório (CPF 036.858.780-00) e Raquel Carara (CPF 015.081.610-38).
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4956/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.117/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Berenice Silva Pinheiro (CPF 630.971.920-34); Carina Muhl Ribeiro (CPF 026.781.170-57); Fernanda da Rocha Baum (CPF 027.477.350-36); Jerônimo Costa Branco (CPF 010.133.240-80); Kamille Kotekewis (CPF 835.657.870-15); Lucas Pires Klassmann (CPF 837.162.700-91); Priscila Dalle da Rosa (CPF 005.209.040-01); Rita de Cássia da Silva Correa (CPF 631.757.200-30); Tainá Rodrigues Gomes (CPF 860.221.720-04) e Vagner Silva da Cunha (CPF 858.507.050-15).
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4957/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.195/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Faust (CPF 851.035.600-97); Alice Rodrigues Correa (CPF 023.579.670-05); Caroline Cavali Rohenkohl (CPF 021.610.820-94); Débora da Rosa Santos (CPF 006.661.540-23); Estela Maris Silveira Nubling (CPF 453.970.820-15); Juliano Inácio Monteiro (CPF 838.726.550-00); Lisiane Santos da Silva (CPF 811.811.910-68); Louise dos Santos Santos (CPF 020.384.490-40); Luís Fernando de Cesaro Castro (CPF 017.384.090-66) e Rafael Ferrari da Silva (CPF 856.289.720-53).
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4958/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.280/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosângela da Silva Pajeu (CPF 042.515.684-27).
1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4959/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.360/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Flávia Tatiana Pedrolo Hortense (CPF 282.683.158-57); Ildonete Rodrigues de Almeida (CPF 027.122.785-00) e Jeice Catrine Cordeiro Moreira (CPF 098.438.366-26).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4960/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.455/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laura Priscila Araújo Amaro Maciel (CPF 014.312.234-76) e Reinaldo Monteverde Soares (CPF 023.893.872-76).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4961/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.504/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Augusto Vilhena Martins (CPF 612.413.342-34); Luís Antônio Tadaiesky Barboza (CPF 693.047.772-91) e Paulo Vitor dos Santos Bernardo (CPF 016.678.291-22).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará - UFPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4962/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.518/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luiza Beatriz Fonseca da Silva (CPF 022.862.252-22).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4963/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.576/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Jéssica Barbarine de Oliveira (CPF 062.941.849-75).
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4964/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.580/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Augusto Pecera Tardio (CPF 125.074.086-00); Elias Arcanjo Santana (CPF 076.670.956-63); Flávio Luiz de Souza Junior (CPF 155.909.147-95); Gabriel Chalub Brana (CPF 891.521.822-15); João Ricardo Vinco Almeida (CPF 132.246.857-51); João Vieira da Costa Neto (CPF 049.074.824-42); Luiz Otávio Dias (CPF 082.405.616-75); Marcos Figueiredo da Silva (CPF 074.600.499-05); Nonato Junio Serrão Oliveira (CPF 038.514.323-04) e Pedro Henrique Barros Gonçalves (CPF 409.902.058-43).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PRF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4965/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.603/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Roberto Câmara Correia (CPF 890.288.644-15); Eduardo de Carvalho Bezerra (CPF 426.494.202-00); Fernanda Cristina de Sousa (CPF 394.763.648-23); Gustavo Brandão Fischer (CPF 739.416.380-68) e Robledo de Oliveira Dias (CPF 074.140.377-38).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4966/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.614/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Renata Lucena Gribel (CPF 980.774.222-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4967/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.618/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Monteiro Viana (CPF 130.036.927-20); Anna Carolina Rodrigues Boldrini do Nascimento (CPF 102.127.967-63) e Evânia Maria Ferreira do Nascimento Peres (CPF 052.747.017-10).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4968/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.623/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Medeiros de Oliveira Belisário (CPF 125.378.437-03).
1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4969/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.647/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula de Campos Arruda (CPF 785.036.391-49); Ângelo Francisco Maso (CPF 778.525.080-49); Carlos Marcos Souza de Oliveira e Torres (CPF 813.716.085-04); Deivid Darwin Cardozo de Oliveira (CPF 970.894.511-00); Fábio Ricardo do Amaral Duarte (CPF 693.378.611-00); Kátia Pires Bespalhok (CPF 787.673.189-91); Patrícia Miller Trindade (CPF 746.030.356-91); Rafael Conrado de Faria Machado (CPF 085.552.607-60); Rodolfo Borges Garcia (CPF 788.551.101-44) e Rodrigo Moreira Fagundes (CPF 788.506.145-00).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4970/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.755/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Otávio Araújo Silva (CPF 028.494.097-66) e Rute Paula da Silva (CPF 018.698.481-28).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4971/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.772/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto Michelin Ewerton Neto (CPF 756.617.052-04); Artur Virgílio Simpson Martins (CPF 949.076.412-49); Fernando Gomes de Souza (CPF 962.060.392-34); Izael Carlos de Jesus (CPF 069.308.536-31); Jhordano Malacarne Bravim (CPF 101.838.697-10); Jociana Brugnerotto de Almeida (CPF 129.559.758-69); Luiz Cláudio da Silva (CPF 823.345.444-34); Maranei Rohers Penha (CPF 545.769.389-91); Maray Del Carmen Silva Rodrigues (CPF 204.545.542-49) e Walkíria Mathias Romão (CPF 623.834.342-72).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4972/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.780/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Décio Keher Marques (CPF 634.401.212-91); Érica Jaqueline Pizapio Teixeira (CPF 632.930.802-00); Esiomar Andrade Silva Filho (CPF 084.813.176-24); Joílson Dantas Siqueira Silva (CPF 884.275.102-25) e Sandra Araldi Rodrigues (CPF 868.394.382-87).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4973/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.811/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tássia Fernanda da Fonseca Santos (CPF 056.690.387-38).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4974/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.833/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mateus Dias Nunes (CPF 080.114.506-62).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar - STM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4975/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.070/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela Souza Sales (CPF 469.105.494-49); Igo Custódio dos Santos Chagas (CPF 041.756.044-30) e Jose Sílvio dos Santos (CPF 644.992.004-15).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4976/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.103/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Gabriela Melo Silva (CPF 838.607.463-91).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4977/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.167/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janilson Claydson Silva Brito (CPF 854.320.833-53) e Juliana Maria Schivani Alves (CPF 068.186.804-02).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4978/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.186/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Sayuri Futata (CPF 021.680.809-09); Antônio Giomar Fernandes (CPF 080.121.508-08); Bruna Maricato Nobukuni (CPF 080.613.919-61); Carla Andressa Vioto Cândido (CPF 394.849.888-14); Duane Buture Hamberland (CPF 108.198.839-80); Eluana Mariza Rotermel (CPF 066.270.669-20); Gisele Fabrine Barbosa Biazi Garcia (CPF 077.765.559-40); Lucas Augusto Ziger Langaro (CPF 084.424.049-45); Paulo Giovani Siviero (CPF 098.093.709-46) e William Gabriel Barbosa (CPF 385.517.898-48).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4979/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.208/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Tourinho Rocha (CPF 051.425.679-60); Cleiton Aparecido Pacheco (CPF 068.701.979-62); Elienai Casttelan Pauline (CPF 066.319.489-08); Flávio Juliano Moreira (CPF 074.255.409-08); Léia Luciano Pereira (CPF 107.754.929-65); Maria Gabriela Dobuchak (CPF 118.985.219-56); Nelson Rodrigues (CPF 589.488.809-34); Regiane Rebelo Barbosa da Silva (CPF 365.515.338-41); Sandra Marcela Gomes Figueira Reticena (CPF 024.860.639-51) e Suelen Regina Myszak (CPF 088.754.969-19).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4980/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.220/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Gerson Tonsic (CPF 394.149.819-34); Cléia Mara Lodi (CPF 018.474.769-45); Felipe de Oliveira Prates (CPF 109.340.506-60); Gleyce Kelly de Santana (CPF 043.941.449-06); Henrique Steilmann (CPF 104.523.519-95); João Vittor de Lima Silva (CPF 102.540.969-80); Lauri de Paula Ferreira (CPF 747.161.749-72); Luan Aparecido Nunes (CPF 119.692.749-99); Matheus Wiggers Kniphoff (CPF 077.094.309-88) e Tiago Rafael Marczal (CPF 070.112.749-01).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4981/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.245/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Gunther Jaremczuk (CPF 094.515.599-90); André Everaldo de Ângelo (CPF 723.025.189-34); Elaine Dias dos Santos Silva (CPF 091.667.549-17); Eric Diego Piccinin da Silva (CPF 009.843.479-92); Jéssica Gaspar Pompermaier (CPF 057.822.439-96); Juliana dos Santos Cândido (CPF 108.233.949-05); Leonardo de Souza Gobbi (CPF 088.022.729-05); Malzelli Aparecida de Miranda Poleto (CPF 054.374.349-79); Marcos Lademir de Lima (CPF 099.278.889-70) e Rodiney Furlan (CPF 018.900.069-47).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4982/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.762/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela Noleto da Silva (CPF 742.513.173-00); Leandro Beck Freiberg (CPF 940.057.450-91) e Rogério dos Santos Carneiro (CPF 729.947.701-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4983/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.932/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gustavo Enck Sambrano (CPF 005.865.430-58).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4984/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal em relação ao Sr. Marco Aurélio dos Santos Xavier (CPF 296.209.048-69), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, a partir do desligamento do aludido servidor; e considerar legais para fins de registro os demais atos de admissão relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com o pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.223/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clesiane Viana de Sousa Santos (CPF 960.114.593-15); Daniel Nunes de Souza (CPF 027.738.101-04); Evaldo Domiciano Casarino (CPF 035.301.306-48); Josafá Souza do Nascimento (CPF 025.559.503-46); Kelanny Mara de Araújo Santos (CPF 025.682.373-17); Lucas Barreto Vasconcelos Silva (CPF 013.336.263-98); Lucas de Sampaio Medeiros (CPF 029.293.893-46); Marcelo Reis Lima dos Santos (CPF 045.625.033-60); Marco Aurélio dos Santos Xavier (CPF 296.209.048-69); Marcos Jose Andrade Cardoso (CPF 637.009.486-20); Natália Monteiro de Araújo Sá (CPF 142.894.577-62); Nathanny Dias Xavier Marques (CPF 016.591.366-52); Nilton Carlos de Assis Filho (CPF 045.753.464-89); Pedro Henrique Santana Antunes de Oliveira (CPF 013.823.971-19) e Thiago de Almeida Marques (CPF 070.860.816-71).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4985/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.433/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Isaura Xavier Dutra Souza (CPF 445.818.073-87) e Márcia Dias Maciel (CPF 219.102.863-20).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4986/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.473/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alda Tânia Dutra de Souza (CPF 424.874.046-04); Ana Maria Coelho Balbino (CPF 284.325.686-00); Aparecida Viana de Lima Rocha (CPF 006.604.036-17); Beatriz Januária de Lima Rocha (CPF 125.686.076-02); Elisabete Messias Cardoso (CPF 235.893.026-15); Jéssica de Lima Rocha (CPF 118.778.576-88); João Vítor Gomes Lopes de Abreu (CPF 129.422.306-22); Maria Neusa Lopes dos Santos (CPF 027.249.586-75); Maria das Graças Freitas Teixeira (CPF 064.584.506-05); Maria do Carmo Ferraz da Silva (CPF 024.126.446-40); Nair Gonçalves Pinheiro de Souza (CPF 906.347.486-53); Paulo de Tarso Euclydes (CPF 381.657.326-68); Rafael de Lima Rocha (CPF 125.685.836-65) e Ruth Ferreira Soares (CPF 545.989.316-04).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4987/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.495/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Hélcio Nunan Macedo (001.338.926-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4988/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.497/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Helenicy Faria Pessanha (CPF 034.356.787-39).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4989/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.519/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Luíza Lima Franca (CPF 313.670.031-72).
1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4990/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.548/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ayram Costa da Silva (CPF 184.745.861-00).
1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4991/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.703/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Iranir Gomes de Souza (CPF 462.587.951-53); Ivete Pereira de Moura (CPF 023.557.574-70); Kátia Regina dos Santos Araújo (CPF 873.075.961-72); Maria Dalva Lopes (CPF 461.371.064-20); Maria de Lourdes Nogueira de Morais (CPF 440.933.904-44); Marluce Cristina Trindade Nascimento (CPF 516.478.851-91); Regina Antunes Azevedo (CPF 009.317.287-70); Rosalina Lopes Seerig (CPF 382.421.500-44); Rosemary Rodrigues Pontes (CPF 632.331.427-49) e Tereza Correia Estumano (CPF 260.440.482-68).
1.2. Órgão: então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4992/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.753/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Vani Pinheiro (CPF 125.038.273-49); Raimunda Nonata Cunha Almeida (CPF 179.332.503-00) e Valéria Maria Carvalho Martins (CPF 081.059.873-68).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4993/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.526/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luiz Henrique Almeida Gomes (CPF 099.142.976-17); Maria Alice Almeida Gomes (CPF 132.285.816-08); Maria Celina Pitangui do Prado Velloso (CPF 214.063.911-15); Maria Helena do Nascimento Nunes (CPF 023.883.194-98); Osmar Ferreira Gomes Junior (CPF 784.214.036-72) e Otávio Almeida Gomes (CPF 101.303.236-59).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4994/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.576/2021-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Walkíria Gaiao Torreão Braz (CPF 007.239.611-31).
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça - STJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4995/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.643/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Débora Cristina Palma Freire Gomes (CPF 018.774.139-50).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4996/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de pensão civil deferida pela Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana - BA a partir do falecimento de Mauro Cesar Gonzalez da Silva em favor de Ângela Maria de Carvalho;
Considerando que o benefício pensionado contaria com a paridade, por ter o instituidor falecido na atividade em 26/7/2002;
Considerando que a Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana - BA informou que, como pensionista (Willian de Carvalho Silva: filho do instituidor) já teria sido excluído na folha de pagamento por ter atingido a maioridade em março de 2015;
Considerando que a Sefip confirmou que a rubrica como VP.DEC.L/10355/02 para o PCCS teria sido inicial e indevidamente concedida, mas veio a ser excluída na ficha financeira da beneficiária, não mais subsistindo;

Considerando, enfim, que a Sefip emitiu o seu parecer pela legalidade da pensão civil concedida a Ângela Maria de Carvalho, com a ressalva sobre a exclusão do indevido benefício, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar a legalidade, com o respectivo registro, o ato de pensão civil indicado no item 1.1 deste Acórdão, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-013.746/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ângela Maria de Carvalho (CPF 403.154.955-53).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana - BA para que, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da notificação desta deliberação, adote, se ainda não fez, as medidas cabíveis no sentido de assegurar a efetiva exclusão da rubrica como VP.DEC.L/10355/02 para o PCCS nos proventos da pensionista (Ângela Maria de Carvalho), além da exclusão, como pensionista, de Willian de Carvalho Silva (filho do instituidor), pois já teria atingido a maioridade em março de 2015.

ACÓRDÃO Nº 4997/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.893/2020-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Lúcia da Silva Pereira (CPF 774.382.567-15).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4998/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.733/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Rodrigues Gomes (CPF 619.391.623-78); Ivone Paiva Oliveira (CPF 216.483.283-34); Jose Ribamar Gonçalves Caldas (CPF 020.279.843-72); Jose Ribamar Reis (CPF 002.187.403-44); Maria Amância Carvalho de Lima (CPF 094.845.313-34); Marilete de Jesus Cutrim do Nascimento (CPF 563.410.403-34) e Socorro de Maria Martins Rocha (CPF 327.333.723-00).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4999/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.331/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Augusta de Souza Sodré (CPF 485.193.597-87) e Yara Paraízo Fernandes (CPF 087.349.617-55).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5000/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.366/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alice Assunção Mota Freire (CPF 133.947.016-00); Neuza Ferreira Guimarães (CPF 570.495.806-00) e Suelene de Sousa Assunção Freire (CPF 613.552.086-53).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5001/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.823/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Apolônia Lima Correia (CPF 893.134.105-91).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5002/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-047.318/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Iolanda Teodoro dos Santos (CPF 162.091.758-05).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5003/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.586/2021-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Amizomeria Francisca Xavier (CPF 992.363.467-15); Bárbara Oliveira Weitzel (CPF 706.227.957-91); Bárbara de Oliveira Faria (CPF 563.488.007-68); Florentina Souza dos Santos Ramos (CPF 468.827.157-34); Leda Hourcades Torres (CPF 907.209.547-20); Lindaci de Souza Bias (CPF 551.458.504-25); Maria Izabel Carneiro da Cunha (CPF 207.395.837-00); Maria Luiza Esmero de Oliveira (CPF 006.691.079-05); Maria da Conceição Carneiro da Cunha (CPF 218.512.397-15); Rita de Caásia Santos (CPF 361.713.605-20); Selma Maria Souza dos Santos (CPF 603.538.487-00); Valquíria Correa de Magalhães (CPF 069.853.507-39) e Yara Silveira dos Santos (CPF 910.661.909-68).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5004/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-028.389/2019-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Berilo de Arvelos Rangel (CPF 030.188.226-68); Carlos Bernardo da Silva (CPF 580.577.907-25); Deusdeth Gouvêa (CPF 025.748.026-91); Henrique Delvaux de Oliveira (CPF 018.897.106-87); Jair Batista dos Santos (CPF 200.649.697-20); Joao Gregório da Silva (CPF 255.608.407-34); Lecir Rosa da Silva (CPF 021.848.776-20); Luiz Alves de Abreu (CPF 066.295.477-72); Otacílio de Jesus Ferreira (CPF 018.731.726-72) e Venício Antônio da Silva (CPF 125.782.409-06).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: promover por intermédio da Sefip a revisão das rotinas de análise eletrônica dos atos sujeitos a registro em função, por exemplo, do erro apresentado no presente processo no sentido de apontar o parecer pela ilegalidade em situação tendente a aparecer apenas como "aviso", ou seja, sem o condão resultar na emissão de parecer pela ilegalidade.

ACÓRDÃO Nº 5005/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.961/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jose Luiz de Souza Petroceli (CPF 261.062.210-49) e Luís Alberto Supriano Correa (CPF 409.501.310-91).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5006/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a" e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em dar quitação à Associação Beneficente Nossa Senhora Santana (CNPJ 13.091.715/0001-49) e o Luiz dos Reis (CPF 052.040.115-87), diante do integral recolhimento do débito imputado solidariamente pelo Acórdão 10.598/2019 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 15/10/2019 (Ata nº 37/2019), e em dar quitação a Luiz dos Reis (CPF 052.040.115-87), diante do integral recolhimento da multa individual aplicada pelo aludido Acórdão 10.598/2019 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 15/10/2019 (Ata nº 37/2019), sob as seguintes condições:

(i) Valor original do débito solidário: R$ 1.005,00 / Data de origem do débito: 16/07/2008

Valor Recolhido	Data do Recolhimento
R$ 2.767,32	28/11/2019

(ii) Valor original da multa: R$ 2.000,00 / Data de origem da multa: 15/10/2019

Valor Recolhido	Data do Recolhimento
R$ 2.000,00	28/11/2019

(iii) prolatar, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, a providência abaixo indicada.

1. Processo TC-020.427/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-001.815/2020-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-001.817/2020-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-001.819/2020-8 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Associação Beneficente Nossa Senhora Santana (CNPJ 13.091.715/0001-49); Luiz dos Reis (CPF 052.040.115-87) e Manoel Souza Menezes (CPF 021.549.865-87).

1.3. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Associação Beneficente Nossa Senhora Santana e a Luiz dos Reis, além do Fundo Nacional de Saúde (FNS), para ciência.

ACÓRDÃO Nº 5007/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento do item 1.7.1 do Acórdão 1.107/2017, proferido pela 2ª Câmara do TCU ao apreciar o TC 008.979/2016-2, que determinou ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que desse celeridade ao processo de ressarcimento dos recursos transferidos ao município de Novo Alegre-TO em 2008, cuja aplicação não teria restada comprovada, conforme o relatório da Controladoria-Geral da União,

Considerando que, em resposta à diligência realizada pela então Secex-TO, a Diretoria Executiva do FNS, por intermédio do Ofício 004.238/2017/DIAN/DEFNS/FNS/SE/MS, de 11/4/2017 (Peça 4), esclareceu que até aquela data, não teria ocorrido o ingresso do Relatório de Auditoria da CGU 1497/2009 ou qualquer relatório em nome do município ou dos responsáveis:

Considerando que o FNS destacou que a aludida entidade não disporia de competência fiscalizatória e investigativa, uma vez que a adoção de tais medidas deveria partir da atuação da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), de sorte que caberia ao FNS instaurar o processo de TCE apenas quando ele recebesse procedimento apto a tanto;

Considerando que a SecexSaúde assinalou que a jurisprudência do TCU apontaria no sentido de que não cabe ao Fundo Nacional de Saúde apurar indícios, quantificar débito e identificar responsáveis, sendo que essas informações deveriam chegar completas ao Fundo, de forma a permitir ao órgão instaurar as TCEs (v.g.: Acórdão 1072/2017-TCU-Plenario e Acórdão 10533/2018-TCU-1ª Câmara);

Considerando que a unidade técnica assinalou que, à luz da Resolução-TCU nº 315, de 2020, a determinação do item 1.7.1 do Acórdão 1.107/2017-TCU-2ª Câmara não se enquadraria nos critérios previstos no inciso I do art. 2º da referida norma, uma vez que a aludida determinação teria sido no sentido dar celeridade a processo de ressarcimento de irregularidades que já teriam se concretizado, atuação que seria da competência primária do Ministério da Saúde como um todo e, conforme a referida Resolução, não deveriam ser formuladas determinações nesse sentido;

Considerando, ainda, que a unidade técnica, assinalou que, de acordo com o art. 17, § 3º , alínea "a" da aludida Resolução-TCU nº 315, de 2020, poder-se-ia dispensar, a critério do relator, os monitoramentos para as determinações já proferidas que não se enquadrariam nos critérios previstos no art. 2º, I, da referida Resolução;

2. Considerando que a unidade técnica também noticiou que teria sido criada a Força Tarefa de Ressarcimento (FTR) no âmbito do Ministério da Saúde, mediante a edição da Portaria SE/MS 1027/2019, com vistas a solucionar os problemas relacionados ao passivo de processos possíveis de instauração de TCE, a qual, nos termos do art. 2º, possuiria a finalidade de:

" (...) *I - instruir os processos de ressarcimento ao erário de posse das Secretarias Finalísticas do Ministério da Saúde, por meio do levantamento dos pressupostos essenciais, esgotando as medidas administrativas de cobrança, com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial; e*

II - cadastrar no Sistema e-TCE, conforme previsto no § 4º, do art. 11, da DNTCU nº 155/2016, os débitos dos processos de que tratam o inciso I, que não forem objeto de instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, em razão da dispensa prevista nos incisos I ou II, do art. 6º, da IN TCU nº 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016."

Considerando que, em face disso, a SecexSaúde se manifestou no sentido de que a constituição do FTR implicaria em medida adotada pelo Ministério da Saúde no sentido de sanear diversos processos que tramitam naquele órgão e, assim, o aludido órgão estaria adotando medidas com o intuito de dar tratamento aos diversos processos administrativos em tramitação na referida pasta que cuidam da recuperação dos valores;

Considerando, dessa forma, que, após a análise final do feito, a SecexSaúde propôs a dispensa do item de monitoramento objeto deste processo, com base no art. 17, § 3º , alínea "a" da Resolução-TCU nº 315, de 2020, além do que, o Ministério da Saúde estaria adotando medidas com vistas a solucionar problemas relacionados aos processos passíveis de instauração de TCE, de maneira que situações similares a este monitoramento poderiam ser avaliadas em conjunto no âmbito daquele órgão;

Considerando, pelo exposto, que o presente processo teria cumprido o seu objetivo, podendo ser apensado ao TC 008.979/2016-2, do qual decorreu o presente monitoramento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, c/c o art. 17, § 3º, da Resolução-TCU nº 315, de 2020, em dispensar a necessidade do monitoramento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 1.107/2017-TCU-2ª Câmara, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-004.029/2017-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - (CNPJ 00.530.493/0001-71)

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica ao Município de Novo Alegre - TO e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), para ciência; e

1.7.3. apensar o presente processo ao TC 008.979/2016-2, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 5008/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 8.561/2017-2ª Câmara (Relação 34/2017), ao apreciar a representação formulada no bojo do TC 022.421/2017-3, diante dos indícios de irregularidade e de dano ao erário constatados no Relatório de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) 12.558 sobre o Município de Magé - RJ;

Considerando que o aludido item 1.7.1 do Acórdão 8.561/2017 foi proferido pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) 1.7. Determinar:

1.7.1. à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que, tendo em vista a frustrada tentativa de celebração de TAS em razão das irregularidades e dos débitos constatados no Relatório de Auditoria Denasus nº 12.558 realizada no Município de Magé - RJ, mostra-se necessário determinar à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que adote as providências necessárias para o ressarcimento do prejuízo eventualmente apurado e, caso a quantia identificada supere o valor de R$ 100.000,00 fixado pelo art. 6º, I, da IN TCU nº 71/2012, alterada pela IN TCU nº 76/2016, ele deve instaurar imediatamente a devida tomada de contas especial, informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o resultado das providências adotadas;"

Considerando que o aludido Relatório de Auditoria do Denasus 12.558 gerou os três seguintes processos: 25001.074965/2012-00, 25001.067182/2016-95 e 25001.039500/2015-47 (Peça 4);

Considerando que, por meio do Processo 25001.074965/2012-00, teria sido promovida a instauração da tomada de contas especial (TCE) tratada neste Tribunal pelo TC 010.886/2015-0;

Considerando que as irregularidades e e o dano ao erário constatados no aludido Relatório de Auditoria 12.558 foram tratados no Processo 25001.067182/2016-95, tendo constituído o TC 010.886/2015-0 no âmbito do TCU (encerrado) com a decisão de mérito pela irregularidade das contas de Stela Mary da Silva Vidal e de Rozan Gomes da Silva para a condenação em débito sob o valor histórico total de R$ 1.677.042,22 e a aplicação individual de multa sob o valor de R$ 100.00,00, nos termos do Acórdão 682/2017-TCU-1ª Câmara); ao passo que, ao acolher parcialmente o recurso de reconsideração interposto por Stela Mary da Silva Vidal, o Acórdão 4.986/2018-TCU-1ª Câmara afastou a responsabilidade pelos débitos sob os valores de R$ 310.810,00, R$ 66.043,77, R$ 234.435,00, R$ 40.805,57, R$ 132.244,74, R$ 399.989,20, R$ 211.945,19 e R$ 258.769,75 fixados anteriormente pelo item 9.1 do Acórdão 682/2017-TCU-1ªCâmara, além de reduzir a multa fundada no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, e aplicada pelo item 9.2 do Acórdão 682/2017-TCU-1ª Câmara para o valor de R$ 2.000,00;

Considerando que o Processo 25001.039500/2015-47 tratou do registro de protocolo criado para expedir o Ofício 640/2015/DIAUD/RJ ao Município de Magé - RJ (Peças 35 e 43), com o acompanhamento pelos relatórios de auditoria, propondo a celebração de TAS em conformidade com o lançamento no sistema de protocolo (Peças 36 e 44);

Considerando que a unidade técnica assinalou que, no voto condutor do Acórdão 682/2017-TCU-1ª Câmara, o Ministro-Relator Benjamin Zymler teria retirado o débito de R$ 22.000,00 da responsabilidade do Município de Magé - RJ, ante a suposta sobreposição no horário de trabalho de alguns médicos, por não ter caracterizado o eventual benefício em prol do ente municipal;

Considerando, ainda, que a unidade técnica assinalou ter o Ministro-Relator anotado que, apesar de o município ter se beneficiado do valor em R$ 24.743,03 (débito remanescente) diante da utilização dos recursos federais do Programa Saúde da Família (PSF) no pagamento de despesas com os servidores lotados no gabinete da secretaria de saúde, o relatório de auditoria não estaria acompanhado da cópia do processo administrativo, tendo dificultado o contraditório e a ampla defesa, e, assim, o eventual ressarcimento seria dispensável pelo evidente valor exíguo na referida TCE, em atenção aos princípios da economicidade e da racionalidade processual;

Considerando que, após a análise final do feito, a SecexSaúde emitiu o seu parecer no sentido de terem sido adotadas as devidas providências para o saneamento das irregularidades tratadas no Relatório de Auditoria Denasus 12.558 sob a responsabilidade do Município de Magé - RJ;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 8.561/2017-TCU-2ª Câmara, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-015.031/2018-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: SecexSaúde.

1.2. Entidade: Município de Magé - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, além do envio ao Município de Magé - RJ, para ciência; e

1.7.2. promover o apensamento do presente processo ao TC 022.421/2017-3, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 5009/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a" e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em dar quitação a Jérson Antônio Picoli (CPF 216.264.647-15) diante do integral recolhimento da multa aplicada pelo Acórdão 5.736/2020 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 26/5/2020 (Ata nº 16/2020), com a subsequente manutenção pelo Acórdão 6.729/2020 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 23/6/2020 (Ata nº 20/2020) e pelo Acórdão 10.236/2020 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 22/9/2020 (Ata nº 33/2020), sob as seguintes condições:

(i) Valor da multa: R$ 10.000,00 / Data da multa: 26/5/2020

Valor Recolhido	Data do Recolhimento
R$ 10.113,00	8/12/2020

(ii) prolatar, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, a providência abaixo indicada.

1. Processo TC 017.809/2017- 7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Jérson Antônio Picoli (CPF 216.264.647-15).

1.2. Entidades: Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte no Estado do Espírito Santo (Senat-ES) e Conselho Regional do Serviço Social do Transporte no Estado do Espírito Santo (Sest-ES).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos - Seproc.
1.6. Representação legal:
1.6.1. João Victor Barbosa Ferreira (OAB-DF 62.799), entre outros, representando Jérson Antônio Picoli;
1.6.2. Felipe Sarmento Cordeiro (OAB-DF 40.917), entre outros, representando o Senat-ES e o Sest-ES.
1.7. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, a Jérson Antônio Picoli, ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte no Estado do Espírito Santo (Senat-ES) e ao Conselho Regional do Serviço Social do Transporte no Estado do Espírito Santo (Sest-ES), para ciência.

ENCERRAMENTO

Às 12 horas e 12 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 26 de março de 2021.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 595, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Aprova a Resolução Normativa CFA nº 595, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre o Regimento do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967 e o Regimento do CFA aprovado pela Resolução Normativa CFA n. 584, de 25 de agosto de 2020,

CONSIDERANDO que ao CFA compete examinar, modificar e aprovar os Regimentos dos Conselhos Regionais, conforme o disposto na alínea "e" do art. 7º, da Lei nº 4.769/1965, e na alínea "e", do art. 20, do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934/1967, CONSIDERANDO o disposto nos art. 11 e 16, inciso V, do Regimento do CFA, aprovado pela RN CFA 584/2020,

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos da Comissão Permanente de Regimentos do Sistema CFA/CRAs - CPR, e a

DECISÃO do Plenário do CFA, na sua 4ª sessão plenária, realizada em 02/03/2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o REGIMENTO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Resolução Normativa CFA nº 513, de 20/06/2017.

MAURO KREUZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 587, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera dispositivos da Resolução nº 569, de 25 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários - PCS do Conselho Federal de Biologia e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a necessidade de alterar a Resolução nº 569/2020, de 25 de novembro de 2020;

Considerando o aprovado na 417ª Reunião de Diretoria, realizada no dia 17 de março de 2021;

Considerando o aprovado na 19ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2021; resolve:

Art. 1º Alterar o art. 15 da Resolução nº 569/2020, que instituiu o Plano de Cargos e Salários do Conselho Federal de Biologia - PCS/CFBio, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 15. Ficam criados no PCS/CFBio três Cargos em Comissão de Assessoria Técnica, de livre nomeação e exoneração pela Diretoria, obedecidas a legislação vigente, as normativas do CFBio e ouvido o Plenário."

Art. 2º Fica retificado ao Apêndice III, a alínea "F";

Art. 3º Fica incluído ao Apêndice III, as alíneas "G" e "H".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EDUARDA LACERDA DE LARRAZÁBAL DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.448, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Aprova a 1ª Reformulação Orçamentária do CRECI 17ª Região/RN, do exercício de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária Ordinária virtual realizada no dia 24 de março de 2021, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI 17ª Região/RN, do exercício de 2020, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

VALDECI YASE MONTEIRO
Diretor Tesoureiro

ANEXO

CRECI 17ª Região/RN - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	2.077.000,00
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	2.177.000,00
Despesas Correntes.....	R$	2.077.000,00
Despesas de Capital.....	R$	100.000,00
Total.....	R$	2.177.000,00

RESOLUÇÃO Nº 1.449, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Aprova Processos de Prestação de Contas de Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-Crecis, do exercício de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 16, Inciso XII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário, na Sessão Plenária Ordinária virtual realizada no dia 24 de março de 2021, resolve:

Art. 1º - APROVAR, julgando regulares, os Processos de Prestação de Contas dos Creci's das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Regiões, referentes ao exercício de 2020, em conformidade com os Arts. 36, 38, caput e 31, I, do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

VALDECI YASE MONTEIRO
Diretor Tesoureiro

RESOLUÇÃO Nº 1.450, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Relatório de Atividades e o Processo de Prestação de Contas do COFECI, relativos ao exercício de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 16, Inciso III, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário, na Sessão Plenária Ordinária virtual realizada no dia 24 de março de 2021, resolve:

Art. 1º - APROVAR o RELATÓRIO DE ATIVIDADES e o PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, julgado regular, relativos ao exercício de 2020, em conformidade com os Arts. 27 e 31, I, do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

VALDECI YASE MONTEIRO
Diretor Tesoureiro

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO CFFA Nº 608, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a criação do modelo de Carteira Profissional Digital de Fonoaudiólogo e dá outras providências.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando o disposto no art. 10, inciso XIII, da Lei nº 6.965/1981; Considerando o disposto no art. 17, da Lei nº 6.965/1981; Considerando a edição da Resolução CFFa nº 609/2021, que dispõe sobre o registro profissional, principal e secundário, transferência por alteração de endereço profissional, baixa, reintegração e revalidação da Cédula de Identidade Profissional, no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando o decidido na 397ª Reunião de Diretoria, ad referendum do plenário realizada no dia 18 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir o modelo da Carteira Profissional Digital de Fonoaudiólogo, a ser emitida pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, com validade em todo o território nacional.

Art. 2º Na Carteira Profissional Digital de Fonoaudiólogo deverão constar as seguintes anotações: I - Referentes aos registros de origem principal, secundário e de transferência. II - Referentes a proibições e impedimentos. III - Referentes ao título de especialista. IV - Vistos e anotações.

Art. 3º No caso de o profissional já possuir a Carteira Profissional de Fonoaudiólogo de capa dura, na cor azul royal, esta continuará válida, assim como as anotações nela realizadas. § 1º O profissional deverá apresentar a carteira acima mencionada sempre que solicitado. § 2º As novas anotações serão lançadas na Carteira Profissional Digital de Fonoaudiólogo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2021, tendo os Conselhos Regionais prazo de até 60 (sessenta) dias para às adaptações necessárias, período durante o qual seguirão válidas as cédulas profissionais vencidas que dependam da compatibilização dos Regionais para serem revalidadas.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 609, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a regulamentação de normas para o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e dá outras providências.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando o Código de Ética da Fonoaudiologia; Considerando o que determinam a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Considerando a Resolução do CFFa nº 550, de 31 de julho de 2019, que regulamenta o processo administrativo simplificado; Considerando a Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a apresentação e o uso de documentos de identificação pessoal; Considerando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências; Considerando a Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, que dá valor de

documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional; Considerando o direito à cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, incisos I e III, da Constituição Federal de 1988; Considerando o direito à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988; Considerando o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Considerando a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN); Considerando a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação; Considerando o decidido na 398ª Reunião de Diretoria, ad referendum do plenário realizada no dia 25 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas com o fim de regulamentar o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. Art. 2º O registro profissional de origem habilita ao exercício da Fonoaudiologia na jurisdição do Conselho Regional de inscrição, bem como ao exercício eventual ou transitório da atividade em qualquer parte do território nacional. Art. 3º Fica assegurado aos profissionais de qualquer identidade de gênero, nos termos desta Resolução, o direito à escolha de tratamento nominal, a ser inserido no Cartão de Identificação Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos, por meio de requerimento a qualquer tempo no âmbito do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Parágrafo Único. O nome social, no Cartão de Identificação Profissional, deverá estar disposto logo abaixo do nome civil. Art. 4º O registro profissional de origem deverá ser solicitado pessoalmente, via correios ou pela internet, pelo fonoaudiólogo. Parágrafo único. Entende-se por registro profissional de origem a jurisdição onde é realizada a primeira inscrição. Art. 5º A solicitação do registro profissional de origem será protocolada no Conselho Regional de Fonoaudiologia e será constituída, obrigatoriamente, da seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens: a) requerimento de registro de pessoa física e termo de ciência fornecidos pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchidos, sem rasuras e assinados com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme documento de identidade; b) declaração de próprio punho em que constem nome completo, CPF, data e assinatura de que não possua ou tenha solicitado registro em outra jurisdição; c) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; d) cópia do diploma, frente e verso, expedido por curso superior de Fonoaudiologia autorizado e reconhecido pelo Ministério da Educação; e) cópia de documento oficial de identificação com os dados atualizados, com foto, em que conste o número completo do RG; f) cópia da certidão de nascimento, caso não conste a naturalidade no documento oficial de identificação apresentado; g) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome; h) cópia do CPF; i) cópia do certificado de reservista; j) certidão de regularidade eleitoral fornecida pela Justiça Eleitoral, caso seja naturalizado. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "i" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 2º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. § 3º Indeferido o requerimento, os documentos físicos serão devolvidos e uma cópia digital será arquivada. § 4º Indeferido o processo, o profissional será comunicado desse fato e deverá solicitar novo pedido de inscrição. § 5º No caso do documento aludido na alínea "d" não ter sido emitido até o momento do registro, poderá ser apresentada cópia de certidão, certificado ou declaração de colação de grau do curso de Fonoaudiologia, a qual terá validade por um período de até um ano, prazo no qual deverá ser apresentado o referido diploma. § 6º Caso o diploma não seja enviado para o regional no prazo previsto no § 5º, o registro será cancelado, salvo se o atraso decorrer de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado pelo fonoaudiólogo, antes da expiração do prazo previsto no § 5º. Art. 6º O deferimento do registro profissional só será concedido após a confirmação do pagamento por meio dos retornos bancários, salvo quando houver solicitação do Conselho Regional de Fonoaudiologia de que o requerente apresente o comprovante do pagamento da taxa de inscrição, anuidade e taxa de emissão de documento. Art. 7º A primeira anuidade do registro profissional de origem será proporcional em duodécimos para o exercício a partir da data de mudança de situação, no sistema, para ativo e poderá ser parcelada de acordo com a legislação vigente, desde que nenhuma parcela tenha vencimento após dezembro do ano exercício. Art. 8º Após a entrega da documentação completa e o pagamento das taxas e anuidade do exercício vigente, será concedida, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, o Cartão de Identificação Profissional, com o respectivo número de registro. Parágrafo Único. O número de registro profissional de origem, que será apostado no Cartão de Identificação Profissional, constará do número da região, hífen (-), seguido do número do registro. Exemplo: 9-1111. Art. 9º Considera-se registro profissional secundário aquele outorgado ao profissional que exercer suas atividades na jurisdição de outro Conselho Regional de Fonoaudiologia, além daquele a que se encontre vinculado pelo registro profissional de origem ou principal. § 1º O número de registro profissional secundário, que será apostado no Cartão de Identificação Profissional, constará do número do conselho de origem, barra (/), número do conselho de registro secundário, hífen (-), seguido do número do registro. Exemplo: 1/2-1111, onde 1 é o registro de origem; e 2 é o registro secundário. § 2º Entende-se por registro profissional principal o da atual jurisdição de sua atuação profissional. Art. 10 O exercício profissional considerado não eventual, seja ele simultâneo temporário ou definitivo, em jurisdição distinta do Conselho Regional de registro de origem ou principal e em situação de registro ativo, implica a obrigatoriedade, por parte do profissional, de requerer o registro secundário em cada Conselho Regional de Fonoaudiologia da jurisdição em que pretende atuar. § 1º Entende-se como em situação de registro ativo o profissional que não se encontrar na situação de registro: baixado, transferido, cancelado, vencido ou suspenso. § 2º Entendem-se como não eventuais as atividades desempenhadas pelo fonoaudiólogo, por período superior a 30 (trinta) dias por ano, em jurisdição distinta do Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal e em situação de registro ativo. § 3º O fonoaudiólogo deverá requerer, em até 7 (sete) dias úteis, após decorrido o prazo estabelecido no § 2º, o registro profissional secundário ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal e em situação de registro ativo. § 4º O Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal e em situação de registro ativo será responsável pelo encaminhamento da cópia do processo do profissional ao Conselho Regional de Fonoaudiologia no qual irá requerer o registro secundário. Art. 11 O detentor de registro profissional secundário tem os mesmos direitos e deveres daquele que detém registro profissional de origem ou principal, observadas as restrições do Regulamento Eleitoral. Art. 12 O registro profissional secundário será requerido pelo profissional ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem ou principal e em situação de registro ativo, pessoalmente, via correio ou pela internet, e será constituído, obrigatoriamente, da seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens: a) requerimento de registro profissional secundário fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem ou principal e em situação de registro ativo, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme o documento de identidade, dirigido ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia do registro secundário; b) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome; d) cópia de documento oficial de identificação com os dados atualizados, com foto, em que conste o número completo do RG, em caso de alteração do número; § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "c" e "d" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 2º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. § 3º Indeferido o requerimento, os documentos físicos serão devolvidos e uma cópia digital será arquivada. § 4º Indeferido o processo, o profissional será comunicado desse fato e deverá solicitar novo pedido de registro profissional secundário.Art. 13 Recebidos os documentos descritos no art. 12, e o profissional estando em situação ativa e regular, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem ou principal terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para enviar ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino no qual o profissional pretende atuar, acompanhados da documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens do processo e da certidão de regularidade. § 1º Considera-se situação regular a manutenção de seus dados cadastrais (nome, estado civil, RG, CPF, endereço residencial e comercial completo, telefone e e-mail) atualizados, e a ausência de débitos, incluindo dívida negociada, e pagamento em dia junto ao Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. § 2º O registro profissional secundário só será concedido após a confirmação do pagamento por meio dos retornos bancários, salvo quando houver solicitação do Conselho Regional de Fonoaudiologia de que o requerente apresente o comprovante do pagamento da taxa de inscrição e taxa de emissão de documento. § 3º A anuidade a ser cobrada, quando da mudança da situação para ativo no Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, será calculada de forma proporcional sobre o valor correspondente a tantos duodécimos quantos forem os meses até o final do ano em exercício e poderá ser parcelada de acordo com a legislação vigente. Art. 14 Concedido o registro secundário, o Conselho Regional de Fonoaudiologia da jurisdição de destino providenciará a emissão do novo Cartão de Identificação Profissional, com a identificação do número de registro secundário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. § 1º O número de inscrição do registro profissional secundário permanece o mesmo do registro profissional de origem ou principal apostado no novo Cartão de Identificação Profissional e constará o número da região do Conselho Regional de Fonoaudiologia do registro profissional de origem ou principal, barra (/), número da região em que pretende atuar, hífen (-), número do registro. Exemplos: 2/4-1111, onde 2 é o número do Conselho Regional de registro de origem e 4 é o número do conselho regional de registro secundário. 3/6-2222-7, onde 3 é o número do Conselho Regional de registro principal, o 6 é o número do Conselho Regional de registro secundário e o 7 é o número do Conselho Regional de registro de origem. § 2º O profissional deve identificar o registro de inscrição em seus atos, conforme previsto no § 1º deste artigo. § 3º O não pagamento da(s) taxa(s) implicará indeferimento do requerimento. Art. 15 O registro profissional secundário permanece ativo até o momento em que o profissional solicitar a baixa. Art. 16 O profissional deverá requerer a transferência imediata de seu registro em caso de mudança do local de atuação de sua jurisdição para outro Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 17 Não será permitida a concessão de transferência do registro profissional secundário. § 1º O profissional que decidir atuar em outra região deverá pedir novo registro secundário. § 2º Na transferência do registro de origem ou principal, o profissional deve comunicá-la ao Conselho Regional de registro secundário, para atualização do número de registro e do Cartão de Identificação Profissional. Art. 18 A transferência de registro por mudança do local de atuação de jurisdição será requerida ao Conselho Regional de Fonoaudiologia em que o profissional possui registro de origem ou principal e ativo, pessoalmente, via correio ou pela internet, por meio da apresentação obrigatória da seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens: a) requerimento de transferência por mudança do local de atuação para outra jurisdição fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem ou principal, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme documento de identidade, dirigido ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal e ativo; b) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome; d) cópia de documento oficial de identificação com os dados atualizados, com foto, em que conste o número completo do RG, em caso de alteração do número. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "c" e "d" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 2º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. § 3º Indeferido o requerimento, os documentos físicos serão devolvidos e uma cópia digital será arquivada. § 4º Indeferido o processo, o profissional será comunicado desse fato e deverá solicitar novo pedido de transferência. Art. 19 Caso o profissional transferido necessite solicitar nova transferência para outra jurisdição, deverá requerer ao Conselho Regional de Fonoaudiologia onde possui o registro principal e ativo. Art. 20 Recebidos os documentos descritos no art. 18, o Conselho Regional de Fonoaudiologia do registro de origem ou principal e ativo terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para enviá-los ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, acompanhados da documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens. § 1º A transferência de registro profissional por alteração de endereço para outra jurisdição somente será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de transferência de região ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, por meio dos retornos bancários, salvo quando houver solicitação deste de que o requerente apresente o comprovante de pagamento. § 2º Em caso de suspensão do registro, o profissional poderá solicitar transferência findo o período de suspensão. § 3º Caso o profissional não efetue o pagamento total do débito negociado, após a transferência, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal solicitará ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino os dados cadastrais do profissional inadimplente para as providências necessárias, com o intuito de sanar a dívida. § 4º Na ocorrência da hipótese prevista no § 3º deste artigo, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal deverá oficiar o profissional inadimplente sobre sua dívida, bem como adverti-lo sobre a possibilidade de instaurar processo administrativo simplificado, extrajudicial e judicial para cobrança do débito. § 5º Após o recebimento da documentação e sanadas todas as pendências, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para conceder a transferência de registro ao profissional. Art. 21 Quando ocorrer transferência de registro por alteração de endereço para outra jurisdição, a anuidade do ano em vigência deverá ser recolhida obedecendo-se os seguintes critérios: a) para transferências realizadas entre os meses de janeiro e março do ano vigente com o pagamento integral da anuidade, o valor pago a ser encaminhado ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino deverá respeitar a proporcionalidade dos meses subsequentes; b) caso a transferência ocorra durante o parcelamento da anuidade total do ano em vigência, o valor já pago permanecerá no Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal e as demais parcelas serão recolhidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino. Art. 22 Concedida a transferência de registro por alteração de endereço para outra jurisdição, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino emitirá novo Cartão de Identificação Profissional. § 1º O número de registro do fonoaudiólogo transferido será apostado no novo Cartão de Identificação Profissional com número do Conselho Regional da nova jurisdição, acrescido do hífen (-), número do registro profissional, acrescido do hífen (-) seguido do número do Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal. Exemplo de registro de origem: 4-1111, onde 4 é o de origem. Exemplo de registro secundário vindo do registro de origem: 4/8-1111, onde 4 é o de origem e 8 é o secundário. Exemplo de registro de principal transferido: 2-1111-4, onde 2 é o principal e 4 é o de origem. Exemplo de registro secundário vindo do principal: 3/7-1111-4, onde 3 é o principal, 7 é o secundário e 4 é o de origem. § 2º Caso o profissional retorne ao seu endereço profissional de registro de origem ou principal, será emitido novo Cartão de Identificação Profissional, sendo mantido apenas o seu número do seu registro de origem ou principal. § 3º O não pagamento das taxas correspondentes, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, implicará o indeferimento do requerimento e a devolução do processo ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal. Art. 23 No caso de criação de novo Conselho Regional de Fonoaudiologia com a finalidade de instituir nova jurisdição, o profissional transferido compulsoriamente para a região recém-criada deverá regularizar-se no prazo máximo de 06 (seis) meses. § 1º Fica o Conselho Regional de Fonoaudiologia da nova jurisdição responsável por orientar e convocar o profissional para

recadastrar seus dados e emitir novo Cartão de Identificação Profissional. § 2º A numeração de registro profissional será preservada e não incorrerá no pagamento de taxas ou emolumentos referentes à emissão de novos documentos. Art. 24 O número de registro do fonoaudiólogo transferido compulsoriamente, preservado e mantido, será apostado no novo Cartão de Identificação Profissional, com o número do Conselho Regional da nova jurisdição, acrescido do hífen (-), número do registro profissional, acrescido do hífen (-), seguido do número do Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem. Exemplo: CRFa 5-1111, onde 5 é a região de origem. CRFa 9-1111-5, onde 9 é a região do destino compulsório e 5 é a região de origem. Parágrafo Único. O profissional que não se regularizar no prazo previsto no caput deste artigo responderá às determinações legais vigentes. Art. 25 A baixa de registro será concedida no caso de interrupção do exercício profissional, quando requerida pelo profissional. Art. 26 A baixa do registro deverá ser requerida ao(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia em que tiver registro profissional ativo, pessoalmente, via correios ou via internet, sendo instruída, obrigatoriamente, por requerimento de baixa de registro fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme documento de identidade, dirigido ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia, de forma física ou digital, sem redução da qualidade das imagens. § 1º O formulário de requerimento de baixa de registro profissional poderá, ainda, ser preenchido e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta por procurador, desde que devidamente constituído por procuração assinada com caneta esferográfica de tinta na cor preta pelo profissional. § 2º No caso de falecimento do profissional, será concedida a inatividade do seu registro com a apresentação de certidão de óbito ou outras comprovações oficiais, na sede ou subsede do Conselho Regional de Fonoaudiologia, na forma física ou digital, sem redução da qualidade da imagem. § 3º A anuidade a ser cobrada será calculada com base na data do requerimento sobre o valor correspondente a tantos duodécimos quantos forem os meses até a data do requerimento. § 4º O Conselho Regional de Fonoaudiologia deverá, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, concluir a baixa do registro profissional e comunicar o profissional. Art. 27 Durante o período de vigência da baixa, nenhuma anuidade ou taxa será gerada ao profissional pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, sendo cobrados somente os débitos existentes. Art. 28 Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia deverão dar publicidade, em seus meios de divulgação oficiais, aos nomes dos profissionais que estão em baixa de registro. Art. 29 O profissional poderá solicitar sua reintegração, a qualquer tempo, no Conselho Regional de Fonoaudiologia, que concedeu a baixa do registro profissional. Parágrafo único. Na reintegração, será emitido um novo Cartão de Identificação Profissional e será mantido o número de seu registro. Art. 30 A reintegração do registro profissional deverá ser requerida pelo profissional ao Conselho Regional de Fonoaudiologia em que tiver solicitado a baixa, pessoalmente, via correios ou pela internet, sendo instruída, obrigatoriamente, pela seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade da imagem: a) requerimento de reintegração de registro fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme documento de identidade, dirigido ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia; b) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia de documento oficial de identificação com os dados atualizados, com foto, em que conste o número completo do RG, em caso de alteração do número; d) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome. § 1º O profissional que possuir débitos anteriores à solicitação da baixa, ao requerer a reintegração, deverá quitá-los. § 2º Os documentos aludidos nas alíneas "b" e "c" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 3º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. Art. 31 A anuidade a ser cobrada, quando da mudança da situação de baixado para ativo, será calculada de forma proporcional sobre o valor correspondente a tantos duodécimos quantos forem os meses até o final do ano em exercício e poderá ser parcelada de acordo com a legislação vigente. Art. 32 Concedida a reintegração do registro ao profissional, o Conselho Regional de Fonoaudiologia deverá, após proceder às anotações no sistema, entregar o Cartão de Identificação Profissional, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis. Art. 33 O profissional com registro em baixa e em situação regular, que pretende retomar suas atividades em jurisdição diversa do Regional de registro de origem ou principal, poderá, concomitantemente, requerer a reintegração e a transferência de registro por alteração de endereço profissional no Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal. § 1º O Conselho Regional de Fonoaudiologia de registro de origem ou principal deverá, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, concluir a reintegração e enviar o processo ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, instruído dos documentos elencados no art. 30 da presente Resolução. Art. 34 O profissional deverá requerer segunda via do Cartão de Identificação Profissional, em casos de extravio, furto, roubo, inutilização do original, alteração do nome ou inclusão do nome social. Art. 35 A solicitação da segunda via do Cartão de Identificação Profissional deverá ser requerida pelo profissional por meio de requerimento devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta como no documento de identificação, dirigido ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia, pessoalmente, via correios ou pela internet, acompanhado, obrigatoriamente, da seguinte documentação física ou digital, sem redução da qualidade das imagens: a) requerimento de segunda via fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado com caneta esferográfica de tinta na cor preta conforme documento de identidade e identificando o nome social, se for o caso; b) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como sem camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia de documento oficial de identificação com os dados atualizados, com foto, em que conste o número completo do RG, em caso de alteração do número; d) cópia do boletim de ocorrência ou da declaração de veracidade das informações, em caso de extravio, furto, ou roubo dos documentos de identidade profissional, quando for o caso; e) cópia da certidão de casamento ou óbito do cônjuge ou averbação de divórcio ou de alteração de nome; f) averbação na certidão de nascimento pelo cartório de registro da alteração de gênero e de nome. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "c", "e" e "f" poderão ser apresentados em cópias simples, acompanhadas dos originais para autenticação, ou acompanhados de uma declaração de veracidade das informações. § 2º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento. Art. 36 Os trâmites de que trata esta Resolução deverão ser atendidos pelo presidente ou pela diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia, nos prazos referidos, a contar da entrega completa da documentação em conformidade com o exigido. Parágrafo único. Os trâmites de inscrição e transferência de um Conselho Regional de Fonoaudiologia para outro deverão ser atendidos com prioridade. Art. 37 Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia e encaminhados ex officio, em grau de recurso, ao Plenário do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Art. 38 Revogar a Resolução CFFa nº 532, de 9 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, em 14 de novembro de 2018. Art. 39 Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2021, tendo os Conselhos Regionais prazo de até (60) sessenta dias para as adaptações necessárias, período durante o qual seguirão válidas as cédulas profissionais vencidas que dependam da compatibilização dos Regionais para serem revalidadas.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 610, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a alteração do artigo 3º da Resolução CFFa nº 586, de 20 de outubro de 2020.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando a Resolução CFFa nº 607/2021, que dispõe sobre o modelo do Cartão de Identificação Profissional do fonoaudiólogo, a ser expedido pelos CRFas a partir de 1º de abril de 2021; Considerando a Resolução CFFa nº 608/2021, que dispõe sobre a criação do modelo de Carteira Profissional Digital de fonoaudiólogo, a ser expedida pelos CRFas a partir de 1º de abril de 2021; A Diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do Plenário, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando a decisão da Diretoria do CFFa durante a 398ª Reunião de Diretoria, realizada no dia 25 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Resolução CFFa nº 586, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º Os valores das taxas a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a partir de 1º de abril de 2021 são os descritos abaixo: I - inscrição de pessoa física com emissão de Cartão de Identificação Profissional e Carteira Profissional Digital de fonoaudiólogo: taxa no valor de R$ 174,07 (cento e setenta e quatro reais e sete centavos); II - segunda via e emissão de Cartão de Identificação Profissional, no caso de transferência: taxa no valor de R$ 42,27 (quarenta e dois reais e vinte e sete centavos); III - revalidação da Cédula de Identidade Profissional com a emissão de Cartão de Identificação Profissional e Carteira Profissional Digital: taxa no valor de R$ 42,27 (quarenta e dois reais e vinte e sete centavos); IV - reintegração de registro profissional: taxa no valor de R$ 30,00 (trinta reais); V - registro secundário: - inscrição: taxa no valor de R$ 30,00 (trinta reais); - emissão de Cartão de Identificação Profissional: taxa no valor de R$ 42,27 (quarenta e dois reais e vinte e sete centavos); - meia anuidade, proporcional no ato do requerimento do registro secundário; VI - inscrição de pessoa jurídica: taxa no valor de R$ 85,81 (oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Parágrafo único. No caso de profissionais que solicitarem segunda via da Cédula de Identidade Profissional em data anterior à de validade desta, será realizado o processo de revalidação observando o disposto no inciso III."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2021, tendo os Conselhos Regionais o prazo de até (60) sessenta dias para as adaptações necessárias, período durante o qual seguirão válidas as cédulas profissionais vencidas que dependam da compatibilização dos Regionais para serem revalidadas.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 611, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a regulamentação da atuação do fonoaudiólogo na área do sono e dá outras providências.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando que a Lei nº 6.955/1981 e o Decreto nº 87.218/1982 determinam a competência dos Conselhos de Fonoaudiologia na orientação e fiscalização do exercício profissional da Fonoaudiologia; Considerando o Código de Ética da Fonoaudiologia; Considerando a Resolução CFFa nº 415, de 12 de maio de 2012, que dispõe sobre o registro de informações e procedimentos fonoaudiológicos em prontuários e revoga a Recomendação nº 10/2009; Considerando a Resolução CFFa nº 579, de 28 de julho de 2020, que dispões sobre as normas técnicas concernentes à digitalização e ao uso dos sistemas informatizados para guarda e manuseio dos documentos do prontuários dos pacientes, quanto aos Requisitos de Segurança em Documentos Eletrônicos em Saúde; Considerando o Parecer do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região nº 01/2020, que dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo na área do sono; Considerando o Parecer Técnico sobre a atuação do fonoaudiólogo na área do sono, do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em resposta ao Ofício CFFa nº 409/2020; Considerando o Parecer nº 04/2020 sobre a atuação do fonoaudiólogo na área do sono, da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa); Considerando o Parecer nº 01/2020, da Associação Brasileira de Motricidade Orofacial (ABRAMO), sobre a atuação do fonoaudiólogo na área da Medicina do Sono; Considerando o Parecer do Conselho de Fonoaudiologia do Comitê Interdisciplinar da Associação Brasileira do Sono (ABS) em resposta ao Ofício CFFa nº 684/2020; Considerando o 1º Posicionamento Brasileiro sobre o Impacto dos Distúrbios de Sono nas Doenças Cardiovasculares da Sociedade Brasileira de Cardiologia de 2018; Considerando a decisão do Plenário do CFFa durante a 1ª Reunião da 176ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 25/02/2021, resolve: Art 1º Regulamentar a atuação do fonoaudiólogico na área do sono. Art 2º O fonoaudiólogo compõe a equipe multidisciplinar na área do sono. Art 3º O fonoaudiólogo atua na prevenção, na identificação das características do sono, avaliação, diagnóstico, condutas terapêuticas e tratamento dos aspectos oromiofuncionais, orofaríngeos, das funções orofaciais, da voz, da linguagem, da audição, do equilíbrio e da estética, em todas as fases da vida, realizando os devidos encaminhamentos aos profissionais que compõem a equipe multiprofissional na área do sono. Art 4º O fonoaudiólogo tem autonomia para gerenciar procedimentos específicos, técnicas e recursos terapêuticos baseados em evidências científicas na área do sono. Art 5º O fonoaudiólogo deve ter o conhecimento teórico de fundamentos quanto à fisiologia do sono, fisiopatologia do sono e tipos de abordagens multidisciplinares voltadas para o sono, além de conhecimentos específicos relacionados à abrangência fonoaudiológica em convergência à ciência do sono. Art 6º O fonoaudiólogo deve ter aprofundamento teórico e prático na detecção dos diversos tipos de distúrbios do sono, avaliações clínicas, instrumentais e diagnóstico dos distúrbios do sono que viabilizem os devidos encaminhamentos e/ou realização de tratamento específico. Art 7º Os atendimentos fonoaudiólogicos realizados na área do sono devem basear-se na competência do profissional para tomada de decisão de acordo com as informações clínicas. Art 8º Em indivíduos com Distúrbios Respiratórios do Sono, o fonoaudiólogo deve realizar a avaliação e diagnóstico, condutas terapêuticas e tratamento que visam desde orientações, habilitação e reabilitação dos aspectos oromiofuncionais e orofaríngeos e das funções orofaciais, até da voz, da linguagem, da audição, do equilíbrio e da estética. Art 9º Em relação às estratégias terapêuticas utilizadas, o fonoaudiólogo tem autonomia para gerenciar procedimentos específicos, técnicas e recursos terapêuticos na área do sono, desde que apresentem evidências científicas e que sejam da competência fonoaudiológica. Art 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO Nº 1, DE 29 DE MARÇO DE 2021-PL

Processo Administrativo nº 885/2021

Assunto: Recurso contra decisão que rejeitou impugnação e reconheceu a elegibilidade de candidatos da Chapa

Recorrente: Weslanny Tienia Cruz Benigno

Recorridos: méd.vet. Anísio Ferreira Lima Neto, méd.vet. João Pereira da Silva, méd.vet. Dário Magalhães Batista Filho, méd.vet. Benedito Barbosa Sousa e méd.vet. Caroline Guimarães Marques Oliveira

Procedência: Comissão Eleitoral Regional do CRMV-PI (CER/CRMV-PI)

EMENTA: ELEIÇÕES CRMV-PI. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA CER/CRMV-PI QUE REJEITOU IMPUGNAÇÃO E RECONHECEU A ELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS DA CHAPA "AVANÇANDO COM EQUIPLÍBRIO". REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IMPROVIMENTO DO RECURSO POR INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE DEFINIDAS NA RESOLUÇÃO CFMV Nº 1298/2019.

1. No âmbito administrativo, o princípio da dialeticidade possui aplicabilidade mitigada, sendo suficientes a pertinência e a coerência entre os fundamentos do recurso e as razões de decidir da decisão objeto do recurso.

2. Os candidatos, uma vez eleitos e empossados, passam a compor os Conselhos de Medicina Veterinária e a ocupar individualmente os cargos para os quais concorreram, passando a desempenhar com autonomia e independência as respectivas atribuições pelo período de 3 anos. O Regimento Interno Padrão (Resolução CFMV nº 592/1991) define as competências e as atribuições de cada um dos cargos (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, Conselheiros Titulares e Conselheiros Suplentes - arts.5º, 6º, 11, 12, 13 e 14). O instituto e os limites da reeleição têm relação direta com o cargo para o qual a pessoa foi eleita no pleito imediatamente anterior. A regulamentação do art.45-A do Decreto 64704/1969, contida no parágrafo único do artigo 61 da Resolução CFMV nº 1298/2019, decorre do conceito e abrangência do instituto da reeleição (vinculada ao cargo), da nomenclatura utilizada pela Lei nº 5.517 e pelo Decreto 64.704 para denominação dos profissionais eleitos para os cargos específicos, da estruturação definida na Lei nº 5.517 aos Conselhos de Medicina Veterinária e da categorização dos cargos e do exercício autônomo e individual dos referidos cargos, e destina-se a dar concretude e fiel interpretação e execução ao instituto da reeleição no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.

3. Inocorrentes as hipóteses de inelegibilidade previstas na Resolução CFMV nº 1298/2019, não há que se falar em inelegibilidade dos candidatos cujas candidaturas foram impugnadas.

4. Fundamentos: artigos 13, §1º, 14 e 16, 'f', da Lei nº 5.517/1968, artigos 19, 22, 'f', e 45-A do Decreto nº 64.704/1969, arts.5º, 6º, 11, 12, 13 e 14 do Regimento Interno Padrão dos CRMVs (Resolução CFMV nº 591/1992) e artigos 15, 17, 18 e par.único do art.61 da Resolução CFMV nº 1298/2019.

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, na 24ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, realizada no dia 29 de março de 2021, acordam os Conselheiros Federais deste CFMV, por unanimidade, em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

OLÍZIO CLAUDINO DA SILVA
Relator

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO CONTER Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2021

Institui o código de ética e disciplina dos empregados do sistema CONTER/CRTRs.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 - e alterações introduzidas pelo Decreto 9.531, de 17 de outubro de 2018, e na forma do Artigo 9º, alínea g, do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais e legais que devem reger a Administração Pública Federal, especialmente os definidos no Artigo 37 da Magna Carta;

CONSIDERANDO a necessidade de o Sistema CONTER/CRTRs normatizar e regulamentar, na forma estabelecida no § 3º, III, do Artigo 37 da Magna Carta, quanto à disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de supervisionar e fazer cumprir todos os serviços administrativos dos Conselhos de Radiologia, de autorizar contratação, nomeação, demissão, punição, exoneração, posse e licenciamento de funcionários, assessores ou prestadores de serviços e empregados públicos do Sistema CONTER/CRTRs, conforme determinam os Artigos 14, alínea "o", 15, alínea "o", 31,32,33,34,35 e 36 do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar diretos e venerar os princípios que regem a rescisão antecipada de trabalho por tempo indeterminado, conforme estabelecido no Artigo 481 da CLT;

CONSIDERANDO os termos da decisão da 9ª Sessão da I Reunião Plenária Extraordinária do 7º Corpo de Conselheiros do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, ocorrida no dia 20 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Código de Ética e Disciplina dos Empregados do Sistema CONTER/CRTRs, conteúdo constante no Anexo da presente Resolução.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Capítulo VII do Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTRs, no qual constam os Artigos 223 ao 238;

Art. 3º Esta Resolução e o seu respectivo anexo entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANO GUEDES
Diretor-Presidente

MAURO MARCELO LIMEIRA DE SOUZA
Diretor-Secretário

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS EMPREGADOS DO SISTEMA CONTER/CRTRs

TÍTULO I
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I

Art. 1º Nos termos do § 3º, do art. 58, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, cuja constitucionalidade foi declarada nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 36, o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) institui, no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs, o Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo Único. Os Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia (CRTRs) promoverão, no âmbito de suas competências, a adequação para implementação e aplicação do Regime Jurídico aplicado ao Sistema CONTER/CRTRs, ante a subordinação disposta no art. 14, do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986.

Art. 2º A presente Resolução tem por escopo estruturar princípios, valores e regras que norteiem as relações jurídicas entre os Conselhos de Radiologia e os seus empregados e estes com a sociedade e os profissionais das técnicas radiológicas, de forma a primar pela aplicação do Direito, da lei e da Constituição da República, assim como:

I - evidenciar condutas éticas esperadas dos agentes públicos;

II - auxiliar o agente público na execução de ações e tomada de decisões, mediante questões éticas que possam se apresentar;

III - resguardar o agente público de exposições desnecessárias ou acusações infundadas de modo a consolidar o ambiente de segurança jurídica da instituição;

IV - fortalecer o caráter ético do corpo funcional do Sistema CONTER/CRTRs;

V - contribuir para um ambiente de trabalho harmonioso, cooperativo e participativo;

VI - contribuir para intensificar o respeito e a legitimação da sociedade quanto à atuação do Sistema CONTER/CRTRs, à retidão, à honra e à dignidade dos seus agentes públicos e a tradição dos seus serviços.

Art. 3º Este Código de Ética e Disciplina é de observância obrigatória a todos os empregados que compõem o Sistema CONTER/CRTRs, inclusive aos que prestem serviço à autarquia em cargos de confiança.

Art. 4º Para todos os efeitos legais e considerando que as relações de trabalho se pautam pelo princípio da boa-fé objetiva, que demanda um comportamento ético entre as partes da relação de trabalho, o presente Código de Ética e Disciplina passa a integrar as relações contratuais em todo o Sistema, a partir de sua aprovação.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DE CONDUTA E DOS DEVERES
SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Art. 5º São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos empregados do Sistema CONTER/CRTRs, no exercício do seu cargo ou função:

I - a legalidade, a impessoalidade e a moralidade;

II - a dignidade, o respeito à hierarquia e o decoro;

III - a preservação do patrimônio público;

IV - a eficácia e a equidade dos serviços públicos;

V - o comprometimento: atuar com dedicação para alcance dos objetivos institucionais;

VI - a efetividade: realizar ações com qualidade e eficiência de modo a cumprir a sua função institucional;

VII - a ética: agir com honestidade, integridade e imparcialidade em todas as ações;

VIII - a inovação: apresentar e implementar novas ideias direcionadas à resolução de problemas e ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços;

IX - a neutralidade política, em especial no âmbito do Sistema, religiosa e ideológica;

X - a responsabilidade social e ambiental: promover ações voltadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, como a adoção de meios sustentáveis;

XI - o sigilo profissional;

XII - a transparência: praticar ações com visibilidade plena no cumprimento das atribuições;

XIII - a competência e

XIV - o desenvolvimento profissional.

Parágrafo Único. Os atos, comportamentos e atitudes dos empregados incluirão sempre uma avaliação de natureza ética, em conformidade com os valores institucionais e de subordinação legais.

SEÇÃO II
DOS DIREITOS

Art. 6º É direito de todo empregado do Sistema CONTER/CRTRs:

I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve a sua integridade física, moral, mental e psicológica;

II - participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional;

III - estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões;

IV - ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio empregado e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações;

V - ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, remuneração, promoção e transferência, bem como ter acesso às informações a eles inerentes.

SEÇÃO III
DOS DEVERES

Art. 7º São deveres fundamentais dos empregados do Sistema CONTER/CRTRs:

I - prestar, no ato da contratação, compromisso de cumprimento das normas de conduta ética;

II - resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais;

III - desempenhar, com zelo e eficácia, as atribuições do cargo ou função de que seja titular;

IV - ser probo, reto, leal e justo, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público;

V - apresentar prestação de contas sob sua responsabilidade no prazo determinado, sempre que solicitado;

VI - tratar autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com cortesia e educação, respeitando a condição e as limitações pessoais, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, ideologia política e posição social;

VII - representar contra quaisquer atos ou fatos comprovadamente lesivos à Administração Pública, independentemente da hierarquia a que esteja subordinado;

VIII - resistir às pressões de terceiros que visem obter favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações contrárias aos princípios da Administração Pública;

IX - ser assíduo e pontual ao serviço;

X - levar formalmente ao conhecimento do superior hierárquico todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial ao Conselho Nacional, ao Regional ou ao Sistema, ou a sua missão institucional, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo ou função;

XI - conhecer e cumprir as normas legais, bem como as boas práticas formalmente descritas e recomendadas no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs, visando desempenhar as suas responsabilidades com competência e obter elevados níveis de profissionalismo na realização dos trabalhos;

XII - facilitar a fiscalização de todos os atos, atividades ou serviços por quem for de direito, prestando toda colaboração e informação ao seu alcance;

XIII - declarar, na primeira oportunidade que tiver, o seu impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade;

XIV - abster-se de assumir posição de intransigência perante membros da diretoria executiva ao qual está subordinado, dos conselheiros no exercício de suas atividades, da chefia ou dos colegas de trabalho, sem prejuízo de representar, por escrito, contra qualquer ato comprovadamente irregular;

XV - divulgar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional e que possam contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais empregados;

XVI - manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial ou de divulgação não autorizada pelo superior (diretor executivo, conselheiros, chefia ou similar) obtidas no exercício de suas atividades; ou, ainda, de natureza pessoal de conselheiros, colegas e subordinados que só a eles digam respeito, as quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional, informando à chefia imediata ou à autoridade responsável quando tomar conhecimento de que assuntos sigilosos estejam ou venham a ser revelados;

XVII - cumprir fielmente os prazos previstos em lei e resoluções; também aqueles de cunhos processuais e regimentais, bem como os fixados ou estabelecidos pelos superiores hierárquicos, sob pena de responsabilização;

XVIII - abster-se de manifestar opinião pessoal, juízo de valor, sobre assuntos diversos aos serviços demandados;

XIX - agir com profissionalismo em situações de conflito, procurando sempre manter o controle emocional, serenidade e urbanidade;

XX - sendo o empregado agente de fiscalização ou supervisor fiscal, além dos deveres e condutas expressas nesse Código, deverá observar rigorosamente todas as condutas, deveres e orientações dispostas no Manual de Fiscalização do Sistema CONTER/CRTRs.

XXI - cumprir fielmente as atribuições para as quais foi contrato e que estão constantes dos editais de concurso, contrato de trabalho, normas organização interna e afins.

§ 1º Aos Fiscais e Supervisores Fiscais, além dos deveres e proibições previstos nesse Código, fica estabelecido:

I - no ato da fiscalização, o agente deverá atuar com discrição, urbanidade e clareza, agindo de forma objetiva, técnica e responsável, mantendo uma conduta moderada e impessoal, aplicando toda a legislação em vigor;

II - no ato fiscalizatório, manusear com zelo os bens e o patrimônio do fiscalizado e de terceiros, em respeito ao patrimônio alheio, sob pena de apuração da responsabilidade do dano, em caso de prejuízo;

III - cumprir, fiel e rigorosamente, os roteiros de fiscalização, diligências e determinações, bem os prazos destas, emanadas pela autoridade competente, salvo motivo justificado e fundamentado.

§2º Os deveres dos empregados expressos neste Código aplicam-se a qualquer situação em que o agente estiver atuando em nome do Sistema CONTER/CRTRs, inclusive em eventos, seminários, congressos, palestras ou em atividades externas, no Brasil ou no exterior.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES

Art. 8º É vedado aos empregados do Sistema CONTER/CRTRs:

I - praticar qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais do Sistema CONTER/CRTRs;

II - usar do cargo, da função ou de informação privilegiada em situações que configurem abuso de poder, práticas autoritárias ou que visem obter quaisquer favores, privilégios, benesses ou vantagens indevidas para si, para outros indivíduos, grupos de interesses ou entidades públicas ou privadas;

III - compactuar ou praticar ato contrário à ética, à probidade e ao interesse público, por ação ou omissão, direta ou indiretamente;

IV - prejudicar deliberadamente a reputação de colegas de trabalho, cidadãos, conselheiros ou gestores do Sistema CONTER/CRTRs;

V - discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, por preconceito ou distinção de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, opinião política, posição social ou em razão de quaisquer outras formas de discriminação;

VI - usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o cumprimento de deliberações da diretoria executiva ou o exercício regular de direito de qualquer pessoa;

VII - perseguir ou permitir perseguições a jurisdicionados ou a empregados do Sistema ou do órgão ao qual está adstrito por relação de trabalho, sobretudo por motivos de ordem pessoal;

VIII - exercer, de forma direta ou mediante a prestação de auxílio, defesa em processo administrativo de qualquer espécie, exceto nos casos previstos em lei;

IX - alterar ou deturpar, por qualquer forma, o exato teor de documentos;

X - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XI - apresentar-se embriagado ou sob efeito de quaisquer drogas ilegais no ambiente de trabalho;

XII - apoiar instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

XIII - ausentar-se injustificadamente de seu local de trabalho;

XIV - divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações de caráter sigiloso ou não autorizada por superior ou autoridade competente, conselheiros ou diretores executivos, ainda que tenha obtido através de terceiros;

XV - atribuir a outrem erro próprio;

XVI - adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo, e especialmente, o assédio sexual ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;

XVII - manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

XVIII - utilizar sistemas e canais de comunicação do Sistema CONTER/CRTRs para a propagação e divulgação de trotes, boatos, correntes, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político partidária e outros conteúdos assemelhados;

XIX - apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;

XX - solicitar, sugerir, provocar ou receber, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada na atividade dos empregados; e

XXI - ser conivente com erro ou infração a este Código, bem como a resoluções emanadas pelo CONTER;

XXII - praticar assédio, sendo este vertical (ascendente ou descendente), horizontal ou misto, mediante reiterados atos comissivos ou omissivos que importem em tratamento desrespeitoso e humilhante, de forma a ferir a ética e os bons costumes entre os colegas de trabalho, a hierarquia ou a subordinação;

XXIII - recursar-se, sem justo motivo, a cumprir as atribuições constantes nos editais de concurso, contratos de trabalho ou normas de organização interna e afins.

§ 1º Não se consideram presentes, para fins do inciso XX deste artigo, os brindes que:

I - não tenham valor comercial; e

II - distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor estipulado pelo Sistema CONTER/CRTRs.

§ 2º Os presentes que, por alguma razão, não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para os empregados serão doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

CAPÍTULO IV

DA ACUMULAÇÃO

Art. 9º Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos estados, dos territórios e dos municípios, bem como em todo o Sistema CONTER/CRTRs.

§ 2º A acumulação de cargos, empregos e funções em Administração Pública direta ou indireta ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, exceto quando se tratar de investidura em cargo de dedicação exclusiva, o qual tornar-se-á incompatível a acumulação em qualquer situação.

§ 3º considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art.10. O empregado do Sistema CONTER/CRTRs não poderá exercer mais do um cargo em comissão, exceto quando se tratar de forma interina e sem remuneração do cargo ao qual assumirá a interinidade.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, assim como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser a legislação específica.

TÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO EMPREGADO DO SISTEMA CONTER/CRTRs

CAPÍTULO I

DAS FALTAS GRAVES

Art. 11. Considera-se falta grave e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, além das estabelecidas no art. 482 da CLT, as seguintes:

a) crime contra a Administração Pública;

b) inassiduidade habitual;

c) insubordinação grave em serviço;

d) ofensa física, em serviço, a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

e) aplicação irregular de dinheiros públicos;

f) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

g) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

h) corrupção;

i) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

j) as proibições constantes dos incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, IX, XIV, XVI, XVIII, XX, XXII e XXIII do artigo 8º deste Código, os demais incisos do citado artigo incidirão em possível pena de advertência ou suspensão.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 12. O empregado responde civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições contratuais.

Art. 13. A responsabilidade civil e administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, quando decorrente do exercício de suas atribuições contratuais.

Art. 14. O empregado que causar danos materiais ou morais ao órgão fica obrigado a reparar o prejuízo causado.

Art. 15. Tratando-se de dano causado a terceiros em decorrência da prática de atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos e o órgão for responsabilizado, responderá o empregado em ação regressiva, nos termos da lei.

Art. 16. As sanções administrativas poderão cumular-se com as sanções civis, sendo independentes entre si.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 17. São penalidades disciplinares:

I - advertência verbal;

II - advertência por escrito;

III - suspensão por até 30 dias;

IV - demissão.

Parágrafo Único. As penalidades previstas nos incisos de I a IV deste artigo aplicam-se de forma gradual.

Art. 18. Na aplicação das penalidades previstas no artigo anterior, serão consideradas a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais do empregado.

Parágrafo Único. O ato administrativo de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 19. As penalidades de advertência verbal, escrita e suspensão serão objeto de procedimento administrativo sumário, ficando a penalidade de demissão sujeita a processo administrativo comum ordinário.

Parágrafo único. Considera-se falta para aplicação da advertência aquelas não relacionadas no rol taxativo do artigo 8º desta Resolução.

Art. 20. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência ou de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. A pena de suspensão implicará no desconto dos dias não trabalhados.

Art. 21. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor do dia de salário aplicado à quantidade de dias de suspensão, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

Art. 22. Toda e qualquer penalidade aplicada ao empregado deverá ser comunicada ao serviço ou setor de recursos humanos (RH) competente para que seja realizada as anotações devidas no livro de registro e na ficha funcional, devendo permanecer no sistema para efeitos futuros, inclusive, de promoção.

Art. 23. A demissão por justa causa será aplicada nos casos reconhecidos como falta grave, nos termos elencados nas alíneas do artigo 8º deste Código.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A autoridade administrativa que tiver ciência de irregularidade ou falta cometida por empregado no exercício das atribuições contratuais é obrigada a promover a sua apuração imediata, por processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar falta grave praticada pelo empregado, no exercício de suas atribuições contratuais.

§ 2º Será instaurado processo administrativo disciplinar para apurar faltas do empregado cuja penalidade seja suspensão ou demissão por justa causa.

§ 3º Para a apuração de falta grave, cuja penalidade seja demissão, deve ser instaurado processo administrativo disciplinar ordinário, garantido ampla defesa e contraditório.

§ 4º Para a apuração de falta leve, cuja penalidade seja de advertência ou de suspensão, deve ser instaurado processo administrativo disciplinar sumário, garantido ampla defesa e contraditório.

§ 5º A penalidade de advertência será arquivada em pasta funcional do empregado para fins de registro de sua conduta.

§ 6º O empregado que responder a processo administrativo disciplinar só poderá ser demitido a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Art. 25. CONTER ou CRTR adotará procedimento sumário para apuração de falta que enseje em aplicação da penalidade de advertência, verbal ou escrita, e de suspensão, cujo processo administrativo disciplinar desenvolver-se-á nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, nos termos previstos no Regimento Interno;

II - instrução sumária, que compreende indiciamento, defesa e relatório final da comissão;

III - julgamento pela diretoria do órgão.

Parágrafo Único. A comissão lavrará, em até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento, em que serão transcritas as informações de que trata a denúncia recebida, bem como promoverá a notificação do empregado indiciado.

Art. 26. O empregado indiciado terá o prazo de até 5 (cinco) dias para apresentar defesa escrita, contados da data de recebimento da notificação, assegurando-lhe cópia do processo na repartição.

§ 1º O empregado pode nomear defensor particular para elaborar sua defesa nos autos do Processo Administrativo.

§ 2º Caso não apresente defesa, declarar-se-á revelia do empregado e será nomeado um defensor dativo para manifestar-se no processo no estado em que se encontra.

Art. 27. Apresentada a defesa, a comissão elaborará, no prazo de 10 (dez) dias, relatório conclusivo apontando indícios de materialidade da falta cometida e opinando sobre a possível penalidade a ser aplicada pelo órgão julgador.

Art. 28. A comissão encaminhará o processo à autoridade competente para julgamento.

Art. 29. No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade competente proferirá a decisão, nos termos do Regimento Interno do CONTER ou do CRTR.

Art. 30. O prazo para encerramento e julgamento do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 31. As penalidades disciplinares, no rito sumário, serão aplicadas pela autoridade competente definida pelo Regimento Interno do CONTER ou do CRTR.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 32. O Conselho adotará procedimento ordinário para apuração de falta grave que ensejará a aplicação de penalidade de demissão por justa causa.

Parágrafo Único. O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma Comissão, composta nos termos do Regimento Interno do CONTER ou do CRTR.

Art. 33. A CPA exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, seja no procedimento sumário ou ordinário.

Art. 34. O Processo Administrativo Disciplinar Ordinário se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - instrução, defesa e relatório final conclusivo;

III - julgamento.

Art. 35. O prazo para a conclusão do processo disciplinar pelo rito ordinário não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim exigirem.

Art. 36. As reuniões da comissão, tanto no procedimento sumário quanto no ordinário, serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas e observará os preceitos estabelecidos no Regimento Interno do CONTER ou do CRTR.

CAPÍTULO IV

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 37. Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha interferir na apuração da falta grave, a comissão do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do empregado do exercício das atribuições, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, sem prejuízo da remuneração.

CAPÍTULO V

DA INSTRUÇÃO, DEFESA E JULGAMENTO

Art. 38. A instrução do processo administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito para a produção das provas necessárias à elucidação dos fatos.

Art. 39. A comissão lavrará, em até 10 (dez) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata a denúncia recebida, bem como promoverá a notificação do empregado indiciado.

Parágrafo Único. A denúncia deve ser realizada, sempre por escrito, por superior hierárquico, empregados do Conselho respectivo ou cidadão, todos devidamente identificados.

Art. 40. O empregado indiciado terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contados da data de recebimento da notificação, assegurando-lhe cópia do processo na repartição.

Art. 41. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo apontando indícios de materialidade da falta cometida e opinando pela possível penalidade a ser aplicada pelo órgão julgador.

Art. 42. No prazo da defesa, o empregado investigado indicará o nome de até três testemunhas para serem ouvidas pela comissão.

Art. 43. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 44. É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Art. 45. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Art. 46. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Art. 47. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 48. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

Parágrafo Único. O acusado pode usar o direito de manter-se em silêncio durante seu interrogatório, sem que o silêncio seja interpretado em prejuízo do empregado.

Art. 49. O presidente da comissão pode determinar a realização de diligências indispensáveis à elucidação dos fatos investigados e pode dispensar aquelas manifestamente protelatórias.

Art. 50. Ao final da instrução, será intimada a parte interessada para apresentar razões finais, podendo estas serem remissivas ou apresentadas por memoriais, em prazo de até 10 (dez) dias da ciência do ato.

Parágrafo Único. Apresentadas as razões finais e/ou decorrido o prazo a que se refere o caput deste artigo sem manifestação da parte interessada, será a encerada a instrução, devendo a comissão elaborar relatório conclusivo quanto à materialidade ou não dos fatos apurados, opinando sobre a penalidade adequada a ser aplicada ao caso, encaminhando este a autoridade ou ao órgão julgador.

Art. 51. Em 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo pela autoridade ou órgão julgador, proferir-se-á decisão fundamentada, determinando o arquivamento do procedimento ou a penalidade a ser imposta ao processado, nos termos da legislação vigente e do Regimento Interno do CONTER ou do respectivo CRTR.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Art. 52. Da decisão proferida pela autoridade ou órgão julgador, cabe recurso, com efeito suspensivo, ao plenário do conselho respectivo, no prazo de 5 (cinco) dias, quando o processo tramitar pelo Rito Sumário, e no prazo de 10 (dez dias), quando o processo tramitar pelo Rito Ordinário.

Parágrafo Único. O plenário do conselho proferirá decisão terminativa.

CAPÍTULO VII

DA REVELIA

Art. 53. No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a notificação, com a assinatura de 3 (três) testemunhas.

Art. 54. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 55. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial da União, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital no Diário Oficial da União.

Art. 56. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente notificado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo Único. A notificação do acusado deve ser realizada, preferencialmente, no local de trabalho, podendo, inclusive, ocorrer por meios telemáticos.

Art. 57. A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo administrativo e devolverá o prazo para o defensor dativo.

Art. 58. Para realizar os atos processuais, a ampla defesa e o contraditório em favor do indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um profissional como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º As regras estabelecidas para o caso de revelia atendem ao revel no procedimento sumário e ordinário.

§ 2º O defensor dativo receberá o processo na situação em que se encontrar.

Art. 59. Recebida a defesa do revel, a comissão elaborará relatório conclusivo, no qual resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

CAPÍTULO VIII

DAS NULIDADES

Art.60. As nulidades devem ser suscitadas, fundamentadamente, na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.

Parágrafo Único. Não se admitirá nulidade do ato quando a parte que o arguir der causa, assim como nenhum ato será declarado nulo, se dá nulidade não resultar prejuízo ao empregado ou processo.

Art. 61. As nulidades insanáveis podem ser suscitadas em qualquer momento processual.

Art. 62. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade ou órgão julgador declarará a sua nulidade, total ou parcial, ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo ou dará continuidade ao processo existente, aproveitando os atos praticados anteriores ao vício insanável.

Parágrafo Único. O julgamento fora do prazo não implica nulidade do processo.

Art. 63. Quando a falta grave estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição, sem prejuízo do julgamento no processo administrativo.

CAPÍTULO IX

DA PRESCRIÇÃO

Art. 64. A ausência de apuração das faltas mencionadas ensejará na prescrição punitiva:

I - Em 1 ano para as condutas punidas com advertência;

II - Em 2 anos para as condutas punidas com suspensão;

III - Em 3 anos para as condutas punidas com demissão por justa causa.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. Todos os prazos previstos nesta resolução são contados em dias corridos, incluindo os dias não úteis, excluindo-se a regra estabelecida no Código de Processo Civil.

Art. 66. Considerando o caráter especial do procedimento administrativo de que trata o Código de Ética e Disciplina dos Empregados do Sistema CONTER/CRTRs, as regras processuais, por serem normas especiais, prevalecem sobre as regras gerais, em especial no tocante às regras de procedimento estabelecidas no Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTRs, cuja aplicação dar-se-á de forma subsidiária.

Art. 67. As omissões desta Resolução serão supridas pelo texto do Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTRs, pela Lei nº 8.974, de 29 de janeiro de 1999 e pelo Código de Processo Civil.

Art. 68. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Capítulo VII do Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTRs, que abrange os artigos 223 ao 238 do mesmo regramento.

Art. 69. Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO CONTER Nº 3, DE 20 DE MARÇO DE 2021

Altera a redação do artigo 2º, da resolução CONTER nº 12, de 19 de agosto de 2020.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 - e alterações introduzidas pelo Decreto 9.531, de 17 de outubro de 2018, e na forma do Artigo 9º, alínea g, do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (ONU), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que determina medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), de prorrogar as ações excepcionais adotadas em função da pandemia da Covid-19, mantendo-se as medidas sanitárias até que a ONU ou o Governo Brasileiro atestem que a pandemia acabou;

CONSIDERANDO a impossibilidade, por parte da instituição cedente, do retorno de estagiários ao campo de estágio;

CONSIDERANDO os termos da decisão da 19ª Sessão da I Reunião Plenária Extraordinária do 7º Corpo de Conselheiros do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, ocorrida no dia 20 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar o Artigo 2º da Resolução CONTER nº 12, de 19 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º Em substituição ao comprovante da conclusão de estágio, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, poderá ser apresentada declaração, assinada e carimbada pelo professor orientador do estágio, de que o aluno completou, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horaria prevista na Resolução CONTER nº 10, de 11 de novembro de 2011".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANO GUEDES
Diretor-Presidente

MAURO MARCELO LIMEIRA DE SOUZA
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO CONTER Nº 4, DE 20 DE MARÇO DE 2021

Altera a alínea "c" do artigo 1º da Resolução CONTER nº 14, de 28 de junho de 2019.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 - e alterações introduzidas pelo Decreto 9.531, de 17 de outubro de 2018, e na forma do Artigo 9º, alínea g, do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 2º, da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, no Artigo 3º do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e na Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das normas legais e procedimentais frente aos critérios já adotados para inscrição profissional no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs em razão da edição da Lei 13.726/2018 que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;

CONSIDERANDO os termos da decisão da 20ª Sessão da I Reunião Plenária Extraordinária do 7º Corpo de Conselheiros do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, ocorrida no dia 20 de março de 2021, resolve:

Art. 1º - Alterar a alínea "c", do Artigo 2º, da Resolução CONTER 14, de 28 de junho 2019, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"c) Comprovante de conclusão de estágio supervisionado assinado pelo supervisor de estágio, nos termos da Lei nº 11.788/2008."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANO GUEDES
Diretor-Presidente

MAURO MARCELO LIMEIRA DE SOUZA
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO CONTER Nº 5, DE 20 DE MARÇO DE 2021

Institui, no âmbito do sistema CONTER/CRTRs, a modalidade de pagamento por meio de cartão de crédito e débito de anuidades, taxas de emissão carteira de identidade profissional e multas, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhes são conferidas por meio da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve se pautar nos princípios enumerados no Art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como nos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 12, do Decreto nº 92.790/86, que define que o CONTER e os CRTRs constituem, em seu conjunto, uma única autarquia, de forma a assegurar unidade de ação;

CONSIDERANDO que é atribuição dos gestores dos Conselhos de Radiologia zelarem pelo patrimônio e receita das instituições, ante a natureza tributária das anuidades a elas devidas pelos profissionais registrados;

CONSIDERANDO que a modalidade de pagamento por meio de cartões de crédito e débito tem sido amplamente utilizada para quitação de obrigações diversas, em razão da praticidade e segurança que oferece;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir mais uma opção de pagamento de forma que os Conselhos Regionais possam adotar medidas administrativas com o objetivo de reverter o quadro de expressiva inadimplência;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, nos Autos do Processo nº 003.314/2007-3, que deu origem ao Acórdão nº 1.793/2008 - TCU - 2ª Câmara, no qual exarou determinação para que os Conselhos de Fiscalização Profissional examinem as solicitações de quitação fracionada dos débitos à luz dos princípios da economicidade, da racionalização administrativa e da eficiência, levando em consideração que o seu acatamento quase sempre se revela a medida mais vantajosa para os cofres públicos;

CONSIDERANDO a orientação do Conselho Nacional de Justiça e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, juntamente com os Tribunais Regionais Federais, no sentido de promover política sistematizada de recuperação dos débitos existentes nos respectivos Conselhos;

CONSIDERANDO os termos da decisão da 21ª Sessão da I Reunião Plenária Extraordinária do 7º Corpo de Conselheiros do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, ocorrida no dia 20 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs, o pagamento dos valores decorrentes de anuidades, taxa de emissão de carteira e multas aplicadas a pessoas físicas e jurídicas, por meio de cartões de crédito e de débito.

§ 1º Os Conselhos Nacional e Regionais devem atuar em regime de cooperação, visando disponibilizar os meios necessários para que os interessados realizem o pagamento nessa modalidade e a contratação dos serviços deve obedecer ao processo regular de licitação.

§ 2º Os pagamentos previstos no caput poderão ser realizados por meio de cartões de crédito e de débito, desde que Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR) opte por esta modalidade de pagamento.

Art. 2º O Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) contratará, individualmente, a administradora do cartão de débito e crédito, vencedora de procedimento administrativo licitatório específico, cujos serviços serão disponibilizados aos Conselhos Regionais por meio de convênio a ser celebrado na forma do Anexo 1 desta Resolução.

§ 1º As despesas operacionais com a arrecadação por meio de cartões de crédito e débito serão de responsabilidade do Sistema CONTER/CRTRs.

§ 2º O sistema de arrecadação, assim como o controle e o monitoramento dos créditos recebidos por meio de cartões de crédito e débito pelos CRTRs, será gerenciado pelo CONTER.

Art. 3º A cota-parte destinada ao Conselho Nacional incidirá sobre o valor líquido dos recebimentos e será repassada de forma automática pela contratante, nos termos desta Resolução.

Art. 4º Para a adoção dessa modalidade de recebimento será realizada a abertura de uma conta corrente específica, que será destinada unicamente ao recebimento dos créditos provenientes de pagamento por cartão de crédito ou de débito, a qual deverá ser periodicamente conciliada.

Art. 5º Na hipótese de valores recebidos de forma parcelada, serão observados o limite máximo de 12 (doze) parcelas mensais e o valor mínimo de cada parcela em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 1º Para as anuidades, o número de parcelas e o valor de cada uma deverá respeitar o constante na resolução vigente.

§ 2º O pagamento para a emissão da Identidade Profissional deverá ser em uma única parcela.

§ 3º As anuidades proporcionais, oriundas de novas inscrições, de cancelamento de inscrição ou de reativação de registro, poderão ser parceladas, desde que se obedeça aos parâmetros estipulados no caput.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANO GUEDES
Diretor-Presidente

MAURO MARCELO LIMEIRA DE SOUZA
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO CRCMG Nº 429, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Aprova alterações nos Anexos II, III e VIII do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Deliberação CRCMG n.º 202/2021, que aprova o reajuste salarial dos funcionários do CRCMG e que autoriza alterações dos Anexos II, III e VIII do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG, aprovado pela Resolução CRCMG n.º 311/2009; resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações nos Anexos II, III e VIII do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG, aprovado pela Resolução CRCMG nº 311/2009, quais sejam:

I. No "Anexo II - Quadro Geral dos Cargos de Provimento em Comissão", ficam alterados os valores dos salários dos cargos de provimento em comissão do CRCMG, com base no reajuste anual aprovado pelo artigo 1º da Deliberação CRCMG n.º 202/2021;

II. No "Anexo III - Funções de Confiança Gratificadas", ficam alterados os valores das gratificações de função, com base no reajuste anual aprovado pelo artigo 1º da Deliberação CRCMG n.º 202/2021;

III. No "Anexo VIII - Tabela de Salários dos Cargos Efetivos", ficam alterados os valores dos salários dos cargos do CRCMG, com base no reajuste anual aprovado pelo artigo 1º da Deliberação CRCMG n.º 202/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/3/2021.

Art. 3º Os Anexos II, III e VIII do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG, aprovado pela Resolução CRCMG n.º 311/2009, estão disponíveis no portal do CRCMG, no endereço eletrônico www.crcmg.org.br.

CONTADORA ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO CRCSC Nº 441, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o Regimento da Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Resolução CFC nº 1.523/2017, de 7 de abril de 2017, que institui o Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, bem como suas posteriores alterações,

Considerando a portaria que instituiu a Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. Este Regimento tem a finalidade de regular a estrutura organizacional, competência, atribuições, funcionamento, princípios, deveres e responsabilidades, normas e procedimentos da Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC, constituída por meio de portaria.

Art. 2º. Os padrões de conduta estão estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, aprovado pela Resolução CFC nº 1.523, de 7 de abril de 2017, e alterações posteriores.

Art. 3º. Para efeito deste Regimento Interno, entende-se por:

I - Atitude: procedimento que leva a um determinado comportamento. É a concretização de uma intenção ou propósito;

II - Conduta: ação humana que engloba a forma de pensar, agir e viver. A conduta é baseada em crenças, culturas e valores éticos e morais. A conduta profissional e a conduta pessoal estão diretamente ligadas aos valores cultivados;

III - Ética: conjunto de regras, valores e princípios que norteiam a conduta e o comportamento dos conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCSC durante o exercício de suas atribuições legais e funcionais;

IV - Funcionários: são os empregados, jovens aprendizes e pessoas que exercem cargos em comissão cujas atividades profissionais apresentam vínculo permanente ou transitório;

V - Colaboradores: particular ou prestador de serviço que exerce atividade funcional no CRCSC, de forma transitória ou precária;

VI - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP): documento que estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável;

VII - Censura Ética: documento que explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º. A Comissão de Conduta para análise das infrações cometidas por funcionários e colaboradores é composta de três funcionários do CRCSC e respectivos substitutos.

Art. 5º. A presidência da Comissão será exercida pelo respectivo funcionário titular nomeado pelo presidente do CRCSC e, nas suas ausências, afastamentos e impedimentos eventuais, por outro funcionário titular.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Conduta serão designados pelo presidente do CRCSC, por meio de portaria específica de nomeação.

Art. 6º Ao tomar posse como membro da Comissão de Conduta, o funcionário deverá prestar compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.523/2017.

Art. 7º. Os integrantes da Comissão terão mandato de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções, enquanto o presidente da Comissão terá mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 8º. Ficam impedidos de compor a Comissão de Conduta do CRCSC os funcionários já punidos ética, administrativa ou criminalmente.

Art. 9º. Cessará a investidura de membro da Comissão a partir da extinção do mandato e da renúncia, ou caso venha a responder a processo ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar.

Art. 10º. Os membros substitutos atuarão na condição de colaboradores da Comissão, substituirão os respectivos membros titulares nas suas ausências e impedimentos eventuais e os sucederão em caso de vacância, assumindo imediatamente as atribuições.

Parágrafo único. Se, por motivo devidamente justificado, o titular ou suplente não puder assumir a titularidade vaga, o presidente da Comissão solicitará nova indicação ao presidente do CRCSC.

Art. 11. A participação em Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade não enseja qualquer remuneração para seus integrantes, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados relevantes, devendo ser registrado nos assentos funcionais do funcionário e emitido certificado aos integrantes da Comissão.

Art. 11-A. A Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade poderá envolver outras áreas do Conselho para auxiliar nos trabalhos de educação e de comunicação, com a finalidade de sensibilizar e divulgar as ações de promoção dos padrões de conduta aos conselheiros do Sistema CFC/CRCs, aos colaboradores e aos funcionários do CRCSC.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS E DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Art. 12. São princípios e deveres fundamentais a serem observados pelos membros da Comissão de Conduta do CRCSC, no desenvolvimento dos trabalhos:

I - assegurar a celeridade no desenvolvimento dos trabalhos;

II - preservar a honra, a imagem e a dignidade da pessoa investigada;

III - proteger a identidade das partes envolvidas na denúncia;

IV - atuar de forma independente e imparcial;

V - atuar em consonância com os princípios de conduta, eficiência e integridade;

VI - garantir o sigilo durante todo o processo de apuração de infrações de conduta;

VII - comparecer às reuniões da Comissão de Conduta, justificando ao presidente da Comissão eventuais ausências e afastamentos;

VIII- priorizar e participar efetivamente das atividades da Comissão;

IX - declarar aos demais membros o impedimento ou a suspeição nos trabalhos da Comissão de Conduta, eximindo-se de atuação no respectivo processo;

X - observar os princípios fundamentais de sua atuação neste Regimento;

XI - manter conduta orientada por um padrão de conduta ética que contemple, minimamente, os princípios e valores estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

§ 1º Dá-se o impedimento dos membros da Comissão de Conduta do CRCSC quando:

a) tenha interesse direto ou indireto no fato;

b) tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo, como testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

c) esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

d) for seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado.

§ 2º Dá-se a suspeição dos membros da Comissão de Conduta do CRCSC quando:

a) for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou

b) for credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete à Comissão de Conduta do CRCSC:

I - atuar como instância colegiada de natureza investigativa e consultiva em matéria de avaliação de conduta dos colaboradores e funcionários do CRCSC;

II - aplicar o Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do CRCSC, aprovado pela Resolução CFC nº 1.523/2017, devendo:

a) apurar, mediante denúncia ou conhecimento de ofício, fato ou conduta em desacordo com o Código de Conduta;

b) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, envolvendo os departamentos na disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de conduta e disciplina;

c) dirimir dúvidas a respeito da interpretação e da aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre casos omissos;

III - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do colaborador e funcionário no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

IV - interagir com as Comissões de Condutas dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

V - responder às consultas que lhes foram dirigidas;

VI - receber denúncias e representações contra colaborador e funcionário por suposto descumprimento às normas de condutas, procedendo à apuração e, se for o caso, à instauração do devido processo;

VII - instaurar processo para apuração de fato que possa configurar descumprimento ao Código de Conduta do colaborador e funcionário, após averiguação preliminar;

VIII - examinar matérias e emitir relatório com parecer conclusivo sobre o resultado da apuração de fatos que possa configurar desvio de conduta;

IX - convocar conselheiro, colaborador e funcionário e convidar outras pessoas a prestar informações relevantes à apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Conduta;

X - autorizar, nas reuniões da Comissão, a presença de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir com assuntos específicos da pauta;

XI - requisitar às partes informações e documentos necessários à instrução processual;

XII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas;

XIII - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios de conduta;

XIV - propor ao presidente do CRCSC a aplicação de penalidades:

a) Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); ou

b) Censura Ética.

XV - arquivar o processo quando não for comprovado o desvio de conduta; XVI - notificar as partes sobre as decisões adotadas;

XVII - elaborar e propor alterações ao Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e ao Regimento Interno da Comissão de Conduta do CRCSC;

XVIII - dar ampla divulgação ao regramento de conduta;

XIX - emitir instruções de caráter orientativo ou interpretativo referentes ao Código de Conduta ou às normas relativas à temática da ética;

XX - elaborar e executar plano de trabalho de gestão de conduta que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, propondo metas e indicadores de avaliação, podendo envolver outras áreas do Conselho para contribuir com ações voltadas às áreas de comunicação, sistema de informação, educação e avaliação de resultados da gestão de conduta no CRCSC;

XXI - apresentar relatório anual de suas atividades à Presidência do CRCSC.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 14. São atribuições e responsabilidades do presidente da Comissão de Conduta do CRCSC:

I - convocar e presidir as reuniões;

II - representar a Comissão, inclusive em eventos internos e externos do CRCSC;

III - determinar, após averiguação preliminar, a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do CRCSC, bem como de diligências e convocações;

IV - designar relator para os processos;

V - orientar os trabalhos da Comissão, ordenando os debates e concluindo os pareceres conclusivos;

VI - tomar os votos, proferindo voto de qualidade, em caso de empate, e proclamando os resultados;

VII - delegar atribuições para tarefas específicas aos demais membros da Comissão;

VIII - autorizar a presença de pessoas, nas reuniões da Comissão, que possam contribuir na condução dos trabalhos;

IX - decidir em casos de urgência, ad referendum da Comissão;

X - encaminhar ao presidente do CRCSC os resultados das apurações referentes aos processos tramitados;

XI - declarar impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão;

XII - solicitar, quando necessário e de forma fundamentada, a prévia manifestação da Assessoria Jurídica para dirimir dúvidas sobre matérias a serem deliberadas pela Comissão.

Art. 15. São atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Conduta do CRCSC:

I - comparecer às reuniões quando convocados pela Presidência da Comissão, justificando por escrito os casos de ausências ou afastamentos;

II - votar sobre os assuntos analisados nas reuniões;

III - pedir vista de matéria em deliberação pela Comissão;

IV - solicitar informações a respeito de matérias sob exame da Comissão;

V - representar a Comissão, por delegação de seu presidente;

VI - organizar a agenda das reuniões e assegurar o apoio logístico à Comissão;

VII - secretariar as reuniões;

VII - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;

VIII - dar apoio à Comissão e aos seus integrantes no cumprimento das atividades que lhes sejam próprias;

IX - providenciar, previamente à instrução de matéria para deliberação pela Comissão, nos casos em que houver necessidade, parecer sobre a legalidade de ato a ser por ela baixado;

X - desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e pareceres como subsídios ao processo de tomada de decisão da Comissão;

XI - solicitar informações e subsídios para instruir assunto sob apreciação da Comissão;

XII - declarar-se impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão;

XIII - propor ações objetivando a disseminação e a capacitação sobre conduta no Sistema CFC/CRCs.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 16. A Comissão se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre, de forma presencial ou remota, e, em caráter extraordinário, por iniciativa do presidente ou dos seus membros.

§ 1º A convocação para participação nas reuniões ordinárias será realizada por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima necessária para realização dos trabalhos.

§ 2º Qualquer membro, na impossibilidade de comparecimento às reuniões da Comissão, deverá comunicar, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 1 (um) dia da data da reunião.

Art. 17. A Comissão se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo um deles, obrigatoriamente, titular.

Art. 18. A ausência do membro titular por três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de um ano, sem causa justificada, deverá ser comunicada ao presidente do CRCSC, para fins de promover a sua substituição.

Art. 19. O Presidente da Comissão, em suas ausências, será substituído pelo membro mais antigo da Comissão.

Art. 20. As pautas das reuniões da Comissão de Conduta serão compostas a partir de sugestões do presidente ou dos membros, sendo admitida a inclusão de novos assuntos no início da reunião.

Parágrafo único. Os assuntos tratados nas reuniões deverão ser registrados em ata a ser assinada por todos os presentes, a qual conterá as discussões e as conclusões havidas, devendo ser anexados os documentos que subsidiaram as decisões.

Art. 21. Os pareceres conclusivos da Comissão serão tomados por voto da maioria de seus membros, cabendo ao presidente da Comissão o voto de qualidade.

Parágrafo único. Os membros suplentes poderão participar das reuniões da Comissão, mas somente terão direito a voto na ausência ou impedimento dos respectivos membros titulares.

Art. 22. Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Conduta do CRCSC têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos ocupados por seus membros.

CAPÍTULO VII

DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS

Art. 23. No âmbito de atuação da Comissão de Conduta, estão previstas duas classes de processos:

I - resposta a consultas;

II - apuração de indícios de infração à conduta ética com emissão do relatório e parecer conclusivo, que será remetido ao Conselho Diretor do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para julgamento.

SEÇÃO I

DAS CONSULTAS

Art. 24. Considera-se consulta a solicitação de um pedido de informação, parecer e/ou orientação a respeito de uma ação ou ato pretendido pelo colaborador ou funcionário, formalizada por escrito e direcionada à Comissão de Conduta.

Art. 25. A Comissão de Conduta responderá à consulta no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por escrito.

§ 1º O prazo constante do caput deste artigo poderá ser prorrogado a critério da Comissão de Conduta, que deverá comunicar ao requerente da consulta a necessidade de prorrogação, indicando as razões para tal.

§ 2º Caso o assunto seja de interesse de outros funcionários e/ou colaboradores, a Comissão de Conduta poderá divulgar seu posicionamento.

SEÇÃO II

DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO À CONDUTA ÉTICA

Art. 26. O procedimento para apuração de desvio de conduta ética compreende as seguintes etapas:

I - Denúncia ou Representação;

II - Procedimento Preliminar;

III - Instauração do Processo de Apuração de Infração à Conduta Ética;

IV - Instrução do Processo;

V - Decisão Final.

SUBSEÇÃO I

DA DENÚNCIA OU DA REPRESENTAÇÃO

Art. 27. Considera-se denúncia ou representação toda peça ou comunicação que se fizer revelar ou anunciar contra colaborador ou funcionário, com o objetivo de acusar, delatar ou evidenciar indícios de irregularidades, falta grave ou desvio de conduta ética.

§ 1º Colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina que tiverem ciência de violação do Código de Conduta encaminharão comunicação imediata, detalhada e motivada à Comissão de Conduta para conhecimento e apreciação, podendo esta instaurar procedimento de ofício.

§ 2º Além das pessoas citadas no § 1º , qualquer cidadão, desde que devidamente identificado, ou entidade regularmente constituída, é parte legítima para formular denúncia à Comissão de Conduta sobre violação a dispositivo do Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Art. 28. A denúncia ou representação, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser formalizada por escrito e encaminhada por correspondência ou de forma eletrônica, exclusivamente à Comissão de Conduta, devendo conter, necessariamente, os seguintes requisitos:

I - identificação e qualificação do representante ou denunciante;

II - descrição da conduta e indicação do dispositivo infringido;

III - indicação da autoria da conduta;

IV - apresentação dos elementos de prova para apuração do fato ou indicação de onde podem ser encontrados.

Parágrafo único. O denunciante poderá indicar até 3 (três) testemunhas.

Art. 29. A denúncia ou representação devem ser formalizadas por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico, endereçadas à Comissão de Conduta.

Art. 30. Cada denúncia ou representação será numerada sequencialmente por ano, devendo a Comissão de Conduta criar documento para controle.

Parágrafo único. Denúncias ou representações recebidas em duplicidade serão unificadas no mesmo controle.

Art. 31. Não serão admitidas pela Comissão de Conduta quaisquer denúncias ou representações encaminhadas concomitantemente para a Comissão de Conduta e outras instâncias (exemplo: Ouvidoria, Câmaras, Plenário), visando garantir o princípio da confidencialidade da atuação da Comissão.

Parágrafo único. Nessa hipótese, será encaminhada notificação ao denunciante ou representante identificado com a exposição dos motivos sobre a inadmissibilidade da denúncia ou representação.

Art. 32. Quando não houver identificação da autoria da conduta denunciada, a Comissão de Conduta poderá, excepcionalmente, acolher os fatos narrados para fins de abertura do procedimento, desde que a denúncia contenha indícios suficientes ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 33. A Comissão de Conduta acatará pedido de desistência apresentado pelo denunciante ou representante, desde que a denúncia ou representação ainda não tenha sido admitida.

SUBSEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR

Art. 34. Recebida a denúncia ou conhecida de ofício, a Comissão de Conduta realizará a averiguação preliminar para investigar indícios de infração, no menor prazo possível, de acordo com a complexidade da denúncia.

Art. 35. Após a averiguação preliminar, a Comissão de Conduta decidirá sobre a admissibilidade, ou não, da denúncia, devendo ser proferida na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente ao recebimento da denúncia, salvo motivo justificado nos autos.

Art. 36. Na averiguação preliminar, a Comissão de Conduta poderá:

I - requisitar informações e documentos necessários à elucidação da denúncia ao CRCSC ou a outra autoridade competente;

II - solicitar esclarecimentos dos envolvidos;

III - realizar diligências.

Art. 37. Durante a averiguação preliminar, os membros da Comissão de Conduta deverão declarar se estão sob impedimento ou suspeição de participar do processo de apuração, nos termos do § 1º e do § 2º do Art. 12 deste Regimento Interno.

Art. 38. A declaração de impedimento ou suspeição deverá ser assinada pelo declarante, devendo ser juntada ao processo.

Art. 39. Os membros que se declararem em impedimento ou suspeição para atuar no processo não poderão participar das discussões e decisões a respeito de assuntos relacionados ao processo em questão.

Art. 40. Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta - se desvio de conduta ética, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa -, a Comissão de Conduta, em caráter excepcional, poderá solicitar, de forma fundamentada, parecer reservado à Assessoria Jurídica do CRCSC.

Art. 41. Como resultado da fase de Procedimento Preliminar, a Comissão de Conduta, com base em decisão fundamentada, poderá:

I - não conhecer a representação quando não contiver as formalidades exigidas no Art. 28 desta Resolução;

II - decidir pela inadmissibilidade da denúncia e arquivá-la de ofício, quando a narração dos fatos não permitir, em juízo preliminar, a identificação de evidências de cometimento de infração à conduta ética e, quando sua convicção indicar possível cometimento de infração disciplinar ou legal, remeter a situação ao Departamento competente para as providências cabíveis;

III - decidir pela admissibilidade da denúncia, determinando a conversão em Processo de Apuração de Conduta (PAC).

Art. 42. Procedida à análise da denúncia, a Comissão deverá elaborar o Relatório de Análise de Admissibilidade na Comissão de Conduta, contendo um breve relato dos fatos, as justificativas para a decisão e os encaminhamentos adotados pela Comissão, efetuando a instauração do Processo de Apuração de Conduta.

Art. 43. Caso a Comissão decida pela inadmissibilidade da denúncia, deverá comunicar a decisão ao denunciante identificado, em até 10 (dez) dias a partir da decisão da Comissão de Conduta, registrando as justificativas que embasaram a tomada de decisão, não cabendo reconsideração.

Art. 44. Na hipótese de a denúncia ser considerada admissível pela Comissão de Conduta, o presidente da Comissão designará um membro titular para atuar como relator no processo.

Art. 45. Quando efetuado o juízo de admissibilidade, a Comissão de Conduta deverá comunicar ao(s) denunciante(s) identificado(s) acerca da decisão preliminar, em até 10 (dez) dias a partir da decisão da Comissão de Conduta.

Parágrafo único. Ao receber a notificação, o denunciante deverá garantir a confidencialidade e sigilo das informações.

SUBSEÇÃO III

DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

Art. 46. Tendo a Comissão decidido pela admissibilidade da denúncia e os envolvidos informados da decisão preliminar, será efetuada a instauração do Processo de Apuração de Conduta.

Parágrafo único. Instaurado o Processo de Apuração de Conduta, o prazo para sua conclusão (da instauração do processo até a emissão da decisão final pela Comissão) não ultrapassará 120 (cento e vinte) dias, salvo na hipótese de motivo relevante devidamente justificado nos autos.

Art. 47. O Processo de Apuração de Conduta deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração e rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 48. A Comissão encaminhará ao denunciado, em até 10 (dez) dias, notificação informando a respeito da instauração do processo de apuração de infração à conduta ética em decorrência de denúncia, solicitando a apresentação de defesa prévia, por escrito, relação de testemunhas e indicação de provas, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da comunicação pela Comissão de Conduta.

Art. 49. Juntamente com a notificação, serão enviadas ao denunciado cópias do relatório de análise de admissibilidade da denúncia e dos demais documentos que compõem o referido processo.

Parágrafo único. Ao receber a notificação e demais documentos, o denunciado deverá garantir confidencialidade e sigilo da documentação.

Art. 50. Qualquer parte envolvida no processo poderá requerer, de forma fundamentada, a impugnação de participação de membro da Comissão de Conduta no processo de apuração de infração à conduta ética, explicitando as razões impeditivas.

Art. 51. Caberá aos membros da Comissão de Conduta, não citados no requerimento, decidir sobre a impugnação referida no Art. 50, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de apresentação do requerimento.

§ 1º No caso de todos os integrantes efetivos constarem do requerimento, a decisão caberá aos membros suplentes da Comissão.

§ 2º A Comissão de Conduta poderá solicitar parecer à Assessoria Jurídica do CRCSC para subsidiar a análise do requerimento.

SUBSEÇÃO IV

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 52. O denunciado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da solicitação de defesa prévia, deverá encaminhar à Comissão de Conduta sua defesa escrita acompanhada de eventual prova documental e da indicação de até 3 (três) testemunhas, atendendo à notificação prevista no Art. 48 deste Regimento.

§ 1º A Comissão de Conduta, excepcionalmente, poderá estender o prazo de apresentação de defesa, mediante requerimento justificado do denunciado.

§ 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o interessado formalize pedido à Comissão de Conduta, em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 53. Decorrido o prazo estabelecido para apresentação da defesa prévia, na hipótese de o denunciado não se manifestar, deverá ser encaminhada nova correspondência por escrito, reiterando a solicitação e contendo campo específico de assinatura para o atesto do recebimento do documento.

Parágrafo único. Caso o denunciado, comprovadamente notificado, não se manifeste nem indique procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a Comissão de Conduta dará seguimento à análise do processo de apuração de conduta.

Art. 54. Encaminhada a defesa prévia pelo denunciado, a Comissão analisará as peças e adotará as providências necessárias à instrução do processo.

Art. 55. Para realizar a instrução do processo, a Comissão de Conduta poderá:

I - promover a inquirição de testemunhas e a realização de diligências;

II - solicitar exame pericial e parecer de especialista;

III - requisitar informações e documentos aos Departamentos do CRCSC ou outra autoridade competente.

§ 1º A requisição, a solicitação ou a convocação de testemunhas deverão explicitar o local, data e horário do evento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, podendo ocorrer de forma presencial ou remota, por meio de ferramenta específica disponibilizada pela Comissão.

§ 2º Os convocados serão ouvidos separadamente e seus esclarecimentos serão reduzidos a termo, observando-se o sigilo e a confidencialidade.

§ 3º As solicitações a que se referem os incisos II e III deverão discriminar as informações e os documentos requeridos e o prazo esperado para atendimento.

Art. 56. Os Departamentos do CRCSC darão tratamento prioritário às solicitações de documentos e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela Comissão de Conduta.

§ 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 2º A Comissão de Conduta terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

Art. 57. A Comissão de Conduta, mediante decisão fundamentada, poderá desconsiderar as provas apresentadas pelos envolvidos que figurarem como ilícitas, impertinentes, protelatórias, desnecessárias à elucidação dos fatos, ou quando o fato não possa ser provado pela espécie de prova apontada.

Art. 58. Na hipótese de serem juntados novos elementos de prova aos autos do processo, após a apresentação da defesa prévia, o denunciado deverá ser notificado de seu conteúdo pela Comissão de Conduta, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da juntada dos novos documentos ao processo.

Parágrafo único. O denunciado terá novo prazo de 10 (dez) dias para protocolar a complementação de sua defesa à Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO V

DA DECISÃO FINAL

Art. 59. Concluída a instrução processual, o relator do processo deverá emitir relatório, parecer e voto.

Art. 60. Após a emissão do voto pelo relator, a Comissão de Conduta proferirá decisão final, podendo:

I - decidir que não houve cometimento de infração à conduta ética e determinar o arquivamento;

II - decidir que houve infringência à conduta ética e propor ao presidente do CRCSC firmar Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) ou aplicar a penalidade de Censura Ética;

III - decidir pelo encaminhamento do processo para a unidade organizacional competente para as providências cabíveis, quando houver indícios de possível cometimento de infração de natureza diversa.

§ 1º Caso a decisão final seja pelo arquivamento do processo, a Comissão de Conduta comunicará, formalmente, o teor da decisão ao denunciante identificado e ao denunciado.

§ 2º No caso da proposição do inciso II ser aprovada, a Presidência e/ou Diretoria Executiva do CRCSC deverá dar ciência ao denunciado dos documentos que contêm o teor da decisão.

Art. 61. Da decisão pela aplicação do ACPP e Censura Ética caberá pedido de reconsideração do funcionário ou colaborador ao presidente do CRCSC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o recebimento da comunicação de que trata o § 2º do Art. 60.

Art. 62. Em caso de admissibilidade do pedido de reconsideração, o presidente submeterá a decisão ao Conselho Diretor para apreciação.

Art. 63. Após análise do pedido de reconsideração, a Presidência e/ou Diretoria Executiva do CRCSC deverá dar ciência ao denunciado sobre a decisão final, quanto ao ACPP, Censura Ética ou arquivamento.

Art. 64. O Acordo de Conduta Pessoal e Profissional estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável.

§ 1º No ato da lavratura do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, deverá ser coletada a assinatura do denunciado e estabelecida a vigência do Acordo, que poderá ser de até 2 (dois) anos.

§ 2º Quando o denunciado for funcionário do CRCSC, o Departamento Contábil-Financeiro e o gestor imediato terão ciência do ACPP.

§ 3º Quando o denunciado for colaborador do CRCSC, o fiscal do contrato e o preposto da empresa terão ciência do ACPP.

§ 4º Durante a vigência do ACPP, o processo de apuração ficará sobrestado, sendo determinado o arquivamento do feito, se o Acordo for cumprido até o final do sobrestamento.

§ 5º Na hipótese de recusa da assinatura do denunciado ou do descumprimento do ACPP durante o período de sobrestamento, a Comissão de Conduta dará seguimento ao Processo de Apuração de Conduta.

Art. 65. A Censura Ética será apresentada por escrito e explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando

a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

§ 1º No ato da apresentação da Censura Ética, deverá ser coletada a assinatura do denunciado.

§ 2º Quando o denunciado for funcionário do CRCSC, o Departamento Contábil-Financeiro terá ciência da Censura Ética para constar dos assentamentos funcionais, com fins exclusivamente éticos.

§ 3º Quando o denunciado for colaborador do CRCSC, o fiscal do contrato e o preposto da empresa terão ciência da Censura Ética.

§ 4º A Censura Ética vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados da data em que a decisão se tornou definitiva.

Art. 66. Finalizado o processo, a Comissão de Conduta emitirá o termo de encerramento e providenciará o arquivamento dos autos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67. Será mantido com a chancela de "reservado" qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito aos dispositivos do Código de Conduta, até que esteja concluído.

§ 1º Em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, o presidente do CRCSC poderá atribuir chancela de sigilo aos autos.

§ 2º O denunciante e o denunciado devem responsabilizar-se pelo uso de informações e documentos constantes dos autos aos quais tenham acesso.

Art. 68. Todos os assuntos relacionados aos processos de apuração de infração à conduta ética deverão ser tratados pela Comissão de Conduta em ambiente reservado especificamente para tal finalidade.

Art. 69. A Comissão de Conduta divulgará anualmente, em sítio do CRCSC, quantitativo dos processos tratados pela Comissão, bem como resumo das atividades desempenhadas.

Art. 70. Caberá à Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regimento.

Art. 71. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução CRCSC nº 423, de 17 de julho de 2019.

Aprovada na 1.393ª Reunião Plenária do CRCSC, realizada em 23 de fevereiro de 2021.

CONTADORA RÚBIA ALBERS MAGALHÃES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

DECISÃO COREN-AM Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Prorroga o pagamento das anuidades do exercício de 2021, devidas pelas pessoas física e jurídicas inscritas no Coren-AM pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 01 de abril de 2021

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, em conjunto com a Conselheira Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia; CONSIDERANDO que o vencimento das anuidades inicialmente foi fixado pela Resolução Cofen nº 650, de 9 de outubro de 2020, para o dia 31 de março de 2021; CONSIDERANDO o teor exposto no Ofício Circular Cofen nº 0073/2021, datado em 26 de março de 2020; CONSIDERANDO a deliberação na 48ª Reunião Extraordinária de Diret'oria, de 26 de março de 2021; CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 0663/2021; decidem: Art. 1º PRORROGAR por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 01 de abril de 2021, o pagamento das anuidades do exercício de 2021, devidas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas no Coren-AM, fixado pela Resolução Cofen nº 650/2020 para o dia 31 de março de 2021 e Decisão Coren-AM nº 089/2020. Parágrafo único. A prorrogação de que trata esta decisão alcança o desconto de pontualidade fixado na Decisão Coren-AM nº 089/2020 para o pagamento previsto para o mês de março de 2021. Art. 2º Ficam mantidas as demais regras previstas na Resolução Cofen nº 650, de 09 de outubro de 2020 e Decisão Coren-AM nº 089/2020. Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Coren-AM.

SANDRO ANDRÉ DA SILVA PINTO
Presidente do Conselho

IVONE AMAZONAS MARQUES ABOLNIK
Conselheira Secretária

DECISÃO COREN-AM Nº 21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Suspende, por 120 (cento e vinte) dias, a cobrança administrativa dos débitos dos exercícios anteriores ao exercício de 2021 das pessoas físicas e jurídicas, inscritas no Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, em conjunto com a Conselheira Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia; CONSIDERANDO o grave momento que passa a nação, a sociedade e os profissionais de enfermagem que dela fazem parte e que são os mais atingidos pela pandemia, assim como os demais profissionais de saúde, face à natureza intrínseca de suas atividades, que exige do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem atitudes concretas para o reconhecimento das necessidades dos profissionais de enfermagem que já se encontram afetados pela consequente recessão pela qual atravessa o país; CONSIDERANDO que, neste momento emergencial, se faz absolutamente necessário que se reconheça que a redução das rendas, mediante restrição das atividades econômicas, provocada pelo isolamento social, certamente atinge as famílias da grande maioria dos profissionais de enfermagem, o que poderá significar incapacidade de cumprimento com as obrigações em relação ao Conselho Regional de Enfermagem ao qual encontre-se vinculado; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, em seu artigo 6º, §1º e §2º, alinha-se ao princípio da legalidade tributária, haja visto que estabelece apenas o teto que deve ser observado pelos Conselhos Profissionais para o arbitramento das respectivas contribuições anuais; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, em seu artigo 6º, §2º, atribui ao respectivo Conselho Federal de profissão regulamentada fixar os descontos para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista; CONSIDERANDO o disposto no art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional), que trata das possibilidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela pessoa jurídica de direito público competente, no caso o Conselho Federal de Enfermagem; CONSIDERANDO o teor exposto no Ofício Circular Cofen nº 0064/2021, datado em 26 de março de 2020; CONSIDERANDO a deliberação na 48ª Reunião Extraordinária de Diretoria, de 26 de março de 2021; CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 0664/2021; decidem: Art. 1º Suspender, por 120 (cento e vinte) dias, a cobrança administrativa dos débitos dos exercícios anteriores ao exercício de 2021, inscritos ou não em dívida ativa, das pessoas físicas e jurídicas, registradas no Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Parágrafo único. A medida prevista no "caput" deste artigo não impede que o inscrito realize espontaneamente o pagamento de seus débitos. Art. 2º Durante a suspensão de que trata a presente resolução, os débitos existentes não sofrerão acréscimos referentes a multas, juros ou qualquer outro tipo de encargo. § 1º Os débitos negociados durante esse período e cujos vencimentos das parcelas não ultrapassem a data final do prazo fixado no "caput" do art. 1º desta Decisão, terão seus encargos moratórios suprimidos. § 2º As parcelas não pagas durante este período serão reemitidas para o final do parcelamento, sem incidência de acréscimos moratórios. Art. 3º Ficam suspensos todos os procedimentos de cobrança, de promoção de novas inscrições em dívida ativa, de novas execuções fiscais e de protestos cartoriais, abstendo-se o Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas de encaminhar qualquer tipo de notificação aos contribuintes durante o período previsto no "caput" do art. 1º desta Decisão. Art. 4º Fica autorizada a emissão de declaração de habilitação para o exercício profissional durante o período previsto no "caput" do art. 1º desta Decisão, para os profissionais ativos que estejam com parcelas de seus débitos vencidos desde o dia 23 de março de 2021, abrangendo o período de que trata esta Decisão, ou enquanto permanecer os decretos de calamidade pública e isolamento social de cada região. Parágrafo único. A excepcionalidade de emissão de declaração de habilitação para o exercício profissional prevista neste artigo não desconstitui o débito do profissional nem altera sua situação como devedor perante o Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas. Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem. Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com validade de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação. Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Coren-AM.

SANDRO ANDRÉ DA SILVA PINTO
Presidente do Conselho

IVONE AMAZONAS MARQUES ABOLNIK
Conselheira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

DECISÃO COREN/SC Nº 24 DE 26 DE MARÇO DE 2021

Institui, "ad referendum" do Plenário do Coren/SC, no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC), o Sistema de Deliberação Remota (SDR), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC) e conjunto com a Secretária da autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905/73 e, nos termos do Regimento Interno do Regional aprovado pela Decisão Coren/SC nº 011/14 e homologação pela Decisão Cofen nº 117/15. Considerando a competência estabelecida à Diretoria do Coren/SC no art. 38, XXXI, do Regimento Interno do Regional, de resolver, "ad referendum" do Plenário os casos que, embora de competência daquele, não possam, pela sua urgência, aguardar o decurso de prazo regimental de sua convocação extraordinária. Considerando a Resolução Cofen nº 662/2021 que altera a Resolução Cofen nº 638, de 8 de abril de 2020, que instituiu no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, o Sistema de Deliberação Remota, e dá outras providências. Considerando, por fim, a Decisão Coren/SC nº 009/2020, que institui no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, o Sistema de Deliberação Remota - SDR, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19), e dá outras providências; decide:

Art. 1º O art. 4º da Decisão Coren/SC nº 009/2020, passa a vigorar com o acréscimo do § 3º que terá a seguinte redação: "§ 3º As sessões realizadas de forma híbrida, por meio de SDR e de forma presencial, serão consideradas sessões deliberativas ordinárias do Plenário do Cofen, em cuja ata será expressamente consignada a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual e em ambiente presencial". Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Coren/SC.

GELSON LUIS DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho

MARISTELA ASSUMPÇÃO DE AZEVEDO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO COREN/SE Nº 2, DE 4 DE JANEIRO 2021

Abre crédito suplementar no valor de R$ 107.678,48 (cento e sete mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) e dá outras providências.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 29 / 2020, decide:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

0101	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM	
1001	Manutenção do Conselho	
331042002000 - 10010000	Programa de Apoio aos Profissionais de Enfermagem	2.000,00
339030020000 - 10010000	Material De Expediente	20.000,00
339030030000 - 10010000	Material De Limpeza E Prod. De Higienização	5.000,00
339030190000 - 10010000	Material Para Comunicações e Visualizações	12.000,00
339030990200 - 10010000	Outros Materiais de Consumo	30.000,00
339039019900 - 10010000	Outros Serviços Terceirizados	2.500,00
339039022600 - 10010000	Serviços De Engenharia E Projetos	30.000,00
339092120000 - 10010000	DEA - Credores Diversos	6.178,48
Soma da ação		107.678,48
Soma da unidade		107.678,48
Total Geral		107.678,48

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

0101	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM	
1001	Manutenção do Conselho	
331041010000 - 10010000	Transferência Para O COFEN - Cota-Parte (1/4)	107.678,48
Soma da ação		107.678,48
Soma da unidade		107.678,48
Total Geral		107.678,48

Art. 3º - Esta decisão entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

CONRADO MARQUES DE SOUZA NETO
Presidente do Conselho

CÍCERO MARCONDES DOS SANTOS LIMA
Tesoureiro

JOSÉ MIRALDO DE MELO FONTES
Contador (CRC 005939/0-3/SE)

DECISÃO COREN/SE Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO 2021

Abre crédito suplementar no valor de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) e dá outras providências.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 29 / 2020, decide:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

0101	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM	
1001	Manutenção do Conselho	
339014050000 - 10010000	Diárias Diversas	17.000,00
339037020000 - 10010000	Serviços Gerais, Limpeza, Higienização e Motoristas	70.000,00
339039022200 - 10010000	Seguro De Bens Móveis	4.000,00
339092120000 - 10010000	DEA - Credores Diversos	3.000,00
339093030500 - 10010000	Impostos, Taxas, Multas E Pedágios	3.000,00
449051990000 - 10010000	Outras Obras E Instalações	9.000,00
449052990000 - 10010000	Outros Materiais Permanentes	20.000,00
Soma da ação		126.000,00
Soma da unidade		126.000,00
Total Geral		126.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

0101	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM	
1001	Manutenção do Conselho	
331041010000 - 10010000	Transferência Para O COFEN - Cota-Parte (1/4)	126.000,00
Soma da ação		126.000,00
Soma da unidade		126.000,00
Total Geral		126.000,00

Art. 3º - Esta decisão entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

CONRADO MARQUES DE SOUZA NETO
Presidente do Conselho

CÍCERO MARCONDES DOS SANTOS LIMA
Tesoureiro

JOSÉ MIRALDO DE MELO FONTES
Contador (CRC 005939/0-3/SE)